

José Ottonina Filho

Departamento de Sociologia Rural
BIBLIOTECA

A S O B E R agradece ao Departamento Económico do Ministério da Agricultura a organização bem como as despesas com a publicação dos Anais da V Reunião.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE
ECONOMISTAS RURAIS

Rua Anchieta, 41 - 10º - São Paulo - S.P.

REVISTA DE ECONOMIA RURAL

ANAIS
DA
V REUNIAO
DA SOCIEDADE BRASILEIRA
DE ECONOMISTAS RURAIS
(SOBER)

21 a 24 de fevereiro de 1967

RIO DE JANEIRO
1968

Departamento de
Sociologia Rural
BIBLIOTECA

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	VII
Palavras do Dr. Rubens Araújo Dias	1
BASES DE UMA POLÍTICA PARA A MELHORIA TÉCNICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA — Ruy Miller Paiva	3
Comentários: Milciades Sá Freire	39
Maurício Rangel Reis	43
R. G. Wheeler	46
FUNDAMENTOS DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA — Rubens Araújo Dias	49
Comentários: Richard G. Wheeler	64
MELHORIA TÉCNICA — Richard R. Newberg	65
Comentários: Alberto Veiga	80
FERTILIZANTES FATOR DE PRODUTIVIDADE — TENDÊNCIA DO CONSUMO E MEDIDAS PARA ACELERAR O USO DE FERTILIZANTES NO BRASIL — Oscar J. Thomazini Ettori ..	84
Comentários: José Ribamar de Mello	115
Herminio Antunes Filho	120
Debates: Antônio Rodrigues Coutinho	124
PREÇOS AGRÍCOLAS NO BRASIL — Constantino C. Fraga	(128)
Comentários: José Agostinho Drummond Gonçalves	136
Euter Paniago	144
Debates: Ruy Miller Paiva	147
PROBLEMAS DE COMERCIALIZAÇÃO NO BRASIL — Persio de C. Junqueira	153)
Comentários: Reynaldo Dias de Moraes e Silva	172
Carlos Maciel Cristancho	176
Debates: Otto Vergara Filho	181
X EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS — Victor José Pel- legrini	182
Comentários: Domingos Desgualdo Netto	226
Cyro Freire Cury	229
ASSISTÊNCIA TÉCNICA — Edson Potsch Magalhães	231
Comentários: Orivaldo Queda	242
Bernard Erven	245

Debates: Antônio Rodrigues Coutinho	248
Otto Vergara	249
Victor José Pellegrini	250
Ramon Garcia	251
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA — José Paulo Ribeiro	253
Comentários: Alexandre Caminha C. Monteiro	279
Gilson Seabra Rocha	283
Debates: Antônio Rodrigues Coutinho	287
Euter Paniago	288
Renato Albano Petersen	288
REFORMA AGRÁRIA — José Gomes da Silva	292
Comentários: Wanderbilt Duarte de Barros	319
Debates: Antônio Rodrigues Coutinho	324
Ruy Miller Paiva	326
Ramon Garcia	328
Constantino Carneiro Fraga	328
Amílcar Baiardi	329
Erly Morais Souza	330
A SUDENE E SUAS DIRETRIZES PARA A EXPANSÃO DO NORDESTE — Otomar de Carvalho	337
Comentários: Ministro João Gonçalves	355
Sylvio Wanick Ribeiro	364
A AGRICULTURA NA AMAZÔNIA — Jorge Nova da Costa	367
Comentários: Manoel José de Miranda	379
Debates: Otto Vergara Filho	385
PROBLEMAS DA REGIÃO SUL: ARMAZENAGEM, COOPERATIVISMO E PREÇOS — Glauco Olinger	386
A CRISE MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO SUA NATUREZA E SIGNIFICADO PARA O BRASIL — Lawrence Witt	395
O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA, A POLÍTICA E A BASE DE CONHECIMENTOS — D. Wood Thomas	403
ALGUNS ASPECTOS DO PROBLEMA DE RECURSOS HUMANOS NA AGRICULTURA BRASILEIRA — G. Edward Schuch	411
O PAPEL DO CAFÉ NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL — J. G. Orsini	428
Comentários: Ruy Miller Paiva	437
José Carlos Farah	441
Debates: Rubens Araújo Dias	444
Antônio Rodrigues Coutinho	445
IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO MILHO — Antônio Teixeira	446
Comentários: Everton Ramos de Lins	460
Debates: Júlio César Covello	464
CANA-DE-ACÚCAR — Benjamin Constant de Barros	469
Comentários: Alcides Zagatto	481
Mota Maia	484

CK

DOIS PROBLEMAS DO ARROZ DO BRASIL — PREÇOS MÍNIMOS E EXPORTAÇÃO — Ary Herzog	491
Comentários: Paulo V. W. Figueiredo	507
Debates: Alberto Veiga	511
MERCADO INTERNO, PRINCIPAL ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA BOVINA DE CORTE DO BRASIL —	
Mário Mazzei Guimarães	513
Comentários: Júlio César Covello	527
ENCERRAMENTO	535

APRESENTAÇÃO

Com a publicação dos Anais da sua V Reunião, realizada no Rio de Janeiro, de 21 a 24 de Fevereiro de 1967, a Sociedade Brasileira de Economistas Rurais tem o prazer de publicar o Vol. I, N.1, da Revista de Economia Rural.

O lançamento desta revista representa a materialização dos esforços de um pequeno grupo de profissionais que nos idos de 1958 criava a SOBER.

Para alguns, a revista vem com 10 anos de atraso, entretanto, o seu lançamento simboliza a confiança dos organizadores, de que a economia rural já atravessou a sua fase inicial, e já representa um campo de estudo e um mercado de trabalho definidos.

A partir de 1969 a revista será publicada duas vezes por ano e tratará de divulgar estudos e trabalhos abrangendo todos os campos específicos da economia rural, enfim, procurará aproximar mais todos os interessados dos aspectos econômicos da nossa agricultura.

Nesta primeira fase, ficará a cargo da diretoria da SOBER a seleção dos artigos, devendo os interessados se dirigirem ao presidente da Sociedade com vistas à publicação de qualquer material.

Rubens Araújo Dias

Exm.^o Sr. Representante do Ministro da Agricultura. Demais autoridades presentes. Meus Senhores, prezados associados, companheiros da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais.

Há cêrca de 8 anos essa Sociedade tinha os seus primeiros contatos estabelecidos por um pequeno grupo de companheiros especialistas em economia rural, que iniciava a sua atividade neste setor. De lá para cá, grandes progressos têm sido conseguidos. Este grupo, bem reduzido no início, foi gradativamente aumentando com alargamento do campo de estudos de pesquisa e de ensino ligados a essa especialidade, e hoje nós já contamos com um número apreciável de associados, de tal forma que os economistas rurais desempenham papel bem relevante, prestando serviços tanto nas entidades públicas como nas firmas particulares. O panorama é portanto bastante diverso. Contamos, hoje, com vários cursos de pós-graduação em Universidades Rurais destacadas, de modo que todos os anos novos especialistas, já mais bem treinados do que os inicialmente existentes, que naquela ocasião se viaiam principalmente, ou do autodidatismo ou dos cursos de especialização no exterior, atualmente podem portanto se espraiar mais pelas regiões agrícolas do Brasil, ajudando o desenvolvimento do setor agrícola.

O campo de ação da economia rural vai-se ampliando à medida, como eu disse, que êstes especialistas vão aumentando e, hoje, os núcleos existentes de pesquisa já são mais numerosos. Alguns com uma quantidade bem grande de especialistas de pesquisas básicas de economia rural, visando a fornecer elementos de assessoramento tanto aos poderes públicos, do Ministério da Agricultura, das Secretarias de Estado, das Associações Rurais, como no que diz respeito aos aspectos globais de política, ou focalizando aspectos de produtos específicos, ou no nível da propriedade rural, dando maiores elementos aos agricultores para melhor gerir seus negócios, aconselhando-os sôbre a melhor ocasião de venda

e destino de seus produtos, sôbre comercializar melhor, vêm produzindo já os seus efeitos positivos. Por outro lado, o desenvolvimento da pesquisa nesta parte está exigindo uma melhoria nas nossas estatísticas agrícolas. Vamos verificando, também, um progresso neste setor, que é um auxiliar da economia rural e que, pelo levantamento de dados numa maneira mais sistemática, pela construção de índices cada vez mais numerosos, possibilita a êstes técnicos um acompanhamento mais seguro da evolução da agricultura. Reportando-nos às primeiras reuniões da SOBER, notamos que nessas ocasiões se discutia básicamente os problemas ligados à formação do economista rural, às propriedades que deveriam ser dadas aos diversos campos de estudos; hoje, já podemos dirigir as nossas reuniões dentro de temas mais específicos. Assim, ao planejarmos esta 5.^a reunião, foi escolhido como tema geral “Base de uma Política Agrícola Favorável ao Desenvolvimento Econômico do País”, tema bastante amplo, bastante atual, e que exatamente agora, na mudança do Governo Federal, tem um destaque todo especial. A sua escolha é uma decorrência também do crescimento dos estudos e das análises feitas a respeito dêste problema, de como a agricultura vem se desenvolvendo; se vem conseguindo manter um ritmo favorável ao desenvolvimento geral do país, assunto êste controvertido, de acôrdo com as análises feitas, e que é de vital importância para que se possa fazer um planejamento de acôrdo com a realidade, a fim de que a agricultura possa de fato, dentro de uma linha traçada que realmente considere as condições prevaletentes e focalize os problemas existentes, ser objetiva e atingir os seus fins, quais sejam, de contribuir para a elevação do padrão de vida da zona rural e contribuir de um modo geral para a evolução do desenvolvimento do país.

Ao fazer essas considerações, agradecendo a presença de todos os participantes, tenho que deixar aqui um agradecimento ao Dr. Víctor José Pellegrini, Diretor Geral do Departamento Econômico do Ministério da Agricultura, e à sua equipe, que planejou essa reunião e que teve um trabalho bastante árduo de preparo, para que nós pudéssemos, efetivamente, nos reunir aqui com o sucesso que forçosamente vamos ter, de hoje a sexta-feira, durante êsses encontros. Com essas palavras eu passo novamente a palavra ao Presidente da Mesa, que encaminhará, então, o início dos trabalhos.

BASES DE UMA POLÍTICA PARA A MELHORIA TÉCNICA DA AGRICULTURA BRASILEIRA

RUY MILLER PAIVA
IBRE — Fundação Getúlio Vargas

Em recente artigo, ao analisarmos as tendências da produção, produtividade e preços da agricultura brasileira, fizemos uma afirmativa de maior interesse com referência ao problema da melhoria de técnica de nossa agricultura ¹. Dissemos que seria difícil ocorrer, no momento, no Brasil uma expansão generalizada de melhores técnicas agrícolas.

A linha de raciocínio que nos levou a essa afirmativa, foi em resumo a seguinte: tendo o Brasil uma percentagem muito elevada de sua população em atividade no Setor Rural, e não sendo fácil a transferência de maiores parcelas dessa população para atividades não agrícolas, a medida que se generaliza a melhoria de técnica e de produtividade, alcançando maior número de produtores, ocorre um aumento de volume produzido que não pode ser absorvido pelo mercado interno e tampouco vendido pelo mercado externo, e isso resulta numa queda de preços dos produtos agrícolas, que além de retirar dos agricultores o incentivo à produção, retira também o incentivo a uma expansão de melhor técnica.

Ainda que descrita em termos gerais e pouco precisos, observa-se que essa seqüência obedece uma linha de raciocínio lógico e coerente com os princípios econômicos que regulam a produção e o comportamento dos preços. Aceitas as premissas aí estabelecidas — isto é, que não se pode transferir maior percentagem dos recursos agrícolas (mão-de-obra) para os setores não-agrícolas, que o mercado interno não pode absorver maiores excedentes de produção, que não

1) R. M. Paiva — Reflexos Sobre as Tendências da Produção, da Produtividade e dos Preços do Setor Agrícola do Brasil — Revista Brasileira de Economia — Ano 20 N.º 2-3, junho, setembro 1966.

há possibilidades para escoar os excedentes para a exportação e, ainda, tomando-se a expressão melhoria técnica em seu caráter amplo² que resulta num aumento global de produção — a conclusão a que se chega, forçosamente, é que expansão dessa melhoria técnica forçará a queda dos preços dos produtos (através do aumento de produção) o que, por sua vez, desencorajará uma expansão posterior da melhoria técnica.³

Dêsse modo a expansão da melhoria técnica, no Brasil — assim como em outros países que tenham as características estabelecidas por essas premissas — acha-se presa a um mecanismo de autocontrôle que funciona através da flutuação dos preços dos produtos agrícolas, e que a impede de alcançar a generalidade dos agricultores.

E como essas premissas são em geral muito freqüentes nos países subdesenvolvidos, pode-se, a grosso modo, aceitar a existência desse mecanismo de autocontrôle da expansão da melhoria técnica, como um princípio característico da agricultura desses países.

Aliás, esse mecanismo pode se fazer sentir também, em países economicamente desenvolvidos, de alto nível técnico, quando surgem inovações que tendem a ser adotadas de forma generalizada pelos agricultores. Se o aumento de produção que resulta essa melhoria de técnica, não pode ser exportado ou de não poder ocorrer transferência dos agricultores para os setores não agrícolas (de modo a não haver aumento de produção), a consequência pode ser a mesma, isto é, à medida que se expande a inovação técnica os preços dos produtos agrícolas tendem a cair (e com êle o nível de salários) de modo a desencorajar ulteriores adoções dessa nova técnica.

Entretanto, nos países subdesenvolvidos ação desse mecanismo de autocontrôle se faz sentir de forma mais freqüente e intensa, pois, sendo baixo o nível técnico e maior a porcentagem de recursos (mão-de-obra) empregados na agricultura, é maior a possibilidade de aumentos sensíveis de produção e menor a capacidade de absorção de seus mercados. Além disso, os agricultores são muito menos insistentes em querer adotar novas técnicas, de modo que o mecanismo de

2) Se a melhoria técnica é de caráter parcial, isto é, se se reflete no aumento da produção de apenas alguns produtos, deverá ocorrer uma transferência de recursos de uma cultura para outra antes de uma queda de preços.

3) No decorrer deste trabalho serão apresentados outros elementos que comprovam a coerência econômica das relações contidas nessa seqüência.

autocontrôle freqüentemente se faz sentir antes que a expansão de novas técnicas se generalize e possa trazer um benefício permanente para a comunidade, na forma de um menor custo de oferta dos produtos agrícolas.

Torna-se, pois, de interêsse que se estudem, nos países em desenvolvimento, os fatores relacionados a êsse mecanismo que limita o grau de expansão da melhoria técnica, assim como é de interêsse que os determinem as medidas que devem ser tomadas para que se possa ampliar a adoção de melhores técnicas por maior número de agricultores.

No Brasil, no momento, a ação dêsse princípio controlador de expansão técnica pode parecer menos importante, uma vez que são relativamente poucos os agricultores que se empenham em melhorar suas técnicas. Todavia, cabe considerar que êsse elemento se fará sentir sempre que se pretenda lançar um programa em favor da melhoria técnica. Por melhor que se organize em nosso país um serviço de assistência técnica e financeira aos agricultores e por mais esforço que se dedique a essa tarefa, nunca se poderá conseguir uma adoção generalizada de melhoria técnica entre os agricultores, pois sempre que essa expansão resultar num aumento de produção, o princípio do autocontrôle passará a agir e ocorrerá uma queda de preço e um posterior desânimo a novas adoções de melhores técnicas. Faz-se portanto necessário, também no Brasil, conhecer os fatores que se relacionam com êsse mecanismo controlador, para que se possa sugerir medidas que facilitem uma ampla expansão de melhores técnicas.

Êste é o objetivo do presente artigo. Infelizmente, por razões diversas, a análise que faremos a seguir não apresenta apreciação e a profundidade que desejávamos. Parte das conclusões e muitas das afirmativas que apresentamos, baseiam-se em observações de caráter pessoal. Não obstante, decidimos apresentar os resultados da análise por acreditar que, em princípio, o modelo que formulamos se ajusta aos ensinamentos econômicos, e por constatar que êle nos leva a conclusões de maior interêsse à elaboração de uma política em favor da agricultura. Ainda que a comprovação de nossas afirmativas deixe muito a desejar, as conclusões que apresentamos parecem-nos as melhores a que no momento se pode chegar e, por isso, merecem ser consideradas e discutidas com base nos elementos que apresentamos ou em evidências que não tenham sido por nós utilizadas, ou, mesmo, com base no conhecimento pessoal dos estudiosos dêsse assunto. Somos

de parecer que se impõe estabelecer certas linhas básicas de um programa em favor da agricultura do Brasil, e para fazê-lo teremos que nos basear em informações e conhecimentos de caráter pessoal, enquanto estudos e análises de caráter científico não são realizados. Julgamos, por isso, de utilidade preparar êsse trabalho e apresentá-lo a debates que poderão nos levar ao estabelecimento de melhores programas em favor da agricultura brasileira.

MODÉLO BÁSICO DA ANÁLISE

Iniciaremos nossa análise admitindo que o grau de expansão da melhoria técnica depende, em princípio, dos seguintes fatores:

a) da possibilidade econômica do emprêgo de melhorias técnicas e de interesse cultural dos agricultores de proceder a modificações em seu processo de trabalho;

b) da capacidade de mercado interno absorver maior volume de produtos agrícolas e dêstes poderem concorrer no mercado externo; e,

c) da possibilidade de se poder transferir recursos da agricultura (mão-de-obra) para os setores não agrícolas.

Os dois últimos elementos (b e c) já foram mencionados na introdução, como preciosos a partir dos quais estabelecemos o funcionamento do mecanismo de autocontrôle. O fator que incluímos no item a, diz respeito ao grau de incentivo dos agricultores para adotar nova técnica. É também fator dos mais importantes, pois, quanto maior o incentivo maior será o interesse do agricultor em adotar a nova técnica e mais ampla, portanto, sua expansão no setor agrícola. Em nossa análise consideramos êsse fator pelos elementos que o determinam e que são: a possibilidade econômica oferecida pela nova técnica e o interesse cultural que os agricultores têm em modificar seus processos de trabalho; elementos êsses que serão examinados com detalhes logo a seguir.

Com base nesse modelo de análise, podemos examinar mais objetivamente a posição do Brasil. Antes, porém, devemos salientar que existem três diferentes classes de agricultura, no Brasil, as quais se distinguem principalmente pelo nível de técnica e pelo grau de produtividade. Convém descrevermos rapidamente essas classes, pois, nas análises que a seguir faremos, teremos, por vêzes, de considerá-las separadamente.

AGRICULTURA EXTENSIVA DE ZONAS NOVAS

Como diz o título, é a agricultura que se localiza nas zonas de recente ocupação. São mais freqüentes na região Oeste de São Paulo, Norte do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul de Goiás. No momento está se iniciando a ocupação do Sul do Pará e Norte de Mato Grosso. A agricultura dessas áreas é primitiva, feita muitas vezes na base da enxada, mas apresenta produtividade muito elevada, devido à fertilidade natural dos solos, e, por conseguinte, proporciona custos de produção baixos e lucros satisfatórios para os agricultores.

Parte ponderável do suprimento de importantes produtos agrícolas como: milho, mandioca, feijão, café, algodão, carne etc., provém dessa agricultura e podem por tese serem chamados de “produtos tradicionais”. Como se trata de uma produção de alta produtividade e de baixo custo de produção, o suprimento dessas áreas contribui para que os preços dos mercados consumidores do país não se apresentem em níveis ainda mais elevados. Também graças à constante expansão dessas áreas novas é que o Setor Agrícola pode absorver a alta taxa de crescimento da população agrícola do país.

AGRICULTURA EXTENSIVA DE TERRAS VELHAS

Com o uso inadequado dos solos nas zonas novas, a agricultura perde, no fim de algum tempo, os altos índices de rendimento. Com isso, parte da população muda-se mais para o interior em busca de novas áreas de terras virgens; parte, porém, permanece nas áreas envelhecidas e continua com o mesmo tipo de agricultura, mas plantando áreas menores, de modo a poder adotar um sistema mais amplo de rotação de cultura, com capoeira ou terras de pasto, num tentativa de manter a remanescente fertilidade do solo. Esta agricultura, ocupando áreas muito extensas em todo interior do país, também é responsável por parte significativa do suprimento dos produtos que chamamos acima, de “tradicionais”; trata-se, porém, de uma agricultura de baixo nível técnico e de baixa produtividade, que somente se mantém devido aos baixos níveis salariais vigentes nessas áreas, facilidade de acesso aos grandes mercados, e à pequena renda a que se acomodam os agricultores proprietários da região.

Na zona velha (assim como na zona nova), encontram-se alguns agricultores mais evoluídos, empregando técnicas

modernas de produção. Encontram-se, por exemplo, produtores de arroz no Rio Grande do Sul e no Vale do Paraíba em São Paulo, irrigando suas terras e usando máquinas para a colheita de seus produtos, assim como produtores de algodão adubando suas terras e pulverizando adequadamente suas lavouras. A par desses exemplos, encontra-se, porém, uma grande maioria de produtores de arroz e de algodão utilizando exclusivamente técnicas mais primitivas.

AGRICULTURA INTENSIVA, PRÓXIMA AOS CENTROS URBANOS

Somente nas regiões próximas dos grandes centros urbanos é que se encontra uma agricultura moderna, em seu aspecto global. Essa agricultura se restringe à produção de certos artigos de maior consumo dos centros urbanos, tais como: ovos, aves, frutas, legumes e verduras, produtos esses que podemos chamar de “modernos”, em contraposição aos “produtos tradicionais” acima mencionados. Nessas áreas e na produção desses artigos, não subsistem, praticamente, os agricultores que empregam técnica tradicional, e isso porque a produção desses artigos exigem, em geral, o combate a pragas e moléstias, o uso de adubações, o emprêgo de rações, de melhores cultivos etc. que não podem ser atendidos pela agricultura tradicional. Com esses produtos, ou os agricultores adotam técnicas modernas de produção e cultivo ou são obrigados a desistir de produzi-los, dedicando-se, de vez, a outros produtos que podem ser cultivados com técnicas tradicionais.

Após a descrição dessas três classes de agricultura, podemos voltar ao exame dos fatores que determinam o grau de expansão de novas técnicas no Brasil.

POSSIBILIDADE ECONÔMICA E INTERESSE CULTURAL DOS AGRICULTORES

Vejam a importância do primeiro elemento apontado em nosso modelo, como responsável pela expansão de melhores técnicas, que é a possibilidade econômica oferecida por novas técnicas e o interesse cultural dos agricultores em mudar suas técnicas tradicionais. Quanto à possibilidade econômica, sabe-se que a adoção de uma técnica moderna, do ponto de vista estritamente econômico, depende principalmente das duas seguintes relações:

a) da produtividade física dessa técnica, isto é, da relação entre a quantidade de fatores (inputs) gastos com o seu emprêgo e da quantidade adicional de produtos obtidos com ela; e

b) da relação entre preços dos inputs gastos com essa técnica e preços dos produtos obtidos com ela.

Da interação dessas duas relações, conforme expressa a equação seguinte, obtém-se a relação final Benefício/Custo, que determina o grau de lucratividade dessa técnica:

$$\frac{\text{Quantidade de Produto}}{\text{Quantidade de Fatores (input)}} \times \frac{\text{Preço do Produto}}{\text{Preços dos Fatores (input)}} = \frac{\text{Benefício}}{\text{Custo}}$$

Essa equação nos centros dos fatos de importância, mostra-nos, primeiro, que a possibilidade de adoção de uma nova técnica depende, entre outros fatores, dos preços dos produtos colhidos, o que confirma o que vimos afirmando com relação a haver um desestímulo na expansão de melhores técnicas quando ocorrem quedas nos preços de mercado desses produtos. E nos mostra, também, que não basta haver num país atraso generalizado de técnica para se afirmar (como é comum no Brasil) que as possibilidades de adoção de novas técnicas são muito grandes. Faz-se sempre necessário examinar os elementos da equação acima mencionada, isto é, a produtividade física e a relação de preços para se concluir que as possibilidades econômicas de adoção e de expansão de novas técnicas são muito ou pouco favoráveis ou mesmo desfavoráveis.

No caso do Brasil, o exame desses elementos leva-nos a afirmar que as possibilidades nesse sentido não são favoráveis, conforme se depreende dos fatos a seguir relatados:

a) os preços dos fatores modernos de produção, tais como os adubos, tratores, máquinas, inseticidas etc., são muito dispendiosos quando em confronto com outros países, devido, entre outros fatores, à proteção excessiva à indústria nacional e às falhas de comercialização.

Nesse sentido, podemos reportarmo-nos aos números que divulgamos recentemente ⁴ em que, mostramos que um agricultor brasileiro tinha que dar 25% mais de arroz do que um agricultor americano para adquirir uma unidade de nitrogênio e 161% mais do que o agricultor japonês; e, quanto

4) R. M. Paiva, obra citada.

ao milho, o agricultor brasileiro tinha também que dar 25% mais do que o agricultor americano e 17% mais do que o agricultor da Índia. Com referência ao trator, a situação também se mostra bastante desfavorável, bastando dizer que em 1965 um trator custava no Brasil Cr\$ 9.500.000, ou seja, cerca de 150 meses de salário mínimo, enquanto que nos Estados Unidos não custava mais do que 4.500 dólares, ou seja apenas 18 meses de salário de um trabalhador rural.

b) Os preços dos produtos agrícolas, que chamamos tradicionais, nem sempre se mostram suficientemente elevados para compensar o emprêgo desses inputs modernos, pois grande parte da produção provém das regiões novas, de terras férteis, em que a produção é realizada a baixo custo, de modo que o preço no mercado ainda reflete essas condições de oferta, não subindo por isso a níveis que estimulem o emprêgo de técnicas que exigem inputs modernos. Com os produtos que chamamos de modernos, a situação é diferente, pois conforme foi dito, esses produtos não podem ser produzidos sem o emprêgo desses fatores de modo que os preços são forçados a subir a níveis que permitem a utilização desses fatores modernos.

c) A produtividade física com o emprêgo de inputs modernos não chega a alcançar índices mais favoráveis devido à falta de experimentação agrícola que forneça informações sobre o emprêgo mais eficiente desses elementos. Em apenas poucas regiões do país encontram-se trabalhos experimentais que podem ajudar o agricultor nesse sentido.

d) E, por último, é preciso considerar as flutuações de preços de mercado que são excessivas no Brasil, conforme veremos em outro capítulo, o que aumenta o risco financeiro da atividade agrícola, desestimulando os agricultores a proceder os investimentos que se fazem necessários para a melhoria de técnica.

Afora os elementos acima enumerados, é preciso convir que a adoção de melhores técnicas por parte de agricultores tradicionais, não consiste apenas numa questão contábil, de benefício e custo. Não basta que se prove que os resultados financeiros e econômicos são favoráveis. É preciso ver se o nível de lucro é suficientemente alto para dar ao agricultor o incentivo que eles necessitam para enfrentar todos os riscos e "sacrifícios" de uma mudança de técnica.

Essa atitude do agricultor em relação aos "benefícios" e aos "sacrifícios" da adoção de uma nova técnica, depende do grau de cultura e conhecimento técnico de que eles dispõem.

Para os mais “tradicionais”, que são mais apegados aos seus costumes e modo comum de vida, é preciso que os benefícios econômicos, isto é, as perspectivas de ganho, sejam muito mais favoráveis para que se decidam ao “sacrifício” de aprender a adotar novas técnicas.

E, nesse sentido, a situação do Brasil é muito desfavorável. O nível cultural do nosso agricultor é muito baixo e, por isso, êle somente reage e se dedica a modificar sua técnica quando as perspectivas de ganho são muito elevadas. Quando os benefícios são pequenos, êle não se interessa. Devido ao seu baixo nível cultural, tôda mudança de técnica implica em riscos e em sacrifícios, se não de caráter material ou físico pelo menos de natureza mental (com o processo de aprendizagem) e de natureza emocional (com as mudanças de costumes e de hábitos que lhe são em geral de grande valor). E êsses “sacrifícios” somente são aceitos pelo agricultor quando as perspectivas de benefício financeiro são muito favoráveis, o que, aliás, não é fácil de ocorrer no Brasil, conforme mostramos ainda há pouco.

Com base nesses elementos, pode-se dizer que é pequeno o incentivo para a melhoria de técnica no Brasil, pois, como acabamos de ver, tanto as perspectivas de produtividade e de preço assim como o nível cultural dos agricultores não se mostram favoráveis nesse sentido. O grau de expansão da melhoria técnica tende assim a ficar sob maior dependência dos demais fatores incluídos em nosso modelo de análise e que serão examinados a seguir.

CAPACIDADE DO MERCADO ABSORVE MAIORES VOLUMES DE PRODUÇÃO

O segundo elemento do modelo formulado para examinar o grau de expansão da melhoria técnica diz respeito à capacidade de absorção do mercado em relação a um maior volume de produção. Vejamos, primeiramente, a capacidade do mercado interno, deixando o exame do mercado externo para posterior consideração.

A primeira vista, pode parecer grande a capacidade de absorver volumes adicionais de alimento, de nosso mercado interno. Temos uma grande população, com sinais evidentes de subnutrição, e mesmo nos centros urbanos ocorrem freqüentes crises de falta de certos alimentos. Entretanto, se considerarmos o problema do ponto de vista estritamente econômico, não se pode dizer que o mercado interno tenha

estado mal suprido nesses últimos anos. Estudos recentes mostram que a oferta tem crescido, de modo a atender ao crescimento efetivo da demanda. E um aumento no volume produzido de produtos agrícolas deve, portanto, refletir-se numa queda dos preços destes produtos para que possa ser consumido.

Vejamus então primeiramente o que nos dizem as flutuações de preços dos produtos agrícolas no Brasil para examinar depois as questões pertinentes à elasticidade — preço da demanda dos produtos agrícolas. Com esses elementos poderemos julgar da capacidade de absorção do mercado interno brasileiro para produtos agrícolas.

MERCADO INTERNO E FLUTUAÇÕES DE PREÇOS:

O exame das flutuações de preços no mercado dos produtores do Estado de São Paulo, poderá nos dar algumas informações relevantes a respeito.

Com os dados coletados e divulgados pela Divisão de Economia Rural, referentes aos preços médios mensais recebidos pelos agricultores de São Paulo, deflacionados pelo índice n.º 2 da Conjuntura Econômica, construímos a tabela n.º 2, em que se acham agrupadas as freqüências das quedas de acordo com os diferentes períodos de tempo (1, 4 e 8 meses) e com a magnitude das mesmas (10% 20% etc.) 6

Constata-se pois, por essa tabela, que a freqüência e a magnitude das quedas são muito intensas. A batata, a cebola, o feijão e o amendoim são os produtos que nos 140 meses de período estudado (janeiro de 1955 a agosto de 1966) apresentaram maior número de quedas de um mês para outro, com 42, 38, 23 e 19 vezes, respectivamente. E tomando-se períodos mais prolongados, de 4 meses também se mostram freqüentes, pois a batata sofreu 16 quedas, o

5) Ver: A. Delfim Netto e outros — «Agricultura e Desenvolvimento no Brasil» Estudos Anps n.º 5 — São Paulo R.M. Paiva — obra citada.

6) Poderíamos ter comparado os diferentes produtos, através das flutuações ocorridas em torno de seus preços mensais médios. Aliás, fizemos tal confronto com dois produtos: arroz e feijão. Para o arroz encontramos um preço médio de 184 cruzeiros e um desvio padrão de 50,66 que nos levou a um coeficiente de variação de 0,27; e para o feijão encontramos um índice de variação muito mais elevado, pois para um preço médio de 277 cruzeiros tivemos um desvio de 129,29, o que nos deu um coeficiente de variação muito mais alto, de 0,47. Todavia, resolvemos considerar somente as quedas ocorridas nesses preços e tabelas de acordo com a freqüência e a magnitude das mesmas, por julgar que obteríamos, desse modo, elementos de informação de maior interesse para nossa análise.

feijão 10 e o amendoim 13 e a cebola 11. É de se notar que a magnitude das quedas também se mostra elevada com êsses produtos, pois 15 das 16 quedas de batata eram de mais de 30% ,assim como 7 das 10 quedas de feijão, 4 das 13 de amendoim e 9 das 11 de cebola, (7 das 11 quedas dêsse último produto eram superiores a 50%).

Como o arroz e o milho, as frequencias de queda de 1 mês para outro não são tão elevadas, pois ocorrem 11 e 18 vêzes respectivamente nos 140 meses. Todavia, se considerarmos as quedas ocorridas num período de 4 meses (e que geralmente ocorrem antes e durante a colheita) constata-se que as frequências são de 11 a 10 vêzes, sendo que a magnitude dessas quedas também é acentuada, pois em 5 das 11 quedas do arroz e em 6 das 10 do milho elas foram superiores a 30%. Considerando que estamos analisando os dados de 11 anos de culturas, significa que praticamente na metade destas (5 na de arroz e 6 na de feijão), ocorreram quedas de preços de 30 ou mais %, o que é excessivo para qualquer atividade econômica.

Os produtos de origem animal mostram flutuações de preços menores. Os preços do boi e do porco gordo, mostram apenas 2 quedas mensais superiores a 10%. As flutuações de 4 meses mostram-se mais freqüentes, 6 e 9 vêzes, respectivamente, mas de magnitude pequena, pois nenhuma superior a 30%. Com os ovos, todavia, a flutuação foi bastante acentuada, sofrendo 20 quedas de um mês para outro, e 11 quedas no período de 4 meses sendo que destas últimas 5 foram iguais ou superiores a 30%.

A freqüência e a magnitude dessas quedas mostram que o mercado dos produtos agrícolas em São Paulo, é extremamente sensível, o que, de certo modo, mostra uma incapacidade dêsse mercado de absorver maiores volumes de produção. É verdade que muitos outros elementos agem no mercado no sentido de também forçar quedas de preços. Pode-se, nêsse sentido, citar a falta de transporte, comercialização eficiente; assim como as possibilidades que gozem de posições monopolíticas no comércio dêsses produtos, além de muitos outros elementos. Entretanto, a causa principal dessa flutuação parece residir mesmo nas flutuações de produção de ano para outro. Ao menos é o resultado que se obtém ao se relacionarem as flutuações dos preços e das produções dos principais produtos: arroz e o milho para os quais obtivemos um índice de correlação muito alto de — 0,7021 para o primeiro dêsses produtos e um pouco menor para o

segundo com — 0,5166 7. Esses índices nos mostram que 70% e 51%, respectivamente, das flutuações dos preços desses produtos se explicam pelas flutuações de produções, o que de certo modo confirma que é pequena a capacidade de absorção do mercado para acréscimos de produção.

MERCADO INTERNO E ELASTICIDADE-PREÇO DA DEMANDA:

A absorção pelo mercado interno de maiores volumes de produtos agrícolas, (se não ocorrerem outras modificações na economia nacional), pode ser medida pelo coeficiente de elasticidade-preço da demanda desses produtos. Impõe-se, então, indagar da posição dos produtos agrícolas no mercado brasileiro, em relação a esse coeficiente e, a seguir, indagar das possibilidades de que a adoção e a expansão de melhores técnicas no setor agrícola nacional traga um aumento de produção e uma diminuição de custo semelhantes aos valores estabelecidos por esse coeficiente.

Não existem, no Brasil, estudos satisfatórios a respeito da elasticidade-preço da demanda dos produtos agrícolas 8. Sabe-se por estudos realizados em outros países que esse coeficiente é, em geral, baixo, para os produtos agrícolas. Prof. G. S. Shepherd em seu livro de texto "Agricultural Price Analysis", cita nas páginas 63-65 que o coeficiente dessa elasticidade nos Estados Unidos é de —0,3 para ovos, —0,46 para porcos e —0,5 para milho, o que significa que se a produção aumenta de 10%, os preços caem de 30, 46 e 50%, respectivamente.

No Brasil, considerando o nível baixo de renda dos consumidores, a elasticidade não deve ser tão baixa 9. Pode-se a grosso modo admitir que ela situe em torno de —0,8, sendo que se deva mostrar, menos inelástica para produtos como carne, ovos, leite e, possivelmente, ainda mais inelástica para

7) Foram confrontadas as diferenças de produção de um ano para outro com as diferenças de preços ocorridas entre as médias dos meses de março, abril, maio e setembro-outubro-novembro do ano anterior.

8) Ao contrário do que ocorre com a elasticidade-preço, os estudos da elasticidade-renda da demanda dos produtos agrícolas já se mostram mais frequentes. Ver: Projeções da Oferta e Demanda dos Produtos Agrícolas para o Brasil — Flutuações de Preço e Estrutura da Demanda da Banana no Mercado de São Paulo — Agricultura em São Paulo — Ano XI n.º 8-12 pág. 1-1964 S.A. Brandt — e P.D. Criscuolo — Estrutura e Demanda do Leite Pasteurizado e de Ovos de Granja no Mercado de São Paulo — Agricultura em São Paulo Ano XII ns.º 9-10 pág. 63 — 1963.

9) Persio C. Junqueira em tese apresentada na Universidade de Ohio State Análise da Demanda para Produtos Agrícolas Seleccionados do Estado de São Paulo (não publicado) calcula para o milho um coeficiente de elasticidade-preço para esse Estado de —0,9.

outros produtos, como farinha de mandioca, arroz, milho, feijão etc., produtos êsses de que a população já se acha mais ou menos suprida.

Para prosseguir com a análise da capacidade de absorção do mercado interno em relação a um maior volume de produção, podemos aceitar o coeficiente de elasticidade-preço de $-0,8$, o que significa que para um aumento de produção de 10% os preços devem cair 12,5% ou melhor para um aumento de 20 uma queda de 25%. E, como base nesse coeficiente formularia a seguinte pergunta: poderá o Brasil, através da adoção e expansão de uma melhoria técnica, conseguir que um aumento global de produção agrícola de 20% venha acompanhado de uma diminuição geral de custo de produção de cerca de 25%? É importante saber se isso pode ocorrer para ver se o mercado poderá permanecer em equilíbrio, isto é, para que os produtores não se sintam desestimulados financeiramente em suas atividades de produção, pois se há uma queda de preços de 25% também haverá necessidade de uma redução de custo de 25%, para que anulem os inconvenientes de decréscimo de preço. Se porém o aumento de produção for superior ao decréscimo de custo então a expansão da melhoria técnica não poderá se processar sem sentir os efeitos do mecanismo de autocontrôle.

Cabe, pois, examinar os aumentos de produção e as diminuições do custo, que se podem obter no Brasil com a adoção de melhores técnicas.

Para examinarmos objetivamente êsse ponto, deveríamos contar com dados das Estações Experimentais, referentes aos aumentos em unidades físicas de produção relacionadas com a adoção de novas técnicas, assim como dados referentes às despesas incorridas com o emprêgo dessas técnicas. Infelizmente, os dados fornecidos pelas Estações Experimentais, com referência à produtividade física, são ainda muito insuficientes no Brasil. A Divisão de Economia Rural de S. Paulo, em suas determinações de custo de produção, tem procurado contornar essa falha, adotando aumentos de produtividade física calculados com base nas observações pessoais que seus técnicos fazem junto aos agricultores que adotam os diferen-

10) Proposições semelhantes, mudando apenas as porcentagens de aumento de produção e decréscimo de preço podem ser formuladas se o coeficiente de elasticidade for diferente de $-0,8$. O importante a observar, é que a relação entre a porcentagem de aumento de produção e de decréscimo de preço representada pelo coeficiente não pode ser superior à relação que ocorre entre aumento de produção e diminuição de custo (como fruto da expansão de melhoria técnica) para que não haja queda de preço no mercado que desestimula os produtores.

tes níveis de técnicos e junto às próprias Estações Experimentais que trabalham com essas técnicas.

Com base nos estudos já divulgados por essa Divisão, em que foram comparados os custos de produção de diferentes técnicas, pudemos construir o Quadro I, que nos fornece algumas informações a êsse respeito. Constata-se nesse quadro que o emprêgo de técnica em nossa agricultura não resulta num aumento de produção e numa redução de custo, na proporção acima mencionada de 20% de aumento e 25% de redução.

Constata-se, ao contrário, que há entre êsses valôres um sensível descompasso, pois o aumento de produção é sempre maior do que a diminuição do custo. Assim, o café e a mandioca apresentam aumentos de produção, por unidades de área e por unidade de mão-de-obra, muito mais elevados (300% e 100% para área e 143% e 48% para mão-de-obra, nas duas culturas, respectivamente do que as diminuições de custo de produção que são de apenas — 36% para o café e — 8% para a mandioca. Com a cultura do milho, constata-se também grandes aumentos de produção por unidade de área e de mão-de-obra, principalmente desta última, que atinge a 309% em confronto com 50% da área, o que explica pela colheita dêsse produto poder ser fãcilmente mecanizada. Todavia, observa-se que o custo de produção desta cultura, em lugar de diminuir com a melhoria de técnica, sofre um acréscimo de 16% e de 12%, conforme o grau de técnica empregada. Aliás, na cultura da batata, é que se observa com mais intensidade dêsse fenômeno da melhoria técnica ser acompanhada por um aumento de custo por unidade de produto. Com essa cultura, apesar do aumento de produção por área e por mão-de-obra ter sido de 60% e de 124% e 33%, respectivamente, (de acôrdo com as diferentes técnicas) o custo de produção se elevou até 48%¹¹. Sômente com a cultura de amendoim é que se observam resultados mais próximos à proporção inicialmente estabelecida, pois para um aumento de produção por homem-dia de 40%, teve-se uma redução de custo de 41%. Essa proporção aliás, modifica-se se considerarmos o aumento de produção por unidade de área que foi muito elevada, de mais de 178%.

11) Aliás, o fato do custo de produção por unidade de produto não apresentar necessãriamente, decréscimos em seus valôres com a melhoria técnica, não é de se estranhar. Reflete, em parte, o que dissemos anteriormente com referência aos preços dos inputs modernos serem muito elevados no Brasil e em parte, também, a evolução natural da curva de custo por unidade que tende a inverter sua inclinação com o evoluir do processo de intensificação.

QUADRO I

Frequência e magnitude das quedas dos preços médios mensais (deflacionados) recebidos pelos produtores do Estado de São Paulo (janeiro de 1955 a agosto de 1966)

Período de Queda	Magnitude da queda em %	FREQUÊNCIA DE QUEDAS POR PRODUTO								
		Arroz	Feijão	Milho	Batata	Cebola	Amendoim	Boi gordo	Porco gordo	Ovos
1 mês	de 10 a 15	7	7	13	10	5	8	2	2	4
	de 15 a 20	3	4	3	15	6	8	—	—	7
	de 20 a 30	1	7	2	13	12	3	—	—	7
	de 30 a 40	—	2	—	3	7	—	—	—	2
	de 40 a 50	—	3	—	1	4	—	—	—	—
	de 50 a 60	—	—	—	—	3	—	—	—	—
	+ de 60	—	—	—	—	1	—	—	—	—
4 meses		11	23	18	42	38	19	2	2	20
	de 10 a 20	5	2	1	—	—	5	5	6	3
	de 20 a 30	1	1	3	1	2	4	1	3	3
	de 30 a 40	5	2	6	5	1	3	—	—	2
	de 40 a 50	—	4	—	5	1	1	—	—	2
	de 50 a 60	—	—	—	4	1	—	—	—	1
	de 60 a 70	—	1	—	1	1	—	—	—	—
de 70 a 80	—	—	—	—	2	—	—	—	—	
+ de 80	—	—	—	—	3	—	—	—	—	
8 meses		11	10	10	16	11	13	6	9	11
	de 20 a 30	2	2	1	1	—	3	3	5	6
	de 30 a 40	1	1	3	4	1	2	1	1	3
	de 40 a 50	1	1	3	1	1	—	—	—	—
	de 50 a 60	—	1	—	2	2	1	—	—	—
	de 60 a 70	—	2	—	—	—	—	—	—	—
	de 70 a 80	—	—	—	—	2	—	—	—	—
+ de 80	—	—	—	—	1	—	—	—	—	
		4	7	7	8	7	6	4	6	9

Fonte: Dados originais da Divisão de Economia Rural — São Paulo.

Quadro II

Produções por unidade de área e dia homem, e custo de produção para diversas culturas e a diferentes níveis de técnica, no Estado de São Paulo.

Culturas e	Produção por Unidade de Área		Custo de Produção por Unidade do Produto		Dias de Homem por Unidade de Área		Produção por Dia Homem		
	Níveis Técnicos	Scs.	% de au- mento ou diminuição	Cr\$	% de au- mento ou diminuição	N.º de Dias	% de au- mento ou diminuição	Scs.	% de au- mento ou diminuição
Café sem adubo, pouco estêrco	25 arro. benef. p/1.000 pés		10.476p/sc.	—	90	—			
com 645 kg/1.000 pés + estêrco	50 benef.	+ 100	8.289	— 20	107	+ 16	0,28	—	
com 925 pés + estêrco	75 "	+ 200	7.175	— 31	127		0,47	+ 68	
com 1.440 pés + estêrco	100 "	+ 300	6.651	— 36	143		0,59		
							0,68	+ 143	
Milho									
Tração animal — c/									
108 kg de adubos	50	—	23,6	—	42	—	1,20	—	
215 kg de adubos	57	+ 14	22,6	— 4	45	+ 7	1,30	+ 8	
Motomecanizada c/									
433 kg de adubos + calcáreo	61	+ 22	27,5	+ 16	18	— 57	3,40	+ 183	
976 kg de adubos + calcáreo	79	+ 58	26,8	+ 12	16	— 62	4,90	+ 303	
Mandioca									
sem adubo	50	—	820	—	149	—	0,33	—	
com adubo	100	+ 100	750	— 8	203	+ 36	0,49	+ 48	

Batata

Tração animal e Cr\$ 114.800 de adubo	500	—	1.179	—	245	—	2,10	—	
Motomanual e Cr\$ 196.800 de adubo	800	+ 60	1.330	+ 12	173	— 29	4,60	+ 119	
Moto só e Cr\$ 221.400 de adubo	500	—	1.617	+ 37	106	— 56	4,70	+ 124	
Moto, manual irrigado, Cr\$ 351.900 de adubo	800	+ 60	1.745	+ 48	288	+ 18	2,8	+ 33	
Amendoim									
Animal sem adubo	85	—	3.600	—	68	—	1,2	—	
Animal com adubo	194	+ 128	2.227	— 37	118	+ 73	1,6	+ 33	
Mecânica sem adubo	119	+ 40	3.390	— 6	93	+ 37	1,3	+ 8	
Mecânica com adubo	236	+ 178	2.106	— 41	135	+ 98	1,7	+ 40	

Fonte:

Café — A. A. Junqueira — “Agricultura em São Paulo” — Ano X n.º 2 pág. 33 — 1963 — Calculado com base em propriedades com 4 diferentes níveis de produtividade. Dados representam um resumo de diversos levantamentos executados pela divisão.

Milho — O. T. Etori e M. J. U. Falcão — “Agricultura em São Paulo” — Ano XIII ns. 3-4 pág. 1 — 1966. Dados obtidos através do preenchimento por agricultores de Itapeva de fichas especiais com assistência periódica dos técnicos da Divisão.

Batata — O. T. Etori — “Agricultura em São Paulo” — Ano X n.º 2, pág. 1 -- 1963. O processo motomecanizado e manual foi calculado com base nos dados coletados em explorações situadas nas zonas de Capão Bonito, Piedade e Ibiúna; o processo mecanizado à tração animal com dados de Vargem Grande; o processo inteiramente mecanizado com dados de Tremembé no Vale do Paraíba; e o motomecanizado, manual e irrigado com dados de Bragança.

Mandioca — O. T. Etori e L. M. Pelegrini — “Agricultura em São Paulo” -- Ano XII, ns. 11 e 12, pág. 1 — 1965. Dados obtidos por entrevistas diretas com os produtores. Incluímos apenas dados das culturas do Município de Cândido Mota.

Amendoim — O. T. Etori e M. J. Falcão — “Agricultura em São Paulo” — Ano XII, ns. 3-4, pág. 1 — 1965. Os dados coletados em culturas nos municípios de Marília e Pres. Prudente através de preenchimento pelos agricultores de fichas especiais com assistência periódica dos supervisores da Divisão.

Constata-se pelos exemplos acima mencionados, que não se tem obtido em São Paulo, com a adoção de melhoria técnica, um aumento de produção e uma diminuição de custo em proporções próximas às proporções acima citadas; isto é, se tem de 20% e 25%. Não somente a diminuição de custo se mostra menor e muito irregular como o aumento de produção parece ocorrer em proporções muito mais elevadas. O mesmo com mais razão deverá ocorrer nos demais Estados do Brasil, onde é mais ecentuado o atraso do nível técnico das atividades agrícolas. E se considerarmos os aspectos da expansão (e não pròpriamente o da adoção) do nível técnico no Brasil, o problema do aumento de produção torna-se ainda mais sério, pois teremos de considerar principalmente o aumento da produção por unidade de mão de obra, o qual é percentualmente, muito mais elevado do que da unidade de área. Somos levados a encarar de preferência a produtividade da mão de obra por considerar que ao se tratar do aproveitamento global dos recursos do país, é mais provável que se deixe parte da terra disponível em descanso do que sem uso parte da mão de obra existente.

Conclui-se, então, que a posição do Brasil face ao problema da melhoria técnica não é de fácil solução, pois não somente a capacidade de absorção do mercado interno é pequeno como a capacidade de aumento da produção é ponderável o que virá ecentuar o papel do mecanismo de autocontrôle da expansão da melhoria técnica.

Vejamos, então a seguir se o mercado externo não pode se constituir num escoador para os aumentos de produção que poderão advir com a expansão da melhoria técnica.

POSSIBILIDADES DO MERCADO EXTERNO:

A posição do Brasil em relação ao mercado externo tem sido muito pouco satisfatória. A exportação de produtos agrícolas tem se limitado a uma faixa estreita de produtos. E as estatísticas oficiais mostram que afora certos produtos tradicionais, como café, cacau, algodão e uns poucos produtos relativamente novos como sizal e soja — cujas exportações se mantêm todos os anos em caráter constante — os demais produtos são exportados em volumes de maior significação, apenas ocasionalmente.

Cabe examinar se essa situação não pode ser modificada e se a agricultura do Brasil não pode vir a se aproveitar da enorme capacidade de absorção do mercado externo.

A exportação dos produtos agrícolas depende, principalmente, dos seguintes elementos:

- a) nível de preços do mercado interno
- b) custo de exportação
- c) taxa de câmbio
- d) nível de preço do mercado externo.

A grosso modo, pode se dizer que a exportação de um produto ocorre sempre que preço no mercado interno, acrescido das despesas de exportação (para colocar o produto CIF portos importadores) mostra-se inferior aos preços correntes nos mercados importadores, quando transformados ambos em moeda comum pela taxa de câmbio. Se, como dissemos, as exportações de diversos produtos agrícolas do Brasil ocorrem irregularmente, somente atingindo valores relevantes em alguns poucos anos, é porque um ou mais desses elementos se mostram desfavoráveis. Examinaremos, a seguir, posição desses elementos nas exportações brasileiras. Não incluiremos, todavia, o último deles, que diz respeito aos níveis de preços nos mercados importadores, pois se trata de um assunto amplo e complexo que não pode ser atendido através de um programa de caráter nacional, como o que podemos aplicar em nosso país. Vejamos somente a posição dos demais elementos, a começar pela taxa de câmbio.

No Brasil, a taxa de câmbio, tem sido um fator importante na determinação do volume de nossas exportações, pois nosso país vem mantendo há anos, uma política de intenso controle cambial. Essa política de um modo geral, tem resultado em taxas de câmbio irrealis e particularmente desfavoráveis para a exportação dos produtos agrícolas. A partir o ano de 1953, as medidas de controle cambial tornaram-se mais intensas com o estabelecimento de um sistema de taxas múltiplas de câmbio, que se mostrou ainda mais desfavoráveis à exportação dos produtos agrícolas e que foi denominada, com ressentimento pelos agricultores, de “regime de confisco cambial”. Apenas a partir de outubro de 1958, é que alguns produtos agrícolas começaram a ser exportados na base da taxa do mercado livre de câmbio. Mas as interferências do Governo continuaram, de uma forma ou outra, de modo que até hoje a taxa oficial de câmbio não representa no Brasil uma taxa real, isto é, uma taxa que equipare o nível geral de preços do Brasil, como os demais países que comercializam conosco.

Cabe pois, indagar, inicialmente se as possibilidades ocasionais de exportar êsses produtos do Brasil não se teriam transformado em possibilidades permanentes se a agricultura tivesse contado com taxas reais de câmbio.

Para responder a essa questão, examinaremos os dados referentes às exportações e aos preços do milho e do arroz, nesses últimos 18 anos. Como são dois produtos de exportação tipicamente ocasionais, podemos obter informações que podem ser generalizadas para os demais produtos dessa classe. E como não se dispõem de dados referentes às taxas reais, conforme definimos acima, utilizaremos as taxas publicadas pela Conjuntura Econômica do chamado mercado livre de câmbio e que melhor se aproximam das taxas reais no sentido acima definido.

Os quadros III e IV apresentam, para êsses dois produtos, os preços no interior de São Paulo, calculados em centavos de dólares à taxa do mercado livre do câmbio, confrontados com os preços nos portos importadores. Observa-se nesses quadros que as margens correspondentes às despesas de exportação (diferença entre preço no interior de S. Paulo e preço CIF nos portos de importação) variam de 0,8 a 4,5 cente de dólar por quilo para o milho e de — 6,4 a 11,9 cente para o arroz. Isso significa que em diversas ocasiões o preço anual dêsses produtos em nosso país estêve em nível muito acima dos preços nos países de mercado internacional, de modo que não teríamos podido manter todos os anos as exportações dêsses produtos, ainda que dispuséssemos sempre da taxa de câmbio de mercado livre. Observa-se, ainda nesses quadros a existência de uma certa relação entre as margens de despesas de exportação e as quantidades efetivamente exportadas. Assim é que para o milho, os períodos de maiores exportações como nos anos de 1950-51-52-54-55 e 1963-64-65, as margens foram maiores, atingindo valores superiores a 4 cente por quilo nos dois primeiros períodos e acima de 3 no último. Há porém uma exceção no ano de 1948 quando as exportações foram elevadas e a margem foi baixa de apenas 2,4. Com o arroz observa-se a mesma relação nos períodos 1950-51-52, 1961-62 e 1964-65, quando as exportações forem elevadas e as taxas também maiores. Todavia, com êsses produtos o número de exceções aumenta, pois temos os anos de 1956 e 1958-59 em que as exportações foram altas não obstante as margens serem baixas, chegando mesmo no ano de 1952, a ser negativa.

Quadro III

Milho: Confronto entre Preço Interno São Paulo, Preço no Exterior e Quantidade Exportada

Anos	Preço Interior São Paulo		Taxa de Câmbio do Mercado Livre	Preço Interior São Paulo em US cents por kg	Preço Vigente no Exterior US cents/kg	Diferença entre Preço Interno e Preço Externo	Quantidade Exportada Brasil
	Cr\$/sc	(1)	Cr\$/US\$			(2)	
1948	75		27	4,7	7,1	2,4	111,0
1949	78		29	4,5	6,8	2,3	—
1950	57		32	3,0	7,5	4,5	11,7
1951	77		30	4,3	8,9	4,6	295,2
1952	112		34	5,4	8,0	2,6	28,4
1953	134		45	5,0	7,7	2,7	—
1954	110		65	2,8	7,4	4,6	11,7
1955	212		74	4,8	7,3	2,5	80,0
1956	225		74	5,0	6,9	1,9	—
1957	223		76	4,9	5,7	0,8	—
1958	274		132	3,5	5,9	2,4	—
1959	408		159	4,3	5,8	1,5	—
1960	361		190	3,1	5,5	2,4	9,9
1961	720		290	4,1	5,5	1,4	4,0
1962	996		523	3,1	5,9	2,8	—
1963	1.280		903	2,3	6,1	3,8	699,9
1964	3.150		1.535	3,4	6,5	3,1	62,3
1965	3.630		1.920	3,1	6,4	3,3	559,7

Fontes:

(1) Divisão de Economia Rural

(2) Conjuntura Econômica — Rio

(3) Boletim Mensal de Economia e Estatística Agrícola — FAO — Roma

de 1955-1965 — Milho Amarelo Americano CIF, pôrto Europeu.

de 1948-1954 — Calculado com base no milho Amarelo Americano — Preço Atacado Mercado Chicago acrescido de 1,7 cents/kg que representa a diferença média entre os preços desse mercado e o CIF — pôrto europeu nos anos de 1954-55-56 e 57.

Quadro IV

Arroz: Confronto entre Preço Interno São Paulo, Preço no Exterior e Quantidade Exportada

Anos	Preço Interior São Paulo		Taxa de Câmbio do Mercado Livre	Preço Interior São Paulo em US cents por kg	Preço Vigente no Exterior	Diferença entre Preço Interno e Preço Externo	Quantidade Exportada Brasil
	Cr\$/sc	(1)	Cr\$/US\$	(2)	US cents/kg	(3)	US cents/kg
1948	247		27	15,2	—	—	330
1949	281		29	16,1	—	—	2
1950	203		32	10,6	18,8	8,2	140
1951	196		30	10,9	22,8	11,9	243
1952	322		34	15,7	21,6	5,9	253
1953	623		45	23,1	16,7	— 6,4	4
1954	638		65	16,3	15,6	— 0,7	—
1955	630		74	14,2	16,8	2,6	4
1956	799		74	17,9	16,8	— 1,1	151
1957	981		76	21,4	16,8	— 4,6	—
1958	1.150		132	14,6	16,4	1,8	76
1959	1.332		159	14,0	15,3	1,3	14
1960	1.433		190	12,6	14,7	2,1	—
1961	1.757		290	11,2	15,9	4,7	151
1962	4.781		523	15,2	17,4	2,2	46
1963	8.607		903	16,0	16,0	0	—
1964	11.060		1.535	12,0	15,3	3,3	78
1965	10.731		1.920	9,3	15,4	6,1	194 (4)

Fonte:

- (1) Divisão de Economia Rural
- (2) Conjuntura Econômica — Rio
- (3) Boletim Mensal de Economia e Estatística Agrícola — FAO — Roma
1955-1965 — Preço de Importação na Grã-Bretanha de Arroz da Tailândia.
1945-1955 — Preços Vigorantes no Atacado em Manila — Filipinas
- (4) até outubro.

A rigor, não seria mesmo de se esperar maior relação entre êsses valôres. Primeiro, porque nossos valôres se referem à taxa de câmbio do mercado livre enquanto as exportações se processaram a taxas oficiais que, como dissemos, eram em geral inferiores à taxa do mercado livre, mas, que não impedia que ocasionalmente as autoridades governamentais, durante a vigência do sistema de taxas múltiplas, favorecessem certos produtos com taxas especiais de câmbio, então chamadas “taxas simbólicas”, pois que eram adotadas ao nível que fôsse necessário para permitir a exportação dos excedentes acumulados. O arroz foi o produto mais beneficiado com essa taxa. Depois, convém considerar que nossas tabelas referem-se a preços médios anuais, sem considerar as diferenças de qualidade e tipos dos produtos agrícolas e, como se sabe, os preços variam muito em relação à classificação dos produtos de modo que é possível que as diferenças de preços para determinados tipos e qualidades que interessam à exportação fossem de fato maiores do que aquelas apresentadas em nossas tabelas. E por último, devemos considerar que as exportações desses produtos não têm se processado num mercado livre em que apenas as diferenças de preços determinam o volume exportado; ao contrário, o que tem acontecido é que, às vêzes o govêrno, procurando atender aos interêsses do mercado doméstico, tem proibido a saída desses produtos do país, o que faz com que a margem de preços se amplie sem que de fato ocorra a exportação; outras vêzes são transações especiais com certos países interessados em equilibrar o balanço de pagamentos com o Brasil que oferecem aos nossos produtos preços superiores aos preços correntes do mercado internacional, permitindo que se efetive a exportação ainda que às margens de nossas tabelas se mostrem pequenas.

Não obstante essas limitações, as tabelas III e IV, se apresentam à análise de nosso problema, pois representam a situação real dos preços internos e externos desses produtos e uma situação próxima do real no que diz respeito à taxa de câmbio. Interessa, pois, analisarmos mais detalhadamente os seus números. Através dêle, podemos, por exemplo determinar o número de anos em que haveria possibilidade¹² de se exportar êsses produtos, se a taxa do mercado livre de câmbio tivesse sido mantida pelo Brasil. Podemos,

12) Note-se que nos referimos apenas a «possibilidade de exportar», pois a efetivação de exportação virá depender da agricultura poder ampliar a produção nas bases desses preços.

assim, julgar da importância da taxa de câmbio como fator impediante de nossas exportações.

Para procedermos a nossa determinação necessitamos conhecer um outro elemento, que é o custo da exportação ou seja o montante das despesas para colocar o produto do interior de São Paulo à CIF nos portos de importações. Não existem dados preciosos a êsse respeito. Dados aproximados podem ser obtidos, para alguns anos, em artigos publicados na revista "Agricultura em São Paulo". Com base nas informações prestadas nesses artigos, pudemos organizar o quadro V, no qual se constata que as despesas de exportação de milho variaram de 4.2, 4.0, 4.3, 4.7 e 4.8 centavos de dólares por quilo nos anos de 1958, 1959, 1961, 1962 e 1966, respectivamente. Para o arroz, foi possível obter as despesas para os anos de 1958 e 1961 que foram em ambos os casos de 5,5 centavos de dólar por quilo. Ainda que se tomem os valores mais baixos dessas despesas que são 4.0 para o milho e 5.5 para o arroz, os resultados não são animadores, pois, constata-se que nesse período, o milho poderia ter sido exportado apenas três vezes e o arroz, apenas quatro vezes. Isso confirma o que dissemos há pouco: ainda que tivéssemos tido o mercado livre de câmbio para êsses produtos, não teríamos tido maiores possibilidades de exportação.

Vejamos a seguir, com base nos mesmos dados, outro aspecto importante dêsse problema, isto é, se essas possibilidades aumentariam com uma redução das despesas de exportação. Suponhamos que se pudesse obter um decréscimo nas despesas de exportação de 30% sôbre os valores médios, êsses preços, o que nos parece perfeitamente admissível. Nesse caso, o custo de exportação seria de cerca de 3 cente/kg para o milho e de 4 cente para o arroz. Com base nesses decréscimos, podemos observar o quadro em questão que as possibilidades de exportar milho seriam de 6 nos 18 anos do período examinado e de 5 dos 16 anos do período examinado para o arroz, o que não se mostra um aumento de maior significação.

Resta, então, examinarmos se as possibilidades de exportação aumentariam se se conseguisse, juntamente com a redução das despesas de exportação, um decréscimo no nível dos preços internos dêsses produtos; hipótese essa, coerente com a linha de nosso trabalho que é a de estudar o aumento de produtividade através da melhoria técnica, e que deve trazer para nossa agricultura, como já dissemos, uma diminuição de custo e de preço no mercado interno.

Quadro V

Cálculo das Despesas de Exportação:

Ano	M i l h o					A r r o z (3)	
	1958	1959	1961	1962	1966	1958	1961
Preço Interior	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
São Paulo (1)	274/sc	408/sc	720/sc	996/sc		1.150/sc	1.757/ton
Despesas:			(2)	(2)	(2)		(2)
Interior/São Paulo	1.350/ton	1.660/ton	2.490/ton	4.627/ton	27.540/ton	2.110/ton	3.952/ton
São Paulo/Santos			480/ton	773/ton			690/ton
Santos/FOB	1.130/ton	1.160/ton	2.830/ton	5.957/ton	19.320/ton	2.000/ton	4.400/ton
Taxa de Câmbio							
Cr\$/US\$	132	160	290	523	2.200	132	290
Despesas colocar CIF	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$
— Europa	23,9/ton	22,4/ton	23,1/ton	26,94/ton	27,0/ton	24,3/ton	23,5/ton
Total Despesas	4,2 cents/kg	4,0 cents/kg	4,3 cents/kg	4,7 cents/kg	4,8 cents/kg	5,5 cents/kg	5,5 cents/kg

Fontes:

1958 — Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo — Agricultura; pág. 49 — 1959

1959 — “Agricultura em São Paulo” Ano VII n.º 2, pág. 27 — fevereiro 1960

1961 — 1962 — “Agricultura em São Paulo”, Ano IX, n.º 12 — Dezembro 1962.

1966 — Comissão de Financiamento da Produção — Preços Mínimos para a Região Centro-Sul do País — Safra 1966-67. Refere-se às despesas do Porto de Paranaguá.

(1) Divisão de Economia Rural — São Paulo.

(2) Calculados com base nos custos de 1958 acrescidos da desvalorização do cruzeiro.

(3) Arroz beneficiado.

Quadro VI

Confronto entre Preço no Mercado Interno e Preço no Exterior

Anos	Milho			Arroz (beneficiado)		
	Preço Interior São Paulo US\$ cents/kg	Preço Vigente Exterior menos despesa exportação (3 cents) em US\$ cents/kg	% de redução no preço interno para se igualar preço externo	Preço Interior São Paulo US\$ cents/ks	Preço Vigente Exterior menos despesa exportação (4 cents) em US\$ cents/kg	% de redução no preço interno para se igualar preço externo
1948	4.7	4.1	— 12.7	—	—	—
1949	4.5	3.8	— 15.5	—	—	—
1950	3.0	4.5	—	10.6	14.8	—
1951	4.3	5.9	—	10.9	18.8	—
1952	5.4	5.0	— 7.4	15.7	17.6	—
1953	5.0	4.7	— 34.0	23.1	12.7	— 45.0
1954	2.8	4.4	—	16.3	11.6	— 28.8
1955	4.8	4.3	— 10.0	14.2	12.8	— 9.9
1956	5.0	3.9	— 22.0	17.9	12.8	— 28.5
1957	4.9	2.7	— 45.0	21.4	12.8	— 40.0
1958	3.5	2.9	— 17.0	14.6	12.4	— 28.7
1959	4.3	2.8	— 34.0	14.0	11.3	— 19.3
1960	3.1	2.5	— 19.0	12.6	10.7	— 15.0
1961	4.1	2.5	— 39.0	11.2	11.9	—
1962	3.1	2.9	— 6.0	15.2	13.4	— 11.8
1963	2.3	3.1	—	16.0	12.0	— 25.0
1964	3.4	3.5	—	12.0	11.3	— 5.0
1965	3.1	3.4	—	9.3	11.4	—

Para se processar tal exame, basta compararmos os preços internos com os preços externos após descontar destes as despesas de exportação (com as reduções de 30% a que fizemos referência acima) e, a seguir, calcular as porcentagens de quedas que seriam necessárias para que os preços internos se iguallassem aos preços externos, tornando assim possível a exportação desses produtos. Conforme se constata na Tabela VI, uma redução de 20% nos preços internos aumentaria de 6 para 14 o número de anos em que a inportação do nível se tornaria possível no período estudado de 18 anos e de 5 para 10 nos 16 anos em que o arroz foi estudado. E se essa redução nos preços internos fôsse de 30% o número de anos aumentaria para 14 no caso do arroz, enquanto que para o milho haveria necessidade de decréscimo de 35% para que o número de anos aumentasse para 16.

A conclusão a que se chega é, pois, que o mercado externo poderá se tornar um escoador dos aumentos da produção da agricultura brasileira (que deverão advir com a expansão da melhoria técnica) se forem adotadas taxas reais de câmbio e se ocorrer um decréscimo de cerca de 30% nos preços internos dos produtos e nas despesas de exportação.

POSSIBILIDADE DE TRANSFERIR RECURSOS PARA SETORES NÃO-AGRÍCOLAS

De acôrdo com o nosso modelo de análise, sendo pequenos os incentivos para os agricultores adotarem técnicas modernas, e, limitadas as possibilidades de aumento da exportação e do consumo do mercado interno, a expansão do uso de melhores técnicas pode ser estimulada pela transferência de recursos do setor agrícola (mão de obra) para os setores não agrícolas. Em princípio, diminuindo-se a mão de obra no setor rural pode-se expandir a melhoria técnica, e obter o aumento desejado da produtividade per capita, sem que o aumento de produção se torne excessivo e force uma queda de preços do mercado; além disso, essa transferência de mão de obra para os setores não agrícolas, pode resultar num aumento do mercado consumidor de produtos agrícolas, o que ajudará a absorver parte dos aumentos de produção que venham a ocorrer com a expansão da melhoria técnica.

Todavia, é preciso ponderar que é limitada a contribuição que essa transferência de mão de obra poderá dar solução aos problemas agrícolas dos países subdesenvolvidos. Pri-

meiro porque essa transferência depende em grande escala do grau de desenvolvimento econômico do país não sendo possível haver transferência se não houver desenvolvimento. Segundo porque o grau de desenvolvimento precisa ser muito grande para permitir uma transferência sensível de mão de obra. E isso se deve ao fato da moderna técnica agrícola conseguir, com o auxílio dos modernos inputs: adubos, inseticidas, sementes selecionadas, máquinas etc., aumentos substanciais de produção per capita. Costuma-se dizer hoje que graças à moderna técnica agrônômica, um agricultor pode suprir 33 homens fora do setor agrícola, com alimentos e matéria-prima. Aliás, Schultz, aponta que a produtividade do trabalho na agricultura dos Estados Unidos aumentou no período de 1940-1961 quase 3 vezes mais de que na indústria 13.

Outra razão porque o desenvolvimento precisa ser grande para que possa haver transferência sensível de mão de obra, encontra-se no fato da capacidade de consumo dos produtos agrícolas ser de um modo geral pequeno, uma vez que se prende à limitada capacidade de absorção de alimentos pelos homens e a constante competição dos produtos sintéticos. Ainda que nas primeiras fases de desenvolvimento, os países gozem de um crescimento acentuado do mercado consumidor de produtos agrícolas, nas fases ulteriores esse crescimento decai sensivelmente. É conhecida essa característica da demanda dos produtos agrícolas em função da renda. De modo que se faz necessário uma transferência muito grande de mão de obra para que melhoria técnica possa se processar e se expandir sem trazer os inconvenientes de quedas de preço. Calcula-se que um país que emprega a técnica moderna agrícola não precisaria manter mais do que 3% de sua população no setor agrícola.

Nas últimas décadas o desenvolvimento dos setores não-agrícolas do Brasil tem sido de modo geral muito favorável. A não ser nestes últimos 3 anos, quando o país foi tomado por uma forte depressão econômica, o desenvolvimento do Brasil vinha sendo apontado como dos mais afavoráveis dentre os países subdesenvolvidos. Trabalho recente do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, mostra que "ao longo de todo o período 1920-1964, o produto social em termos reais evoluiu a uma taxa de 4,9% ao ano.

13) T.W. Schultz Transforming Traditional Agriculture Yale University Press 1965 — pág. 22.

Decomposta essa taxa, segundo a origem do produto, verifica-se que o produto agrícola evoluiu a uma taxa de 4,1% ao ano, enquanto o setor industrial expandiu-se a uma taxa mais elevada: 6,3% ao ano". A partir de 1940 se acelera o ritmo de crescimento do setor industrial, que alcança taxas de 7,8 no período 1940/42 à 1950/52 e de 9,5% no período seguinte 1950/52 a 1960/62 (índice êsse que decai para 8,7 se alongar o período para 1950/52 a 1962/64 taxas essas bastantes superiores as do setor agrícola que, nos mesmos períodos alcançam 2,9% 4,8% e 4,6% respectivamente.

Não obstante, êsse crescimento favorável do país, constata-se no mesmo trabalho, que a transferência de mão de obra do setor agrícola não foi elevado como se poderia desejar. Houve, é verdade, um crescimento sensível dos centros urbanos cujas taxas anuais de crescimento foram de 39 e 54 por mil habitantes nos períodos de 1940/50 a 1950/60, crescimento êsse que se deve em grande parte, à migração do campo para a cidade. Mas essa transferência não foi suficiente mesmo para diminuir a população rural que continuou a crescer nas duas décadas numa taxa anual de 16 por 1.000 habitantes. E ainda de acôrdo com esse trabalho, ao se fazerem as projeções para o nível da população rural do país para os anos de 1965, 1970 e 1975, o Instituto Brasileiro de Economia acha seguro adotar como hipótese que o setor rural manterá no futuro a mesma taxa de expansão de sua população isto é, 1,6%. Em têrmos da população rural em relação a população total constata-se que o decréscimo foi pequeno no passado e não deverá ser mais no futuro conforme mostram os números e as projeções a seguir: 1950: 63,84%, 1960: 53,71%, 1970: 49,92% e 1975: 43,09%.

Ademais é preciso considerar que a solução do problema através dessa transferência de mão de obra para fora do setor agrícola mostra-se, agora, para os países subdesenvolvidos mais difícil do que foi no passado, pois, como se sabe, todo o moderno processo econômico de desenvolvimento se faz na base da utilização de processos industriais em que a economia de mão de obra é fato marcante. Portanto não se pode esperar que as dificuldades da expansão de melhores técnicas na agricultura brasileira possam ser atendidas de forma ampla por essa transferência de mão de obra motivo pelo qual não deverá ser incluído como bases de um programa em favor da melhoria técnica na agricultura brasileira.

BASES DE UM PROGRAMA EM FAVOR DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Partindo do princípio de que o problema básico da agricultura brasileira é expandir-se a melhoria técnica e aumentar a produtividade per capita dos agricultores, podemos estabelecer as linhas centrais de um programa em favor da agricultura, calcadas na análise que acabamos de proceder.

Vimos que os fatores responsáveis pelo grau de expansão da melhoria técnica não se mostram favoráveis no Brasil. A tendência dos mesmos é antes dificultar do que estimular essa expansão. Ao se estabelecer um programa em favor da expansão impõe-se, então, considerar essas dificuldades, possivelmente estabelecendo objetos parciais ou imediatos que uma vez alcançados nos levarão a meta final que seria o aumento da produtividade per capita dos agricultores. Discutiremos, a seguir, essas metas e enumeraremos as medidas ou providências que devem ser tomadas para se ter um programa efetivo em favor da melhoria técnica da nossa agricultura.

1) *Ampliar a exportação dos produtos agrícolas.* A análise que acabamos de proceder sobre a agricultura do Brasil, nos mostra que o aumento de exportação deve se constituir num dos principais objetivos de nossa política agrícola, pois poderá ser a forma mais eficaz de se conseguir a desejada expansão da melhoria técnica e o aumento da produtividade do trabalho agrícola. Interessante observar que o aumento da nossa exportação tem sido desejado como meio de aumentar as receitas cambiais do país, melhorar as taxas de câmbio e facilitar a importação de bens essenciais ao desenvolvimento da nossa economia. Agora, entretanto, apontamos o incremento da exportação como meio de se conseguir a adoção e a expansão de melhores técnicas, pois através dela pode-se evitar que o aumento de produção, proveniente da melhoria técnica resulte numa queda excessiva de preços no mercado interno ou seja de se evitar a ação do mecanismo auto-regulador da expansão da melhoria técnica.

Conforme vimos em nossa análise, não é fácil conseguir o incremento das exportações, pois nossa agricultura é ineficiente, de alto custo, o preço dos inputs modernos é exces-

sivamente elevado, quando em comparação com o dos demais países exportadores; além do mais, o comércio exportador não vem se mostrando capaz de operar eficientemente a baixo custo, devido a falta de recursos materiais como as dificuldades de ordem fiscal e burocrática que transformam a exportação num processo ultra-complicado, moroso e ineficiente.

Entretanto, é da maior importância que se estudem as medidas que devem ser adotadas para se conseguir a simplificação do processo da exportação e o aumento da eficiência das firmas que operam nêsse setor, a fim de se obter uma diminuição de custo que permita uma ampla exportação de nossos produtos agrícolas. Conforme calculos apresentados neste trabalho em diminuição deverá ser de cerca de 30%.

Face à importância que a exportação poderá vir a ter na economia do país — uma vez que se promova a expansão da melhoria técnica da agricultura — somos de parecer que se deveria ter em mente, a possibilidade de se adotar uma medida extremamente forte, que seria a de estabelecer um sistema de subsídio à exportação, através de preços diferenciais, como fazem os Estados Unidos, ou através de taxas múltiplas de câmbio como já fizemos no passado. Esse sistema de subsídio à exportação poderia operar através do estabelecimento de preços mínimos a níveis mais elevados, garantidos por diversos anos. Isto daria ao agricultor o incentivo necessário para que se decidisse a fazer os investimentos que se fazem necessários à melhoria técnica e o aumento de produção que resultasse desse incentivo seria exportado aproveitando o sistema de subsídio à exportação que fosse adotado. Esse subsídio teria que se manter enquanto não se fizessem sentir os efeitos benéficos das demais medidas incluídas neste plano pois a medida que os preços dos inputs modernos se tornassem menores que a assistência técnica e financeira, junto aos agricultores, se tornassem mais eficientes, os custos de produção dos produtos agrícolas poderiam diminuir e assim poderiam ser exportados a preços competitivos, isto é, sem subsídios. É de lembrar que, segundo calculos apresentados neste trabalho, é preciso que os custos e os preços internos caiam de cerca de 30 a 35% para que haja possibilidade das exportações que ora se fazem ocasionalmente se transformem em permanentes.

O importante a considerar é que as medidas de subsídio à exportação somente fazem sentido se vierem acompa-

nhadas de um programa de expansão da melhoria técnica assim como das medidas complementares que exporemos a seguir. Sômente como parte de um plano global é que tal subsídio pode ser recomendado. Os benefícios que poderemos ter no futuro com essas medidas (se aplicada conjuntamente com um processo intenso de expansão de melhoria técnica) poderá ser bem maior do que os inconvenientes que a adoção de tal medida acarreta.

2) *Melhorar a Indústria dos Inputs Modernos:*

Também ressalta da análise que fizemos da agricultura brasileira, o papel importante de preços dos inputs modernos. Constatamos que os preços desses inputs no Brasil são muito elevados, quando comparados com os demais países produtores e que êsse alto preço dificulta ou mesmo impossibilita a exportação de muitos produtos agrícolas; assim como contatamos que êsses altos preços desestimulam os agricultores de adotarem técnicas modernas (pois as relações de preços tornam-se desfavoráveis). Estimulando-os antes a uma maior movimentação para as áreas novas, de terras férteis, ampliando a ocupação do território nacional em ritmo que nem sempre pode ser acompanhado pela infra-estrutura econômica e social que se faz necessária e, sem a qual, a ocupação resulta em desperdício de grande parte dos recursos nacionais.

Deve, pois, constituir-se num dos objetivos prioritários da nossa política agrícola, a produção eficiente e a baixo custo de inputs modernos, tais como: adubo, trator, máquinas, inseticidas, vacinas, sementes selecionadas, arame etc. É preciso que se determinem e que se adotem as medidas que se fazem necessárias para que se alcance um suprimento abundante e eficiente desses itens no território nacional e que também se organize uma comercialização altamente eficiente para que êsses itens cheguem às mãos dos produtores a preços comparáveis com os dos demais países produtores; sômente dêsse modo teremos evitados os inconvenientes acima mencionados e poderemos alcançar a expansão de melhoria técnica e o aumento de produtividade que nossa agricultura tanto necessita para poder melhor contribuir para o desenvolvimento econômico do País.

3) *Aperfeiçoar os serviços de assistência técnica e financeira:*

É comum, entre os estudiosos dos problemas agrícolas, acentuar a importância de um serviço eficaz de assistência técnica e financeira, para se promover a adoção e a expansão de melhores técnicas num país ou numa região. A nossa análise, entretanto, veio mostrar que esse fator pode ser anulado pela adoção de outros elementos que agem através dos preços dos produtos agrícolas, dentro do mecanismo aqui chamado de autocontrolador de expansão técnica. Se os elementos determinantes desse mecanismo se mostram desfavoráveis, não adianta que o serviço de assistência técnica e financeira seja dos mais operantes e que seja apoiado por uma eficiente experimentação agrícola pois, ainda assim, não haverá possibilidade de emprêgo de melhores técnicas se expandir de forma generalizada por maior número de agricultores.

Vimos, em nossa análise, que, no Brasil esses elementos não se mostram favoráveis e por essa razão indicamos como de maior prioridade para um programa em favor da agricultura, as medidas anteriormente citadas, relacionadas no incentivo à exportação e à produção eficiente dos inputs modernos. Entretanto, uma vez adotadas essas medidas, torna-se imprescindível a existência de um serviço eficiente de assistência técnica e financeira que forneça aos agricultores os ensinamentos e os recursos materiais para que possa melhor adotar os ensinamentos técnicos.

Se não houver ação coordenada nêsse sentido, isto é, se não forem tomadas medidas para permitir a exportação e a produção de inputs a preços menores, então, o serviço de assistência técnica e financeira estaria melhor se circunscrevesse suas atividades aos agricultores que produzem os chamados “produtos da agricultura moderna” pois na produção destes, os agricultores, conforme vimos, têm sempre de adotar as técnicas que empregam inputs modernos e nêsse caso o serviço assistencial virá auxiliá-los a empregá-las bem, isto é, com maior eficiência essa técnica moderna.

No caso, de não haver essa coordenação, poucos resultados se obtêm empregando os serviços de assistência técnica e financeira junto aos agricultores que produzem os “produtos tradicionais”. Apenas um pequeno número desses produtores poderão se aproveitar desses ensinamentos devido ao mecanismo de autocontrôle, pois tão-logo aumentem o nú-

mero de agricultores que adotem as melhorias técnicas e aumentem com isso a produção total os preços tenderão a cair e o resto dos agricultores não terão incentivo para adotar as mudanças. Dêsse modo os benefícios que os consumidores terão na forma de produtos a menores custos será também menor.

Ainda que se pense em serviço de assistência técnica e financeira em que os agricultores são ensinados a empregar técnicas melhores do que as atuais, mas sem o emprêgo de inputs modernos, dispendiosos, como trator, adubo etc. (isto é, em que os agricultores são ensinados a adubar suas terras apenas com estêrco, preparar o solo com máquinas à tração animal etc.) ainda assim, os benefícios seriam reduzidos. O emprêgo dessas técnicas não poderia trazer aumento sensível de produtividade (ou diminuição ponderável de custo) e o incentivo para aplicá-las seria também muito pequeno, pois estaria sujeita ao mesmo auto contrôle de expansão técnica.

Portanto, impõe-se, como medida básica de um programa em favor da agricultura, a melhoria de nosso serviço de assistência técnica e financeira. Faz-se necessário que se estudem os métodos de extensão que melhor se adaptem às condições do país assim como as formas de crédito agrícola que melhor atendam aos agricultores em suas necessidades de crédito a curto e a longo prazo para se adaptarem às exigências da técnica moderna. E, como foi dito há pouco, enquanto não se puser em execução as duas primeiras medidas, anteriormente citadas, era preferível que se orientem os serviços assistenciais para os agricultores que produzem ou que desejam produzir os produtos aqui chamados de “modernos”.

4) *Industrialização de produtos agrícolas e desenvolvimento de Centros Regionais de melhoria técnica:*

Outra forma de se bem aplicar os serviços assistenciais de melhoria técnica, seria através do estabelecimento de centros de industrialização de produtos agrícolas. Sabe-se que são muitas as regiões do país, com possibilidades naturais para a produção de certos produtos, como por exemplo de carne e de leite; mas também se sabe que para se desenvolver eficientemente essas atividades é preciso que os agricultores contem com outros elementos tais como: mercado consumidor dêesses produtos, o escoamento dos excedentes durante o período das águas e o suprimento regular a preços razoáveis das rações concentradas para o rebanho. Em prin-

cípio, a existência desses elementos não deveria constituir problema insolúvel, pois muitos dos mercados consumidores do país acham-se mal supridos desta carne e derivados, e a moderna industrialização de óleos vegetais, de amido, arroz, mandioca, pois os criadores poderiam facilmente manter essas culturas em suas propriedades. Bastaria, portanto, que houvesse uma coordenação de medidas, isto é, que os industriais estabelecessem aí usinas de laticínios e de leite em pó, matadouros frigoríficos, fábricas de indústria de óleos, de ração etc., e que, concomitantemente, se estabelecesse na região um serviço eficaz de assistência técnica e financeira que assistisse aos agricultores na adoção de melhores técnicas agrícolas.

Não é fácil porém que ocorra tal coordenação de medidas, pois os industriais sentem-se receosos de investir recursos num centro industrial dessa monta sem saber se os agricultores poderão suprir o volume de mercadorias necessários a preços razoáveis (o que, aliás somente poderiam fazer se melhorasse a técnica e diminuísse o custo) e também receosos do mercado interno não poder absorver outro produto industrializado; e de outro lado, os agricultores também não têm incentivo para se lançar num programa de melhoria técnica e aumento de produção sem ter antes assegurada a existência de mercado e de preços para seus produtos.

A solução de tal impasse fica na dependência do poder público decidir-se a tomar a si o encargo de construir e operar esses centros de industrialização, assim como o serviço de assistência técnica e financeira a ele inerente, ou então o de apenas dar assistência aos agricultores e garantir aos industriais a aquisição de seus produtos (através de um preço mínimo para os produtos industrializados) que seria exportado com prejuízo (prejuízo esse que se constituiria num subsídio ao programa) ou doados às populações internas necessitadas através de um programa assistencial.

Outros Centros de Industrialização, poderiam ser construídos com base no aproveitamento de frutas e verduras nas regiões que se mostram mais indicadas para essas culturas:

É de se ponderar que a organização de Centros de Industrialização Rural seria uma forma fácil e racional de se processar uma reforma agrária no país, pois uma vez garantidas aos produtores tôdas as condições para que aumentassem a produtividade do trabalho e da terra, poder-se-ia penalizá-los caso não atingissem os mínimos previamente estabelecidos para esses valores.

O mesmo poderia ser feito nas regiões novas, cobertas de florestas, que ora estão sendo ocupadas em diversas regiões do país. A madeira e a celulose que se queimam nessas regiões alcançam um enorme prejuízo. A instalação de Centros de Industrialização para o aproveitamento integral desse material seria imprescindível para evitar esse desperdício. E poder-se-ia também, nessas regiões novas, estabelecer com mais facilidades a exigência de que os atuais proprietários das grandes reservas ficassem com o direito de manter os centros industriais, mas que a ocupação das terras se processasse através de constituição de lotes familiares de tamanho suficiente para manter (em sistema de rotação) uma área florestal que permitisse — cortes anuais periódicos, além da área necessária para obter o maior rendimento da família dentro das atividades agrícolas indicadas para a região. Ter-se-ia também, desse modo a execução de uma reforma agrária de maior interesse para o País.

Comentador — *Dr. Milcíades Sá Freire*

Para que pudéssemos apresentar alguma coisa de objetivo, de atual e de interêsse aos trabalhos aqui apresentados, deveríamos evidentemente contar com muito mais tempo para podermos estudar, o que infelizmente não foi possível nesta ocasião, pois recebemos somente ontem os dois trabalhos que serão comentados hoje. Assim, vamos restringir as nossas observações ao que foi possível depreender dêles, sem uma análise mais profunda e mais sofisticada. O trabalho do Dr. Ruy Miller Paiva globalmente é bastante bom, abordando com muita propriedade determinados pontos considerados, o que nos deixou extremamente satisfeitos. Vimos por exemplo que êle chama a atenção na sua exposição do problema da elasticidade de preços, tecendo considerações novas sobre o assunto.

Outro aspecto que nos parece bastante importante também, é anotar o que se relaciona com a didática da apresentação do trabalho que é muito boa, e chama mesmo atenção, a maneira com que foi montada e como foi estruturada a tese e desenvolvida pelo Dr. Ruy Miller Paiva, o que não é de se estranhar, quando se trata de autor tão conhecido de todos os senhores. Assim, num rápido folhear sobre a tese apresentada vamos focalizar ligeiramente o que diz êle sobre o modelo básico da análise, em que o grau de expansão de melhoria técnica depende da possibilidade econômica do emprego, de melhores técnicas e interêsse cultural dos agricultores para proceder a sua modificação nos seus trabalhos, depende da sua capacidade de mercado interno absorver maior volume de produtos agrícolas e dêses poderem concorrer no mercado externo, e depende da possibilidade de se transferir recursos da agricultura, de mão-de-obra, para setores não agrícolas. Parecem bem postos êsses três princípios básicos, nos quais estaria assentada a sua tese. No que concerne ao interêsse cultural dos agricultores em proceder às modificações, nós gostaríamos de acrescentar alguma coisa ao que foi dito pelo apresentante do trabalho. Na verdade,

êle conceituou o agricultor em geral, e não deu, no nosso entender, e talvez fôsse o mais indicado, uma caracterização a respeito do empresário rural em si. Fato é que está assinado muito bem no trabalho que não se conhece agricultura desenvolvida quando o contingente de população rural se encontra em nível de 50%, que ocorria nos Estados Unidos da América no ano de 1850 ou 60 ao que parece. Fato é que também, para haver essa liberação da mão-de-obra do meio rural para o meio urbano, conseqüente a absorção da mesma, não se trata de um mero processo de passagem da mão-de-obra e sim de uma interveniência de novos fatores especialmente do empresariado, da formação do empresário rural eficiente, porque sem êsse empresariado rural dificilmente se poderia produzir as melhorias tecnológicas necessárias ao desenvolvimento da agricultura, as quais e por sua vez propiciam a liberação da mão-de-obra da agricultura para outros setores. Quando analisa as possibilidades econômicas de implantação de novas técnicas, cita o autor inicialmente os preços dos fatores modernos de produção, dos insumos agrícolas como adubos, tratores, máquinas, inseticidas etc.

É muito objetiva e é muito correta a observação que faz. Na verdade parece ser êsse talvez o principal entrave ao melhor desenvolvimento ou a melhor introdução de nova tecnologia no meio rural, dentro da agricultura brasileira, porque os preços de nossos insumos são de fato excessivamente elevados. Observa-se que o preço de um trator hoje em dia, como fala muito bem o autor, no Brasil corresponde a 150 meses de salário mínimo, enquanto que nos Estados Unidos se pode comprar um trator por 18 meses de salário mínimo. Então existe uma dificuldade intrínseca de se poder levar êste nôvo elemento ao meio rural, porque êle demandaria um investimento de uma soma de recursos de tal ordem e onerando de tal forma a produção decorrente disto, que fatalmente se encontra uma barreira a que êste processo tecnológico se desenvolva. É muito interessante se observar por exemplo, o caso do arroz no Rio Grande do Sul. A lavoura arrozeira gaúcha é considerada sem dúvida aquela no Brasil que se realiza dentro das melhores condições tecnológicas possíveis. No entanto, uma análise profunda de como se processa isto nos leva a uma conclusão quase que estranha. Para que se obtenha, como realmente se obtém, uma produtividade maior de arroz no Rio Grande do Sul, do que no resto do Brasil em função da melhor organização da lavoura arrozeira, verifica-se que o custo de produção de arroz

no Rio Grande do Sul é unitariamente mais elevado do que na maioria das regiões do Brasil. Isto parece paradoxal, embora seja no Brasil observado oficialmente. O que ocorre é que para tecnificar a lavoura arroseira é necessária a introdução de insumos e de melhorias tecnológicas, as quais têm um volume de custo tão elevado que disso decorre um preço de produção tão alto quanto o preço de uma lavoura não tecnicamente conduzida, o que é evidentemente um paradoxo dentro da teoria econômica geral. O autor se refere com muita propriedade a seguir sobre o problema, ainda no aspecto econômico da introdução da melhoria tecnológica, da experimentação agrônômica, e fala que a deficiência dessa experimentação agrônômica costuma ser realmente um entrave à introdução de novas tecnologias no meio rural. Concordamos plenamente com o autor, e achamos que uma das soluções do problema da experimentação seria a possibilidade de criar paralelamente à experimentação científica aquilo que se poderia denominar de experimentação econômica. É verdade que a coisa científica é necessária de se obter também, mas é mais do que sabido, que a experimentação conduzida com objetivo especificamente econômico traz imediatamente resultados muito mais fáceis e de muito maior âmbito, do que uma mera experimentação científica. Evidentemente as duas devem subsistir mas eu daria pessoalmente, especialmente no estágio em que o Brasil se encontra atualmente, como o indicado uma experimentação com objetivo econômico. Diz-se que a semente híbrida de milho é uma semente excepcional. Eu concordo e acho que deve ser utilizada sempre que possível. Mas suponha-se que uma mera seleção massal de milho de determinada qualidade possa promover um aumento de produtividade de quase 15%, de forma quase imediata. Eu não abandonaria essa segunda solução, que embora não tão científica como a primeira, traz também resultados às vezes mais rápidos que a primeira. Todos sabem o que significa a produção de uma semente híbrida, o tempo que demanda e a experimentação que determina. Por conseguinte, defenderia a tese da coexistência nos dois tipos de experimentação. Devido à exigüidade do tempo, passaremos às conclusões finais do trabalho, e nos parece aqui ter um ponto com pequenas discordâncias. Ponto esse é que, quando o Dr. Miller Paiva aponta os caminhos da exportação como sendo os indicados para que, em decorrência da maior velocidade de circulação de riquezas no meio rural, na maior movimentação da criação e exportação das mes-

mas, se possa afinal de contas introduzir melhorias tecnológicas no meio da agricultura, nós entendemos que a válvula da exportação, conquanto seja cogitada dentro do sistema econômico de um sistema produtivo, não deve ser aquela considerada como a mais importante. Na verdade, observação de análises dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional, de 10 a 15 anos para cá tem demonstrado um declínio acentuado na aquisição de quase todos os produtos agrícolas. Hoje temos preços internacionais inferiores àqueles de 20 anos atrás. Esta não é uma tendência animadora, pelo contrário, é uma tendência que nos preocupa.

Outro aspecto ainda da exportação é que, embora muitas vezes camufladamente, a maioria dos mercados internacionais sejam subsidiados na origem, muitos países manipulam estes mercados para que eles venham a níveis inferiores aos que realmente deveriam vir. Mais tarde em outra palestra será analisado o problema do arroz, e a tese do expositor focaliza especificamente este assunto da manipulação no mercado internacional, que faz com que o país, se entrar desabridamente no mesmo, acabe tendo maiores prejuízos, porque o nível de preços que esse mercado assinala não é um nível de preços efetivo, e sim um nível de preços manipulado. A se aceitar a tese de exportação como uma das saídas, nós então endossariamos também a tese do nosso expositor, no que diz respeito ao subsídio da produção brasileira.

Para a exportação, porém, preferiríamos de toda a forma que se procurasse a melhoria do preço do produto interno, e por conseguinte a dinamização da produção agrícola através da absorção pelos mercados internos, especificamente pelo mercado de industrialização dos produtos primários produzidos.

Finalmente, no que concerne à liberação da mão-de-obra, aspecto muito bem analisado pelo expositor, nós gostaríamos apenas de dizer que se de fato as indústrias estão de certa forma cerceadas, porque sua própria produtividade inibe a que recebam grandes contingentes de mão-de-obra, entendemos que seria mais indicado a transferência da mão-de-obra primária para os setores terciários, para os setores de serviço, que são aqueles que pelas suas dificuldades, através da melhoria tecnológica sempre terão condição nos países mais desenvolvidos, de absorver mão-de-obra que seja liberada por outros campos de atividades.

Congratulo-me com o autor pela tese defendida, que me pareceu extremamente boa.

Comentador — *Mauricio Rangel Reis*

O tempo que me foi dado para preparar este comentário não me permitiu aprofundar a análise do excelente trabalho apresentado por Miller Paiva.

Focaliza êle um dos aspectos fundamentais da agricultura brasileira com repercussões diretas na economia do país.

Todos reconhecem a necessidade imperiosa de se alcançar substancial aumento na oferta dos produtos agrícolas, a fim de contribuir de forma ponderada na redução e estabilização dos preços, e portanto no combate à inflação. Na dificuldade crescente de alcançar este aumento através do aproveitamento de novas terras onde a produtividade é maior, mas a distância aumenta os custos operacionais, torna-se recomendável em princípio encetar um programa de melhoria tecnológica, com redução nos custos de produção, a fim de que o aumento obtido, acarretando, como é de se desejar e esperar uma redução de preços, como demonstram os coeficientes de elasticidade preço, não venha a desestimular os agricultores. Em que caso não ocorreria este desestímulo? Explica Miller Paiva a necessidade de perfeita compatibilização entre o aumento da oferta, a redução de preços e a indispensável redução de custos, e que se verifique o que se denomina o mecanismo de autocontrôle.

Infelizmente o que se tem verificado em diversas áreas para produtos tradicionais e fundamentais é que o emprêgo da técnica moderna — irrigação, adubação, combate às pragas, métodos conservacionistas, onera o custo da produção e o acréscimo obtido dentro da atual estrutura de preços não é compensador. Daí a técnica não poder ser aconselhável sem adequado estudo da situação. Cito como exemplo que atualmente e via de regra, os extensionistas brasileiros somente aconselham a adubação em casos especiais, pelo fato dos altos custos dos fertilizantes. O aumento da produção através da acentuada redução da mão-de-obra rural, de sua transferência para o meio urbano e aplicação de métodos

modernos na agricultura, não é exequível a curto e a médio prazo, explica Miller Paiva, pois depende do desenvolvimento geral do país. Parece se situar aí a chave de toda a questão. Nenhum progresso setorial de profundidade marcante na economia pode ser alcançado, salvo no contexto de um processo geral de desenvolvimento econômico e como este se verifica. Ou melhor, como se dá partida ao processo. A industrialização capaz de absorver a mão-de-obra recebida dos campos para as cidades, criando ao mesmo tempo no setor urbano em expansão, novas e crescentes oportunidades no setor terciário, provocando no meio rural as necessárias mudanças de estruturas institucionais e tecnológicas para atender aos requisitos de mercado e crescimento, parece ser a solução. Desafortunadamente, e Miller Paiva explica com detalhes, o setor industrial brasileiro, onde o ritmo de expansão foi apreciável na década de 1950/60, decaiu nos últimos anos, não havendo capacidade de absorção pelos setores secundários ou terciários da crescente mão-de-obra rural e mais, assinala Miller Paiva, a indústria instalada dispensa cada vez mais o trabalho humano diante da crescente automação. A propósito, lembro-me de que recentemente o novo Governador de Pernambuco, Nilo Coelho, assinalava em seu discurso de posse, a que assisti, o trágico paradoxo que consiste no fato de que, enquanto se expande a indústria no Nordeste a miséria aumenta, em ritmo superior, pelo fato inclusive de que se instalam indústrias cada vez mais modernas, dispensando a mão-de-obra ociosa ou subempregada. Miller Paiva aponta os caminhos a seguir para uma política de Governo: 1.º — Ampliar a exportação de produtos agrícolas, evitando que o aumento de produção proveniente da melhoria técnica resulte em excessivo aumento de preços no mercado interno, provocando ação do mecanismo auto-regulador da expansão da melhoria técnica. Realmente, cabe-nos defrontar ora com países que já apresentam alto grau de produtividade, países industrializados, e ora, com outros do extremo oposto, que apresentam uma grande disponibilidade de mão-de-obra barata, como os países asiáticos, como no caso do arroz por exemplo. 2.º — Melhorar a indústria dos inputs. Tem plena razão Miller Paiva no destaque que concede a este item. 3.º — Aperfeiçoar os serviços de assistência técnica e financeira. Os serviços de extensão rural no Brasil já se apresentam hoje razoavelmente bem integrados nos programas de desenvolvimento agrícola regional, estadual e de reforma agrária.

Observa-se hoje uma constante preocupação dos extensionistas com aspectos econômicos da produção, que se deve ao resultado da constante pregação que alguns economistas rurais têm feito em todo o país. Aperfeiçoar êstes serviços, assim como a política financeira para a agricultura, o crédito, o preço mínimo e a comercialização, é essencial.

Aliás, penso que êste último item, a comercialização, merecia ampla análise, apontando as distorções que prejudicam os produtores e consumidores. Peço perdão pelo fato do comentário estar um pouco longo, mas na realidade o culpado é Miller Paiva, pelo interessante trabalho que apresentou, que obriga à meditação e proporciona ao Governo subsídio para o progresso da agricultura.

Comentador: R. G. Wheeler

Representa tanto um prazer quanto uma honra para mim poder participar da V Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, e de comparecer na companhia de dois economistas rurais de tanta evidência como o são: Dr. Ruy Miller Paiva e Dr. Rubens Dias, e outros que aqui se encontram na função de comentadores. Meu objetivo aqui, naturalmente, não é o de expressar opiniões pessoais ou oficiais sobre uma política agrícola para o Brasil, mas sim o de meramente tentar suscitar algumas questões que fundamentem uma análise posterior.

O Dr. Paiva concluiu que quatro objetivos parciais ou intermediários, simultaneamente, deveriam receber ênfase especial como linhas centrais de um programa agrícola. Ele não procurou esboçar os objetivos mais básicos, porém, somente será preciso observar-se os muitos programas e instituições existentes dedicados à agricultura, para se ter a evidência do grande interesse em satisfazer às necessidades mínimas de alimento e fibras dos consumidores, e em melhorar o bem-estar das famílias rurais menos favorecidas.

Tomando-se grande parte do que foi dito pelo Dr. Paiva em seu trabalho, pode-se concluir que a melhoria técnica por si só representa, igualmente, um objetivo básico. Entretanto, como a adoção de técnicas modernas muitas vezes conduz a uma maior produção e a preços mais baixos, através do "mecanismo de autocontrôle", o resultado imediato de uma melhoria técnica poderá se mostrar numa situação pior para a agricultura.

Lógicamente, as "técnicas modernas" só podem ser consideradas como "técnicas melhoradas" quando contribuem para satisfazer aos objetivos de indivíduos ou grupos específicos de nossa sociedade. Essas técnicas deveriam ser encaradas como *meios* e não como *fins*, e poderão servir ao interesse de certos indivíduos ou grupos em certas épocas, enquanto se antagonizam com os interesses de outros.

O Dr. Paiva dispõe de amplo conhecimento das variações extremas quanto aos tipos de estabelecimentos agropecuários e tipos de áreas agrícolas do Brasil, mencionando três situações distintamente diferentes na parte inicial de seu ensaio. Teria sido de grande proveito se pudesse ter entrado em mais detalhes acêrca das várias implicações da melhoria técnica a diversos grupos na agricultura brasileira.

Por exemplo, pergunte-se se os produtores de trigo do Brasil, que fornecem menos de um quarto do consumo interno, estão sujeitos ao mesmo “mecanismo de autocontrôle” aplicável aos produtores de batatas e ovos. E, devido ao presente sistema institucional que proporciona quotas de comercialização internacionais para o café, sem que haja cotas de comercialização correspondentes na fazenda, poder-se-á perguntar se o produtor individual de café realmente sente os efeitos integrais do “mecanismo de autocontrôle”, porquanto esteja relacionado à sua disposição de usar fertilizantes e de adotar outras práticas modernas.

O ensaio por si fornece uma base para se examinar os possíveis benefícios do uso de fertilizantes, como um produtor individual de café possivelmente analisaria o problema. No Quadro II vemos que o produtor pode produzir 25 arrobas de café beneficiado a um custo total de NCr\$ 262,00. Usando 1.440 quilogramas de fertilizantes por 1.000 pés, êle poderá aumentar a produção para 100 arrobas, a um custo adicional de NCr\$ 403,00. Conseqüentemente, seu custo médio pelas 75 arrobas adicionais é menos do que NCr\$ 5,40 por arroba, ou somente cêrca de metade de seu custo médio para sua produção não adubada. Sem o uso de fertilizantes, o produtor aparentemente estaria pronto a produzir 25 arrobas por cada 1.000 pés, a um custo médio de NCr\$ 10,50; com o fertilizante, êle poderá, de acôrdo com êsses dados, adicionar 300 por cento à sua produção, pela metade do custo anterior por unidade.

Os benefícios do uso de fertilizantes também parecem ser favoráveis ao produtor de amendoim.

Por outro lado, eu gostaria de saber se os produtores nas áreas de “agricultura intensiva, próximas aos centros urbanos”, estão realmente isentos do “mecanismo de auto-contrôle”. Por êsses produtores já usarem alguns elementos da tecnologia moderna, será que novas modificações não levariam a uma produção maior, a preços mais baixos e a desestimular a expansão?

O Dr. Paiva já indicou que os produtos da agricultura intensiva, próxima aos centros urbanos, talvez tenham uma elasticidade — preço da demanda mais elevado do que os assim chamados “produtos tradicionais”. Pode ser que a esta altura, entretanto, seja apropriado perguntar se os conceitos ou medidas estáticas da elasticidade-preço são verdadeiramente relevantes na análise da política para uma agricultura dinâmica.

Em qualquer época uma maior produção poderá conduzir a preços mais baixos. Por outro lado, um aumento anual de 5% na procura, que prossiga por um período de cinco anos, poderá levar, na ausência de qualquer mudança na oferta, a um aumento superior a 30% no preço, usando o coeficiente sugerido pelo Dr. Paiva, da elasticidade-preço. Numa economia em desenvolvimento, a produção agrícola adicional terá que vir de algum lugar — seja do uso intensificado da terra existente nas fazendas, de terras adicionais ou de mudanças nos fluxos de produtos no comércio exterior. Por muitos anos, uma grande parte do aumento da produção no Brasil veio da incorporação de terras novas à produção, porém não será possível que o país esteja agora alcançando o ponto onde uma maior intensificação seja necessária?

Falar-se da necessidade de intensificação da produção por unidade de terra, não é querer dizer que haverá a necessidade de aplicação integral das modernas técnicas de produção. O uso de fertilizantes, de sementes melhoradas, inseticidas, fungicidas, e outras técnicas modernas aumentam a ser aumentada substituindo-se as culturas de valor inferior produção por hectare, sendo que a produção também poderá por culturas de valor mais elevado. Por outro lado, a introdução de tratores e outra maquinaria nas fazendas é principalmente questão de se substituir um insumo por outro, frequentemente com pouco efeito sobre a produção por unidade de área. Algumas vezes a substituição da mão-de-obra por maquinaria poderá contribuir para a redução do custo por unidade do produto, mas isto de modo algum representa sempre a verdade, especialmente quando consideramos o que Pigou chamou de “o produto marginal social líquido”.

Concluindo, eu gostaria de expressar meus agradecimentos ao Dr. Paiva por nos proporcionar uma conferência, que além de ser estimulante e bem organizada, é um modelo de clareza.

FUNDAMENTOS DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

RUBENS ARAÚJO DIAS (1)

1 — INTRODUÇÃO

Vem se verificando neste último decênio um maior interesse pelos problemas do desenvolvimento econômico, tanto por parte dos poderes públicos como também pelas nossas instituições de pesquisa e estudiosos em geral. Nos últimos governos que ocuparam o poder central, já constitui uma rotina a elaboração de planos de desenvolvimento, prática essa que já vem sendo igualmente seguida em vários dos Estados da federação. E essa maior preocupação e interesse por esse tipo de planejamento, vem forçando o levantamento mais generalizado de informações estatísticas e de conhecimentos que são indispensáveis a um mais adequado equacionamento da evolução e situação existente. E paralelamente aumentam os estudos e análises procedidas sobre a transformação que se vem verificando em nossa economia.

O contínuo estudo e apreciação desses problemas vem tornando possível um constante aprimoramento nos planejamentos realizados e tanto no caso do governo federal como nos de alguns estados São Paulo é um exemplo nota-se que os mais recentes trabalhos se distanciam significativamente na qualidade em relação aos elaborados anos atrás.

Essa afirmação, no entanto, não é inteiramente procedente no caso das análises feitas sobre o setor agrícola. Nota-se ainda dificuldades grandes mesmo na avaliação da evolução verificada e no diagnóstico da situação existente.

E em consequência, as metas não são bem determinadas e as linhas de política sugeridas não são as mais adequadas. As próprias características da produção agrícola, a imensa

1) Diretor da Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

diferenciação existente no grau de evolução entre as várias regiões do País e mesmo dentro de uma região geo-econômica, complicam grandemente a conceituação desse problema.

Ocorre ainda que os planejadores têm, de modo geral, uma tendência para não dar o devido valor ao papel da agricultura no processo de desenvolvimento, se concentrando na programação dos outros setores.

E em vista disso, a agricultura, importante setor de nossa economia, responsável ainda por cerca de 30% da renda interna do país e atividade de que depende mais da metade da nossa população, não vem sendo beneficiada por uma política que induza esse setor a atingir uma maior taxa de desenvolvimento, ou seja, que eleve a renda agrícola à níveis mais compatíveis e que torne possível aos agricultores um mais alto padrão de vida.

Cabe ainda frisar que se o setor agrícola não realizar plenamente suas funções, todo o processo global de desenvolvimento será afetado ou mesmo retardado, causando pois reflexos prejudiciais a todo o sistema econômico. z

2 — PAPEL DA AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Tradicionalmente, quando o país se encontra num baixo estágio de desenvolvimento, isto é, quando a renda per capita é baixa, grande parte de sua população está intimamente ligada ao setor agrícola e este setor contribui com grande parcela na formação da renda interna.

Nesse caso, o setor agrícola, de um modo geral, se repousa numa agricultura de subsistência, com o uso de baixo nível de técnica e pequeno emprêgo de capital. A utilização de fatores adquiridos fora do setor é praticamente inexistente. A procura de produtos agrícolas pela população urbana é relativamente pequena e é atendida, de modo geral, pela venda dos excedentes não consumidos nas unidades produtoras. Mesmo para estágio como o descrito, em áreas de terras férteis ou onde se aplicasse tecnologia mais avançada, haveria normalmente liberação de mão de obra e de outros recursos, propiciando a formação de capitais que são empregados em setores não agrícolas em atividades que estão sendo requeridas.

Qela exposição feita, pode-se, em resumo, distinguir duas funções básicas do setor agrícola no processo de desenvolvimento econômico:

- 1) produção de alimentos e matérias-primas para atender às exigências do consumo interno e externo, e
- 2) fornecimento de recursos adicionais para si e para os demais setores da economia.

Com o crescimento natural da população, há incrementos constantes na demanda por produtos agrícolas. A esse respeito, ressalte-se que nos países em desenvolvimento a taxa de crescimento da população, é em geral elevada, mesmo porque com o aumento da assistência médica e sanitária facilitada pela maior urbanização, há sensível redução nas taxas de mortalidade, principalmente na infantil.

Além disso, com o crescimento da renda verifica-se também um aumento na demanda determinada pelo maior poder de compra da população, o que no caso dos países em desenvolvimento e que portanto apresentam alta elasticidade-renda, atua igualmente no sentido de se requerer da agricultura progressos bem acentuados. Outro fator a ser considerado é a mudança que deve ocorrer no volume de produção que entra no processo de comercialização, pois com o aumento da taxa de urbanização, volumes crescentes têm que ser encaminhados aos mercados. Nesse mesmo sentido, verificam-se também alterações na composição dos itens requeridos, com a criação de novos hábitos alimentares de uma população cidadina e de maior poder de compra.

O não atendimento pela agricultura dessas exigências do mercado consumidor, pode pois gerar problemas de abastecimento, pela insatisfatória disponibilidade de alimentos a preços considerados altos pelos consumidores.

A deficiente estrutura do sistema de comercialização e a característica de inelasticidade dos preços dos alimentos básicos, fazendo com que pequenas diferenças nas quantidades entregues ao mercado provoquem nítidas variações nos preços dos produtos, ainda contribuem para a maior complexidade desse problema, agravando ainda mais os reflexos negativos de mesmo uma eventual incapacidade da agricultura em atender à demanda do mercado interno. Os reflexos decorrentes dessa situação, como a insatisfação criada, principalmente entre as classes menos favorecidas, a pressão por maiores salários, a diminuição na renda disponível para a aquisição de bens e serviços oriundos de outros setores, constituem-se como obstáculos a qualquer processo de desenvolvimento econômico.

Os dados a seguir apresentados sobre as taxas de crescimento da agricultura brasileira destinada ao mercado interno (produtos de alimentação e produtos industrializáveis), foram elaborados pela equipe da ANPES 1.

No quadro 1 apresentamos um resumo desses dados, dando-se destaque às duas principais regiões em que foram agrupadas 2. Os dados básicos são originários do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

1) Antônio Delfim Netto e outros «Agricultura e Desenvolvimento no Brasil». Estudos ANPES n. 5. São Paulo, 1966.

2) A região Nordeste abrange 9 Estados (de Maranhão a Bahia. A região Centro-Sul abrange os 9 Estados situados ao Sul e Oeste da Bahia (exclui-se a Guanabara).

Outro aspecto a considerar, é que uma parcela importante da produção agrícola deve ser dirigida à *exportação*, pois além de alargar dêsse modo o mercado para seus produtos, com o conseqüente aumento de ingressos, está a agricultura perfazendo a vital função de propiciar divisas que são indispensáveis à compra de matéria-primas e equipamentos não produzidos internamente e que são essenciais ao processo de desenvolvimento.

Conforme foi apontado, outro importante papel da agricultura é o *fornecimento de recursos adicionais* necessários à evolução dos utros setores. Com a transformação da agricultura em setor mais produtivo, pela intensificação no uso

QUADRO 1

Taxas Anuais de Crescimento de Produção Agrícola Brasileira — Consumo Interno

Regiões	1950/60	1950/55	1955/60
Nordeste	4,88	4,57	5,17
Centro Sul	4,07	2,83	5,32
Brasil	4,28	3,37	5,23

Fonte: ANPES veja nota 1

Por êsses elementos verifica-se que a taxa média anual de crescimento para todos os produtos agrícolas de consumo interno, atingiu a 4,28% em todo o Brasil, no período de 1950/60. Se êsse período for dividido em dois, vê-se que entre 1950 e 1955 o incremento anual foi de 3,37% passando no período seguinte a 5,23% (1955/60), o que aponta uma sensível melhoria.

Se considerarmos as duas principais regiões — Nordeste e Centro Sul — vamos verificar que a produção vem crescendo a uma taxa maior no Nordeste, o que ocorreu principalmente no período 1950/55. Mas, de qualquer modo, o grosso da agricultura brasileira repousa na região Centro-Sul (cêrca de 80% de produção de alimentos e entre 55 e 60% da produção para industrialização).

Para se julgar o que significa um crescimento de 4,28% ao ano, pode-se mencionar que o aumento da população brasileira vem se dando a uma taxa de 3,2% anuais. E a êsse aumento, devemos acrescentar o incremento na demanda ocasionado pela maior renda. A êsse respeito já se defronta com maiores dificuldades de análise pela imprecisão dos dados relativos à renda disponível. A renda real per capita tem aumentado a uma taxa de aproximadamente 1,7% ao ano, sendo que dessa taxa deveríamos retirar a parcela relativa à dedução de impostos diretos. Outro elemento a ser levado em conta seria a elasticidade-renda que varia entre regiões e entre produtos³. Se admitirmos, no entanto, um coeficiente médio de 0,5 e ignorarmos qualquer correção da renda real, teríamos um acréscimo na demanda da ordem de

3) «Projeções de Oferta e Demanda de Produtos Agrícolas para o Brasil», Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1966.

dicionalmente — terra e mão de obra —, ou mesmo com reduções em seu emprego.

Ou mesmo, pode-se obter maiores produções apenas pela combinação mais aconselhável dos fatores disponíveis, ocorrendo portanto aumento na produtividade do uso desses fatores. De qualquer modo, teríamos um incremento na produtividade por agricultor, e portanto, haveria ganho econômico que tornaria possível propiciar um melhor bem estar da população rural que estaria assim mais presente no mercado para produtos oriundos dos outros setores econômicos com o aumento de seu poder de compra. E igualmente possível seria também a liberação de mão de obra e outros recursos.

3 — COMPORTAMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Uma análise da recente evolução da agricultura brasileira seria de interesse para se julgar de como o nosso setor agrícola vem perfazendo as suas funções, ou, em outras palavras se vem se constituindo em um setor que retarda ou favorece o desenvolvimento global de nossa economia. Infelizmente, as informações estatísticas sobre os volumes e preços obtidos, uso de fatores e conhecimentos mais aprofundados sobre a produtividade desses fatores, são ainda bastante precários, o que torna bastante difícil uma mais correta interpretação. E a prova disto, são as contraditórias análises que têm sido realizadas a respeito.

3.1 — *Taxas de crescimento*

Os dados a seguir apresentados sobre as taxas de crescimento da agricultura brasileira destinada ao mercado interno (produtos de alimentação e produtos industrializáveis), foram elaborados pela equipe da ANPES 1.

No quadro 1 apresentamos um resumo desses dados, dando-se destaque às duas principais regiões em que foram agrupadas 2. Os dados básicos são originários do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

1) Antônio Delfim Netto e outros «Agricultura e Desenvolvimento no Brasil». Estudos ANPES n. 5, São Paulo, 1966.

2) A região Nordeste abrange 9 Estados (de Maranhão a Bahia. A região Centro-Sul abrange os 9 Estados situados ao Sul e Oeste da Bahia (exclui-se a Guanabara).

QUADRO 1

Taxas Anuais de Crescimento de Produção Agrícola
Brasileira — Consumo Interno

Regiões	1950/60	1950/55	1955/60
Nordeste	4,88	4,57	5,17
Centro Sul	4,07	2,83	5,32
Brasil	4,28	3,37	5,23

Fonte: ANPES veja nota ¹

Por êsses elementos verifica-se que a taxa média anual de crescimento para todos os produtos agrícolas de consumo interno, atingiu a 4,28% em todo o Brasil, no período de 1950/60. Se êsse período for dividido em dois, vê-se que entre 1950 e 1955 o incremento anual foi de 3,37% passando no período seguinte a 5,23% (1955/60), o que aponta uma sensível melhoria.

Se considerarmos as duas principais regiões — Nordeste e Centro Sul — vamos verificar que a produção vem crescendo a uma taxa maior no Nordeste, o que ocorreu principalmente no período 1950/55. Mas, de qualquer modo, o grosso da agricultura brasileira repousa na região Centro-Sul (cêrca de 80% de produção de alimentos e entre 55 e 60% da produção para industrialização).

Para se julgar o que significa um crescimento de 4,28% ao ano, pode-se mencionar que o aumento da população brasileira vem se dando a uma taxa de 3,2% anuais. E a êsse aumento, devemos acrescentar o incremento na demanda ocasionado pela maior renda. A êsse respeito já se defronta com maiores dificuldades de análise pela imprecisão dos dados relativos à renda disponível. A renda real per capita tem aumentado a uma taxa de aproximadamente 1,7% ao ano, sendo que dessa taxa deveríamos retirar a parcela relativa à dedução de impostos diretos. Outro elemento a ser levado em conta seria a elasticidade-renda que varia entre regiões e entre produtos ³. Se admitirmos, no entanto, um coeficiente médio de 0,5 e ignorarmos qualquer correção da renda real, teríamos um acréscimo na demanda da ordem de

3) «Projeções de Oferta e Demanda de Produtos Agrícolas para o Brasil», Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1966.

Quadro 2

Evolução da Área de Lavouras, Pessoal Ocupado e Existência de Tratores na Agricultura Brasileira

Estados	Área de Lavouras (mil ha)			Pessoal Ocupado (mil pessoas)			Tratores		
	1950	1960	% de au- mento	1950	1960	% de au- mento	1950	1960	% de au- mento
Brasil	19.095	29.760	56	10.997	15.522	41	8.372	63.493	658
Norte	235	458	95	327	537	64	61	266	336
Nordeste	3.766	6.838	82	2.897	4.565	58	324	2.318	615
Leste	5.698	7.793	37	3.906	4.883	25	1.463	7.785	432
Sul	8.788	13.253	51	3.482	4.857	40	6.385	50.821	696
Centro-Oeste	608	1.417	133	386	679	76	139	2.303	1.560
Norte									
Amazonas	53	125	136	81	166	105	10	24	140
Pará	162	292	80	220	330	50	33	194	488
Nordeste									
Maranhão	329	1.170	256	369	929	152	16	41	156
Piauí	225	471	110	206	355	72	20	59	195
Ceará	827	1.640	98	499	817	64	32	316	888
Rio Grande do Norte	444	627	41	235	296	26	17	246	1.347
Paraíba	661	1.003	52	434	545	26	62	361	482
Pernambuco	999	1.501	50	880	1.258	43	142	999	604
Alagoas	282	426	51	275	364	32	35	296	746
Leste									
Sergipe	136	204	50	155	243	57	45	96	113
Bahia	1.372	2.264	65	1.283	1.858	45	82	575	601
Minas Gerais	2.937	3.673	25	1.869	2.077	11	763	5.024	558
Espírito Santo	588	726	23	273	269	— 2	58	490	744
Rio de Janeiro	588	588	—	277	241	— 13	457	1.469	221
Sul									
São Paulo	4.258	4.973	17	1.532	1.683	10	3.819	28.101	636
Paraná	1.359	3.471	155	508	1.277	151	280	4.996	1.684
Santa Catarina	670	1.013	51	351	620	67	41	1.049	2.458
Rio Grande do Sul	2.503	3.796	52	1.071	1.277	20	2.245	16.675	642
Centro-Oeste									
Mato Grosso	143	418	192	86	184	114	50	997	1.894
Goiás	465	995	114	299	493	65	89	1.299	1.359

Fonte: IBGE — (Serviço Nacional de Recenseamento).

0,85% ao ano, determinado pelo aumento da renda. E dêse modo, a produção agrícola de consumo interno deveria crescer a uma taxa de 4,05% para atender ao aumento da população e renda. Como se vê, o crescimento verificado, no período em análise, foi ligeiramente superior (4,28%).

No entanto, no 1.º semiperíodo a produção cresceu a uma taxa menor (3,37) e se observarmos as taxas regionais (veja quadro 1) há taxas nitidamente adversas, como é o caso de 2,83% ao ano, constatadas na região Centro-Sul no período de 1950/55, principalmente quando se aduz que o crescimento demográfico nessa região atinge a 3,6% ao ano.

As considerações feitas referem-se ao atendimento da agricultura às necessidades de consumo interno. Com referência às outras funções da agricultura, atrás mencionadas,, a avaliação é bem mais difícil.

Quanto à exportação, a agricultura continua a fornecer a grande maioria das divisas, havendo inclusive conseguido diversificar de maneira bem aceitável as pautas das exportações.

3.2 — *Estágio de evolução*

Outros aspectos a considerar são os diferentes estágios de evolução da agricultura brasileira †, que evidentemente se traduzir em complicações quando se quer retratar a atual situação de nossa agricultura. Parte ponderável do aumento conseguido na produção ainda repousa no aumento na área e na mão-de-obra empregada. Os dados do quadro 2, referentes à área cultivada, pessoal ocupado e tratores existentes, em 1950 e 1960 (segundo dados dos Censos) apontam que nesse período ocorreu, em todo o País, um acréscimo de 56% na área cultivada. O aumento verificado de 41% no pessoal ocupado, parece indicar uma pequena melhoria de técnica empregada. Aliás, nota-se também nesse quadro as grandes diferenças de comportamento que se dá nos vários Estados.

Assim, enquanto em vários dêes, a área aumentou de maneira significativa (256% no Maranhão, 155% no Paraná) em outras praticamente não se verificaram grandes oscilações) a mesma área do Estado do Rio, 17% de aumento em São Paulo).

No quadro 3, onde são calculadas duas relações que indicam diferenças de técnica, ou seja, área cultivada por pessoal

4) Ver «Estágio do Desenvolvimento Técnico da Agricultura Brasileira». Ruy Miller Paiva, Anais da IV Reunião da SOBER, São Paulo, 1966.

Quadro 3

Relação área/trabalhador e área/trator no Brasil

Estados	Área por Trabalhador (ha)		Área por Trator (ha)	
	1950	1960	1950	1960
Brasil	1,7	1,9	2.280	468
Norte	0,7	0,9	3.852	1.721
Nordeste	1,3	1,5	11.623	2.950
Leste	1,5	1,6	3.894	1.001
Sul	2,5	2,7	1.376	260
Centro-Oeste	1,6	2,1	4.374	615
Norte				
Amazonas	0,7	0,8	5.300	5.208
Pará	0,7	0,9	4.910	1.505
Nordeste				
Maranhão	0,9	1,3	20.563	28.536
Piauí	1,1	1,3	11.250	7.983
Ceará	1,7	2,0	25.843	5.190
Rio Grande do Norte	1,9	2,1	26.118	2.548
Paraíba	1,5	1,8	10.661	2.778
Pernambuco	1,1	1,2	7.035	1.503
Alagoas	1,0	1,2	8.057	1.439
Leste				
Sergipe	0,9	0,8	3.022	2.125
Bahia	1,1	1,2	16.731	3.937
Minas Gerais	1,6	1,8	3.849	731
Espirito Santo	2,2	2,7	10.137	1.481
Rio de Janeiro	2,1	2,4	1.286	400
Sul				
São Paulo	2,8	3,0	1.114	177
Paraná	2,6	2,7	4.854	694
Santa Catarina	1,8	1,6	16.341	695
Rio Grande do Sul	2,3	3,0	1.114	227
Centro-Oeste				
Mato Grosso	1,7	2,3	2.860	419
Goiás	1,6	2,0	5.225	765

Quadro elaborado com dados originais do Censo de 1950 e 1960 (IBGE — Serviço Nacional de Recenseamento).

ocupada e área por trator mostra-se também a grande diferença existente entre regiões. É o caso dos 0,8 ha. por trabalhador no Amazonas e Sergipe contra 3,0 em São Paulo e Rio Grande do Sul. E de um trator por cada 177 ha. em São Paulo enquanto no Maranhão, estado que vem apresentando um intenso aumento na área de cultivo; essa relação é de um trator por mais de 28.000 ha.

Se utilizarmos outros dados disponíveis, relativos a certas áreas — São Paulo, por exemplo — pode-se verificar que a agricultura desse estado já atinge um nível de transição bem marcado, onde em alguns setores já se obtém resultados bastante satisfatórios, comparáveis aos atingidos em países desenvolvidos. Assim atualmente a sua população rural atinge apenas a 25% do total estadual e o setor agrícola contribui com menos de 20% de sua renda interna. Segundo dados da Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura de São Paulo, o total de habitantes das propriedades agrícolas desse Estado (em números absolutos) vem se mantendo estacionário nos últimos anos, enquanto o volume produzido tem aumentado constantemente ⁵.

Estão se verificando incrementos contínuos nos índices de rendimento agrícola (de 100 em 1948/52 para 165 em 1967) graças a um aprimoramento nas técnicas de cultivo, bastando citar que o emprego de fertilizantes vem crescendo a taxas anuais de 7,5% (fósforo) a 11,9% (nitrogenio).

3.3 — *Crescimento desejável*

As considerações feitas atrás ressaltam as diferenças existentes entre as várias regiões do País, tanto no estágio de evolução como no ritmo de expansão. Mas, pensando-se em dados globais para todo o país, verifica-se que a agricultura brasileira que já vem crescendo a uma taxa considerada alta, tem que manter êsse ritmo de crescimento, talvez intensificado, em face de possíveis aumentos mais pronunciados na renda disponível.

Ter-se-á assim de manter uma expansão de 4,5 a 5% ao ano. Um exame do que ocorre em outras regiões do mundo mostra que não é fácil atingir-se êste objetivo, (um crescimento 3,6% ao ano significa dobrar o volume produzido em 20 anos).

5) Divisão de Economia Rural. «Diagnóstico da Agricultura Paulista». 1967 (mimeografado).

Assim dentre 26 nações em desenvolvimento e crescimento do setor agrícola só conseguiu ultrapassar a taxa de 5% ao ano em apenas 6 países⁶⁾, sendo que nenhum deles da dimensão do Brasil (o único que mais se assemelhava era o México).

Desse modo, nos defrontamos com um verdadeiro desafio que só poderemos superar se conseguirmos pôr em execução um efetivo programa de desenvolvimento agrícola.

4 — PONTOS BÁSICOS DE UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

Dentro dos conceitos já enunciados, ficou evidenciado que uma política adequada para promover o desenvolvimento da agricultura, tendo em vista atingir-se os objetivos citados, deve-se basear principalmente em programas destinados a aumentar a produtividade do setor agrícola.

Pode-se dizer que o nível de produtividade depende grandemente da conjugação de uma série de fatores, uns dependentes das decisões individuais dos lavradores sobre o nível da técnica e empregar, com a correspondente aplicação dos vários insumos e numa dada resposta aos preços dos produtos fatores e outros mais diretamente relacionados com medidas governamentais sobre problemas que afetam de uma maneira mais ou menos direta o setor agrícola. Esses últimos fatores condicionam, por assim dizer, o processo de desenvolvimento da agricultura. E é justamente nessa área que o governo, através de uma série de linhas de ação pode atuar decisivamente nesse processo. É verdade que a escolha de prioridades, dependendo, no caso da agricultura pelas suas próprias características, de julgamentos subjetivos, torna o problema bem mais complexo. E, no caso brasileiro, onde, conforme já salientamos, o conhecimento é limitado e as diferenças regionais são grandes, essa questão apresenta ainda dificuldades maiores.

A seguir faremos uma enumeração de alguns importantes fatores que influenciam o desenvolvimento agrícola, procurando, dêsse modo, destacar pontos de interesse no delineamento de programa visando atingir-se êsse desenvolvimento.

1) *Conhecimentos técnicos*: O levantamento de conhecimentos que tornam possível a realização, por parte das ins-

6) Hendrix, W. E. «The experience of more rapidly developing countries», Economic Development of Agriculture, Iowa (State University, 1965).

tituições de pesquisas, de melhoramento e seleção de novas variedades de plantas ou de novos cruzamentos de animais, altamente produtivos ou que melhor respondam à aplicação de fertilizantes ou rações, é talvez um dos pontos básicos mais importantes. Do mesmo modo, devem ser prioritários os conhecimentos sôbre técnicas aconselháveis de cultivo, espaçamentos adequados, curvas de resposta a adubações, manejo de pastagens métodos de administração rural, etc. Deve aqui ser salientado que embora existam no Brasil um número já razoável de institutos de pesquisa e de estações experimentais, ligadas ao Ministério, às Secretarias de Agricultura, ou às Escolas de Agronomia, notam-se falhas nos programas de trabalho refletindo no conhecimento global existente. Cita-se como exemplos, a falta generalizada de trabalhos conclusivos sôbre curvas de resposta a adubações que constituem elemento básico não só como índice mais preciso nas atividades de extensão, como também para análises relativa à política de fertilizantes. Uma eventual possibilidade de se coordenar os programas de pesquisa das várias instituições do país, restringindo a atuação das unidades menores à realização de pesquisas aplicadas na solução dos problemas mais ligados a um aumento de produtividade nas respectivas regiões, seria talvez um importante passo para melhor aproveitar os limitados recursos existentes nêsse setor. Outra decorrência daqueles conhecimentos é a questão de produção, em escala crescente, de sementes selecionadas, cuja produção pode ser feita por organismos públicos ligados aos órgãos de pesquisa e assistência ou então por entidades privadas, desde que rigorosamente fiscalizadas pelos serviços técnicos oficiais.

2) *Programa de extensão*: Outro importante setor, também diretamente ligado às atividades governamentais, diz respeito à assistência técnica que deve existir visando levar ao agricultor os conhecimentos levantados pelas instituições de pesquisa. Ôbviamente, a existência de serviço dêsse tipo, e a sua atuação eficiente contribui de maneira decisiva para o aumento do rendimento agrícola. Mas, de modo geral, pode-se dizer que nesse setor muito tem de ser feito. Há igualmente falta de coordenação nos programas em execução.

Nota-se mesmo em áreas relativamente desprovidas de recursos, a existência de dois ou mais serviços em operação (Ministérios, Secretarias locais, sistema ABCAR, serviços ligados a outros setores governamentais, como o INDA, em-

prêsas hidroelétricas etc.) cada um, de modo geral, operando o seu próprio programa e ignorando os demais.

3) *Nível de educações* São igualmente óbvias as vantagens de se dispor de um sistema de educação que permita alterar drasticamente as condições até aqui prevalentes no Brasil. Embora não se disponha de estatística recente relativa ao grau de alfabetização nas zonas rurais das diferentes regiões do país, tem-se como certa a existência de uma elevada percentagem de analfabetismo. E não resta dúvidas que a eficiência de um sistema de extensão é grandemente limitada quando tem que se dirigir a êsse tipo de agricultor. Pode-se considerar o elemento humano como um dos fatores decisivos ao desenvolvimento econômico da agricultura pela importância da tomada de decisões. Outros fatores, como o nível de tecnologia empregada, capital disponível, terras são também importantes, mas para se tornarem produtivos têm de ser desenvolvidos, organizados e utilizados. E essas funções são realizadas por elementos humanos. A falta de instrução de parte dos empresários agrícolas limitando a sua plena capacidade constitui-se pois como um poderoso fator restritivo. Essas considerações sugerem suas linhas de política, uma no sentido de dar aos programas da educação na zona rural uma nova feição, pois ao lado da instrução mesmo que primária, deveria se procurar despertar o interesse pela aplicação de novas técnicas e do que isso pode contribuir para a elevação do nível de renda e consequentemente do padrão da vida dos lavradores. Um sistema de educação visando êsses objetivos e a operação de um mais eficiente programa de extensão poderiam contribuir decisivamente para aumentar o nível de aspiração das populações rurais ajudando a eliminação do comodismo ou mesmo do fatalismo que predominam nas áreas de agricultura tradicional. Outro ponto a ser destacado diz respeito à cautela que deve prevalecer em programas de reforma agrária, pois uma intensa multiplicação no número de empresários agrícolas com baixa instrução, pouco afeito a tomar decisões poderia causar óbices que iriam retardar ainda mais o processo de desenvolvimento.

4) *Infra-estrutura ligada à agricultura:* Dentro desse item se situam inúmeros pontos que são mais comumente discutidos e que embora sendo importantes, vamos nos abster de comentá-los com mais detalhes. É o caso da rede de comunicações e transporte de interesse da agricultura, do sistema de comercialização, da rede de armazéns e silos, etc. Nesse

grupo, poderíamos também incluir o sistema de crédito agrícola e a garantia de preços à agricultura.

Os fatores até aqui citados, são em grande parte dependentes da ação direta dos poderes públicos, os quais portanto, podem atuar decisivamente no planejamento e execução de medidas visando contribuir para o desenvolvimento do setor agrícola. Além desses pontos, existem outras áreas também importantes que o governo tem ação decisiva. É o referente *ao suprimento de fatores* que a agricultura moderna deve utilizar com intensidade crescente. A ação do governo nesse caso, pode ocorrer sobre dois aspectos: um, pela criação de incentivos, a iniciativas privadas, visando o estabelecimento de unidades produtoras desses insumos. É o caso de indústrias de fertilizantes, pesticidas, tratores, máquinas e equipamentos que são essenciais à modernização do setor agrícola. De outro lado, como o uso desses fatores é condicionado pela relação de seus preços com o dos produtos agrícolas e também pelo aumento de riscos que o agricultor incorre, intensificando sua produção, cabe ao governo estabelecer de um lado uma eficaz política de garantia dos preços agrícolas e de outro ditar normas visando uma melhoria nas condições de comercialização dos fatores a serem postos à disposição da agricultura, podendo-se mesmo chegar ao estabelecimento de incentivos ao seu uso (mesmo através de subsídios), principalmente durante a fase de implantação dessas indústrias e em vista do ainda restrito mercado para seus produtos.

Finalmente cabe tecer algumas considerações sobre os fatores que dependem da ação direta dos agricultores, isto é, sobre as *decisões que os lavradores tomam no nível de sua propriedade*, decidindo o que produzir e como produzir. Não resta dúvida que nessa área é que se situa o ponto crítico do programa, pois é a agregação das decisões individuais que levam à produção total e ao ritmo de expansão que se verifica ao longo dos anos. Não adianta ter instituições de pesquisa, serviço de extensão primoroso, se os agricultores não se decidem a intensificar suas produções, a mudar o sistema de produção que vinham tradicionalmente seguindo e tornando possível atingir os objetivos atrás enunciados, ou então a aumentar pura e simplesmente a sua área de plantio, alcançando-se então apenas parte daqueles objetivos. Assim, verificando-se progressos nas ações governamentais visando os pontos atrás mencionados, e havendo incentivos econômicos, ou seja, favoráveis relações de preços de produtos e de insumo, crescente de número de lavradores, motivados pela alte-

ração das condições existentes, vão adotando as novas tecnologias. Só assim será conseguido ganhos globais em produtividade. A dosagem correta e o estabelecimento de prioridades nos vários programas é que irá possibilitar à agricultura a se modernizar e contribuir para o desenvolvimento econômico do país, na taxa requerida e a um menor custo.

REFERENCIAS

- 1) Antonio Delfim Netto, e outros "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil", Estudo ANPES n.º 5, São Paulo, 1966 (mimeografado).
- 2) Fundação Getúlio Vargas, "Projeções de Oferta e Demanda de Produtos Agrícolas para o Brasil", Rio de Janeiro, 1966.
- 3) Ruy Miller Paiva, "Estágio de Desenvolvimento Técnico da Agricultura Brasileira", Anais da IV.ª Reunião da SOBER, São Paulo, 1966.
- 4) Divisão de Economia Rural, "Diagnóstico da Agricultura Paulista", São Paulo, 1967 (mimeografado).
- 5) W. E. Hendrix, "The experience of more rapidly developing countries", Iowa State University, 1965.
- 6) C. K. Eicher e L. W. Wit, "Agriculture in Economic Development", Mc Graw-Hill, New York, 1964.
- 7) T. W. Schultz, "Transforming Tradicional Agriculture", Yale University Press, New Haven, 1964.
- 8) "Economic Development of Agriculture", Iowa University Center for Agricultural and Economic Development Ames, 1965.
- 9) B. F. Vohnsten e S. T. Nielsen, "Agricultural and Structural Transformation in a Developing Economy", Food Research Institute Papers, Stanford, 1966.
- 10) B. F. Johnston e J. W. Mellor, "Agriculture in Economic Development", The American Economic Review, Set. 1961.
- 11) J. W. Mellor, "The Process of Agricultural Development in Low-Income Countries", Journal of Farm Economics, Ag. 1962.

Comentário: *Dr. Richard G. Wheeler*

Os meus comentários sôbre a conferência do Dr. Dias serão bem curtos, porque recebi o trabalho sômente pouco antes da meia-noite de ontem, e não tive muito tempo para analisar a obra. Não obstante, acho que temos um balanço perfeito aqui, considerando as duas conferências, porque o Dr. Dias está muito preocupado com as dificuldades de aumentar a oferta, enquanto o Dr. Paiva mostra sua preocupação com as limitações da procura.

As duas conferências nos ajudaram muito a entender os vários aspectos básicos para o desenvolvimento duma política agrícola adequada, mas gostaria de saber se uma política inteiramente adequada poderá ser definida sem que as seguintes perguntas sejam primeiro respondidas:

- 1 — A que grau devem os planos que ajustam a produção agrícola ser designados também, a fim de melhorar o bem-estar das famílias rurais de renda baixa?
- 2 — Está o Brasil mais apto a subsidiar a produção agrícola para exportação do que para consumo pelas famílias de renda baixa de áreas urbanas?
- 3 — Quanto poderá um sistema mais efetivo de comercialização contribuir para uma renda bruta e líquida mais elevada na agricultura?

"MELHORIA TÉCNICA"

RICHARD R. NEWBERG

Dentro do tema global da Reunião, o título "Melhoria Técnica" poderá ter um significado bastante amplo e geral. Esta foi definida para os propósitos deste trabalho de modo a significar um aperfeiçoamento sistemático da tecnologia usada na agricultura, ou seja, o aperfeiçoamento dos meios de descoberta, seleção e combinação de insumos, a fim de atingir índices de produção desejados em toda a gama de atividades envolvidas na produção agrícola e serviços correlatos, no comércio, no transporte, crédito, etc., e não apenas na produção agrícola. Esta tecnologia é significativamente influenciada por políticas, "know-how", disponibilidades de crédito e relações custo preço.

O aperfeiçoamento sistemático implica em um significativo grau de orientação na adoção da tecnologia. Esta orientação, por sua vez, deve ser baseada em dados e análises adequados que estabeleçam claramente as relações custo/benefício e avaliem até mesmo as repercussões mais remotas.

Talvez seja possível selecionar imediatamente um número de aperfeiçoamentos técnicos sobre os quais haja consenso quase geral. Certamente, isto já foi feito anteriormente. Entretanto, a tecnologia de programação governamental, de formulação e avaliação de diretrizes e, em geral, de descobertas neste campo, são de muitas formas mais obscuras do que a tecnologia da produção de per si.

As manifestações observadas indicam claramente certas direções na concentração de esforços. Essas manifestações sugerem que certos insumos ou combinações destes podem ser substancialmente básico. Por exemplo:

Os índices de rendimento nas áreas tradicionais do Brasil estão, de modo geral, diminuindo, como resultado da prá-

tica difundida da agricultura extensiva, em contraste com os tipos de agricultura que visam a aumentar a produtividade e a conservar os recursos. A deterioração da produtividade dos solos em áreas tradicionais favorece a continuada migração de agricultores produtivos e, na maioria das vezes, dos melhores produtores, para solos virgens no oeste, onde as mesmas práticas são freqüentemente usadas com os mesmos resultados. Os resultados de uma migração continuada são vários:

1. As mudanças na produção e o movimento emigratório dos melhores agricultores deixaram um grande número de pessoas de renda baixa, estabelecimentos agrícolas de baixa produtividade nas áreas tradicionais, onde a fertilidade dos solos foi perdida pelo uso inadequado e pela ausência de investimentos.

2. O desenvolvimento continuado da agricultura numa margem extensiva requer investimentos em vias de penetração e altos custos em amplos canais de abastecimento, além da perda de produtos entre produtores e consumidores.

3 — A renda dos trabalhadores rurais e da população rural em geral não tem acompanhado as outras partes da economia e, em muitas áreas, realmente diminuiu.

Dado à contínua migração da produção, não foram estabelecidas instruções permanentes de comercialização, estando esta em grande parte nas mãos de caminhoneiros-compradores, cujos custos operacionais são consideravelmente mais altos. Devido à falta de adequadas instalações permanentes de estocagem, o produto tem de ser transportado por estradas deficientes imediatamente após a colheita, sobrecarregando as vias de transporte e, além do mais, se depreciando. O crescimento de centros populacionais no Leste tem se processado simultaneamente com o movimento da produção para o Oeste. Os custos destes movimentos diversos e a necessidade de inverter o rumo de um, de outro, ou de ambos, devem ser estudados cuidadosamente.

A morosidade na doação de uma melhoria na produtividade da mão-de-obra, aumento de insumos, sementes melhoradas, mecanização de animais e de tratores, pesticidas e irrigação, em conjunto com o declínio no uso de fertilização nas áreas mais gastas, resultaram numa queda na produção por homem/hora.

Evidencia-se que uma melhoria na renda da população rural irá requerer um aumento na produtividade da mão-de-obra. A alternativa de aumentar a renda da população rural através de transferências intersetoriais de renda provavelmente não poderá ser sustentada por muito tempo, a menos que implique numa maior produtividade. As mudanças em outra direção para estimular a industrialização durante a década de 1950 e o início da de 1960 parecem haver reduzido substancialmente a capacidade produtiva da agricultura.

A inclinação da balança em direção à agricultura deveria se proceder de tal maneira, que estimulasse a crescente adoção da produtividade de mão-de-obra e de técnicas para o aumento da produção, dentro de uma estrutura de custo/preço razoável, e dentro de uma margem aceitável de efeitos na procura de mão-de-obra nas áreas rurais. Em primeiro lugar, a atenção deve ser dirigida àqueles insumos cujo custo é bastante baixo e que aumentam substancialmente a produtividade, não reduzindo em grande parte as necessidades de mão-de-obra. Talvez os insumos que criam uma procura alternativa substancial para a mão-de-obra rural devam receber ênfase.

A necessidade de proporcionar melhores oportunidades de emprego é bem real e contínua. Com o atual índice de crescimento demográfico, o Brasil necessita de cerca de um milhão de novos empregos por ano. Em geral, os custos do oferecimento de empregos e necessidades familiares correlatas de moradias e serviços parecem ser muito maiores nos principais centros urbanos como Rio de Janeiro, do que nas cidades do interior ou nas fazendas. Portanto, em condições normais, a economia indica que a ênfase seja no provimento de empregos no interior, em vez de se tentar assegurar oportunidade de emprego, educação, alguma forma de moradia e serviços urbanos a todos que emigram para os principais centros metropolitanos. Os custos relativos das oportunidades de emprego, habitação e serviços deveriam ser avaliados em programas de planejamento regional.

Certos tipos de tecnologia de aumento de produtividade podem reduzir as oportunidades de emprego, porém o fracasso na adoção de técnicas de aumento de produtividade na mão-de-obra limita o potencial para o aumento da renda. As tendências recentes na agricultura ilustram as dificuldades que esta vem enfrentando. No decênio de 1950-1960, a quantidade de terra cultivada por trabalhador aumentou cerca

de 10% na maior parte do Brasil (Tabela A). Durante o mesmo período, o rendimento das principais culturas alimentares decaiu na maioria das áreas. A *tabela A* mostra mudanças ocorridas no total de toneladas produzidas por hectare. O resultado se constituiu de aumentos insignificantes na produtividade real e, em muitos casos, de declínio da produtividade real por trabalhador.

Sem qualquer espécie de mecanização, um trabalhador pode cultivar apenas cerca de 1 a 3 hectares, dependendo da cultura e das condições. Em 1960, o número médio de hectares cultivados por trabalhador variou de uma média baixa de 0,85 no Norte, 1,5 no Nordeste até 2,7 no Sul. No Norte e no Nordeste do Brasil a mecanização é praticamente inexistente. As estatísticas demonstram que para cada arado existem em média 100 trabalhadores. Portanto, com uma média de cerca de 1,5 hectare de terra cultivada por trabalhador rural e rendimentos médios de 600 a 700 quilos de milho ou outro cereal por hectare, a renda do trabalhador limita-se a cerca de uma tonelada de milho, ou quase mil quilos de nutrientes totais digestíveis em uma ou outra forma. Isto iria prover calorias em quantidade suficiente, mas não proveria outros nutrientes essenciais para alimentar 3 pessoas. Certamente, no caso do agricultor ser forçado a vender parte disto para cobrir despesas não alimentares, o suprimento seria reduzido proporcionalmente.

O número das alternativas que poderiam aumentar significativamente seu retorno é bem limitado. Essas podem ser classificadas como se segue:

1. Aumentar o número de hectares que o agricultor poderia cultivar usando fontes de energias não-humanas.
2. Uso de terras normalmente não aproveitadas para propósitos de produção extensiva, as quais tenham produtividade relativamente alta por unidade de mão-de-obra.
3. Aumentar o rendimento das atuais culturas.
4. Mudar a atividade atual para culturas que proporcionem maiores retornos por agricultor, ou sejam menos intensivas. Isto irá requerer uma área cultivada maior.

Qual destas combinações deveria ser promovida sob condições diferentes, não é possível dizer. Isto deveria ser determinado e planos conceptualmente adequados deveriam ser desenvolvidos, a fim de solucionar o problema dentro de

relações custo/preço aceitáveis. Aumentar os impostos para financiar insumos não-econômicos, gratuitos ou altamente subsidiados, não seria provavelmente uma boa solução. Caso a escolha tenha recaído sobre a transferência de renda, esta deverá ser feita com completa observância de alternativas e métodos mais eficientes, de modo a atingir os fins desejados. A transferência da renda através do subsídio de patrulhas mecanizadas ou pela venda subsidiada de sementes, deveria ser considerada em contraste com as alternativas de provimentos de melhores incentivos de preço, aperfeiçoando as vias de acesso ao campo ou medidas para redução de custos, estímulo à produção e à distribuição de fertilizantes, sementes melhoradas, pesticidas etc., pelo comércio particular.

Os principais critérios para avaliação de métodos alternativos de criação de subsídio ou de provisão de incentivos deveriam ser considerados usando-se os fins e metas da sociedade e da economia. Os métodos empregados devem ser conceptualmente adequados a atingir os fins e metas estabelecidos. Portanto, por exemplo, um programa para o fornecimento de tratores ou de sementes que, quando muito, atinge apenas a 1 ou 2% da população quando deveria atingir entre 75 e 80%, é, obviamente, conceptualmente inadequado e possivelmente negativo. Poderia ser negativo no sentido de que desvia a atenção, os recursos naturais e os poucos recursos humanos das necessidades reais.

A avaliação dos resultados com relação às metas e objetivos da sociedade e da economia realmente requer que existam grupos de metas ou objetivos claramente definidos, e que sejam estabelecidos fins a médio e longo prazo com relação a estes, para pesar e avaliar alternativas. Caso não existam, torna-se necessário em primeiro lugar desenvolver os fins e metas específicos, defini-los, qualificá-los e determinar os insumos necessários à sua consecução. A responsabilidade de produção de insumos necessita de ser assumida e os recursos distribuídos. A determinação das metas e fins, a assunção das responsabilidades, a avaliação dos fatores limitando a obtenção dos resultados, a definição das funções ou dos insumos necessários, a distribuição sistemática das responsabilidades e recursos e a avaliação devem ser realizadas a cada nível, desde o mais alto escalão do Governo Federal até a comunidade, finalmente em uma forma simples, ao nível da unidade familiar.

**AUMENTO DA PRODUÇÃO DEVIDO A: RENDIMENTO FÍSICO;
 PRODUTIVIDADE DA MÃO-DE OBRA; AUMENTO DA
 MÃO-DE-OBRA RURAL**

	Rendimento Físico % D (P/A) P/A	Relação Área/Homem % D (A/N) A/N	Variações da mão-de-obra na agricultura % D N/N
Norte	—21,887	18,955	64,353
Nordeste	—22,508	15,245	57,548
Leste	— 5,862	7,953	25,034
Sul	—21,328	8,094	39,513
Centro-Oeste	—60,241	32,188	76,205

P = Produção em toneladas

A = Área cultivada em hectares

N = Número de pessoas ocupadas na agricultura

Usando-se uma fórmula simples para produção: $P=P/A \cdot A \cdot N$ e derivando e aproximando-se a fórmula por diferença, tem-se:

$$D P/P = \frac{D (P/A)}{P/A} = \text{Rendimento por hectare}$$

$$+ \frac{D (A/N)}{A/N} = \text{Número de hectares cultivados por homem (pessoa ocupada na agricultura)}$$

$$+ D N/N = \text{Variações da mão-de-obra rural, componentes que aqui desejamos abordar.}$$

Fonte: Dados compilados da: Sinopse Preliminar do Censo Agrícola 1963; SEP.

A determinação dos requisitos e métodos para o aperfeiçoamento da tecnologia deve ser abordada de modo ordenado. A devida consideração deve ser dada aos valores subjetivos em conjunto com metas objetivamente estabelecidas.

A SELEÇÃO DE METAS

Duas metas principais podem ser deduzidas do entendimento geral do papel da agricultura no desenvolvimento econômico. São elas:

1. Fornecer os alimentos e produtos industriais necessários ao povo e às fábricas nacionais.

2. Obter as receitas de exportação necessárias para sustentar o desenvolvimento econômico.

Várias outras metas poderiam ser indicadas. Por exemplo:

1. Trazer os pequenos agricultores de subsistência para a economia de mercado nacional, aumentando a produtividade até acima das necessidades familiares, e aumentando o poder de compra de modo a proporcionar um mercado substancialmente expandido para a produção industrial.

2. Desenvolver uma economia nacional integrada e baseada em comunidades locais prósperas.

3. Prover oportunidades adequadas de emprêgo para a população rural, etc.

As metas serão provavelmente sujeitas a algumas restrições globais de caráter político e econômico na determinação de valores filosóficos ou nacionais, tais como:

1. Manutenção de um govêrno democrático.

2. Uso ótimo dos recursos a longo prazo.

3. Manutenção da liberdade individual de escolha.

4. Iniciativa privada em contraste com sistemas comunistas ou socialistas.

QUANTIFICAÇÃO DAS METAS

A quantificação específica das metas da agricultura é normalmente derivada do total das exigências da economia e da sociedade. Estas podem ser metas básicas para a agricultura. A computação do total das necessidades domésticas pode ser feita pelo uso de medidas econômicas ortodoxas de renda, elasticidade da procura, elasticidade cruzada e objetivos nacionais no que diz respeito à renda, população parâmetros, etc. O total das metas de exportação para produtos agropecuários pode ser fixado com base em uma série de aproximações e distribuições do total das divisas necessárias. Iniciando-se com um objetivo estabelecido de crescimento total, seria possível estimar as divisas necessárias para bens de capi-

tal e bens de consumo ou para a amortização de financiamentos, defluxo de ouro, exportação de produtos manufaturados, minérios, produtos agropecuários, etc. As necessidades de exportação designadas para o setor agrícola deverão ser diversificadas e as possibilidades de exportações avaliadas. Poderiam os mercados externos oferecer tais possibilidades? O próximo passo é a combinação do total dos bens de exportação com o total das necessidades domésticas para a obtenção de objetivos combinados. Os objetivos reais a longo o médio prazo necessitarão agora de ser estabelecidos com base no que pareça ser razoável. Para o estudo das tendências passadas e uma primeira avaliação das possibilidades modificadas da oferta, necessitar-se-á formular políticas levando em consideração insumos físicos, etc. A esta altura pode-se fazer ajustamentos e estabelecer-se objetivos específicos.

IMPLANTAÇÃO

A seguir, será preciso avaliar os fatores, os insumos necessários à consecução da meta e a sua classificação em categorias funcionais principais, tais como: produção, comercialização e fundos de investimentos para satisfazer aos aperfeiçoamentos dos insumos de produção e de comercialização. Nesta sumária classificação o transporte está incluído na comercialização.

ESTIMATIVA DOS INSUMOS NECESSÁRIOS

Para cada categoria principal de insumo será necessário avaliar e justificar objetivos de produção a longo prazo e relacioná-lo aos insumos.

Para a produção, as seguintes medidas deveriam ser incluídas:

A — Quantificar os objetivos da produção.

B — Fazer uma revisão geral dos problemas da produção:

1. Coletar dados de fatores que afetam a produção de culturas essenciais.

2. Calcular os rendimentos reais das culturas e as mudanças nas culturas a longo prazo.

3. Calcular a área real usada para um determinado grupo de culturas e as mudanças da área a longo prazo.

4. Fazer planejamentos experimentais para aumento da produção, como resultado de terra adicional e de insumos de rendimento crescente.

C — Estabelecer os principais elementos estratégicos e planos de produção.

Infelizmente, o tempo não permite uma análise profunda deste tipo. Isto deveria constituir objeto de continuados esforços por parte dos economistas rurais e das agências de planejamento do Governo. Entretanto, poder-se-á classificar as categorias principais de insumos da produção como:

1. Incentivos de preços que influenciem os agricultores a tomar as necessárias decisões sobre combinações de insumos.

2. Insumos de rendimentos crescentes — Insumos específicos para aumentar os rendimentos nas quantidades desejadas pelas metas.

3. Terra — objetivos visando o aumento de insumos e terra necessários à satisfação dos objetivos da produção.

4. Crédito — necessidades totais para satisfazer os objetivos.

A análise dos dados da década 1950-60 de área de terra, em contraposição com outros insumos, mostra que para as culturas todo o aumento adveio praticamente da elevação do número de hectares de 19 milhões, em 1950, para quase 30 milhões de hectares cultivados em 1960. Se o aumento necessário à satisfação das necessidades domésticas projetadas para o decênio e as metas de exportação também tivessem de se originar do aumento da área de terra, isto exigiria um aumento adicional de aproximadamente 56 milhões de hectares. Problemas com linhas de fornecimento, baixa fertilidade e falta de conhecimento do potencial de novas terras e administração de novos solos levantam sérias dúvidas acerca da exequidade deste tópico. Isto praticamente se confirma nas terras do Amazonas. Grandes áreas, campo cerrado se forem abertas requererão grande quantidade de fertilizantes, e não só representarão uma área aumentada para cultura.

Poder-se-á proceder a uma primeira aproximação na distribuição dos objetivos da produção como se proviessem em iguais proporções do aumento da área cultivada e do aumento dos rendimentos. Isto exigirá uma avaliação sistemática adicional e a distribuição de insumos e terra entre áreas virgens e tradicionais (cada uma das quais requer um conjunto próprio de ações), e insumos de rendimento crescente de fertilizantes, sementes aperfeiçoadas, pesticidas, irrigação etc. Por exemplo, um aumento decenal de cerca de 8 mi-

lhões de T.M. (cêrca de 60%) se faz necessário para que as necessidades internas e os objetivos de exportação do milho sejam satisfeitos. Se dividíssemos isto 50/50, seriam necessários 30% de hectares cultivados e mais de cêrca de 23% de aumento dos rendimentos atuais da área total. A primeira aproximação e distribuição dos insumos do rendimento crescente poderá ser atingida através de estudo cuidadoso do progresso nos vários insumos. O plantio de milho híbrido poderá perfeitamente ser ampliado para cêrca de até 70% dos hectares plantados com milho, com base nas tendências do Brasil e em outras áreas. Isto iria contribuir com 6 pontos percentuais para os necessários 30% de aumento na produção pelo uso de insumos de rendimento crescente. (Um quinto do aumento total no rendimento). A irrigação provavelmente não terá muita influência nêsses dez anos. Outros fatores além de fertilizantes poderão responder por 3-4% (administração, pesticidas, maquinaria etc.) 20% aos fertilizantes. Isto exigirá cêrca de 270.000 T.M. de nutrientes fertilizantes adicionais, por ano, para o milho, por volta de 1976. Isto exigirá cêrca de 200% de aumento em sementes híbridas de milho e requererá mudança do tipo de semente de milho para variedades de maior fertilidade. Essa primeira aproximação poderá ser feita com outras culturas de maneira semelhante.

As pastagens naturais aumentaram apenas 2% em 1950/60, para cêrca de 40 milhões de hectares, sendo que o pasto artificial aumentou cêrca de 25%, para 8 milhões de hectares, em 1960-61. A necessidade total de carne bovina e leite sofrerá um aumento decenal na produção de 60-70%. Muito pouco ou nada do aumento necessário poderá ser obtido através do aumento de pastagens naturais, tanto que o pasto natural poderá efetivamente declinar. Conseqüentemente, será necessário expandir rapidamente os pastos artificiais mais produtivos, usar gramíneas de maior rendimento, usar fertilizantes nos pastos, e aplicar uma tecnologia que melhore a eficiência da conversão, tal como — arraçoar suplementos minerais adequados (especialmente de cálcio fosfatado e farinha de ossos), armazenar forragem para a época de sêca, apascentar com melaço junto com resíduos, bagaço de cana ou outra forragem suplementar, melhorar o controle de doenças, melhorar os suprimentos de água e outras medidas que possam ser econômicas.

1) Esse pequeno aumento nas pastagens irá criar dúvidas futuras com respeito às altas estimativas dos aumentos de 1950/1965 — número de cabeças.

A realização do objetivo poderá requerer um aumento décuplo de dicálcio fosfatado e farinha de ossos (perto de 200.000 T.M. por ano) para o gado bovino e ovino, por volta de 1976. Isto poderá exigir 150-200.000 T.M. de fertilizantes nutrientes para pastagens e outras forrageiras para gado bovino e ovino, por volta de 1976. As necessidades de outras culturas e produtos poderão ser estimadas de maneira semelhante. O aumento global de fertilizantes nutrientes, por volta de 1976, a fim de corresponder aos objetivos prováveis da produção aumentada, é estimado em 800 — 1 milhão de T.M. de nutrientes. Será provavelmente necessário adicionar algum fertilizante somente para manter a produção atual.

Similarmente, para satisfazer às necessidades de suprimento de galináceos e suínos, uma mudança substancial terá que ser feita nos métodos atuais de conversão de forragens de baixo rendimento e ineficientes, agora comumente empregados, para os métodos modernos de elevada eficiência. Para suínos e galináceos, isto exige uma mudança completa para métodos que propiciam melhores criações, um controle de doenças mais cuidadoso, rações cuidadosamente balanceadas, e administração adequada. Enquanto que as necessidades de equipamento são relativamente simples e de custo baixo, a administração, o controle das doenças e as exigências do arraçamento são de custo elevado. A eficiência da comercialização deve ser melhorada, e os pagamentos feitos pelos insumos de qualidade e produção devem ser fornecidos eficiente e ininterruptamente.

Dentro de dez anos talvez seja praticável modernizar 50-60% da produção avícola e, também, 40% da produção suína. Isto demandaria um sistema adequado a fim de alcançar milhares de agricultores com a ajuda técnica, e exigirá que cerca de 2.2 milhões de ração avícola, e cerca de 3 milhões de toneladas de rações balanceadas para a suinocultura, estejam disponíveis anualmente, por volta de 1976. Isto poderá ser reduzido para cerca de 500.000-1 milhão de toneladas para a suinocultura, caso os suplementos protéicos essenciais forem fornecidos para serem usados juntamente com o cereal do agricultor. Infelizmente, os dados sobre outros insumos que aumentam a produção, tais como pesticidas, o melhor uso de recursos de água incluindo diversos métodos de irrigação, vários tipos de métodos de cultivo do solo e uma administração e mão-de-obra mais bem instruídas não são disponíveis. Estes dados são de extrema necessidade para que se proceda a estimativas de custos e rendimentos fidedignas

e para determinar a distribuição ótima de combinações de insumos. Entretanto, admite-se, em geral, que o uso eficiente de insumos tais como fertilizantes em grandes quantidades, exigirá, simultaneamente, mudanças nas variedades de sementes, uma melhor administração e talvez algum melhoramento simples no equipamento mecânico.

Há indícios substanciais de que os aumentos atuais no rendimento são um pré-requisito para a mecanização pesada. O rendimento de 1.000 a 1.200 kg de milho, de 500 a 700 kg de feijão etc. simplesmente não oferecem retornos suficientes para pagar os custos dos tratores e do equipamento pesado. Mas estas são hipóteses não comprovadas.

INSUMOS FUNCIONAIS

Para agricultores individuais, tanto quanto para a economia nacional, uma avaliação contínua tem de ser feita para determinar os fatores mais críticos e limitantes na realização do objetivo, e os esforços deveriam ser concentrados na remoção destas limitações.

Dados e análises, os quais servem de base às decisões econômicas e dirigem a distribuição de recursos no Brasil, parecem ser mais carentes do que os recursos financeiros ou outros.

A falta de informações aparenta ser um fator mais crítico e limitante ao desenvolvimento de programas ótimos nacionais de agricultura, do que aos planos de produção de agricultores individuais.

Os agricultores são forçados a avaliar a produção em relação aos insumos, e a eliminar aqueles empreendimentos que não ofereçam tão altos retornos em relação ao custo, quanto outros. Muitas vezes eles são severamente limitados pela falta de conhecimento de relações físicas. Entretanto, eles podem ver, em termos físicos, os resultados de meios e esforços diferentes. Em contraste, a mensuração dos resultados de programas alternativos governamentais e de política de insumos requer uma avaliação cientificamente planejada, de tamanho e complexidade significativos.

Presumindo-se que se possa conseguir melhoria com a determinação daqueles fatores que limitam a obtenção do objetivo de maneira crítica, tais como fertilizantes, sementes, irrigação, água etc. será necessário determinar as funções que especificamente devem ser desempenhadas pelo Governo ou

outros órgãos para alcançar objetivos particulares — por exemplo para fertilizantes a citação abaixo poderá ser feita:

1. — Pesquisa — Determinar a quantidade de fertilizantes necessária para satisfazer às metas de produção, as relações custo/preço compatíveis para vários produtos, necessidades de crédito, sistema de distribuição, desenvolver estratégia e política.

2. — Estimular a produção — Fixar metas, estabelecer a política, os estímulos, e prover financiamento a fim de auxiliar a iniciativa privada (incluir a exploração de novos depósitos).

3. — Uso subsidiário, se necessário, para expandir a aplicação em índices adequados, a fim de satisfazer às metas de produção.

4. — Providenciar ou garantir o fornecimento de crédito em montantes adequados para a venda de fertilizantes.

5. — Conduzir e propagar pesquisas e informações sobre a utilização e a economia do uso de fertilizantes para várias culturas e pastagens, em diferentes tipos de solo (levantamento de solo e exame do solo são partes necessárias).

6. — Fixar regulamentos para a identificação de fertilizantes, instituir penalidades no caso de falsa identificação, estabelecer sistemas de exame.

7. — Liberar as importações, a fim de proporcionar concorrência e preços mais baixos.

Funções similares são exigidas para outros insumos destinados a aumentar o rendimento, para expansão da terra, para incentivos de preços, comercialização, crédito etc.

Tôdas essas funções necessitam de ser avaliadas, funções similares deveriam ser combinadas, e tabelas deveriam ser estabelecidas para a produção de dados, políticas, programas etc. Essas tabelas representam o tempo exigido pelos insumos para desempenhar funções e objetivos de nível superior. Há necessidade de sistemas de avaliação, como o de distribuição de recursos com base nas necessidades, e no progresso em relação aos objetivos específicos.

A principal utilização de pessoal ao nível local na avaliação das necessidades, no desenvolvimento de programas, para fins prioritários, para os quais as agências Federais e Estaduais contribuem ou agem como catalizadoras, parece ser eficiente, devendo ser examinada. Faz-se necessário assegurar que as prioridades locais recebam a devida atenção, garantir a coordenação no uso dos fundos globais e uma maior continuidade do programa. O bem sucedido programa

de Ação Comunitária do Paquistão ilustra a realização deste tipo de ação total coordenada. Essas experiências podem ser inteiramente aplicáveis aqui, porém uma experimentação mais científica na tecnologia do desenvolvimento e aperfeiçoada é necessária. Existe evidência considerável de que os custos serão mais baixos e os resultados melhores quando a comunidade local assumir a liderança principal no planejamento e execução do programa, com os Governos Federal e Estadual primeiramente limitados a ajudar no desenvolvimento de planos, a estabelecer critérios e prover insumos financeiros e técnicos relativamente pequenos, porém criticamente necessários, não disponíveis localmente.

Técnicas cada vez mais eficientes para alcançar a tomada de decisões ao nível da comunidade agrícola, terão de ser derivadas, testadas e empregadas. Alcançar êsses milhões de tomadores de planos, critérios de recursos desde o nível local até o nível estadual e nacional, e planos do nível nacional para o estadual, e deste para o nível local.

SUMARIO

Os dados e a análise não permitem uma fixação precisa das prioridades dos aperfeiçoamentos na tecnologia. Alguns fatos parecem ser evidentes. A produtividade, por trabalhador, deve ser substancialmente elevada, se a renda das massas dos pequenos lavradores e trabalhadores rurais for elevada rapidamente. Uma extensão contínua às fronteiras não parece ser uma resposta satisfatória.

Pouco se sabe acerca das possibilidades econômicas dos tipos alternativos de mecanização pesada. Ênfase essencial deverá ser colocada sobre a tecnologia simples, cujo custo é baixo, tendo um alto grau de retorno em relação ao custo. Talvez um retorno relativamente rápido seja também uma consideração importante. As políticas e os incentivos de preços são fatores controladores que podem inibir a adoção da tecnologia moderna.

O conhecimento das necessidades, prioridades e custo/retornos, ambos no sentido da melhoria dos estabelecimentos agropecuários e da comercialização e dos programas políticos e serviços governamentais são seriamente necessários e deveriam receber maior atenção.

É fundamental a pesquisa sistemática das relações físicas e econômicas.

Para avaliar alternativas é necessário contrapor objetivos e metas. Disto tudo políticas específicas, programas e funções de atribuição de responsabilidade podem ser criados para fazer o indispensável melhoramento tecnológico. A tecnologia da ação governamental, desde a determinação e a quantificação das metas pela atribuição de funções e recursos e avaliação do progresso obtido, está constantemente precisando de aperfeiçoamento. Também se necessita para isto de dados substancialmente aperfeiçoados. A determinação das necessidades e de um sistema eficiente para o aperfeiçoamento tecnológico, pode muito bem começar pelos campos econômicos e de planejamento desenvolvendo melhores e mais eficientes informações, e os métodos para seu uso.

Comentador: *Dr. Alberto Veiga*

A economia agrícola brasileira está, por muitas razões, estritamente ligada em sua metodologia de trabalho e critérios científicos aos padrões norte-americanos. É impossível deixar de reconhecer o volume e a qualidade dessa contribuição que se efetivou, por um lado, através de visitas, estágios e cursos realizados por técnicos brasileiros nos Estados Unidos e, por outro lado, pela ajuda que os economistas daquele país têm dispensado às instituições brasileiras de ensino, pesquisa e extensão, convivendo conosco e sentindo nossos problemas. Como não podia deixar de acontecer — pois uma constante na aproximação entre os homens são os encontros e recuos — esta inter-relação tem passado por altos e baixos em razão de qualidades e defeitos mútuos. Como brasileiros, é-nos prazeroso sentir a identificação de outras nacionalidades com nossos sentimentos e ideais, assim como nos é chocante reconhecer dificuldades e resistência a essa comunhão.

Achei que seria oportuno, no presente comentário, adicionar êste preâmbulo para melhor exteriorizar minhas impressões quanto ao trabalho aqui apresentado, há poucos instantes, pelo Dr. Richard Newberg, pois esta é uma feliz ocasião para congratularmo-nos com uma pessoa que, como muitos de seus compatriotas, sente nossos problemas como nós os sentimos e deseja externar seu parecer honesto, e francamente como nós desejamos que êle externe.

* * *

O trabalho, sob o título “MELHORIA TÉCNICA”, pode ser tomado como parte da obra séria e objetiva que o autor vem desenvolvendo no estudo dos problemas da adoção de técnicas de produção, baseadas no uso de insumos geradores de aumentos de produtividade no setor agrícola. Refere-se não somente aos fatores que concorrem para a produção ao nível do estabelecimento agrícola, mas também aos demais

elementos que atuam sôbre as outras fases do processo econômico abarcado pelo setor agrícola: comercialização, crédito, relações de preços etc.

Dentro do Tema Geral da V Reunião da SOBER — BASES DE UMA POLÍTICA ECONÔMICA FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL — o autor procurou dar ênfase aos problemas de programação política envolvidos na necessidade de elevar, de forma sistemática, o nível tecnológico da agricultura brasileira.

Com êste objetivo, êle indica a necessidade de efetivarmos um número de transformações tecnológicas, e sugere algumas formas pelas quais estas transformações poderiam ser levadas a cabo. Entre elas é dada especial importância às técnicas melhoradas da produtividade do trabalho e da terra. Tomou-se, de certa forma, como ponto pacífico, a idéia de que os investimentos em despesas de custeio e bens de capital têm alta produtividade. Esta é uma premissa que pode ser admitida como verdadeira, embora necessite certas qualificações. Como era de se esperar, o autor reconhece a necessidade de um melhor estudo das relações custo/preço e, com isso, êle, implicitamente, admite que muito ainda fica por ser estudado no que se refere à produtividade do capital, antes que se possa atribuir a fatores sociológicos a resistência do agricultor em adotar insumos melhorados de produção. A exigüidade do tempo impede-me de apresentar alguns exemplos, em que ficam patentes os altos custos de oportunidade da adoção de novas técnicas baseadas na aquisição de insumos com alta produtividade em termos físicos.

Cabe, aqui, um comentário: Uma das afirmações dêste trabalho é de que é aceita generalizadamente a idéia de que o uso de fertilizantes, por exemplo, requer simultaneamente o emprêgo de outros insumos, como sementes selecionadas, melhor administração e, talvez, uma pequena melhoria no equipamento mecânico. Para o agricultor brasileiro médio, que emprega em grande proporção métodos manuais de produção, e procura restringir ao máximo suas despesas monetárias, isto representa uma substancial mudança de padrões e, ao mesmo tempo, um grande acréscimo nos gastos desembolsáveis.

As incertezas climáticas e a inconstância das relações custo/preço servem como desestímulo a tais iniciativas.

O autor, quando se refere às vantagens relativas da adoção de práticas de baixo custo, e às possibilidades de se adotar políticas de subsídio ao setor agrícola, reconhece êste tipo

de problema. As suas sugestões sôbre as metas a serem atingidas e insumos a serem utilizados por uma política de desenvolvimento tecnológico na agricultura, mostram sua preocupação em apontar nossas prementes necessidades em mais e melhores fertilizantes, inseticidas, calcário, rações, proteínas e máquinas. Mas ao mesmo tempo, mostram uma preocupação constante em que a adoção de tais medidas seja cuidadosamente planejada e avaliada pelos responsáveis pelas diretrizes políticas da nossa agricultura. Como afirmou o orador, a “tecnologia da programação governamental, da formulação e avaliação de sua política e, em geral, a aquisição de conhecimentos neste campo são, freqüentemente, mais obscuros do que a tecnologia da produção, por si mesma”.

Outro ponto, que talvez merecesse maior tratamento, é o referente ao fator educação, como um dos elementos mais relevantes na consecução da mudança tecnológica. A educação precisa ser considerada, também, como um investimento que pode proporcionar altos retôrnos. A educação massal, em tôdas as suas formas, pode ser considerada como um dos pilares centrais sôbre o qual pode se edificar um arranha-céu de conquistas tecnológicas. Maiores alternativas de emprêgo para a mão-de-obra rural seriam um importante fator de aumento de produtividade do trabalho, afirmou o orador. Ora, maiores alternativas de emprêgo implicam em maior capacitação e especialmente da mão-de-obra. Este é um problema no campo da educação, como o é também o da elevação da capacidade empresarial do produtor.

Na verdade, os problemas de exequibilidade política levantados pelo orador, colocam-se no entrecho mais amplo — o qual seu trabalho é uma parte do potencial da agricultura como instrumento gerador do desenvolvimento econômico. E êste potencial da agricultura não tem sido adequadamente explorado. Como regra, o costumeiro lugar dado à agricultura tem sido meramente aquêle de fornecer capital e fôrça de trabalho como estímulo ao setor industrial, além de alimentos para equilibrar as necessidades mínimas advindas do crescimento da população. Sobretudo durante a década de 1950, quando foi notório o esforço dos países subdesenvolvidos para atingir metas industriais, a agricultura não recebeu uma contrapartida, em forma de investimentos, para que fôsse atingido um nível razoável de equilíbrio intersetorial. As conseqüências desta política, em nosso país, são evidentes através do crescimento industrial, através dos censos evidenciando uma crescente migração intersetorial, e através da

relativa estagnação em que se encontra o setor agrícola. Uma das principais razões para a maior importância atribuída à indústria, está no fato de que é mais simples importar tecnologia industrial do que agrícola. São necessários enormes investimentos, a longo prazo, em pesquisa e experimentação, juntamente com programas de extensão intensivos e dispendiosos, para atingir um número grande de unidades de produção, se se quiser obter uma expansão positiva da produção agrícola.

Por estas razões é que cresce de importância o trabalho aqui apresentado. Este ponto — o da formulação política dos problemas da economia rural — tema desta Reunião — é abordado pela autor com a autoridade que lhe empresta sua experiência formada através de um contato constante com as esferas de decisão política de nosso país. Seu trabalho é, por essa razão, um documento cujo valor precisa ser examinado à luz dessa experiência. Merece, pois, um estudo mais longo e cuidadoso do que permite este curto espaço de tempo. É um estudo que, pessoalmente, recomendo a cada um dos presentes que se interessa pelos sinuosos e, por isso, fascinantes caminhos do Desenvolvimento.

FERTILIZANTES

FATOR DE PRODUTIVIDADE — TENDÊNCIA DO CONSUMO E MEDIDAS PARA ACELERAR O USO DE FERTILIZANTES NO BRASIL

OSCAR J. THOMAZINI ETTORI (*)
Engenheiro Agrônomo

INTRODUÇÃO

Na época em que vivemos sente-se, a cada dia, maior necessidade de se racionar o emprêgo dos recursos terra, mão-de-obra, capital e administração para enfrentar o crescente problema de maior produção e elevação da produtividade agrícola.

Produzir mais alimentos para satisfazer uma população crescente e gerar maior volume de matéria-prima para a indústria e maior quantidade de bens de exportação, é um desafio para a agricultura contemporânea.

Sentida a necessidade de se desenvolver a agricultura, isto é, expandir o volume de produção bem como a sua produtividade, surge logicamente uma questão. Como se pode conseguir uma expansão da produção e da produtividade na agricultura? Esse objetivo pode ser alcançado através de:

1 — elevação da eficiência da técnica e da capacidade de administração pela:

1.1 — adoção das inovações tecnológicas: melhores práticas agrícolas e/ou uso de fatores melhorados (sementes selecionadas de rendimento mais elevados, animais mais produtivos etc.);

2.1 — elevação da capacidade de administração: mais eficiente combinação de fatores e melhor organização da estrutura da empresa e melhor operação dos programas de exploração.

2 — Aumento no uso dos recursos:

2.1 — aumento no uso do fator mão-de-obra, o qual pode ser conseguido por uma utilização mais completa da mão-de-

(*) Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura de São Paulo.

obra existente no estabelecimento rural através de: elevação do número de horas de trabalho por dia ou pela utilização mais uniforme da mão-de-obra durante todos os meses do ano;

2.2 — aumento do fator terra: a) colocação de mais hectares de terra em produção, b) uso mais completo da terra disponível (2 colheitas em vez de uma) em culturas, preservando-a dos riscos de erosão e de perda da fertilidade; c) adoção de práticas de melhoria da terra que contribuem para elevar a produtividade: irrigação, conservação do solo e outras.

2.3 — elevação do fator capital: que pode ser tanto do capital circulante como de exploração ou fundiário.

Neste trabalho será discutido apenas o fator capital, e assim mesmo restringindo-o aos “Fertilizantes” que é o tema proposto para esta reunião.

ADUBOS E PRODUTIVIDADE

Espetaculares aumentos na produção agrícola por hectare, a partir de 1930, nos Estados Unidos e em outros países economicamente desenvolvidos, foram devido grandemente a:

1 — pesquisa agrônômica;

2 — melhoramento na qualidade dos fatores de capital denominados “químico — biológicos”, (fertilizantes, inseticidas, sementes e similares) bem como redução de seus preços.

— A obtenção de variedades de plantas mais produtivas através de pesquisas, constitui um grande potencial para a elevação da produção agrícola. Mas esse potencial se torna mais poderoso quando associado com uma crescente utilização de fatores de capital denominados “químico-biológicos”, e entre eles desejamos destacar os fertilizantes.

Os fertilizantes por si só possuem um potencial de grande magnitude para elevar a produção (produtividade e volume total) da agricultura. Contudo, esse potencial só pode atingir sua plenitude quando ao uso crescente de fertilizantes se associam outros melhoramentos que podemos denominar de insumos complementares como: variedades melhoradas de plantas com maior capacidade produtiva, conhecimentos científicos mais completos sobre as relações solo — fertilizantes, curvas de respostas de uso de fertilizantes com diversas plantas nos diversos tipos de solos, informações sobre o uso de fertilizantes em diversas condições locais, facilidades

comerciais (estoques, transporte, distribuição e fórmulas adequadas etc.) que garantam suprimentos imediatos aos agricultores e a preços razoáveis. Para se apreciar o aumento de produtividade que se pode alcançar com o uso de fertilizantes associados com um dêsses insumos complementares — melhor variedades de planta — é suficiente citarmos os resultados de experiências de adubação conduzidas com cultura de arroz na Índia e no estado de Arkansas nos Estados Unidos.

Essas experiências permitiram a obtenção de respostas do rendimento de arroz adubado com nitrogênio⁽¹⁾ que indicam a importância do potencial dos adubos.

Em West Bengal — Índia — a curva de resposta mostrou um aumento máximo de 600 quilos de arroz por hectare obtido com 40 quilos de nitrogênio; êste rendimento adicional, embora substancial, está bem abaixo dos 1.600 quilos alcançados na estação experimental de Arkansas, sendo que aqui os rendimentos continuaram crescendo até atingir a dose de 120 quilos por hectare. Esta diferença pode ser atribuída em grande parte aos seguintes fatores: variedades capazes de darem melhores reações aos fertilizantes, época e lugar mais certo para aplicação dos fertilizantes, espaçamento e taxa populacional ótima para a cultura.

Assim, pois, quando se dispõe de melhores variedades de plantas e outras informações científicas sôbre espaçamento, densidade populacional, épocas e lugares mais certos para aplicação do adubo etc., que permitam um aproveitamento mais eficiente dos adubos, os aumentos de produção e de produtividade podem alcançar índices mais expressivos. Infere-se daí a grande importância das pesquisas agronômicas visando obter mais dados e informações sôbre êsses tipos de insumos complementares que associados com o uso de adubos muito contribuem para elevar a produção e portanto determinar o desenvolvimento econômico da agricultura de uma região.

Ademais, quando se conjugam êsses melhoramentos com um eficiente uso dos adubos químicos, as culturas suportam melhor uma relação desfavorável entre os preços do adubo e do produto que está sendo adubado. Isto quer dizer o seguinte: em condições idênticas de preços — preços para o produto e para o adubo — uma cultura de variedade mais produtiva tem capacidade econômica de receber maiores do-

(1) Roberto Herdt and John W. Mellor «The Contrasting Response of Nitrogen: India and United States» *Journal of Farm Economics*, XLVI (1964).

ses de adubação por hectare cultivado. Assim é que uma lavoura de milho híbrido que produz 66 sacas de 60 kg por hectare quando adubada com 30 kg de N, 35 kg de P_2O_5 e 30 kg de K_2O , necessita somente de 9,5 sacas ou 1/7 ou 14% de sua produção para cobrir o custo do adubo, enquanto outra de milho comum com rendimento de 42 sacas por hectare, quando adubada com aquela fórmula, necessita de 9,5 sacas ou 1/4 ou 22% de sua produção para cobrir os gastos com adubos(2).

PESQUISAS PARA OBTER-SE CURVAS DE RESPOSTA DA ADUBAÇÃO DAS PLANTAS

Experimentos agro-econômicos com fertilizantes vêm se difundindo intensamente nos Estados Unidos neste últimos 15 anos. Mas assim mesmo muitas idéias e procedimentos envolvidos em tais experimentos ainda não são aceitos por muitas pessoas.

Em nosso meio ainda não existem estudos sobre experimentos de adubação delineados e continuados com a participação de agrônomos e economistas rurais, que já permitam oferecer curvas e/ou superfícies de respostas e funções de produção que permitam uma análise econômica do problema. Alguns projetos de estudos dessa natureza estão agora sendo delineados em São Paulo e Viçosa.(3) Contudo, os mesmos carecem ainda de informações básicas que permitam o desenvolvimento de técnicas experimentais no campo de estatística para estimar as superfícies de respostas. Só com a intensificação de tais estudos pode-se obter as necessárias informações econômicas sobre adubações, principalmente aquelas que permitam determinar os níveis mais econômicos de adubação tendo em conta as relações de preços do produto e do insumo.

Características do Consumo de Fertilizantes

Efeitos dos adubos no aumento da produção — Estudos realizados nos Estados Unidos (4) indicam que 25% dos alimentos produzidos neste país durante a II Guerra Mundial

(2) Milho: NCr\$ 0,06 o quilo para^o produtor:

N: NCr\$ 0,90 o quilo; $P_2O_5 = NCr\$ 0,65$ e $K_2O = NCr\$ 0,30$.

3) Resultados de Experiência de Adubação e Sugestão para a Interpretação Baseada na Análise Química do Solo — Luiz Torres de Miranda — I.A.C. — 1966.

4) L.S. Robertson, S.L. Johnson and S. F. Davis — Problems in the Integration of Agronomic Methodologies in Economic Optima Experiments — Michigan Agricultural Experiment — Station, 1955.

deve-se ao uso eficiente dos fertilizantes. Esse insumo foi também responsável por mais de 50% da elevação de produtividade física ocorrida na agricultura no período de 1940/55 (5).

Estima-se também, que o uso dos adubos no período de 1955/60, feito concomitantemente com a redução de área cultivada devido à política do Banco do Solo, determinou um aumento de produção equivalente ao que seria obtido em 14 milhões de hectares.

Na Índia, os fertilizantes foram os responsáveis pelo aumento de 41% na produção de cereais no período de 2.º Plano Quinquenal de 1956/61.

A contribuição dos fertilizante na elevação da produtividade nos diversos países tem sido marcante como bem demonstram os gráficos 1, 2 e 3 a seguir apresentados. No gráfico 1 verifica-se que com um uso de 9 quilos de N P K por hectare arável no Brasil, obtém-se cerca de 930 quilos de

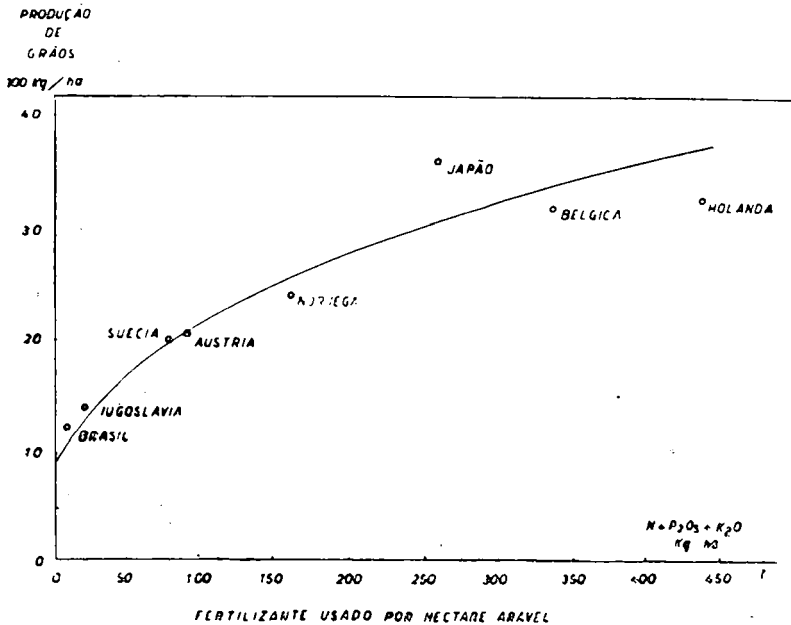


Gráfico 1

Variação nos rendimentos de cereais pelo efeito da aplicação de doses variáveis de adubos químicos

5) D. Durost — Farm Economics Research Division — U.S.D.A.

grãos (cereais) por hectare, enquanto na Austria com 100 quilos de N P K obtém-se 2.100 quilos/hectares e assim sucessivamente até a Holanda que obtém 3.200 quilos de grãos com 430 quilos de fertilizantes por hectare.

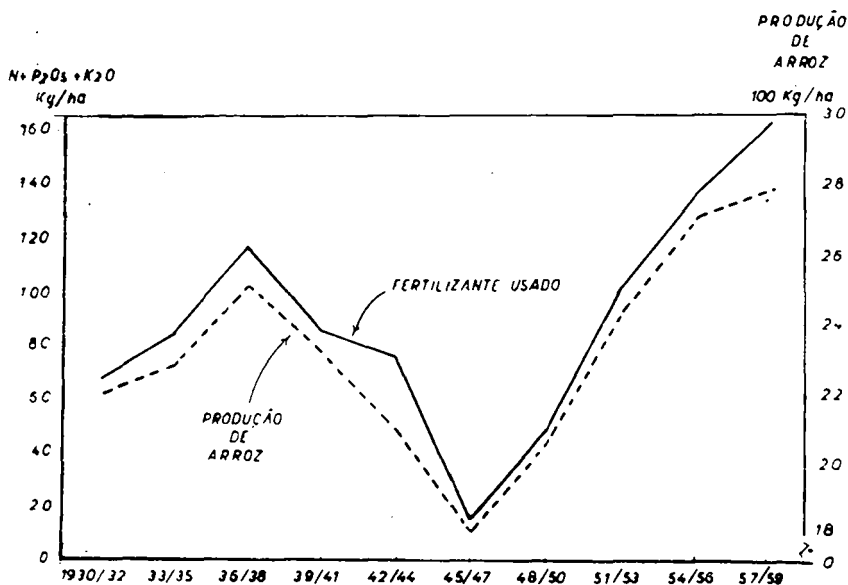


Gráfico 2

Variação na produção de arroz pelo uso de adubo

Por outro lado, no gráfico 2 nota-se como a produtividade da cultura de arroz varia sempre acompanhando a quantidade do fator adubo aplicado na cultura.

Ainda visando mostrar a influência dos adubos na produtividade agrícola apresentamos o gráfico 3.

No Brasil, porém, não se dispõe de informações que permitam determinar numericamente a influência dos adubos na produção global da agricultura. Todavia, para São Paulo, estado que consome 60% dos fertilizantes comerciais usados no Brasil, pode-se afirmar que a produtividade física de seus vinte principais produtos agrícolas cresceu do índice 100 em 1948/52 para 138 em 1966 (do índice 100 para 168 quando se exclui café), devido a vários fatores: fertilizantes, sementes melhoradas, defensivos e emprêgo de melhores técnicas agrícolas. Dêsses insumos deve-se destacar a influência dos fertilizantes, principalmente pelo fato de expansão

da área cultivada — de 4,4 para 5,5 milhões de hectares no período de 1948/52 a 1966, ter sido feito principalmente em terras “cansadas”. Nota-se ainda pelos ensaios e demonstrações feitas nas atuais condições de agricultura do Brasil, que o fertilizante é o insumo que tem determinado mais rapidamente elevações na produtividade das culturas. (6) No Brasil o índice de rendimento cresceu de 73 em 1953 para 125 em 1962.

Para a agricultura de São Paulo é inegável que os fertilizantes vêm se tornando um importante fator de produção.

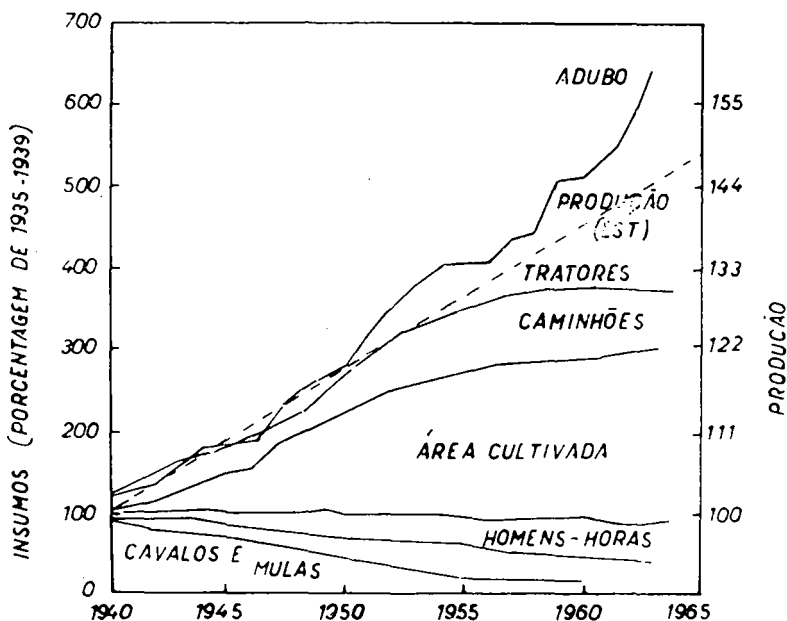


Gráfico 3
Papel desempenhado pelo uso de adubos na agricultura dos Estados Unidos

- 6) Café — 100 g de P_2O_5 por pé — 11% de aumento na produção
 Feijão — 100 kg de P_2O_5 por ha — 71% de aumento na produção
 Milho — 50 kg de P_2O_5 por ha — 50% de aumento na produção
 Linho — 120 kg de P_2O_5 por ha — 89% de aumento na produção
 35 kg de N
 Batata — 90 kg de P_2O_5 por ha — 71% de aumento na produção
 Cana — 80 kg de P_2O_5 por ha — 39% de aumento na produção
 Arroz — 70 kg de P_2O_5 por ha — 13% de aumento na produção.

Quadro 1

Relação Preços de Produto/Preço Fertilizantes em São Paulo
Quilos de N (Sulfato de Amônio) adquiridos por uma unidade de produto agrícola

Anos	Arroz em casca em 60 kg.	Feijão sc. 60 kg.	Algodão Arroba	Milho sc. 60 kg.	Mamona sc. 50 kg.	Batata sc. 60 kg.	Café be- neficiado sc. 60 kg	Amendoim sc. 25 kg.	Cana Ton.	Laranja ex. 40 kg.
55										
56	21	30	6	10	16	12	98	4	11	4
57	25	29	8	10	15	15	105	6	15	3,5
58	27	17	7	10	13	15	65	9	16	3,5
59	20	40	6	10	13	14	50	6	13	3,5
60	22	48	10	9	23	13	67	6	12	2,5
61	16	23	9	11	15	14	55	11	17	2,5
62	24	42	6	8	14	15	51	8	13	2,0
63	24	26	5,5	6	11	13	57	5	11	2,0
64	12	13	5	6	7	6	56	5	16	2,0
65	6	11	4	4	5	6	35	7	13	2,5
66 (1)	16	30	5	5	10	24	38	5	12	1,5

(1) Junho de 1966.

Quadro 2

Relação Preço de Produto/Preço de Fertilizantes
Quilos de P₂O₅ (Superfosfato Simples) adquiridos por unidade de produto agrícola

Anos	Arroz em casca em 60 kg.	Feijão sc. 60 kg.	Algodão Arroba	Milho sc. 60 kg.	Mamona sc. 50 kg.	Batata sc. 60 kg.	Café beneficiado sc. 60	Amendoim sc. 25 kg.	Cana Ton.	Laranja ex. 40 kg.
54	42	23	11	12	15	30	244	12	22	6
55	30	45	11	17	17	19	170	7	19	6
56	34	48	10	15	26	18	156	10,7	23	6
57	36	42	11	14	22	22	149	13	22	5
58	40	25	11	15	19	23	97	9	19	5
59	35	72	12	19	23	25	39	10	21	4
60	37	80	17	16	38	22	113	19	29	4
61	17	25	10	12	17	15	59,500	9	14	2
62	33	59	8	11	19	20	70	7	16	3
63	33	35	7	8	16	18	C. 78	6	21	2,5
64	21	23	8	10	13	11	C. 99	12	22	4,5
65	11	18	7	7	8	11	59	8	20	2,5
66	25	46	7,5	7,5	15	36	57	—	—	—

Quadro 3

Relação Preço Produto/Preço Fertilizante

Quilos de K₂O (Cloreto de Potássio) adquiridos por unidade de produto agrícola

Anos	Arroz em casca em 60 kg.	Foiçãõ sc. 60 kg.	Algodão Arrôba	Milho sc. 60 kg.	Mamona sc. 50 kg.	Datata sc. 60 kg.	Café beneficiado sc. 60 kg.	Amendoim sc. 25 kg.	Cana Ton.	Laranja ex. 40 kg.
54	68	39	19	20	325	50	304	23	41	10,5
55	53	78	19	30	30	33	400	13	35	11,5
56	62	88	13	23	47	34	284	18	42	10
57	75	87	23	29	45	45	311	26	47	10
58	88	56	24	34	42	42	214	20	41	11,5
59	91	185	30	48	58	58	227	26	53	11,0
60	62	135	29	27	64	64	190	32	48	7
61	38	56	22	27	37	37	132	19	32	4
62	57	102	15	20	33	33	122	13	28	5
63	62	66	14	15	29	29	147	12	40	5
64	42	46	16	20	25	25	200	24	45	9
65	17	30	12	11	13	13	97	13	33	4
66	45	84	14	14	30	30	105	--	--	--

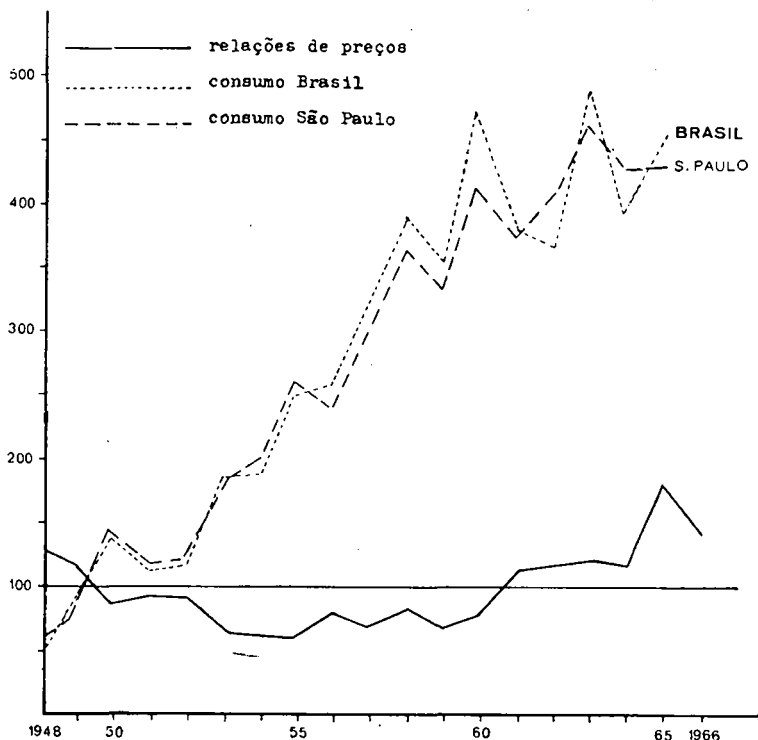


Gráfico 4

Relação — Preços Fertilizantes — Preços Agrícolas e Consumo Fertilizantes — São Paulo e Brasil, 1948-1966
1948/52 = 100

CARACTERÍSTICAS DO INSUMO

Um fato marcante mas também significativo é que a revolução agrícola caracterizada pelo grande incremento no uso de adubos químicos, iniciada por volta de 1945, têm-se confinado aos países economicamente evoluídos. Nos cinquenta anos que precederam a 2.^a Guerra Mundial o uso de adubos se desenvolveu lentamente, mas de 1945 a 1961 o consumo mundial de fertilizantes se elevou de 7,5 milhões de toneladas para 28,5 milhões, e de 1961 para 1964, de 36,4 milhões de toneladas, sendo que 89% desse total ficou nos países desenvolvidos e 11% para os países em desenvolvimento, conforme se vê no quadro 4.

Quadro 4

Consumo Mundial de Fertilizantes — 1963/64 (1)

Consumo de N, P₂O₅ e K₂O por Hectare Arável.

Regiões	(1.000 ton)	Quilos
Europa Ocidental	12,5	120
Europa Oriental e Rússia	6,6	24
América do Norte	10,0	44
Oceania	1,2	36
Japão	1,8	298
Países Desenvolvidos	32,2	50
América Latina	1,3	12
Brasil	0,25	9
São Paulo	0,18	40
Oriente (—Japão e China)	1,8	7
Oriente Médio	0,5	6
África	0,6	3
Países em Desenvolvimento	4,2	6
Total Mundial	36,4	27

1) El Uso de Fertilizantes em América Latina — ONU — 1966.

VOLUME DE ADUBOS APLICADOS NAS CULTURAS

No Brasil, e mesmo em São Paulo que é o maior consumidor de adubos (atualmente consome 60 a 64% do consumido no Brasil), as culturas que recebem maior quantidade de fertilizantes são aquelas que se destinam à exportação, como café, e laranja e algumas que constituem matéria-prima para a indústria, cana, algodão e mandioca. No grupo dos produtos alimentícios, as hortaliças e tubérculos consomem 50% do que é aplicado nos cereais e feijão, apesar destas usarem área muitíssimo superior à daquelas. (veja quadro 5).

Para o Brasil, pode-se afirmar que é muito reduzida (menos de 8%) a área adubada que recebe adubação adequada, por hectare cultivado, tanto na fórmula como na quantidade aplicada.

Quando se distribui o volume total de N P K consumido no período de 1962 a 1964 por toda a área arável do Brasil, chega-se a um consumo de 9 quilos de N P K por hectare.

Quadro 5

Consumo de Fertilizantes por Culturas, Brasil — 1963 (1).

Produtos	Volume em % do Consumido	Total (1.000 ton)
Cana	26	67
Café	22	57
Cereais e Feijões	17	43
Algodão	11	28
Hortaliças, Legumes e Tubérculos	8	20
Outros	16	40
Todos	100	255

1) Estimativas fornecidas por determinadas pessoas diretamente relacionadas com o comércio de adubos.

TENDÊNCIA DO CONSUMO

No Mundo — O consumo de adubos (elementos N P K) cresceu de 2,5 milhões em 1906 para 7,5 milhões em 1945, 28,5 milhões em 1961 e 36,4 milhões em 1964.

Antes da II Guerra Mundial o maior aumento mundial anual do consumo de NPK, não passou de 7%, mas em 1962/63 atingiu 10% ao ano. Dêste ano para cá a taxa de crescimento não tem paralelo no passado. Assim é que as taxas anuais para N, P₂O₅ e K₂O, em 1965, atingiram 15,6%, 13,4% e 10,9%. Essas taxas mostram uma expansão inusitada, a partir de 1963, bem acima da faixa da tendência histórica.

Análises estatísticas procedidas no trabalho de C.F. Davan e C.T. Houseman (7) indicam uma tendência para o crescimento do consumo de N P K, à taxa anual 10 a 12%, a partir de 1965. Essa tendência será observada não só para os 3 nutrientes básicos individualmente como também para o conjunto deles.

No Brasil — Os fertilizantes têm-se tornado muito importantes como fator de produção na agricultura dos países economicamente evoluídos. No Brasil, embora o consumo de fertilizantes (N P K) tenha crecido de 88 mil toneladas para 290 mil no período de 1950 a 1965, seu uso ainda não se desenvolveu de modo a fazer sentir uma importância semelhante à

7) Plant Food Minerals A Forecast to 1980 — Mining Engineering Vol. 17 — n.º 12 — New York — Dezembro 1965.

alcançada naqueles países, a não ser no caso isolado de São Paulo. (veja quadro 6).

Quadro 6

Evolução do Consumo Aparente de Fertilizantes —
Brasil e São Paulo — 1950/65 (1)

(1.000 ton de N P K e índice 1948/52 = 100)

Ano	Brasil 1.000 ton	São Paulo 1.000 ton	Brasil (índices)	São Paulo
1948	36	24	—	—
1949	54	33	—	—
1950	88	57	—	—
1951	120	73	—	—
1952	73	47	—	—
1953	117	74	181	180
1954	123	82	190	200
1955	161	106	249	259
1956	165	98	255	239
1957	207	121	320	295
1958	250	148	387	361
1959	226	136	350	332
1960	304	169	471	412
1961	245	154	379	376
1962	237	168	367	410
1963	314	192	486	468
1964	255	175	395	427
1965	290	176	449	429

1) Sindicato da Indústria de Adubos e Colas de São Paulo.

É interessante notar que ao mesmo tempo que vem crescendo o consumo global dos fertilizantes no Brasil, tem ocorrido uma variação no consumo de fósforo e potassa em relação ao nitrogênio, isto é, tem decrescido a proporção do fósforo e potassa em relação ao nitrogênio, como se vê no quadro 7, isto porque a taxa de crescimento no uso de N vem sendo maior que a do P_2O_5 e K_2O .

Quadro 7

Proporção do Consumo de P₂O₅ e K₂O Em Relação ao N
1957 e 1964 (1) (N = 1)

	1957/59	1964
Argentina	1:0,60:0,29	1:0,31:0,15
Brasil	1:3,37:1,59	1:2,66:1,37
México	1:0,37:0,14	1:0,26:0,05
Venezuela	1:0,41:0,66	1:0,57:0,83
Total 13 países da América Latina	1:1,25:0,50	1:0,72:0,30
Total da Europa	1:0,11:1,18	1:0,98:0,99

1) El Uso de Fertilizantes em América Latina — FAO — 1966.

Taxas de incremento de consumo — Embora o consumo de adubos venha crescendo no Brasil, essa expansão não tem sido uniforme através dos anos. Isso é o que mostram as taxas anuais de incremento do consumo apresentadas no quadro 8 para o Brasil e São Paulo.

Quadro 8

Taxas Anuais do Incremento no Consumo de Adubos —
Brasil e São Paulo, 1955/75

Períodos	Brasil	São Paulo (1)
1955/60	12,8 (1)	10,5
1961/65	2,5 a 3 (2)	2
1966/70	3 a 6 (2)	5
1971	3,5 a 4,5 (2)	4

1) Dv. E. R.

2) EPEA e Ministério da Agricultura, respectivamente.

Evidentemente as taxas de 1966/70 e 1971/75 foram calculadas com base na tendência histórica do consumo aparente.

Observando-se essas taxas de crescimento do uso de fertilizantes, nota-se que o período 1955/60 foi o mais favorável em relação aos demais. Nesse período (1955/60) predominou no mercado uma relação mais favorável entre os preços dos produtos agrícolas e dos fertilizantes, como pode ser observado no Gráfico 4 traçado com base nas relações dos índices dos preços entre produtos e fertilizantes para o caso de São Paulo, bem como nos números dos quadros 6 a 8 que expressam o poder aquisitivo dos produtos em relação

aos fertilizantes. Esse mesmo gráfico mostra o desenvolvimento do consumo em relação aos preços produto-fator.

Consumo por hectare cultivado — O consumo por hectare cultivado cresceu de 1950 a 1964 como mostra o quadro 9.

Quadro 9

Consumo por Hectare Cultivado — 1950/64 (Quilos de N P K)

Anos	Brasil	São Paulo
1950/52	5,2	13
1954/56	6,8	58
1958/60	10,3	29
1963/64	13,1	40

Todavia, quando se compara esse consumo com o de outros países do mundo — veja quadro 10 — verifica-se quão baixo é o uso de fertilizantes no Brasil.

Quadro 10

Consumo de Fertilizantes por Hectare Arável em Vários Países — 1963/64 (1)

Países	N	P ₂ O ₅	K ₂ O	Total
São Paulo	6,30	13,10	9,00	28,40
Brasil	2,15	3,65	3,30	9,10
Holanda	293,22	122,27	148,38	563,87
Estados Unidos	21,29	17,08	13,35	51,72
Espanha	15,99	15,06	4,78	35,83
Itália	24,33	23,72	8,49	56,54
Iugoslávia	18,21	17,85	17,07	53,13
Rússia	5,91	4,21	3,92	14,04
México	9,18	2,14	0,45	11,77
Chile	6,22	9,66	2,28	18,16
Taiwan	139,17	35,79	42,40	217,36
Israel	53,57	25,36	6,20	82,13
África do Sul	3,86	12,47	3,23	19,66
Nova Zelândia	8,75	373,40	91,11	475,26
Índia	2,65	0,80	0,31	3,76
América do Sul	3,52	3,77	2,55	9,84
América do Norte	17,46	14,00	10,55	42,01

1) Para São Paulo e Brasil são dados relativos, respectivamente, a média de 1961 a 1965 e 1962 a 1964. Para os demais países são dados de 1963/64, fornecidos pela «Fertilizer — An Annual Review of World Production, Consumption and Trade» — F. A), 1965. Terra arável = culturas anuais, semi=permanentes, permanentes, hortícolas em descanso temporário, pasto artificial temporário e capineiras.

Causas de Baixo Consumo — Esse baixo consumo de fertilizantes no Brasil encontra explicação em inúmeras causas já conhecidas e discutidas: incertezas de mercado para os produtos agrícolas, baixo nível de renda das empresas agrícolas, precário nível educacional dos agricultores, reduzido conhecimento tecnológico sobre os efeitos de adubação para as diferentes plantas e para as diversas condições de solo e clima na quase totalidade dos estados do Brasil, deficiente sistema de difusão de assistência técnica, precário e inoperante sistema de amparo financeiro da rede bancária à agricultura, inexistência de indústrias de nitrogenados e potássicos, falta de maiores unidades comerciais que possam não só operar com menor margem de comercialização como também centros de distribuição e aplicação de fertilizantes, relação desfavorável entre os preços dos produtos agrícolas e fertilizantes na maioria dos anos.

Fatores que aceleram a demanda — Embora o consumo no Brasil seja baixo, não há dúvida de que esse consumo vem crescendo conforme mostram os números do quadro 3.

Existem vários fatores que podem acelerar o crescimento da demanda para os fertilizantes:

- 1 — agricultura mais intensiva e com tecnologia cada vez mais evoluída;
- 2 — aumento crescente do lucro proporcionado pelo emprego de fertilizantes aos agricultores em condições de suportar investimento com esse insumo;
- 3 — elevação do nível educacional dos agricultores;
- 4 — decréscimo do custo relativo dos fertilizantes (relação preço produto — preço fertilizantes mais favorável);
- 5 — aumento da população;
- 6 — redução dos fatores terra e mão de obra;
- 7 — incentivos governamentais cada vez mais evoluídos: assistência técnica e financeira, investimentos, melhoria da comercialização etc.
- 8 — aceleração do processo de esgotamento dos solos;
- 9 — elevação do padrão de vida da população.

A maior importância de um desses fatores sobre outro depende do grau de desenvolvimento da região em questão.

Projeções do Consumo Futuro — As projeções do consumo de fertilizantes no Brasil para os próximos 10 anos podem ser feitas dentro de 3 hipóteses:

1 — hipótese 1 — que o consumo dos macronutrientes se desenvolva de acôrdo com a tendência histórica até agora manifestada no período 1950/65 que é uma tendência linear dada pelas equações:

$$N \quad Y = 2,7078 + 4,2763 X$$

$$P_2O_5 \quad Y = 46,6488 + 7,0087 X$$

$$K_2O \quad Y = 10,465 + 5,614 X$$

Esta hipótese consiste em admitir que os atuais problemas que entravam uma expansão dos adubos continuarão a existir e que medidas de incentivos para incrementar o uso de adubos não sejam adotadas ou o sejam em caráter muito efêmero.

Dentro desta hipótese teremos que o consumo continuará a crescer, mas num ritmo inferior ao ocorrido no quinquênio 1955/60. A taxa média do incremento do consumo para o período 1966/70 é estimada em 8,4 e para 1971/75 é de 4,5% ao ano (1955/60 foi de 12,8%).

Aplicando-se aquelas equações lineares encontramos os consumos projetados para 1970 e 1975 que são 414 mil toneladas e 499 mil toneladas respectivamente (em 1965 foi 270 mil toneladas). (veja quadro 11-hipótese 1 e gráfico 5).

Os efeitos dessa tonelagem de adubos sôbre o volume de produto agropecuário nos próximos 9 anos (1967/75) será insuficiente para cobrir a expansão da demanda interna e externa para êsses produtos que deverá ocorrer nêsse período. Mesmo que admitissemos que a taxa de 8,4%, encontrada para o período 1966/70, perdurasse para 1971/75, em vêz dos 4,5% dado pela equação, chegaríamos a um consumo de 834 mil toneladas que também é insuficiente para elevar a oferta dos produtos agrícolas ao nível da demanda provável.

2 — Hipótese 2 — nesta hipótese é admitido que seriam tomadas medidas visando eliminar certos fatores que freiam o consumo de adubos, de modo que a utilização dos fertilizantes se processe novamente às taxas satisfatórias ocorridas no período 1955/60, as quais foram:

N — 21,9%

P₂O₅ — 9,1%

K₂O — 11,8%

Global — 12,8%

Essas taxas serão aplicadas para determinar a projeção no período de 1966/70. Para o período de 1971/75 usaremos uma taxa uniforme de 15% ao ano que é levemente superior à taxa global de 12,8% ocorrida de 1955/60.

Neste caso os prováveis consumos futuros em 1970 e 1975 alcançariam 548 mil toneladas e 1.100 mil toneladas, respectivamente. (veja hipótese 2 no quadro 11).

O EPEA e o Ministério da Agricultura projetaram o provável consumo futuro, estimando, respectivamente, 439 mil e 406 toneladas de N P K para 1970 e 550 mil e 483 toneladas para 1975. (veja itens 5 e 6 do quadro 11).

3 — Hipótese 3 — foi formulada pela F A O (8) baseando-se nas seguintes considerações:

- a) o produto bruto agrícola crescerá à razão de 4% ao ano no decênio 1965/75;
- b) a área cultivada continuaria expandindo mas num ritmo menor do que no passado de modo que um aumento de produção deveria prover, em maior proporção do que no passado, da elevação da produtividade da terra;
- c) um terço da elevação média dos rendimentos seria responsabilidade exclusiva da ação dos fertilizantes.

Adotando esses critérios chega-se a 645 mil toneladas de N P K em 1970 e 1,12 milhão de toneladas em 1975.

Este programa quase coincide com a hipótese 2, embora determinado por outro critério. O emprêgo de adubos de acordo com a hipótese 2 ou 3 — incremento máximo — permitiria uma expansão da produção agropecuária de modo a satisfazer a demanda do mercado interno como também permitir um desenvolvimento mais equilibrado da economia do país.

Das projeções apresentadas no quadro 11, acreditamos, que a mais provável de ocorrer será a da hipótese máxima (2 ou 3) porque:

- 1 — foi calculada com base numa taxa de incremento que ocorreu no passado (1955/60) graças prática-

8) El Uso de Fertilizantes em América Latina — FAO, 1966.

Quadro 11

Projetado de macronutrientes — Brasil, 1964/75

	1965			1970				1975			
	N	P	K	N	P	K	Total	N	P	K	Total
Milhares de Tonelada											
1. Dv. E. R. (projeção mínima)	—	—	—	92	194	128	414	114	229	156	499
2. Dv. E. R. (projeção máxima)	—	—	—	188	185	175	548	377	372	352	1.100
3. FAO (1) (projeção média)	—	—	—	91	198	127	416	191	377	266	834
4. (projeção máxima)	—	—	—	185	278	185	646	375	469	281	1.125
5. EPEA	81	159	97	122	195	123	—	171	229	150	—
6. Ministério da Agricultura	78	159	115	91	191	124	—	110	225	148	—
7. Realizado (2)	70	120	100	—	—	—	—	—	—	—	—

(1) El uso de Fertilizantes em America Latina — FAO — 1966

(2) Consumo Aparente Ocorrido

mente a dois fatores: relação favorável dos preços do produto-fator e programa de fomento;

- 2 — existe atualmente uma política oficial de incentivo bem mais objetiva e encorajadora do que no passado;
- 3 — preparam-se maiores ofertas de fertilizantes, importados e de fabricação nacional, para os próximos anos e isso implicará também em maior agressividade de vendas junto aos agricultores;
- 4 — o mercado está se tornando mais competitivo de modo a oferecer, provavelmente, preços mais favoráveis aos agricultores;
- 5 — os conhecimentos tecnológicos das instituições e dos agricultores, embora limitados, são mais amplos do que os existentes na última década;
- 6 — os solos brasileiros — salvo exceções — são pouco férteis e as áreas tradicionalmente cultivadas estão exauridas, necessitando de adubos e corretivos para produzir satisfatoriamente.

Apesar desses fatores favoráveis à aceleração do consumo no próximo decênio, precisamente lembrar que a projeção feita — hipótese 2 — é bastante ambiciosa e por isso urge que mudanças drásticas sejam introduzidas na política de adubos: importação, produção, distribuição, legislação, pesquisa, preço, crédito, fomento, educação, garantia de preços mínimos, armazenamento e comercialização para os produtos agrícolas.

Precisamos ainda ter em conta que existem condições já bem firmadas que implicam na adoção de uma política agrícola sem vacilação que determine o emprego acelerado de fertilizantes no Brasil:

- 1 — os fertilizantes constituem o melhor investimento econômico visando elevação de produtividade;
- 2 — a alta taxa de expansão demográfica;
- 3 — o baixo padrão de vida que precisa subir muito a fim de alcançar nível adequado.

Além desses fatores favoráveis é preciso também considerar que uma relação de preços produto-fator favorável ocorra

nos anos vindouros para que os agricultores possam auferir vantagem econômica no emprêgo de fertilizantes.

Usando-se os dados das projeções feitas pelas hipóteses 1, 2 e 3 (quadro 12) das prováveis áreas a serem cultivadas e do consumo ideal de macronutrientes, pode-se organizar o quadro 12 que mostra o consumo futuro de fertilizantes por hectare cultivado bem como a relação entre o consumo projetado e o consumo ideal.

Mesmo que a previsão máxima venha a se concretizar, nota-se que em 1975 o Brasil usará apenas 27 quilos de NPK, por hectare cultivado (quase 3 vezes o atual). Este volume é apenas 67% do que se consome hoje em São Paulo, 54% da média consumida pelos países economicamente evoluídos e o dobro do consumo médio da América Latina e é igual a média do mundo. Convém ressaltar ainda que esse nível de consumo 27 quilos por hectares constitui tão-somente 13% do consumo ideal que seria 208 quilos por hectare cultivado.

Caso ocorra a hipótese de expansão mínima, os níveis de adubação para 1965/75 permanecerá estacionado ao redor dos 12/13 kg de NPK por hectare cultivado como 1963/64. Isso comprometerá qualquer programa de elevação de produtividade agrícola e como consequência surgirão sérios problemas de abastecimento com os produtos agropecuários no mercado interno e redução ou paralisação da exportação de tais produtos (exceção do café) nos anos vindouros.

Uma expansão do consumo de fertilizantes conforme a hipótese 3 (quadro 12) de incremento médio, deverá determinar elevação da produção agrícola no decênio vindouro, mas num ritmo não satisfatório para atender à elevação da demanda para os produtos agropecuários no período de 1965/1975.

OFERTA DOS FERTILIZANTES

Para se atender às demandas de NPK, projetadas de 1967 a 1975 (quadro 13), o Brasil contará com a produção interna e com a importação.

Os dados relativos à demanda projetada para os anos de 1966 a 1975, em milhares de toneladas de elemento NPK encontram-se no quadro 13, enquanto as estimativas da produção nacional estão no quadro 14.

Quadro 12

Níveis de Fertilização Atual e Projetado,
Brasil — 1964, 1970 e 1975.

Itens	1964	1970	1975
I. Área Cultivada			
1 milhão ha (1)	30,6	34,5	37,3
II. Consumo ideal			
1.000 ton NPK (2)	6.444,0	7.256,0	7.815,0
III. Consumo em kg por ha cultivado:			
Situação real	8,3	—	—
Hipótese 1 (mínimo)	—	12,0	13,4
Hipótese 3 (média) (1)	—	12,0	22,3
Hipótese 2 (máxima)	—	15,9	26,4
IV. Relação consumo projetado — consumo ideal (%)			
situação real	4,0	—	—
Hipótese 1 (mínima)	—	5,7	6,4
Hipótese 3 (média) (1)	—	5,7	10,6
Hipótese 2 (máxima)	—	7,6	14,1

1) Hipótese da FAO.

2) Calculadas de acordo com as recomendações do CIA para as diferentes culturas e condições de solo de São Paulo (208 kg de NPK por hectare).

Quadro 13

Demanda Projetada de Fertilizantes, Brasil — 1966/75

Anos	N	P ₂ O ₅ (1.000 toneladas)	K ₂ O
1966	85,3	130,9	111,8
1967	103,9	142,8	125,0
1968	126,6	155,8	139,7
1969	164,3	170,0	156,2
1970	188,1	185,5	174,6
1971	216,0	213,0	200,8
1972	248,0	244,9	230,9
1973	285,0	281,6	265,5
1974	327,7	323,8	305,3
1975	377,0	372,0	352,0

Quadro 14

Produção de Nitrogênio e Fósforo — Brasil — 1967/75

	1967 (1)	1968	1969	1970 (2)	1971 (3)	1972	1973	1974	1975
1.000 ton									
1 — Nitrogênio	14	14	56	134	154	156	156	156	183
2 — Fósforo	112	132	155	222	269	269	269	269	269

- 1) Desde que comecem a funcionar as fábricas INEASA, e ICISA, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- 2) Fábrica de termofosfato da CAMIG em Araxá com 30.000 toneladas de P_2O_5 de termofosfato, PROSUL no Rio Grande do Sul.
- 3) A Ultra Fertil, a Quimbrasil em plena capacidade.
- 4) Veja apêndice 1 para se ter a origem dessa produção nacional.

Confrontando-se os dados da demanda com os da provável oferta, nota-se que deverá haver os seguintes "deficits" de N, P_2O_5 e K_2O que dependerão de importações ou de aumento de produção, conforme mostra o quadro 15.

Quadro 15

Deficits de N, P_2O_5 e K_2O do Brasil — 1967/75

	N	P_2O_5 1.000 ton	K_2O
1967	77	31	112
1968	90	24	125
1969	113	15	146
1970	51	—	156
1971	79	—	147
1972	111	—	201
1973	148	3	265
1974	190	45	305
1975	195	93	352

- 2 — Potássicos — Não há produção nacional de potássicos. Toda demanda projetada deverá ser atendida pela importação uma vez que não existem possibilidades firmes de produção nacional para o futuro próximo. Talvez possam a vir a ser aproveitados os depósitos de feldspato (RGN) e o de carnalita (SE) ou o subproduto das águas mães de salinas do Nordeste.

FREÇOS

A estrutura dos preços de fertilizantes no mercado nacional é formada pelos seguintes componentes:

	1 ton de Sulfato de Amônio (1)
Valor (CIF)	88.800
Descarga Navio	7.000
Gastos Portuários:	
Capatazias	5.000
Taxa Remuneração Marinha Mercante (5% s/frete)	1.100
Demourage	1.000
Gastos Financeiros e Bancários 7% s/valor CIF	6.250
Investimentos (adubos) n% s/NCr\$ 109	6.500
Movimentação	4.700
Sacaria	9.000
Frete até Armazém	6.400
Armazenagem (2 meses) 6% s/NCr\$ 137	8.200
Vendas (5% de 150.000)	7.500
Despesas Gerais (10% s/preços)	15.000
Total (2)	165.000

1) Dados de 1966.

2) Arredondados.

2 — Preços em outros países

		Sulfato de Amônio	Salitre	Cloreto Potássio	Super Simples
Brasil (Cr\$) (1)	1966	165.000	185.000	165.000	110.000
Brasil (US\$)	1966	72	85	72	50
Argentina	1964	90	98	102	—
Chile	1964	—	47 (2)	56 (3)	—
Venezuela	1965	52	—	31	39
México	1965	63	—	72	46
Estados Unidos	1966	50	—	59	44
França	1963	53	58	58	33

1) Preços em São Paulo para pagamento à vista.

2) Subsídios de US\$ 7.50 por tonelada.

3) Subsídios de US\$ 56 por tonelada.

3 — Poder aquisitivo dos produtos agrícolas:

Países		Milho		
		Quilos de NPK que podem ser adquiridos com 100 kg de milho		
		N	P ₂ O ₅	K ₂ O
Brasil	1966	8	12,5	23
México	1964	22	33	42
Estados Unidos	1963	16	22	45

O maior poder aquisitivo do milho nos Estados Unidos e México para os elementos NPK é devido em maior parte a uma relação mais favorável dos preços produto-fator do que as diferenças de preços do adubo nesses países e no Brasil.

POLÍTICA FEDERAL DOS ADUBOS

Até recentemente o governo federal não havia programado uma política firme visando determinar uma expansão no consumo de adubos para desenvolver não só a produtividade como também o aumento geral da produção agropecuária.

Todos os apelos da agricultura como as recomendações dos técnicos não ecoavam nas esferas governamentais. Nem mesmo a explosão demográfica reclamando esforços urgentes com vistas à elevação da produção se fazia sentir.

Agora em 1966 o governo federal decidiu tomar várias medidas visando estimular o uso de fertilizantes e corretivos. Entre estas destacam-se:

- 1 — Regulamentação da importação de fertilizantes mantendo a isenção de impostos de importação e despachos aduaneiros para os fertilizantes fosfatados com mais de 22% de P₂O₅, bem como para os potássicos e nitrogenados;
- 2 — Manutenção, na nova lei de tributação, a isenção do antigo imposto de consumo para os fertilizantes, e permissão para que os Estados isentem os adubos de I.C.M., desde que haja convênio entre os Estados que assim procedem.

É importante, pois, que os respectivos estados tomem as necessárias providências urgentemente caso desejem evitar nova elevação nos preços dos fertilizantes;

- 3 — Aprovação de projetos visando a instalação de indústrias de adubos nitrogenados concentrados;
- 4 — Difusão efetiva de crédito para financiar a importação de adubos pelas firmas e aquisição de fertilizantes e corretivos do solo pelos agricultores. Esta difusão mais ampla e efetiva de crédito deveu-se em essência a:
 - 4.1. ao Convênio AID, de duração anual, que proporciona US\$ 20 milhões para financiar a importação de fertilizantes pelas firmas tradicionais;
 - 4.2. a criação, pelo Decreto 58.193 de 14-4-66, da FUNFERTIL. Se o primeiro convênio AID pouco beneficiou o consumidor de adubos na questão de preços, o mesmo não ocorreu com a FUNFERTIL. Este órgão, com apenas 4 meses de vida, já iniciou sua firme atuação ainda na safra de 1966/67 contribuindo essencialmente para:
 1. que o agricultor adquirisse seu fertilizante a prazo pelo preço à vista⁹⁾; disto resultou para o lavrador, preços 9 a 20% mais baixos do normal no mercado;
 2. favoreceu a movimentação de maior volume de adubos pelas firmas;
 3. assegurou a aplicação nas culturas de mais 250 a 300 mil toneladas de adubos comerciais nas culturas;
 4. permitiu que a agricultura brasileira economizasse cerca de NCr\$ 6 a NCr\$ 9 milhões de cruzeiros novos pela redução dos preços dos fertilizantes;
 5. impulsionou o emprêgo dos fertilizantes num ano em que os agricultores encontravam-se desanimados sem recurso para investir em fertilizantes devido aos baixos preços dos produtos agrícolas na safra 65/66, contribuindo assim efetivamente para a elevação de produtividade das culturas;

9) Prazo de safra mais 45 dias.

6. iniciou a concessão de estímulos na forma de subsídios para incrementar a produção de apatita e fosforita moída(10).

MEDIDAS AINDA NECESSÁRIAS PARA ACELERAR O USO DE FERTILIZANTES

- 1 — Crédito — continuação da operação da FUNFERTIL mas com algumas alterações:
 - 1.1. elevação de suas dotações para permitir, em 1967, aplicações relativas a pelo menos 50% do consumo previsto de adubos (500.000 t × NCr\$ 0,16 = NCr\$ 80 milhões de cruzeiros novos);
 - 1.2. expansão do número de Agentes Financeiros da FUNFERTIL para atendimento mais amplo a todas regiões;
 - 1.3. aumento das operações nas modalidades de notas promissórias, cédulas de crédito rural e ambas, isto é, do financiamento diretamente dos bancos aos produtores e às cooperativas e produtores a fim de aliviar parcialmente as firmas da co-responsabilidade dos débitos. Isto permitiria que maior número de agricultores fôsse beneficiado com os créditos da FUNFERTIL;
 - 1.4. oferecimento de subsídios aos agricultores pelo NPK aplicado, nos anos em que a relação preço produto-fator estiver desfavorável, de modo a permitir que a agricultura tenha vantagem econômica na aplicação dos adubos e se mantenha estimulada para o consumo dos fertilizantes
 - 1.5. extensão do financiamento aos produtores de algodão às culturas racionais de café e as lavouras de cana possuidoras de cota nas usinas.
- 2 — Transporte — redução das tarifas ferroviárias em 80% na pauta dos adubos para estimular os transportes por via férrea. Isto reduziria o custo dos adubos de 5 a 15% para o produtor;
- 3 — Distribuição — não intervenção do governo nos mercados com companhias oficiais, órgãos governamentais e ou autarquias atuando como agentes distribuidores,

10) 40% do preço FAS por tonelada de fosforita e NCr\$ 6.66 por tonelada de apatita vendida.

pois, essas soluções só servem para desestimular e desorganizar as firmas responsáveis pelo suprimento do mercado, sem resolver o problema de “preços baixos” para o agricultor;

4 — Produção Nacional:

- 4.1. propiciar condições para o desenvolvimento de fontes de matéria-prima de adubos e corretivos;
- 4.2. estimular a implantação de fábricas de produtos concentrados: amônia, ácido fosfórico e outros fertilizantes concentrados, pois, estes concorrem para baratear o uso dos adubos. A produção de corretivos do solo também precisa e deve ser incentivada;
- 4.3. estimular o incremento da produção de fosfato tricálcio para suprir a demanda das indústrias de superfosfatos e dos agricultores com a matéria-prima nacional, de modo a dispensar a importação desse tipo de fosfato;

5 — Importações de enxôfre — procurar garantir um suprimento mais abundante de enxôfre para a indústria de superfosfatos, pois algumas delas estão operando com capacidade ociosa por falta desse produto;

6 — Pesquisas — precisam ser estimuladas de modo a se intensificar:

- 6.1. as pesquisas agronômicas sobre adubação de culturas e fertilidade do solo, levantamento de solos e reações das culturas ao uso de calcário;
- 6.2. pesquisa agronômica sobre emprêgo de nitrogênio de aplicação direta, isto é, de amônia anidra ou em soluções. Este processo tem se mostrado mais econômico e prático. Seus resultados sobre a produtividade são semelhantes aos adubos em forma de sais;
- 6.3. pesquisas de aplicação foliar dos fertilizantes;
- 6.4. pesquisas de adaptação dos resultados e técnicas de adubação dos estados mais evoluídos do Brasil, que já dispõem dessas informações, para outras áreas do Brasil. Isto, até que estas áreas disponham de seus próprios acervos científicos. Este mesmo critério deve prevalecer para transferir os dados de certos países americanos para o Brasil;

- 6.5. pesquisas de caráter agro-econômico para obter conhecimentos científicos das respostas às adubações pelas diferentes plantas e solos para permitir a determinação dos níveis mais econômicos de adubação e da substituição entre os elementos face aos preços do produto e do fator no mercado;
- 7 — Extensão — programa de extensão para levar os resultados da pesquisa aos agricultores através de boletins, palestras, campos de demonstração e outros meios de comunicação;
- 8 — Educação — programa de educação visando dar maiores conhecimentos elementares de agricultura e adubação aos produtores rurais e aos seus filhos;
- 9 — Conservação do solo — difusão das práticas de conservação do solo em âmbito nacional, pois, adubar o solo sem conservá-lo é política contraproducente.

Apêndice 1

Produção de Nitrogênio e Fósforo — por Fábricas — Brasil — 1963/75

1 — Nitrogênio	Produção (1.000 ton de N)					
	1965	1967	1968	1969	1970	1975
Firmas						
Petrobrás	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5	11,5
Siderúrgica						
Volta Redonda	1,6	1,6	1,6	1,6	3,0	3,0
Usiminas	0,5	0,5	0,5	0,5	1,5	1,5
Cosipa	—	0,5	0,5	0,5	1,5	1,5
Ultrafertil	—	—	—	42,6	65,0	107,0
Quimbrasil	—	—	—	—	—	5,5
Petrobrás Bahia	—	—	—	—	54,0	54,0
Total	13,6	14	14	56	134,0	183,0

2 — Fósforo — Fábricas em operação em: (1.000 toneladas)

1966

Quimbrasil (SP)	30	P ₂ O ₅	(Super)
Superfosfato (SP)	8	"	"
Elekeiroz (SP)	6	"	"
Copebraz (SP)	6	"	"
Feticap (SP)	6	"	"
CRA (RGS)	4	"	"
ICISA (RGS)	9	"	"
Profertil (PE)	3,2	"	"
Fosforita (PE)	15	"	(Tricálcio)
Araxá (MG)			

1967

Ineasa (SC)	12	"	(Super)
Icisa (RGS)	6	"	"

1970

Prosul (RGS)	14	"	"
Quimbrasil (SP)	30	"	(triplo)
Quimbrasil (SP)	50	"	(fosfato diamônio)
Copebraz (SP)	67	"	"
Ultrafertil (SP)	96	"	"
Camig (MG)	30	"	(bicálcio)

Comentador: *José Ribamar de Mello*

Meus amigos: Como comentador do trabalho apresentado pelo Dr. Tromazini Etori, eu me sinto sinceramente envaidecido, lisonjeado, porquanto pelo que os senhores ouviram, trata-se de um trabalho de um autor que demonstrou suficientemente conhecimento do assunto, apontou detalhadamente todos os problemas que envolvem a produção e a produtividade alcançada pelo maior uso de corretivos e adubos. Eu nada poderia portanto acrescentar ao trabalho que foi apresentado pelo Dr. Thomazini Etori, senão apenas tecer considerações, aqui e acolá, no âmbito restrito do tempo que não é concedido.

A questão da produção e da produtividade agrícola, e aqui eu envolvo também a produtividade pecuária, é fundamental para o nosso país. Como alcançá-la em menor tempo? Naturalmente que há vários caminhos a seguir, mas o que nos parece mais racional, porque considero a nossa agricultura como na 25.^a hora, e não podemos perder mais tempo, e rápido, é o uso de corretivos e adubos no solo. E por que se escolheu êste caminho? Porque talvez seja o que mais se adapta às nossas condições de estrutura de distribuição de terras, estrutura social etc. Ao se analisar a produção e a produtividade na agricultura, é preciso que as relacionemos com outros fatores que deverão estar presentes a um processo de desenvolvimento agrícola, fatores êsses que são muitos, mas que vale a pena situá-los e enumerá-los a fim de que possamos trazer a ênfase do tema que nos foi dado a comentar.

A agricultura, para se tornar um setor economicamente forte no Brasil e conseqüentemente acompanhar pelo menos o crescimento dos demais setores, é preciso que seja cercada de uma série de fatores que nós resumidamente denominaremos como fatores políticos em 1.^o lugar, e em 2.^o lugar os fatores técnicos, econômicos financeiros e sociais. Não vou, evidentemente, enumerar um por um,

porque isso seria objeto de um tratado, mas entre os fatores técnicos nós podemos assinalar assim de momento, produção e produtividade, que são uma consequência não há dúvida, do emprêgo dos fatores técnicos através de métodos racionais de administração, dos quais o professor Thomazini é mestre, porquanto tive a oportunidade de receber aulas suas de administração rural, quando tive a felicidade de estar em Campinas num curso de crédito rural, informações de mercados, adoção de novas técnicas, assistência técnica, experimentação agrícola e a sua divulgação, sementes melhoradas, animais de maior desfrute, adubos e corretivos, combate às pragas e doenças, inseticidas, fungicidas e pesticidas ao nível do produtor, educação do homem do campo e, finalmente, uma combinação sábia e feliz de todos êstes fatores, ao nível daqueles que administram as propriedades rurais. Como fatores econômicos, nós podemos mencionar armazenamento, câmaras de espurgo, frigoríficos, comunicações e transporte, eletrificação rural, açudagem, drenagem, irrigação, comercialização, talvez um dos temas mais importantes da agricultura. Os problemas do mercado exterior, exportação, preços mínimos para o produtor, e finalmente o mercado de fertilizantes, de corretivos, inseticidas etc. Como aspectos financeiros, presentes a uma agricultura que se preza deverão estar: o crédito sôbre as suas diferentes modalidades, a atuação dos bancos responsáveis pela chegada do dinheiro ao homem do campo, a educação dos homens que trabalham nesses bancos, a educação, a instrução, o treinamento, a formação de técnicos em crédito rural e o treinamento do pessoal de um modo geral. Como fatores sociais, nós mencionaremos estabilidade da empresa e da comunidade, tanto econômico como social, parceria, meação, exploração da terra e outras formas de posse da terra; organização social, cooperativas, sindicatos rurais, associações rurais, a liderança rural, organização da comunidade rural, tudo isso tem uma importância tremenda na agricultura. Então, aí está um quadro traçado a largas tintas de um panorama de uma agricultura que deve ser implantada neste país. Não discuto por que deve ser implantada pois me parece evidente para todos os senhores. A condição da agricultura brasileira, relativamente à nossa imensidade territorial, é de um país portanto essencialmente agrícola. Mas o tema do Dr. Thomazini, corretivos e fertilizantes, se enquadra naturalmente dentro deste contexto que acabei de mencionar como um dos fatores técnicos e

como um dos fatores econômicos presentes a uma agricultura desenvolvida. Eu acho que não valeria a pena mencionarmos, apenas por mencionar, porque nada de novo poderia acrescentar aos tópicos informativos do Dr. Thomazini, porque êle foi muito feliz quando abordou o problema do emprêgo de fertilizantes em vários pontos *principais*, como o que o fertilizante representa na produção e no aumento da produtividade; citou as experiências dos Estados Unidos, os fatores técnicos presentes ao melhor uso do adubo, experiências de adubação feitas na Índia, no estado de Arkansas, nos Estados Unidos; salientou o que nós devemos ter em matéria de informações científicas no sentido de tirar do fertilizante o melhor uso, como espaçamento, a densidade populacional das plantas, a época e lugares mais certos à aplicação dos adubos, enfim, êle exibiu e como exigência apontou como uso do adubo a conjugação de boas variedades de plantas. Êle considera imprescindível o desenvolvimento eficaz de um setor de pesquisas e a divulgação dessas pesquisas junto aos nossos homens do campo. Parece-me mais do que pacífico e todos nós sentimos na pele essa necessidade. Teceu comentários a propósito das características de fertilizantes, efeitos dos adubos no aumento da produção, a exemplo de alguns países como os Estados Unidos, que conseguiram aumentar 25% da sua produção após a II Guerra Mundial e 50% de sua produtividade. Citou um caso muito interessante que vem testemunhar, que vem evidenciar o que é o adubo no aumento da produtividade, o do "banco do solo" dos Estados Unidos, quando o Govêrno, ante êstes excedentes agrícolas tremendos, quis pôr um freio à maior exploração da terra e êste banco, através de uma limitação de 14 milhões de hectares de área. Acho o trabalho do Dr. Thomazini ótimo, fantástico, e eu não vou recapitulá-lo vou aproveitar para comentar as medidas ainda necessárias para incrementar o uso de fertilizantes. Entre estas, o Dr. Thomazini citou o crédito rural, agentes financeiros, instrumentos de crédito rural subsídios etc.

A preocupação do Govêrno brasileiro pelo uso de fertilizantes começou em 1964, quando nós assinamos o 1.º convênio com a AID, pelo qual teríamos que importar mais 15 milhões de dólares de fertilizantes, ou seja, aproximadamente umas 400 mil toneladas. Êste programa foi totalmente executado com uma certa delonga. Acabamos de firmar outro com a AID no valor de 20 milhões de dólares com o mesmo propósito, isto é, aumentar o consumo de

fertilizantes no país, mas o que é importante disso é que em consequência desse acôrdo, nós conseguimos mobilizar cruzeiros para que financiássemos a aquisição do adubo pelo produtor, quando até então o produtor era relegado a um plano secundário pelos órgãos financiadores de um modo geral,

Para os senhores terem uma idéia do quanto representou em 1965 o percentual de crédito dado para a aquisição de adubos em relação ao crédito geral concedido à agricultura, eu menciono que apenas 2,5% de todo o crédito rural concedido no país se destinou especificamente ao uso de adubos, e vejam bem que nesta ocasião já o acôrdo de fertilizantes estava em funcionamento. Fizemos o 2.º acôrdo e destinamos substancial parcela desse crédito ao Funfertil, que no ano pasado inaugurou uma política nova de subsídio ao uso de adubos. Por razões que todos conhecem, da negatividade entre a relação de preços do produto agrícola e preços de aquisição de fertilizantes, o Govêrno se viu na iminência de subsidiar o uso de fertilizantes e assim fêz. Mas eu deveria fazer alguns comentários a propósito do Funfertil e sua atuação. Parece-me que nesta fase atual êle está cometendo algumas injustiças porque financia juros, despesas bancárias apenas para aquêles que vão obter crédito para aquisição de adubos nas agências bancárias. Então aquêle que obtém crédito através de outros agentes financeiros, de outros bancos, ou aquêles que compram o adubo através de recursos próprios ou tomados a amigos agiotas, êstes não têm nenhum benefício do Funfertil. Então nos entraves de um mecanismo defeituoso, conseguimos pressionar os cofres públicos num montante equivalente a 120 milhões de cruzeiros novos quando podíamos fazer isso muito mais barato. Nós financiamos essas despesas bancárias, subsidiamos a fosforita e a apatita de Olinda, e agora vamos financiar parte da produção do trigo. Evidentemente que êste programa deve ser modificado, precisa ser mais justo. A nossa idéia é que todo aquêle que comprasse adubo por qualquer via, fôsse financiamento por recursos próprios ou que não fizesse jus ao subsídio, poderia inclusive funcionar em razão do maior ou menor consumo de NPK. Isso é uma idéia que está em processo de evolução, e acredito mesmo que na 1.ª etapa o programa do Funfertil foi saudável, mas é preciso lembrar que êle não financia adubo. O financiamento é feito pelos agentes financeiros do Banco Central e do Banco do Brasil. Então, se não existiu finan-

ciamento não existiu subsídio, pois uma coisa está em função da outra. É preciso que se deixe bem claro, porque parece que o Funfertil é para financiar mas não, o Funfertil é só para conceder subsídios a financiamentos feitos, quando devia ser para conceder subsídios a todos os agricultores que adquirem adubo, seja por que via fôr. Esse é que é o ideal. Muito obrigado a todos vocês.

Comentador: *Hermindo Antunes Filho*

O trabalho apresentado pelo Dr. Thomazini, como já foi dito aqui, se enquadra no padrão de outros estudos análogos feitos na última década pelo B.N.D.E., pelo GRUPO EXECUTIVO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, pelo AGRI — RESEARCH e outros trabalhos semelhantes.

Mas este apresenta características próprias. No meu modo de ver, é talvez o mais agrônomo de todos os estudos econômicos feitos sobre adubação. Acredito que com a correção de algumas imperfeições e caso o autor aceite as críticas que eu vou ter oportunidade de fazer, se torne futuramente um bom manual de subsídios para o estudo dos aspectos econômicos, aspectos agrônômicos que influem diretamente sobre as tendências do consumo dos adubos no Brasil, e sobre as medidas que devem ser tomadas para acelerar este consumo. O Dr. Thomazini parte de um princípio que é acassiano para todos nós ou para a maioria dos economistas e agrônomos, qual seja de que os adubos são de fato um fator de elevação da produtividade, e talvez o mais poderoso destes fatores. É evidente que com isto se apóia em outro, de que a produtividade é também necessária, principalmente na agricultura. Também é um ponto pacífico, sobretudo quando se trata de encarar a agricultura como um "agribusiness" como ele tende a ser em todas as partes do mundo. Mas, naturalmente não se pode esperar que a resposta das plantas à adubação ou que a rentabilidade do uso de adubos sejam sempre as mesmas em todos os lugares, épocas e circunstâncias. As plantas variam quanto às suas exigências nutricionais e ecológicas, os solos variam, mais ainda os climas; os fertilizantes são também produtos diversos, variam os agricultores no seu grau de aceitação de técnicas, variam os preços pagos ao agricultor, variam as condições econômicas de cada lugar. Todos são elementos que tornam complicada e tremendamente complexa a questão de incremento do uso de adubos. Acredito que por isso foi muito feliz a aproximação feita

pelo Dr. Thomazini, considerando como básicas as pesquisas sôbre todos os aspectos envolvidos na adubação, e mais do que isso, que é necessária e desejável a aproximação de íntima colaboração de agrônomos e economistas. É indispensável ainda que o Governo se preocupe tanto com o amparo à pesquisa como se tem preocupado com os problemas da produção de mercado, porque sendo viável, necessário e possível, nós podemos comprar o "know how" do uso do adubo nas nossas culturas, nas nossas terras, nos nossos climas, para beneficiar a nossa agricultura. Isso é um trabalho que tem que ser feito aqui, em escala muito maior do que a atual. Nossas instituições de experimentação e pesquisa agrônômica dão hoje grande importância aos trabalhos básicos e aplicados sôbre a adubação.

A título de ilustração, eu tenho uma recente estatística feita sôbre os trabalhos publicados por Bragância, que é o órgão oficial dos técnicos do Instituto Agrônômico de Campinas. Nos 25 anos de existência da revista foram publicados 959 trabalhos, num total de 310 tratando de solo, adubos, fertilidade e assuntos correlatos, mas é curioso notar que dividindo êste período em quinqüênios, nota-se que a proporção de trabalhos sôbre adubos cresceu num período de cinco anos 13%, 19%, 24%, 36% e 46% nos últimos cinco anos, isto é, 72% dos trabalhos publicados pelo Agrônômico em 25 anos, foram reportados nos últimos cinco.

Farei algumas observações ligeiras sôbre certos detalhes do trabalho do Dr. Thomazini: Êle menciona na página 11 que as culturas que talvez recebam maior quantidade de fertilizantes são as de exportação e de matéria-prima para indústria. Isso talvez seja verdade em relação às quantidades totais absorvidas, porém o maior consumo em kg por hectare, como bem disse, cabe às hortaliças e alguns produtos específicos como a batata por exemplo, que em S. Paulo possivelmente recebe uma adubação total de 400 a 500 kg por hectare, o que é uma adubação que pode se considerar holandesa, belga ou japonesa num nível bem alto, mas é uma área restrita e pesa pouco na média. Um outro aspecto do trabalho do Dr. Thomazini é que êle aparentemente deixou de considerar a nítida regionalização do consumo de adubos no Brasil.

Várias vezes argumenta com uma média global de 9 kg de nutrientes consumidos por hectare. Seria interessante tentar pelo menos uma estimativa das médias regionais, fazendo cálculo para cada uma das três regiões mais caracte-

rísticas de consumo, que são: o sul, a região centro, e o norte. Além de levar em conta esta existência da regionalização característica, eu acho que seria preciso também considerar as diferenças qualitativas, não apenas as quantitativas, porque não só as regiões consomem quantidades diferentes, como apresentam aspectos diferentes na qualidade do adubo consumido, isto é, as proporções de nitrogênio para fósforo e para potássio são diferentes em cada uma das três regiões do Brasil que mostram tendências históricas diversas. Isso é uma coisa sabida e que está diretamente associada ao grau de evolução de aceitação da técnica de adubação nas várias regiões, e também depende muito das exigências nutritivas das culturas principais de cada lugar. No sul por exemplo, para cada kg de nitrogênio consumido consome-se 4,6 de fósforo; já na região centro, onde predomina o consumo de São Paulo, esta proporção é de 1,9 kg de fósforo para cada kg de nitrogênio consumido. São proporções completamente diferentes. Esta média geral do Brasil, portanto, calculada assim, com fatores que têm pesos de ponderação tão diferentes, dá uma imagem errônea em relação àquelas regiões que têm o menor peso de ponderação. Eu acredito portanto que as projeções de consumo possam ser feitas com um pouco mais de segurança, se forem levadas em conta estas séries históricas da tendência do consumo regionalizado no Brasil. Quando o autor menciona as causas do baixo consumo, eu creio que ele deve dar um pouco mais de ênfase. Onde ele disse no trabalho original “a existência de dificuldades de importação”, eu acredito que seja mais correto falar em futuras dificuldades portuárias para o manuseio e descargas de tanto adubo quanto nós vamos precisar. O que se nota hoje no Pôrto de Santos, que é o que recebe a maior descarga de adubos, é que ele está trabalhando no limite de capacidade. Tôdas as projeções pessimistas ou otimistas mostram que este volume deve aumentar sensivelmente nos próximos anos, e se não fôr feita uma ampliação na capacidade dos portos, o problema pode ser sério no futuro. Acredito também que ele deva definir adiante na página 18 o que ele diz como causa de baixo consumo, a inexistência de maiores unidades comerciais. Essa definição de unidades comerciais grandes ou pequenas deve ser feita, acredito, em relação ao tamanho do nosso mercado, e não pelos padrões usados em outros países. Quanto às medidas necessárias para o aumento do uso, o autor menciona diversas, com as quais eu concordo plenamente e quero dar ênfase es-

pecial à necessidade de estimular a produção de corretivos, principalmente no Estado do Paraná, que dispõe de imensas jazidas de calcário, algumas delas de 1 bilhão de toneladas, ao lado de outras de 700 milhões de toneladas prontas para serem exploradas. As pesquisas sôbre aplicação de amônia, anidra ou em soluções, são altamente desejáveis no momento, particularmente nos solos leves e arenosos que predominam pelo menos no Estado de São Paulo e que são plantados quando têm baixo teor de umidade. Menciona ainda uma revisão da fiscalização. Eu creio que está em andamento o decreto 50.146, que é o que regulamenta o uso e o comércio de adubos no Brasil. Uma das sugestões úteis para essa revisão seria que os órgãos fiscalizadores publicassem não só os desvios encontrados, mas todos os resultados encontrados, porque os desvios são exceções e a regra é o bom resultado, e o público só tomar conhecimento hoje dos pequenos desvios e de uma ou outra fraude que ainda acontece, em porcentagem pequena, causa uma falsa imagem sôbre o comércio de adubos e em si mesmo um fator de desestímulo muitas vêzes enganador para o agricultor. Acho também fundamental que se considere que campanhas, estudos e medidas para incrementar o uso de adubos não podem ser separados de campanhas de conservação do solo; é um contra-senso adubar sem conservação do solo. Em linhas gerais era isso que tinha que comentar, agradeço o privilégio que me foi concedido pela S.O.B.E.R.

DEBATES

Dr. Antônio Rodrigues Coutinho

É apenas uma contribuição ao magnífico trabalho do nosso colega e amigo Thomazini. Entre as causas que êle relacionou para a baixa aplicação de adubos no Brasil, êle esqueceu a meu ver, uma de importância fundamental, que é o desmembramento extraordinário da propriedade agrícola brasileira entre os Censos de 50 e 60. Pelo Censo de 50, nós tínhamos 2.064.642 propriedades e que em 60 atingiram 3.349.484, das quais 2.994.093 eram propriedades agrícolas de menos de 100 hectares. Ora, essas, propriedades, embora sejam as que trabalham a maior área de lavoura no Brasil, são infelizmente as que recebem menor crédito da Carteira de Crédito Agrícola no Brasil e êsse número extraordinariamente grande representa 92% do acréscimo de novas propriedades e recebe apenas 1,10% do total de crédito agrícola concedido pela Carteira do Banco do Brasil. De modo que esta tendência do desmembramento das propriedades para o minifúndio, e êsses pequenos proprietários não tendo crédito de natureza alguma, não poderão contribuir para o aumento do volume de fertilizantes utilizados.

* * *

Dr. Oscar J. Thomazini Etori

Com relação ao 1.º comentador, Dr. Ribamar, eu quero apenas agradecer os comentários que êle fêz, pois talvez tenha elucidado com mais detalhes algum ponto que eu deixei de mencionar. Os comentários que êle fêz ao meu trabalho deixaram bem claro os diferentes aspectos que eu havia abordado no mesmo, e além disso êle fêz algumas considerações sôbre a Funfertil que eu omiti, de modo que trouxe esclarecimentos adicionais que vêm enriquecê-lo.

Com relação ao 2.^o comentador, o colega Dr. Hermindo levantou vários pontos e eu gostaria apenas de esclarecer dois, pois os demais apenas contribuíram para melhorar o trabalho. A questão que para todos os agrônomos é acassiana é que o fertilizante aumenta a produtividade, de fato é, mas quando eu fiz esta observação é que existem vários fatores na agricultura que aumentam a produção, apenas aí é uma questão de decidir como o agricultor deve investir, em que fator deve fazer o uso alternativo do capital limitado de que êle dispõe. Evidentemente que dêste capital limitado êle deve investir naquele fator que traz maior retôrno, e é mais com êste sentido que destaquei a questão da elevação de produtividade pelo efeito dos adubos. Com relação ao que eu entendo por capacidade que maiores unidades produtivas contribuíram para reduzir o preço dos adubos, quero dizer evidentemente, que existe um dimensionamento mais econômico para cada firma e, no caso das firmas de adubo, aquelas que operam com uma determinada capacidade. Isto quer dizer que ainda não foi feito nenhum estudo para se saber qual o dimensionamento mais econômico. Evidentemente, as firmas que existem, algumas destas no Estado de São Paulo, que operam com 35, 40, 50 mil toneladas de adubos, devem ter um custo operacional mais baixo e, portanto, pelo volume de venda e por êste menor custo, elas podem proporcionar preços inferiores. Finalmente, o comentário do colega Dr. Coutinho, eu agradeço e acho que de fato pode ser apontado como uma das causas que contribuem para um menor consumo de adubo no Brasil.

* * *

Dr. Constantino C. Fraga

Eu tinha feito hoje pela manhã uma proposta redigida, uma proposição que fôsse submetida a plenário e para tema da próxima reunião da SOBER. Pelo regulamento da Sociedade ou pelas normas, isto deveria ser apresentado no último dia, mas como ela se prende diretamente ao assunto que está sendo focalizado, eu me permitiria então solicitar antecipar esta proposição, mesmo porque amanhã eu terei que estar em São Paulo e não poderei estar aqui no último dia. Então eu vou ler rápido o que se prende diretamente a êste assunto. *Avaliação da ajuda externa ao desenvolvimento do setor agrícola de um país em desenvolvimento — Brasil.*

O título acima condensa o assunto que propomos como tema para a próxima reunião da SOBER e em linhas muito rápidas poderíamos assim justificar tal proposição: Após o término da II Guerra Mundial intensificou-se extraordinariamente o movimento de cooperação internacional em todos os setores da atividade humana, o cultural, o técnico, o assistencial, o econômico etc.. Multiplicam-se os organismos destinados a atender especificamente a um desses setores, além daqueles com atribuições mais amplas. Uma das resultantes mais características dessa atividade foi a solidificação do movimento de ajuda dos países adiantados em favor dos menos desenvolvidos. Criou-se uma verdadeira mentalidade neste sentido, largos setores constituem já uma obrigação moral, e com isso, os governos de muitos países avançados além de apoio aos organismos especializados ampliam por conta própria esta ação de ajuda. Até mesmo muitas entidades privadas destinam hoje importantes recursos para esses fins. Nosso país tem sido um daqueles que vêm recebendo ajuda e pelas proporções da sua área geográfica, dos recursos de que dispõe e da sua população, deve naturalmente ser objeto de particular interesse. Parece ainda ter sido o setor agrícola aquele que mais substanciais recursos técnicos e econômicos vem recebendo, coisa também natural dada a importância do mesmo na vida do país. Entretanto, o auxílio que vem sendo emprestado à nossa agricultura tem sido objeto de uma crescente série de observações, restrições e mesmo críticas, as quais vão desde considerações de detalhes aos resultados globais, e desde as mais serenas às mais carregadas de escusa xenofobia.

Dêste complexo de comentários brota forçosamente uma série de indagações importantes, relacionadas com a efetividade e/ou melhoria dêste auxílio internacional ao nosso setor agrícola, como por exemplo as seguintes: Por que a ajuda externa à nossa agricultura não mostra melhores resultados? Tem sido demasiadamente pequena em recursos financeiros e/ou no fornecimento de especialistas? Estes não têm encontrado ambiente propício de trabalho ou não procuram melhor entender os nossos problemas? As deficiências observadas são devidas a certa inadequacidade dos planos ou há alguma incapacidade nossa para melhor aproveitá-los? Para nós tem sido demasiado oneroso o custo dos diversos programas de auxílio? Essas e outras indagações conduzem de imediato à conclusão de que seria sumamente importante a realização de um balanço desta ajuda no pró-

prio interêsse do aperfeiçoamento da mesma, e até da manutenção do amistoso clima de recíproco entendimento entre os nossos e os meios dos países que nos prestam auxílio. Em defesa portanto dêste movimento de colaboração externa aos nossos esforços para o progresso, é que consideramos da mais alta importância para nós, desde que bem conduzido, é que submetemos à apreciação dêste plenário o assunto acima, como tema central da próxima reunião da SOBER. Era esta a minha proposição que naturalmente deverá ser apresentada, creio, no último dia de reunião.

PREÇOS AGRÍCOLAS NO BRASIL

CONSTANTINO C. FRAGA, Eng. Agr. (1)

- 1 — Apesar de bastante amplo o campo de estudo sugerido pelo título em epígrafe e que nos tocou abordar, iremos cingir-nos a aspectos muito restritos do mesmo. Isto, por inúmeras razões que não vem ao caso detalhar, mas dentre as quais não está alheio o fato de que preferimos a apresentação de assuntos de forma a tentar obter-se sugestões úteis ou pelo menos suscitar discussões esclarecedoras, ao invés de atermo-nos a exposições genéricas ou relatos anódinos de fenômenos e fatos em que sõe estiolar-se a grande maioria dos inúmeros congressos, conferências, ou qualquer tipo de reunião, realizados em tôdas as partes do mundo, a todo o momento e em tôrno da mais variada e imensa gama de assuntos que se possa imaginar.
- 2 — Antes porém das considerações que desejamos oferecer sôbre a questão da garantia de preços aos produtos agrícolas, talvez convenha, à guisa de adendo informativo quanto às tendências pessoais de interpretação, expender de modo o mais sumário possível certas observações sôbre alguns fatos relacionados com a interferência governamental nos preços dos produtos agrícolas em nosso País.

Assim, assinale-se de início, que o Brasil se inscreve entre os primeiros países que nos tempos modernos tentaram o estabelecimento de uma política de preços (não apenas impostos e outros tributos, mas um conjunto de providências relacionadas com a produção e comercialização, visando um objetivo pré-determinado). As peculiaridades da produção e comercialização do café compeliram nosso País a assumir uma posição de vanguarda nesse setor.

1) Divisão de Economia Rural da Secretaria de Agricultura de São Paulo.

De passagem diga-se que os planos cafeeiros do Brasil, internamente justificados como “defesa” de preços e lá fora considerados como “valorização”, pa.ecem hoje, ter recebido um injusto tratamento externo. Com efeito, ninguém considera os acôrdos internacionais dos produtos de base entre êles o do café, como sistemas de elevação de preços e sim de defesa, não obstante serem êles bastante próximos dos planos cafeeiros do Brasil. É certo que houve alguns períodos em que as autoridades brasileiras desvirtuaram o sentido de tais planos, forçando altas artificiais de preços, mas básicamente êles permaneceram como instrumentos de defesa. O fato de que hoje os acôrdos dessa natureza envolvem um grupo de países, tanto produtores como consumidores, quando antes o sistema era aplicado unilateralmente, constitui diferença importante, mas não suficiente para inverter-se o sentido dos objetivos, tanto mais quanto a produção brasileira representava na época, quase todo o lado produtor. Ainda com relação a tais planos cafeeiros impõe-se uma outra e importante reparação. Com efeito, por ter representado um enorme fracasso o último desses planos, é generalizada a impressão de que todos êles foram mal concebidos e elaborados, tendo sido mera questão de sorte o sucesso dos primeiros planos. Muito ao contrário disso, eram êles embasados em sólidas razões e a principal causa do desastre com o último não só tinha sido prevista no primeiro esquema como tinham sido tomadas as medidas para evitá-la. Esse fator, que havia de conduzir ao desastre final e que também representa o calcanhar de Aquiles do atual acôrdo internacional do café, é o contrôle da produção. Na época, infelizmente, nosso País não tinha meios eficazes para exercer aquêle contrôle, tendo-se mostrado inócuas as pesadas multas previstas já em 1902, para o plantio de novos cafeeiros. Seja como fôr, já é tempo de fazer-se a devida reparação a planos concebidos com engenhosidade digna dos dias de hoje e quando ainda se encontrava muito distante a éra dos planejamentos.

Outro fato de importância e referente aos preços dos produtos agrícolas é a decantada inferioridade dos mesmos em relação aos dos produtos industriais e motivo de numerosas queixas por parte do setor primário. Fôrça é convir entretanto que até certo ponto isto

é natural para um país em desenvolvimento, que procura industrializar-se. Possuindo ainda o País amplas possibilidades de expansão no setor agrícola, como imaginar-se a transferência de recursos da agricultura para a indústria sem a presença de certos incentivos moralmente dos preços mais vantajosos? Como é fácil de ver-se, o problema não reside naquela vantagem relativa mas sim, no tempo em que ela se prolonga e sobretudo no seu "quantum" pois é evidente que da agricultura não se pode exigir contribuições excessivas, sob pena do seu depauperamento afetar todo o esforço industrial, já que êste setor necessite vitalmente do mercado representado pela agricultura. Os tabelamentos de preços atingindo apenas os produtos agrícolas e os diversos tipos de restrição às exportações (quótas, tributos, proibições etc.) parecem atuar neste mau sentido.

Não obstante o longo período das interferências governamentais nos preços dos produtos agrícolas, algumas executadas com notável perícia, como já foi assinalado, é preciso reconhecer que foram bastante magros os resultados até aqui obtidos pelo nosso País no setor da garantia de preços mínimos aos produtos da atividade agrícola. Talvez mesmo tais resultados só podem mostrar-se favoráveis, quando comparados com os desastrosos efeitos obtidos com as tentativas do estabelecimento de preços máximos (tabelamento) aos gêneros considerados essenciais. De notar que a experiência nacional no setor da garantia de preços mínimos é também já um tanto longa, pois data dos idos de julho de 1945, quando o Decreto-lei n.º 7774 conhecido como "Plano de Emergência" estabeleceu preços mínimos para o arroz, feijão, milho, amendoim, soja e girassol. O órgão responsável por essa garantia era então, como até hoje tem sido, a Comissão de Financiamento da Produção, criada em 21 de janeiro de 1943. O fato de ter sempre permanecido sob a responsabilidade de um mesmo organismo a execução da política de preços mínimos, aumenta, em nosso entender, as obrigações quanto à eficiência do sistema.

A esta altura talvez seja necessário alguns esclarecimentos quanto a afirmativa apriorística sobre os poucos resultados da política de preços mínimos no Brasil. Em realidade, é difícil avaliar os efeitos dos preços de garantia, mesmo porque podem êles estar in-

fluenciando as cotações de mercado por simples ação de presença i.é., sem que o órgão responsável esteja operando com o fim de assegurar aquêles preços. Muitas vêzes, o preço mínimo está atuando indiretamente, desde a decisão dos lavradores quanto ao plantio e os empréstimos por êles solicitados, até a venda final nos mercados interno e externo promovido pelos intermediários. Em alguns casos, quando a diferença entre os preços correntes no mercado e os níveis dos preços mínimos é muito grande em favor dos primeiros, e são em número relativamente pequeno os compradores, pode ocorrer o caso dêles se prevalecerem dos baixos preços mínimos, para provocar queda nas cotações vigentes no mercado, fazendo entretanto com que estas permaneçam acima dos preços assegurados, os quais estariam assim exercendo ação depressiva e indireta.

Essas e outras dificuldades tornam, como já foi dito, um tanto precário o julgamento sôbre a política dos preços mínimos. Todavia, nossa premissa estriba-se numa série de observações e fatos cujo conjunto nos parece verdadeira evidência a dispensar provas numéricas ou de outra qualquer natureza. Dentre tais observações e fatos, podem ser citados:

- a) Muitas vêzes, junto às fontes de produção, as cotações mantêm-se, acentuada e prolongadamente, abaixo dos preços mínimos assegurados.
- b) Tem sido invocada com bastante freqüência, por parte dos responsáveis pela política dos preços mínimos, a falta de certas facilidades para a sua execução, mórmente a carência de armazenagem, meios de transporte, corpo de classificação etc.
- c) Tem constituído raríssima exceção (de nossa lembrança apenas uma única vez, correspondendo ao presente ano agrícola) as vêzes em que as bases de preços mínimos são estabelecidas e divulgadas na época prevista em lei.
- d) Com pouquíssimas exceções (a mais notável das quais é a do algodão, cujo preço é estabelecido para vigorar junto às fontes mais distantes de produção e em bases líquidas) o lavrador, ao utilizar-se do sistema, experimenta profunda decepção quanto ao preço que recebe pela entrega do seu produto, que supunha bem maior.

- e) As decisões dos agricultores quanto ao plantio, têm sido incomparavelmente mais influenciadas pelas cotações de mercado, sobretudo daqueles vigentes pouco antes do início do preparo das terras, do que os níveis de preços mínimos assegurados.
- f) As operações de financiamento (antes do Decreto n.º 79, de dezembro de 1966, pouco atraentes para os produtores) têm representado volume muito reduzido em cotejo com as aquisições diretas.
- g) São ainda muito numerosos os lavradores cujos conhecimentos sobre preços mínimos não vão além da sua existência, ouvida pelo rádio ou em conversa com conhecidos. Do mesmo modo, há ainda numerosas regiões do País onde jamais foi exercitada essa política.

Esse conjunto de ocorrências, cujo arrolamento poderia ser bastante alongado, ainda que suscetível de algumas contestações, parece autorizar amplamente a ilação de terem sido até aqui bem minguados os resultados da política de garantia de preços mínimos à nossa agricultura.

Quais seriam as causas desses pouco apreciáveis frutos?

Aqui também poder-se-ia elaborar um alentado rol de causas, porém por motivos vários iremos limitar-nos àquelas que se nos afiguram as mais gerais e importantes. Sem preocupação de ordená-las por ordem de importância, seriam elas:

- 1.^a Diz respeito à própria aceitação do sistema de garantia de preços por parte do Governo Federal. Em realidade, o Poder Federal (aqui incluímos todos eles desde a época do Plano de Emergência) nunca quis ou nunca depositou suficiente confiança no sistema de garantia de preços. Foi ele introduzido com fins um tanto demagógicos, para mostrar o empenho do governo em amparar a agricultura, mas com pouco desejo de fazer face às implicações daí decorrentes. Além do laivo demagógico houve também timidez na adoção do sistema e ainda uma certa dose de cinismo, esta consistente no propósito de induzir os produtores a expandir suas atividades, ao acenar-lhes com preços

mínimos sedutores, mas irreais tanto no montante líquido quanto na efetiva execução da garantia. A êste respeito é típica a resolução tomada há cerca de 4 a 5 anos atrás pela Comissão de Financiamento da Produção, com respeito ao amendoim. Tal resolução consistiu em elevar sôbre as sugestões apresentadas o preço mínimo de garantia daquele produto, mas simultaneamente passou a considerar o tipo 1 da classificação do amendoim como o tipo básico. Isto foi um verdadeiro engôdo ao produtor que passou a ver bons preços de garantia no que era uma miragem, já que o tipo "1" não existe na prática, servindo apenas como referência. O propósito evidente era o de levar o produtor a expandir o plantio de amendoim sem obrigar o Governo a garantir melhores preços.

Do mesmo modo podem ser invocadas ocorrências que servem de indícios ou mesmo prova da timidez e também da dose de demagogia com que sempre foi conduzida a política de preços mínimos por parte do Governo. A insuficiência e limitação das verbas destinadas à execução dessa política, a esdrúxula redação da lei no capítulo dos financiamentos quando fala em "financiamento com opção de venda ou sem ela" a revelar insegurança e enorme receio de se obrigar a adquirir os produtos financiados, a sistemática falta de esclarecimentos junto aos produtores quanto aos preços líquidos que efetivamente lhes são garantidos etc, confirmam o que acaba de ser dito.

2.^a Certa confusão mantida pelos responsáveis diretos pela política de preços mínimos entre suas atribuições e aquelas referentes aos preços dos gêneros para o consumidor. Devido à possível influência dos preços mínimos no volume das colheitas e também às frequentes e severas crises de abastecimento alimentar por que tem atravessado o País, os responsáveis pela política de preços mínimos julgaram-se quase sempre, na obrigação de criar condições para assegurar preços baixos ao consumidor. Não podendo conciliar o inconciliável i.é. preços estimulantes aos produtores e baixos para os consumidores, preferiram esta última alternativa, mais cômoda por lhes livrar dos riscos da aquisição, contar com o apoio dos meios de divulgação dos grandes centros consumidores e também das es-

feras governamentais mais altas. Esqueceram-se entretanto de que nos países em desenvolvimento o primeiro passo é o amparo à produção.

Esta confusão, embora até certo ponto compreensível, tem sido altamente danosa ao sistema de garantia de preços e pode ser facilmente constatada por manifestações em conferências, em jornais e também nas declarações por escrito em trabalhos e outros papéis, por parte de técnicos e dirigentes dos organismos diretamente responsáveis pela execução daquela garantia.

3.^a Desconfiança dos órgãos federais com relação aos estaduais. Em muitos setores e órgãos federais é generalizada a idéia de que as sugestões, estudos e solicitações estaduais são sempre exageradas no referente ao montante das verbas envolvidas, quando estas devam ser fornecidas pelo Poder Federal. Em termos mais chãos, os Estados tendem a pedir em demasia quando se trata de verbas federais.

Até certo ponto é preciso reconhecer que há certas razões para essa desconfiança, mas o erro está na sua generalização.

Essa além de outros defeitos tem sido uma das causas de adoção de bases de preços mínimos, ridiculamente baixos, inteiramente divorciadas da situação econômica, o que acarreta, cedo ou tarde e direta ou indiretamente graves prejuízos à política de garantia de preços. A desconfiança acima, também se estende às associações de classe e outras entidades particulares.

4.^a Exagerada influência de entidades financeiras nas decisões do órgão responsável pela política de garantia de preços. A predominância do Ministério da Fazenda, Banco do Brasil, Sumoc e outros organismos financeiros nas diretrizes e atuação do órgão diretamente responsável pela política de preços mínimos, está na origem de muitos erros e falhas cometidas. O órgão diretamente ligado à produção agrícola i.é., o Ministério da Agricultura tem sido relegado a um papel secundário, praticamente sem nenhuma voz ativa neste assunto. As atas das reuniões promovidas pelo órgão citado devem seguramente mostrar que as posições defendidas pelo Ministério da Agricultura poucas vezes ou nunca prevaleceram, quando contrariadas pelas entidades financeiras.

Essas são, em nosso entender, as principais causas das deficiências do sistema de garantia de preços, isso por ferirem pontos que dizem respeito à aceitação e ou doutrina desse próprio sistema. Outras e importantes causas poderiam ser lembradas como por exemplo, a insuficiência da infra-estrutura necessária à garantia de preços (transporte, armazenagem, corpo de classificadores etc), a insuficiência de verbas com que às vezes era dotado o órgão executor, certos erros técnicos da lei dentre os quais avulta o desestímulo às operações de financiamento em favor das aquisições, o que agrava sobremaneira a questão das disponibilidades de verba e que só foi corrigido com o Decreto-lei 79 de dezembro último) além de outras.

Pela enumeração das causas que vêm de ser expostas, parece claro que resta ainda um longuíssimo caminho a percorrer para chegar-se a um razoável grau de eficiência em nossa política de garantia de preços mínimos.

Isto por outro lado parece forçar a seguinte conclusão: Ou o Governo envereda por uma consciente e firme política de preços mínimos, inclusive aceitando os riscos do empate de vultosas somas em que a mesma implica, ou desiste de semelhante cometimento. Em nosso entender, a primeira alternativa é aquela que deve ser seguida, tendo em vista as atuais condições de desenvolvimento do País, mórmente a notória imperfeição da sua rede comercial, muitas vezes atuando de modo a impedir ou dificultar o progresso da agricultura. A abolição da garantia de preços, aceitável em certas condições (para nós, apenas em casos excepcionais) poderia ser adotada a título experimental, para um período digamos de 3 a 5 anos, durante o qual seriam processados estudos para a adoção, caso necessário, de um sistema de garantia de preços mais eficaz, escoimado ao menos das principais deficiências e falhas apontadas.

Comentador: *Dr. José Agostinho Drummond Gonçalves*

Sr. Presidente General Adyr Maia,
Sr. Vice-Presidente Dr. Victor José Pellegrini,
Meus senhores:

Cabe-nos a tarefa de comentar o trabalho que acaba de ser lido pelo engenheiro agrônomo Constantino Carneiro Fraga, da Divisão de Economia Rural de São Paulo, e o fazemos com uma satisfação tôda especial, em virtude de ser esta a 3.^a ou 4.^a vez que pessoalmente nos defrontamos perante uma assembléia, e onde tentaremos transmitir àqueles que nos ouvem uma experiência de trabalho de 3 anos e por conseguinte muito diversa daquela que caracterizava os nossos debates, quando pela primeira vez nos encontramos. Acredito que o trabalho que acaba de ser lido e exposto a essa 5.^a Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais deve em si representar uma opinião bastante tradicional e característica da Divisão de Economia Rural de São Paulo, porque temos verificado que no correr dos entendimentos mantidos com aquêlê órgão da secretaria de São Paulo, quase sempre as opiniões não fogem dessa linha defendida pelo Dr. Constantino Carneiro Fraga. Todavia, com a responsabilidade de Diretor Executivo da Comissão de Financiamento da Produção, procuraremos apresentar aos senhores o comentário realista sôbre as informações que acabam de ser transmitidas e para bem da verdade, em nome do Governo Federal, sentimo-nos na obrigação de rebatê-las inclusive com dados que vamos apresentar. Em princípio parece-nos que o Dr. Fraga deveria ter tido mais cuidado em percorrer a C.F.P., o que aliás sempre lhe foi facultado, para conhecer as alterações que foram introduzidas na política de preços mínimos e nestes dois últimos anos, pois nós vamos verificar com o correr da exposição que vários aspectos que aqui foram apresentados como altamente deficientes, já tiveram equacionamento apropriado e já foram integralmente substituídos por novas formas de trabalho.

Nós vamos comentar de início aspectos específicos do trabalho, para posteriormente fazermos um resumo, onde tencionamos apresentar as alterações substanciais introduzidas na política do Governo Federal, no tocante à garantia dos preços mínimos. Na pág. 2, último parágrafo, o brilhante autor diz o seguinte: “Outro fator de importância referente aos produtos agrícolas é a decantada inferioridade dos mesmos em relação aos produtos industriais”. Nós entendemos que realmente o crescimento dos produtos agrícolas não tem ocorrido tão significativamente quanto o crescimento dos preços dos produtos industriais, em face dos índices existentes, em face da precariedade dos levantamentos que prevalecem até hoje. Mas, sabemos perfeitamente e temos pautado o trabalho do Governo Federal no sentido de uma observação a longo prazo, quando então nos será possível afirmar que em face dos ganhos de produtividade, os preços do setor industrial deverão pender a um crescimento muito menor do que os preços dos produtos agrícolas.

Nos parece assim a priori, que cai por terra a tese, não na sua substância, mas na forma como ela é considerada.

Na pág. 3, no último parágrafo, está escrito “o fato de ter sempre permanecido sobre a responsabilidade do mesmo organismo a execução da política de preços mínimos aumenta, em nosso entender, as obrigações quanto à eficiência do sistema”.

Nós entendemos que em princípio seja pertinente a observação, vale acrescentar que o resultado sobre a continuidade sofrida pela política de preços mínimos nos possibilitou a criação de um acervo experimental capaz de garantir a eficiência propugnada.

Nós consideramos que realmente a Comissão de Financiamento da Produção é hoje detentora de um acervo de informação e dados dos mais interessantes e dos mais fáceis para efeito de manipulação. Mas também sabemos, que no correr desses vinte anos, nós assistimos a uma evolução substancial na conceituação da política de preços mínimos. Diríamos aos senhores, que estamos quase concluindo a elaboração do plano decenal de abastecimento, onde se inclui um capítulo sobre preços mínimos e onde se faz uma conceituação básica e filosófica da política em si.

Na pág. 4, o item A diz o seguinte: “Muitas vezes junto às fontes de produção as cotações mantêm-se acentuadas e prolongadamente abaixo dos preços mínimos assegurados”. Nós sabemos perfeitamente disso e sabemos também que não

é fácil, num país de extensões continentais, onde as variações de produtividade de infra-estrutura de armazéns, de transportes, de classificação etc. se caracterizam não de um estado para outro, mas de um município para outro, se atingir a um objetivo máximo de garantir sustentação dos preços dos mercados produtores. Nós sabemos que a afirmativa é válida, pois desde 1964 o Governo Federal vinha lutando no sentido de descentralizar as operações da política de preços mínimos através da rede bancária privada. Não que com isso se tome aprioristicamente qualquer idéia acerca das possíveis ineficiências do Banco do Brasil. Nós queremos aproveitar a oportunidade para dizer que absolutamente assim não entendemos, pois o Banco do Brasil tem sido extraordinário na execução da política de preços mínimos. Mas também sabemos que em face da distribuição das agências do Banco, nem sempre atinge o ideal no sentido do atendimento da produção. Seria muito justificável que outras entidades fossem chamadas a fazer a política de preços mínimos, e desde 1964 o Governo Federal vem conseguindo esse objetivo, que acaba de ser atendido na 6.^a feira última, através do Conselho Monetário Nacional, aprovando o convênio da Comissão de Financiamento da Produção com o Banco Central, pelo qual se estabelece bases definitivas para relações do Banco do Brasil com os Bancos privados, como havia sido em 1964, da Comissão de Financiamento e a rede bancária privada diretamente. De forma que parece que esta descentralização vem atingir em grande parte o objetivo focalizado pelo autor, quando afirma que os preços em algumas áreas caem abaixo dos preços mínimos.

Logo no início da página seguinte nós verificamos o seguinte: “com pouquíssimas exceções a mais notável das quais é a do algodão, cujo preço é estabelecido para vigorar juntos às fontes mais distantes da produção em bases líquidas), o lavrador experimenta profunda decepção...” É um dos aspectos que nos levam a afirmar de princípio que se o autor tivesse percorrido os escritórios da Comissão de Financiamento, não traria num trabalho uma afirmativa destas. É verdade que isto é só válido até fins de novembro do ano passado, pois a legislação estabelece que o preço mínimo seja dado para o centro de consumo ou porto de escoamento, e por conseguinte nas áreas de produção o preço a vigorar será aquele do centro de consumo menos as despesas de transportes até os pontos de aquisição no interior. Nós entendemos que há uma frustração do

agricultor quando o Governo fixa o preço de milho por .. Cr\$ 6.000 e na verdade executa a operação no interior por Cr\$ 4.000, prevalecendo sempre para o revendedor, no caso o agricultor, a preocupação de que foi burlado no seu objetivo, pois afinal tomou conhecimento de que o preço era de Cr\$ 6.000 e no entanto o Banco do Brasil ou outro agente financeiro da comissão está comprando o produto por Cr\$ 4.000. Nós já temos êsse aspecto através da fixação dos preços mínimos líquidos no interior. Nós, para os produtos feijão e amendoim, que tiveram a sua safra iniciada em 1.º de dezembro, já estabelecemos aprioristicamente as deduções entre o centro de consumo e as áreas de produção, tentando regionalizar êsses preços mínimos, de forma que ao invés de termos vários preços, de acôrdo com as várias agências, de acôrdo com os vários municípios, nós temos para um grupo grande de municípios que corresponde à mesma zona fisiográfica, o mesmo preço mínimo para tôdas as agências do Banco do Brasil dentro da mesma, e a dedução foi feita dentro de um frete médio do centro de consumo e os principais pontos desta área fisiográfica. De forma que esta frustração já foi eliminada, através da modificação do sistema e da divulgação não mais do preço mínimo bruto, mas do preço mínimo líquido.

O item f, as operações de financiamento antes do decreto 79, foi representado pelo volume muito reduzido em cotêjo com as aquisições diretas. Nós deixamos aqui no nosso trabalho apresentado o seguinte: os dados em si não correspondem à realidade, pois no ano de 1965 o Governo investiu na política de preços mínimos através da operação de compra, 259 bilhões de cruzeiros, e financiamento sômente 34,4 bilhões de cruzeiros.

Em 1966 as aquisições somaram apenas 100 milhões de cruzeiros, os financiamentos 83,6 bilhões de cruzeiros, de forma que a afirmativa de que se tem dado muito maior ênfase a operação de compra não está absolutamente de acôrdo com a realidade, em face dos dados que acabo de divulgar. Nós tivemos financiamento no ano passado de 34,4, êste ano de 82,6, enquanto as aquisições foram no ano passado de 259 bilhões, êste ano de 100 milhões.

No item g da pág. 5 ainda diz o seguinte: "são ainda muito numerosos os lavradores cujos conhecimentos sôbre preços mínimos não vão além de sua existência, ouvida pelo rádio ou em conversa com conhecidos. Do mesmo modo há ainda numerosas regiões do país onde jamais foi executada esta

política.” Com relação ao problema de divulgação nós entendemos como perfeitamente justificável a observação do autor, mas temos também de nossa parte um ponto de vista a respeito. Entendemos que tem sido sempre preocupação para o Estado transferir para a órbita do Governo Federal a responsabilidade da política de preços mínimos, como se garantir a salvação do agricultor fôsse exclusiva tarefa do Governo Federal. Nós não partilhamos dessa tese, porque julgamos que a salvação da agricultura se realiza através do município, do Estado e do Governo Federal, de forma que se por vêzes nós não conseguimos fazer a divulgação que se torna necessária, cabe muito aos Governos Estaduais e aos Municípios nos ajudar nesta tarefa. Justiça seja feita. S. Paulo dá um exemplo sôbre êste aspecto, de onde, o autor provém, por conseguinte não vou atingi-lo nesta questão do Estado de São Paulo. No final dêste item ainda, “do mesmo modo numerosas regiões do País onde jamais foi exercitada esta política” é uma observação também válida, todavia eu quero dizer aos senhores o seguinte: Quando o Governo Federal assumiu a tarefa de dinamizar a política de preços mínimos em julho de 1964, partiu do pressuposto que preferiria trabalhar com poucos ao invés de uma série numerosa de produtos, que na verdade não a realizar com a responsabilidade que se tornava necessária, de forma que nós partimos de um princípio de reduzir o número de produtos gradativamente, de acôrdo com a experiência da Comissão de Financiamento da Produção, então aí aumentando a série de produtos agrícolas incluídos na garantia dos preços mínimos. Recordo-me que em 1964 tínhamos até então, a responsabilidade de fazer a política dos preços mínimos das áreas do Norte e do Nordeste.

Todavia, havia êrro de base, pois verificávamos que os preços mínimos eram calculados de acôrdo com as condições da Região Sul e se tentava implantar naquelas áreas os preços dados. Pela primeira vez em 1964, o Governo fixou para as Regiões Norte e Nordeste de acôrdo com as condições do Norte e do Nordeste, tirando então do pensamento a possibilidade até então vigente de transferir os preços dados para a Região Sul para tentar fazê-los vigorar no Norte e no Nordeste. De forma que já iniciamos o trabalho de atingir outras áreas através da própria formulação dos preços. Em face das observações que me são feitas pelo Presidente eu não poderia me alongar muito, mas vou especificamente, debater alguns pontos da pág. 6, onde o nosso

autor faz referências aos aspectos demagógicos da fixação dos preços e uma certa irresponsabilidade do Governo. Com autoridade que tenho, não posso absolutamente estar de acôrdo com as observações do autor. Em absoluto este Governo, que hoje dirige os destinos do Brasil, teve qualquer preocupação de fazer uma política de preços mínimos em bases demagógicas. E assim não foi, inclusive porque no orçamento monetário de 1965 fêz-se constar um volume de recursos de 150 bilhões de cruzeiros e, na verdade se utilizou, só nas operações de aquisição, de 259 bilhões de cruzeiros. Este é um aspecto que me parece básico e eu gostaria de apresentar um gráfico que mostra a evolução do Governo, no sentido da garantia dos preços mínimos e da entrega de recursos às áreas de produção, através desta própria garantia.

No quadro que mostra o iníco do trabalho da política dos preços mínimos em 1952 até 1965, estes valores são todos deflacionados e nós verificamos que há uma periodicidade de interferência do Governo na política de preços mínimos a cada 4 anos. Em 1953 o grande índice alcançado foi em virtude da inclusão do café na política de preços mínimos. Em 1957 em virtude do algodão, em 1961 em face da grande produção de milho, e em 1966 espelha bem o crescimento das intervenções governamentais no aspecto de aquisição dos produtos agrícolas, com quase 260 bilhões de cruzeiros.

Aqui nós apresentamos aos senhores um quadro de saldos financeiros, onde nós vemos na faixa verde os saldos de aquisição, na faixa côr de rosa os saldos de promissórias rurais, e na faixa azul os saldos de financiamento. Lógicamente a faixa cinza é a soma total dos saldos.

E nós notamos no correr do ano passado o comportamento do trabalho do Governo Federal, onde há uma modificação bastante acentuada da operação de aquisição pela operação de financiamento. Os senhores verificam a queda substancial dos saldos de aquisição e uma elevação substancial dos saldos de financiamento incluindo promissórias rurais, atingindo um nível que chegou a 340 bilhões de cruzeiros em agôsto de 1966.

O nosso autor, ainda também dentro dêste princípio de focalizar alguns aspectos que no seu dizer são demagogias do Governo, apresenta como exemplo a questão da fixação do preço do amendoim tipo 1. Nós queremos dizer que em absoluto, o Governo em 1961 através do decreto 153 de 16 de novembro, realmente fixou o amendoim para o tipo 1,

mas não fugiu à responsabilidade de arcar com o ônus da institucionalização deste preço para um tipo na verdade não coincidente com a prática, pois se adquiriu cerca de 10,66% do total produzido, que correspondeu a 69,48 t., no valor de NCr\$ 2.312.902, em 1962. Ainda que o tipo 1 não seja o básico, não seja o tipo mais comumente comercializado do amendoim, quando o Governo resolveu modificar o preço e modificar a sistemática do tipo do amendoim, não fugiu ao aspecto básico e à sua responsabilidade de garantir este preço do amendoim. Tanto é que êle adquiriu e a classificação do amendoim foi completamente modificada; tanto é que desde 1965 temos o preço do amendoim fixado para o tipo 3, que é o básico. Apenas para encerrar me parece importante mostrar à audiência o seguinte: Nós realmente em 1964 propugnamos por uma alteração substancial de compra dos produtos agrícolas através da garantia dos preços mínimos, e saímos de uma posição de 27 bilhões de cruzeiros em 1964 para 259 em 1965. Basicamente o objetivo era adquirir o produto garantindo a sustentação dos preços dos mercados produtores, mais atrelar a execução dos trabalhos a uma política de abastecimento, através da formação de estoques reguladores cujos produtos fôssem adquiridos através da política de preços mínimos. Posteriormente verificamos que êste não seria o objetivo primacial da Comissão de Financiamento da Produção, e de 1965 para cá nós viemos propugnados por uma alteração substancial no esquema de financiamento para interessar o agricultor a substituir a operação de compra pela operação de financiamento. E nós no ano passado elevamos o tipo de financiamento dos produtos agrícolas de 80% para 100% sem haver desconto algum, como uma forma de facilitar e interessar o agricultor para não vender ao Governo, e sim para procurar os agentes financeiros da Comissão de Financiamento da Produção apenas para fazer operações de financiamento.

Quando o senhor fala na questão da opção de venda, eu queria lembrar que esta modalidade de financiamento é feita tão somente para o produto na propriedade rural. Por conseguinte não se exige nesta modalidade classificações oficiais; ipso facto o Governo não pode assumir a responsabilidade de ficar com o produto, mas nada impede que o tomador do empréstimo sem opção de venda, por conseguinte de penhor na propriedade agrícola rural, possa fazer em seguida um empréstimo de penhor mercantil com opção de venda ao Governo Federal. Enfim, parece que alguns outros

aspectos poderiam ser comentados, mas nós trouxemos aí por escrito os pontos básicos da nossa observação. Apenas para terminar, seria de todo conveniente que deixássemos esta casa com a impressão dos senhores de que nós iniciamos uma operação de preços mínimos tentando fazer das operações de aquisição a base do nosso trabalho. De 1965 para cá nós temos invertido esse objetivo, de modo ao agricultor optar pela operação de financiamento e êle vir a ser então o único beneficiário dos ganhos de preços apresentados pelo mercado.

Uma vez que nós oferecemos a êle a possibilidade de financiar a sua produção por prazos nunca inferiores a 180 dias, é uma operação substancial nos objetivos do Govêrno e que agora acaba de ser concretizada através do financiamento para construções de armazéns das propriedades rurais e de armazéns para cooperativas. No 1.º caso armazéns para atender a 50% das necessidades do agricultor, e no caso das cooperativas a 100% das necessidades, de modo que nós possamos reter tanto quanto possível a produção nas áreas de produção, e só permitir que ela flua para os mercados consumidores através de solicitações dos compradores, mas dando ao produtor a condição de se sustentar e não atender aos primeiros apelos de venda e obter com seus produtos preços mais interessantes e muito superiores àqueles oferecidos pelos preços mínimos, tendo por objetivo apresentar um preço que não remunera e não oferece lucro para o agricultor e é composto por outro objetivo. Eu agradeço ao Presidente e coloco-me à disposição para prosseguir os debates, caso seja necessário.

Comentador: *Euter Paniaco*

Senhor Presidente,
Senhores participantes da 5.^a Reunião da Sociedade
Brasileira de Economistas Rurais:

A guisa de intróito, devo informar aos ilustres participantes desta 5.^a Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais que, somente ontem, recebi o trabalho do Dr. Constantino Fraga.

Assim, aquilo que se ouvirá a seguir não será fruto de análise profunda do trabalho apresentado, e sim apenas comentários gerais sobre o assunto. No temário distribuído pela nossa Sociedade, a apresentação do Dr. Constantino Fraga figura com o nome de Preços de Produtos Agrícolas. É, evidentemente, título ambicioso. O trabalho que tenho em mãos é intitulado Preços Agrícolas no Brasil, o que delimita mais o campo de estudo do autor. Todavia, na página 1, item 2, êle diz o seguinte: "Antes porém das considerações que desejamos oferecer sobre a questão da garantia de preços agrícolas" etc., etc.

Aqui o autor circunscreve ainda mais a amplitude de seu trabalho. A meu ver o melhor título para o trabalho do Dr. Constantino Fraga, seria "Considerações Sobre Garantia de Preços Agrícolas no Brasil", ou outro título que expressasse a mesma idéia. Isto, em absoluto, não tira o mérito do estudo, pois trata-se de um trabalho de mente amadurecida, e se o autor não fornece maiores evidências para sua análise, é porque praticamente não as possuímos.

Aliás, o Dr. Ruy Miller Paiva disse ontem nesta mesma sala, com a autoridade que todos nós lhe reconhecemos, da falta de estudos de nossa economia rural, o que faz de cada economista rural no Brasil um técnico que tem de usar muitas vezes suas observações pessoais, fruto de vivência do assunto na análise de nosso problema. O Dr. Constantino Fraga demonstra ser adepto de políticas de preços mínimos pa-

ra a agricultura. Diz êle na página 9: “Ou o Governô enveda por uma consciente e firme política de preços mínimos, inclusive aceitando os riscos de empate de vultosas somas em que ela implica, ou desiste de semelhante cometimento. Em nosso entender, a 1.^a alternativa é aquela que deve ser seguida”. Confesso que tenho dificuldades de entender o que o autor denomina na citação feita, política de preços conscientes e firmes. Seria consciente a política que estabelecesse preços mínimos de acôrdo com os custos de produção para cada região agrícola do País. Uma condição básica para qualquer política de preços mínimos é o conhecimento do custo de produção, não o temos a não ser em casos isolados e para poucos produtos. Assim, se o Governô quisesse estabelecer preços mínimos para cada produto e para cada região, teria êle que estimar os custos de produção para cada produto e para cada região, em virtude da disparidade de condições econômicas e ecológicas das diferentes regiões do País.

Ainda na página 9 diz o autor: “A abolição de garantia de preços, aceitável em certas condições (para nós, apenas em casos excepcionais) poderia ser adotada a título experimental, para um período digamos de 3 a 5 anos, durante o qual seriam processados estudos para a adoção, caso necessário, de um sistema de garantia de preços mais eficaz, escoimado ao menos das principais deficiências e falhas apontadas”.

Divirjo do ponto de vista do autor num particular: considero preços mínimos como um mal necessário que em certas circunstâncias deve ser utilizado. Imaginar uma economia agrícola, inteiramente sustentada por preços mínimos, parece idéia utópica e irreal. Preço mínimo para qualquer produto é indício de que existe algum desajuste daquele produto na economia, e uma economia não pode ou não deve ter por tempo indeterminado um setor não ajustado à realidade da própria economia.

A existência de produtos agrícolas com preços mínimos é uma indicação, na maioria dos casos, de que o setor agrícola está sendo financiado por outros setores da economia e com tal financiamento, não pode se pretender manter uma economia com setores desajustados.

Entendo preço mínimo como mal necessário aplicável como corretivo, a casos específicos, e em tempo curto. Se o setor agrícola num longo prazo não puder se manter por si mesmo, sem as bonanças de preços mínimos, então os

males da economia são de raízes mais profundas, e não serão os preços mínimos que os irão corrigir.

A pequena divergência que manifesto em relação ao autor em nada desmerece o valor e a oportunidade de seu trabalho. Se nada mais contivesse, a simples enumeração que o Dr. Constantino Fraga fez dos 7 fatores que, segundo seu julgamento, são os responsáveis pelos resultados pouco satisfatórios das políticas de preços mínimos no Brasil, só isso seria contribuição de alto valor para melhor entendimento de nosso mecanismo de preços mínimos. O autor lavrou um tento com seu estudo; o trabalho enriquecerá as páginas que dentro da economia rural forem dedicadas à política agrícola no Brasil.

DEBATES

Dr. Ruy Miller Paiva

Sr. Presidente:

Pela 1.^a vez aqui nesta reunião nós estamos tendo debate, realmente um debate, porque a tese apresentada pelo Dr. Fraga faz uma crítica aos preços mínimos. E esta crítica não foi aceita pelo Dr. Drummond, que deu a impressão de que êle achou que a crítica é contra a sua administração, enquanto que a crítica feita pelo autor é em princípio ao preço mínimo no Brasil, considerando o que está ocorrendo. Acho êste debate de maior interêsse, e acho que nós devemos trazer um pouco de lenha para esta fogueira, porque o assunto é de maior relevância para a nossa economia agrícola. Eu então gostaria de fazer uma pequena crítica, usando a palavra no bom sentido, queria lamentar um pouco que o Fraga não tivesse incluído mais no trabalho dêle, o que diz respeito a qual deve ser a filosofia do preço mínimo no Brasil. Agora fazendo um parêntese. — Eu já trabalhei muito com preços mínimos e hoje estou completamente afastado; não estou conhecendo a última evolução neste sentido. E, eu ouço agora o Dr. Drummond dizer: “Nós agora vamos pensar em financiamento para o produtor na fazenda”, e eu então receio que seja esta uma nova evolução, a respeito de preços mínimos. Queria então lembrar ao Dr. Drummond o seguinte: Que em matéria do que se deve atender os preços mínimos entre uma série de modalidades em que o preço mínimo se faz necessário. Nós lembramos por exemplo o caso do leite, porque tendo centenas de milhares de produtores de leite, todos êles para entrar em São Paulo ou no Rio têm que passar por 3 ou 4 usinas. A posição destas 3 ou 4 torna-se de tal forma monopolística, que o preço mínimo torna-se uma exigência apenas para evitar que a margem se torne exagerada. Aí é uma finalidade dos preços mínimos; se nós garantimos o preço mínimo para

o produtor, o produto que está na fazenda, é porque nós admitimos que seja um defeito, uma ineficiência da comercialização e que no fim de 3 meses, 4 meses o processo de comercialização se normaliza e eu como produtor posso vender meu produto no mercado obtendo preços, evitando apenas aqueles 3 ou 4 meses na queda de preços durante a colheita. Mas, quando nós consideramos a situação do Brasil, principalmente do feijão, em que as produções flutuam de um ano para outro devido às incertezas do clima ou devido às reações do agricultor de plantar mais ou menos, neste caso o preço mínimo precisa garantir uma equidade de produção de um ano para outro, para evitar anos em que a produção é alta ou anos em que há falta, como foi o caso do algodão. De modo que estou apenas procurando trazer mais este item para o problema do preço mínimo, já que estamos discutindo isto, e diz respeito a qual deve ser realmente a filosofia, o "approach" que se deve dar ao preço mínimo no Brasil. E acredito que mereça também a atenção de nossa parte. Muito obrigado.

• • •

Dr. Constantino Carneiro Fraga

Eu devo dizer que talvez não tenha tomado nota de todas as observações do 1.º comentador sobre meu trabalho e, portanto, muitos pontos que ele abordou provavelmente fugirão à minha observação.

Em todo caso, o primeiro que devo dizer é o seguinte: Eu não vim aqui debater com esta ou aquela pessoa a questão da garantia de preços mínimos, como parece que o Dr. Drummond encarou. Eu vim oferecer à SOBER e aos presentes um tema de debate para que daqui se possa eventualmente tirar sugestões aceitáveis e úteis para todo o País. Não havia carapuça à disposição de ninguém, e se alguém a vestiu, a culpa não é minha.

Agora, eu não posso prosseguir por ordenação porque não sou taquígrafo, e tenho dificuldade em tomar nota dos pontos abordados. Mas uma que foi dada muita ênfase, como se eu tivesse errado gravemente, foi a questão dos financiamentos e das aquisições. (Antes de mais nada eu quero dizer que no meu trabalho eu deixei claro, expresso, que quando eu falo do Governo, eu não falo destes últimos 2 anos, é a política de preços mínimos ao longo de todo o pe-

riodo, desde o tempo do plano de emergência. Isso ficou bem claro no meu trabalho; a mim não importa tratar de política dêste ou daquele Governo, eu estou fazendo um apanhado genérico e ao longo do tempo.) Sôbre êste assunto dos financiamentos e aquisições, que recebeu crítica especial, inclusive apresentam números que refutavam a minha tese, eu devo dizer o seguinte: 1.º — Considerando o período do meu trabalho, já não estaria refutada coisa alguma porque a inversão só se deu em 1966. Em 2.º lugar, em 1966, na última reunião dos Secretários de Agricultura promovida pelo Ministério da Agricultura, e portanto logo no início de 1966, o Dr. Drummond afirmou que a Comissão já tinha ordens e dado ordens para financiar 100%. Então houve uma inversão de política naquela hora e não no decreto 79, que foi em dezembro de 1966, que consagrou êste dispositivo. Aqui nada refuta a minha tese, e aliás mesmo que assim não fôsse, não o refutaria, porque estou analisando ao longo do tempo.

Também afirmei que tudo que eu disse é passível de certas contestações parciais, o que vale é o conjunto, que a meu ver é uma evidência.

Agora eu desejaria verificar alguma coisa aqui de que foi tomada nota. O Dr. Drummond disse que quando êle afirma que a política permaneceu num só órgão, eu não levo em conta as modificações últimas. E portanto apesar dêle reconhecer que a afirmação é válida, é muito prejudicada por êsse fato. Como o meu trabalho, repito, é ao longo dos anos, isso não teria por mim relevância, em todo caso, a Comissão de Financiamento da Produção mudou as diretorias; pelo menos grande parte dos técnicos, dos burocratas e de todo funcionalismo permaneceu o mesmo; pelo menos em S. Paulo, foi praticamente o mesmo; houve continuidade dêste órgão, portanto a crítica é válida, quer dizer, êste órgão já devia ao longo dêstes 20 e tantos anos estar muito mais bem aparelhado do que está, êste é o sentido da coisa; eu não quero dizer que seja por esta ou por aquela atuação; ao longo dos 25 anos o órgão não está até hoje perfeitamente aparelhado para isso, pelo menos no meu modo de entender.

O Dr. Drummond diz também que a questão da divulgação dos preços líquidos ao produtor hoje sofreu completa modificação e êles estão tratando de divulgar o preço líquido que o produtor deve receber. Bom, eu devo dizer que há questão de 3 ou 4 meses o Dr. Drummond estêve em S. Pau-

lo e nos pediu que divulgasse isso. Nós então objetamos dizendo que as bases de muitos produtos estavam baixas e que seria até um mal, mas que em todo caso a Comissão de Financiamento, que publica uma revista especializada, tinha meios para divulgar isto. O próprio Dr. Drummond confessa que foi válida até novembro de 1966 a minha afirmação inteiramente procedente, mas eu devo dizer que não está válida nem até agora, porque no caso do amendoim agora, nós temos recebido telegramas e cartas de protestos quase que diariamente, exatamente sobre este ponto; quer dizer, o agricultor quando foi verificar que ia receber menos de Cr\$ 4.000 líquidos sofreu uma tremenda decepção, e tanto é assim que o próprio Banco do Brasil resolveu, para amenizar esta decepção do lavrador, assumir a responsabilidade do I.C.M. na compra do amendoim, e os senhores podem ter uma idéia que o preço médio que o produtor recebeu no ano passado em São Paulo ficou em torno de Cr\$ 5.800 a Cr\$ 6.000, e hoje está recebendo Cr\$ 4.000, com uma inflação de 40% ao longo do período. De modo que a decepção continua profunda e só agora estão tomando ciência de que é o preço líquido que está vigente. Bem, ele cita também a questão de intervenção da Comissão de Financiamento da Produção. De fato em 1964 e 1965 houve uma intervenção muito grande e o Governo estabeleceu preços de venda bastante razoáveis. Com grande acúmulo de oferta e a deficiência de nossa rede comercial, a Comissão de Financiamento da Produção teve que intervir e o fez, mas já no ano seguinte não houve isso, pois as bases já foram bem inferiores e houve necessidade de intervenção bem menor. Em 53, e também um ponto a assinalar é o seguinte: Quando o Governo intervém na compra, e propaga isto como um sinal evidente do desejo de intervenção, de fato até certo ponto é preciso reconhecer que o preço mínimo é uma lei, e se o produtor não entrega, o Governo tem mesmo é que comprar. Em 53, através dos índices dos quadros, todos viram que houve uma intervenção maciça, mas tendo sido resultado do café, aí houve um lapso dêle, foi a compra da safra algodoeira de São Paulo, que foi de cerca de 350.000 t. em pluma e que se fôsse adquirido aos preços de hoje seria superior aos 259 bilhões de cruzeiros antigos. Naturalmente ali foi aplicado um índice que não reflete bem para um produto específico. Mas de qualquer maneira, foi uma intervenção maciça que se deve reconhecer. Agora, para mim, maior prova de que a minha tese tem grandes riscos de ver-

dade, é a afirmativa do Dr. Drummond de que agora está se procedendo a um estudo para o estabelecimento de planos de abastecimento de 10 anos, e no qual está se fazendo a conceituação básica e filosófica dos preços mínimos. Isto no meu modo de ver implica em que o qual até hoje foi visto e seja talvez, até confirmado, não sei. Há mais uma coisa, a afirmativa do Dr. Drummond de que a Comissão de Financiamento da Produção visa a trabalhar com poucos produtos, tem sido um ponto em que nós temos pleiteado muito, inclusive a volta na lei dos preços mínimos da especificação dos produtos obrigatórios, que é para que a Comissão de Financiamento da Produção não sofra pressões e não vá estendendo a política de garantia a muitos produtos, quando ela não tem verba para atender nem a dois ou três. Mas o Dec. n.º 79, aprovado em dezembro de 1966 e que dá uma nova, introduz poucas modificações à lei de preços mínimos; êle não prevê isso, pois continua dizendo que todos os produtos são passíveis de receberem garantia de preço mínimo. Não só êste ponto tem sido objeto de muitas solicitações nossas, como também esta questão de financiamento a 100%, que aliás não é de hoje; já há 10 ou 12 anos que nós vimos pleiteando isto, e só agora em dezembro de 1966 se concretizou e segundo declarações do Dr. Drummond foi aplicado desde o início de 1966.

No que diz respeito às observações do Dr Drummond, todos viram que êle reconheceu que há procedência, pelo menos parcial, de tôdas as minhas ponderações, e êle também admite, repito, as minhas ponderações. O que interessa é o conjunto.

Nesta questão de preços agrícolas e industriais, com muita pertinência chamou atenção para as dificuldades de se analisar e eu estou inteiramente de acôrdo com êle nesse sentido, dependendo do período em que se vai analisar a relação de preços de produtos agrícolas como produtos industriais, porém eu não afirmei nada, apenas disse que a agricultura reclama muito isto, o que é verdade. Na minha opinião, no caso do Brasil, que está se industrializando, é natural que os preços dos produtos industriais permaneçam um pouco acima do que os preços agrícolas, porque do contrário, como nós poderíamos supor que num país que tem grande possibilidade de expansão agrícola, pudessem reservar recursos humanos e de capitais para o setor industrial? Estas eram as observações que eu queria fazer a respeito do comentário do Dr. Drummond.

Quanto aos comentários do Dr. Paniago, eu devo dizer, em 1.º lugar, que o título não foi de minha escolha; êle foi impôsto pela SOBER e por isso mesmo eu me limitei muito, porque como era um assunto demasiadamente amplo, me carece até competência para abordar todos os aspectos. Eu procurei me restringir aos preços mínimos.

De fato eu acato perfeitamente a sugestão de mudar êste título. O Dr. Paniago fala em vincular a garantia de preços mínimos aos custos de produção. Êste é um ponto muito complexo e de muita discussão. Eu devo apenas dizer o seguinte: o custo de produção pode teòricamente servir de base aos preços mínimos. Mas no Brasil, isso é totalmente impraticável, e mesmo nos países em que seja praticável, existem critérios melhores para garantia de preços. Êle considera preços mínimos como um mal necessário. Talvez tenha razão; talvez eu também os considere assim, não sei. O que eu acho é que o Brasil, com êste deficientíssimo sistema de comercialização de produtos agrícolas, tem necessidade de preços mínimos. A minha alternativa de fazer uma suspeição é diante dos resultados dêstes vinte e poucos anos, que eu acho inteiramente maléficos sob certo ponto de vista, porque desprestigiam totalmente o Govêrno e as medidas governamentais e outras providências fora do campo dos preços mínimos, perante o lavrador. Então, nós deveríamos melhor e devagar fazer um estudo racional, e o aplicar já com um certo nível de eficiência, em vez de continuar neste ramerrão de vinte e tantos anos, onde os progressos são muito lentos. Haja visto esta questão do financiamento de 100%.

Apenas um comentário sôbre as observações do Dr. Ruy. O assunto que eu abordei foi realmente uma crítica, para ver se poderíamos chegar a bons resultados. Neste ponto, acho que obtive êxito, porque os debates estão aí e êle mesmo reconhece que foi posta lenha na fogueira. Eu me limitei a êste ponto sem entrar em detalhes sôbre o que penso da política de preços mínimos, e novamente eu me recuso porque não é em cinco minutos que eu poderia expor isto aos presentes.

PROBLEMAS DE COMERCIALIZAÇÃO NO BRASIL (1)

PÉRSIO DE C. JUNQUEIRA
Engenheiro Agrônomo — M. S.

Pela vastidão do campo, difícil se torna a abordagem dos problemas de comercialização no Brasil. Entretanto, não é mais difícil e diferente do que os temas apresentados aos outros participantes deste Congresso, no qual estão sendo debatidos os principais problemas que enfrenta a agricultura brasileira. Quero dizer, que os problemas de comercialização são bastante complexos, bem mais difíceis do que muitos de nós pensamos.

Isto parece claro quando se indaga, por que a atual discussão dos problemas de comercialização? Outrora não havia interesse dos estudiosos da economia agrícola ou dirigentes da política agrícola, na comercialização em si, apenas a abordavam como um meio para atingir um fim, fim este que era a obtenção de melhores preços para os problemas agrícolas. Há não muito tempo atrás, era comum ouvir-se os termos como: “é preciso obter um justo valor de troca” ou “igualdade de poder de troca” ou ainda na “paridade”. Nos tempos atuais, a atenção daqueles que militam no campo da economia agrícola ou que desta são importantes figuras executivas, está voltada para programas de comercialização, medidas para o melhoramento da eficiência da comercialização etc.. Os termos mais comumente usados na atualidade são “ordenação da comercialização”, “mantenimento da renda do lavrador em um certo nível através da estabilização dos preços agrícolas” etc.. O por quê desta reviravolta? A nosso ver, a economia do País no último quinquênio vem passando por importantes mudanças estruturais que se refletiram principalmente na transição de um estado inflacionário geral para um no qual a contenção da inflação obrigou àquelas mudanças es-

1) Divisão de Economia Rural — Soc. de Agricultura de São Paulo.

truturais de todos conhecidas. Portanto parece-nos bastante pertinente a ênfase no estudo de medidas para aperfeiçoar a comercialização agrícola, principalmente porque é mais do que provável que o País estará de agora em diante, em uma fase de estabilização geral dos preços.

Reportando-nos ao parágrafo inicial, pela vastidão do campo e dos problemas da comercialização agrícola, procuraremos neste trabalho dar ênfase a alguns dos principais problemas, que enfrentam países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, bem como tentaremos abordar algumas medidas para minorá-los.

* * *

A ECONOMIA DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

Em termos físicos, a comercialização agrícola inicia quando os produtos do lavrador são levados da fazenda aos mercados de reunião e terminam quando alcançam as mãos dos consumidores. Entretanto, a parte econômica da comercialização abrange um campo maior. Diz respeito a três problemas correlatos: da procura dos produtos agrícolas, do sistema que reflete estas procuras com relação aos distribuidores e produtores e, dos métodos ou práticas usadas para trocar títulos de posse e levar o produto físico do produtor ao consumidor na forma, no tempo e no lugar desejado. ²

1.º Problema — antecipação às alterações na procura — A utilidade ou satisfação que se obtém dos diversos produtos agrícolas cria a sua procura. Sendo essencialmente dinâmica, essa procura está mudando continuamente. Assim, uma das funções primordiais do sistema de comercialização agrícola é determinar o mais perfeitamente possível aquilo que os consumidores desejam com relação ao tempo, forma e lugar, tanto em termos qualitativos como quantitativos. Outros aspectos da procura também aqui são explorados tais como: posição, elasticidade, curvatura, etc, da curva de procura de produtos agrícolas na fazenda e no varejo, e a relação da curva para com a renda do consumidor. Envolve também a previsão da quantidade do produto

2) Shepherd, G. S. *Marketing Farm Products — Economic Analysis*. Ames Iowa: The Iowa State College, 1958, pp 3-14.

a ser comprado pelo consumidor, o respectivo preço quando o produto chegar ao mercado, a medida das alterações que possam ocorrer na procura dos diferentes produtos agrícolas como um todo, etc.

2.º Problema — reflexo das tendências da procura aos produtores — Este é um problema de preços de mercado. A procura serve de guia para os produtores quando estes fazem seus planos de produção e comercialização.

O principal vetor de transmissão das tendências da procura aos produtores é o sistema de preços de mercado. Portanto o problema que aparece em países como o Brasil é: com precisão esses preços refletem a procura por parte dos consumidores?

Pelas suas características, a produção agrícola brasileira é localizada em áreas relativamente especializadas, que estão, em muitos casos, muito distantes dos grandes centros consumidores. Essas grandes distâncias e o número de agentes intermediários necessários entre produtores e consumidores criam um problema de comunicação entre esses, ou seja, o de manter os primeiros em contato com as tendências da procura e com as alterações que nela ocorrem continuamente.

Quando o sistema de preços funciona corretamente, ele informa aos produtores o que os consumidores desejam, quando o desejam e sob que forma. É neste sentido que a economia da comercialização agrícola não começa apenas a partir do encaminhamento do produto aos mercados de reunião e termina às portas das casas de família. Começa antes do plantio ou da criação dos animais, quando o produtor decide quais variedades que vai plantar ou que raça de animais vai criar, isto em face da procura e de suas próprias habilidades para produzir.

3.º Problema — condução dos bens do produtor ao consumidor pelo mais baixo custo — Os custos de comercialização recaem sobre três títulos de tempo, lugar e forma. Existem os custos de transporte de um lugar para outro, custos de armazenagem do período de produção para o período de consumo e existem os custos de transformação de uma para outra forma. Produtores têm sido cépticos com respeito aos benefícios que trariam para eles as reduções nos custos de comercialização. Eles tendem a afirmar que essas reduções vão para os distribuidores sob a forma de

aumento nos lucros. Mas, num mercado sem restrições e imperfeições, os competidores também adotarão novas práticas, as margens se reduzirão a novos e mais baixos níveis refletidos os novos e mais baixos custos. A renda agrícola sendo igual ao dispêndio total dos consumidores com produtos agrícolas menos os custos de comercialização, a curto prazo, qualquer redução nesses custos implica a mesma adição do mesmo montante à renda agrícola. A longo prazo, quando a produção agrícola se ajustar, os benefícios das reduções dos custos se dividirão entre produtores e consumidores.

CONDIÇÕES BÁSICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

A divisão da comercialização agrícola em seus três principais problemas econômicos, como foi exposto no item anterior, permite-nos uma análise sistemática desses problemas na comercialização agrícola do Brasil.

1.º — Demanda de mercado — Se bem que os métodos científicos de exploração agrícola frutos de pesquisas internas ou trazidos de países mais avançados, quando devidamente aplicados, podem levar a crescentes aumentos na produção, deve-se levar em conta que isto representa aumento nos gastos de operação e que serão feitos somente na perspectiva de ganhos reais. Três condições básicas são de especial importância para que a demanda de mercado promova incentivos na produção.

a — Preços dos produtos agrícolas razoavelmente estáveis em um nível remunerador. A não ser que tenham confiança que os preços vão ter u'a mínima relação com os custos da produção, os produtores hesitarão antes de incorrer em trabalho ou gasto adicional para incrementar sua produção ou melhorar a qualidade do seu produto.

b — Adequadas agências de comercialização. O sistema de comercialização deve assegurar que o crescimento da demanda urbana, os preços mais estáveis, os diferenciais de preço para qualidade tanto no nível da indústria como do consumo, são na realidade refletidos em ganhos para o produtor e não são diluídos no caminho.

c — Satisfatório sistema de posse e exploração de terras. O efeito de incentivos de mercado para incrementar e

aperfeiçoar a produção será grandemente reduzido se o sistema de posse e exploração da terra resulta em uma grande parcela para latifundiários, que não tenham interesse na modificação do "status".

Incerteza quanto aos preços — I. Mercados internos — É inerente à comercialização dos produtos agrícolas uma acentuada tendência para a instabilidade dos preços devido à concentração estacional da produção, grandes dificuldades em ajustar a produção à procura, face às incertezas do tempo e dos rendimentos, bem como devido à baixa elasticidade preço da demanda para os produtos básicos de alimentação. As flutuações de preços são particularmente violentas no Brasil, visto que a maioria dos produtores são forçados a vender seu produto imediatamente após ou até antes da colheita, para fazer face às despesas do manutenção da família ou para pagar débitos.

Onde o mercado para os produtos é reduzido, as flutuações de preços são acompanhadas pelas atividades especulativas. Acentuadas elevações nos preços após o grosso da safra ter sido encaminhada aos mercados centrais ou atacadistas, desencorajam os consumidores e exportadores, sem trazer qualquer benefício aos produtores. A instabilidade de preços pode ser aumentada pela reação natural dos agricultores de subsistência à mudança desses preços. Esses lavradores cujas necessidades familiares às vezes são inadequadamente satisfeitas, quando os preços são baixos, poderão ter que vender mais da sua produção para atender suas necessidades mínimas de numerário e este fato intensifica a pressão para a tendência de baixa nos preços. Por outro lado, quando os preços são altos, o lavrador pode vender menos e consumir mais, o que leva a uma diminuição no estabelecimento dos mercados urbanos, forçando assim os preços ainda mais para cima.

Na medida que a maioria dos riscos de preços sejam sustentados pelos produtores, dificilmente poder-se-á esperar que eles adotem melhores técnicas de produção, o que geralmente exige logo de início um dispêndio de numerário. Alguma proteção contra indevidas baixas de preços, com naturais reflexos na renda dos produtores, parece ser essencial, pelo menos para manter um nível de preços tal que permitam cobrir os custos de produção. O baixo nível de renda per capita dos consumidores brasileiros e o relativo pequeno tamanho do setor agrícola comparado com os setores secundários e terciários, têm chamado atenção dos executivos para uma certa transferência de recursos desses

setores de volta ao setor agrícola que arcou em grande parte com a implantação da indústria nacional. Entretanto, o que se tem observado é que os diretores da política agrícola nacional têm mantido relativamente baixos preços de venda para produtos de alimentação e outros produtos agrícolas, no interesse dos consumidores e isto, em face do crescente aumento dos custos de produção, tem desestimulado a produção e também, porque não há adequados diferenciais de preços para qualidade, tem desalentado incentivos em adotá-las.

Mesmo adotando-se a premissa que os preços fôsem efetivamente estabilizados em um nível tal que corresponderia ao preço médio que os consumidores estivessem dispostos a pagar, menos os custos de distribuição nos canais de comercialização mais eficientes, haveria vantagem para os produtores que algum esforço fôsse feito em expandir a produção agrícola.

Das principais medidas preconizadas para atenuar as incertezas do preço agrícola e sustentação da renda dos produtores, desponta a formação de estoques reguladores.

ESTOQUES REGULADORES

Abordado sob o prisma da formação de estoques reguladores, o armazenamento³ torna-se um meio para atingir um fim ou seja, reduzir a um nível econômico as flutuações dos preços durante o ano e de um ano para outro. Entretanto, o armazenamento absorve recursos e tem seus custos, assim a formação de estoques deve basear-se na relação que existe entre êsses custos e as economias advindas da esterilização dos preços.

Uma política de estoques reguladores implica em ação governamental. Em outras palavras, o Governo pode encarregar-se do estímulo do trabalho puramente comercial de estabelecer e operar instalações de armazenamento e pode participar do mercado, de sorte que haja concorrência para a estabilização dos preços. Portanto, apresenta-se a questão fundamental de quais deveriam ser os critérios a dirigir as operações governamentais no mercado. Ao Governo pode ca-

3) Não discutiremos neste trabalho se a capacidade armazenadora do país é suficiente ou não, mas sim, a utilização da função armazenagem. A êsse respeito, em São Paulo, dados da Divisão de Economia Rural a serem publicados brevemente mostram que a capacidade total de armazenagem do Estado em armazéns particulares, oficiais, de estrada-de-ferro, silos particulares e oficiais é mais que suficiente para o armazenamento das safras presentes dos produtos armazenáveis.

ber uma das três alternativas para a formação de estoques reguladores:

a — se a capacidade armazenadora total das agências oficiais não fôr suficiente⁴, com muita certeza não o é, o Governo pode fornecer estímulo às emprêsas privadas para participarem do programa de estabilização de preços. Após a determinação se as emprêsas estão capacitadas e equipadas para o manejo dos produtos, os órgãos oficiais podem estimulá-las através do financiamento para melhorias das instalações e equipamentos, ampliações e principalmente, financiando o custo da retenção. É importante e salutar a decisão do Governo de trazer o setor privado para a política de estabilização dos preços agrícolas.

b — Outra alternativa ao Governo é fomentar e estimular o armazenamento nas fazendas, através de financiamento para instalações, warrantagen etc. Essa política, deve ser abordada e deve produzir excelentes resultados em um programa a longo prazo pois, a curto prazo poucas fazendas poderão ser beneficiadas para a implantação do programa e deverão ser vencidas as fricções que provávelmente advirão do sistema de posse da terra, e outras características educacionais do lavrador, que se revelam no se lhe oferecer uma mudança.

c — Finalmente, pode o Governo, além de fornecer as facilidades para o armazenamento, administrá-las. Caso o faça⁵, o Governo precisa agir como uma emprêsa privada, utilizando como dados indicativos de sua ação os preços correntes e as perspectivas de mercado, ajustando sua política de compra e venda de forma a elevar seus ganhos ao máximo e reduzir suas perdas a um mínimo. Na medida que esta última alternativa seja aceita, passaremos a analisar alguns aspectos que implica sua adoção.

A ação governamental, na formação de estoques reguladores, implica em constantes mudanças em seus preços de compra e venda. Para isso, com o perigo que esta ação não surta nenhum efeito na melhor utilização dos recursos agrícolas, o Governo deve eliminar algumas das incertezas dos preços anunciando a cada ano os preços mínimos de compra, com bastante antecedência à sementeação das áreas culti-

4) No caso de São Paulo op. cit., a capacidade oficial representa 15% do total da capacidade do Estado.

5) Pela característica da comercialização agrícola no Brasil, e pela existência de instituições como a C.F.P., COBAL e CIBRAZEM, esta parece ser a alternativa mais realista a curto prazo.

vadas. Para a efetividade de um programa de armazenamento e formação de estoques reguladores é preponderante que a administração dêse programa e a fixação dos preços mínimos oficiais, sejam parte integrante do mesmo problema. Isto porque o nível de preços de compra a que se compromete o Govêrno se converte em um fator determinante da capacidade de armazenamento necessária, e também porque a capacidade de armazenamento determina em grande parte a possibilidade de aplicar no mercado um preço verdadeiramente mínimo. Para funcionarem na prática, a fixação dos preços mínimos oficiais para os produtos devem ser baseados em critérios que levem em conta a interpretação do processo econômico vigente. ⁶

Depois de estabelecido o preço de compra, válido e plenamente compatível com as possibilidades físicas e financeiras de sua aplicação, ainda resta o problema de qual deve ser o preço de venda. Este deve ser tal que permita à agência armazenadora reduzir suas existências ao nível desejado para o próximo ano de armazenamento. Qual deve ser esse nível desejado? Existem duas soluções possíveis:

a — Aquêlê nível que permita à agência armazenadora aumentar até o volume médio anual recente o total disponível para consumo no ano seguinte, caso as colheitas de dito ano sejam deficientes.

b — Aquêlê nível que permita reduzir até o volume médio, a quantidade de produto disponível para o ano seguinte, caso as colheitas dêse ano sejam abundantes. Dar-se-á prioridade ao primeiro critério se a política consiste em prescindir de importações do exterior a baixos preços. Dar-se-á prioridade ao segundo critério se fôr difícil dirigir a produção a outros usos, tais como maior industrialização etc.

A situação enfrentada no que respeita às vendas pelos diretores do programa oficial de armazenamento, é muito diferente daquela do caso das compras. Quando se compra, geralmente se controla as variáveis do problema. Entretanto na venda, existem forças de mercado que restringem a liberdade de ação. Essas forças são:

a — A situação da demanda para os produtos. Esta não está sujeita à vontade do Govêrno. Consumidores compra-

6) O mais indicado método de fixação de preços é aquêlê baseado na análise do processo econômico através de estimativas da oferta e da produção. Critérios vagos como os baseados em custos de produção, paridade do mercado internacional, taxa inflacionária anual etc., têm se mostrado pouco satisfatórios.

rão certa quantidade de produto durante o mês se lhes oferecem a um preço "X", entretanto, absorverão uma quantidade distinta se o preço de venda é "Y". Este é um fato concreto que condiciona as vendas;

b — Os custos de armazenamento. O armazenamento de cereais ou outros produtos armazenáveis, absorve recursos e custa dinheiro, os diretores têm que aceitar este fato como um fator que condiciona as operações. Os custos aumentam proporcionalmente com o tempo durante o qual permanecem armazenados os produtos;

c — O prazo dentro do qual deve completar-se a predetermined redução das existências. Se as compras tenham excedido o necessário para estabilização da oferta inter-anual parte das existências devem vender-se antes da colheita seguinte.

Com respeito à recuperação dos custos, nunca se poderá enfatizar o bastante, a importância de aderir-se estritamente a este princípio, qualquer outro sistema, em que os preços das existências oficiais não incluam os gastos de armazenagem, retardarão sensivelmente o desenvolvimento da iniciativa privada, tanto de produtores como não produtores, no que respeita à comercialização e armazenamento dos produtos. Se os estoques oficiais se vendem a preços que não reflitam os verdadeiros custos de armazenagem, será impossível aos comerciantes particulares competir com a instituição pública e resultará anti-econômico aos produtores armazenarem êles mesmos seus produtos. Por outro lado, se os estoques de produto se vendem a preços superiores ao justificado pelos custos do armazenamento, a estocagem privada tenderá a esgotar-se antes que comecem a mover-se as existências oficiais, isto trará como resultado um monopólio virtual do Governo durante a última parte do ano agrícola de armazenamento, situação esta que por sua vez retardará o crescimento das empresas que utilizam os produtos em grande escala.

PAPEL DO GOVERNO 7

Difícilmente pode-se considerar como uma das atribuições normais de um Governo, a posse e administração

7) Essas considerações definem a opinião pessoal do autor quanto à participação do Governo no domínio do armazenamento

de instalações de armazenamento⁸, cujo trabalho é puramente comercial, a não ser, durante uma etapa inicial até que o programa de estabilização tenha sido atingido, particularmente, porque é muito provável, que entidades privadas possam realizar o mesmo trabalho com menores custos. O contróle dos movimentos estacionais de preços, em contraste com a operação de estabilização inter-anual da oferta, somente deve ser considerado como uma função temporal do Governo.

As razões desta afirmação são as seguintes: (a) A tarefa de nivelar as variações estacionais de preço não tem nenhuma característica inerente que justifique, com base em argumentos de bem estar social, a permanência indefinida do Governo no mercado; (b) É pouco provável que o Governo possa chegar a ter o grau de especialização e estabilidade de seu pessoal, que serão indispensáveis para uma participação eficiente no mercado dos produtos. No que se refere à evidência histórica, as economias desenvolvidas têm produzido empresas privadas adequadas para reduzir as flutuações estacionais ao seu nível econômico.

Isto nos leva a concluir que a tarefa do Governo, no momento, pode encarregar-se da estabilização estacional dos preços, por um certo período de tempo, estimulando o desenvolvimento de empresas privadas com suficientes conhecimentos e recursos, para encarregar-se da tarefa.⁹ e dedicar-se, por um maior espaço de tempo, para a obtenção da estabilização da oferta intra-anual.

Conjuntamente com sua política de compra e venda, a ação governamental através da infra-estrutura utilizada no programa pode estimular certas medidas que permitam que o trabalho de armazenamento produza os efeitos máximos na melhora da produção e comercialização do País. Entre as medidas sugeridas, as seguintes são dignas de estudo:

a — A melhora do sistema de classificação dos produtos, de maneira que permita o pagamento de prêmios significativos para as qualidades superiores;

b — A utilização da rede de armazéns e silos para colocar os lavradores a par dos detalhes do programa de armazenamento e preços mínimos estimulando-lhe a atenção para a participação no citado programa;

8) No Brasil será mais fácil iniciar um programa deste tipo desde que o Governo possui as instalações, não necessitando de inversões iniciais em equipamento.

9) Entre outras as cooperativas agrícolas.

c — A implantação de um sistema de subsídios relacionados com práticas agrícolas a fim de introduzir métodos de produção mais eficientes (esta pode ser, em algumas circunstâncias, uma arma muito mais efetiva que os preços mínimos no sentido de fomentar a eficiência econômica).

A proteção aos produtores contra o risco das flutuações de preços pode ser feita por atacadistas ou industriais quando, por exemplo, contratos garantem aos fazendeiros um certo preço, geralmente fixado antes do plantio. Por seu lado, os industriais têm u'a medida de contróle sôbre a produção e práticas de colheita, principalmente sob os aspectos de maturação, período de entregas, etc.¹⁰

II — *Mercados externos*

A estabilização dos preços dos produtos agrícolas de exportação¹¹ é um problema bem mais difícil do que aquê da estabilização e mercados domésticos. Convênios internacionais de estabilização de preços são difíceis de serem negociados e não têm sido, em geral, um sucesso.

Um país, detentor de grande parte do mercado internacional pode tentar estabilizar o nível dos preços internacionais atuando, regulando unilateralmente a oferta no mercado, como foi o caso do Brasil com o café, entretanto, esta ação requer consideráveis recursos financeiros e também provavelmente a maioria dos benefícios vão para os competidores.

Como regra, esforços federais nos países em desenvolvimento, têm sido dirigidos no sentido de atenuar os efeitos das flutuações dos preços internacionais, sôbre os mercados domésticos.

O mecanismo usado inclui a (a) acumulação de fundos de reserva oriundos das divisas obtidas com a exportação em períodos de altas de preços para redistribuí-los de uma forma ou de outra, em períodos de baixa de preços aumentando assim o retôrno aos produtores; (b) a imposição de variados impostos de exportação e (c) adiando ajustamentos na taxa de câmbio para produtos vendidos em mercados favoráveis.

10) Em São Paulo, na região de Descalvado existe um certo número de fazendeiros que trabalham sob esta forma de contrato, fornecendo então vegetais para uma grande firma produtora de sopas. Grandes indústrias de milho, e de óleos comestíveis, principalmente de algodão, garantem seu suprimento através de contratos de comercialização.

11) Neste trabalho daremos maior ênfase às medidas primárias de amparo à comercialização agrícola nos mercados internos

2.º — DIFICULDADES EM LEVAR INCENTIVOS DA DEMANDA AOS PRODUTORES

Lógicamente, preços favoráveis e estáveis podem exercer seus efeitos na produção, na medida que os produtores realmente os recebam, condição esta que, no nosso País, nem sempre é preenchida. Substanciais modificações dos sistemas de comercialização existentes são necessárias para que os pequenos lavradores das áreas menos desenvolvidas do País, geralmente afastados dos centros consumidores, possam receber estes preços e melhores cotações para as melhores qualidades.

Se bem que comparações de margens de comercialização nem sempre são muito convincentes, pela dificuldade de generalizar condições de comercialização em diferentes regiões do País, podemos dar um exemplo do impacto do custo da comercialização sobre a parcela do produto, nos preços pagos pelos consumidores. Estudos feitos em São Paulo, demonstraram que, em média, para os produtos, arroz, feijão, milho, batata e cebola, no período de 1950 a 1965, cerca de 50 a 55 por cento do preço pago pelo consumidor foram para os custos de comercialização.¹² Uma análise quantitativa dessas margens mostrou que a margem do lavrador tem correlação negativa com o volume das safras, isto é, a medida que aumenta o volume das safras, diminui a margem dos lavradores. Por outro lado, as margens do atacado e do varejo são positivamente correlacionadas com o volume das safras, isto é, elas aumentando, a medida que aumentam o volume das safras.

A deficiência das informações das condições do mercado, a falta de competição nos canais de comercialização a ineficiente organização e manipulação ocasionando perdas, acompanhadas com uma grande fraqueza dos produtores e consumidores nas suas relações de troca com atacadistas e varejistas, foram as principais causas das altas margens observadas.

Informação de mercados

A informação de mercados é uma das principais medidas a favorecer os produtores em receber os estímulos de

12) Dados retirados do relatório da pesquisa feita pelo autor em colaboração com a CIBPU, sobre as condições da comercialização dos principais produtos do abastecimento da cidade de São Paulo. Tal estudo foi elaborado para o Governo Abreu Sodré.

preço ao planejar a sua produção. Informação sôbre a situação corrente e perspectiva dos mercados são caracteristicamente fracas ou até não existem, em países menos desenvolvidos.¹³ Citam-se como as maiores dificuldades para a implantação de um eficiente sistema de informação, o grande número de pequenas emprêsas que participam da comercialização agrícola, a deficiência das comunicações e o alfabetismo. Êsses fatos são as maiores limitações do poder de troca dos fazendeiros de subsistência e também o que permite aos atacadistas compradores obter maiores margens em mercados distantes cujos produtores podem nem saber das mudanças nos preços.

Os produtores, sofrem os efeitos de uma demanda derivada, isto é, ela reflete o que os atacadistas, nos mercados centrais, crêem que os consumidores pagarão, menos os gastos previstos de elaboração e manipulação. Outra fonte importante de diferenças entre a demanda dos mercados agrícolas e a demanda do varejo é o elemento de antecipação do nível do atacado, sempre que êstes, na base de informações que dispõem, e da sua experiência passada, prevêm na mudança iminente nas condições da demanda, oferta ou consumo, tratam de ajustar de antemão o volume de suas compras e os preços.

A falta de informação acêrca do futuro valor de seu produto e onde possa vendê-lo vantajosamente, pode fazer com que produtores nem tentem cultivar ou vender alguns produtos que estejam sendo atualmente demandados e para os quais seu tipo de solo e conhecimento seriam adequados. E também, inadequada informação de mercado é freqüente causa de perdas físicas quando produtos perecíveis, tais como frutas e vegetais oriundos de distantes áreas de produção, são enviados para um mercado já saturado.

A informação de mercado é muito mais do que condensados sumários de preços obtidos em um mercado e publicados diáriamente nos jornais ou divulgados através do rádio. Geralmente, estas informações dizem respeito a uma transação que já se deu, influenciadas por uma série de fatores que não foram relatados e em um ponto do sistema de comercialização. Para ser realmente um serviço à disposição

13; O Brasil já dispõe de um serviço oficial de informações de mercado, o SIMA, do Ministério da Agricultura. Entretanto êste serviço ainda está no início de sua atuação, cobrindo um território reduzido, e necessitando ampliar os tipos de informação que oferece.

de todos, compradores e vendedores, e um fator de desenvolvimento da produção agrícola quebrando toda a estrutura citada nos parágrafos anteriores, a informação de mercado precisa ser dinâmica e eficaz tanto qualitativa como quantitativamente. À medida que as áreas de competição vão aumentando pelo desenvolvimento do transporte, crescimento do setor industrial, aumento de população ao redor dos grandes centros industriais, suprimentos deverão ser trazidos de áreas mais longínquas. Assim, os mercados locais tornam-se apenas um dos fatores de importância no preço, pois o mercado torna-se nacional e internacional.

Num país como o Brasil, grande e complexa é a responsabilidade dos serviços de informação oficiais, tanto estaduais como federais. Existe um grande número de produtos agrícolas e pecuários, produzidos em áreas mais ou menos desenvolvidas que precisam ser manipulados por um grande número de agentes e distribuídos por um território imenso. A primeira questão é que tipo de informação é primordial? Parece-nos que são necessárias informações sobre preços correntes, quantidades disponíveis em armazenagem e em trânsito, entrada nos mercados e perspectivas. Dados gerais sobre a situação da demanda também devem ser coletados, devem ser divulgadas informações sobre todos os níveis dos canais de comercialização, da produção ao consumidor, passando pelos mercados atacadistas e varejistas. Cada tipo de informação apresenta problemas de coleta. Geralmente uma detalhada cobertura informativa é mais fácil para o atacado do que para os mercados do produtor e varejo, e também é mais fácil coletar dados sobre produtos que passam por mercados centrais organizados do que pelos mercados descentralizados e desorganizados.

A disseminação da informação pode ser feita através de estações de rádio e jornais locais que geralmente estão dispostos a divulgá-las, se lhes fornecidas na hora certa. A coleta e interpretação da informação em termos que os produtores e outros usuários entendam, às vezes requerem iniciativa e assistência de uma entidade pública.

Desde que uma eficiente e eficaz informação de preço deve ser baseada em padrões de tipos e qualidade bem definidos, pesos e medidas uniformes, etc, um Serviço de Informação de Mercado pode contribuir bastante para a melhoria da eficiência da comercialização, através do estímulo à adoção dessas práticas em todo o País.

3.º — DIFICULDADES NA REDUÇÃO DOS CUSTOS DA COMERCIALIZAÇÃO

Uma característica dos problemas da comercialização agrícola em países que estão experimentando um acelerado desenvolvimento econômico, é que eles aparecem simultaneamente em tôdas as linhas, desde a planificação da produção para atender à demanda de mercado, através do transporte, atacado e distribuição no varejo. Essas fases só tão intimamente relacionadas, e a dificuldade em quebrar esta interdependência é normalmente tão grande, que o sucesso em estabelecer melhoramentos em qualquer uma das várias fases da comercialização freqüentemente depende de correspondentes melhoramentos que estejam se dando em outras. Devido a êsses fatos, a redução dos custos de comercialização, se bem que possível e desejável torna-se bastante difícil. Deficiências do sistema de comercialização, aumentando seus custos aparecem nos transportes, armazenamento, manipulação e distribuição.

A falta de meios de transporte é comumente responsável por ambos, elevados custos da comercialização e a continuação da agricultura de subsistência. A produção comumente fica restrita aos mercados das vilas e lugarejos, até que facilidades de transporte barato promovam o acesso a outros mercados. É bem provável que em nosso País, culturas de subsistência como arroz, feijão e milho estejam sendo cultivadas, em lugar de culturas comerciais e mais lucrativas, devido à dificuldade em trazer o produto para o mercado. A deficiência das estradas faz com que muitas áreas de produção tenham contato com o mundo externo somente na época da sêca, quando aquelas podem ser utilizadas; em decorrência, pode acontecer que uma safra valiosa se perca. É também importante, que se faça a adaptação das facilidades de transporte existentes, para atender à demanda de produtos perecíveis, tais como carne, frutas frescas e vegetais, leite, os quais geralmente necessitam de refrigeração. Além do seu elevado custo, êste equipamento só pode ser economicamente utilizado através de boas estradas e razoáveis conexões ferroviárias.

A falta de cuidado e previdência na manipulação e empacotamento causa muita perda, na comercialização dos produtos agrícolas. As vêzes, êste fato é encorajado pelas tradicionais práticas de venda. Na região centro-sul, muita fruta, notadamente a laranja, é vendida na árvore, ela é colhida pelo comprador que pode deixar de apanhar uma certa

quantidade, desde que não tenha mais interêsse pelo preço do produto.

Classificação e padronização

Pelas inúmeras vantagens que traz ao melhor funcionamento do sistema de comercialização atuando como um lubrificador e pelos benéficos efeitos que traz na redução dos custos da comercialização em todos os seus níveis, julgamos que deve ser dada um ênfase especial à classificação e padronização dos produtos agrícolas no Brasil. Entre outras, as principais vantagens da classificação bem feita e adotada por todos os agentes do sistema são (a) cotação de preços toma mais sentido; (b) torna possível compra e venda dos produtos através de amostras e descrições, (c) permite reunir e misturar os produtos para transportes futuros e assim facilitar o processo de concentração da comercialização; (d) facilita o financiamento e a tomada de riscos na comercialização dos produtos (e) reduz o custo dos transportes, (f) pode aumentar a demanda para certos produtos. 14

Ao considerar o assunto da classificação em relação à comercialização dos produtos agrícolas, seria desejável, de início, definir o que é classificação e padronização. Existem dois tipos, a classificação comercial e a classificação oficial. A classificação comercial deve existir de uma forma ou de outra, desde as primeiras operações de compra e venda de produtos agrícolas. Ela é a distribuição dos produtos da mesma classe em grupos, de acôrdo com a desejabilidade e o uso desta como base para o comércio. Compradores de gado gordo nas invernadas ou em qualquer outro mercado, variarão seus preços, de acôrdo com suas estimativas de peso, aparência do lote e a percentagem calculada de carne nas carcassas. Essa é a classificação comercial. Este tipo de classificação é importante e bastante utilizada na comercialização agrícola, cada produto com suas características, usos e costumes, e hoje é parte integral da comercialização. Isto porque a fixação dos valores faz parte da transação e êsses valores não podem ser estabelecidos sem referência a qualidade, tamanho, aparência ou qualquer outro fator.

A classificação oficial é o estabelecimento das classes pela autoridade governamental, sendo feita ou supervisionada por alguma instituição oficial. A finalidade é propó-

14) Kohls. R. L. Marketing of Agricultural Products. New York: The Macmillan Company, 1955, pp. 203 - 205.

sito dessa classificação deve ir muito além do mero estabelecimento de categorias para servir de base para o comércio. Ela deve ser feita com o objetivo de aperfeiçoar as condições de comercialização dos produtos para as quais foi aplicada. Na maioria dos produtos agrícolas ambas as classificações são utilizadas, mas, nas nossas condições, a classificação oficial, quando existe, tem aplicação apenas no comércio com as agências federais. 15 No entanto, a classificação oficial deveria ser compulsória em tôdas as operações, com a supervisão dos organismos oficiais. Essa prática proporcionaria, principalmente aos lavradores das regiões menos desenvolvidas, a obtenção de uma troca mais justa, por ocasião da venda de seu produto.

Como o lugar da classificação comercial é por si mesmo óbvio, discutiremos a adoção, propósito e importância dos programas de classificação oficial, com relação aos produtos agrícolas. A fim de evitar disputas entre compradores e vendedores, parece que existe motivo para que a classificação seja estabelecida e interpretada por uma parte neutra, independente e desinteressada, que é neste caso o Governo.

Com a aceitação da participação oficial, a classificação pode ser feita para servir a um propósito muito mais fundamental do que simplesmente estabelecer a base para o comércio entre compradores e vendedores. Os interesses da agricultura requerem que ela produza o tipo de produto que seus consumidores internos e externos querem. Esses interesses requerem também que esses tipos sejam reconhecidos de tal forma que a demanda do comprador final se expandirá na medida que ele compre com crescente confiança.

Classificação, nesse sentido, é feita com uma finalidade principal, isto é, melhorar a posição de qualquer produto no mercado, quando eia fôr aplicada. Ela atende a essa finalidade por uma das seguintes maneiras ou ambas: Primeiro é o encorajamento da produção e a comercialização de produtos de melhor qualidade. Para acontecer isto é obviamente necessário que o produto seja classificado ao ser comercializado pelo produtor e que este seja pago na base do tipo classificado. Segundo é a criação da confiança da parte do comprador e isto deve expandir a demanda e melhorar a posição relativa do preço do produto. Por seu turno, para acontecer isto, é necessário identificar o produto ao com-

15) O arroz é um exemplo, a classificação oficial estabelecida pela legislação federal é obrigatória somente quando o produto se destina a exportação ou para fins de aquisição e financiamento pelo Governo através da C.F.P

prador pelo tipo, quer seja êle um negociante ou consumidor final.

Até certa medida êsses fins podem ser obtidos através de promoção voluntária. Em outros casos êles podem ser alcançados por meios legais, isto é, fazendo a classificação compulsória para um ou ambos propósitos. Mas, qualquer que seja o meio pelo qual êste fim seja alcançado, a esperança que temos como proponentes de um programa de classificação é que no interêsse dos produtores, êle seja aplicado a todos os segmentos do comércio.

Classificação tem sido propugnada pelos agricultores e comerciantes, mais avançados principalmente porque ambos esperam ganhar com isso. Entretanto, se a classificação é para ser efetiva, ela deve ser baseada na preferência dos consumidores ou utilidade que lhes trazem. Os consumidores não pagarão mais por um tipo do que outro se a êle não faz diferença qual tipo está comprando.

Como devem os tipos basear-se na preferência dos consumidores? Há duas respostas dependendo do produto, se êste é mudado de forma radicalmente no caminhamento ao consumidor final a influência da preferência dêste na sua escolha se bem que real é indireta. É mais realista chamar o consumidor aqui como usuário, pois o industrial torna-se um consumidor. Por outro lado, se o produto não muda muito de forma, a influência do consumidor é sentida diretamente. Mesmo que o consumidor compre, por exemplo, figo na base da inspeção pessoal e não no tipo, mesmo assim os tipos que os comerciantes atacadistas usam devem ser baseados no que o consumidor quer.

O problema de escolher corretos padrões para tipos envolve sérias dificuldades.¹⁶ A primeira delas é que não existe um concenso geral se a base para os tipos deve ser a preferência do consumidor expressa através dos preços de mercado, ou a avaliação do poder nutricional do produto, etc. A segunda dificuldade é a inexistência de pesquisa no campo da determinação da preferência dos consumidores. A terceira dificuldade é a tradução da preferência dos consumidores em uma descrição do produto em termos objetivos e mensuráveis. É desejável a formulação de padrões, em termos de medidas definidas. Se bem que as dificuldades expostas são grandes, é necessário que se estimule os estudos de uma classificação objetiva dos produtos agrícolas, levan-

16) Wangh, Frederick V., ed., *Readings on Agricultural Marketing*. Ames: Iowa State College Press, 1954, cap. 6.

do-a a todos os canais da comercialização, em todos seus níveis. Os benefícios que advirão para a maior eficiência do sistema e retôrno aos lavradores serão bastante significativos.

* * *

Longe de poder cobrir todos os principais problemas de comercialização agrícola a que sòzinhos são tema não para um mas para vários Congressos, procuramos neste trabalho levantar certos assuntos para discussão e chamar a atenção das autoridades governamentais para algumas medidas que consideramos primárias (no sentido de serem as primeiras a serem tomadas), caso desejassem elaborar um plano a longo prazo no sentido de estabilizar a renda dos produtores e aperfeiçoar a comercialização agrícola do País.

Comentador: *Reynaldo Dias de Moraes e Silva*

Sr. Presidente, Senhores

Por duas razões, foi para mim um motivo de grande satisfação ter sido convidado por esta Sociedade para participar de sua V Reunião:

— Reúnem-se nesta sociedade os mais insignes economistas rurais do País para discutir problemas de grande repercussão no futuro da nossa economia;

— Terem-me dado a tarefa de comentar o trabalho de um colega ao qual me prendem estreitos laços de amizade.

Disse bem o autor quando frisou as dificuldades de abordagem do problema de comercialização dos produtos agrícolas no Brasil. Parece no entanto ter superado com sucesso tal dificuldade, abordando o problema com particular clareza, que muito facilitou a análise do mesmo.

O trabalho é muito bem delineado e abrange os diversos aspectos da comercialização dos produtos agrícolas, procurando discernir sua importância para a melhoria dos processos de comercialização e ressaltando as implicações do funcionamento do sistema de preços para o setor da agricultura. Algumas ponderações devem entretanto ser feitas quanto a pontos básicos do trabalho.

1. No item "Economia da Comercialização", o autor aborda no terceiro problema suscitado, a questão da redução dos custos de comercialização como meio de elevação da renda agrícola.

Parece-me no entanto que a redução das margens de comercialização através da redução dos custos deveria se traduzir especialmente por uma redução nos preços aos consumidores, pois supõe-se que se os agricultores mantêm e mesmo ampliam sua área cultivada aos níveis médios de preços no mercado e que a oferta resultante nesses níveis de preço satisfaz a demanda, êsses seriam os preços de equilíbrio entre a oferta e demanda nesses mercados. Na medida em que uma redução na margem de comercialização se traduzir por um preço maior para os produtores, êstes ten-

deriam a aumentar a médio prazo sua oferta no mercado, restabelecendo-se os níveis de equilíbrio por uma baixa correspondente e uma provável retração da oferta, como consequência, para os níveis de equilíbrio.

Aliás o setor agrícola tende, ao longo do processo de desenvolvimento, a diminuir seus preços conforme aumenta a produtividade do setor, assim como o setor secundário. Já os serviços, pelos menores ganhos de produtividade que apresentam em relação à agricultura e à indústria, tendem a aumentar seus preços relativos, significando que as margens de comercialização deverão se ampliar ao longo do tempo, pela evolução diferencial da produtividade nos dois setores.

2. O autor aborda com notável clareza a importância das flutuações de preço e a incerteza que ocasiona nos produtores essas flutuações, dificultando o ajustamento entre a produção e a demanda, em razão do caráter aleatório do fator clima e dos rendimentos.

São particularmente conhecidas no Brasil essas flutuações nos preços agrícolas, cuja amplitude decorre da baixa elasticidade preço desses produtos, e caracterizam os chamados problemas de abastecimento.

Parece-me, entretanto, que procurou o autor dar demasiada ênfase às flutuações estacionais como problema agudo dos mercados agrícolas, relegando a um plano inferior as flutuações inter-anuais.

As flutuações estacionais, como aliás aponta com clareza o autor, decorrem da própria natureza da produção agrícola, que por se concentrar num curto período do ano, exige adição de outros serviços, como armazenagem, conservação, que apresentam custos cumulativos, além dos custos financeiros e de risco (seguro), até que o produto seja procurado no mercado.

Carências de infra-estrutura de transportes ou de armazenagem parecem ampliar as variações estacionais, criando condições de mercado desfavoráveis à produção. São situações entretanto características de fase de desenvolvimento e ocupação territorial, e parecem representar no Brasil, na fase atual, problema somente em áreas pioneiras ou em regiões mais atrasadas.

Já as flutuações inter-anuais apresentam especial relevância pela contínua realocação dos fatores que provocam, assim como pela incerteza dos produtores, desestimulando as inversões que permitiriam absorver a moderna tecnologia de produção agrícola.

O desenvolvimento da agricultura brasileira está diretamente ligado a uma absorção rápida dessa tecnologia, que parece ser condicionada em grande parte por essas flutuações. Por outro lado, essas flutuações condicionam o caráter desfavorável das flutuações excessivas em mercados organizados.

3. Outro ponto sobre o qual me pareceu recomendável tecer algumas considerações, foi a respeito de estoques reguladores e margens de comercialização.

Não parece haver sérias indicações de que os mercados agrícolas não sejam concorrenciais tanto do lado oferta como da demanda, assim como o mercado intermediário e consumidor. A análise de séries temporais de preços nas diversas fases não parece ser a melhor metodologia para a análise da estrutura de comercialização.

De outro lado, outros pesquisadores como Gordon Smith em pesquisa direta de casos, não encontraram evidências de um baixo nível de concorrência no comércio de atacado (1).

O Departamento Econômico do Ministério da Agricultura parece ter chegado a resultados semelhantes (2). Não há evidências claras da falta de concorrência, a não ser em casos específicos micro-regionais como situações quase episódicas. Não há dúvidas de que eventuais desequilíbrios entre a oferta e demanda nesses mercados alteram as condições de barganha entre compradores e vendedores, porém são situações conjunturais próprias desses mercados.

Essa falta de evidência de uma estruturação defeituosa dos mercados dos produtos agrícolas, não indica a utilização de instrumentos como estoques reguladores para melhoria da concorrência nesses mercados.

Já a utilização de estoques para compensar as influências aleatórias do fator clima sobre o rendimento das culturas e diminuir as flutuações inter-anuais nos preços, parece-me política altamente desejável como instrumento condicionador do desenvolvimento tecnológico do setor primário.

Essas flutuações de preços como decorrência de uma defasagem no ajustamento entre a oferta e demanda, pa-

1) Veja-se Gordon W Smith, «Agricultural Marketing and Economic Development: A Brazilian Case Study» — Harvard University — 1965.

2) Veja-se «Margens de Comercialização para Alimentos Seleccionados Consumidos no Rio de Janeiro» — Rio de Janeiro, Maio, 1966 — Departamento Econômico, Ministério da Agricultura.

recem estar na base dos problemas de evolução menos rápida da oferta de produtos pecuários, em razão da formação dos ciclos de produção que determinam (3).

Feitas estas ponderações, não posso deixar de congratular-me com o prezado colega e amigo pelo excelente trabalho que realizou, com o qual estou integralmente de acôrdo, quanto à análise e interpretação dos problemas e a clareza com que expôs tão complexo tema.

Certamente os senhores terão verificado que sua queixa inicial de dificuldades de abordagem foi sèriamente comprometida pelo brilhantismo da exposição.

3) Veja-se Leite da Silva Dias, Guilherme em «Alguns Aspectos da Pecuária de Corte na Região Centro-Sul» — Estudo ANPES n.º 7 — (texto preliminar) — 1966 e Canto Arruda, Maria de Lourdes em «Projeções Mensais dos Abates de Suínos em Função da Relação de Preços Porco-Milho», n.º 11/12 de 1965 — ANO VII — Agricultura em São Paulo — Divisão de Economia Rural.

Comentador: *Carlos Maciel Cristancho*

Senhor Presidente, Senhores,

O trabalho do Dr. Pêrsio Junqueira, da Divisão de Economia Rural do Estado de São Paulo, o qual coube-me comentar, tem por título "PROBLEMAS DE COMERCIALIZAÇÃO", portanto, abrangendo um campo muito amplo, devemos salientar que o autor teve o mérito de bem localizar os pontos-chaves da comercialização no Brasil.

Assim, farei sucintos comentários sôbre alguns itens que me pareceram de maior relevância.

Como foi dito no trabalho, a comercialização agrícola, em termos físicos, é iniciada quando os produtos são levados do produtor aos mercados de reunião ,até chegarem às mãos do consumidor.

No entanto, quando da análise da parte econômica da comercialização, nota-se que o campo abrangido é mais extenso, e o Dr. Pêrsio destacou os três principais setores de comercialização agrícola da seguinte maneira:

- 1 — antecipação às alternativas na procura;
- 2 — reflexos das tendências da procura aos produtores;
- 3 — condução dos bens do produtor ao consumidor peio mais baixo custo.

O 1.º problema — *Antecipação às alternativas na procura* — É a procura dos produtos no todo ou individualmente. Prende-se, antes de qualquer outra ação, a procurar descobrir o que os consumidores potenciais querem e sômente então, produzir esta mercadoria.

Sabe-se que inúmeros produtores agrícolas acham difícil pensar em termo de procura, preferindo operar com produtos que para eles já são tradicionais.

O 2.º problema — *Reflexo das tendências da procura aos produtores* — É essencialmente um problema de preços de mercado, e o Dr. Pêrsio diz que o principal fator de

transmissão das tendências da procura aos produtores é o sistema de preços de mercado.

Dêsse modo, é essencial que este mecanismo de preços funcione bem e com precisão ou, caso contrário, os produtores não terão aquilo que os consumidores desejam, e o padrão de vida será o mais alto que se pode assegurar em relação ao nível de recursos produtivos e de tecnologia existente.

Desde que o sistema de preços funcione a contento, os produtores saberão o que os consumidores desejam, quando o desejam e de que forma o desejam.

Como diz o autor, no Brasil, as distâncias dos centros produtores aos grandes centros consumidores são grandes, e o número de agentes intermediários criam um problema de manter os produtores em contato com as tendências da procura e com as tendências que nela ocorram continuamente.

Mas, um esforço no sentido de melhorar esta comunicação já está sendo realizado pelo SIMA (ou seja, Serviço de Informação do Mercado Agrícola), onde diariamente são divulgados os preços de atacado em alguns centros consumidores.

Outra informação interessante, sendo esta mais antiga, é a que se refere aos preços mínimos estabelecidos pelo Governo e sua conseqüente divulgação.

O 3.º problema — *Condução dos bens do produtor ao consumidor pelo mais baixo custo* — Refere-se exclusivamente aos custos de comercialização que incidem no produto, quando este se desloca do produtor até chegar ao consumidor. O autor cita três títulos onde recaem estes custos:

- a) Tempo
- b) Lugar
- c) Forma.

No entanto seria bom apresentarmos um quarto: o de posse. Pois sabe-se que:

1. — *De tempo* — Refere-se ao sistema de transporte transferindo-se a produção de um local onde não poderá ser consumida para um outro, onde poderá quer sob a forma original ou sob outra qualquer forma, ser adquirida por processamento.

Nesta operação, os instrumentos mais usuais para se ter esta utilidade de lugar são as ferrovias, rodovias, e as fluviais e marítimas. É bom lembrar que tudo isto está con-

dicionado a um fator de grande importância — o indivíduo proprietário, que é justamente aquele que paga as despesas de transportes, assumindo riscos com a finalidade de obter lucros.

2. — *De lugar* — Refere-se à armazenagem em geral, pois os produtos colhidos poderão ser guardados até que o consumidor exija a sua presença por meio da procura.

3. — *De forma* — Tem-se a transformação do produto primário em produto acabado — assim como o trigo em pão, soja em farinha de soja etc., e de um modo mais claro, o algodão em tecido.

É oportuno salientar que não somente os produtos que sofrem transformações radicais de aparência, gosto ou outras características, que recebem a “utilidade de forma”, pois também uma lavagem de frutas, armazenamento de carnes em congeladores etc., também são considerados como processos que adicionam utilidade de forma.

4. — *De posse* — Refere-se à transferência do produto entre os indivíduos ao longo do sistema de comercialização.

CONDIÇÕES BÁSICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

Neste item o autor faz uma análise sistemática dos problemas de comercialização agrícola no Brasil, dentro daqueles três principais problemas econômicos anteriormente citados.

No item *Incerteza quanto aos preços*, o autor faz uma referência ao pequeno tamanho do setor agrícola, comparado aos outros setores secundários e terciários, no entanto, devo lembrar que aproximadamente 50% da população vive na zona rural e a agricultura contribuiu com mais de 80% do volume de exportação.

Quanto aos estoques reguladores, o autor focaliza muito bem o problema e sugere ao Governo três alternativas:

a) O Governo deve oferecer estímulo às empresas privadas para participarem do programa de estabilização de preços;

b) fomentar e estimular o armazenamento nas fazendas através de financiamento para instalações, vantagens etc.;

c) O Governo, além de fornecer as oportunidades para o armazenamento, ainda deve administrá-lo.

Parece-nos que esta última, nas condições atuais da comercialização desenvolvida no Brasil, seja a que oferece melhores resultados, mas deve-se dizer que somente a curto prazo será possível. Existem atualmente instituições que podem bem desempenhar estas funções, como a Comissão de Financiamento da Produção (C.F.P.), Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM).

Quanto ao item intitulado *As dificuldades em levar incentivos da demanda aos produtores*, o autor é objetivo quando diz que os preços favoráveis e estáveis podem exercer seus efeitos na produção, na medida que os produtores realmente os recebam. É fato que no Brasil, por deficiência do sistema de comercialização, esta condição nem sempre é preenchida. Torna-se portanto necessário mais eficientes informações das condições de mercado, e o SIMA, indubitavelmente, será um órgão que muito irá cooperar neste campo, isto é, poderá informar os preços correntes, as quantidades disponíveis em armazenamento e em trânsito, a entrada nos mercados, as perspectivas etc.

Um item de muita importância seria a divulgação do fluxo dos produtos.

DIFICULDADES NA REDUÇÃO DOS CUSTOS DA COMERCIALIZAÇÃO

O Dr. Pérsio diz que uma das características dos problemas de comercialização agrícola em países que possuem acelerado desenvolvimento econômico, é que eles aparecem simultaneamente em todas as linhas. E isto também é verdade nos Estados Unidos, onde o custo de comercialização é maior do que o custo de produção. Sabe-se também que os processos de comercialização de produtos agropecuários são mesmo mais complicados e variáveis do que os processos de produção agrícola.

Entre os fatores que concorrem para um alto custo de comercialização no Brasil, o autor cita:

- a) falta de meios de transportes adequados;
- b) deficiência das estradas;
- c) a falta de cuidados e providência na manipulação e empacotamento, ocasionando desperdícios;
- d) a ausência de uma classificação bem feita para os produtos agrícolas;

e) um melhor aprimoramento do sistema de padronização.

O autor focaliza bem a situação das classificações existentes, comercial e oficial, e apesar de ser difícil a escolha de padrões corretos, é uma medida que se impõe, pois os produtores seriam beneficiados tendo mais uma orientação e um estímulo para bem conduzir os seus trabalhos. Os consumidores igualmente seriam beneficiados, pois teriam a oportunidade de adquirir produtos com os indispensáveis e desejados índices de qualidade.

Outros itens poderiam influir na redução dos custos de comercialização, porém estes que foram enumerados pelo autor, são de fato os pontos-chaves da comercialização.

Terminando este breve comentário, congratulo-me com o autor pelo excelente trabalho apresentado, onde tão bem soube reforçar os principais problemas da comercialização no Brasil.

DEBATES:

Dr. Otto Vergara Filho

Acredito que as questões referentes à comercialização devam ser atacadas prioritariamente sob o ângulo quantitativo, como por exemplo, determinação das margens de comercialização para os diferentes produtos agrícolas. Outro ponto importante reside no desenvolvimento de uma metodologia adequada aos problemas de comercialização em países em estágio de desenvolvimento.

Gostaria ainda de dar maior ênfase a dois pontos importantes dentro da comercialização e que foram lembrados apenas parcialmente pelo autor: 1.º — Transportes. — Devo acrescentar que a importância que esta função física desempenha, não apenas na comercialização mas no desenvolvimento de um modo geral, é das mais significativas, o que aliás foi consubstanciado pelo relatório do BIRD, que condicionou qualquer financiamento ao Brasil à execução de um plano decenal de integração econômica dos transportes. A título de comunicação devo acrescentar que se está realizando no Rio a I Semana de Transportes, que busca o equacionamento dos problemas de transportes em plano nacional, mediante o estudo metodológico da questão. 2.º — Sistema cooperativo. — Adaptar o sistema cooperativo às condições de comercialização brasileiras, de modo a elevar sua eficiência, a exemplo do que vem ocorrendo com as cooperativas sob a orientação da ACARES no Espírito Santo, que tem obtido sucesso com as cooperativas de leite e café. Neste último caso pude verificar através de uma pesquisa local, que o preço pago aos agricultores pela cooperativa por um saco de café era 23% superior ao pago pelos canais tradicionais de comercialização.

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

VICTOR JOSÉ PELLEGRINI (*)

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, "Exportação de Produtos Agrícolas", resume-se numa apreciação geral do problema e na análise individual de 16 dos principais produtos exportados pelo Brasil, no período 1953-1966.

Para sua elaboração contou o autor com o auxílio de vários técnicos do Departamento Econômico do Ministério da Agricultura, cabendo destaque ao Estatístico Gilséa Sarmiento Malvar, a quem agradece a prestimosa colaboração.

Fevereiro, 1967

INTRODUÇÃO

O comércio internacional de produtos agrícolas tem-se caracterizado nos últimos anos por contínuos aumentos nas quantidades globais transacionadas, enquanto os preços vêm experimentando sucessivos decréscimos. Somente a partir de 1963, a deterioração dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional (índice de Reüter) tem-se verificado numa proporção de 5% ao ano.

Enquanto isto, os preços dos bens manufaturados apresentam razoáveis aumentos, colocando o setor agrícola em má posição.

Esta configuração pode, genericamente, ser expressa em termos de situação desfavorável dos países subdesenvolvidos (dependentes primordialmente do setor primário), em relação aos países desenvolvidos (responsáveis pela produção de bens manufaturados).

A exportação brasileira de produtos agrícolas enquadra-se perfeitamente nos moldes gerais acima descritos, com a agravante de exprimir situação bem pior. De fato, a apreciação dos dados agregados de quantidade e valor de 16 dos principais produtos agrícolas exportados pelo Brasil no pe-

(*) Diretor-Geral do Departamento Econômico, Vice-Presidente da SOBER.

ríodo 1953-1966, evidencia êste panorama, como se vê no Quadro I.

QUADRO I

Índice das quantidades e valores agregados da exportação de 16 produtos agrícolas selecionados (*) Brasil, 1953-1966 (1953 = 100)

ANOS	QUANTIDADE	VALOR
1953	100,0	100,0
1954	94,2	77,1
1955	107,8	87,8
1956	103,4	94,0
1957	107,8	80,4
1958	127,7	70,0
1959	133,2	69,8
1960	142,2	70,4
1961	166,6	77,0
1962	135,1	66,0
1963	181,6	81,1
1964	121,4	78,2
1965	192,4	78,1
1966	216,5	88,9

FONTE: CACEX — Carteira de Comércio Exterior.

(*) Açúcar, Alodão, Amendoim, Arroz, Banana, Cacau, Cafê, Erva-mate, Fumo, Lã, Laranja, Óleo de Mamona, Milho, Pimenta do Reino, Sisal e Soja.

Menos por culpa dos países produtores de bens manufaturados, a posição de aparente desvantagem dos países que dependem do setor primário para os seus balanços de pagamentos, é função natural do aumento indiscriminado da oferta de vários produtos agrícolas.

Repetidamente registram-se ocorrências de preços excepcionais, em anos também excepcionais, para certo produto ou grupo de produtos. Não raro, observa-se conflitos ou calamidades que simplesmente isolam um ou mais países do mapa de determinadas exportações. Em consequência, os preços sobem temporariamente, porém, o suficiente para estimular indiscriminadamente a produção e subsequente exportação do produto em outros países. Ora, sanado o motivo principal do conflito ou calamidade, o ajustamento à situação anterior é tarefa das mais difíceis, principalmente entre os países subdesenvolvidos.

Dentre os principais produtos movimentados no comércio internacional, são vários os exemplos de superprodução

e bem poucos, se não raros, aquêles que indicam potencial para ampla expansão sem risco.

A rigor, não existe teoria, princípio ou fórmula que rigidamente seja capaz de orientar as diretrizes para um determinado produto ou para um determinado país, com relação ao mercado internacional. Também não pretendemos inovar sobre o assunto, mas tão somente anunciar o que poderíamos chamar de receita menos arriscada:

1 — Diversificar tanto quanto possível a pauta das exportações, de preferência incluindo produtos manufaturados ou semimanufaturados.

2 — Estimular as exportações daqueles produtos cuja participação no mercado internacional seja diminuta e não represente a deterioração dos preços por aumentos desusados da oferta.

3 — Estabelecer uma política de comércio exterior.

4 — Acompanhar os itens acima com medidas de caráter geral, como segue:

a — Adaptar a produção local ou parte delas aos requisitos do mercado internacional.

b — Manter regularidade de oferta.

c — Cuidar do aprimoramento da qualidade e da apresentação do produto exportável.

d — Acompanhar as “regras do jôgo” com relação aos métodos de venda vigentes.

e — Proceder continuamente a estudos de mercados, tanto com relação a produtos como a países.

De certa forma o Brasil tem praticado esta “receita”, pois a partir de 1960 observa-se nas exportações brasileiras um substancial incremento de bens manufaturados e semimanufaturados, cuja participação no total era de 1,9% em 1960, e passou a 8,9% em 1965 e 12,4% em 1966.

Para a falta de uma política definida de comércio exterior, foi dado um decisivo passo, com a criação do CONCEX, cujos objetivos principais são:

1) — Criar condições internas e externas a fim de dar maior capacidade competitiva aos produtos brasileiros no exterior.

2) — Estimular a diversificação da pauta de produtos exportados, principalmente através de estímulos apropriados à exportação de produtos industriais.

3) — Ampliar mercados externos através de incentivos à colocação de novos produtos em mercados tradicionais, e mediante a conquista de novos mercados.

QUADRO II

PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO VALOR TOTAL DAS
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE 16 PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS

% SOBRE O TOTAL														
PRODUTOS	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
Açúcar	1.40	0.70	3.20	0.10	3.20	4.50	3.30	4.50	4.60	3.20	5.00	2.30	3.40	4.60
Algodão em rama	6.60	14.20	9.20	5.70	3.10	2.70	2.70	3.50	7.80	9.20	8.10	7.50	5.90	6.36
Amendoim-grão	0.00	—	—	—	—	0.00	—	—	—	0.30	0.10	—	0.20	0.20
Arroz	0.30	—	0.01	0.60	0.00	0.40	0.08	6.00	0.90	0.30	—	0.50	1.40	1.60
Banana	0.50	0.70	0.70	0.80	0.90	0.80	0.30	0.30	0.20	0.20	0.20	0.40	0.30	0.40
Cacau-Amêndoas	4.80	8.60	6.30	4.50	5.00	7.20	4.60	5.40	3.20	1.90	2.40	2.40	1.70	2.90
Erva-mate	0.40	0.80	0.90	1.00	1.00	1.20	0.90	0.70	0.40	0.60	0.50	0.50	0.40	0.40
Fumo em fôlha	1.00	1.10	1.20	1.30	1.20	1.20	1.10	1.40	1.80	1.90	1.70	1.90	1.60	1.30
Lã em bruto	1.00	0.60	0.50	0.60	0.60	0.10	0.40	0.00	0.00	—	0.10	0.90	0.50	1.45
Laranja	0.10	0.30	0.40	0.20	0.20	0.30	0.50	0.40	0.40	0.30	0.40	0.20	0.40	0.20
Mamona-óleo	0.50	0.20	0.30	0.30	1.20	1.10	0.70	0.70	1.70	1.20	1.20	1.70	1.60	1.80
Milho	0.00	0.03	0.30	—	—	—	—	0.03	0.01	—	2.00	0.20	1.70	1.30
Pimenta do Reino	—	0.03	—	0.00	0.01	0.02	0.10	0.10	0.20	0.10	0.10	0.20	0.30	0.30
Sisal-fibra e bucha	0.20	0.50	0.70	1.00	0.90	0.90	1.40	1.70	1.70	2.00	2.50	2.60	1.50	1.20
Soja	0.20	0.10	0.40	0.20	0.10	0.20	0.30	—	0.40	0.60	0.20	—	0.40	0.70
Café	70.66	60.70	59.20	69.40	60.70	55.30	57.10	56.10	50.60	52.90	53.20	53.10	44.20	44.50
TOTAL	87.60	88.53	83.31	85.70	77.81	75.92	73.48	74.83	73.91	74.70	77.70	74.40	65.50	69.21

Além disto a lei que criou o CONCEX estabeleceu novas modalidades de isenções tarifárias visando a incentivar a exportação.

O nosso trabalho inclui análises sumárias de 16 dos principais produtos agrícolas exportados pelo Brasil no período 1953-1966. 1

Para cada um deles, cuja participação relativa no valor total das exportações brasileiras é mostrada no Quadro II, foi feita uma rápida apreciação da situação geral do mercado internacional, a participação brasileira durante o período, bem como as possibilidades para 1967.

Ainda para cada produto foram projetados os valores médios (US\$/t) para o período 1967-1971, além da medida do coeficiente de correlação entre a produção e o valor da exportação no Brasil.

Consideradas as apreciações e conclusões aqui concluídas, podemos antecipar as estimativas parciais da exportação brasileira em 1967, conforme o Quadro III.

QUADRO III

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE 16 PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS, BRASIL, 1967

PRODUTO	Quantidade t	Valor FOB US\$/t .	Total US\$ 1.000
Açúcar	1.000.000	86,06	86.060
Algodão	150.000	414,07	62.100
Amendoim	25.000	250,00	6.250
Arroz	100.000	150,00	15.000
Banana	200.000	26,70	5.340
Cacau	110.000	450,00	49.500
Café	900.000	760,00	684.000
Erva-mate	30.000	145,30	4.359
Fumo	50.000	476,70	23.835
Lã	20.000	1.150,0	23.000
Laranja	52.500	50,00	2.625
Mamona	120.000	214,60	25.752
Milho	900.000	53,00	47.700
Pimenta do Reino	6.000	821,20	4.927
Sisal	139.000	150,00	20.850
Soja	200.000	110,00	22.000
Total Geral	4.002.500	—	1.083.298

1) São os seguintes os produtos: Açúcar, Algodão, Amendoim, Arroz, Banana, Cacau, Café, Erva-mate, Fumo, Lã, Laranja, Mamona (óleo), Milho, Pimenta do Reino, Sisal e Soja.

QUADRO IV

DADOS PROJETADOS NA PRODUÇÃO D 16 PRODUTOS
AGRICOLAS SELECIONADOS, BRASIL 1967/71

(1.000 t)

PRODUTO	1966	1967	1968	1969	1970	1971
Cana de açúcar	70.946	73.314	75.690	78.067	80.434	82.806
Algodão	2.173	2.280	2.387	2.494	2.601	2.709
Amendoim	808	893	982	1.077	1.197	1.281
Arroz	7.543	8.107	8.691	9.312	9.962	10.643
Banana	340.980	352.540	364.100	375.660	387.220	398.780
Café	3.304	3.666	4.053	4.463	4.898	5.353
Erva-mate	142	148	153	160	165	171
Fumo em folha	257	273	292	314	337	362
Lã	30	31	31	32	32	33
Laranja (*)	12.100	12.756	13.445	14.165	14.918	15.702
Milho	11.889	12.564	13.280	14.027	14.809	15.626
Pimenta do Reino	8	9	9	10	10	11
Sisal	253	279	294	315	337	360
Soja	527	599	677	761	850	945

(*) Em 1.000 frutos.

De acôrdo com os dados do quadro III observa-se que enquanto o total agregado das quantidades aumentou 0,5%, os valores totais se reduzem em cêrca de 10,5% representando índices de 217,6 e 79,5 para o ano de 1967 nos têrmos do Quadro I.

Para que melhor se visualize o potencial de exportação mostrado no Quadro III e as perspectivas futuras focalizadas na análise individual dos produtos, incluímos no quadro IV a projeção da produção para o período 1966/71.

açúcar

O mercado internacional do açúcar apresenta-se em séria crise. Após o registro de vários anos de mercado em ascensão, os preços atingiram um máximo de US\$ 163 por tonelada em 1963. Apesar de cair algo, ainda se manteve em cêrca de US\$ 130 em 1964.

Entretanto, as duas grandes safras de 1965 e 1966 provocaram enormes baixas nos preços, que chegaram a US\$ 41,8/t no mercado livre. Ocorre que cêrca de metade do açúcar movimentado no mercado internacional recebe o benefício de acôrdos preferenciais que, no caso do Brasil, elevaram o valor médio por tonelada do produto para US\$ 80,5 em 1966. Não obstante, o açúcar ainda foi gravoso, para o Brasil, em cêrca de Cr\$ 1.398 por sacco de 60 kg (US\$ = Cr\$ 2.200).

Para 1967 a situação não apresenta indícios de melhoria, pois pela terceira vez consecutiva a produção mundial será sensivelmente superior ao consumo, devendo indicar excedentes totais (cêrca de 25 milhões de toneladas) suficientes para o abastecimento mundial de quase seis meses.

A série dos valores médios não apresentou tendência definida, sendo êstes dados estimados em função da análise das séries de quantidades exportadas e valor total da exportação.

Estas duas séries indicaram figuras geométricas semelhantes, tanto que efetuada a regressão entre as duas encontrou-se um coeficiente de correlação fortemente positivo ($r = 0,930$). Determinou-se então a reta de regressão da quantidade exportada sôbre o valor da exportação. Ajustado êste e extrapolados os valores, as quantidades exportadas seriam estimadas pela reta de regressão. Conseguídos os valores das duas séries, os valores médios (US\$/t) extrapolados seriam obtidos pela divisão do valor da exporta-

QUADRO V

PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MEDIO DAS EXPORTAÇÕES DO AÇÚCAR DEMERARA BRASIL, 1953/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO (Dem. e Cristal t)	E X P O R T A Ç Ã O			VALORES MÉDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1953	2.001.745	202.417	353.553	17.059	84,3	1.746,7	20,73
1954	2.118.383	160.133	371.131	12.229	76,3	2.317,6	30,35
1955	2.072.965	418.293	1.610.653	33.428	79,9	3.850,5	48,18
1956	2.268.152	14.536	60.690	1.264	87,0	4.175,2	48,01
1957	2.714.154	346.770	2.391.289	36.222	104,4	6.895,8	66,02
1958	3.003.615	639.995	3.835.642	47.541	74,3	5.993,2	80,68
1959	3.108.253	483.190	3.842.654	33.361	69,0	7.952,7	115,20
1960	3.318.719	699.984	9.262.933	52.527	75,0	13.233,0	176,30
1961	3.354.137	782.722	15.139.463	65.570	83,9	19.342,1	230,90
1962	3.238.061	439.606	15.114.340	39.111	89,0	34.381,6	386,50
1963	3.067.838	461.379	33.560.441	62.725	163,0	72.739,4	535,04
1964	3.565.311	252.073	36.260.087	32.950	130,7	143.847,5	1.100,46
1965		709.849	98.843.028	54.029	76,1	139.245,1	1.829,44
1966 (*)		998.552	176.840.400	80.382	80,5	177.096,8	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. - Serviço de Estatística Econômica e Financeira

(*) Dados sujeitos à retificação.

ção pela quantidade exportada. Entretanto, a função matemática que se ajustou à série de valor da exportação foi uma reta, que explicou muito pouco a variância da série 57,4%).

Por outro lado, pelo estudo da figura geométrica da série do valor da exportação, observou-se que a partir de 1959 o fenômeno se repetiu com intervalos de 4 e de 3 anos, isto é, as quedas e elevações apresentaram-se no mesmo espaço de tempo. Calculou-se as percentagens de acréscimos e decréscimos que foram aplicados no intervalo 1967-1971.²

As quantidades exportadas foram estimadas pela reta de regressão, e a divisão daqueles valores (valor total das exportações) por êstes, nos dá os valores médios da exportação, como segue:

ANOS	US\$/t
1967	86,06
1968	86,37
1969	85,37
1970	86,29
1971	86,48

Utilizando-se uma taxa cambial de Cr\$ 2.700 por dólar e o valor médio por tonelada projetada para 1967, constata-se que o açúcar brasileiro não mais apresentará gravosidade.

Cogita-se atualmente a restauração do antigo Acôrdo Internacional do Açúcar, que ficou sem efeito em 1961. No final de 1966 foi assinado um protocolo revalidando o acôrdo até fins de 1968, sem contudo estabelecer quotas ou limites de preços.

Espera-se que durante o ano de 1967 o nôvo convênio se materialize, pois é prenúncio de tábua de salvação, para a difícil crise que atravessa a indústria açucareira.

ALGODÃO

O algodão brasileiro vem desde 1961 se constituindo no segundo principal produto agrícola de exportação. Neste período (1961-66), os embarques de algodão se mantiveram

2) No caso, presume-se que o fenômeno se repetirá da mesma maneira no intervalo de extrapolação, o que nem sempre acontece.

QUADRO VI

PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DO ALGODÃO EM RAMA
BRASIL, 1953/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO	E X P O R T A Ç Ã O			VALORES MÉDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1953	374.913	139.515	2.238.387	101.756	729,4	16.044,1	22,00
1954	395.229	309.486	6.480.335	223.116	720,9	20.939,0	29,04
1955	428.474	175.706	5.134.226	131.365	747,6	29.220,6	39,08
1956	423.943	142.931	3.596.672	85.944	601,3	25.163,7	41,08
1957	383.279	66.180	1.848.887	44.206	668,0	27.937,2	41,82
1958	1.144.664	40.197	1.514.350	34.768	616,2	37.673,2	61,14
1959	1.399.494	77.584	5.165.655	35.541	458,1	66.581,4	145,30
1960	1.609.275	95.398	8.324.622	45.586	477,9	87.262,0	182,60
1961	1.828.475	205.676	28.791.571	109.682	533,3	139.985,1	262,50
1962	1.902.335	215.915	41.394.501	112.166	519,5	191.716,7	369,04
1963	1.956.895	221.804	65.008.790	114.241	515,1	293.091,2	569,05
1964	1.770.288	217.028	21.748.762	108.259	498,8	100.211,8	200,90
1965	1.986.313	195.690	172.706.441	95.651	488,6	882.551,0	1.865,60
1966 (*)		236.366	244.459.600	111.118	470,1	1.034.241,8	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
CACEX — Carteira de Comércio Exterior.

(*) Dados sujeitos a retificação

em nível elevado (sempre superior a 200.000 toneladas, à exceção de 1965), porém os preços conseguidos mostram situação de declínio constante, desde US\$ 533/t em 1961 até US\$ 470,1/t em 1966, ou seja, uma redução de 11,8%.

Esta tendência de baixa é explicada por uma condição de oferta crescente do produto, em razão muito maior que o consumo mundial nos últimos quatro anos, de tal modo que os estoques mundiais se avolumaram em cerca de 30 milhões de fardos.

As perspectivas para 1967 indicam uma oferta inferior (pela primeira vez em cinco anos) ao consumo mundial, o que permitirá a absorção de parte dos estoques disponíveis.

A série de valores médios da exportação brasileira foi ajustada por uma reta ³ indicando as seguintes estimativas:

ANOS	US\$/t
1967	414,07
1968	392,67
1969	371,27
1970	349,87
1971	328,48

A produção brasileira em 1967 deverá ser inferior aos anos imediatamente anteriores (considerável redução da área cultivada em São Paulo), e, a menos que prevaleça uma acentuada retração no consumo interno, as quantidades exportadas não deverão ultrapassar 150.000 toneladas de algodão em pluma.

Assinala-se que a nova taxa cambial atenuará em parte a aflitiva situação do produto brasileiro.

A decomposição do preço FOB de US\$ 22,70 por libra, corresponde a cerca de Cr\$ 4.800/4.900 por arrôba de algodão em pluma no interior do Estado de São Paulo.

AMENDOIM

A presença do Brasil no mercado internacional do amendoim é incipiente. Desde o seu início, em 1961, apenas pequenos embarques têm-se registrado. Ocorre que o nosso

³⁾ A percentagem de variância explicada pela reta foi de 73,48%, que no caso específico (apreciação da figura geométrica) não é muito satisfatória.

QUADRO VII

PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE AMENDOIM EM GRÃO
BRASIL, 1954/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO	E X P O R T A Ç Ã O			VALORES MÉDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1954	168.002	—	—	—	—	—	—
1955	185.856	—	—	—	—	—	—
1956	180.911	—	—	—	—	—	—
1957	185.327	—	—	—	—	—	—
1958	308.268	6	57	1	166,7	9.500,0	57,00
1959	357.403	654	9.484	95	—	—	—
1960	408.410	—	—	—	—	—	—
1961	584.432	4.625	243.179	924	—	—	—
1962	647.811	21.912	1.449.515	4.057	185,1	66.151,7	357,40
1963	603.840	14.870	1.231.331	2.492	167,6	82.804,6	494,10
1964	469.671	103	11.423	19	184,4	110.902,9	601,20
1965	742.686	18.437	7.461.713	4.100	222,4	404.714,1	1.820,00
1966 (*)		13.781	7.596.600	3.453	250,6	551.237,2	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

CACEX — Carteira de Comércio Exterior.

(*) Dados sujeitos a retificação.

produto exportado é do tipo grão, catado à mão e que via de regra representa apenas de 5 a 10% das safras. No entanto, a boa qualidade do produto aufere preços altos, que em 1966 atingiram a média de US\$ 250,6 por tonelada métrica.

O amendoim brasileiro do tipo industrial também tem boas possibilidades de colocação no mercado internacional, porém tem sido sempre absorvido pela indústria nacional, que ainda assim tem capacidade ociosa. Já o óleo de amendoim produzido no Brasil não tem possibilidades de competição, devido ao alto custo de que está revestida a sua fabricação. Ao final do ano de 1966 dispunha-se de um excedente de cerca de 50 mil toneladas de óleo de amendoim, que não puderam ser exportadas devido a uma margem negativa de preços de aproximadamente Cr\$ 200.000 por tonelada.

Um dos principais fatores que tem limitado uma mais rápida expansão nas exportações de amendoim em grão é a incidência de aflatoxina, que ocorre sempre que o produto é colhido com excesso de umidade.

O principal exportador de amendoim é a Nigéria, cujo produto compete desfavoravelmente com o nosso (desde que esteja livre de aflatoxina).

De um modo geral os países importadores preferem a comercialização em grão ao invés de óleo, pela obtenção do subproduto (farelo ou torta), que é de grande valor como ração animal. Aliás, a exportação brasileira de farelo de amendoim tem sido maior (em valor) do que o produto principal.

Em 1963 os preços⁴ deverão continuar em nível alto para o produto para moagem como para o amendoim selecionado para consumo "in natura".

As possibilidades brasileiras de exportação de amendoim em 1967 são boas. A safra total do País (águas e seca) não deverá ser inferior a 800 mil toneladas e portanto, além de pequena parcela de amendoim selecionado, alguma quantidade do tipo industrial poderá ser destinada ao mercado internacional, mesmo porque, a indústria (que já conta com excedente) dificilmente poderá absorver o total disponível de grãos.

A relação de preços (mercado interno e internacional) favorece a exportação de grãos, principalmente depois de

4) Devido à falta de dados suficientes não foi possível a projeção dos valores para o amendoim.

estabelecida a nova taxa cambial. A decomposição dos valores FOB por tonelada de US\$ 215 e US\$ 185 corresponde a aproximadamente Cr\$ 12.500 e Cr\$ 10.800 por saco de 25 kg de produto pôsto em São Paulo.

ARROZ

O arroz é sem dúvida um dos produtos de maior consumo mundial, que está estimado atualmente em cêrca de 170 milhões de toneladas. Dêste total, sômente de 7 a 7,5 milhões de toneladas são movimentadas no comércio internacional. Como é fácil deduzir-se, trata-se de um produto típico de subsistência para a maioria dos países consumidores, entretanto, para os principais dêles, as taxas de crescimento populacional são maiores do que os aumentos de produção, o que tem provocado um aumento nas quantidades transacionadas no mercado internacional.

Atualmente a Itália, Burma, China Continental, Tailândia e Estados Unidos se constituem nos principais exportadores de arroz, e que via de regra subsidiam a exportação.

Entre os principais países importadores de arroz (cêrca de 150 ao todo, nos últimos anos) estão o Ceilão, Índia, Indonésia, Malásia, Paquistão, Hong Kong e Cuba.

As possibilidades do comércio internacional para 1967 são boas, pois a procura por parte dos países importadores continua intensa, prevendo-se uma movimentação de 7,5 milhões de toneladas.

Os preços deverão continuar em bom nível durante o ano de 1967, prosseguindo a alta que se iniciou em meados de 1965 e que atingiu a US\$ 175,70 por tonelada métrica (cotação FOB para o arroz da Tailândia, grãos longos com 15% de quebrados).

A participação brasileira no mercado internacional pode ser considerada esporádica, pois no período 1954-1966 só estêve presente 4 vêzes com quantidades superiores a 100 mil toneladas (1955, 1961, 1965, 1966) e apenas nos dois últimos anos embarcou mais de 200 mil toneladas.

A série de dados da exportação brasileira de arroz, tanto de valor médio como de valor total e de quantidades exportadas, não permitiu nenhum ajustamento, pois não apresenta tendência determinada. A correlação entre a produção e o valor da exportação é média positiva, indicando um índice $C = 0,55$.

QUADRO VIII
 PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE ARROZ
 BRASIL, 1954/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO t	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1954	3.366.838	—	—	—	—	—	—
1955	3.737.471	2.483	11.417	238	95,9	4.598,1	47,97
1956	3.488.777	101.444	533.005	9.724	95,9	5.254,0	54,81
1957	4.076.273	329	2.163	32	97,3	6.574,5	67,59
1957	3.829.295	51.552	742.743	5.625	109,1	14.407,7	132,00
1959	4.101.447	9.815	145.478	1.083	110,3	14.822,0	134,30
1960	4.794.810	434	5.212	28	64,5	12.009,2	186,15
1961	5.392.477	150.763	3.408.599	13.169	87,3	22.609,0	258,90
1962	5.556.834	43.678	1.412.675	4.748	108,7	32.342,9	297,53
1963	5.740.065	—	—	—	—	—	—
1964	6.344.931	12.424	1.171.292	860	69,2	94.276,6	1.361,96
1965	7.579.649	236.787	43.960.124	23.764	100,4	185.652,6	1.849,86
1966 (*)		227.544	63.043.200	28.656	126,0	277.059,3	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
 CACEX — Carteira de Comércio Exterior.

(*) Dados sujeitos a retificação.

Mercê de uma safra apenas normal para 1966/67, as possibilidades brasileiras no presente ano são pequenas. Estima-se que cêrca de sòmente 100.000 toneladas serão exportadas, e mesmo assim a partir de junho de 1967.

A decomposição dos preços de arroz no mercado internacional (US\$ 150/t FOB) corresponde a Cr\$ 19.000/20.000, por sacco de 60kg (usando-se uma taxa cambial de Cr\$ 2.700/US\$). Enquanto isto os preços no atacado em São Paulo estão em tórno de Cr \$30.000/sacco de 60 kg, devendo baixar sensivelmente após a nova safra.

Continuando nos anos futuros a crescente demanda ora observada no mercado internacional, é de esperar-se que o Brasil venha a participar ativamente na comercialização do arroz.

BANANA

As quantidades de bananas exportadas pelo Brasil não mostram uma tendência definida, se considerarmos o período 1953/66; a rigor, a partir de 1958, é praticamente estacionária, com volumes sempre superiores a 200.000 toneladas. O ajustamento da curva das quantidades, para efeito de projeção n ofuturo, foi feito por uma reta, que se apresentou paralela ao eixo dos x.

A série do valor médio por tonelada do produto não permitiu um ajustamento razoável, porém, os dados do valor total das exportações permitiram (sòmente a partir de 1959) um ajustamento por uma reta, de sentido ligeiramente ascendente.

Com êstes resultados foi possível estimar-se os valores médios de exportação para o período 1967/1971 como segue:

ANOS	US\$/t
1967	26,7
1968	28,2
1969	29,7
1970	31,3
1971	32,8

O coeficiente de correlação entre a produção e o valor da exportação ($\delta = - 0,775$) é fortemente negativo.

O principal problema que faz face à banana brasileira é possuir atualmente um mercado muito restrito, constitui-

do que é, basicamente da Argentina e do Uruguai. Alguns embarques têm-se verificado para a Inglaterra, cujo incremento, entretanto, é praticamente impossível devido às pesadas taxações impostas.

Também a Itália tem-se apresentado como um mercado bastante instável, pois até pouco tempo possuía um monopólio estatal que favorecia as colônias ou ex-colônias. Atualmente, mesmo sem aquêlê entrave, poucos embarques do produto brasileiro têm-se registrado para a Itália.

No nosso mercado tradicional, a Argentina tem experimentado repetidamente conseguir produção própria, já tendo alcançado algum resultado positivo em 1966, apesar das inundações que liquidaram boa parte das plantações.

Para 1967 as nossas possibilidades de exportação para a Argentina são ligeiramente inferiores aos anos anteriores, fato que poderá se intensificar a partir de 1968. Vale mencionar que as plantações argentinas de Misiones indicam produção de cachos de banana de até 30 quilos, enquanto o produto brasileiro de boa qualidade pesa somente de 15 a 18 quilos.

Uma característica marcante da exportação de banana brasileira é a sazonalidade. O mercado de exportação é sensivelmente mais favorável no período de outubro a janeiro, não raro dando prejuízo nos demais meses do ano.

Os demais países exportadores de banana se concentram quase que inteiramente nas Américas do Sul e Central, com o Equador em primeiro plano, seguido da Colômbia, Honduras, Costa Rica e Panamá.

Entre os países importadores, a Alemanha, França, Inglaterra e Itália na Europa, Japão na Ásia, Estados Unidos na América do Norte e Argentina na América do Sul, se constituem nos principais mercados. Dêstes países a Alemanha e a França representam um excelente potencial para colocação da banana brasileira, pois preferem a variedade "Nanicão" que tem excelente possibilidade de ser produzida entre nós.

Entretanto, para ampliação do nosso mercado de exportação, faz-se mister uma regularidade de entrega do produto, da sujeição de venda em consignação sob o regime de leilão, além, está claro, de apresentar o produto em boas condições.

QUADRO IX
 PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE BANANA
 BRASIL, 1953/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO	E X P O R T A Ç Ã O			VALORES MÉDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1953	3.701.240	178.711	244.782	9.219	51,6	1.369,7	26,60
1954	3.964.000	239.224	319.825	11.288	47,2	1.336,9	28,30
1955	4.085.500	210.722	363.912	10.251	48,6	1.727,0	35,50
1956	4.480.700	188.062	584.482	12.395	65,9	3.107,9	47,13
1957	4.688.440	218.489	760.115	13.322	60,9	3.479,0	57,06
1958	4.495.060	271.444	911.968	10.900	40,2	3.359,7	83,67
1959	4.885.220	213.079	660.258	4.369	20,5	3.098,7	151,10
1960	5.126.780	241.944	858.979	4.561	18,9	3.550,3	188,30
1961	5.428.920	245.946	1.007.469	3.799	15,4	4.096,3	265,20
1962	6.013.200	216.543	1.174.836	3.228	14,9	5.425,4	363,95
1963	6.162.020	205.900	1.594.892	2.924	14,2	7.746,0	545,45
1964	(1) 338.206	225.540	7.268.496	5.818	25,8	32.227,0	1.259,31
1965	(1) 348.522	215.746	11.534.766	6.274	29,1	53.464,5	1.838,50
1966 (*)		204.833	13.893.000	6.315	31,0	67.826,0	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(*) Dados sujeitos a retificação.

(1) Em 1.000 cachos.

CACAU

O comércio internacional de cacau tem-se processado normalmente sob quatro formas distintas:

- 1) Cacau em amêndoas
- 2) Manteiga de cacau
- 3) Torta de cacau
- 4) Pó de cacau

O cacau em amêndoas, assim como a torta de cacau, é geralmente comercializado entre os países produtores (sub-desenvolvidos) e consumidores (desenvolvidos), enquanto que a manteiga e o pó de cacau são quase sempre movimentados entre países industrializados.

Das quatro formas de comercialização do produto, o Brasil tem tido participação nas três primeiras, com predominância da forma de amêndoas e manteiga.

O mercado internacional, depois de um período mais ou menos equilibrado entre oferta e procura, durante quase toda a década de 1950, quando os preços estiveram geralmente em níveis altos apesar de algumas bruscas oscilações), iniciou a década de 1960 com uma oferta sempre crescente, que foi acompanhada, porém em menor escala, pela demanda.

O resultado foi uma queda de preços, que atingiu em 1965 a US\$ 301 por tonelada (produto em amêndoas-FOB-Brasil).

Neste último período, a produção brasileira de cacau continuou mais ou menos estacionária, com a influência do Brasil no mercado sendo substituído pelos produtores da África Ocidental. Ainda neste último período, o País concentrou as exportações de cacau em amêndoas para os Estados Unidos, União Soviética e países da área da ALALC. Participação do Brasil, no comércio internacional do cacau (sob tôdas as formas) tem oscilado nos últimos anos, entre 5,3 e 7,1%.

As condições de mercado em 1966 foram de relativa firmeza, com os preços reagindo consideravelmente em relação ao ano anterior. Esta tendência deve prevalecer também para 1967, pois, se de um lado se espera boas colheitas da safra 66/67 em Gana, Nigéria e Costa do Marfim, em 1966 registrou-se uma liquidação de estoques em vários países. Acredita-se que o Brasil possa exportar em 1967 quantidades equivalentes às de 1966 (o que não ocorria desde 1960), ou seja, cerca de 110.000 toneladas sob a forma de amên-

QUADRO X

PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE CACAU (EM AMÊNDOAS)
BRASIL, 1953/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO	E X P O R T A Ç Ã O			VALORES MÉDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1953	136.970	108.690	1.532.463	75.223	692,1	14.009,4	20,37
1954	162.947	120.970	4.139.372	135.606	1.121,0	34.218,9	30,52
1955	157.921	121.923	3.694.965	90.907	745,6	30.305,7	40,65
1956	161.093	125.835	2.864.900	67.207	534,1	22.767,9	42,63
1957	164.556	109.677	2.991.090	69.693	635,4	27.271,8	42,92
1958	164.186	104.018	3.849.531	89.591	861,3	37.008,3	42,97
1959	177.834	79.577	4.296.283	59.447	747,0	53.989,0	72,20
1960	168.223	125.456	5.799.244	69.181	551,4	46.225,3	83,80
1961	155.901	104.170	8.425.347	45.923	440,8	80.880,7	183,50
1962	140.363	55.340	8.393.937	24.227	437,8	151.679,4	345,47
1963	143.495	68.684	19.621.599	35.030	519,0	285.679,3	560,14
1964	153.685	74.710	40.386.530	34.816	466,0	540.377,3	1.159,99
1965	160.823	91.966	51.289.593	27.689	301,1	557.701,6	1.852,35
1966 (*)		112.817	111.520.200	50.691	449,3	988.505,3	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

CACEX — Carteira de Comércio Exterior.

(*) Dados sujeitos a retificação.

doas e aproximadamente 20.000 toneladas de manteiga de cacau.

Ao que tudo indica, os futuros incrementos de cacau no mercado internacional tendem a ser absorvidos pelos três países africanos (Gana, Nigéria e Costa do Marfim), que juntos com o Brasil são atualmente os principais produtores e exportadores.

Dentre os países importadores, os Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e França são os principais, que em geral reexportam pó de cacau.

As negociações verificadas em 1966, sob os auspícios da FAO, com vistas ao estabelecimento de um mecanismo que controlaria um estoque regulador, limites de preços, ordenação de consumo etc., não foram de aceitação geral entre os países participantes.

A projeção dos valores médios (US\$/t) para o período 1967/71, contrariou a realidade mais imediata (situação em 1967), pois indicou o seguinte:

ANOS	US\$/t
1967	361
1968	330,7
1969	300,5
1970	270,2
1971	240,0

CAFÉ

A situação do café no contexto internacional pode ser sumarizada da seguinte maneira::

1) Ao longo dos últimos dez anos a produção mundial tem excedido às necessidades de consumo, de tal forma, que os estoques existentes em 1966 representavam mais de um ano de toda a movimentação do mercado internacional (cerca de 3 milhões de toneladas).

2) A situação acima provocou uma continuada queda nos preços (de US\$ 1.447,3 por tonelada em 1954 para US\$ 639,1 em 1963 — café brasileiro), que só não foi maior devido a uma política de manutenção de preços posta em prática pelos países produtores.

3) A política de manutenção de preços tem custado ao Brasil a perda progressiva do mercado internacional (quase 1% ao ano nos últimos 15 anos), além de ser o maior acumulador de estoques excedentes.

4) Do lado dos países importadores observa-se um consumo altamente inelástico (principalmente nos Estados Unidos, que é o maior consumidor), enquanto o consumo “per capita” na Europa é praticamente a metade dos Estados Unidos. Há ainda a considerar a possibilidade de novos mercados como a Rússia e o Japão, que indicam boas perspectivas para o futuro.

5) Em 1958 foi experimentado um primeiro acôrdo entre os países produtores de café. Em 1962 foi negociado o Convênio Internacional do Café, porém só em 1964 foi realizado um acôrdo a longo prazo que incluía quase todos os países produtores e importadores. Desde então os têrmos do acôrdo vêm sendo melhorados, culminando em 1966 com o estabelecimento de um sistema seletivo de ajustes de quotas, ou seja, as modificações nas quotas de um determinado tipo de café se fazem em função do seu preço no mercado (anteriormente se faziam em bases percentuais idênticas para todos os países exportadores).

Também de importância foi a aprovação de uma resolução pela qual os países produtores devem destinar parte das rendas com a venda de café (acima das quotas normais) para programas de diversificação de culturas. Isto pode ser considerado como um passo efetivo para o ajustamento da produção ao consumo.

Finalmente se cuidou de um maior contrôle para os embarques “clandestinos” (ainda praticados em larga escala pelos países africanos em 1966).

O café tem representado para o Brasil, desde longa data, o esteio da sua balança de pagamentos. Os percentuais da participação do produto na nossa receita cambial foram sempre superiores a 60% até 1954, baixando para 55% e 50% em 1958 e 1961.

Em 1966, o café rendeu US\$ 777.370 mil ou seja, 44,5% do total.

Verifica-se que somente na década atual, com a diversificação da exportação, é que os “outros produtos” indicaram evolução positiva.

Há quem acredite que nos têrmos do Acôrdo Internacional do Café, o Brasil possa incrementar as suas exportações numa proporção de 2% ao ano, nos próximos dez anos (IBC e Banco Mundial).

Porém, se considerarmos que o preenchimento da quota em 1966 (17,3 milhões de sacas) só foi conseguido graças à transferência de estoques para fora do País, ficamos em dúvida quanto à acertiva. Há que levar-se em conta, como

QUADRO XI
 PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MEDIO DAS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ
 BRASIL, 1953/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO			VALORES MEDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1953	1.110.606	933.732	21.696.338	1.088.270	1.165,5	23.236,1	19,94
1954	1.036.987	655.051	24.813.436	948.077	1.447,3	37.880,1	26,17
1955	1.369.759	821.747	30.366.732	843.937	1.027,0	36.953,9	36,00
1956	979.278	1.008.288	37.710.370	1.029.782	1.021,3	37.400,4	36,62
1957	1.403.304	859.152	30.991.116	845.513	984,1	36.071,7	36,65
1958	1.695.815	772.950	25.339.998	687.515	889,5	32.783,5	36,86
1959	4.396.844	1.046.148	30.127.842	733.040	700,7	28.798,8	41,10
1960	4.169.586	1.009.141	59.377.092	712.714	706,3	58.839,2	83,30
1961	4.457.409	1.018.233	78.778.081	710.386	697,7	77.367,4	110,90
1962	4.380.607	982.565	101.457.016	642.671	654,1	103.257,3	157,86
1963	3.301.054	1.170.784	86.833.639	748.284	639,1	74.167,1	116,04
1964	2.084.027	896.774	405.240.540	759.703	847,2	34.037,6	40,18
1965	3.663.587	808.931	600.558.199	706.587	837,5	742.409,0	849,94
1966 (*)		1.022.254	1.710.214.000	777.370	760,4	1.672.834,4	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
 CACEX — Carteira de Comércio Exterior.

(*) Dados sujeitos a retificação.

fato positivo, a implantação pelo Brasil de um sistema de vendas com garantia de preços pelo prazo de 90 dias.

Outro fato auspicioso foi o registro estatístico da exportação de cerca de 150.000 sacas de café solúvel, em 1966.

A produção mundial exportável em 1967 está prevista em aproximadamente 3 milhões de toneladas, de maneira que se o Brasil completar a sua quota fixada pelo Acôrdo Internacional do Café, deverá absorver pequena parte dos seus excedentes.

Os preços deverão em 1967 continuar nos níveis registrados em 1966 (apesar da última safra ter sido pequena), pois os estoques continuam grandes, e além do mais o Acôrdo, nos seus dispositivos, assegura a pronta oferta de maior quantidade de café, caso os preços ultrapassem os níveis estabelecidos.

A série dos valores médios (US\$/t) conseguidos pelo Brasil entre 1953/1966 foi apresentada por uma parábola do 2.º grau e indica os seguintes valores para 1967/1971:

ANOS	US\$/t
1967	878,9
1968	958,1
1969	1.052,3
1970	1.161,5
1971	1.285,6

A aparente superestimação destes valores deve-se ao fato de que somente 77% da variância da série é explicada.

A correlação entre a produção e o valor da exportação mostra um coeficiente fortemente negativo ($\delta = -0,720$).

ERVA-MATE

O Brasil é de longe o principal produtor e exportador de erva-mate, retendo mais de 70% de todo o comércio internacional. Entretanto, este comércio é muito limitado, bastando que se diga que o mercado brasileiro de exportação está quase que inteiramente restrito ao Uruguai e ao Chile para o produto beneficiado, e Argentina e Uruguai para o mate cancheado.

Destes mercados a Argentina conta com produção própria, não necessitando do mate brasileiro, a não ser para

mistura, tendo culminado em março de 1966 com proibição da importação de mate brasileiro. O Uruguai é um mercado praticamente saturado, embora no último ano tenha aumentado o volume de importações em relação a 1965. Finalmente o Chile (onde o consumo de mate é muito localizado) se apresenta em franco declínio.

O mercado europeu é quase nulo, da mesma forma que os Estados Unidos.

Como se observa, a situação da erva-mate brasileira é das mais sombrias, com queda generalizada tanto na produção como nas quantidades exportadas e no total de divisas geridas.

Para 1967 as possibilidades de exportação são menores de as registradas em 1966, que já representaram os valores mais baixos desde 1953.

A menos que a intensa atividade desenvolvida pela atual administração do Instituto Nacional do Mate surta efeitos práticos (desenvolvimento de novos mercados), a perspectiva para o mate é de continuada decadência, mesmo porque o mercado interno não se afigura como dos mais promissores.

A série de valor médio (US\$/t) conseguido pelo Brasil no período 1953/66 não apresenta tendência determinada, porém a sua figura geométrica e a do valor total das exportações indicam correlação que foi calculada com um coeficiente $\delta = 0,87$ (fortemente positiva). Estabeleceu-se então a reta de regressão do valor médio sobre o valor da exportação. Ajustada esta última e extrapolados os seus calôres estimou-se os valores médios da reta de regressão. O ajustamento da série do valor da exportação foi feito por uma reta δ , extrapolou-se os seus valores e a seguir estimou-se os valores médios, através da reta de regressão.

Observa-se que os valores médios estimados estão provavelmente subestimados, pois 20,88% da série não foi explicada, e, como a reta é decrescente, o decréscimo considera apenas a variável matemática. Na realidade, as variações aleatórias deverão atenuar êste rápido decréscimo.

5) A parábola do 2º grau também ajustaria a série explicando as variáveis com um percentual mais alto que a reta (34,54% em relação a 79,12% da reta). porém, o decréscimo da parábola é muito mais rápido que a reta, o que levaria a valores negativos, o que é impossível.

QUADRO XII
PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE ERVA MATE
BRASIL, 1953/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1953	56.641	34.831	173.433	7.247	208,1	4.979,3	23,93
1954	66.382	49.851	379.503	12.832	257,4	7.612,7	29,57
1955	67.149	52.404	643.597	13.567	258,9	12.281,4	47,44
1956	71.193	58.042	769.966	15.103	260,2	13.265,7	50,98
1957	81.121	55.044	800.704	14.144	257,0	14.546,6	56,61
1958	95.482	56.602	1.030.139	15.096	266,7	18.199,7	68,24
1959	103.179	55.296	1.256.504	12.650	225,4	22.723,2	99,30
1960	110.676	56.129	1.610.116	8.983	160,0	28.686,0	179,20
1961	131.648	60.946	2.418.563	9.484	155,6	39.683,7	255,00
1962	136.026	47.558	2.759.420	7.476	157,2	58.022,2	369,10
1963	125.051	48.427	4.208.192	7.664	158,3	86.897,6	549,09
1964	127.770	48.414	9.158.895	7.776	160,6	189.178,6	1.177,84
1965	123.325	41.763	14.879.723	8.019	164,8	356.289,6	1.855,53
1966 (*)		35.423	15.285.600	6.948	196,1	431.516,2	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
 CACEX — Carteira de Comércio Exterior.

(*) Dados sujeitos a retificação.

Os valores médios estimados são os seguintes:

ANOS	US\$/t
1967	134,9
1968	124,6
1969	114,2
1970	103,9
1971	93,5

A correlação entre a produção e o valor da exportação indicou um coeficiente $C = - 0,59$ (média negativa).

FUMO

As exportações de fumo em fôlha pelo Brasil mostram um nítido sentido ascendente a partir de 1953 (22.835 t), culminando com um recorde de 1964 (59.793 t) quando os preços atingiram a cifra mais baixa da série, com US\$ 473,1 por tonelada. Nos dois últimos anos registraram-se reduções nos volumes embarcados e uma ligeira recuperação nos preços (média de US\$ 498,9/t em 1966).

A série dos valores médios (US\$/t) não foi possível ser ajustada a nenhuma função matemática, porém estes dados foram conseguidos pelas divisões dos dados extrapolados dos valores das exportações e das quantidades exportadas. ⁶ As estimativas dos valores médios da exportação são as seguintes:

ANOS	US\$/t
1967	476,7
1968	469,4
1969	450,5
1970	456,4
1971	450,7

O coeficiente de correlação entre a produção e o valor da exportação é fortemente positivo ($\delta = 0,790$).

6) Ambas as séries foram ajustadas por retas, sendo que no caso da série do valor da exportação, a reta, apesar de ser a melhor ajustante, explica pouco, somente com 50%, a variação da série.

QUADRO XIII

PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE FUMO (EM FOLHA
BRASIL, 1953/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO	E X P O R T A Ç Ã O			VALORES MÉDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1953	132.135	22.835	407.268	17.825	693,0	17.835,3	25,74
1954	146.738	27.409	557.557	17.937	654,4	20.342,1	31,08
1955	148.205	27.425	725.857	18.034	657,6	26.467,0	40,25
1956	143.529	30.392	1.042.622	19.910	655,1	34.305,8	52,37
1957	140.027	28.259	959.636	17.023	602,4	33.958,6	56,37
1958	143.922	30.025	1.143.809	15.216	506,8	38.095,2	75,17
1959	151.479	28.049	1.523.122	15.289	545,1	54.302,2	99,60
1960	161.426	31.267	3.358.429	18.579	594,2	107.411,3	180,80
1961	167.028	48.211	6.649.021	26.631	552,4	137.915,0	249,67
1962	187.040	41.066	8.764.238	23.602	574,7	213.418,4	371,33
1963	206.806	43.913	13.186.003	24.118	549,2	300.275,6	546,73
1964	210.427	59.793	28.804.373	28.291	473,1	481.734,9	1.018,14
1965	248.182	55.035	45.679.466	26.226	476,5	830.007,5	1.741,76
1966 (*)		45.095	49.491.206	22.496	498,9	1.097.487,5	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
CACEX — Carteira de Comércio Exterior.

(*) Dados sujeitos a retificação.

Do total de fumo em fôlha transacionado em todo o mundo, o Brasil tem participado com 5 a 6% nos últimos anos, figurando como o 7.º mais importante país exportador, em seguida aos Estados Unidos (também importador), Rodésia, Turquia, Bulgária, Grécia e Índia.

As nossas possibilidades de exportação em 1967 (com relação à quantidade) são relativamente boas, com o potencial de produção permitindo ampliação dos quantitativos exportados.

Os principais mercados para o produto brasileiro têm sido a Espanha (27%), Alemanha (8%), Holanda (15%), França (14%), URSS (4%) e Estados Unidos (6%). Registre-se que o Brasil não participa das importações da Inglaterra, de longe o mais importante país importador.

LÃ

O mercado internacional de lã tem se revelado dos mais estáveis entre os produtos agropecuários. Dentre as cotações conseguidas pelo produto brasileiro, no período de 1953 a 1966, verificam-se violentas oscilações, como por exemplo, de US\$ 2.242,9/t em 1957 para US\$ 352,9/t em 1960 e novamente para US\$ 1.299,9/t em 1964. Ora, é fácil imaginar que um país como o nosso não tenha condições de suportar situações como esta, tendo que ficar alijado do mercado, como aliás ocorreu entre 1960 e 1962.

Nos últimos três anos verificou-se uma razoável estabilidade de preços, graças a uma oferta mundial também estável, situação que provavelmente se repetirá em 1967. De fato, a produção de lã nos principais países produtores do Hemisfério Sul para 1966/67 indica quantitativos semelhantes à safra passada, com os aumentos esperados na Nova Zelândia, Uruguai e Argentina sendo compensados pelas reduções da Austrália e da África do Sul.

A produção brasileira, segundo as estatísticas oficiais é praticamente estacionária, ao longo do período 1953/65, enquanto que as exportações não têm tendência definida.

Em 1966, foram exportadas 21.708 toneladas de lã em bruto com um valor médio de US\$ 1.167,5 por tonelada.

Para 1967 as possibilidades brasileiras são idênticas ao ano anterior, tanto em quantidade como em preço.

As séries de valor médio, quantidade exportada e valor da exportação não apresentam tendência determinada enquanto que a correlação entre a produção e o valor da exportação foi fraca e negativa ($\delta = -0,03$).

QUADRO XIV
 PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE LÃ (EM BRUTO)
 BRASIL, 1953/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO t	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1953	24.199	9.977	490.234	16.403	1.644,1	49.136,4	29,89
1954	25.360	4.387	270.424	9.427	2.148,8	61.642,1	28,69
1955	27.520	5.122	348.469	7.398	1.444,4	68.033,8	47,10
1956	28.102	5.624	472.763	9.645	1.715,0	84.061,7	49,02
1957	28.289	4.249	502.886	9.530	2.242,9	118.354,0	52,77
1958	31.627	1.391	147.223	2.192	1.575,8	105.840,4	67,16
1959	30.351	5.794	803.397	5.380	928,5	138.660,1	149,33
1960	22.686	68	4.494	24	352,9	66.088,2	187,25
1961	24.570	15	1.905	6	400,0	127.000,0	317,50
1962	25.247	—	—	—	—	—	—
1963	26.515	2.883	1.480.563	2.470	856,7	513.549,4	599,41
1964	28.135	10.861	16.814.322	14.118	1.299,9	1.548.137,6	1.190,98
1965	29.092	9.181	17.807.959	9.512	1.036,2	1.939.653,5	1.872,16
1966 (*)		21.708	55.756.800	25.344	1.167,5	2.568.491,0	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
 CACEX — Carteira de Comércio Exterior.

(*) Dados sujeitos a retificação.

LARANJA

A exportação de laranja tem registrado continuados aumentos a partir de 1953 (24.990 t), atingindo a 143.623 toneladas em 1963, caindo para 96.963 toneladas em 1964, para chegar no ano seguinte à cifra recorde de 159.046 toneladas. Em 1966, devido principalmente a um atraso de cerca de dois meses nas colheitas do Estado de São Paulo (combinado com um adiantamento também de dois meses nas colheitas da África do Sul), as quantidades exportadas não ultrapassaram as 79.610 toneladas, indicando uma redução de mais de 50% em relação ao ano anterior.

Paralelamente, os preços, em US\$/t, tiveram queda constante a partir de 1954 (US\$ 156,6/t), chegando ao mínimo de US\$ 39 em 1964, e indicando uma reação nos dois últimos anos (médias anuais de US\$ 46,6 e US\$ 47 em 1965 e 1966, respectivamente).

A série dos valores médios (1954/66) foi ajustada por uma parábola do 2.^o grau (de acôrdo com a análise da variância da regressão) que mostrou um ramo decrescente até 1963/64, começando a subir daí em diante.⁷

Os valores médios projetados para o período 1967/71 são os seguintes:

ANOS	US\$/t
1967	62,31
1968	74,60
1969	89,55
1970	107,16
1971	127,43

O conhecimento da situação da oferta de laranja no mercado internacional, entretanto, contraria os dados acima projetados, pelo menos para o ano de 1967. De fato, os dois principais centros produtores mundiais de laranja (Estados Unidos e países do Mediterrâneo) indicam perspectivas de excelentes safras para 1966/67. Também a África do Sul registra uma provável safra recorde de laranjas em 1967. Por isto, é de esperar-se uma redução, ainda que ligeira, nos preços da laranja no mercado internacional.

7) Os ajustamentos que comportam regiões de máximo ou de mínimo, em geral, não explicam bem a natureza do fenômeno. Neste caso, entretanto, a tendência parabólica teve a variância explicada com uma percentagem de 95,1%, isto porque o mínimo da série se achava dentro do intervalo de observação.

QUADRO XV

PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE LARANJA
BRASIL, 1953/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO t	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1953	1.271.830	24.990	77.584	2.866	114,7	3.104,6	27,07
1954	1.314.390	31.528	156.419	4.933	156,5	4.961,2	31,71
1955	1.388.575	45.980	275.170	5.740	124,8	5.984,6	47,94
1956	1.376.655	42.868	184.329	3.581	83,5	4.299,9	51,47
1957	1.491.510	45.844	222.597	3.764	82,1	4.855,5	59,14
1958	1.538.281	72.948	436.997	4.747	65,1	5.999,5	92,06
1959	1.645.648	111.430	941.244	6.812	61,1	8.447,0	138,17
1960	1.721.146	112.408	1.115.544	6.089	54,2	9.924,0	183,32
1961	1.818.377	112.667	1.550.731	6.007	53,3	1.376,4	258,20
1962	1.905.341	104.427	1.670.852	4.686	44,9	16.000,0	356,56
1963	2.194.241	143.623	3.397.614	6.169	43,0	23.656,5	550,75
1964	2.115.376	96.963	4.645.072	3.814	39,0	47.905,6	1.217,90
1965 (*)	11.427.622	159.046	13.353.378	7.398	46,6	83.959,2	1.805,00
1966 (1)		79.610	8.228.009	3.740	47,0	103.353,9	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. -- Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
CACEX — Carteira de Comércio Exterior.

(*) Dados sujeitos a retificação.

(1) Em milhares de frutos.

As possibilidades brasileiras no presente ano, apesar do nôvo alento do recente reajuste cambial, não são boas.

Os embarques deverão ser menores do que em 1966, não devendo atingir a 1,5 milhões de caixas (cêrca de 52.500 toneladas).

O nosso produto encontra sérios obstáculos para qualquer recuperação de grande vulto no mercado internacional, dentre os quais pode-se enumerar:

1) Elevação constante dos custos de embalagem, fretes, embarques etc.

2) A África do Sul (nosso principal competidor, pela época de colocação do produto no mercado internacional) está com vigoroso programa de fomento à exportação de laranjas, emprestando subsídio para tornar o transporte o mais barato possível, além de reduzir ao mínimo a taxaçoão interna sôbre o produto.

3) A situação das vendas nos países importadores, que são feitas em consignação, sob a forma de leilão, não estimula os exportadores brasileiros a arriscarem prejuízos que chegaram a Cr\$ 1.000 por caixa em certos períodos de 1966. (Este fator será sensivelmente atenuado com a recente modificação da taxa cambial).

Além da África do Sul, que tem safra simultânea com a nossa, são grandes exportadores de laranjas a Espanha, Marrocos, Israel, Argélia, Estados Unidos e Itália.

Observe-se que a perda do nosso mercado (principalmente Alemanha, Holanda, Luxemburgo, Inglaterra e França) é quase que inteiramente em favor da África do Sul, que em 1967 espera embarcar cêrca de 10 milhões de caixas (aproximadamente 350.000 toneladas).

A prazo mais longo, as possibilidades brasileiras deverão tender para o suco de laranja concentrado e congelado, que tem experimentado boa aceitação, embora incipiente, no mercado internacional. Neste particular, pode-se antecipar forte competição, tanto em qualidade como em preço, por parte dos Estados Unidos, que já retém grande parte do mercado da Europa Ocidental.

MILHO

O milho tem representado para o Brasil um produto tipicamente de subsistência, com as estatísticas de comércio exterior, registrando exportações pequenas e esporádicas. A rigor, entre 1954 e 1966 sômente em 1963, 1965 e 1966, verificaram-se embarques de maior vulto (700.155, 559.675

e 621.384 respectivamente), que, mesmo assim representavam pouco mais de 5% dos totais das respectivas safras. Observa-se, entretanto, que de acôrdo com a projeção dos dados de produção, esta deverá ter superado a 15 milhões de toneladas em 1971 e nestas condições, apesar da elasticidade de consumo de milho no mercado interno, deverão sobrar quantidades sempre crescentes para a exportação.

Neste particular, vale lembrar como fato auspicioso que boa parte da transferência das lavouras de algodão e café (principalmente em São Paulo) tem sido para o milho, com êsteproduto se beneficiando com a melhoria das técnicas de produção (melhor trato, semente selecionada, uso de fertilizantes etc.).

O mercado internacional do milho está bastante firme. Aliás os preços internacionais sofreram queda constante desde o término da 2.^a Guerra Mundial até 1958, mantendo-se desde então em tórno de US\$ 50 por tonelada. Para 1967 existe a possibilidade de ligeira melhoria dos preços, que, entretanto, não se distanciarão da média de US\$ 50/52 por tonelada.

A Europa Ocidental deverá continuar nos mesmos níveis de produção de 1966 e a Oriental não deverá importar, o que será amplamente compensado pelas importações do Japão.

Os principais países exportadores têm sido os Estados Unidos, Argentina, África do Sul, Tailândia e França. Os Estados Unidos dominam o mercado internacional retendo mais de 50% do volume total comercializado (a produção americana representa cêrca de 48% do total mundial) além de manter estoques superiores a 30 milhões de toneladas.

Para 1967 o Brasil indica um potencial exportável superior a um milhão de toneladas (seria a primeira vez que se exportaria tal quantidade de milho) porém existem vários fatores que limitam estas possibilidades, como sejam, a capacidade de escoamento, altos custos de embarque em relação ao preço do produto, além do fator qualidade.

A decomposição do preço FOB, no nível de US\$ 50/t (taxa cambial de Cr\$ 2.700 por US\$) corresponde a aproximadamente Cr\$ 6.200 por sacco de 60 quilos no atacado, produto pôsto em São Paulo. Os preços atuais do milho no mercado atacadista estão em níveis elevados (Cr\$ 11.500/11.700 por sacco de 60 quilos em 3-2-67) porém acredita-se que baixem a níveis de Cr\$ 6.000, após a colheita das safras nos principais Estados produtores.

QUADRO XVI
 PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE MILHO
 BRASIL, 1954/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO t	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1954	6.788.794	11.652	20.769	594	51,0	1.782,4	35,00
1955	6.689.930	80.094	221.964	4.566	57,0	2.771,3	48,61
1956	7.310.365	—	—	—	—	—	—
1957	7.763.439	—	—	—	—	—	—
1958	7.370.089	—	—	—	—	—	—
1959	7.786.739	—	—	—	—	—	—
1960	8.671.952	9.927	74.291	408	41,1	7.483,7	182,10
1961	9.036.237	4.448	36.124	180	40,5	8.121,4	200,70
1962	9.587.285	6	120	0	0	20.000,0	0
1963	10.418.267	700.155	17.361.191	29.504	42,1	24.796,2	588,44
1964	9.408.043	62.315	1.756.800	2.928	47,0	28.192,2	600,00
1965	12.111.921	559.675	51.018.730	27.915	50,0	91.157,7	1.827,65
1966 (*)		621.384	70.362.600	31.983	51,5	113.235,2	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. -- Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
 CACEX — Carteira de Comércio Exterior.

(*) Dados sujeitos a retificação.

ÓLEO DE MAMONA

O Brasil é o primeiro produtor de mamona e o mais importante exportador de óleo, retendo nos últimos anos mais de 65% do total transacionado no mercado internacional.

O nosso principal competidor é a Índia (cêrca de 20 a 30% das quantidades de óleo exportadas), sendo que a África Ocidental Francesa, Angola, Moçambique, Kênia, Tanganica, Madagascar e Congo Belga exportam mamona em bagas (o Brasil praticou a exportação em bagas até 1959), e que o Reino Unido, Bélgica e Holanda reexportam óleo de mamona, tanto pela revenda de óleo importado como pela aquisição de baga para extração.

Observa-se que a posição tanto do Brasil como da Índia estará sempre ameaçada por outros países, haja visto tratar-se de cultura de rentabilidade relativamente alta. Neste particular, os Estados Unidos (principal importador) tem por várias vezes experimentado produzir mamona, sem contudo conseguir bons resultados.

Os preços da mamona, depois de um período de grandes oscilações, devido à irregularidade da oferta, década de 50, tiveram constante declínio a partir de 1961 (US\$ 257,6 por tonelada em 1961 e US\$ 190,9 em 1965), somente reagindo em 1966 (safra reduzida) para US\$ 234,3.

Não foi possível o ajustamento da série de valores médios conseguidos pelo Brasil, porém êstes dados foram estimados (1967/71) em função das séries ajustadas das quantidades exportadas e de valor total das exportações.⁸ Os resultados estimados são os seguintes:

ANOS	US\$/t
1967	214,6
1968	213,3
1969	212,2
1970	211,0
1971	210,0

A produção mundial de óleo de mamona em 1967 deverá ser superior à verificada em 1966, sendo que no Brasil,

8) Para ambas as séries usou-se uma reta como ajustante, que para a quantidades explicou 78,55% da sua variância e somente 70,41% para os valores totais da exportação.

QUADRO XVII

PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE ÓLEO DE MAMONA
BRASIL, 1953/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO			VALORES MÉDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1953	41.258	26.749	231.056	9.223	344,8	8.637,9	25,05
1954	42.114	15.676	111.256	3.611	230,4	7.098,2	30,81
1955	41.914	24.816	241.153	4.997	201,4	9.717,6	48,26
1956	39.621	20.092	303.322	5.055	251,6	15.096,7	60,00
1957	64.000	48.114	1.146.535	17.464	363,0	24.830,0	56,54
1958	81.186	55.318	1.144.300	14.302	258,5	20.686,0	80,00
1959	76.297	47.719	949.360	9.523	199,6	19.894,8	99,70
1960	54.581	41.856	1.786.081	9.714	232,0	42.672,0	183,87
1961	105.047	92.635	6.032.387	23.863	237,6	65.120,0	252,79
1962	79.336	60.786	5.511.968	14.814	243,7	90.678,2	372,08
1963	91.213	77.351	9.750.317	17.787	230,0	126.054,5	548,17
1964		111.014	29.852.898	24.435	220,1	268.911,1	1.221,73
1965		140.152	46.828.048	26.219	190,9	334.123,2	1.750,25
1966 (*)		95.928	49.445.000	22.475	234,3	515.439,0	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
CACEX -- Carteira de Comércio Exterior.

(*) Dados sujeitos a retificação.

devido aos bons preços recebidos pelos agricultores na última safra é de esperar-se uma boa safra no presente ano.

Ao que tudo indica, o nível das exportações brasileiras de óleo de mamona em 1967 deverá ser novamente superior a 100.000 toneladas, provavelmente ocorrendo uma redução nos preços, aliás conforme o dado projetado.

Para os anos futuros as exportações deverão continuar com as tendências até aqui registradas, a menos que outros países passem a integrar o mercado absorvendo parte da alta participação do Brasil no mercado internacional.

PIMENTA-DO-REINO

A produção de pimenta-do-reino no Brasil, tem sofrido incremento bastante grande nos últimos 13 anos, partindo de quantidades inferiores a 1.000 toneladas em 1953-54, para cerca de 9.000 toneladas em 1965, ou seja, um aumento de mais de 1.000%.

Paralelamente, as exportações brasileiras de pimenta-do-reino aumentaram de 533 toneladas em 1957 para 6.388 toneladas em 1966, observando-se que cerca de 70% da produção nacional destina-se ao mercado internacional.

Os preços conseguidos pelo Brasil (valores médios em US\$/t) no período de 1956/66 têm estado, em geral, em níveis elevados, porém indicando bruscas oscilações US\$ 453,3 em 1956, US\$ 1.303,3 em 1960 e US\$ 751,3 em 1963).

Esta série de valores foi projetada para o período 1967/71, pelo ajustamento das séries do valor total de exportação e das quantidades exportadas, indicando as seguintes estimativas: 9

ANOS	US\$/t
1967	821,2
1968	820,0
1969	818,8
1970	817,8
1971	817,0

Como se observa, existe uma tendência de ligeira queda dos preços.

9) Ambas as séries foram ajustadas por retas que explicaram 78,66% e 72,55% das suas variâncias para as quantidades exportadas e valores totais de exportação respectivamente.

QUADRO XVIII

PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE PIMENTA-DO-REINO
BRASIL, 1953/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO	E X P O R T A Ç Ã O			VALORES MÉDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1953	711	—	—	—	—	—	—
1954	857	50	8.991	482	9.640,0	179.820,0	18,65
1955	1.232	—	—	—	—	—	—
1956	2.026	75	2.378	36	480,0	31.706,7	66,06
1957	2.317	533	15.529	232	435,3	29.135,1	66,94
1958	3.067	612	41.120	350	571,9	67.189,5	117,40
1959	3.363	2.502	305.304	1.899	759,0	122.024,0	160,77
1960	4.069	1.919	458.785	2.501	1.303,3	239.075,0	183,45
1961	4.687	2.935	749.675	2.909	991,2	255.425,9	257,70
1962	3.753	2.763	841.449	2.217	802,4	304.541,8	379,54
1963	6.454	2.377	1.007.941	1.801	757,7	424.039,1	559,65
1964	6.461	4.046	4.146.005	3.039	751,3	1.024.970,3	1.364,26
1965	8.943	7.396	11.008.070	6.028	815,0	1.488.381,5	1.826,23
1966 (*)		6.388	11.941.600	5.428	849,7	1.869.380,0	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
CACEX -- Carteira de Comércio Exterior.

(*) Dados sujeitos a retificação.

O coeficiente de correlação observado entre a produção e o valor de exportação foi fortemente positivo ($\delta = 0,90$).

As quantidades de pimenta-do-reino movimentadas no mercado internacional têm estado em torno de 90.000 toneladas nos últimos anos, com a participação brasileira se situando entre 2,5 e 5,0% do total.

A posição relativa dos demais exportadores é a seguinte: Malásia (30%), Índia (18%), Indonésia (13%), Espanha (4%) e Madagascar (2%).

O principal importador tem sido os Estados Unidos, que tem absorvido mais de 30% dos volumes exportados.

Para 1967 o Brasil deverá pelo menos repetir as quantidades exportadas em 1966, a preços ligeiramente inferiores.

SISAL

A situação do sisal, bem como das fibras duras em geral (abacá e henequém) é de crise aparente nos países exportadores. O total dos volumes exportados tem-se mantido em razoável estabilidade (550 a 580 mil toneladas) nos últimos quatro anos, porém os preços, depois de atingirem altos níveis (média brasileira de US\$ 280,3/t) em 1963, reduziram-se praticamente à metade em 1966.

Os principais países produtores (Brasil, Tanzânia, Angola, Moçambique, Quênia e Uganda) acham-se de tal maneira preocupados com a situação, que recorreram à FAO, com vistas ao estudo do problema. Em princípio, cogita-se a formulação de um acordo internacional que teria a difícil tarefa de harmonizar um nível de preços desestimulante à competição dos sintéticos e ao mesmo tempo consideraria as necessidades dos países exportadores. Aliás, a competição dos sintéticos só não atingiu mais profundamente as fibras duras devido ao nível de preços extremamente baixos destas.

As tentativas de ajustamento das séries de valor médio, quantidade exportada e valor total da exportação não apresentaram resultados satisfatórios.¹⁰

A correlação entre a produção e o valor da exportação indicou um coeficiente ($\delta = 0,914$) fortemente positivo.

10) A série do valor médio não apresentou tendência determinada. Os dados da quantidade exportada foram ajustados por uma parábola de 2.º grau, que apesar de explicar 90,9% da sua variância, deve ser tomada com muitas ressalvas, pois a parábola passa por um máximo em 1966, decrescendo a seguir. A série do valor da exportação foi ajustada por uma reta ascendente. O resultado destes ajustamentos é que os valores médios (US\$/t) tenderiam a subir, situação que é irreal.

QUADRO XIX
 PRODUÇÃO, QUANTIDADE, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE SISAL
 BRASIL, 1953/1966

PERÍODOS	PRODUÇÃO	E X P O R T A Ç Ã O			VALORES MÉDIOS (FOB)		
		t	Cr\$ 1.000	US\$ 1.000	US\$/t	Cr\$/t	Cr\$/US\$
1953	66.411	22.332	108.508	3.926	175,8	4.858,8	27,64
1954	65.638	55.201	267.108	9.144	161,1	4.838,8	29,81
1955	89.798	80.342	519.781	11.291	140,5	6.469,6	46,03
1956	101.670	106.503	169.461	14.965	140,5	8.163,7	58,10
1957	102.320	99.984	852.550	12.784	128,0	8.534,5	66,69
1958	104.845	97.148	1.055.899	12.320	126,8	10.868,9	85,71
1959	141.467	113.481	1.833.862	18.355	161,8	16.160,1	100,00
1960	164.076	107.914	4.001.131	22.347	207,1	37.077,0	179,00
1961	170.000	128.655	5.915.978	24.793	191,7	45.983,3	238,62
1962	174.255	137.087	8.803.707	24.778	108,7	64.219,9	355,30
1963	199.299	129.998	19.633.962	36.442	280,3	151.032,8	538,77
1964	228.606	135.569	37.837.176	37.480	276,5	279.099,0	1.009,52
1965	241.965	150.246	42.944.412	24.778	180,7	285.827,3	1.744,64
1966 (*)		138.958	48.241.600	21.928	157,8	347.166,7	2.200,00

FONTE: S.E.E.F. — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
 CACEX --- Carteira de Comércio Exterior.

(*) Dados sujeitos a retificação.

Nesta configuração, a situação brasileira com relação ao sisal pode ser sintetizada da seguinte maneira:

1) Cêrca de 60 a 65% da produção nacional (Estados do Nordeste) destina-se ao mercado internacional.

2) A produção brasileira apresentou aumentos de cêrca de 15%/ano entre 1962 e 1965, sômente mostrando redução (produto não colhido) em 1966.

3) A qualidade da fibra brasileira é inferior à africana, o que em preço significa um diferencial de aproximadamente 10%, e mais do que isso nos anos de preço baixo.

4) A exportação brasileira tem representado de 21 a 23% do total comercializado internacionalmente.

5) As possibilidades para o Brasil em 1967, aos atuais baixos níveis de preços, não devem diferir muito dos resultados alcançados em 1966 (exportou-se cêrca de 138.000 toneladas), a não ser que prevaleçam safras reduzidas (pouco viável) nos principais países importadores, ou seja, Estados Unidos, C.E.E., Reino Unido e Japão.

6) As perspectivas para os anos futuros, principalmente a partir de 1970, são as piores possíveis.

Com relação às fibras sintéticas, sabe-se que apresentam inúmeras vantagens em relação às fibras naturais, quais sejam:

- a) São mais leves.
- b) Podem apresentar fornecimentos mais regulares.
- c) São mais resistentes.
- d) Podem apresentar preços mais estáveis.

SOJA

A soja é um dos produtos agrícolas, cuja participação brasileira no mercado internacional pode ser considerada esporádica. De um modo geral, as quantidades embarcadas nos últimos anos têm sido pequenas, sendo que em 1960 e 1964 nada foi exportado.

Trata-se, entretanto, de um dos produtos com maiores possibilidades para o Brasil considerando-se as condições de preço, com tendência de alta, a reduzida participação do País no mercado internacional (atingiu no máximo a 2% em 1962), demanda crescente do mercado graças à redução de oferta de produtos substitutos, e o grande potencial para o incremento da cultura, haja visto esta não estar mais confinada sômente ao Rio Grande do Sul, tendo sido,

nos últimos dois anos, produzida intensamente no Paraná e São Paulo, graças ao programa de diversificação.

O mercado internacional indica os Estados Unidos como produtor de cerca de dois terços do total mundial, além de reter mais de 90% dos volumes totais comercializados. A China Continental é o segundo maior exportador, com o Brasil logo a seguir, apesar da pequena e por vêzes esporádica participação.

Entre os países importadores, o Japão, a Alemanha, a Holanda, a Dinamarca e a Itália são os principais.

Para 1967, a demanda pelo produto deverá continuar acentuada, indicando preços superiores às médias (US 105 a 110) registradas em 1966. O ajustamento dos valores médios (US\$ por tonelada) conseguidos pelo Brasil não foi possível, pois a série (1953/66) não apresentou tendência definida. Também o cálculo, em função das estimativas de quantidade exportada e valores totais da exportação, não apresentou bons resultados.¹¹

O coeficiente de correlação entre a produção e o valor das exportações mostrou-se fracamente negativo ($C = - 0,16$).

Em 1967, mercê de uma safra que se prenuncia como recorde, o Brasil deverá ter condições de exportar um volume de soja superior a 200.000 toneladas.

A decomposição do preço FOB de soja (US\$ 110/t) corresponde a cerca de Cr\$ 16.000 por saco de 60 quilos pôsto em Pôrto Alegre, considerando a taxa de conversão de Cr\$ 2.700 por dólar, enquanto que o preço interno no mercado atacadista de Pôrto Alegre situava-se em tórno de Cr\$ 14.000 em janeiro de 1967.

11) Em ambos os casos as ajustantes foram retas que se apresentaram paralelas ao eixo dos x, e, portanto, estacionárias. As flutuações, porém, em tórno desta reta, são enormes. As percentagens das variâncias explicadas (coeficiente de detreminação) foram de 29% e 0,3% e 0,3%, o que não permitiu estimativas adequadas.

BIBLIOGRAFIA

- Antônio Delfim Neto, Affonso Celso Pastor e Eduardo Pereira de Carvalho — *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil* — Estudos ANPES, n.º 5 .
- Banco Central da República do Brasil — *Relatório—1965* — *Boletim do DEPLAN* — V. 2 — N.º 1 — SUNAB.
- CACEX-SUEXP — *Comércio Exterior do Brasil* — 1954-1963 — Comissão de Estudos da Política do Cacau — Relatório.
- DEPARTAMENTO ECONÓMICO — Ministério da Agricultura — *Previsão de Safras — Estimativas do Consumo Aparente* — *Estimativas dos Excedentes Exportáveis* — Janeiro, 1967.
- Divisão de Economia Rural — Secretaria da Agricultura — *Agricultura em São Paulo*. n.ºs. 5/6 — maio/junho, 1965 e n.ºs. 1/10 — setembro/outubro, 1965.
- FAO — *Boletim Mensal de Economia y Estadística Agrícolas*, — vol. 15, septiembre, 1966. — Los Productos Sintéticos y Sus Efectos en El Comercio Agrícola — Serie Sobre Productos — 38. — Trade Yearbook — Vol. 19-1965.
- Ministério das Relações Exteriores (STAP)
Erva-mate Cancheada e Beneficiada — Monografia (59-60)
Fumo — Monografia (169 e 170)
Laranjas — Monografia (61, 62 e 63)
Divisão de Produtos de Base — *Notas sobre o Comércio Internacional de Cacau* — 1966.
Mamona e Óleo de Mamona — Monografia (96 e 97).
Divisão de Produtos de Base — *I Sessão do Grupo de Estudos da FAO Sobre Fibras Duras* — 1966.
Relatório Mensal sobre Mercado de Produtos de Base — Dezembro, 1966.
- U.S. Department of Agriculture — *Economic Research Service* — *The Western Europe Agricultural Situation* — ERS — Foreign — 149.
The USSR and Eastern Europe Agricultural Situation — Idem, — 1951.
The Far East, Mainland China, Oceania Agricultural Situation — Idem, 152.
The Africa And West Asia Agricultural Situation, Idem, — 1953.
The Western Hemisphere Agricultural Situation, Idem, 154.
The World Agricultural Situation, — Report n.º 28 e 33.

Comentador: *Dr. Domingos Desgualdo Netto*

Meus Senhores,

Provavelmente a regra jurídica de que “quem pode o mais, pode o menos”, esteja neste momento, sofrendo uma das suas mais sérias exceções... Felizmente, para confirmar a regra, dir-se-ia... Trata-se do fato de que este servidor da Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, por boa vontade manifesta de quem o determinou, vê-se contingenciado a comentar o trabalho aqui apresentado pelo colega Victor José Pellegrini, em confessa inferioridade ante aos termos em que poderia fazê-lo, com maior agrado do auditório, colega Mauro de Souza Barros, a quem nos incumbe a difícil missão de substituir.

Entendemos que quem comenta deveria ter, antes, a capacidade de produzir estudo ao menos da substância do comentado. Assim, por descaminhos, acabamos nós podendo o mais — o comentário — quando, e porisso dizíamos ser paradoxal, provavelmente não tivéssemos o condão de produzir o menos — a obra comentada. Esta constatação, assim de público reconhecendo a inversão das proposições, consubstancia os cumprimentos que desejamos apresentar ao Autor pela escorreita colocação que deu ao seu mistér.

Para o estudo “Exportação dos Produtos Agrícolas” seguiu o Autor o seguinte caminho:

- 1.º — retrospecto da exportação em 14 anos, para 16 produtos;
- 2.º — estimativa de quantidade e valores da exportação de 16 produtos, para 1967;
- 3.º — projeção da produção de 16 produtos para 1967/71;
- 4.º — para 10 (dez) produtos, estimativa de cotações internacionais desde 1967 até 1971. Para os seis demais produtos, por diversos tipos de distorções e dificuldades, não foi possível ao Autor obter estimativa. Para

os dez produtos acima mencionados: açúcar, algodão, banana, cacau, café, erva-mate, fumo, laranja, óleo de maona e pimenta-do-reino, o Autor encontrou 1967 e 1971 com aumentos estimados em dólares por tonelada no mercado internacional: açúcar, banana, café e laranja (4 produtos) e com quedas estimadas de cotação: algodão, cacau, erva-mate, fumo, óleo de mamona e pimenta-do-reino (6 produtos).

Para os quatro produtos de possível posição estimada futura favorável, isto é, os quatro produtos — açúcar, banana, café e laranja, tem o colega o cuidado de chamar a atenção para que se observe o seguinte:

1.º — *açúcar* — a) o nôvo dólar (Cr\$ 2.700) já era necessário para a produção de 1967 não ser gravosa; b) a constância previsível, de preços em dólares para os anos seguintes, exigiria novas desvalorizações internas e êle friza que só um acôrdo mundial do açúcar seria “tábua de salvação”.

2.º — *banana* — há perspectivas de uma evolução prevista à página 21 acrescida da observação que se refere a um mercado restrito: Uruguai e Argentina.

3.º — *café* — aparece com uma elevação um tanto alta que o Autor explica ser decorrente de uma superestimação, de vez que somente 77% da variância da série está explicada na sua conclusão.

4.º — *laranja* — embora apresentada em evolução favorável, os comentários da página 40 sôbre o aspecto conjuntura servem para obnubliar qualquer conclusão mais otimista decorrente do “facies” numérico.

Pela própria natureza do estudo — e isto é mera constatação pessoal, projetaram-se cotações no mercado internacional e não quantidades exportáveis àquelas cotações. Claro que pelas interrelações ocorrentes nos diversos mercados, é um tanto difícil apreciar os fatos da competição na sua dinâmica futura; de qualquer modo o estudo instruiria raciocínio numa faixa antes de tudo conceitual.

Evidentemente, entre os produtos primários, as exportações de alimentos se oferecem em um mercado cuja demanda nos países desenvolvidos cresce lentamente em virtude dos altos níveis de consumo de alimentos “per capita” por êle já alcançados. Para ampliar as exportações encontram êsses produtos tendência sempre presente da queda de preços provocada pelo lento crescimento da demanda.

O Autor mergulhou num passado de 14 anos e 16 produtos, analisou-o, ponderou-os e estimou preços futuros, tudo da página 7 em diante. Entusiasmou-se com seu trabalho, não viu uma perspectiva muito brilhante, mas por um processo elogiável de enfrentar o problema, voltou à introdução até a página 6, fazendo aquilo que na nossa desprezível opinião é muito mais que a introdução; é a conclusão. Mais do que isto: é a sugestão. Sugestão que é o ponto alto do trabalho na expressão de conceitos que indicam um amadurecimento nascido do reflexivo contato com os dados compulsados. Embora pessoalmente admitamos discussões sobre os itens 1, 2 da pg. 5, o item 4, no seu subitem d, implica em toda uma filosofia de ação. Aliás compulsando os dados oferecidos, considerando-se as flutuações para 1967, isto significaria, afóra café, para 1971, uma queda em dólares de 22,5 milhões.

O estímulo preconizado à semi-manufatura e a manufatura, será passo sem dúvida decisivo no sentido da melhoria do denominador na relação de trocas.

O conjunto de medidas preconizado à pg. 5 se integra no pressuposto de que o intercâmbio comercial sendo necessário a todos os países visa à elevação do mesmo até o ponto máximo da sua eficiência global.

Todavia, o A. pode inclusive no futuro e com pequeno trabalho adicional, incluir alguns assuntos um tanto controvertidos no que tange a posição do Brasil no mercado internacional como por exemplo:

1.º — relação tamanho (população) dos países com sua exportação de produtos primários (mais especificamente agrícolas).

2.º — cotejo da participação da agricultura sobre o total da exportação em outros países em desenvolvimento.

Finalmente, se a série histórica passada é eventualmente desfavorável e conseqüentemente se tema que ela se projete também em desfavorável história futura, há a possibilidade da interferência de uma política global capaz de impedir que os acontecimentos futuros sejam um repetido e indesejável etc.

Nós acreditamos que o A., a quem cumprimos neste ensêjo, ainda tem muito de si para dar em resposta aos apelos dessa problemática da deterioração de trocas cujo engaste está no núcleo da busca da soberania via crescimento econômico.

Comentador: *Cyro Freire Cury*

O trabalho elaborado pelo Dr. Pellegrini aborda um tema que tem sido uma verdadeira angústia para os países subdesenvolvidos, de economia reflexa.

A deterioração que, de um modo geral, se verifica nos preços dos produtos agrícolas transacionados no mercado internacional, realmente, tem-se constituído em fator de desânimo e desestímulo para os países produtores nas suas tentativas de fixação de mercados que permitam a realização de uma política eficaz de exportação.

Como diz o autor, "a rigor, não existe teoria, princípio ou fórmula que rigidamente seja capaz de orientar as diretrizes para um determinado produto ou para um determinado país, com relação ao mercado internacional".

A receita indicada, a nosso modesto ver, está correta. Poderíamos enfatizar aquêles aspectos que são absolutamente fundamentais no estabelecimento de uma política de comércio exterior (em relação aos produtos agrícolas), e que se circunscrevem entre os elementos básicos de uma infraestrutura agrícola. A produção econômica, decorrente do uso de áreas apropriadas, da aplicação de conhecimentos tecnológicos; um sistema de estocagem condizente com uma política agrícola de longo prazo; padronização que atenda aos requisitos do mercado internacional, são indispensáveis fatores de calço para se entrar no "jôgo" do mercado internacional dentro das regras vigentes.

Gostaríamos de comentar, em particular, a medida de caráter geral recomendada em relação a estudos de mercados.

Nossa condição de antigo funcionário da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil nos permite avaliar a transcendental importância dessa medida. Não nos referimos tão somente à análise de laboratório, científica. A nosso ver, deveríamos espalhar pelo mundo economistas viajantes, investigadores, "olheiros" (perdoem a expressão), que teriam a finalidade de transmitir o comportamento de com-

petidores e consumidores pela apreciação dos fatos e casos ocorrentes.

Deixaremos de comentar as análises dos principais produtos agrícolas apresentadas no trabalho, pois, simplesmente confirmam as teses do autor.

Suspeitos para falar do CONCEX, cuja Secretaria Geral integramos por força mesmo da nossa condição de funcionário da CACEX, permitimo-nos todavia dizer a propósito que se trata de mais uma tentativa, bastante consciente, do Governo, de se aproximar do equacionamento dos problemas de exportação e que, devido a ser recente sua implantação, ainda não possibilitou divisar com clareza seus resultados práticos.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

EDSON POTSCH MAGALHÃES (*)

I — INTRODUÇÃO

No tema central desta V Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais — Bases de uma Política Agrícola Favorável ao Desenvolvimento Econômico do Brasil — a Assistência Técnica é tópico que se ajusta com propriedade.

Ignoro as razões que inspiraram os dirigentes de nossa SOBER a confiar-me a tarefa e o tema. Talvez, o fato de a Universidade Rural, que tenho a fortuna de dirigir, manter vitorioso programa de cooperação técnica com a Universidade de Purdue, desde 1952, tenha sido a mais forte razão da escolha de meu nome. De qualquer sorte, sinto-me feliz com a oportunidade de pôr em relêvo, nesta Sociedade, o excelente programa de cooperação entre as duas Universidades, que é, sem dúvida, um modelo de Assistência Técnica.

Três outras universidades brasileiras mantêm, hoje, programas cooperativos com universidades norte-americanas. A Universidade do Ceará com a Universidade do Arizona; a do Rio Grande do Sul com a de Wisconsin; e a de São Paulo com a de Ohio. Todos êsses programas dizem respeito, especialmente, ao setor agrônômico, o que mostra calhar com o tema central desta Reunião.

Permitam-me confessar que o êxito do primeiro programa-cooperativo (Viçosa-Purdue) foi a chave que abriu as portas do entendimento para os programas de outras universidades.

Fiquemos, por enquanto, com esta ligeira introdução. Posteriormente, voltarei a focalizar o caso específico Viçosa-Purdue.

(*) Professor Catedrático de Economia Rural e Reitor da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

II — CONCEITUAÇÃO

Penso que a Assistência Técnica deve ser entendida, hoje, como uma das mais valiosas contribuições que alguns países proporcionam para a tarefa de melhoramento de determinado grupo de países menos desenvolvidos. Dita Assistência vem, especialmente, de democracias ocidentais desenvolvidas.

Ao dizer-se que é uma das mais valiosas contribuições, não se afirma, de modo algum, que ela em si mesma ou por si mesma tenha as condições necessárias e suficientes para promover as transformações imprescindíveis ao desejável desenvolvimento ou melhoramento.

Não creio que valesse a pena analisar o problema em pormenores, pelo menos nesta oportunidade. Sinto, porém, haver pessoas de responsabilidade que admitem ser a Assistência Técnica instrumental infalível na solução desse cruelíssimo problema do nosso tempo. Há uma ânsia em toda a parte no sentido de se elevarem os padrões de bem-estar do maior número. Tem havido progresso, não há como negar, mas muito aquém do que seria naturalmente desejável. Mesmo progressos essencialmente econômicos, suscetíveis de mensuração, não identificam, de modo preciso, a melhoria dos padrões de bem-estar.

De outra parte, é curioso verificar que, nos países desenvolvidos, coincidem a falta de assistência técnica ou de conhecimento tecnológico com defeituosa ou condenável estrutura agrária, não satisfatório sistema de crédito e velhas e inadequadas práticas de comercialização. Há de registrar-se, ainda, que é baixa a escala de valores e o povo rural, às vezes nem sequer alfabetizado, é carente de educação, desconhece o conceito de liberdade em sua essência e extensão, e se revela pobre em suas decisões de escolha.

O quadro é contristador e realístico. A Assistência Técnica há de revelar-se através de vários ângulos, a fim de que ela atinja os seus reais objetivos. Relacionada com a cultura e a escala de valores dos povos a que visa, compreende-se logo ser necessário que ela se condicione a programas de prazo longo. Nenhum programa a curto prazo, menos de 10 anos, poderá lograr resultados positivos e duradouros.

III — PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Programas de Assistência Técnica têm havido, partidos de diferentes governos, organizações e fundações. Alguns são simples e de curta duração. Outros se revelam de maior amplitude e visam a mais extensos períodos de tempo. Há programas de caráter nacional e colonial. A Inglaterra, por exemplo, desenvolveu amplos programas em suas colônias africanas e na própria Índia. É inquestionável que alguns desses programas foram vitoriosos; outros, porém, falharam. A França, Portugal, Bélgica, Holanda etc. desenvolveram projetos de assistência técnica.

Diversas Fundações, haja visto a Ford e a Rockefeller, desde longo tempo vêm prestando assistência técnica a diferentes países e através de modalidades várias. Assistência a Universidades para equipamento de laboratórios, bolsas de estudos, contratação de professores, formação de aprimoramento de bibliotecas, experimentação e pesquisa, construções, programas agrícolas, tem sido prestada por Fundações a países como Brasil, México, Índia etc.. Temos sido generosamente beneficiados, no Brasil, por programas de cooperação entre Fundações e Universidades, mesmo porque, tendo-se em conta a importância do elemento humano qualificado, geralmente escasso, e o fato de que os programas devem ser de prazo longo, permitem o preparo de maior número de técnicos do próprio país. Se é verdade, e força é reconhecer, que elementos excelentes do ponto de vista profissional e humano são enviados ao exterior em programas de Assistência Técnica, — também é evidente que os organismos assistentes não contam com bons técnicos em número suficiente para atender à crescente demanda. Ademais, muitas vezes são escolhidos homens já amadurecidos, sem a resistência física necessária para a grande batalha a ser travada. O desconhecimento do idioma nacional e a natural ignorância dos reais problemas do país a assistir, as aspirações de seu povo, sua escala de valores, sua natural desconfiança ou prevenção, tudo contribui para reduzir o êxito das tarefas cometidas a esses agentes de Assistência Técnica.

Missões de Assistência Técnica têm sido enviadas de governo a governo, a fim de atender a objetivos diversos. Aqui, nosso interesse se volta particularmente para os programas relacionados com a agricultura.

Dentre os vários programas conhecidos, merecem especial destaque os das Nações Unidas, os do Ponto IV, hoje

Aliança para o Progresso e o chamado Plano Colombo para o desenvolvimento de uma parte da Ásia.

Não se há de perder de vista que todos êsses programas têm implicações tanto para com os países ou organizações que os promovem, quanto para os países menos desenvolvidos, que os recebem. Não se podem ignorar as implicações políticas de seu contexto, as contra-partidas que êles reclamam, especialmente a tônica permanente de democracia em oposição aos chamados regimes de exceção. Facilidades para investimento de capitais, oportunidades para um fluxo de comércio em que produtos acabados se permutam por alimentos e matérias primas, compromissos com vista a transformação de velhas estruturas e eliminação de conhecidos privilégios e monopólios, combate sem trêguas à inflação crônica e às vezes aguda, desestatização de empresas e capitais com vistas à sua democratização são algumas das muitas contrapartidas que se reclamam. E não se há de esquecer dos compromissos e injunções militares, cujos objetivos mais essenciais nem sempre são convenientemente esclarecidos.

As Nações Unidas, sem embargo das críticas contra a Organização assacadas, vêm prestando assinalados benefícios à humanidade. Estabeleceu, em outubro de 1945, uma de suas agências especializadas de maior interesse para o tema desta Reunião, que é a FAO. Seus propósitos são melhorar a eficiência da produção e distribuição de todos os produtos agrícolas, elevar o padrão de vida das populações rurais e o nível de nutrição de todo o mundo e contribuir, de resto, para a expansão da economia mundial. Êsses propósitos hão de ser conseguidos através de vários expedientes tais como:

a) coletar dados e fatos relacionados com a agricultura, florestas, pesca, alimento e nutrição, organizá-los e colocá-los à disposição de todos os governos e ainda avaliar a perspectiva da oferta e procura dos produtos agrícolas;

b) servir como agência consultiva mundial que desenvolve e torna disponível o conhecimento técnico e científico em tôdas as fases da produção e distribuição; e

c) servir como forum capaz de reunir os governos para a ação internacional.

A FAO é uma realidade universal e seus benefícios são largamente acolhidos em tôda parte. Nela têm estado e continuam técnicos brasileiros de alto saber e proficiência, prestando seus valiosos serviços profissionais. Dela têm vindo valores expressivos, a fim de ajudar-nos nas várias áreas de sua preocupação e do nosso superior interesse. Vê-se que a

FAO, a despeito de seus limitados recursos, cumpre o programa de Assistência Técnica que se traçou e conquista reconhecimento público de toda a parte. Sua ação é visível, quer na área executiva quer no campo consultivo, como agência de assistência técnica.

O Presidente Harry Truman, dos Estados Unidos, com vistas ao programa internacional daquele país, estabeleceu o programa chamado Ponto IV, cujos objetivos visavam a partilhar o conhecimento, as habilidades técnicas e o capital norte americano com os países menos desenvolvidos. O Ponto IV, através da Agência para o Desenvolvimento Internacional, cêdo se espalhou pelo mundo quase todo, graças à fabulosa fortuna acumulada pelo país e à determinação de seu povo e govêrno de fazer com que as populações que o desejassem viessem a partilhar daquilo que livre e democráticamente se oferecia sob a melhor inspiração. Através dos mais variados órgãos e sob diferentes formas, o Ponto IV se fêz conhecido em toda a parte, afirmando a presença norte americana, colhendo frutos e vitórias aqui e acolá e registrando, como era natural, algumas falhas e insucessos.

O Ponto IV cedeu lugar à Aliança para o Progresso, já em seu sexto ano de intensa atividade. Inspirada, em verdade, pelo Presidente Juscelino Kubitschek, sob a denominação de Operação Pan-Americana, surgiu graças ao Presidente Kennedy, em Punta del Este. Etamos muito longe das metas preconizadas por aquela carta.

De qualquer sorte, impõe-se perseguir ditas metas para que possamos ter mais administradores e agricultores, cientistas, trabalhadores treinados para a sociedade moderna, maior número e melhores moradias, água, transporte, alimentos, educação, saúde, mais elevado padrão de bem estar.

E através da Aliança para o Progresso a Assistência Técnica continua seu fluxo estimulador, especialmente porque ela se acompanha de recursos financeiros para investimento.

O Plano Marshall, que se seguiu à Segunda Grande Guerra e foi inútilmente reclamado pela América Latina, tinha programa próprio e filosofia definida. Reconstruir, e não construir, eraseu "slogan". Então, apenas as nações cicatrizadas pela Guerra poderiam e deveriam beneficiar-se dêle. Inglaterra, França, Itália, Alemanha Ocidental foram largamente beneficiadas. Desenvolveu-se como um programa de fornecimento de capitais para investimentos, evidentemente sob várias formas, mas não se tratou de

transferência de conhecimentos, de habilidades, de tecnologia, de "know-how". Disto não precisava a Europa Ocidental, mesmo porque isto não foi destruído pela Guerra.

O Plano Colombo, a despeito de ambicioso em seus objetivos, não contou com recursos financeiros maciços. Deixava a execução dos projetos aos governos dos diferentes países e, daí, não surpreender que tenha havido terrível malversação naquelas longínquas e despreparadas regiões da Ásia.

IV — ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PAÍS

Somos um país carente de assistência técnica. Precisamos de assistência técnica externa e temos o dever de difundir, no país, a assistência técnica conhecida e disponível. É, ainda, imperativo que se descubram novas técnicas, que se aprimorem os conhecimentos, que se aperfeiçoem as habilidades em todos os setores e de modo particular na agricultura. Pesquisar e experimentar são deveres inadiáveis. Sem pesquisa e experimentação compromete-se o desenvolvimento. Ademais, os achados que se prestam a determinados países e áreas nem sempre se ajustam à realidade brasileira. E dentro da vastidão pátria há, necessariamente, muitas realidades. Para cada uma delas, muitas vezes, são reclamadas tecnologias diferentes. As dimensões continentais do país nos têm conduzido, lamentavelmente, à posição de certo ufanismo ou comodismo, o que nos tem pôsto a esperar em vez de nos preparar para aceitar os desafios da grandeza territorial e dos problemas que surgem dessa mesma grandeza.

Aspiramos a maior produção como base para melhoria do nosso padrão de vida. Lembra-me que a carta de Punta del Este estabeleceu uma meta de dois e meio por cento "per capita" como um mínimo anual. Temos conseguido isto. Os problemas aí estão, no entanto, a desafiar-nos. A despeito de avanços relativamente importantes na tecnologia agrícola, a produção por hectare permaneceu quase que estacionária. Tem-se como certo que o aumento quantitativo decorre especialmente da utilização de novas áreas. Dentro de 5 anos a população deverá estar acrescida de 16 milhões e a força trabalho aumentada de 6 milhões, que demandarão novos empregos e que só serão possíveis em uma economia vitalizada e em expansão. Novas exigências de moradia, transporte, escolas, alimentação, hospitais, se constituirão em novos desafios. E no meio rural, novas técnicas,

fertilizantes, fungicidas, inseticidas, herbicidas, novas linhagens vegetais e animais, de maior capacidade produtiva e maior resistência, maquinaria, irrigação, facilidades para armazenamento, crédito, eletrificação, estradas, mais aperfeiçoados processos de comercialização, tudo se forma em um caudal de problemas que são verdadeiros desafios.

Sem dúvida, melhoramentos de tecnologia agrícola e aumentos no capital e nas habilidades são condições essenciais para que a capacidade do homem produza mais alimentos e fibras, a fim de corresponder à crescente demanda da população.

Assistência Técnica se procurou fazer desde muito tempo, internamente, mas por processos inadequados, geralmente paternalísticos e sem programação e recursos convenientes. Fomento se entendia por forma de assistência técnica. A partir de 1948, com o início da ACAR em Minas Gerais, iniciou-se uma nova fase em que através dos serviços de extensão se procurava levar ao homem do campo a tecnologia que mais lhe convinha. A semente lançada em Minas Gerais desenvolveu-se e deu frutos que convenceram de tal sorte, que outros Estados se decidiram a embarcar em programa semelhante. Mais adiante surge a ABCAR que, como órgão de cúpula, coordena os programas nos Estados. O êxito do sistema, que tem sido acoimado de dispendioso (haverá sistema melhor ou semelhante e menos oneroso?) é tão extraordinário que conquistou pronto reconhecimento nacional, tanto público quanto privado. Quase todos os Estados contam, hoje, com programas de extensão.

Vale reconhecer e proclamar, no entanto, que antes do sistema de extensão e ainda hoje, numerosas instituições, aqui e acolá, promovem, com sucesso, programas permanentes de assistência técnica. Repete-se, aqui, que a assistência técnica pode e é prestada sob as mais diversas formas e modalidades. Facetas dignas de especial referência, no que tange aos programas de extensão, são as seguintes:

- a) a assistência creditícia, através do crédito supervisionado ou orientado, é uma realidade;
- b) os técnicos não são servidores públicos mas trabalham segundo os padrões das leis trabalhistas e em regime de dedicação exclusiva;
- c) dispõem de permanente modalidade, e participam da vida rural, vivendo-a intensamente com os agricultores;
- d) há preocupação constante no sentido de que os extensionistas não se desatualizem e, para isto, promovem-se cursos periódicos de revisão e atualização.

Convém, a esta altura, pôr em relêvo que a corrente ensino, experimentação, pesquisa e extensão vem sendo decisiva em muitas áreas e que, no Brasil, temos ainda muito que fazer nesse setor. Impõe-se que se aliem as organizações públicas e privadas, as fundações, as universidades e escolas, as estações experimentais, os órgãos de pesquisa, as instituições de crédito e os programas de extensão.

Se os avanços tecnológicos e investimentos na agricultura norte-americana, na do Japão e na de vários países europeus não são ainda possíveis nos trópicos brasileiros, impõe-se, de qualquer modo, esforço sério e consciente com vistas à diminuição das amplas diferenças entre aquelas economias e a nossa.

A produtividade, tanto vegetal como animal, provê boas indicações relativamente ao nível tecnológico. E é já acariano afirmar que os índices de produtividade da agropecuária brasileira são muito baixos. O consumo de fertilizantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, o uso de linhagens aprimoradas de animais e plantas e o número de tratores são geralmente indicações que revelam variações de produtividade ou em rendimentos por animal, planta, área e homem.

Os países que têm revelado mais rápido progresso econômico são precisamente aqueles onde a produtividade é maior; utilizam fatores de produção que efetivamente contribuem para o aumento dos rendimentos; trazem de nações mais desenvolvidas as experiências e o conhecimento tecnológico adquiridos e os aplicam em esforço sério, dispostos a resolver problemas tradicionais e desafiadores. Japão e Israel são dois dos mais expressivos exemplos que merecem meditação e análise. Questão fundamental é a do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e tecnologias no próprio país, através da experimentação, da pesquisa e do ensino. Transferência de tecnologias e habilidades nem sempre se podem fazer com sucesso no campo da agropecuária. E vale registrar que, infelizmente e muitas vezes, se buscam fora do país tecnologias a ser ainda provadas aqui e se ignora o que se faz, com sucesso, em determinadas propriedades agrícolas ou mesmo em áreas limitadas. Os frutos da experimentação e pesquisa conduzidos no país são, naturalmente, mais merecedores de atenção e confiança. Convém que se estabeleçam sólidas relações entre pesquisadores e extensionistas, de modo a se beneficiarem mutuamente os dois grupos e a sociedade como um todo. Os resultados da experimentação e pesquisa só completam seu

sentido quando postos ao alcance daqueles que os vão usar. Aos extensionistas compete a tarefa de difundir os achados e também a de trazer os problemas que desafiam o homem do campo para que o pesquisador ou o experimentador indique a solução mais adequada.

Convém, a esta altura, lembrar que a assistência técnica sem capital para investimento, sem fatores de produção acessíveis no momento em que se fazem necessários e a custos que justifiquem sua aplicação, perde consideravelmente seu efeito positivo.

V — PROJETO PURDUE-UREMG

Retorno, agora, à passagem introdutória, com o propósito de pôr em relêvo o PROJETO PURDUE-UREMG que é, sem favor, um modelo de Programa de Assistência Técnica.

A experiência vivida por Viçosa, em suas relações com Purdue, desde 1952, tem sido de valor excepcional. O balanço das transações tem apresentado sempre um saldo positivo para a Universidade Rural, o que vale dizer para o Estado de Minas e para o Brasil. O sucesso cêdo revelado foi chave, como disse no início, capaz de abrir as portas de entendimentos entre outras universidades brasileiras e norte-americanas.

Tenho robustecido a convicção de que os programas cooperativos entre universidades, evidentemente com o beneplácito e o apoio dos respectivos governos, são dos mais efetivos e dos que maiores e mais rápidos retornos podem proporcionar.

Livres de injunções políticas inferiores e alheios a interesses subalternos, conduzidos por homens de formação universitária, capazes de colocar a educação e a cultura em plano elevado, com vistas ao alevantamento do padrão de bem-estar do maior número, êsses programas de assistência técnica são da mais promissora rentabilidade. Número relativamente pequeno de especialistas de alto nível se coloca lado a lado com professores e técnicos nacionais. E todos em contato com as sucessivas turmas de discentes. Esta é uma forma de assistência técnica que funciona, realmente, como um multiplicador, porque são muitos e muitos os que se beneficiam dos conhecimentos, habilidades e experiências de pequeno número. Digno ainda de registro é o fato de que a vida universitária propicia ambiente mais adequado ao desenvolvimento de melhores relações não apenas profissionais mas também humanas. Pretender apenas

o "know-how" é desejar pouco e emprestar sentido não humano às relações. A experiência de Viçosa tem revelado aspectos curiosos desse estreitamento de relações humanas que contribui deciddamente para melhor utilização dos valores profissionais e técnicos.

Além dos excelentes resultados das relações sociais entre as duas universidades e os dois povos, numa demonstração valiosa de "goodwill", o programa cooperativo tem permitido a grande número de professôres e elementos da administração superior viajar para os Estados Unidos, ora para realizarem cursos de pós-graduação, ora para cursos mais rápidos ou, ainda, para simples atualização.

Foi esta forma de assistência técnica que contribuiu notavelmente para a exponsão e o desenvolvimeto da Universidade Rural, já que o govérno de Minas, avaliando o alcance do programa, emprestou à UREMG seu valioso e imprescindível suporte.

Além de professôres de alto nível, dos melhores dos quadros da Universidade de Purdue, alguns dêles figuras exponenciais da SOBER, recursos materiais sob a forma de livros, periódicos, equipamento de tôda a espécie, drogas para pesquisas e análises têm sido canalizados para a UREMIG.

Os professôres e especialistas permitiram a criação, hoje, vitoriosa, da primeira Escola Superior de Ciências Domésticas do Brasil, cujo reconhecimento atravessou fronteiras latino-americanas e atraiu alunas de vários países. Já se graduaram em Viçosa 10 turmas de bacharelas em Ciências Domésticas.

Graças a essa Assistência tornou-se possível, também, o estabelecimento da primeira Escola de Pós-Graduação do Brasil, a qual já matriculou 269 alunos e conferiu 78 graus de Magister Scientiae (M.S.) em diversas áreas do conhecimento.

Ainda contando com tão valiosa colaboração, desenvolveram-se os programas de experimentação, pesquisa e extensão. Aprimoraram-se os cursos de graduação. Ampliaram-me e enriqueceram-se os laboratórios. Brasileiros e norte-americanos, trabalhando lado a lado, sem discriminação e sem superioridade, tornaram possível a transplantação de novas tecnologias, ajustando-se sem perda de tempo à realidade brasileira.

Sucessivos convênios foram celebrados e, partindo-se de 2 técnicos em 1952, chegou-se a 15, em 1966.

Os técnicos norte-americanos têm sido trazidos para diferentes áreas, de acôrdo com o interêsse revelado pela UREMGE, e 33 dêles já estiveram ou estão prestando serviços à Universidade.

O Programa tem permitido, também, a visita de altas personalidades da Universidade de Purdue, inclusive seu notável Presidente, Dr. Frederick L. Hovde.

VI — CONCLUSÃO

Ao concluir esta contribuição, cujo desalinho é evidente por si mesmo, espero ter deixado abertas numerosas janelas ou mesmo portas para críticas e debates.

Noã se trata de trabalho técnico, mas de considerações gerais acêrca de um tema de palpitante interêsse.

Lembra-me, aqui, o Pe. Antônio Vieira em carta ao Rei de Portugal e que se tornou famosa. Parodiando, peço-vos desculpas por haver sido longo, já que me faltou tempo para ser breve.

Comentador: *Oriovaldo Queda*

Se me permitirem eu começarei pelas conclusões, quando o autor diz o seguinte: "Não se trata de trabalho técnico, mas de considerações gerais acêrca de um tema de palpitante interesse". Estou de pleno acôrdo com esta conclusão. E me baseando nesta frase, difícil se torna tecer algumas considerações, desde que o próprio autor afirma não se tratar de trabalho técnico, mas considerações gerais e portanto considerações de ordem pessoal. Diz êle que a assistência técnica deve ser entendida hoje como uma das mais valiosas contribuições que alguns países proporcionam à tarefa de melhoramento de determinado grupo de países menos desenvolvidos, e se nós formos analisar o resto do trabalho me parece que o autor limitou o campo do que êle entende por assistência técnica, a qual ficou ao âmbito de convênios e acôrds de país a país ou de universidade a universidade. Assim, parece-me que foi uma restrição um pouco imprópria, devido a que mais alguma coisa, um conceito, uma precisão do conceito de assistência técnica deveria ter sido tentada, embora logo adiante êle vá tratar rapidamente do problema de assistência técnica dentro do país. Porém, tomando essa limitação, vamos ficar dentro do campo da assistência técnica a que o autor se refere. Convém então perguntar, se essa assistência técnica no plano de país a país e no plano de universidade a universidade tem realmente respondido ao que se pretende dela. Aqui duas ordens de fatores nós devemos argüir, e o primeiro fator, de todos conhecido, e que o próprio autor cita na pág. 3, é o seguinte: o conhecimento do idioma nacional e a natural ignorância dos reais problemas do país a assistir, as aspirações de seu povo, sua escala de valores e sua natural desconfiança ou prevenção, tudo contribui para reduzir o êxito das tarefas cometidas a êsses agentes da assistência técnica. Assim sendo, parece-me que o trabalho deveria perguntar, ou deveria responder, se nesse campo, os técnicos estrangeiros que para cá têm vindo, têm resolvido ou têm su-

perado estes problemas apontados pelo autor. Infelizmente o trabalho não diz alguma coisa a respeito ou nem de leve toca neste sentido. Eu acho que em se tratando de assistência técnica, num congresso que se propõe a traçar uma base para diretrizes de desenvolvimento, alguma coisa deveria ter sido levantada a este respeito e o outro aspecto, o outro fator, é saber se esta assistência técnica atinge a toda a população rural. Estamos falando de convênios de país a país, estamos falando de convênios ou de projetos entre universidades, mas me parece que estes convênios ou esta assistência técnica só atenderão à finalidade quando a população rural fôr tocada no caso. Então convém saber também se realmente houve mudança de estrutura nessa sociedade rural ou se houve alterações na estrutura de classe, ou se houve alteração, enfim, de toda a sociedade rural e não apenas em parcela desta sociedade rural, onde normalmente esta assistência técnica tem sido dirigida. Aqui eu me reporto ao seguinte fato: normalmente ao se falar em assistência técnica promovida por órgãos oficiais ou particulares, a assistência técnica está intimamente ligada a proprietário rural. Fala-se em assistência à população rural (e agora entre aspas eu coloco) "Mas a assistência dirigida à classe de proprietários e dentro a classe de proprietários". Ou porque a assistência técnica também não se dirige à classe de trabalhadores rurais, ou àqueles que são engenheiros agrônomos ou que têm alguma vivência de prestação de assistência técnica tem uma rápida resposta. Basta tentar-se qualquer programa de assistência técnica ao trabalhador para que este técnico seja automaticamente marginalizado dentro da organização a que ele pertence. Pois dentro deste campo eu gostaria que o trabalho me respondesse a estas perguntas: se esta assistência entre as universidades tem provado eficiência, e se esta eficiência colocada dentro das universidades tem se estendido à população rural e se tem realmente melhorado o nível de vida da população rural. Como eu disse de início, o trabalho, como o próprio autor define, não é técnico, e então fica-se em termos pessoais e é muito fácil se atritar na discussão destes problemas. Eu não sei se fica clara a minha questão, mas eu acho que os dois problemas deveriam ter sido abordados, e já que se procura bases para política de desenvolvimento agrícola, estes dois pontos deveriam ter sido levantados, em termos de se conseguir uma resposta para eles, ou então se ter feito uma avaliação do que até então tem sido efetua-

do. O autor cita o projeto entre Purdue e a UREMG, mas não cita dados, ou melhor, cita dados de cursos realizados, indivíduos formados, laboratórios aumentados, prédios construídos, mas que não permite, a quem se dê ao cuidado de ler o trabalho, verificar se houve alteração desta estrutura da sociedade rural. Eu acho que em síntese era o que eu poderia comentar, desde que mais uma vez eu friso fui pego de surpresa e com pouco tempo para comentar o trabalho.

Comentador: *Bernard Erven*

O Professor Potsch apresentou um trabalho que serviu de subsídio para o entendimento de uma das funções da assistência técnica numa política agrícola favorável ao desenvolvimento econômico do Brasil. Meus comentários vão ser basicamente de forma resumida. Será feita também uma expansão de alguns pontos para apresentação. Parece-me que o Professor Potsch oferece no mínimo quatro contribuições importantes neste trabalho: A 1.^a contribuição — acho que a atitude do Professor Potsch sobre os técnicos estrangeiros é interessante e benéfica para a organização de programas para o futuro. Mas, especificamente após 15 anos de convênio da Universidade Rural de Viçosa com Purdue e depois da contratação de 33 técnicos norte-americanos, este economista famoso, com capacidade conhecida por todos, pode falar de maneira otimista sobre as possibilidades dos programas de assistência técnica entre entidades americanas e brasileiras. Isto é importante, porque é comum nos primeiros anos destes programas que ambos os lados participantes tenham dúvidas sobre o sucesso e o futuro dos projetos. A 2.^a contribuição — o Professor Potsch identificou pelo menos 5 fatores associados aos sucessos de programas de assistência técnica. Ele não está necessariamente concluindo que estes são problemas gerais, mas baseado na sua experiência, foram de certo sentidos nos programas que ele também conhece. Estes cinco fatores são: 1.^o — de prazo dos programas. Ele considerou 10 anos o prazo mínimo. Eu vou comentar um pouco sobre esta recomendação na última parte deste comentário. O 2.^o fator identificado, a qualidade dos técnicos estrangeiros. Eu concordo 100% com a palavra dele; os organismos existentes não contam com bons técnicos e número suficiente para atender à crescente demanda. O 3.^o fator identificado, a necessidade de investimentos complementares para pressentir mudanças no sistema necessárias para o seu progresso. O 4.^o — entendimento, fator bem importante para o êxito deste tipo de progra-

ma. Nas palavras do Professor Potsch, o sucesso cêdo revelado foi chave de abrir as portas do entendimento entre as Universidades brasileiras e norte-americanas. O 5.º fator é o de modificações políticas. Os programas devem ter políticas que prometem às entidades brasileiras realizar seus objetivos. Estas políticas são de vários tipos, e infelizmente o Professor Potsch não pôde desenvolver êste ponto muito importante. A 3.ª contribuição dêste trabalho é um breve sumário da história dos programas de assistência técnica. A 4.ª contribuição, na minha opinião, é uma ênfase na importância de colocar lado a lado os professôres e técnicos brasileiros em contato com um relativamente pequeno número de especialistas estrangeiros. O ponto do Professor Potsch, que eu penso ser fundamental, é que esta forma de assistência técnica funciona como um multiplicador. Após êste resumo, vou apresentar uma expansão de alguns pontos. Penso que o Professor Potsch está usando para êste trabalho uma definição relativamente estreita para o termo assistência técnica. Evidentemente êle quis se concentrar mais na assistência técnica das entidades estrangeiras, mas também êle tem alguns comentários sôbre programas de extensão da ACAR em Minas Gerais. Acho que devemos reconhecer que existem pelo menos três tipos importantes de assistência técnica: o 1.º tipo da assistência técnica é a de entidades estrangeiras. Talvez êste fôsse um título mais apropriado e descritivo dêste trabalho, porque esta é a ênfase do autor; o 2.º tipo de assistência é através de programas de extensão, por exemplo ACAR, ABCAR, ACARESC, e os programas de Secretarias da Agricultura e do Ministério da Agricultura; o 3.º tipo de assistência é de intercâmbio de entidades nacionais. Penso que êste tipo de assistência não tem tido ênfase suficiente nas políticas de desenvolvimento agrário. Também êste aspecto o Professor Potsch não considerou no seu trabalho. Minha observação é que agora é mais fácil, por exemplo, para uma Universidade conseguir assistência técnica de uma Universidade norte-americana, do que uma outra Universidade ou entidade brasileira. Mas muitas vêzes técnicos brasileiros têm mais condições para dar assistência do que técnicos estrangeiros, sem conhecimento e experiência dos problemas brasileiros. O Professor Potsch na pág. 2 disse que: "Nenhum programa a curto prazo, com menos de 10 anos, poderá lograr resultados positivos e duradouros". Parece-me que esta observação tem valor, pois os problemas não são tão fáceis, mas também esta generalização do prazo de 10 anos nem sempre pode ser

aplicada. Eu prefiro dizer que o prazo de um programa depende de 3 fatores: O 1.º fator é o objetivo do programa; por exemplo, assistência ao programa de pesquisa estabelecida versus assistência à formação de programas de pós-graduação. Estes são programas completamente diferentes, mas estão ainda dentro do campo de assistência técnica. Mas o prazo, acho que deve ser diferente. O 2.º fator são as condições das entidades brasileiras para receber assistência, e o 3.º fator é a capacidade e a experiência da entidade estrangeira. No comentário final da pág. 8 o autor falou sobre facêtas dignas no que tange ao programa de extensão. Meu comentário é relacionado à 2.ª facêta, onde êle diz que os técnicos não são servidores públicos, mas trabalham segundo os padrões das leis trabalhistas e em regime de dedicação exclusiva. Eu suponho que o Professor Potsch esteja falando em termos de sua experiência pessoal em Minas Gerais. Nossa experiência no Rio Grande do Sul é diferente disso. Nossos contatos através da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é através do nosso convênio da Universidade do Rio Grande do Sul com a Secretaria da Agricultura. Estes contatos nos dão a impressão que êstes servidores públicos da Secretaria da Agricultura em regime parcial estão fazendo contribuições importantes, por exemplo, a introdução de pastagens artificiais, inseticidas, sementes melhoradas e programa de classificação e análises dos solos. E o que é o mais importante, os técnicos da Secretaria de Agricultura instruíram os agricultores a usar êstes novos insumos. Mas eu não estou afirmando que os outros órgãos extencionistas não estejam fazendo contribuições importantes. Estes são os meus comentários sôbre o trabalho do Dr. Potsch. Êle afirmou ter deixado abertas inúmeras janelas ou mesmos portas para críticas e debates. Com isso o Professor Potsch reconhece que o problema é bem mais amplo, apresentando muitos outros aspectos para discutir. Eu concordo plenamente com isso. Muito obrigado.

DEBATES:

Dr. Antônio Rodrigues Coutinho

Sr. Presidente,

É realmente uma delícia a gente assistir a uma exposição do Professor Potsch Magalhães, pela precisão, pela propriedade de expressão, e não é por acaso que o Professor Potsch a meu ver é o mais brilhante professor de Economia Rural do Brasil. Ele abordou o problema dos técnicos estrangeiros com muita propriedade, salvo exceções que eu faço questão de frisar, o Dr. Woods Thomas aqui presente, o Dr. Schuh, Dr. Wheeler, o técnico em amostragem, Professor Jabaine e o Dr. Hillman. A maior parte dos técnicos estrangeiros que eu conheci me dá a impressão de um cidadão que se corresponde com outro através de cartas, desconhecendo no entanto o seu amigo por correspondência, e depois, resolvendo conhecer este amigo resolve trazer-lhe uma roupa. Chegando ao local do destino oferece a roupa e fica danado da vida quando esta roupa não se ajusta. não se amolda ao seu amigo ou é grande demais ou pequena demais. E isto ocorre com a maior parte dos técnicos estrangeiros. Eles vêm para cá com absoluta insensibilidade para com a cultura local; nunca ouviram falar em redução sociológica, pensam que o ideal para eles deve ser consequentemente ideal para nós; chegam aqui, aplicam o plano com desconhecimento absoluto do meio, e permitam minha expressão vulgar, "dão com os burros n'água". Eu acho que o planejamento da Economia Rural brasileira deve ser feito pelos brasileiros conhecedores. Por exemplo, nós temos um Ruy Miller Paiva, nós temos um Rubens Araújo Dias, um Edson Potsch Magalhães, para que trazer cidadãos que não tenham vivência do assunto? Eu mesmo assisti em Viçosa um cidadão deste convênio Viçosa/Purdue ensinando um assunto em que o Professor Édson Magalhães era imensamente superior a ele, apenas porque ele fazia parte do convênio. Esses acórdos propiciam geralmente para os técnicos brasi-

leiros e para as organizações, um suprimento de dólar muito agradável; mas para o Brasil, em grande parte, eu estou de acôrdo com as observações do 1.º comentarista. Sou perfeitamente favorável à vinda de técnicos para preencher lacunas culturais; por exemplo, o Professor Jabaine veio para o Brasil e prestou uma contribuição imensa ensinando a estatística oficial na época, e técnica de amostragem. Apesar de nós termos o Salomão Shatan em São Paulo, muito poucos no Brasil conheciam a técnica de amostragem, então o Jabaine veio preencher esta lacuna. Porém vir para nos ensinar aquilo que nós já sabemos, me faz lembrar aquelas palavras das famosas cartas régias do tempo do Brasil Império, em que os jesuítas recomendavam aos seus adeptos “Vão para lá ensinar o que êles sabem e tomem o que êles têm”. O Professor Potsch Magalhães abordou um assunto com que infelizmente eu não posso concordar, porque quem estudou na época o plano Marshall, sabe que, ao contrário do que êle afirma, não foi uma maravilha para a Europa, tanto não foi maravilha, que depois da guerra os países se reuniram e verificaram que eram precisos vinte bilhões de dólares para matar a fome do povo europeu. Êste auxílio foi dado 2 anos após, porque quem tinha que morrer de fome já estava morto; e foi dado na forma de 2 bilhões de dólares; a maior parte, em produtos elaborados e excedentes de guerra nos Estados Unidos, teve na Europa um administrador com capacidade de confiscar matérias primas que interessassem à indústria americana. De modo que eu não desejava para o Brasil êste tipo de assistência técnica.

Dr. Otto Vergara

Com o devido respeito ao Magnífico Reitor da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, eu gostaria de fazer uma pergunta, considerando a existência da assistência técnica ao nível dos agricultores, que já é uma realidade, como bem disse, com os seus 10 anos de existência no Estado de Minas Gerais, talvez chegando a 15 anos, mas que talvez possa ser melhorada e talvez seja essa nossa preocupação maior.

Alguma coisa poderá ser feita neste sentido, e eu tenho a impressão de que um dos aspectos limitantes da extensão rural ao nível do agricultor reside no fato da criação de uma procura de “inputs” para a agricultura, e que na medida em que a infra-estrutura não está preparada, não há condições infra-estruturais para propiciar a oferta destes

“inputs”. Criaria um estrangulamento muito grande e uma frustração dos agricultores em ter acesso a êsses “inputs”, como por exemplo é o caso de regiões que não estão servidas ainda por sistema de transportes e que no entanto precisam de certos “inputs”. Mas com a extensão, com os técnicos extensionistas, êles procuram criar esta demanda e no entanto é difícil para êstes agricultores que estão nesta região menos favorecida terem acesso a êsses produtos. Eu perguntaria portanto ao Dr. Potsch, como foi dito aqui, um dos melhores professôres de economia rural do Brasil, um dos pioneiros, como poderia ser feita alguma coisa neste sentido, de modo que pudéssemos adequar da melhor maneira possível o sistema extensionista ao nível do agricultor, de modo a não criar uma procura por êstes insumos sem que possa êle ser favorecido ou sem que êle possa ser atendido o agricultor. Muito obrigado.

Dr. Victor José Pellegrini

Meus amigos: Eu não vou fazer nenhuma indagação ao Professor Potsch, muito menos trazer algo de nôvo ao debate, mas simplesmente dizer uma palavra em favor da assistência técnica internacional, que é o assunto que está se discutindo aqui no momento. Por mais que queiramos ser críticos à assistência técnica estrangeira, quer seja através da F.A.O., da A.I.D., das Universidades, nós devemos lembrar que muitas dentre as coisas novas e boas que aconteceram à nossa agricultura foram frutos da iniciativa desta assistência técnica internacional. O programa da ABCAR é um exemplo mais do que claro da transplantação do método de extensão que vigorou tão bem nos Estados Unidos, e que foi implantado no Brasil e hoje é uma das belas coisas que nós temos no País. Mais recentemente posso dar um exemplo de experiência própria, com a implantação do sistema de informação de mercado em âmbito nacional, ou pelo menos tentativamente de âmbito nacional. Nós reconhecemos, evidentemente, que muitas vêzes é difícil para um bom técnico num país levar o seu conhecimento e aplicá-lo num outro país. A melhor maneira de tentar analisar e criticar a participação de um técnico estrangeiro em nosso país, eu tenho a impressão deveria ser nestes termos: O indivíduo antes deveria se localizar num país mais atrasado que o Brasil, por exemplo, se localizar dando assistência técnica na Rodésia do Sul, Madagascar ou mais perto ainda, no Paraguai. Eu que tenho tido a felicidade de algumas

ofertas de trabalho no exterior, sempre imagino a redução que sofreria na minha limitada capacidade técnica quando aplicada em outro país. Na melhor das hipóteses eu poderia aplicar 50 ou 60% da minha capacidade, e isso já seria o suficiente. Tenho a impressão de que a assistência técnica é sempre útil, ela deve vir de quantos lugares possa vir, e nós devemos dar as boas vindas sempre que ela fôr oferecida. Quando ela vem "no escuro", evidentemente é um risco que nós tomamos, mas se nós formos analisar o custo que ela encerra para nós e que é tão pouco, ela deve ser bem-vinda em qualquer hipótese. Muito obrigado.

Dr. Ramon Garcia

Inicialmente, invertendo a citação do Magnífico Reitor na pág. 12, citação do Pe. Lebret, eu peço desculpas por ser breve, já que teria bastante tempo para me alongar. Gostaria de dividir a minha intervenção em dois aspectos: naquilo que se refere à assistência técnica internacional e a maneira pela qual a assistência é normalmente levada aos agricultores brasileiros. Estranha muita a mim, que no período acadêmico estudei com professor americano e mesmo depois de formado tenho trabalhado em cooperação com técnicos americanos, ver falar em cooperação técnica internacional sem ver uma citação enfim a tóda uma escola francesa, a tóda mesmo uma escola dos países escandinavos, onde existe Institutos especiais para equacionamento de problemas de países subdesenvolvidos. Parece-me que não se faz justiça quando se fala em cooperação técnica internacional e não se leva em consideração tóda uma metodologia, tóda, vamos dizer assim, uma solidificação, uma sedimentação de conhecimentos que existe de institutos especializados na França. Com relação ao problema de assistência técnica ao nível nacional, eu tenho uma opinião muito particular. Não é uma posição muito reflexiva, é mais uma constatação daquilo que eu vejo. Parece-me que os problemas de atendimento aos agricultores ficam mais bem equacionados quando se vê o negócio numa perspectiva global, quando se leva em termos de planejamento regional. Muito bem, a assistência técnica nos moldes em que é feita, de um indivíduo, isto é, um agrônomo regional sendo um agente de mudanças, tentando levar nova tecnologia, tentando mudanças de valores e organizando socialmente uma comunidade, sofre uma série de limitações. Na 2.^a feira mesmo eu estive conversando com um colega nosso,

agrônomo regional de Orangaba, e êle se via colocado numa situação quase impossível de trabalho. E dizia êle: “Na região onde eu trabalho existem fundamentalmente dois grupos bem organizados, isto é, aceitos na comunidade como pessoa para pessoa. Neste sentido parece-me que um plano fazer qualquer tipo de organização, qualquer tipo de trabalho assistencial, ou fico bem com um grupo ou fico bem com o outro”. Isto parece que foi bem abordado em suas linhas gerais pelo colega Queda, quando citou o problema da estrutura do poder numa pequena comunidade rural. Ora, êste rapaz é um profissional, a sociedade investiu nêle uma soma para que êle pelo menos possa realizar um trabalho e possa render pelo menos o juro do capital investido nêle. Êle se vê impossibilitado de qualquer tipo de ação de pessoa para pessoa. Neste sentido parece-me que um plano que visasse ao estacionamento dos problemas na sua natureza global, vendo uma alternativa de investimento, vendo o tipo de organização que pudesse ser levada, a essa dada comunidade e outros problemas mais, atingiria com muito mais eficiência, com mais efetividade, do que um tipo de trabalho de pessoa para pessoa. É mais ou menos clássico o exemplo de que no Brasil o menor município tem pelo menos 10.000 ou 5.000, vamos dizer, famílias. O tempo então poderia dispor um agente de mudança que viesse a estabelecer seu trabalho com esta dinâmica, atendendo famílias ou reunindo um grande número de agricultores. Eu não sou contra êste tipo de trabalho, eu acho que deve existir, mas deve também ter um planejamento regional para que o indivíduo possa vincular o seu serviço a uma perspectiva global. Era isto o que tinha para dizer e muito mais, em termos de preocupação e de uma posição definida com relação à assistência técnica.

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

JOSÉ PAULO RIBEIRO (*)

A finalidade do presente trabalho é, principalmente, a de chamar a atenção de quantos se dedicam e se interessam pelo processo de desenvolvimento econômico em seu todo, assim como alertar quanto à importância do fator Capital-Crédito para a agricultura, como parte desse mesmo processo. Visa também a fornecer subsídios à discussão do tema, uma vez que este trabalho não tem a pretensão de apontar ou analisar completamente todos os aspectos de assunto tão complexo, com a finalidade de enriquecer as idéias aqui expostas e verificar as medidas justificáveis e de utilização possível, para o encaminhamento da solução do problema de formação de capital na agricultura, através de uma assistência financeira eficiente, um dos meios viáveis a tal finalidade.

Em outras oportunidades temos mostrado que o desenvolvimento da agricultura não tem acompanhado no mesmo ritmo, o desenvolvimento dos demais setores da economia. (1) Esta situação tem trazido para este setor uma posição de inferioridade marcante e relativo estado de estagnação, com reais prejuízos para a renda nacional e para a melhoria da renda per-capita. E o fato é tanto mais estranho quando se conhece a potencialidade dos grupos dos recursos existentes que poderiam estar gerando resultados fantásticos, para colocar a economia nacional em destaque ainda maior. Desejamos na oportunidade desta reunião, lembrar que alguns desses pontos foram por nós comentados ligeiramente durante a quarta reunião da SOBER. (2)

*) Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e Assessor da Associação de Crédito e Assistência Rural — ACAR.

1) J. P. Ribeiro — «Agricultura. Fator de Desenvolvimento Econômico» — Suplemento Econômico do Jornal «O Estado de Minas» — Belo Horizonte, Minas Gerais, 1964

2) J. P. Ribeiro — Comentário ao trabalho «Papel do Crédito no Desenvolvimento Econômico» — Anais da IV Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais — São Paulo, Brasil, 1966.

Além do setor primário de nossa economia não estar obtendo o mesmo ritmo de crescimento de outros setores, não está também obtendo os recursos financeiros que seriam necessários para suas atividades, como mostram os números do quadro que segue:

QUADRO N.º 1 — Empréstimos às Atividades Econômicas
Saldo em Fim de Ano — Cr\$ 1.000.000 (3)

ANOS	COMÉRCIO		INDÚSTRIA		PARTICULARES		AGRICULTURA	
	Valôres	%	Valôres	%	Valôres	%	Valôres	%
1963	566.400	32	602.700	35	116.800	7	458.700	26
1964	923.100	27	1.413.700	40	219.600	6	949.900	27
1965	1.476.200	27	2.327.100	42	391.100	7	1.327.200	24

Nos anos em questão, verifica-se que a agricultura, que contribui grandemente para a renda nacional, recebeu somente cerca de 25% dos empréstimos concedidos às atividades econômicas, além de verificar-se uma diminuição desta percentagem no último período.

Vários fatores são limitantes a um mais rápido desenvolvimento de nossa agricultura. Dentre eles destacam-se: uso de tecnologia inadequada; política de preços mínimos ainda não abrangendo todos os principais produtos; precárias condições de comercialização; assistência técnica insuficiente; baixa capitalização da agricultura; serviços de crédito rural deficientes; fatores de produção (insumos) ainda fora do alcance de muitos produtores rurais por desconhecimento, inexistência ou incapacidade para aquisição; estrutura agrária defeituosa; política de importação e exportação nem sempre de acordo com a realidade; e outros mais.

Assim, para que resultados positivos sejam obtidos, torna-se necessário que a ação a desenvolver-se leve todos esses fatores em consideração. Por isso, não adianta introduzir tecnologia no meio rural e obter maior produção se não existe mercado organizado, pois é provável que os preços

3) Boletim do Banco Central da República do Brasil — Número 10, Volume II, outubro de 1966.

se deteriorarem, trazendo desestímulo aos produtores. Da mesma forma, de nada adianta estender crédito através de assistência financeira efetiva, se os demais fatores, principalmente o que diz respeito aos preços que os produtores podem obter pela sua produção, não estão concorrendo para a obtenção de resultados favoráveis. Caso se persista nessa política, o mais provável é ocorrer o desestímulo ao produtor e as mais das vezes, prejuízos acentuados e situações de insolvência.

O aumento da produtividade na agropecuária está intimamente relacionado com a utilização de nova tecnologia. Contudo, essa utilização demanda consideráveis quantidades de capital adicional, além de assistência técnica. A razão desta demanda é a baixa capitalização na agricultura motivada por fatores de diversas naturezas. De um modo geral, o capital básico está representado pela terra, sobrando muito pouco para os demais itens que compõem o inventário do negócio agrícola. Um levantamento levado a efeito pelo autor deste trabalho no Estado de Minas Gerais, num grupo de 1.727 produtores rurais, cujas propriedades tinham área de terra compreendida entre 10 e 100 ha, espalhados pelas diversas zonas fisiográficas do Estado, mostrou os seguintes resultados: (Ver quadro n.º 2 na página seguinte).

Realmente, capital e crédito na agricultura, representam uma importante faceta de desenvolvimento, embora não levado na devida consideração na maioria de seus aspectos, como fator essencial de ajustamentos que a própria agricultura demanda. O desenvolvimento da economia como um todo é o somatório do desenvolvimento de cada setor que a constitui, variando os mesmos de acôrdo com as características de cada um. Se um setor não vai bem, o reflexo, é, não só sobre o próprio setor, como também sobre o todo. No caso da agricultura, seu crescimento diferencia-se do crescimento dos outros setores em vários aspectos. Dentre estes, podem-se destacar alguns, cuja diferenciação diz respeito algumas vezes à forma e outras ao grau:

1. A dificuldade de controlar a produção, embora algumas medidas restritivas possam ser adotadas;
2. O grande individualismo dos empresários rurais, muitas vezes infensos às mudanças que se fazem necessárias para utilização de nova tecnologia;
3. Uma alta taxa de mudança tecnológica, devido à complexidade da agropecuária, onde se interligam fatores físicos, biológicos, sociais e humanos;

QUADRO Nº 2 — Composição do Inventário de Propriedades Rurais no Estado de Minas Gerais (*)

(Valôres de 1965)

ITENS DO INVENTÁRIO E OUTROS	Zona Campos da Mantiqueira	Zona Paranaíba	Zona da Mata	Zona do Alto São Francisco	Zona do Oeste	Zona do Mucuri	Zona Sul	Zona Metalúrgica	Total e Média
1. Número de Casos	56	101	636	37	238	79	386	194	1.727
2. Área Própria (média em ha)	52,8	46,8	38,9	38,6	50,0	50,0	43,1	45,0	45,6
3. Área Arrendada									
a) Núm. de Propriedades	21	10	198	13	104	31	156	82	(36%) 615
b) Média em Ha	24,6	24,5	32,6	12,5	35,0	31,9	33,1	39,3	29,1
4. Valor Médio das Terras									
a) Cr\$	836.146	1.170.796	873.649	536.124	1.194.096	933.581	1.114.369	885.686	943.055
b) % do Patrimônio bruto	40	49	42	41	49	52	48	36	45
5. Valor Médio das Construções									
a) Cr\$	211.156	254.603	245.778	228.223	252.259	200.610	265.740	272.839	241.401
b) % do Patrimônio bruto	10	11	12	17	10	12	11	11	12
6. Valor Médio Animais Produtores									
a) Cr\$	631.564	438.643	511.504	328.248	549.689	442.065	571.679	720.123	474.190
b) % do Patrimônio bruto	31	18	25	25	22	24	24	30	23

7. Valor Médio Ani- mais Trabalho										
a) Cr\$	210.991	156.554	137.834	105.003	143.393	78.938	107.665	172.015	139.049	
b) % do Patri- mônio bruto	10	7	7	8	6	4	5	7	7	
8. Valor Médio dos Equipamentos										
a) Cr\$	63.777	62.217	123.640	44.043	88.039	41.277	107.514	189.504	90.001	
b) % do Patri- mônio bruto	3	3	6	3	4	2	5	8	4	
9. Valor Médio — Outros recursos										
a) Cr\$	146.383	284.972	162.698	79.727	230.752	108.694	169.278	202.741	173.155	
b) % do Patri- mônio bruto	6	12	8	6	9	6	7	8	9	
10. Valor Médio do Patrimônio bruto Cr\$	2.100.016	2.367.785	2.055.103	1.155.463	2.136.487	1.557.417	2.336.245	2.442.908	2.110.853	
11. Valor Médio das Dívidas										(82%)
a) Cr\$	292.404	382.021	272.802	1.321.368	2.458.237	1.805.165	289.211	315.899	285.967	
b) Núm. de Pro- prietários	39	55	521	33	219	57	337	149	1.410	
12. Valor Médio do Patrimônio líqui- do. — Cr\$	1.807.612	1.985.764	1.782.301	165.905	321.750	247.748	2.047.037	2.127.009	1.824.886	

(*) José Paulo Ribeiro — Estudo de Caso de Subsistência e Transição — O Programa ACAR no Estado de Minas Gerais, Brasil — Honolulu, Havai, 1965. (Tradução)

4. A inelasticidade da demanda por seus produtos, sejam eles para alimentação ou fonte de matéria prima;

5. Um alto grau de risco e incerteza, que naturalmente se entrelaça com fatores como o de oscilação de preços, climatéricos, infestação de pragas e doenças, e tantos outros.

Pode-se muito bem concluir que a agricultura necessita bem mais atenção devido às suas atuais e futuras necessidades. Os ajustamentos da agricultura às mudanças no seu ambiente técnico e econômico é um processo contínuo. E desde que os ajustamentos referidos são feitos em sua maioria para períodos relativamente longos, devido aos investimentos fixos de que necessita, os produtores rurais devem ser auxiliados em como efetuar as mudanças que são realmente corretas e proporcionam resultados positivos.

Se levarmos em consideração as tendências que ocorrem e as projeções que necessitam realmente serem feitas para o futuro, deve-se dar especial atenção ao problema da formação de capital e à estrutura do crédito. Isto porque capital é um fator crucial e limitante que impede os produtores rurais de obterem retornos de seu trabalho, administração e investimentos. E, do ponto de vista dos produtores, o aumento da renda depende bastante da quantidade e efetividade com que a empresa rural pode utilizar capital adicional.

Grandes ajustamentos serão requeridos como consequência de forças que operam dentro do próprio setor primário de nossa economia. Educação, idade e a posição financeira dos produtores rurais, entre outras, têm grande influência na adoção de tecnologia e no aumento do tamanho das propriedades. Os ajustamentos internos na agricultura são em parte de natureza local e resultam de mudanças na posição competitiva de diferentes regiões que produzem diferentes tipos de produtos. Esta posição relativa de competição em determinada região é consequência de:

1. Relações de preços;
2. Habilidade dos produtores rurais de acumular capital;
3. Proximidade de mercado consumidor ou transformador;
4. Adaptação dos recursos físicos às mudanças em tecnologia e mercado;
5. Vantagem da diversificação ou especialização da produção.

A equidade na distribuição dos lucros resultantes do progresso técnico proveniente da pesquisa governamental só será possível se os produtores rurais tiverem acesso ao capital. De outra forma, aqueles que não possuem capital ou possam obtê-lo para introduções de inovações, serão deixados para trás, por não poderem aumentar a produção e conseqüentemente a renda líquida.

A medida que a agricultura se torna mais comercial e especializada, à medida que o fator preço aumenta a substituição do trabalho por equipamentos, a diferença entre as emprêsas rurais aumentará. Daí a razão do aumento crescente que se verifica na exploração agrícola sob a forma de corporações ou sociedades, pois as mesmas, com estrutura econômica e administrativa que permite acesso mais fácil aos fundos de investimentos, têm também maior oportunidade de ganhar com a utilização dos resultados da pesquisa.

Tôdas essas considerações preliminares, levam-nos agora ao âmago do tema Assistência Financeira. Para que ela exista, que seja eficaz e que se justifique, era necessário que se identificasse o problema da falta de capital na agricultura brasileira. Isto, para poder apresentar como uma das soluções ao problema, a distribuição de crédito ao setor primário de nossa economia, através de assistência financeira realista e eficiente.

O conceito de assistência financeira, no atual estágio de desenvolvimento por que passa a agricultura brasileira, deve ser ampliado e modificado, para que possa atingir realmente aos objetivos do desenvolvimento econômico.

Gerir uma emprêsa rural nos dias que correm, exige que se enfrentem os mesmos problemas que outros tipos de negócios. Para que uma renda satisfatória possa ser obtida, é necessário que o empresário rural efetue a melhor combinação possível dos fatores que tem à sua disposição, como terra, benfeitorias, animais, equipamentos, mão-de-obra. O maior ou menor sucesso resultante desta operação, dependerá da capacidade administrativa do empresário (não se levam aqui em consideração os preços que podem ser obtidos para os produtos, porque os mesmos independem do produtor). Mas, para que se obtenha sucesso, é essencial que exista capital para aquisição de fatores produtivos. Daí porque, a quantidade de capital que o empresário rural controla, para uso no seu negócio agrícola, reflete grandemente, seu nível de renda.

A capacidade administrativa diz respeito, também, à obtenção e adequação do uso do crédito. Enquanto alguns

proprietários rurais têm o privilégio de possuírem suficientes fundos para investir em sua empresa rural e outros encontram sempre abertas as portas dos estabelecimentos bancários para atender suas necessidades, o que acontece é que a maioria dos proprietários rurais vêem-se a braços com o uso de fundos em seus negócios e com a obtenção dos financiamentos indispensáveis ao desenvolvimento e sucesso de suas atividades.

O crédito rural deve ser encarado sob o aspecto do empresário rural e sob o aspecto das agências financiadoras. Os aspectos institucionais do crédito são importantes, como o são também, os aspectos administrativos que o produtor rural enfrenta na condução de seus negócios. Há necessidade de encontrar o "modus vivendi e operandi" entre ambos.

O capital que o empresário rural possui, representado por seu negócio, não difere basicamente do capital que pode tomar emprestado, pois quando empregados convenientemente para atingir objetivos desejáveis, os mesmos princípios aplicam-se ao seu uso. O que acontece é que a grande maioria dos produtores rurais já estão com a totalidade (ou quase) de seus fundos aplicados nos seus empreendimentos agrícolas e necessitam suplementá-lo pelo uso de crédito. E aí reside o grau de sucesso que poderá ser obtido, quando se levam em conta as decisões que devem ser tomadas em relação à obtenção e uso desse mesmo crédito. O pouco uso deste pode toinar o sucesso, enquanto o excesso de financiamento pode levar à falência.

As agências financiadoras têm seus problemas e seus pontos de vista muitas vezes conflitantes com os interesses dos produtores rurais, no que tange a objetivos. O comum é verificar-se o financiamento feito indistintamente a muitos, sem maiores detalhes de planificação ou estudo de operações financeiras. Isto traz como resultado a perpetuação da rotina, por não preverem inovações ou uso de tecnologia mais adiantada. Outras vezes trazem mais do que rotina, pois provocam a desorganização do que era, pelo menos, estável.

Entretanto, podemos dizer que grande progresso foi feito nesses dois últimos anos, com medidas tomadas pelo Banco Central da República do Brasil. A Lei 4.829 de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o crédito rural no país, sistematizou sua aplicação através de instrumentos muito mais amplos do que aqueles que até então vinham sendo empregados. Além disso, ampliou bastante seu campo

de ação, indo desde o simples crédito de custeio, ao complexo crédito para reforma agrária, permitindo assim uma amplitude bastante desejável ao desenvolvimento de nossa agricultura.

O Decreto 58.380 de maio de 1966 que aprovou o Regulamento da Lei que institucionalizou o Crédito Rural, trouxe mais dispositivos à expansão e alcance da assistência financeira que o meio rural está a demandar. Mas, esta mesma regulamentação, deixou muita coisa para ser disciplinada pelo Conselho Monetário (artigo 4.º do Capítulo I) e pelo Banco Central da República (artigo 6.º do Capítulo I). Muitas foram já decididas e colocadas em vigor, mas outras estão ainda por serem estudadas e sistematizadas a fim de serem aplicadas pelos estabelecimentos que fornecem assistência financeira. É natural que assim ocorra, quando a lei e o decreto são relativamente recentes, o próprio Banco Central tem que se munir de elementos que lhe permitam discernir melhor sobre o que e como decidir, e toda uma estrutura da rede bancária no país precisa se adaptar aos novos modelos e diretrizes. Enquanto isto, a agricultura continua a sofrer da falta de crédito, pois a rede bancária particular e a própria rede oficial, não possuem ainda todos os elementos de que necessitam para basear sua ação.

A magnitude do problema da própria agricultura, do próprio crédito rural, aliados ao tamanho do país e às inúmeras variedades de regiões, dão bem uma idéia do desafio que as autoridades monetárias e aquelas responsáveis pelo planejamento, têm que enfrentar. Se não, vejamos rapidamente algumas delas:

1. A estrutura da agricultura, onde vários fatores influenciam como: clima, característica de solos, topografia, posse da terra, tipos de agricultores, instrução, saúde, vias de comunicação, proximidade de mercados, preços mínimos, armazenagem, mão-de-obra, escassez de assistência técnica, leis sociais para o trabalhador rural, e tantos outros;

2. A estrutura do crédito rural e das instituições que o distribuem: insuficiência de fundos para financiamentos, não só na quantidade como na distribuição do que existe; falta de capilaridade das agências financiadoras para que o crédito chegue mais perto dos produtores rurais; fiscalização deficiente; insuficiência de funcionários habilitados ao bom desempenho da tarefa; linha dividida de crédito motivada por financiamentos insuficientes ao sucesso da operação a que o mesmo se destina; demora na tramitação

dos processos de empréstimos fazendo com que o princípio da oportunidade do crédito não seja observado; e assim por diante.

Um dos sérios problemas que se encontra é a disparidade na distribuição do crédito entre as várias regiões do país e a correlação dos financiamentos com os valores da renda proveniente da produção agrícola. O quadro abaixo dá uma idéia do que vem acontecendo em alguns Estados da Federação;

QUADRO N.º 3 — Estrutura da Agricultura e Crédito Rural
Cr\$ 1.000 — (f)

ESTADOS	Municípios (1965)	Agências Bancárias (1960)	Renda Interna Agricultura (1960)	Créditos Concedidos (1960)	% Créditos Concedidos Renda Agricultura
Ceará	303	37	18.350.900	1.542.603	8
R. G. Norte	152	17	9.534.600	906.084	9
Paraíba	168	22	18.414.300	1.126.415	6
Pernambuco	182	46	23.990.700	2.262.850	9
Alagoas	96	18	9.147.900	974.380	10
Sergipe	76	13	4.777.800	835.186	17
Bahia	336	119	38.527.800	5.425.117	14
M. Gerais	722	867	87.509.500	12.967.692	15
Esp. Santo	53	63	9.987.000	740.182	7
R. Janeiro	63	112	25.674.700	2.145.326	8
Paraná	273	368	80.541.300	11.640.212	14
S. Catarina	190	130	25.979.100	921.041	3
R. G. Sul	194	307	71.369.200	21.211.496	29
Goiás	221	105	18.438.000	3.700.448	20

171

Da observação do quadro acima verifica-se que:

1. Na maior parte dos Estados, o número de agências do sistema bancário é insuficiente para dar aos produtores rurais uma assistência financeira adequada. Mesmo naqueles Estados onde este número é maior que o de municípios, não significa eficiência dessa assistência, porque o que se verifica é que em muitos desses municípios, existem agências de diferentes estabelecimentos bancários;

f) Arnaldo Gazzinelli — Situação do Crédito Rural em Quatorze Filiadas da ABCAR e em Alguns Estados da Federação. Problemas, Medidas e Sugestões para o Crédito Rural Educativo — ABCAR, Rio de Janeiro, Guanabara, 1965.

2. Os créditos concedidos em 1960, quando comparados com o valor da renda obtida no setor agrícola, dão bem a dimensão de quão longe estão de atender aos reais reclamos dos produtores. A percentagem dos valores dos créditos concedidos, em relação à renda, variou de 3% no Estado de Santa Catarina a 29% no Estado do Rio Grande do Sul. E o interessante é que os dois extremos estejam ao mesmo tempo tão longe (quanto ao número) e tão perto (são Estados limítrofes), quando a região fisiográfica é a mesma, os problemas semelhantes, as soluções comuns.

Outros aspectos da inter-relação entre agricultura e assistência financeira podem ser observados do quadro que segue.

Pode-se observar dos dados acima que:

1. O número de operações financeiras é muito pequeno comparado com o número de propriedades rurais existentes. A coluna das percentagens que relacionam os dois valores, mostra variação de 8% no Estado de Sergipe a 57% no Estado do Paraná. E o provável é que estas percentagens ainda não expressem a realidade, pois várias propriedades devem ter recebido mais de um empréstimo;

2. A comparação dos valores financiados em 1960, com os valores financiados em 1964 deflacionados para 1960, mostra que o incremento desse financiamento no período de quatro anos não é tão significativo como possa parecer. Em alguns Estados houve variações positivas de Cr\$ 5.462.942.000 a Cr\$ 79.555.000 respectivamente (Paraná e Minas Gerais), mas em outros, as variações foram negativas de Cr\$ 1.782.627.000 a Cr\$ 449.415.000 (respectivamente Bahia e Rio de Janeiro).

Ainda, para consideração, é a marcante distorsão de financiamento entre atividades do próprio setor agrícola. As estatísticas mostram, por exemplo, as distinções entre as atividades desenvolvidas com lavouras com pecuária e com florestas. Para as duas primeiras ainda se encontram financiamentos bastante apreciáveis (quando comparados os setores da própria agricultura), mas para a última, embora de importância transcendental para a economia, o que existe em matéria de financiamento é praticamente nada. Quando se comparam lavoura e pecuária, pode-se observar verdadeira distorsão, como mostra o quadro seguinte.

QUADRO 4 Estrutura da Agricultura e Financiamento — NCr\$ 1.000 — (f) (g)

ESTADOS	N.º de Propriedades Rurais (1960)	N.º de Financiamentos (1964)	% N.º Financiamentos Prop. Rurais	Valores nominais Financiamentos (1964)	Valores Financiamentos reais (1960 = 100)	Valores nominais Financiamentos (1960)	Variações entre valores 1964 e 1960 = 100	Média Financiamentos 1964
Ceará	122.834	37.830	30	17.145.572	3.039.995	1.542.603	+ 1.497.392	453
Rio G. do Norte	50.271	17.221	34	10.793.811	1.913.796	906.084	+ 1.007.712	626
Paráiba	118.887	19.365	16	8.452.499	1.498.670	1.126.415	+ 372.255	436
Pernambuco	261.199	35.600	13	22.178.554	3.932.367	2.262.850	+ 1.669.517	622
Alagoas	62.918	10.035	16	10.500.953	1.861.871	974.380	+ 887.491	1.046
Sergipe	65.491	5.460	8	2.007.480	355.936	835.186	- 479.250	367
Bahia	382.996	34.291	9	20.543.645	3.642.490	5.425.117	- 1.782.627	599
Minas Gerais	371.833	115.622	31	73.586.474	13.047.247	12.967.692	+ 79.555	636
Espírito Santo	55.102	11.436	20	5.284.612	936.987	740.183	+ 196.805	462
Rio de Janeiro	50.728	13.424	26	9.564.941	1.695.911	2.145.326	- 449.415	712
Paraná	271.220	154.910	57	96.461.793	17.103.154	11.640.212	+ 5.462.942	622
Santa Catarina	158.984	34.944	22	12.595.495	2.233.243	921.041	+ 1.312.202	360
Rio G. do Sul	382.108	85.142	22	137.654.320	24.406.794	21.211.496	+ 3.195.298	1.616
Goias	111.215	26.646	23	34.860.926	6.081.015	3.700.448	+ 2.380.567	1.308

(f) Arnaldo Gazinelli — Situação do Crédito Rural em Quatorze Filiadas da ABCAR e em alguns Estados da Federação. — Problemas, Medidas e Sugestões para o Crédito Rural Educativo. — ABCAR, Rio de Janeiro, Guanabara, 1965.
 (g) Deflacionadores obtidos pelo índice 144 de Conjuntura Econômica.

Quadro N.º 5 — Empréstimos à Lavoura e à Pecuária — Saldos em Fim de Ano Cr\$ 1.000.000 — (d)

ANOS	LAVOURA		PECUÁRIA		TOTAL
	Valôres Nominais	% Total	Valôres Nominais	% Total	
1958	40.400	75	13.400	25	53.800
1959	55.000	77	16.100	23	71.100
1960	74.800	71	25.100	29	99.900
1961	128.600	79	32.300	21	160.900
1962	188.600	71	74.300	29	262.900
1963	368.700	80	90.000	20	458.700
1964	771.800	81	178.100	19	949.900
1965	1.050.000	79	277.200	21	1.327.200

No período de 1958 a 1965, a lavoura recebeu em média, do total financiado ao setor agrícola, 77% enquanto a pecuária recebeu somente 23%. Os valores reais, deflacionados para 1958 como mostra o Quadro n.º 6 indicam para a lavoura 78% e para a pecuária 22%.

**Quadro n.º 6 — Empréstimos à Lavoura e à Pecuária — Saldos em Fim de Ano — (d) — Cr\$ 1.000.000
Valôres Deflacionados — (g)**

ANOS	LAVOURA		PECUÁRIA		TOTAL
	Valôres reais 1958 = 100	% Total	Valôres reais 1958 = 100	% Total	
1958	40.400	76	13.400	24	53.800
1959	45.454	78	13.306	22	58.760
1960	45.333	75	15.212	25	60.545
1961	57.668	80	14.484	20	72.152
1962	55.308	72	21.788	23	77.096
1963	70.632	81	17.241	19	87.873
1964	82.634	81	20.139	19	102.773
1965	68.988	80	18.213	20	87.201

Os financiamentos ao setor primário, quando analisados seus valores nominais, apresentam índices de crescimento que, à primeira vista, parecem substanciais. Entretanto, quando os mesmos são transformados em valores reais, a situação modifica-se completamente, como pode-se observar no quadro que segue.

QUADRO N.º 7 — Financiamentos à Agricultura — Saldos em Fim de Ano (3) Variações no Valor (g) — Cr\$ 1.000.000

ANOS	L A V O U R A				P E C U A R I A					
	Valôres	V. Reais	Variação	%	Valôres	V. Reais	Variação	%		
	Nominais	1958=100	(+)ou(-)		Nominais	1958=100	(+)ou(-)			
1958	40.400	40.400	0	0	13.400	13.400	0	0		
1959	55.000	45.454	—	9.546	18	16.100	13.306	—	2.794	18
1960	74.800	45.333	—	29.467	40	25.100	12.212	—	9.888	40
1961	128.600	57.668	—	70.932	56	32.300	14.484	—	17.816	56
1962	188.600	55.308	—	133.292	72	74.300	21.788	—	52.512	71
1963	368.700	70.632	—	298.068	81	90.000	17.241	—	72.759	81
1964	771.800	82.634	—	689.166	90	188.100	20.139	—	167.961	90
1965	1.050.000	68.988	—	981.012	94	277.200	18.213	—	258.987	94

A coluna “Variação” e a Coluna “%” dão uma visão bastante nítida do que aconteceu com os valores nominais, quando reduzidos a respectivos valores reais, com base no ano de 1958. Além do aspecto mencionado, verifica-se além disso, diminuições anuais em certos períodos, como mostra o gráfico n.º 1.

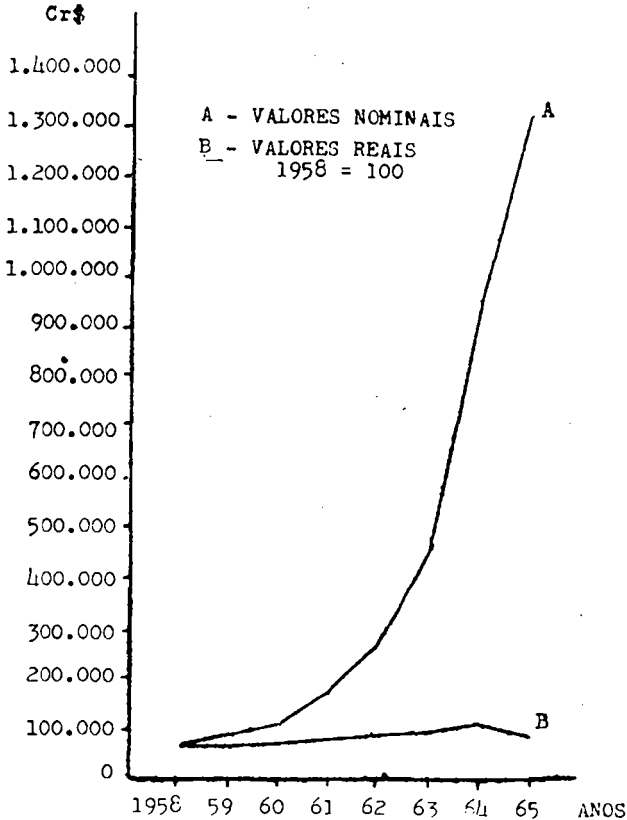


GRAFICO N.º 1 — Financiamentos à Lavoura e à Pecuária Saldos em Fim de Ano — Dados dos Quadros n.º e n.º 6 — Cr\$ 1.000.000

As linhas A e B, mostram claramente a berrante disparidade de valores dos financiamentos. Além disso, verifica-se que os valores reais correspondentes ao ano de 1965 caíram em relação ao ano anterior, o que torna a situação da assistência financeira menos eficaz para o desenvolvimento da agricultura.

Os valores reais quando comparados com os nominais mudam bastante a situação. Assim, como exemplo, damos no quadro a seguir, o montante de financiamentos num dos Estados. (Veja Quadro n.º 8).

A produção agrícola, no que se refere a valores, tem variado também no período considerado. Assim, o quadro seguinte mostra.

QUADRO N.º 8 — Financiamentos no Estado de Minas Gerais — Cr\$ 1.000.000 — (Alguns Bancos) (h)

ANOS	Banco do Brasil		Cooperativo de Crédito Banco Nacional		da Produção Banco Mineiro		Minas Gerais duto Real de Banco de Cré-		Banco Hipote- cário e Agrícola		Caixa Econômica Estadual	
	Valores Nominais	V. Reais 1959 = 100	Nominais Valores	V. Reais 1959 = 100	Nominais Valores	V. Reais 1959 = 100	Valores Nominais	Valores Nominais	V. Reais 1959 = 100	Valores Nominais	V. Reais 1959 = 100	V. Reais 1959 = 100
1959	4.418	4.418	172	172	367	367	303	303	93	93	59	59
1960	6.135	4.511	96	70	484	341	467	343	92	67	129	94
1961	8.118	4.436	78	42	583	318	570	311	129	70	145	79
1962	20.270	7.203	116	41	951	339	1.105	394	448	160	170	60
1963	25.353	5.909	190	25	1.280	298	1.928	449	519	120	769	179
1964	49.893	6.504	2.883	375	3.020	393	3.384	441	2.824	368	6.170	804
1965	54.231	4.335	7.364	588	5.349	427	6.016	480	5.629	449	7.861	618

(h) Conselho de Coordenação do Crédito Rural — Belo Horizonte — Minas Gerais.

QUADRO N.º 9 — Renda da Agricultura Cr\$ 1.000.000 (i) (j)

ANOS	L A V O U R A				P E C U Á R I A			
	Valóres	V. Reais	Variação	%	Valóres	V. Reais	Variação	%
	Nominais	1958=100			Nominais	1958=100		
1958	211.482	211.482	0	0	88.178	88.178	0	0
1959	301.427	228.354	— 73.073	25	118.627	89.869	— 28.758	27
1960	412.240	225.267	— 186.973	46	181.202	99.017	— 82.185	46
1961	561.591	226.150	— 325.441	60	268.903	108.867	— 160.036	60
1962	1.054.846	266.375	— 788.471	75	443.709	120.246	— 323.463	73
1963	1.618.178	247.806	— 1.370.372	85	758.586	116.169	— 642.417	85
1964	2.982.265	227.827	— 2.754.438	93	1.526.298	116.600	— 1.409.698	93
1965	5.022.739	270.476	— 4.752.263	95	2.388.226	128.606	— 2.259.620	95

A contribuição da atividade Lavoura e da atividade Pecuária para o valor da produção da Agricultura é mostrada no quadro seguinte:

QUADRO N.º 10 — Valor da Produção Agrícola — Cr\$ 1.000.000 (1958 = 100)

A N O S	L A V O U R A		P E C U Á R I A		TOTAL
	V. Reais 1958 = 100	% Total	V. Reais 1958 = 100	% Total	
1958	211.482	71	88.178	29	299.600
1959	228.354	72	89.869	28	318.223
1960	225.267	70	99.017	30	324.284
1961	226.150	68	108.867	32	335.017
1962	266.375	69	120.246	31	386.621
1963	247.806	69	116.169	31	363.975
1964	227.827	66	116.600	34	344.427
1965	270.476	68	128.606	32	399.082

Embora pequena, há uma tendência de aumento de participação da pecuária sobre a participação da lavoura, para a produção global da agricultura. Comparando os va-

1) Anuários Estatísticos do Brasil — IBGE — Anos 1959 a 1966.
2) Deflacionadores obtidos pelo índice 46 de Conjuntura Econômica.

lôres da produção agrícola, com os valores dos financiamentos distribuídos à mesma, nota-se quão longe estão uns dos outros.

QUADRO N.º 11 — Produção e Financiamentos — Cr\$ 1.000.000
(1958 = 100)

ANOS	L A V O U R A			P E C U Á R I A		
	Valor Pro- dução (1)	Financia- mentos (2)	%(1) (2)	Valor Pro- dução (1)	Financia- mentos (4)	%(3) (4)
1958	211.482	40.400	19	88.178	13.400	15
1959	228.354	45.454	24	89.869	13.306	15
1960	225.267	45.333	20	99.017	15.212	15
1961	226.150	57.668	25	108.867	14.484	13
1962	266.375	55.308	20	120.246	21.788	18
1963	247.806	70.632	28	116.169	17.241	14
1964	227.827	82.634	36	116.600	20.139	17
1965	270.476	68.988	25	128.606	18.213	14

Para que se tenha uma idéia visual desta situação elaborou-se o seguinte: (Ver Gráfico n.º 2 na página seguinte).

Comparando as linhas (A) e (B), verifica-se não só como estão distantes uma da outra, como também no último ano, uma sobe e a outra desce, distanciando-se bem mais. O mesmo é verdadeiro para as linhas (C) e (D) que representam a pecuária.

Vale ressaltar, ainda que, além de não ser bem distribuído nas diversas regiões do país, dentro dos próprios Estados e dentro da própria agricultura entre suas atividades, ele é escasso não só no sentido do volume da produção como também quando relacionados à empresa rural. A última coluna do Quadro n.º 4, mostra as médias dos financiamentos ou dos empréstimos deferidos no ano de 1964. Pela mesma, verifica-se que a média de financiamento variou de Cr\$ 360.000 em Santa Catarina e Cr\$ 1.616.000 no Rio Grande do Sul. São os dois extremos novamente tão juntos e tão longe. Esta média baixa é reflexo da atual assistência financeira que libera a grande totalidade dos créditos para despesas de custeio e muito pouco para as necessidades de investimento, quando este é a grande necessidade de nossa agricultura, como fizemos ver no início de nosso

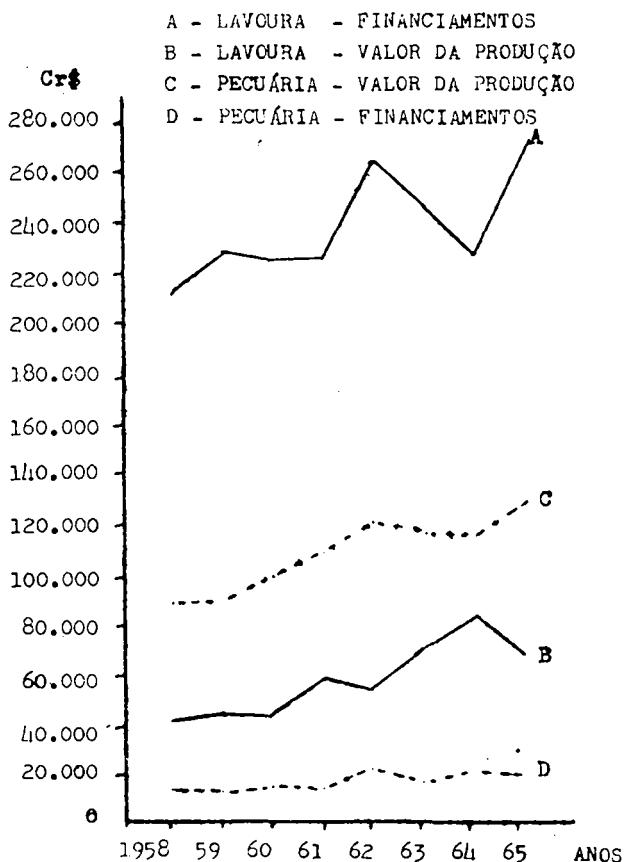


GRÁFICO N.º 2 — Produção e Financiamentos e Dados do Quadro n.º 11 (1958 = 100)

trabalho. O baixo valor dos empréstimos, mal dá para a manutenção do estado atual de nossa agricultura, não permitindo assim a introdução de nova tecnologia que demanda maiores somas de capitais. E esta tecnologia deveria ser, sob o ponto de vista das agências financiadoras, muito melhor garantia de sucesso da operação, do que as que se convencionaram usar. Da maneira como o crédito é distribuído, serve muito mais à perpetuação da rotina do que ao incremento e melhoramento da produção. O gráfico n.º 3 mostra como nem sempre o aumento de financiamento tem significado aumento de produção, principalmente no setor

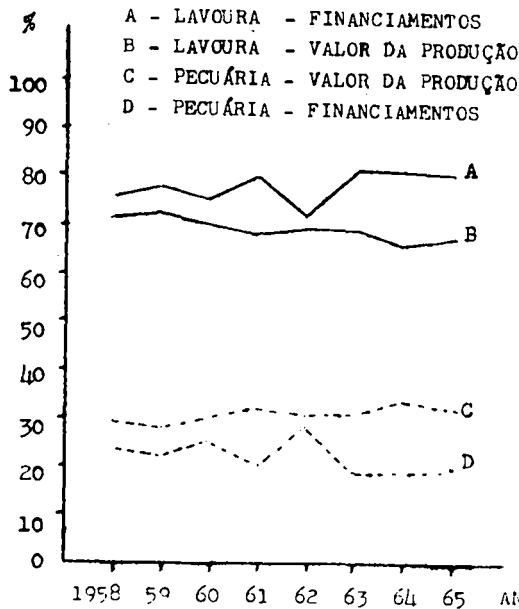


GRÁFICO N.º 3 — Produção Agrícola e Financiamentos —
Dados dos Quadros n.º 6 e n.º 3 — Coluna %

Lavoura, para onde a maior parte dos financiamentos são dirigidos.

Aqui, aparece bem, como a execução da política de financiamentos está orientada em desacôrdo com nossa realidade rural. Da observação das linhas acima, verifica-se que, percentualmente, a atividade Lavoura recebeu financiamentos acima do valor de sua produção (linha A acima da linha B). Ao contrário, a atividade pecuária, recebeu financiamentos abaixo dos valores de sua produção (linha C sôbre linha D). Isto pôsto, vem a pergunta de como pôde a pecuária manter-se numa linha de produção mais ou menos regular, tendo obtido financiamentos em menor quantidade? Além disso, considerando a composição do inventário da empresa rural (quadro n.º 2 como exemplo), a quantidade de capital que recai sôbre a atividade Lavoura é bem menor do que aquêle que recai sôbre a atividade Pecuária, o que interfere na hora da apuração dos lucros. Assim, a resposta que se pode apontar para a pergunta, é provavelmente aquela que temos observado no meio rural ou seja, a desca-

pitalização pela venda de animais e algumas vèzes, de terra. Quando o produtor rural não encontra crédito ou se o encontra não é suficiente para desenvolver suas atividades, a solução é vender parte de seus animais. Daí dizer-se comumente, que o banco do criador é a vaca. E isto traz, como consequência: primeiro, o desajuste no volume da sua produção pela diminuição de animais que poderiam gerar renda; segundo, o agravamento de sua já debilitada situação de falta de capital para o negócio agrícola, pela consequente descapitalização por motivo da venda dos animais que geralmente, são os produtivos (fêmeas) e que se permanecessem, iriam proporcionar-lhe o incremento do referido capital. Assistência financeira à agricultura está naturalmente, relacionada com política agrícola. É praticamente impossível desejar-se qualquer resultado no uso de crédito ou qualquer outro acelerador do desenvolvimento, se inexistente uma política geral a ser seguida. Dentro da política de desenvolvimento do país, com seus objetivos nacionais estabelecidos, a política de crédito rural, como mecanismo para promover desenvolvimento econômico, deve ter a função de aumentar a elasticidade da oferta e diminuir o custo do capital ou crédito para os empresários rurais. Com isto, é possível por parte destes, adquirir fatores de produção e bens de capital, que representam tecnologia avançada, para que a economia de escala no uso dos recursos seja alcançada.

A política de crédito rural deve também levar em conta as diferenças regionais, os tipos de agricultores, o acesso à tecnologia e tantos outros aspectos. Já tivemos oportunidade, páginas atrás, de alinhar uma série de fatores que interferem na agricultura e que com ela se relacionam. Vimos também que já existe um bom instrumento para orientar uma assistência financeira positiva, que é a Lei que institucionalizou o crédito rural no país. Mas, vimos também que muita coisa ainda necessita ser feita.

O Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966 (1) dá o caminho geral a ser seguido para o desenvolvimento da agricultura brasileira. No Capítulo XIII, Diretrizes Gerais para o Desenvolvimento das Atividades Agrícolas, diz a Introdução:

“Sob o ângulo da produção, pode-se observar:

(1) Programa de Ação Econômica do Governo. 1964-1966 — Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica — Rio de Janeiro, Brasil, 1965.

a) ao nível global, a taxa de crescimento da produção de alimentos orientada para o consumo interno (3,6% ao ano, no período 1957/1961), não tem sido suficiente para acompanhar o aumento da população (aumento de 3,1% ao ano, na década 1950/1960 e da renda per-capita (aumento de 3,8% ao ano, de 1957 a 1961), numa fase de desenvolvimento em que as elasticidades-renda da procura de produtos alimentícios se apresentam relativamente elevadas;

b) decompondo-se a oferta de alimentos em produtos de lavoura e de produção animal, o desequilíbrio se revela bem mais grave: esta última expandiu-se a uma taxa de apenas 2% (de 1957 a 1961), num período de rápida urbanização (a população urbana cresceu 5,4% ao ano) e de rápida mudança da estrutura da demanda (determinada pelo aumento da renda per-capita), em favor de produtos que são fontes de proteína animal”.

No cômputo de todos os fatores que contribuíram para esta situação, o crédito rural é sem dúvida, um dos que concorreram para a mesma, pela sua deficiência. Os Quadros e Gráficos contidos neste trabalho assim o demonstram.

O mesmo Programa de Ação Econômica, no item “Os Componentes do Produto Agrícola” à página 97 diz:

“A insuficiência do desempenho da agricultura, no tocante ao mercado interno, é bem menos acentuada no caso das culturas agrícolas do que no caso da produção animal e seus derivados. O caso da produção de carne é especialmente elucidativo. Entre 1958 e 1963, a produção de carne verde de todas as espécies permanece aproximadamente constante diante de uma população que deve ter aumentado de, aproximadamente, 18%. Julgando pelos dados expostos, a eliminação do atraso relativo da agricultura, em termos de um mercado interno em expansão, deve, em sua estratégia, dar atenção especial ao ramo da produção animal e derivados”.

Apesar de haver consciência para o problema acima descrito, infelizmente não houve, por parte dos executores da política, uma ação no sentido de fornecer à agricultura e principalmente à pecuária, os incentivos que necessitam, dentre os quais se destaca o crédito. O Gráfico n.º 3 que apresentamos atrás, mostra que, bem ao contrário do que preconiza a política do Governo, os financiamentos no ano de 1965, diminuíram quando deveriam ter sido aumentados.

O Programa de Ação Econômica, no que se refere à ação Governamental no Setor Agrícola (13.4) diz à página 115:

“A correção desse desequilíbrio prospectivo implica na adoção de uma linha de conduta, na política agrícola, que se deve concentrar nos seguintes pontos:

a) sistema de incentivos à exportação de açúcar, arroz e laranja, constantes do Quadro 29, além de algodão, cacau, juta, mamona em óleo, mate e sisal;

b) fomento à produção de batata, feijão, milho e trigo, além de culturas hortícolas, frutícolas e silvícolas;

c) implantação de uma tecnologia avançada no ramo da produção animal, com o objetivo não apenas de atender ao crescimento da demanda, mas também de produzir excedentes exportáveis, particularmente no tocante à carne bovina”.

Da análise desses pontos verifica-se que todos eles demandam quantidades apreciáveis de recursos financeiros, principalmente os destinados a investimentos, para que possam atingir os objetivos especificados. O crédito de custeio existente, as facilidades oferecidas para financiamento de fertilizantes, dão oportunidade a que alguma coisa seja atendida, mas muito pouco em relação à magnitude daquilo que se deseja conseguir. O fomento de muitas culturas irá depender de equipamentos e máquinas para trabalhar o solo, além dos financiamentos necessários aos sistemas de irrigação e estabelecimento de serviços de drenagem. A formação e exploração de pomares, a implantação de florestamento e reflorestamento, necessitam capital de investimento. Por fim, quando chegamos ao terceiro ponto, o da produção animal, verifica-se quão longe estamos ainda de atingir a meta desejada. E, caso uma ação imediata não seja tomada, quem sabe se ela será atingida.

Na página 241, o Programa de Ação Econômica, no item III, Eliminação do Relativo Atraso do Setor Agrícola, fornece três medidas. Uma referente à expansão do crédito ao setor agrícola; outra, referente à reformulação da política de preços mínimos para alguns produtos; e a terceira em relação a uma definição da política de desenvolvimento rural. Muitos desses pontos já foram comentados. No que se refere ao crédito, as medidas sugeridas têm sido seguidas em parte, uma vez que a expansão do crédito ao setor agrícola não tem realmente se verificado nos termos

das necessidades existentes. Dentro dessas medidas, de caráter geral, não se encontra muito sôbre uma real e efetiva assistência financeira ao setor agrícola. Contudo, temos esperança de que a mesma virá delineada no próximo Programa de Ação Econômica, uma vez que temos notícia de estudo sôbre crédito rural que o Ministério de Planejamento está terminando, e também, que o trabalho de reconstrução econômica assim o permita.

Os instrumentos para que uma Assistência Financeira se torne eficaz, estão à disposição, quase todos consubstanciados na Lei n.º 4.829 e no Decreto n.º 58.380. Existe um Programa de Ação Econômica que fornece as metas e diretrizes para o setor agrícola. Quer pois, parecer-nos, que está faltando tão somente colocar o maquinismo para funcionar. Além disso, se tornaria necessário considerar alguns pontos principais a serem atacados no sentido de obter eficácia da Assistência Financeira que se necessita.

1. *Recursos financeiros* — problema fundamental, base para grande parte da ação a ser desenvolvida.

a) maior quantidade — os dispositivos legais prevêem como obtê-los, mas este é dos pontos que ainda não foram devidamente esclarecidos. Os 10% sôbre os depósitos dos bancos estão a provocar discussões. Seria talvez viável diminuir esta percentagem, por exemplo para 5%, ou então diminuir os depósitos compulsórios dos bancos para encaminhá-los ao meio rural através de financiamentos à agro-pecuário. Os redescontos através do FUNAGRI são bons, mas não representam a solução final para o problema;

b) melhor distribuirão — não basta ter recursos financeiros em abundância. É preciso distribuí-los convenientemente não só pelas diversas regiões do país, como também, entre as próprias atividades da agricultura.

c) melhor qualidade — os financiamentos atuais destinam-se muito mais às operações de custeio do que às de investimentos. É necessário modificar substancialmente esta situação, balanceando melhor as duas necessidades.

2. *Estrutura das Entidades Financeiras* — como distribuidoras do crédito devem preocupar-se com:

a) capilaridade do crédito — fazer com que o mesmo chegue mais perto dos produtores rurais. É assunto relacionado com número e localização de agências;

b) treinamento de pessoal — as pessoas que se dedicam ao crédito rural devem receber treinamento específico,

pois este tipo de crédito tem características muito específicas e a clientela é bastante diferente daquela que tem acesso a outros tipos de crédito;

c) assistência técnica e fiscalização — assunto difícil mas importante ao sucesso das operações. A solução deve ser encarada mais no sentido da utilização dos serviços de assistência técnica existentes (Serviço de Extensão Rural do Sistema ABCAR, Secretarias de Agricultura e outros) do que da criação deste tipo de serviço na própria agência financiadora. É provável que seja necessário fazer uma revisão nas taxas a serem cobradas nos financiamentos, e destinadas à fiscalização e assistência técnica;

d) estrutura operacional — simplificação de formulários, de exigências não previstas na Lei, a fim de que não exista tanta demora e emperramento no deferimento dos processos de empréstimos. É preciso não esquecer o princípio da oportunidade do crédito, fazendo com que o mesmo chegue às mãos de quem o necessita, no devido tempo.

e) plano de crédito — um plano simples mas eficiente, deveria ser elaborado, para dar uma visão da empresa rural, e verificar se o empreendimento a financiar se justifica. Não tem a eficiência de uma visita à propriedade rural, mas sempre exerce influência benéfica na operação creditícia.

3. Criação e utilização da Duplicata Rural, para uso dos produtores rurais e/ou suas cooperativas, ampliando a faixa de redesconto.

4. Desconto de títulos ou papéis — a exemplo do que é feito com o FUNFERTIL, ampliar as operações para outros tipos de fatores de produção como rações, sementes, pequenas máquinas e ferramentas, arame farpado etc. Com isso, uma grande faixa se abriria não só aos produtores rurais, como também, às suas cooperativas e à indústria destes produtos. As grandes facilidades que hoje existem para aquisição de fertilizantes químicos, deveriam ser estendidas aos demais fatores de produção indispensáveis ao sucesso das operações.

5. Crédito específico para florestamento e reflorestamento, visando não só à cobertura florestal como reserva dos recursos naturais renováveis, mas também à industrialização, com perspectivas de alta fonte de renda para a agricultura.

6. Crédito para comercialização — o grande problema do produtor rural é ver o vencimento de seu empréstimo

ir chegando e não encontrar o preço compensatório para seu produto. Um tipo de financiamento simples, prestando inclusive armazenagem na propriedade rural, a prazo de 120 ou 180 dias, seria boa solução ao problema, além de diminuir consideravelmente a parte da intermediação que é perniciososa.

7. Financiamentos para mecanização visando principalmente aos trabalhos de destoca, construção de açudes, drenagem, serviços de irrigação e outros. Seria interessante pensar em financiamentos indiretos aos produtores rurais, que teriam os serviços de mecanização executados por organismos oficiais ou firmas particulares. Os créditos seriam entregues às prestadoras de serviços, com débito em conta do produtor rural beneficiado. Com este sistema, planejamento e execução seriam mais efetivos e utilização própria dos recursos mais correta.

8. Financiamentos à agro-indústria previstos na Lei de Crédito Rural, deveriam ser incentivados visando ao aproveitamento da mão-de-obra local e dos produtos perecíveis. Além disso, proveriam mais capital à agricultura e promoveriam integração vertical, desejável ao desenvolvimento econômico.

De qualquer forma, a análise de nossa situação no que se refere a crédito rural, mostra que as diretrizes da política do governo visando ao desenvolvimentos econômico, não têm sido seguidas completamente, com reais prejuízos para o setor e para o agregado de nossa economia. Muitos hiatos estão a tolher o crescimento das atividades agrícolas com efetivos prejuízos e agravamento do problema, que, cada vez, vai ficando mais distante da solução que deveria alcançar. Temos contudo a esperança de que ainda não é muito tarde para que os responsáveis pela política de crédito rural no país, estabeleçam e façam funcionar aquela Assistência Financeira que ajude a servir como uma das bases a uma política agrícola favorável ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Comentador — *Alexandre Caminha C. Monteiro*

O comentário ao trabalho a que nos referimos só poderia ser para exaltar seu autor, especialista que dispensa maiores encômios à sua capacidade e à sua dedicação à matéria, na qual poucos são os técnicos e modestos os proventos de seu labor.

Limitamo-nos, pois, a complementar sua exposição com os frutos da experiência aurida em longo período de atuação no praticar o crédito rural, onde não raro se observa o dito vulgar de qua “na prática a teoria é diferente”. Convém deixar bem claro que os nossos comentários não se prendem especificamente à Carteira Agrícola do Banco do Brasil, onde exercemos nossas atividades, nem referências se ligam a ela, mas sim ao crédito rural em si mesmo, como fator de produção.

Em primeiro lugar, lembraríamos, como mais adequados para cotejo com produções de ciclo, os índices de “crédito concedido”, em vez dos utilizados de “saldos de fim de ano”, que tanto poderão coincidir na aproximação com aqueles, como conter distorsões quando comparados. Para exemplo citamos, em 1965, a dinamização das operações de preços mínimos, como responsável pela redução dos saldos de fim de ano dos financiamentos. O crédito pecuário e os anos de maior investimento para lavouras deixam maiores saldos pendentes para os anos seguintes; prorrogação de prazos para setores temporariamente em dificuldades de escoamento — açúcar, algodão, arroz, por exemplo — ou decorrentes de Leis, poderão alterar o conteúdo dos saldos.

Em segundo lugar, utilizaríamos dois outros enfoques para dar a situação objeto do Quadro 3 do autor. Num, em vez de comparar o número de municípios com o das agências bancárias, em cada Estado, cotejaríamos aquele mesmo número de municípios mas com o número dos que possuem agências bancárias praticantes do *crédito rural*. Isso tornaria bastante mais enfática a conclusão do autor sobre a falta de penetração, uma vez que em muitos Estados, 80%

dos Municípios não contam com aquelas agências (e parte dêles não conta com agência nenhuma). Estudos de dois anos passados indicam que o modelar Estado de São Paulo apresenta mais de 20% de comunidades naquelas condições. Outro enfoque, resultante de levantamento nosso, demonstraria que o percentual da renda agrícola estadual, em relação ao total daquela renda no País, se aproxima bastante do percentual do crédito rural, por Estado, em relação ao total do dito crédito no País. Essa conclusão não estaria de acôrdo com a do Quadro 3, que fez a percentagem do crédito diretamente em relação à renda; entretanto, é muito semelhante à que se encontra no Quadro 4, onde, aliás, se observa equanimidade na distribuição do crédito. Enquanto no Quadro 3 parecia haver injusto tratamento para Santa Catarina, em relação ao Rio Grande do Sul, no Quadro 4 se evidencia que num e noutro Estado foi igual o índice de imóveis rurais financiados — 22%.

Em terceiro lugar, ao concordar inteiramente com o autor no tocante à necessidade de substanciais recursos para a agropecuária, temos dúvidas sôbre a significação dada ao por Estado, à fl. 17. Sabemos que no Rio Grande do Sul os financiamentos têm abrangido imóveis de maior área média, de emprêsas mais organizadas e de atividades mais bem estruturadas, como as do trigo, arroz e pecuária, o que não ocorre em Santa Catarina. Enforcamos a referência à fl. 19 do trabalho, de que “nem sempre o aumento de produção”... É bem recente o exemplo da indústria açucareira nordestina que não obstante ter maiores financiamentos, perdeu a primazia daquela produção para o Sul. Qualidades das terras? Tecnologia? Sistema de trabalho? Mentalidade emresarial? Tais fatôres no Sul parecem interligados, mas faltam-nos dados e análises essenciais ao seu esclarecimento.

Em quarto lugar, vemos com menos pessimismo a evolução do crédito rural, tão bem diagnosticada pelo brilhante Dr. José Paulo Ribeiro. Seus próprios dados informam-nos que os recursos aplicados, a despeito de nossa aversão aos “saldos” — não são insignificantes, como geralmente se comenta ante a falta de divulgação pelos Bancos oficiais. Vemos, por exemplo, que aa maioria dos Estados citados (Quadro 4) teve acima de 20% dos seus imóveis rurais financiados; o Paraná teve 57%, o Rio Grande do Norte 34%. Os Quadros 9 e 11 evidenciam que, a partir de 1958, a lavoura cresceu menos que o crédito a ela destinado, conquanto não se observa o mesmo com relação à pecuária; reve-

lam, ainda, que cerca de 28% da produção das lavouras e 15% da produção pecuária estão assistidas financeiramente.

Cabe aqui uma ponderação. Todos sabemos que o crédito rural não atende — nem poderia atender — senão a uma parcela do valor da produção; outras parcelas constituem o lucro do produtor, os juros, as despesas de comercialização, etc. Repousando em base média de 60% do valor da produção estimada, cada crédito de 1.000 deve corresponder a uma produção de 1.667. Por conseguinte, aquêles 28% e 15% citados no item anterior corresponderão, respectivamente, a 46,6% da produção agrícola e a 25% da produção pecuária — o que não é tão pouco, se cotejamos os índices de crédito de países até mais evoluídos.

De outra parte, se concordarmos com as conclusões do Gráfico 3, à fl. 19, temos dúvidas sobre as do início da fl. 20, porquanto o mais reduzido percentual de crédito para a pecuária possivelmente terá resultado de que ela, no custeio, carece de menos insumos do que a produção de lavouras. Carece, ao contrário, mais de investimentos, o que se traduz em recursos de longo prazo, sempre parcos, como dantes, a agropecuária.

Finalmente, concluimos com o autor em que há instrumentos e programas suficientes para assistência financeira às atividades rurais — falta é melhor funcionamento. Mas isso não concerne apenas aos Bancos. Concerne também a nós, aqui reunidos, investigar aspectos geralmente não comentados e que a vivência da exploração rural reclama como importantes. Se é certo que já contamos com dados técnicos para melhorar o funcionamento bancário do crédito (e não se pode negar sua evolução), também é verdadeiro que nos faltam estudos que dêem melhor conhecimento dos fatores sociais e humanos a êle ligados, e bem apropriadamente citados pelo autor à fl. 3, item 3. Precisamos de análises capazes de, por exemplo, explicar a reação, em uma zona, as mudanças tecnológicas reclamadas por outras (fertilizantes, inseticidas, etc.); de indicar as razões de acomodações das zonas “consolidadas”, em contraste com as pretensões arrojadas das áreas pioneiras; de dizer os reflexos reais da inflação sobre a produção e o crédito rural.

Falta também algo à pecuária como entidade, pois carece ela de mais organização e tenacidade na defesa dos seus interesses. Vejam-se as parcelas de depósitos bancários destinadas ao crédito rural, até agora não disciplinadas nem

tampouco reclamadas com a devida ênfase. Vejam-se os problemas de preços e comercialização, ainda pendentes, desencorajando os produtores pouco versados na técnica de mercado a realizar investimentos de maior vulto, conquanto essenciais.

Tenhamos esperanças, contudo, de que essa parte do caminho seja em breve percorrida, para alcançarmos a meta desejada.

Comentador — *Gilson Seabra Rocha*

Que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento a esta oportunidade proporcionada de também entrar no grupo daqueles que disseram “eu recebi um convite ontem à tarde para comentar sobre este trabalho”. Eu sou um neófito no assunto, e comentar um trabalho do Dr. José Paulo Ribeiro é de certo modo perigoso e principalmente, para mim, um prazer e uma grande honra. Na pag. 2, o autor no 1.º parágrafo diz que além do setor primário de nossa economia não estar obtendo o mesmo ritmo de crescimento de outros setores, não está também obtendo recursos financeiros que seriam necessários para as suas atividades, como mostram os números do quadro que segue.

Não me pareceu convincente esta argumentação para justificar a afirmativa, porque em realidade o quadro mostra apenas empréstimos a atividades econômicas; o autor diz de carência de empréstimos, e nós não temos fonte de comparação para analisar as necessidades do setor e o que está sendo dado ao setor. De maneira que eu gostaria de ver esta observação do Dr. Paulo Ribeiro sobre este quadro em que ele tenta justificar esta argumentação. Em realidade pode a agricultura estar recebendo o suficiente ou dentro de uma margem muito estreita do desejável e, afinal de contas, nós não temos um parâmetro para poder comparar. Na pag. 3 o autor levanta vários aspectos, no 1.º parágrafo. Tanto quanto entendi, o aspecto básico para promover uma política eficaz de desenvolvimento do setor agrícola, involucra a idéia e necessidade do planejamento global da economia em diversos níveis, para que se consiga controlar os pontos de decisões nestes diferentes níveis, muito embora o autor não se refira especificamente ao planejamento integrado e, dentro deste, o crédito agrícola ou o financiamento. Na pag. 5, no ponto 5, o autor muito bem focaliza vários aspectos, e dentre estes o de riscos e incertezas. A este ponto eu estou dando ênfase, porque está ligado intimamente aos estímulos programados para alcançar as metas desejáveis e evitar distorções entre os setores, isto é, riscos e incertezas abrangem não só um aspecto para o programa em si, ou seja, para o executor do programa, como também para quem está en-

volvido na parte de sua execução, ou seja, no outro nível, o agricultor.

As condições existentes no País para investimento em um setor vão afetar o fluxo de capital para um ou outro setor, e é bem possível que obtendo financiamento, um setor encaminhe suas poupanças para outro setor não agrícola, e as necessidades de financiamento do setor agrícola ainda se tornem maiores. Eu chamo atenção a êste respeito, porque o Dr. Paulo Ribeiro focaliza várias vezes o aspecto da necessidade de mais capital para a agricultura. A necessidade de planejamento integrado na economia do país, embora o autor não lhe tenha dado maior importância, de fato o trabalho dêle não é sobre isto, mas eu gosto de bater nesta tecla, pode ser notada ainda mais quando se refere à adaptação dos recursos físicos, às mudanças em tecnologia e mercado, como menciona no 4.º ponto da página. Isto significa que estas mudanças tenderão a provocar mudanças na estrutura de comercialização de produtos do lado da emenda e da estrutura de produção de insumos. Estas três mudanças interrelacionadas afetam quase todos os setores da economia, principalmente nos países dependentes do setor agrícola. Daí, ao se falar de financiamento, é preciso pensar-se em termos de programação integrada. As interrelações de um sistema de financiamento num setor agrícola, num país que se diz essencialmente agrícola (o autor se refere várias vezes à política agrícola), não se concebe que sejam efetuadas ou seja feito o financiamento sem uma programação integrada. Nós vamos falar em financiamento ou alguma mudança no setor agrícola e encontramos tamanhas barreiras, tão bem já focalizadas em vários assuntos aqui, que não temos outra saída a não ser tocar nas partes prioritárias, ou seja, dentro de uma programação prioritária de atividades, e não se entende então de outra forma a falta de programação integrada do setor, seja comercialização, transportes, seja armazenamento, seja preços mínimos, etc. Na pag. 11, no 1.º item, o autor se refere ao quadro 4 e êle vale de comparação, mas não chega a dar idéia mais aproximada das necessidades de crédito, porque o Dr. José Paulo insiste na necessidade de capital e eu gostaria de perguntar a êle: Quanto a agricultura precisa a mais? Esta fome de crédito ou investimento ou financiamento no setor agrícola vai até onde? Nós estamos cumprindo que metas atuais? Eu gostaria que êle tivesse levantado êsses pontos, mas é preciso que se reconheça que o trabalho cumpriu os objetivos a que êle se propôs

no início na 1.^a pag. e êle foi cair diante de uma área várias vezes afirmando sôbre necessidade de mais capital para a agricultura, e apresenta vários quadros. Então eu disse que não dá uma idéia mais aproximada das necessidades atuais. A percentagem das propriedades atingidas não expressa bem a realidade para argumentação. Êle usa um número de financiamento e um número de propriedades rurais como uma das argumentações. Eu digo a êle que dada a situação de agricultores que não têm capacidade de receber financiamento para qualquer atividade, isto é, grupo daqueles impossibilitados de receber qualquer tipo de financiamento e também daquela faixa de agricultores que não necessitam de financiamento, nós podemos juntar uma outra argumentação, que não se sabe ou pelo menos eu não tenho informação, de qual deveria ser a faixa de atendimentos para crédito agrícola. Naturalmente, o autor não vai pensar e seria inconcebível que tôdas as propriedades fossem atingidas, mas qual a margem de propriedades agrícolas, se êle argumenta dessa forma, que número X de tantos % das propriedades sômente é atingido, qual deveria ser a margem de atendimento para o crédito agrícola? Êste também é um ponto para que peço esclarecimento. Na pag. 13 escreve o autor com bases em 1958 que a pecuária recebeu sômente 23% dos financiamentos, enquanto a lavoura recebeu 77%. Pelo quadro 10 observa-se que os créditos concedidos aos dois setôres estão bem próximos da importância em valores das produções de cada setor, ou seja, explicando melhor, a percentagem de crédito em número concedido para cada setor está mais ou menos de acôrdo com os valores das produções em cada setor. Comparando-se os números com valores de produções, relacionamos êstes dois aspectos; verifica-se que não há tamanha distorção, ou seja, que o setor agrícola, a lavoura por exemplo, que recebeu um total de financiamento de 77%, tem o seu volume de produção em valor de 77%, e também o setor da pecuária, que recebeu 23% do valor do crédito agrícola, também possui um valor de produção dentro do setor agrícola de cêrca de 23%. Eu gostaria de perguntar a êle que tal êsses dados. Nas pags. 18 e 19 tem-se uma boa demonstração de uma tentativa feita pelo autor, que em linhas gerais procura argumentar dentro da linha de apresentação de seu trabalho. Mas eu volto à tecla, pois pelo que êle diz na pag. 18, no 1.^o parágrafo, comparando os valores da produção agrícola com os do financiamento, nota-se quão longe êles estão dos outros.

Eu gostaria de perguntar: estamos muito perto ou estamos muito longe? Que percentagem, ou de que modo deveria ser financiada a agricultura? De fato, e aqui vai uma ressalva minha, eu sou neófito no assunto, mas tudo isso são tentativas de se acertar, ou seja, é bem provável que nós não tenhamos dados sôbre isso e é bem provável que o autor tenha encontrado dificuldades tremendas para estabelecer êsses possíveis pontos que eu estou tentando levantar. Acredito que há implicações outras que apenas fatores de financiamento dentro desta apresentação, dêste quadro, desta argumentação. Para a lavoura, enquanto há oscilações relativamente violentas no setor de financiamento, o valor da produção mantém-se em alta quase contínua. O mesmo se observa para a pecuária. Talvez fôsse necessário analisar a composição dos financiamentos para setores em relação com as atividades como café, gado de corte, arroz etc... ou seja, distorções maiores podem estar ocorrendo entre atividades dentro do setor que entre setores, no que diz respeito ao volume de financiamento, porque estamos comparando valor da produção. E quais as relações que deveriam existir entre financiamento e valor da produção? O autor de modo claro chama atenção para vários pontos a serem considerados dentro dos esquemas de apresentação do trabalho. Todavia, e aqui finalizando, penso em têrmos de importância do setor agrícola dentro da economia brasileira, e num processo de desenvolvimento do país as argumentações objetivas parecem bem definidas. O alcance de uma política em diferentes níveis vai depender de mais de um planejamento integrado inter-setorial e da máquina administrativa e executiva montada. Penso que se deveria argumentar em têrmos de o que se deve ter feito e o que se está fazendo objetivamente. O problema de aproveitamento de instituições, evitando duplicações de trabalho, ainda está a desafiar a administração, bem como o planejamento executado nos diferentes níveis. Talvez êstes aspectos e o de pessoal capacitado para fazer executar os programas sejam bem mais importantes que a quantidade de capital de que se dispõe para o setor agrícola atualmente. A SOBER agradeço a oportunidade que me foi dada, como estudioso e preocupado no assunto. Vejo o trabalho como uma contribuição valiosa e interessante para os responsáveis pela política agrícola, e também interessados no assunto.. Meus parabéns ao Dr. J. Paulo Ribeiro pela contribuição prestada e o meu muito obrigado aos senhores e ao autor.

Palavra Livre — *Dr. Coutinho*

O Dr. José Paulo Ribeiro indubitavelmente é uma das maiores autoridades brasileiras em Crédito e Assistência Rural. Ele fez uma citação sobre os fatores impeditivos da ampliação do crédito agrícola no Brasil e citou dentre êles a estrutura agrária. Eu apenas trago aqui uma contribuição ao trabalho, baseado em um livro inédito de minha autoria, no qual se vê nestas colunas maiores um plano de força muscular pura e simples na agricultura Nacional, donde significa que cerca de 90% da produção agrícola brasileira é obtida graças única e exclusivamente ao trabalho muscular puro e simples da enxada, sendo que São Paulo ou a região Sul pioneira do Brasil ainda emprega cerca de 34% de esforço muscular puro e simples. Na parte de tração animal apenas a região Sul se destaca, as demais são desprezíveis. O emprêgo da mecanização na agricultura é tão insignificante face ao panorama geral que não deu para ser representado no gráfico, de tão irrisório. Outro trabalho também corroborando o que o José Paulo fez para Minas Gerais, eu fiz em relação ao Brasil, baseado nos estudos dos Censos. Aqui a distribuição do valor dos bens dos estabelecimentos rurais, por região significa que a imensa maioria do valor dos bens, confirmando o que êle disse, é em valor de terras, vindo a seguir as construções, veículos e animais, e máquinas agrícolas. Verifica-se que estas colunas são quase que diretamente proporcionais à contribuição de cada região para o valor da produção agrícola do Brasil. Verificamos que na escala de contribuição do valor agrícola, vem em 2.º lugar a região leste, na qual também a terra ocupa a maior parte dos trabalhos; e as regiões centro-oeste e norte realmente, onde o único valor dos bens existentes praticamente é o valor das terras. O 1.º comentarista falou em que escala deveria haver ou em que proporção deveria ser feito o financiamento da produção à margem de entendimento. Evidentemente que esta proporção ideal não pode ser lida assim "em cima da perna",

mas o que não pode de maneira alguma continuar, é que o crédito concedido pela CREAÍ ao pequeno produtor, que é aquêle responsável pela maior parte da produção agrícola brasileira, continue sendo apenas 1,10% do valor total da produção agrícola. Isso que não pode continuar. Agora a proporção ideal, isto é outro assunto. Muito obrigado.

Euter Paniago

Terei uma interferência muito rápida e sem entrar realmente no mérito do trabalho, apenas solicitando ao Dr. José Paulo Ribeiro, que fizesse uma pequena revisão na pag. 13 de seu trabalho, quando êle computa percentualmente os empréstimos dados à lavoura e à pecuária em termos que êle chama aqui de nominais e em termos reais, com dados deflacionados e não deflacionados. Não sei que artifício o Dr. José Paulo Ribeiro usou, que encontrou para os valores correntes um percentual diferente daquele dos valores deflacionados. Evidentemente é possível que tenha sido um problema de arredondamento e que seria desprezível no caso, porque se usado o mesmo índice, o resultado deveria ser idêntico para os dois casos.

Dr. Renato Albano Petersen

O comentarista e autor, segundo foi dado observar, não fizeram menção a um fator que nos parece fundamental. Esse fator é o financiamento à atividade. Sabemos que em muitas propriedades, a atividade que poderia receber financiamento não tem na propriedade o ponto de estrangulamento. No entanto, por não ser atividade financiável, continua a propriedade no meso estágio.

Conhecemos exemplos e os senhores bem o conhecem da mesma forma que eu, de Gerentes de Bancos que são obrigados, quando o mutuário chega ao seu Gabinete, a dizer: "a atividade que o senhor quer não está enquadrada, no entanto eu vou dar um jeitinho e vai sair o seu crédito por outra linha". Isso é normal. Assim é que gostaria de chamar a atenção para que houvesse uma modificação no critério da concessão de crédito. Até mesmo o Banco Central restringe em seu refinanciamento algumas atividades que podem ser financiadas. Por isso achamos de importância que o critério de concessão do crédito não deva ser o de atividades financiáveis, mas sim a empresa agrí-

cola. A empresa agrícola nos seus pontos de estrangulamento, para que assim se possa procurar e efetuar uma modificação no sistema produtivo da propriedade.

Dr. José Paulo Ribeiro

Eu não tenho que responder muito, porque estou praticamente de acordo com tudo que foi dito pelos comentaristas. Agradeço ao colega Gilson Rocha tudo o que disse sobre o trabalho, aos muitos subsídios que podem ser utilizados para melhoria do meso. Uma pergunta que ele fez várias vezes é o quanto a agricultura precisa de financiamento. Isso é difícil de responder e acho que ninguém conseguiria responder. Eu diria que este ponto depende dos objetivos a serem estabelecidos numa política para essa agricultura num determinado período. Se nós tivéssemos uma política que dissesse quais os objetivos da lavoura, da pecuária, num prazo de 5 a 10 anos, em termos quantitativos, então talvez nós pudéssemos calcular quanto demandaria a estas empresas que os produzissem, da mesma maneira que se calcula para uma indústria, e assim por diante. De maneira que este quantum parece muito difícil. No entanto, por outro lado, pela análise não só dos dados no Estado de Minas como outros no Brasil e estes que Coutinho mostrou, nós verificamos que o capital na agricultura está representado grandemente pela terra, e muito pouco pelos fatores que realmente influenciaram na produção, quais sejam aqueles referentes a construções, a equipamentos, a animais, etc. Uma modificação na percentagem desses valores em relação ao patrimônio global da propriedade ou da empresa rural, poderia ser também uma base para mostrar quanto seria necessário. Nos países mais evoluídos, na Europa e mesmo nos Estados Unidos, mas principalmente na Europa, na composição do inventário agrícola a terra entra geralmente com 10% ou menos no valor global da propriedade, enquanto que animais produtivos e mesmo equipamentos, têm um valor muito maior. A consequência disso foi a capitalização que foi feita na agricultura, para que esses fatores então pudessem oferecer maior produção. Enquanto o brasileiro tiver a mentalidade de ir comprando cada vez mais terras, a nossa agricultura não irá se desenvolver muito. Não quero assim dizer que a terra deva ser pequena, pelo contrário, nós temos verificado que em muitas regiões em Minas, quanto maior o número de mini-

fúndios, mais se agrava a situação com relação a êsse fator terra. Há regiões inclusive em que isso tem que ser agregado para que o individuo possa realmente obter um rendimento satisfatório, não só para sua família como para comercialização.

Com relação à programação, ao planejamento de vários setores, eu devo dizer que realmente não me aprofundei muito nisto, mas que na pag. 22 eu falei que o crédito para ser bem empregado dependeria de uma política agrícola e de uma programação integrada, isso naturalmente poderá ser desenvolvido em outros aspectos. Quanto à comparação do número de empréstimos quanto à propriedade, é verdadeiro até certo ponto que nem todos têm a capacidade de contratar, mas é verdadeiro também que quase todos também têm um tipo de financiamento, conquanto não por organismos, por órgãos financiadores, mas por financiamento indireto. Eles chegam nos armazéns, nos compadres, pedem dinheiro a 40,60% ou mais, em troca da sua produção a preços vis, quando êles colhem, quer dizer, isso também é modo de financiamento indireto. De maneira que se não existisse êste tipo de financiamento e as entidades de financiamento devessem perfazê-lo, êsse número serviria para comparação. Com relação aos outros aspectos mencionados, eu diria que no caso do setor agropecuário, embora diferenças entre os valores da produção não sejam maiores, se nós observarmos a quantidade de capital que demanda a agricultura, a lavoura, em relação aos fatores da produção, e a pecuária, nós vamos ver que a demanda de crédito é muito maior para a pecuária do que para a lavoura propriamente dita. Por exemplo, o agricultor que se dedica a milho só precisará de um trato de terra, máquina, adubo e assim por diante. Já aqueles que se dedicam ao gado, têm outros fatores muito mais complexos; não só o trator para preparar as terras, para fazer as pastagens que demoram mais tempo, as cercas para divisão das pastagens, como o próprio capital investido nos animais, que hoje não são muito baratos, além de outros fatores complexos, quais sejam as instalações de estábulos e de maquinaria, nos casos de gado de leite, etc. Mas de um modo geral eu agradeço os comentários, e tenho a certeza de que o colega Gilson Rocha, lá na Universidade Rural, quando começar a orientar os nossos futuros colegas agrônomos em crédito rural, estará capacitado a fazer com que nós agrônomos quando nos formarmos, tenhamos um pouco mais de conhecimento de crédito.

Com relação à pergunta do Dr. Petersen, eu gostaria de dizer que o crédito, além de ser uma ferramenta de aceleração e de formação de capital, pode ser também aquilo que limita o cultivo, a criação de determinadas atividades da agricultura numa dada empresa, que não seria justificado sob o ponto de vista ecológico. Quero agradecer a todos a atenção, e à SOBER a oportunidade de trazer aqui esse trabalho.

REFORMA AGRÁRIA

JOSÉ GOMES DA SILVA

R E S U M O

O presente trabalho procura analisar o papel de uma Reforma Agrária no desenvolvimento econômico do Brasil.

Para isso o autor trata, inicialmente, de situar o processo reformista de acôrdo com conceituação que preconisa. Um ligeiro retrospecto histórico e alguns aspectos doutrinários ligados ao caso brasileiro ajudam também a colocar o problema em sua exata dimensão.

Depois de propor metas para a Reforma Agrária Brasileira (300.000 unidades em seis anos) o autor analisa as implicações que um processo dessa magnitude poderá ter no nosso desenvolvimento sócio-econômico.

As cinco tarefas básicas da agricultura dentro do processo desenvolvimentista são estudadas face a uma Reforma Agrária daquela magnitude. A produção de alimentos é considerada em maior detalhe, a partir de dados reais e estimados de três projetos representativos, respectivamente, das condições de Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Além da produção de alimentos, são também estudadas, tuar devidamente o problema antes de entrar no tema que dentro do enfoque reformista, as outras seguintes tarefas que cabem à agricultura dentro do processo de desenvolvimento econômico: liberação de mão-de-obra aos setores urbanos; formação de capital; expansão do mercado consumidor de produtos industrializados; a exportação de produtos agrícolas.

1. DA CONCEITUAÇÃO DE REFORMA AGRÁRIA

O tema "Reforma Agrária" tem sido objeto de tantas e tais deformações que não nos sentimos animados a discuti-lo sem estarmos seguros de que estamos todos falando a respeito do mesmo assunto. Essa preocupação conceitual assal-

tou também o Dr. R. B. Sen, diretor-geral da FAO, quando pronunciou o discurso de abertura da II Conferência Mundial de Reforma Agrária, ao afirmar que “em toda discussão desta matéria, parece ser necessário, antes de tudo, evitar confusão a respeito do objetivo da Reforma Agrária¹. Na mesma oportunidade Myrdal, antes de iniciar sua brilhante exposição sobre a “A Reforma Agrária em seu mais amplo sentido econômico e social”, fez questão de conceituar devidamente o problema antes de entrar no tema que lhe fôra atribuído naquele conclave mundial².

No nosso entender, uma conceituação racional de Reforma Agrária deve atender, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

a) mencionar a palavra “terra”, já que algumas conceituações diversionistas não o fazem;

b) situar devidamente a coisa a conceituar, tomando-a como um processo, isto é, um conjunto de medidas que apresentam um certo decurso ou seguimento;

c) abarcar o campo exato, situando o processo apenas no setor primário da economia, sem tentar exagerar o seu âmbito;

d) apresentar um sentido diferencial, de modo a permitir uma distinção clara em relação a outros processos, sistema ou métodos comumente confundidos com a Reforma Agrária.

A conceituação que adotamos³ procura atender a todos os requisitos da sã doutrina reformista e aos enunciados básicos de um bom conceito (que, quando, quanto, onde, como e quem).

Reforma Agrária é um processo amplo e imediato de redistribuição de renda que se opera na agricultura, com a ativa participação dos próprios interessados, a partir da modificação do sistema de posse, uso e gozo da terra, objetivando a elevação humana, social, econômica e política da população que a trabalha como minifundista, precarista ou assalariada.

Uma apreciação analítica dessa conceituação permite avaliar todas as suas múltiplas implicações. Assim, a Reforma Agrária é em essência, um processo e precisa, como tal,

1) SEN, R. B. — Discurso inaugural ante a II Conferência Mundial de Reforma Agrária, Roma 20 junho, 1966.

2) MYRDAL, GUNNAR. La Reforma Agraria en su ambito economico e social más amplio. Roma. Conferência Mundial sobre la Reforma Agraria, documento RU:WLR/66/N, junio 1966, 10 p.

3) GOMES DA SILVA, JOSÉ. El problema de la Reforma Agrária: el caso brasileño. Conferencia ditada em el III Curso Anual Interdisciplinario del IICA-CIRA, Bogotá, septiembre de 1966. Doc. mimeografado n.º 74, 58 p.

apresentar um comêço e um fim. Exatamente por êsse motivo algumas leis (inclusive a brasileira), estabelecem um prazo fatal para a realização da Reforma Agrária.

Esse processo precisa ser amplo, (“massivo”), isto é, alcançar uma parte significativa da população não proprietária, não podendo limitar-se a uns poucos projetos, ainda que eficientemente executados.

A Reforma Agrária precisa ainda ser imediata, não podendo arrastar-se indefinidamente na escala do tempo, frustrando as esperanças da geração de homens sem terra que vivem na época em que o processo é desencadeado.

A menção da redistribuição de renda dentro do setor agrícola nos parece indispensável, uma vez que seria possível conceber processos de simples elevação econômica do campesinato, mantendo o latifundismo em sua situação original de poderio político, econômico e social. Recente informe do Centro de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas⁴ destaca a redistribuição da renda como um dos principais objetivos da redistribuição da terra, o que não sucede com as outras medidas de Reforma Agrária.

Dentro da idéia exata de definição do campo, a agricultura é o setor onde a Reforma Agrária deve se processar, muito embora possa (e deva) repercutir nos demais setores econômicos.

Numa Reforma Agrária democrática, a posse da terra não deve constituir uma imposição de políticos no poder ou o resultado de esquemas econômicos da tecnocracia dominante. Tampouco, deve representar um mero presente do Estado ao beneficiário minifundista ou sem terra. Deve, isto sim, ser planejada e executada, em tôdas as fases, com a ativa e constante participação dos futuros parceiros.

A modificação do regime de posse, uso e gôzo da terra (tenência) constitui a essência do processo reformista e sem que isso ocorra não existe a Reforma Agrária verdadeira. Esta mudança pode ser feita na forma de unidades agrícolas de exploração familiar (Itália), exploração em comum (“empresas campesinas” da Venezuela e “assentamentos” do Chile), fazendas coletivas (“kibutz” de Israel e “kolkooze” russo), exploração comunal (ejido mexicano e propriedade tribal africana), ou ainda, qualquer combinação dessas for-

4) NACIONES UNIDAS, Centro de Resarrollo Industrial. Influência de la Reforma Agraria en la industrialización de los países en desarrollo. Conferência Mundial sobre Reforma Agrária, Roma, Itália, 20 junio — 2 julio. — 1966, doc. WLR/66/2, 8 p.

mas (“moshav” de Israel, assentamentos canavieiros do Egito, projetos de sisal da Venezuela), etc.

Dentro do objetivo que uma autêntica Reforma Agrária deve perseguir, preferimos falar em elevação humana, por exemplo, e não nos referir simplesmente a modificação ou mudança, como fazem alguns, já que esta alteração pode piorar a situação do beneficiário, como ocorreu na África com a modificação da tenência tribal para a propriedade individual. Por vêzes, algumas alterações legislativas também pioram as condições do parceiro, como se viu na Venezuela, onde o decreto n. 173 de 28 de junho de 1949 afetou negativamente a concepção humanista da legislação anterior.

A elevação a que a Reforma Agrária se propõe, deve ser inicialmente humana, pois o homem é a base e o objetivo do processo; deve ser social, já que intenta também uma elevação do grupo em que êsse homem vive. É igualmente uma promoção econômica, na medida em que busca melhoria de renda pela elevação da produção e da produtividade dos novos sistemas agrícolas que substituem o latifúndio improdutivo. Finalmente, a Reforma Agrária persegue objetivos políticos, uma vez que, propicia ao beneficiário, um melhor exercício de seus direitos (quando já os tem) ou quando permite a sua aquisição, nos casos em que o direito de propriedade abre o caminho para aquisição de certos direitos políticos.

Os quatro objetivos aqui arrolados, constituem, em conjunto, a “cidadania econômica” de que nos fala Sen 5.

Finalmente, a conceituação adotada menciona explicitamente os verdadeiros beneficiários de um programa de Reforma Agrária, arrolando-os na ordem de prioridade em que devem ser atendidos por um programa dessa natureza.

Em primeiro lugar colocamos os minifundistas, isto é, os camponeses proprietários de áreas insuficientes para proporcionar-lhes uma renda familiar que a Reforma Agrária estabelece como mínima para as condições locais. São os titulares de propriedades sub-familiares na classificação do CIDA ⁶.

O segundo grupo de beneficiários é constituído pelos precaristas, isto é, aquêles que ocupam terra alheia em forma precária ou transitória, como é o caso dos arrendatários, parceiros e posseiros, em suas numerosas formas de variações regionais ou nacionais.

5) SEN. R. B. — Op. cit.

6) INTER-AMERICAN COMMITTEE FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT. Land tenure condition and socio-economic development of the agricultural sector. Brazil. Washington, Pan American Union, 1966, 609 p.

Por fim, arrolam-se os assalariados, isto é, os obreiros ou operários rurais, os quais, em realidade não “ocupam” terra alheia, pois o recebimento de salário os coloca em uma categoria especial das relações terra/homem, regida por institutos de natureza eminentemente laboral.

A conceituação aqui referida não menciona as clássicas medidas complementares comumente citadas por outros autores tais como o crédito, a assistência técnica, etc. Em nosso entender, essa assistência aos beneficiários de um programa de Reforma Agrária é simplesmente óbvia. De fato, se essas medidas são normalmente propiciadas (muitas vezes em vão) aos proprietários, latifundiários e terratenentes, por que não devem ser também colocadas ao alcance dos parceiros?

Em torno da conceituação aqui definida, iremos desenvolver tôdas as nossas considerações posteriores. Dessa forma, afastamos do debate qualquer falsa interpretação do processo universal conhecido pela expressão de Reforma Agrária, muito embora, consideremos válida e pertinente qualquer possibilidade de discussão em torno da sua conveniência, oportunidade ou mesmo colocação numa escala de prioridade de problemas nacionais.

2. UM POUCO DE DOUTRINA

Se tomarmos como responsabilidade da agricultura brasileira no nosso mecanismo de crescimento econômico tanto as tarefas arroladas por Delfim Netto⁷ como as funções mencionadas por Chacel⁸, parece claro que êsses objetivos podem ser alcançados de duas maneiras diferentes: através de um processo puramente “econômico” em que os estímulos do Poder Público são distribuídos independentemente de quaisquer considerações de ordem social, ao dosar a participação e a ação disciplinadora do Estado na assistência à iniciativa privada ou então, por meio de processos em que o social é levado na devida conta.

Dêsses dois caminhos, qual deve ser o escolhido por um país como o Brasil, em marcha para os 85 milhões de habitantes, onde a metade da população (a que vive na zona

7) DELFIM NETTO, ANTONIO; PASTORE, AFONSO CELSO & PEREIRA DE CARVALHO, EDUARDO. Agricultura e Desenvolvimento. São Paulo, Estudos ANPES n. 5 (versão preliminar) 1966, 212 p.

8) CHACEL, JULIAN. Condições necessárias para o desenvolvimento econômico. Proposição para uma política de investimentos com ênfase sobre a agricultura. Anais da IV Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais (SOBER). São Paulo: 93. 1965, 398 p.

rural) mostra reduzida participação no mercado de consumo e no próprio processo produtivo?

Se a meta é o binômio clássico produção — produtividade, será possível alcançá-la dentro de critérios sociais de ação? Em outras palavras, será possível orientar a ação do Estado no sentido de beneficiar o maior número possível de pessoas, sem ferir a eficiência econômica?

Numa atividade como a agricultura, em que a produção não obedece exatamente aos princípios das economias de escala e na qual a produtividade, em muitos casos, depende de estímulos como os determinados pela terra própria, as pequenas unidades agrícolas parecem não ter nenhuma dificuldade em competir economicamente com as empresas de maior tamanho.

Nesse tipo de análise é preciso ter em conta dois fatos importantes. Em primeiro lugar, há que deixar de lado a impressão de que a mecanização e a motomecanização constituem privilégios das grandes fazendas. Sabe-se que existe hoje toda uma tecnologia especialmente voltada para as pequenas empresas, inclusive no que tange à motomecanização. Em segundo lugar, quando, nos debates sobre Reforma Agrária, se discute o problema da pequena versus grande propriedade rural, costuma-se argumentar em termos da grande fazenda moderna contra o pobre sítio isolado e desprotegido. Tais comparações não são justas nem científicas. Quando se fala em Reforma Agrária, deve-se pensar em sítios aos quais se proporcionou todo o elenco de medidas assistenciais que devem acompanhar a modificação do regime de "tenência" da terra. Fora disso, o cotejo deve então ser estabelecido, por exemplo, entre unidade canavieiras de Holambra com as grandes "plantations" de cana das usinas vizinhas, ou, no outro extremo, entre os chamados "lavradores" de Pernambuco e as precárias culturas dos engenhos e usinas das imediações. Em ambos os casos, temos certeza que as pequenas propriedades ganharão folgadoamente.

Essas considerações permitem afirmar ser possível com a adequada aplicação da tecnologia voltada para as pequenas empresas e o suporte cooperativista que a sua arregimentação enseja, elaborar projetos de Reforma Agrária em que as pequenas unidades de produção possam competir razoavelmente com empresas de grande área, em termos de eficiência econômica.

Eis porque, ao traçar rumos para uma política de desenvolvimento da agricultura brasileira a partir de uma realidade como a que a Divisão de Economia Rural da Secretaria

da Agricultura do Estado de São Paulo retratou para esse Estado⁹ (em que o progresso do setor está condicionado a uma capitalização mais intensa das unidades), não temos qualquer dúvida em optar por uma diretriz em que, garantido o “econômico” (através do projetamento adequado), perseguíssemos também o “social”, através do atendimento do maior número possível de interessados. Tal processo quando alcança a própria tenência da terra, toma o nome universal de Reforma Agrária.

Considere-se ainda que existem outros pontos de estrangulamento que bloqueiam o progresso da agricultura brasileira e que dizem respeito ao problema da Reforma Agrária. Um deles é a questão estrutural que indiscutivelmente existe, mesmo que seja na forma da “insuficiência estrutural discreta” de que nos fala Chacel¹⁰. O outro gargalo é representado para os assalariados e precaristas. Recente pesquisa conduzida na Usina Caxangá em Pernambuco¹¹, mostrou a constância com que o chamado “camponês” reivindica a posse da terra^(*). Por outro lado simples considerações de ordem aritmética mostram que o atual trabalhador rural do Estado de São Paulo que percebe (?) o salário mínimo mais comum no Estado (Cr\$ 2.533 diários), precisaria trabalhar 20.000 dias ou 55 anos para conseguir, comprar, com uma poupança diária de 20% do seu salário (Cr\$ 500) uma área de terra (cujo preço fôsse de Cr\$ 500.000/ha) correspondente a um módulo de 20 hectares. É mais do que evidente que diante de um quadro estrutural de tamanha rigidez, não lhe sobra nenhum estímulo para alcançar, por sua própria conta e iniciativa, o ideal de todo verdadeiro agricultor: a posse da terra que cultiva. De fato, tendo em média 40 anos, precisaria conseguir uma longevidade de 95 anos de vida útil, para alcançar, no eito, a realização do seu sonho de propriedade.

Dados referentes à Zona da Mata de Pernambuco mostram que 73% do custo de produção de uma tonelada de cana colhida na região são aportados pela mão de obra¹². Acredi-

9) DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL. Estado e tendências da agricultura paulista. Agricultura em São Paulo V (n.º 5 e 6): 1-61. 1963.

10) CHACEL, JULIAN M. Op. cit.

11) SOUTO MAIOR, HERALDO PESSOA. Levantamento sócio-cultural na unidade gro-industrial de Caxangá. IBRAR — Recife, 1966. 36 p. 160 tab. (datilografado).

*). Recente resolução do I Encontro Regional dos Trabalhadores de Lavoura Canavieira realizado em Carpina, PL mostrou claramente essa tendência contrariando frontalmente a tese de Caio Prado Jr., em sua «Revolução Brasileira».

12) ROSA E SILVA NETTO, J.M. Estimativa do custo de produção da cana de açúcar em Pernambuco. Recife, CODEPE, 1965, 14 p. (datilografado).

tamos que essa situação não seja muito diferente para outras culturas e para outras regiões do país que praticam uma agricultura de semelhante padrão tecnológico. Pois bem, dentro da concepção humano-capitalista em que queremos inserir a Reforma Agrária Brasileira, acreditamos que se deva pensar em propiciar uma oportunidade de progresso na escala de “tenência” àquele que aporta contribuição tão importante ao processo produtivo. É claro que ao pensar-se em guindar êsse obreiro à condição de pequeno proprietário, é indispensável prever-se uma sólida prestação de assistência técnica (substituindo a função empresarial) e o conveniente suporte cooperativista, garantindo a comercialização e permitindo ao parceleiro beneficiar-se, na aquisição de insumos, das vantagens das economias de escala. Ambos os requisitos são previstos pelo Estatuto da Terra com formas de atendimento ajustadas à realidade brasileira.

Ainda dentro das considerações de ordem doutrinária, é preciso dizer uma palavra a respeito do temor esquerdizante que muitos alimentam a respeito da implantação de uma Reforma Agrária entre nós. Nada mais infundado, uma vez que a Reforma Agrária — como processo criador de novos proprietários — constitui a própria consagração do sistema capitalista. Substitui todavia o capitalismo voraz por um capitalismo humanista, que, entretanto, de qualquer forma, consagra a propriedade privada como a base e o objetivo a que aspiram as grandes massas de homens sem terra.

Finalmente, é preciso reconhecer que a Reforma Agrária não será a panacéia que os políticos apregoam. Um importante papel na nossa agricultura e no nosso desenvolvimento econômico está reservado às granjas, sítios e fazendas atualmente existentes, cuja eficiência, conforme já destacamos, pode ser grandemente melhorada com a capitalização intensa (na forma de tratores, fertilizantes, pesticidas, etc.), indicada pela agronomia moderna. “Duas coisas, pelo menos, a Reforma Agrária tem garantido ao homem sem terras: casa e comida”¹³, às quais um líder camponês acrescenta uma terceira: a garantia da existência de trabalho permanente¹⁴. Essas três garantias, infelizmente, não são asseguradas pela nossa atual agricultura, sobretudo nas áreas carentes de reforma.

13) PENN. RAYMOND J. Entendimentos das pressões para a Reforma Agrária. Declarações sobre o Desenvolvimento Econômico na América Latina perante o Sub-Comitê de Relações Econômicas Interamericanas do Comitê Econômico Conjunto. Congresso dos Estados Unidos, 87º Congresso. Segunda Seção, 10 a 11 de maio de 1962.

14) ROTTA, JOSÉ. Informação verbal. 1967.

3. LIGEIRO RETROSPECTO HISTÓRICO

Dentro do tema desta V Reunião, é importante perguntar se as reformas agrárias já realizadas têm acelerado o desenvolvimento econômico dos países onde se processaram.

Dentre as reformas agrárias mais antigas, destaca-se o caso do México, cujos índices de desenvolvimento são bastante conhecidos. Não existem elementos que autorizem afirmar que êsse progresso esteja diretamente relacionado com a sua Reforma Agrária, cujos resultados são, em si, já bastante discutíveis. Uma coisa todavia é certa: o rompimento das velhas estruturas latifundistas propiciou a oportunidade de uma nova organização da agricultura mexicana, permitindo-lhe desempenhar (com brilho até), o seu papel no progresso geral que hoje desfruta a nação mexicana.

No caso da Bolívia — uma outra Reforma Agrária do tipo revolucionário — não houve nem resultado favorável da modificação do regime de “tenência”, nem tampouco verificou-se o desenvolvimento econômico.

No caso das Reformas Agrárias mais conhecidas e melhor estudadas (Japão, Itália, Taiwan, Egito, Venezuela) é indiscutível a influência que tiveram no processo geral de desenvolvimento econômico e na tarefa de colocar as respectivas agriculturas em condições de acompanhar o progresso dos demais setores.

A julgar pelos documentos apresentados à II Conferência Mundial de Reforma Agrária 15, é bastante promissora a situação de numerosos países que há pouco iniciaram programas de modificação fundiária, sobretudo na área do Mediterrâneo e Oriente Próximo. Em quase todos êsses países, tem sido destacada a influência da Reforma Agrária na aceleração do processo de desenvolvimento econômico, (Síria, Iraque, Irã, Marrocos, Argélia, etc.).

Da mesma maneira, parece ser a situação em Cuba, a julgar pelos informes preliminares da avaliação de sua Reforma Agrária, há pouco realizada pela FAO 16.

4. METAS DE UMA REFORMA AGRÁRIA PARA O BRASIL

Já vimos que por mera questão de fidelidade conceitual, uma Reforma Agrária de verdade para o Brasil não pode ser diferente daquilo que se entende universalmente como tal.

15) UNITED NATIONS. Food and Agriculture Organization. World Land Reform Conference. Rome, Italy, 20 June - 2 July 1966 («country papers» diversos).

16) EULACIO, AUGUSTO. Informação verbal. 1966.

Quais deveriam, então, ser as metas de uma verdadeira Reforma Agrária que viesse a ser realizada no Brasil?

Quais seriam as repercussões de uma Reforma Agrária no nosso desenvolvimento econômico?

Essas perguntas que procuraremos responder em seguida, atendendo à incumbência que nos confiou a SOBER.

Franco 17, especialista do Projeto 206 da OEA-IICA (Estudos e Capacitação em Reforma Agrária), após realizar diversas pesquisas sobre a questão estrutural da nossa agricultura, concluiu que o Brasil precisa assentar, no mínimo, 50.000 famílias por ano para atender, durante 20 anos, apenas à metade das 3.200.000 famílias sem terra registradas pelo Censo de 1950. Levando em conta os recursos financeiros à disposição do IBRA, Franco calcula que 103.000 famílias poderiam receber terra própria no período de 1966/70.

O Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola — CIDA, estudando o problema fundiário em sete países latino-americanos, estabeleceu para o Brasil a meta de 272.000 famílias a serem atendidas — anualmente — por um programa de Reforma Agrária. Nesse total o CIDA computou 87.000 famílias por ano como resultado do crescimento demográfico da população rural que não seria absorvida pelos outros setores de economia 18.

Carroll 18, técnico do BID e velho estudioso da questão agrária no Brasil, acha que as metas do CIDA devem ser adotadas, caso se queira mesmo levar a sério as metas fixadas pela Carta de Punta del Este.

Chacel 19, com base nos dados do Censo de 1960 calcula que a Reforma Agrária no Brasil deveria contemplar metas da ordem de 100.000 famílias por ano, durante 45 anos, para atender a toda a população sem terra, considerando que todo o aumento populacional da agricultura fôsse absorvido pelos outros setores. O autor, prudentemente, menciona os percalços financeiros a que uma política tão agressiva estaria sujeita, sobretudo em relação “aos gastos governamentais (nas três esferas) com o aumento inopinado de 28% no primeiro ano de execução da Reforma”.

-
- 17) FRANCO, ALBERTO & OUTROS. Condições sociais associadas à posse da terra e suas implicações agro-industriais. Rio de Janeiro, IICA-CIRA. Materiais de Ensino para Reforma Agrária n. 6, 1965, 36 p.
 - 18) CARROLL, THOMAS. La Alianza para el Progreso y las Metas del Desarrollo Agrícola. Banco Interamericano de Desarrollo, Jornadas de Financiamiento Agrícola em América Latina. Viña del Mar, Chile, 18 a 25 de Marzo de 1965. Doc. 72, 27 p.
 - 19) CHACEL, JULIAN M. Reforma Agrária no Brasil. Curso Internacional de Reforma Agrária, IICA-BID, Campinas, CETREC, 20 maio - 20 de junho de 1963.

Adotando raciocínio semelhante ao de Chacel e ajustando os objetivos numéricos a cifras razoáveis em relação às disponibilidades financeiras do país, admitimos que uma Reforma Agrária de verdade, que viesse a ser executada no Brasil, não poderia nunca trabalhar com números inferiores a 50.000 unidades por ano. Tal meta foi fixada considerando que, durante os 20 anos que o Estatuto da Terra estabeleceu para a duração do IBRA, fôsse programado o atendimento de cerca de 1/6 das famílias sem terra existentes no país em 1966, de acôrdo com projeções baseadas no Censo de 1960. Para essa quantificação, admitimos que do total de 5 milhões de famílias sem terra, 1/3 permaneceria na condição de assalariados trabalhando nas atuais empresas e outro 1/3 não teria condições para assumir as responsabilidades que o Estatuto da Terra estabelece, sendo eventualmente deslocados para os setores urbanos por força do próprio processo de desenvolvimento.

Aos 83.000 beneficiários eventuais que deveriam ser atendidos por ano, deve-se somar ainda mais 23.000 resultantes do incremento anual de 1,4% registrado atualmente para o crescimento populacional do nosso setor rural. Dentro dos objetivos de uma verdadeira Reforma Agrária, do total assim obtido de 106.000 famílias por ano, pelo menos 50.000 precisariam ser transformadas em parceiros, fazendo-se para isso a necessária dotação de recursos orçamentários.

Nesas condições, dentro de um programa quinquenal de governo, a realização de um programa de Reforma Agrária com essa dimensão, representaria um investimento semelhante a Urubupungá ou Volta Redonda, colocando-se então, entre os empreendimentos que como a Petrobrás, romperam alguns dos pontos de estrangulamento da economia brasileira.

Uma Reforma Agrária dessa dimensão, que fôsse realizada pelo Brasil, poderia ser comparada à que realizou a República Árabe Unida, ou ser considerada duas vezes maior que a conduzida pela Venezuela, ou ainda três vezes mais ampla que a "Riforma" Italiana, computando-se, para efeito de cotejo, o número de unidades criadas e o tempo gasto para fazê-lo. Nessas condições, uma Reforma Agrária com 300.000 famílias atendidas em 6 anos daria também ao Brasil a liderança do assunto dentro do mundo latino.

5. ESTIMATIVAS DA INFLUÊNCIA DE UMA REFORMA AGRÁRIA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

Se em sentido restrito pode-se tomar o desenvolvimento econômico como “o processo pelo qual se eleva persistentemente, a renda per capita de dada população”²⁰, em termos da economia nacional como um todo, o desenvolvimento precisa apresentar diversas características essenciais²¹:

a) aumento da produtividade (expressa em termos da produção por trabalhador ocupado). Esta modificação ocorre em todos os setores, mas exibe um ritmo relativo mais acelerado no setor agrícola;

b) modificação na composição setorial da renda bruta, através do aumento da importância relativa da indústria e dos serviços e da perda de importância da agricultura;

c) modificação na distribuição setorial da mão de obra ocupada, com a forte diminuição relativa da população ativa empregada na agricultura e correspondente aumento nos demais setores;

d) incremento do processo de urbanização, como corolário das duas tendências anteriores;

e) modificação na composição etária da população, com diminuição da população jovem, aumento da fração abrangida pela idade ativa e incremento da população com mais de 60 anos;

f) diminuição da taxa de natalidade e mortalidade;

g) melhoramento notável dos indicadores dos chamados “aspectos sociais” como saúde, educação, habitação, alimentação, etc.

Em conjunto, o conceito acima enunciado e mais as características que lhe devem ser inerentes, constituem, segundo a CEPAL,²² o “processo dinâmico de mudança estrutural da economia, objetivando proporcionar à maioria da população:

- maiores níveis de consumo;
- maiores possibilidades de chegar a idades mais avançadas;

20) DELFIM NETTO, ANTÔNIO & OUTROS. Op. cit.

21) CIBOTTI, RICARDO. Medición y características del proceso de desarrollo económico. III Curso Internacional de Reforma Agrária. IICA-BID. Campinas, CETREC, 20 maio - 20 junho de 1963. 9 p.

22) ARAUJO, PAULO CIDADE. Desenvolvimento econômico e Reforma Agrária. Curso de Extensão Universitária sobre Reforma Agrária. Piracicaba. Escola Superior de Agricultura «Luiz de Queiroz», 17 a 22 de fevereiro de 1964. 14 p.

- maiores recursos para educar melhor seus filhos; e
- meios de trabalhar com menos intensidade”.

Dentro dessa colocação, vejamos como a Reforma Agrária pode afetar as tarefas que, segundo Delfim Netto, estão reservadas ao setor agrícola.

Na discussão dos diversos itens procuraremos adotar uma mesma seqüência, abordando inicialmente a experiência internacional, tratando em seguida dos exemplos concretos existentes no país e fazendo, por último, algumas projeções para a Reforma Agrária com a dimensão que sugerimos (300.000 unidades em 6 anos).

5.1. — *Produção de Alimentos*

Em estudo anterior²³ verificamos, com base nos relatórios sobre Progressos em Reforma Agrária que o Departamento de Assuntos Sociais das Nações Unidas publica periodicamente, a influência que as modificações estruturais da agricultura de 39 países, que haviam realizado programas de Reforma Agrária, tinham exercido na produção de alimentos.

De um modo geral, a ação da Reforma Agrária foi bastante favorável, sendo, como era de esperar, tanto mais significativa quanto melhor sucedida fora a própria Reforma.

Dentre os empreendimentos nacionais que podem ser considerados como Reforma Agrária ou que dela podem se aproximar, poucos são os dados publicados que possam ser utilizados para uma avaliação. Dos estudos feitos até agora, apenas uma tentativa em âmbito nacional foi feita por PESSOA e COELHO²⁴, a qual foi todavia utilizada apenas para o estabelecimento de metodologia, silenciando a respeito dos dados numéricos dos casos estudados em diferentes regiões do País.

Afora as previsões contidas nos vários projetos, conhece-se apenas o relato numérico do projeto Capivari, conduzido no Estado de São Paulo dentro da chamada “Revisão Agrária Paulista”. Por força de excepcionais condições de localização, implementação, terra e tipo de exploração, dito projeto apresentava, na época, êxito espetacular²⁵. De fato, partindo de

23) GOMES DA SILVA, JOSÉ e SALOMÃO, JOSELE DE PAIVA. Reforma Agrária e Produção de Alimentos. XVI Reunião Anual da Soc. Bras. Progresso Ciências Ribeirão Preto, 6-7 julho de 1964, 37 p.

24) PESSOA, DIRCEU e COELHO, JORGE. Colonização e Reforma Agrária: Subsídios para uma política de colonização para o Nordeste. Recife, SUDENE, 1965, 58 p.

25) MENDES SOBRINHO, OTAVIO T. Experiência Paulista de Reforma Agrária. Curso de Extensão Universitária sobre Reforma Agrária, Piracicaba. Escola Superior de Agricultura «Luiz de Queiroz», 17 a 22 de fevereiro de 1964: 244-306 p.

uma velha fazenda abandonada foi possível alcançar, ao fim do terceiro ano da desapropriação, uma produção bruta de NCr\$ 132.365,00 (expressos em cruzeiros de 1964).

Uma estimativa teórica das possibilidades oferecidas pela Reforma Agrária Brasileira no campo da produção de alimentos, pode ser estabelecida, a partir de projeções efetuadas com base em dados de três regiões, Zona da Mata em Pernambuco, Planalto Médio do Rio Grande do Sul e Zona Fisiográfica de São Paulo.

Para êsse fim utilizamos, respectivamente, cifras relativas à unidade canavieira projetada pelo GERAN 26, os dados da Fazenda Sarandi contidos no projeto do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária 27 e os números reais apresentados por MENDES SOBRINHO 28.

O Quadro I permite verificar os dados de produção reais ou calculados para cada um dos três projetos.

Acreditamos que êsses três exemplos podem ilustrar as possibilidades médias nacionais, uma vez que abrangem situações de duas áreas prioritárias (Rio Grande do Sul e Nordeste) e de uma região de produção intensiva (Campinas, SP), englobando pois, módulos relativos à produção hortigranjeira próxima de um grande centro urbano, explorações extensivas do Planalto Médio gaúcho e culturas temporárias da região úmida de Pernambuco. A área média dos lotes (22,7 ha.) pode também ser tomada como uma aproximação razoável da unidade que poderia ser obtida para a média das condições do País, a julgar pela tabela de dimensões dos módulos por categoria e tipo de exploração adotada pelo IBRA 29.

Vê-se, como seria de esperar, que a exploração hortigranjeira das vizinhanças de Campinas propicia a mais elevada renda bruta unitária dentre os três tipos de lotes, apresentando também, área mais reduzida (8,2 ha contra 45 ha em Passo Fundo e 15 ha na Zona da Mata).

26) GRUPO EXECUTIVO DE RACIONALIZAÇÃO DA AGRO-INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NORDESTINA (GERAN). Programa Regional de Racionalização do Sistema Canavieiro do Nordeste. I. Est. Pernambuco, SUDENE, Recife, abril de 1966 (datilografado).

27) INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA — IGRA. Plano de Colonização da Fazenda Sarandi. Gov. Est. RS 1962. 109 p.

28) MENDES SOBRINHO, OTAVIO T. Ob. Cit.

29) INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA. Instrução Especial — IBRA nº 1 Dep. Imprensa Nac. 1965. 23 p.

QUADRO I — Produção bruta de alimentos em três projetos típicos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Capivari SP	Sarandi ⁽¹⁾ RS	Zona da ⁽¹⁾ Mata — PE	Média
I	Área Total	ha			680 ⁽²⁾	25.000
II	Área Média do Lote	ha	—	—	8,2	45
III	Renda bruta do lote médio	NCr\$	16	22,7	5.292,00 ⁽³⁾	9.115,33 ⁽⁴⁾
IV	Renda bruta unitária	NCr\$	5.806,08 ⁽⁴⁾	6.737,97	643,82	202,61
V	Renda bruta unitária média ⁽⁵⁾	NCr\$	387,07	411,16	528,90	37,18 ⁽⁶⁾
VI	Aumento da Produção de Alimentos (diferença entre IV e V)	NCr\$	45,46 ⁽⁶⁾	65,86	528,90	165,43 ⁽⁶⁾
VII	Aumento Unitário Médio ⁽⁷⁾	NCr\$	341,61	345,32	—	—
			—	247,88		

(1) Dados calculados.

(2) 87% da área total são destinados aos lotes.

(3) Dados reais atualizados (índice 2 de Conj. Econ.) para 30-11-66.

(4) Dados previstos nos respectivos projetos, atualizados para 30-11-66 (índice 2 de Conj. Econ.).

(5) Com base em dados de Schattan relativos a 1958-59, atualizados para 30-11-66.

(6) Como os dados médios do Estado se referem a São Palo, tomou-se a renda agropecuária média por hectare do Rio Grande do Sul e Pernambuco, como sendo 80% e 60%, respectivamente, da renda paulista. Para Pernambuco, tomou-se ainda a área média das propriedades a serem "reformadas" como 2.000 ha (extrato de 1000-2999).

(7) Média ponderada.

Para estimar-se o aumento da produção de alimentos que seria possível obter-se com a realização de uma verdadeira Reforma Agrária no Brasil, consideramos que as terras destinadas aos futuros projetos (em verdade os chamados latifundiários produções brutas correspondentes às médias dos respectivos extratos de área, onde se situam. Para tanto fúndios improdutivos que não cumprem a função social), tomamos o trabalho de SCHATTAN³⁰, atualizando os seus dados pelo índice 2 de Conjuntura Econômica e admitindo, para simples efeito indicativo (e à falta de dados locais), que a renda média agropecuária do Estado do Rio Grande do Sul e de Pernambuco correspondem, respectivamente a 80% e 60% daqueles níveis indicados pelo autor para as condições do Estado de São Paulo.

Esse critério é bastante liberal, pois numa verdadeira Reforma Agrária, a escolha de áreas para a instalação de projetos deve recair sobre propriedades abandonadas que, praticamente, não apresentam nenhuma produção. Os dados reais referentes ao único caso concreto (o da Fazenda Capivari) mostram que a produção anterior à reorganização fundiária era praticamente nula.

A diferença entre a renda bruta unitária obtida nos três projetos (indicadora do nível de produção depois da Reforma) e aquela que é obtida nas condições médias dos respectivos extratos de área (que tomamos como indicadora da situação antes da Reforma) foi tomada como medida de incremento da produção de alimentos, já que se teve o cuidado de separar, dentre os produtos arrolados, aqueles que não podem ser assim classificados (algodão e reprodutores, no caso da Fazenda Capivari).

O aumento médio ponderado obtido com a realização de projetos de Reforma Agrária do tipo representado pela média Capivari-Sarandi-GERAN, atinge a NCr\$ 247,88 por hectare, para uma área média de 22,7 ha.

Em termos globais, as 300.000 parcelas que a Reforma Agrária Brasileira deveria apresentar ao fim de 6 anos, seriam capazes de oferecer uma renda bruta de NCr\$ 1.688 milhões (cerca de 626 milhões de dólares), o que corresponde a aproximadamente o valor bruto da exportação anual média de café do País, ao câmbio atual de Cr\$ 2.700 por "dollar".

Essa renda representa 3,76% do produto agrícola referente a 1964.

30) SCHATTAN, SALOMÃO. Estrutura Econômica da Agricultura Paulista. Agric. em São Paulo VII (nº 5): 1-14. 1960.

Relativamente à área, as 300.000 parcelas estariam ocupando 6,81 milhões de hectares, o que significa 18,5% da área prevista pelo PAEG para “atender à oferta de equilíbrio” dos 12 principais produtos agrícolas em 1970 ³¹.

É oportuno especular, a esta altura, a respeito da “origem” dessa área de terras para a instalação das 300.000 famílias, que constituiria a meta da Reforma Agrária Brasileira.

Tomando os dados referentes ao número de estabelecimentos registrados pelo Censo de 1960, veremos que existem 154 milhões de hectares dentro dos extratos de área de “mais de 500 hectares”, exatamente a faixa onde devem ocorrer os mais sérios latifúndios por dimensão. A área de 6,8 milhões de hectares representaria, pois, apenas 4,4% dessa superfície.

Recente estimativa do IBRA ³² indica 2 milhões de hectares como a área das grandes propriedades que serão afetadas nos próximos cinco anos para a constituição de 50.000 unidades, o que revela a utilização de lotes bastante maiores que os aqui utilizados como exemplo. Importantes repercussões econômicas podem ser esperadas no setor da produção de alimentos com a realização de uma Reforma Agrária tecnicamente bem sucedida. A eliminação dos subsídios à produção açucareira do Nordeste e a redução do custo de produção do arroz gaúcho (pela eliminação da elevada incidência do custo dos arrendamentos) contam-se entre as mais importantes. É de se admitir também um melhor suprimento de leite à Guanabara e uma produção local de gêneros alimentícios e produtores hortigranjeiros à volta de Brasília.

5.2 — *Liberação de mão-de-obra aos setores urbanos*

O suprimento de mão-de-obra para os setores não-agrícolas da economia nacional é, segundo os autores em que estamos nos escudando, uma das outras tarefas básicas da agricultura.

Neste particular, não há nenhuma dúvida que a agricultura brasileira vem cumprindo satisfatoriamente o seu papel e poderá continuar a fazê-lo no futuro, sem qualquer dificuldade.

A incorporação ao processo produtivo de 6,81 milhões de hectares de terras mal aproveitadas e a agregação de 2.292

31) MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA. Programa de Ação Econômica do Governo. 1964-1966. doc. EPEA n.º 1, maio de 1965. 244 p.

32) JORNAL DO BRASIL. Assis Ribeiro busca criar classe média rural através da Reforma Agrária. Edição de 16-2-1967.

milhões de cruzeiros novos ao produto agrícola nacional, através da realização de uma verdadeira Reforma Agrária, poderão ser conseguidos sem que se deixe de alimentar essa liberação, sem qualquer problema.

A magnitude do suprimento potencial de mão-de-obra rural aos setores não-agrícolas pode ser inferida através do ritmo de urbanização das áreas mais desenvolvidas do País (São Paulo, no caso), ou através das metas que estabelecemos para a Reforma Agrária Brasileira.

Através do primeiro critério, a atual fração rural da população brasileira (que deve andar ao redor de 50%, com cerca de 15,5 milhões de pessoas ocupadas), poderá ser reduzida a apenas 25%, como se deu com o Estado de São Paulo, sem afetar a oferta de alimentos e as demais responsabilidades do setor para com a economia nacional.

Por outro lado, na fixação das metas da Reforma Agrária Brasileira, admitimos que cerca de 1,66 milhões de famílias sem terra não deverão ter condições para serem aproveitadas como parceiros face às exigências da legislação agrária atual. Esse contingente populacional — que representa ao redor de 5 milhões de trabalhadores, poderá estar à disposição dos setores urbanos no decorrer dos próximos anos.

5.3 — *Formação de Capital*

A formação de capital constitui uma das tarefas fundamentais da agricultura no processo de desenvolvimento, sobretudo em economias nas quais o setor agrícola constitui parcela importante da renda global do País 33.

No caso da Reforma Agrária, a experiência mostra que a formação de capital pode ocorrer de diversas maneiras.

Em primeiro lugar, a própria aquisição da propriedade familiar (nos projetos onde essa solução é indicada) e o seu pagamento ao fim do período de amortização, tal como é exigido pelo Estatuto da Terra, constitui uma forma compulsória de poupança, de grande significação quando a Reforma Agrária tem a magnitude de centenas de milhares de unidades, como se propõe aqui para a Reforma Agrária Brasileira. Neste particular, a aquisição dos 6,81 milhões de hectares significariam 1.362 milhões de cruzeiros novos, acumulados durante 20 anos, a um preço médio de NCr\$ 200 o hectare para a terra. Essa acumulação de capital poderá ser consi-

33) DELFIM NETTO. ANTÔNIO E OUTROS. Op. cit.

derada 3-5 vêzes maior, se considerarmos que a terra representa 1/3 a 1/5 do investimento total feito na parcela.

Além disso, a melhor agricultura praticada nos projetos de Reforma Agrária contribuiu para elevar a renda dos parceiros e incrementar o processo de poupança.

Finalmente, sobretudo diante da orientação fiscal que está sendo dada atualmente à Reforma Agrária Brasileira, a tributação da terra exercida através do imposto territorial rural e eventualmente também por intermédio do imposto sôbre a renda, poderá constituir um outro mecanismo de transferência e acumulação de capital de origem agrícola.

Tuma, professor da Universidade da Califórnia, que foi encarregado pelas Nações Unidas de apresentar um informe sôbre "Reforma Agrária e Formação de Capital" à recente II Conferência Mundial de Reforma Agrária ³⁴, relata que "a Reforma Agrária contribui para o desenvolvimento suscitando maior afã de progresso, aumentando a viabilidade técnica das melhorias almeçadas e estabelecendo as bases econômicas e financeiras que tornem possível a introdução dessas mudanças. Não haverá essa tendência de modificação se o agricultor ou empresário agrícola não tem estímulo suficiente para tirar partido das oportunidades que se lhe oferecem; êsse estímulo pode resultar da modificação do regime de propriedade".

Com base em um estudo de casos relativo a dois países que o autor não declina (mas que parecem ser Israel e Iraque), Tuma tirou algumas conclusões, que vale a pena transcrever:

"A inversão líquida, isto é, a formação de capital nas novas explorações agrícolas, parece estar condicionada às possibilidades do agricultor conseguir empréstimos. Quanto maiores forem essas possibilidades, tanto maior o interesse dos agricultores para realizar inversões. Na verdade, mesmo os agricultores que percebem uma renda superior à necessária para assegurar a simples subsistência, vacilam em reinverter uma parte de sua renda, porém, mostram-se sempre propensos a fazer economias para amortizar um empréstimo que, devidamente investido, haverá de proporcionar-lhes uma renda ulterior. Essa atitude pode em parte ser explicada pela própria natureza da operação de empréstimos, a qual equivale a uma antecipada inversão de rendas futuras, a cuja obtenção efetiva pode estar vinculada a amortização da dívida. Com efeito, se as perspectivas de renda não se materia-

34) TUMA, ELIAS H. Reforma Agrária y Formacion de Capital. FAO, Roma, Conf. Mundial Ref. Agrária, 20 Junio-2 julio, doc. WLR/66/1. 1966. 35 p.

lizam, é muito duvidoso que o agricultor venha a se encontrar em condições de amortizar o empréstimo nem que se tenha condição para exigir-se o pagamento da quantia emprestada, sobretudo quando se tratar de créditos oficiais. Nestas condições, o agricultor trata de reduzir os riscos inerentes ao empréstimo e prefere não pôr em risco a sua propriedade, caso não tenha possibilidade de amortizar sua dívida. Devido ao nível relativamente baixo da renda dos agricultores em quase tôdas as zonas de Reforma Agrária, com a conseqüente exiguidade das possibilidades de poupança e a resistência a economizar parte dos ingressos efetivamente recebidos para reinvertê-los na exploração, não parece prudente esperar grandes melhoras, a menos que se concedam facilidades de crédito para estimular a formação de capital em quantia superior àquela julgada indispensável para a simples constituição de capitais de operação”.

“Confirma essa assertiva o ocorrido no Japão desde que se promulgou a Reforma Agrária, ao fim da guerra. A formação de capital nas novas explorações familiares alcançou proporções verdadeiramente impressionantes (entre 1957 e 1961 o aumento alcançado foi da ordem de 250%), porém praticamente, a totalidade de inversões foi custeada com empréstimos. A proporção correspondente ao crédito oficial no volume total dos empréstimos foi de cêrca de 20%; a participação dos agricultores foi muito pequena e foi financiada com as rendas suplementares resultantes da inflação de preços e da redução dos níveis de arrendamento. O resto das inversões foi custeado com as contribuições de outros setores não-agrícolas, os quais representaram, em 1961, cêrca de 45% das rendas da população rural. A mesma tendência pode ser observada na China (Taiwan) onde os agricultores estão sempre dispostos a fazer empréstimos para o melhoramento de suas explorações”.

“O montante das inversões efetuadas pelos agricultores em suas explorações varia conforme exista ou não uma política oficial bem definida em matéria de desenvolvimento agrário. No primeiro caso, os agricultores, sabem o que lhes pode reservar o futuro e estão, portanto, em condições de estabelecer seus planos de inversões e de aproveitamento de recursos. Quando se tem a certeza de receber ajuda e empréstimos, como ocorre no país B*, o agricultor não se preocupa com suas necessidades de numerário. Quando, pelo contrário, não existe nenhuma esperança de ajuda, a única

*] Acreditamos tratar-se de Israel.

possibilidade de inversão é a sobra da renda pessoal do próprio agricultor, estabelecida de acôrdo com os acertos que fizer nos seus planos. Entretanto, a situação mais desfavorável é aquela resultante da incerteza da política agrária oficial; neste caso, comum a muitos programas de Reforma Agrária, o agricultor não sabe o que fazer com relação ao seu futuro”.

“Quaisquer que sejam os objetivos da reforma, sua consecução parece mais provável quando se empreendem programas urgentes e enérgicos, baseados nas inversões intensivas de capital e na adequada prestação de serviços de assessoramento e assistência técnica; em contrapartida, as possibilidades de êxito diminuem nos programas de execução lenta e dispersa”.

Infelizmente, não dispomos de dados que permitam efetuar estimativas a respeito das possibilidades oferecidas pela Reforma Agrária Brasileira na formação de capital em nosso País. Naturalmente, a investigação dessa possibilidade constitui importante tarefa que deverá merecer a atenção das instituições de pesquisa sócio-econômica e do órgão encarregado dos assuntos relativos à Reforma Agrária no Brasil.

5.4 — *Expansão do Mercado Consumidor de Produtos Industrializados*

A incorporação do setor agrícola como mercado consumidor de produtos industriais, virá dar nova dimensão ao mercado interno ampliando as oportunidades de diversificação industrial e gerando condições para a elevação dos níveis de produtividade dêste último setor, graças às economias de escala aí existentes³⁵. De fato, não existe nada tão fascinante na economia brasileira como êsse mercado fabuloso representando por 40 milhões de consumidores rurais, existente aqui mesmo dentro das nossas fronteiras, aguardando apenas que se lhe dê poder aquisitivo para poder comprar tudo que a indústria nacional fôr capaz de manufaturar. Transformar homens rurais em consumidores é indiscutivelmente uma das grandes finalidades da Reforma Agrária Brasileira.

Êsse mercado interno potencial existente no próprio Brasil significa perto de 50% da população da área da ALALC, a julgar pelos países que a êle aderiram até agora.

35) DELFIM NETTO E OUTROS. Op. cit.

Felizmente, essa verdade já foi visualizada por jovens industriais progressistas que têm defendido o tema da Reforma Agrária em diversas oportunidades ³⁶. Essa interdependência setorial, da Reforma Agrária Brasileira, poderá fazer com que a imposição desta última — por paradoxal que possa parecer — venha a ser feita, um dia pelas correntes industriais de visão do Centro-Sul.

Excelente pesquisa efetuada por GONÇALVES no Instituto “Joaquim Nabuco” de Pesquisas Sociais a respeito das condições de vida do trabalhador rural de uma das áreas críticas de Reforma Agrária do Brasil — a Zona da Mata de Pernambuco — mostrou que a elevação da renda dos camponeses (em condições semelhantes àquela que seria obtida com a realização de uma Reforma Agrária), possibilitou o aparecimento de novas tendências de consumo ³⁷. “O trabalhador rural passou a adquirir objetos essenciais à casa, muito embora, freqüentemente, muitos deles não tivessem revelado aptidão necessária de como gastar bem as rendas obtidas”.

A característica original da pesquisa de GONÇALVES reside no fato de ter realizado a mesma investigação em duas oportunidades diferentes, aplicando a mesma amostra e utilizando a mesma metodologia. Entre 1961 e 1964, época das duas pesquisas, a Zona da Mata foi beneficiada com apreciável elevação dos salários dos seus trabalhadores rurais, o que determinou grande procura de artigos de vestuário, rádios, móveis, etc. Apenas para citar um exemplo, cerca de 30% das famílias entrevistadas em 1964, haviam comprado rádios de pilha.

O Quadro II mostra a relação dos objetos mais desejados para a casa e o Quadro III indica os objetos comprados para a casa nos seis meses imediatamente anteriores à pesquisa.

Relativamente às tendências de compra, a grande maioria deseja comprar móveis em geral, que somados a outros itens do mobiliário levantados isoladamente (camas, cadeiras e mesas) alcançou 80,8% das respostas.

36) COUTINHO NOGUEIRA, JOSE BONIFACIO. Posição do Governo na Reforma Agrária. São Paulo Agrícola I (12): 38-42. 1959.

37) GONÇALVES, FERNANDO ANTÔNIO. Condições de Vida do Trabalhador Rural da Zona da Mata de Pernambuco, 1964. Recife, Inst. «Joaquim Nabuco» de Pesquisas Sociais, 1965, 48 p.

QUADRO II — Objetos mais desejados para a casa, pelos trabalhadores da Zona da Mata, Pernambuco — 1964

OBJETOS	Total de respostas (%)
Móveis em geral	66,7
Rádio	26,0
Máquina de costura	13,6
Cama e rêde	13,2
Cadeiras	7,1
Mesas	3,8
Televisão	1,3

Fonte: GONÇALVES, F. A. Ob. cit.

Conforme se vê, o rádio ocupa o segundo lugar nas preferências dos trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, atingindo 26% das respostas, seguindo-se a máquina de costura com 13,6% das preferências, louças, malas, fogão, relógio, colchão, roupa de cama e mesa, etc. estão entre as utilidades apontadas em menor porcentagem.

QUADRO III — Objetos comprados para a casa, nos seis meses imediatamente anteriores à pesquisa, pelos trabalhadores rurais da Zona da Mata, Pernambuco — 1964

OBJETOS	Total das respostas (%)
Cadeiras e bancos	10,7
Rádio	10,3
Cama e rêde	10,1
Mesa	6,1
Móveis (em geral)	5,7
Utensílios domésticos	5,7
Mala	2,9
Roupas	2,3
Relógio	2,3
Louça	2,1
Guarda-chuva	1,7
Máquina de costura	1,7

Fonte: GONÇALVES, F. A.

A lista de objetos adquiridos pelos trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco durante o período de elevação de salários (quadro III), coincide grandemente com o desejo de compra mencionado no quadro II.

É interessante verificar ainda, neste estudo das possibilidades de expansão do mercado de produtos industrializados como resultado da execução de uma Reforma Agrária, a preferência da população pesquisada, no tocante a objetos de uso pessoal.

QUADRO IV — Objetos de uso pessoal desejados pelos trabalhadores rurais da Zona da Mata, Pernambuco — 1964

OBJETOS	Total das respostas (%)
Roupas	35,2
Sapato	22,4
Relógio	19,1
Rádio	12,1
Chapéu	11,9
Animal de sela	9,9
Arma de fogo	7,5
Condução própria	3,4
Móveis	2,5
Arma branca	1,7
Guarda-chuva	1,7
Sanfona	1,0

Fonte: GONÇALVES, F. A. Ob. cit.

Essa seqüência de utilidades é igualmente apontada na ordem de preferência dos objetos que o trabalhador rural da Zona da Mata compraria para a sua esposa e para os seus filhos. Em todas as respostas cita-se a série de objetos que a população rural brasileira adquire à indústria nacional, assim que consegue renda suficiente para tanto.

Quantificação da demanda de produtos agro-industriais

O estudo de Gonçalves permite-nos verificar, qualitativamente, a demanda de produtos industrializados, quando se eleva, por força do aumento de níveis salariais, a renda de uma determinada categoria de trabalhadores rurais de uma área carente de Reforma Agrária.

A influência de uma eventual mudança do regime de posse e uso da terra no “quantum” da demanda de produtos agro-industriais foi estudada por FRANCO E OUTROS³⁸ a partir de pesquisa realizada em uma pequena comunidade do município rural de Barra Sêca, situada igualmente numa área prioritária de Reforma Agrária (Estado do Rio de Janeiro).

Comparando os níveis de alimentação e vestuário de uma amostra significativa de proprietários e não proprietários rurais, Franco e colaboradores verificaram uma diferença de NCr\$ 549,50 e NCr\$ 54,21 gastos, respectivamente, em compra anual de alimentos e de vestuário.

Tomando metas de 50.000 unidades por ano (iguais às que propusemos), Franco estima que o valor do consumo de produtos agro-pecuários, como conseqüência de uma Reforma Agrária dessa dimensão, poderia aumentar em cerca de NCr\$ 27 milhões por ano. Ao final dos 6 anos propostos para a realização da Reforma Agrária Brasileira, o assentamento de 300.000 famílias poderia determinar a elevação daquela demanda a um nível de NCr\$ 135 milhões por ano.

Relativamente aos produtos têxteis, Franco admite que, dos NCr\$ 13,57 a mais que um proprietário gasta por trimestre, em relação a um não proprietário, cerca de 50% são representados pelos custos industriais e 50% referem-se aos custos e lucros dos intermediários e comerciantes. Dessa forma, um consumo maior de Cr\$ 13.573 se transmite às fábricas numa demanda trimestral, de, aproximadamente, Cr\$ 6.785 e, produtos têxteis. Isso corresponde a cerca de NCr\$ 1,357 milhões para as 50.000 famílias atendidas num ano.

Supondo uma relação capital/produto de 3:1 (uma inversão de 3 novas unidades de capital em maquinaria e equipamento, associada ao aumento de 1 unidade no ingresso nacional) o consumo e a produção adicionais de NCr\$ 1,357 milhões poderiam representar, também, uma demanda adicional de NCr\$ 4,07 milhões em maquinaria e equipamento para o parque nacional.

Franco assim resume os efeitos imediatos de propiciar a posse da terra a 56.000 famílias por ano, sobre o consumo agro-industrial:

— um aumento anual de NCr\$ 27,006 milhões sobre o consumo de produtos agropecuários, ou seja, cerca de

38) FRANCO E OUTROS. Condições sociais associadas com a posse da terra e suas implicações na demanda agro-industrial. IICA — Rio Mat. Ensino para a Reforma Agrária n.º 6. 1965. 35 p.

NCr\$ 162 milhões ao final dos seis anos da Reforma. Este montante representa 3,65% do produto agrícola nacional do ano de 1964;

— aumento anual de NCr\$ 1,357 milhões por ano sobre o consumo de produtos têxteis, ou cerca de NCr\$ 8,142 milhões quando estivessem instaladas as 300.000 unidades previstas;

— aumento na demanda anual de maquinaria e equipamento industrial de NCr\$ 4,07 milhões ou NCr\$ 24,42 ao final da Reforma.

Considerando os efeitos secundários (multiplicativos) sobre a produção nacional e sobre a renda, gerados pelo aumento do consumo agro-industrial resultante da Reforma Agrária, teríamos para cada Cr\$ que é recebido como ingresso, um gasto em consumo de Cr\$ 0,7.

Sob essas suposições, argumenta Franco, o aumento total no consumo de NCr\$ 32,433 milhões (resultante da soma do consumo de alimentos, têxteis e maquinaria industrial) poderia, através do tempo, aumentar o ingresso nacional em cerca de NCr\$ 108 milhões:

Primeiro receptor:

$$1 \times \text{NCr\$ } 32,433 \text{ milhões} = \text{NCr\$ } 32,433 \text{ milhões}$$

Segundo receptor:
(intermediário)

$$+ 0,7 \times \text{NCr\$ } 32,435 \text{ milhões} = \text{NCr\$ } 22,703 \text{ milhões}$$

Terceiro receptor:

$$+ 0,7^2 \times \text{NCr\$ } 32,433 \text{ milhões} = \text{NCr\$ } 15,892 \text{ milhões}$$

$$\frac{1}{1 - 0,7} \times 32,433 = \text{NCr\$ } 107,996$$

Esse aumento de consumo de produtos agro-industriais no valor aproximado de NCr\$ 100 milhões, como resultado de uma Reforma Agrária que distribuisse terra a 50.000 famílias por ano, representa pouco mais de meio por cento do Produto Interno Bruto do Brasil no ano de 1963.

A influência de um programa da ordem de 300.000 unidades em seis anos, significaria, segundo os cálculos de Franco, um aumento de 2,5% no PBI do Brasil, como resultado de efeito multiplicativo do programa de Reforma Agrária.

5.5 — *Exportação de Produtos Agrícolas*

Como última contribuição da agricultura à dinâmica do desenvolvimento, cabe mencionar a sua participação no mercado exportador. Ainda aqui pode a Reforma Agrária desempenhar importante papel, sobretudo no tocante a dois produtos agrícolas de duas das nossas áreas prioritárias: o açúcar do Nordeste e o arroz do Rio Grande do Sul.

Como se sabe, a legislação brasileira concede prioridade à exportação do açúcar nordestino e cabe à Reforma Agrária (formulação em que foi colocado o programa do GERAN), dar condições competitivas à produção açucareira dessa região.

Por outro lado, é bastante conhecida a elevada incidência das taxas de arrendamento na estrutura de custo de produção do arroz. Os planos de Reforma Agrária da área prioritária do Rio Grande do Sul, devendo eliminar essa anomalia estrutural, certamente poderão dar melhores condições para a exportação das nossas safras rizícolas.

S U M M A R Y

This paper deals with the role of a Land Reform process in the Brazilian economic development.

First the author shows the process in relation to a concept that he proposes. The historical background of several programs and its conceptual implications are also used to situate Land Reform in its real dimension.

The author proposes the goal of 300.000 units in a six-year period for the Brazilian Land Reform. Based in such figures. Several considerations are made in relation te the economic development that could be reached.

Based on the five main tasks of agriculture in the economic development process, the peper shows the possible contribution of such a program. Food production is analyzed in detail taking case studies in the state of Pernambuco (sugar cane unit), Rio Grande do Sul (cereals and hogs) and São Paulo (trock crops and chickens).

Liberation of hand work to the urban sector, capital formation, expansion of markets for industrial products, and agricultural products for exportation are also studied in relation to the Land Reform suggested.

Comentador, *Eng. Agr.º Wanderbilt Duarte de Barros.*

Prezados companheiros da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais.

Acedi, prazerosamente, ao convite que me foi feito para comparecer à reunião anual da SOBER na condição de debatedor de um dos trabalhos apresentados. O prazer é triplice: *primeiro*, por que esta assembleia motiva seus debates em questões autênticas do setor primário; *segundo*, porque me cabe considerar documento elaborado por autorizado agrônomo que, ao mesmo tempo, é estudioso da Reforma Agrária; *terceiro*, porque o problema que me é dado discutir constitui assunto vital, palpitante e contraditório. Nesta condição aliás o govêrno lhe empresta o sentido de incontestante aprêço.

Após nada menos de vinte anos de manifestações não raramente confundíveis, que distorceram o conceito e o sentido, a morfologia e a fisiologia, a oportunidade e a conveniência da Reforma Agrária, esta se constitui ainda em versão controvertida. Mesmo depois de o govêrno se ter revelado disposto a retificar distorções e legislar formulando política da transformação das estruturas rurais e de demonstrar disposição de conduzir o problema, está ela eivada de tónus dubidativo e polêmico. Duvida-se da adequação e da propriedade da Lei; discute-se a validade e a viabilidade de suas diretrizes, de sua metodologia, de seus caminhos.

É positiva a manifesta intenção do Govêrno de adotar certo e definido grau de decisão, visando a corrigir anomalias, não se deixando perder no irrealismo que as dimensões do problema determina. Dimensões encontradas: a) na extensa gama de pobreza de recursos; b) no intenso sentido de imediatismo indivinculável daquele outro sentido de continuidade e permanência; c) na convicção pragmática dos insucessos, mais que dos sucessos, das Reformas Agrárias ao longo do processo histórico e mais papáveis nestes quase três quartos de século; d) na convicção de que é mais conveniente acertar com modicidade e regularidade, no âmbito

do setor primário, do que apregoar, a largas, conquistas inviáveis, cuja periculosidade desacredita a empresa. Tudo isso tornando discutível a Reforma Agrária em escala emocionalizante que como assunto comporta nas variáveis ideológicas e doutrinárias. Chegamos pois, a estes dias, vinculados a perplexidades que se agravam tão somente, quando por mais não fôsse, pelo ineditismo de um movimento, misto de revolução e de evolução, cujas alvícaras não convencem a tantos e cujas premissas não seduzem a todos.

Não me reportarei às necessidades da imposição da Reforma Agrária. É ela, pacificamente, a própria anteposição como problemática do desenvolvimento. Nem me aprofundarei na análise da questão, no plano mundial, como, também, me eximirei de detalhamentos no referente ao plano nacional. Todos conhecem esses aspectos. A Reforma Agrária é, em todos os sentidos, sob todas as formas, em todas as circunstâncias, uma atitude clara, irreversível, óbvia: dispensa conjecturas em reuniões deste nível ante a altitude intelectual reunida.

Diretamente ao assunto, permito-me, no âmbito do respeito à casa, ao autor e a mim mesmo, entender a contribuição excluída das linhas de uma tese. É, com efeito, o trabalho mais uma hipótese. Configura-se nessa forma ante a vigência da Lei 4.504, desde a qual as exigências de definição, de propósitos, de instrumentalização foram, tanto quanto desejável e possivelmente, atendidas. E ainda que considerasse como cabíveis ou como admissíveis, incursões profissionais, abrangedoras desses campos, não poderia consentir em percebê-las além dos limites do exclusivo e respeitável entendimento pessoal.

A contribuição que tenha presente configura-se-me do ponto de vista de fixação doutrinária apenas como estudo. Pois, desde a vigência do sistema legislativo, iniciado com a Emenda Constitucional número 10, imposta à carta magna de 1946, que se vem firmando jurídica, legal, política e tecnicamente uma doutrina de reforma agrária no país. Parece-me, assim, que qualquer esforço à margem dessa posição, ainda que louvável, será mera especulação. É o trabalho, por isso, uma tentativa configurada de demonstração cultural, assim entendo a participação do Engenheiro Agrônomo Gomes da Silva.

Do ponto de vista de arranjo sistemático, trata-se da adequada contribuição. Tem feição orgânica apreciável e desembaraço literário compatível a termos de hipótese. Falta-lhe, porém, o conteúdo pragmático do qual, se se tivesse

servido o autor, cingindo-se, como fácil é perceber, lhe poderia ter sido concedido por sua sólida cultura, a termos alcançáveis, muito teríamos a lucrar. Seria, em tal condição, possível postular a aplicação do trabalho à prática de subsídios a projeto executivo de Reforma Agrária.

Algumas divergências de menor porte poderiam, se afioradas nestas observações, demandar maior largueza de exposição. Não me furtaria, entretanto, ao dever de indicar que, como processo, a Reforma Agrária não deve admitir limites de princípio e de fim: como processo é ato de continuidade, de progressividade e de auto desdobramento. Talvez, fôsse melhor entendê-la em termos de *meta*, pois esta pressupõe finalização. De modo peremptório não vejo fixado prazo fatal para Reforma Agrária Brasileira, pois se o artigo 28, § 3.º da Lei 4.504 vincula a destinação de tributos, dotações e recursos durante vinte anos à execução dos programas dessa mudança, não diz, como deveria fazê-lo, a Lei, que a reforma deverá estar encerrada em 20 anos. Se o fizesse, de si mesma e de início, admitiria a fragilidade do processo quanto ao aspecto saneador, tão curto seria tal prazo. E bastaria para comprová-lo o fato de organismos de âmbito de ação mais limitado, como a Comissão do Vale do S. Francisco, com a SPVEA, terem tido prazos de atuação pré-estimados sem que, contudo, ao transpô-los tivessem no mínimo coberto seus objetivos. A simples limitação de prazos, quanto a recursos, não configura necessariamente limitação da vida do órgão de execução da Reforma Agrária. O texto legal não é claro, desde que se pretenda entender o disposto no artigo 16 da Lei 4.504 pelo qual se imagina um processo e se admite um organismo acionador ou deflagrador da Reforma Agrária. Não pode haver prazo para assunto permanente, cujo tratamento exige e impõe perenidade.

Evidentemente, que ao se desencadear qualquer procedimento de Reforma Agrária o que se deseja é ensejar a harmonização do desenvolvimento e alcançar o estado de bem-estar social do qual participe, ascendentemente, o povo. Todavia, os percalços das Reformas Agrárias, vencidos de forma diferente em termos da ideologia sôbre a qual se assentam são, em regra, os mesmos. A grande modificação das estruturas rurais demanda decisão e impõe dimensionamentos bem estimados. A produção a alcançar, em termos de volume, de variedade e de rendimento, deve ser ajustada à capacidade da demanda; esta, potencialmente é cada vês maior, porém a demanda real, isto é, a que disputa, de fato, a produção não tem igualmente a mesma expressão. A abertura

do mercado consumidor é, um dos problemas constelares da reforma agrária e deve ser considerado na relação processual da equação *indústria X agricultura*, que não pode e nem deve ser armada na projeção dos grandes programas, que contudo, se assenta inicialmente, na efetivação de trabalhos de industrialização a partir da pequena para a média empresa, a ser icentivada com suporte considerável no setor rural.

Tudo isso é, porém difícil e árduo, se admitirmos, como válido que é, ser a Reforma Agrária empreendimento de aspiração dos países sub-desenvolvidos e descapitalizados. Como é: a) empresa de custos elevados; b) de dificuldades que se estendem da necessidade de preparar o nôvo proprietário para funções inusitadas; c) de dotá-lo e aos demais agricultores do instrumental adequado e de fazê-los eficientes no manejá-lo; d) de cercá-lo da disponibilidade de tôda a ordem de insumos, a preços capazes de não determinarem o agravamento da inflação dos custos; e) de preparar condições técnicas e políticas para que, como transformação de métodos, atitudes e expectativas, a reforma agrária não seja um meio caminho ou uma senda de frustrações generalizadas desencantando o produtor e desesperançando o consumidor.

O produtor pela intercorrência de algum ou de alguns fatores incontrolados, mal previstos, que estrangulam a liberdade de produzir e a certeza de encontrar a oferta bem recepcionada. O consumidor, pela obstrução da intermediação, que eleva e sonega preços e bens. Por isso, parece-me que, considerando ao lado o problema dos objetivos da reforma, por Gomes dados como essencias, como o que concordamos (produção de bens de auto-consumo, de mercado interno e de mercado externo, de liberação de mão de obra e de formação de capital) crucial é pretender distinguir a viabilidade do assentamento de um maior número de agricultores compatível com a necessidade nacional, em termos de solução do problema.

Em nenhum momento, a hipótese apresentada considera o custo do assentamento da unidade familiar na Reforma Agrária. Isso é lastimável, certamente. Não considerou, também, que, no estágio de arrancada do processo, é insuficiente a disponibilidade de técnicos para a reforma agrária. Que em consequência, simultâneamente com os demais esforços de prtáica de transformação estrutural pretendida, é necessário, para assegurar-lhe eficácia, capacitar o pessoal da administração, da execução, do contrôle, da assistência e

da avaliação da Reforma Agrária. Entendo com direito que segundo estudiosos do problema seja necessário assentar 50.000 novos agricultores por ano (FRANCO) ou 272.000 (CIDA) ou 100.000 (CHACEL) 50.000 (GOMES). Contudo, as limitações reais e efetivas que tem o organismo promotor da Reforma Agrária no Brasil não consentem em que, sequer, conscientemente se atenha na possibilidade de tornar produtores da agricultura a 50.000 famílias ano.

Cumprindo, com rigor, os preceitos da legislação da Reforma Agrária, isto é, fazendo anteceder o problema da desapropriação de terras para assentamento de parceiros dos trabalhos de cadastramento dos imóveis rurais e da tributação territorial rural, o IBRA adotou metas mais modestas, porém mais compatíveis, com as exigências de segurança que o problema impõe. Desde a identificação das grandes dificuldades, que se iniciam na falta de pessoal na inadequação dos caminhos de incorporação de terras para a Reforma Agrária tendo em vista as condições do processo jurídico da desapropriação (veja-se a tortuosa e longa via a que foi lançado o IBRA com a Usina de Caxangá, cuja desapropriação constituiu ato marcante da administração Gomes da Silva, durante o período de sua gestão como responsável pela reforma, na fase entre liquidação da SUPRA e institucionalização do IBRA, a qual infelizmente, até agora, mais de dois anos após efetivada não foi de fato concluída, obstaculizando a programação de localização de parceiros) a relativa insuficiência de recursos de toda a ordem para formalizar a reforma em termos de ato globalizado ou integral.

A partir de todos esses fatores e de outros muitos, a meta do IBRA foi fixada em torno de 10.000 famílias-ano para satisfação em dois anos de 20.000 famílias, podendo, é natural, que em decorrência do afastamento de obstáculos, expandir-se progressivamente. Contudo, é meta inferior igual a 20% do total pretendido por Gomes da Silva. É porém, realista ante as possibilidades de acertar com menos.

Sem embargo destas observações é importante que considere, em termos do que admito como hipótese, bem elaborada a contribuição presente. Tivesse o autor decalcado seu trabalho em linhas de exequibilidade, e seus argumentos poderiam ser aceitos como válidos. É claro que excluídos aqueles aspectos de intenção doutrinária, dispensáveis ante a circunstância do que o corpo de doutrina é assegurado pela vigência de uma legislação, de um pensamento político, ou uma conceituação técnica.

DEBATES —

Dr. Coutinho

Em primeiro lugar eu me sinto feliz em travar conhecimento com o Dr. José Gomes da Silva, um dos autores principais do Estatuto da Terra, e uma grande autoridade em Reforma Agrária. O nosso colega Wanderbilt é um feliz porque êle recebeu o trabalho do Dr. Gomes ontem, e nós aqui do Plenário o recebemos apenas hoje. Eu deixei de almoçar para ter a oportunidade de ler o trabalho, porque é um assunto que estudo há 15 anos e sou um dos raros autores brasileiros que estudam a Reforma Agrária em forma de números e não em bases subjetivas. Penso que o Dr. José Gomes da Silva perdeu um tempo precioso tentando estabelecer conceituação, quando êste assunto não é mais objetivo. Conceituação é aquela que está na Lei 4.505 de 30 de 11 de 64 e não um assunto de discussão acadêmica, e portanto nos privou de uma informação mais aprofundada. Dentro das minhas anotações aponteí o seguinte: Em tôdas as prioridades o autor entra em contradição várias vêzes. Por ex. êle colocou em prioridade n.º 1 os minifundiários. Eu havia ficado realmente muito satisfeito com esta prioridade, porque demonstrava que êle estava atento aos dados e às modificações da estrutura agrária em 1950 e 60, porque realmente o número do proprietário dos minifundiários atingiu em 1960 2.994.093, o que representa mais do que o número total de propriedades existentes no Censo de 50 e com uma tendência extraordinária não só as propriedades de menos de 100 hectares, como ainda a tendência a aumentar as propriedades a sub-divisão na classe das propriedades de menos de 10 hectares. De modo que é um assunto de grande importância, dar uma prioridade realmente aos minifundiários, como problema n.º 1. Mais adiante êle fala em prioridade n.º 1 as famílias sem terras. Ora, se as famílias sem terras não são um minifundiário, aí está uma das contradições anotadas. E não vi referência alguma aos parceiros rurais; famílias sem terras significa pessoas que vivem

em meio rural sem às vezes participar do trabalho da terra. Os parceiros rurais deveriam ser a prioridade principal, que já são de famílias que trabalham na terra e no meio rural e não apenas famílias sem terras. Na parte de Reforma Agrária Cubana, deve ser observado que ela deve grande parte de seu maior êxito ao fato de ter sido complementada por outras reformas, porque a reforma agrária em si só, não é panacéia universal como querem alguns; fazer Reforma Agrária isolada é demagogia ou outra coisa, mas não reforma agrária. A reforma agrária decente e honesta deve ser complementada por outras reformas e é por êste motivo que a reforma em Cuba foi altamente positiva, enquanto não o foi a Reforma Agrária em outros países, como o México por exemplo, onde o povo se diz socialista mas na realidade é um dos países mais capitalistas da América do Sul. As metas apontadas pelo Dr. Gomes a meu ver são metas idealistas e desligadas da realidade Nacional. O ideal seria resolver o problema das famílias rurais, tôdas minifundiárias no Brasil. Mas isto tem que estar ligado diretamente ao orçamento Nacional, sem o que não tem expressão. Outra contradição anotada é a que êle disse que haveria prioridade para as propriedades abandonadas. Neste ponto eu discordo radicalmente de V. S. porque propriedades abandonadas são propriedades que por motivos econômicos deixaram de ser exploradas. A meu ver a localização, o início de Reforma Agrária deveria ser de uma maneira diferente. A reforma agrária deveria partir do aproveitamento real das terras não aproveitadas, das propriedades existentes, mas começando da região sul, depois leste e por aí vai; por uma razão simples: na região Sul o aproveitamento da terra em lavoura não atinge 6% da área total das propriedades. Ora, se o Governo investiu aí a maior parcela em estradas de rodagem e em transportes ferroviários, em armazenamento, não é justo que um cidadão tenha propriedade neste lugar e se coloque contra o interesse social explorando tôdas as suas terras. De modo que essas terras pouco aproveitadas da região sul deveriam ser aquelas nas quais deveria incidir a Reforma Agrária. Eu disse várias vezes ao amigo Wanderbilt que não acredito no cadastro do IBRA, e não acredito pelo seguinte motivo: é apenas uma conceituação; todos aquêles que estudam a Estrutura Agrária Brasileira vêm falar em estabelecimento rural. O imóvel rural dá impressão de propriedade rural; para aquêles que estão fora do assunto parece sinônimo de propriedade e estabelecimento rural, mas não é; é uma coisa completamente diferente. Estabelecimento

rural são zonas de explorações econômicas dentro de uma propriedade rural. De modo que se o cadastro fala em propriedades, elas são muito menos do que 4.000 milhões, quer dizer, êste êrro fundamental de conceituação é que implica neste êrro, de modo que o cérebro eletrônico é muito bom quando lhe é fornecido instrumental adequado. Mas o cérebro eletrônico não raciocina por ninguém, êle trabalha dados que lhe são prèviamente fornecidos. Duvido muito da realidade dêste cadastro rural do IBRA. Em segundo lugar, pelos motivos já apontados, também discordo destas áreas prioritárias do IBRA, porque para o retôrno do capital aplicado visando a incrementar a Reforma Agrária, qualquer Reforma Agrária que implicasse em utilização das terras em primeiro lugar da região Sul, depois Leste, Nordeste, Centro Oeste, Norte, reverteria numa soma muito maior do que investir dinheiro na Amazônia. Se aplicassem todos os recursos a serem adotados no Brasil durante anos na Amazônia, o resultado seria muito menor do que aplicar uma Reforma agrária na Região Sul, que logo ràpidamente responderia em dinheiro, em verba e produção agrícola para o Brasil. Muito obrigado.

* * *

Dr. Ruy Miller Paiva

Sr. Presidente. O trabalho do Dr. José Gomes da Silva é exatamente o que nós, que o conhecemos bem, poderíamos esperar dêle. É um trabalho muito lógico, muito bem programado, e à medida que nós o lemos ficamos entusiasmados e quase que chegamos a aceitar a reforma agrária como solução completa dos problemas da Economia brasileira, principalmente para o desenvolvimento econômico no Brasil. E se eu aceito esta tese entro num conflito enorme, porque ontem apresentei uma tese aqui em que trago um elemento totalmente contraditório ao que êle apresenta com sua exposição de reforma agrária. Fazendo-me mais claro, o nosso colega José Gomes, ao abordar estimativas da influência de uma Reforma Agrária no desenvolvimento econômico no Brasil, diz respeito ao aumento de produção que virá com esta reforma, principalmente baseando-se em casos isolados, que se transformados para a agriculura tôda do Brasil, entram em conflito como fato de têrmos 50% da população nossa no setor rural, e é como o nosso colega Wanderbilt de passagem disse a respeito do mercado consumidor dêste produto, da posição dos preços em relação ao aumento de pro-

dução e em relação aos 25 milhões que se fazem necessários para ter um agricultor produtivo, se não me falha a memória do que ouvi dizer. Quer dizer, o trabalho do Gomes não se pode criticar facilmente porque está muito bem programado, muito lógico, muito seqüente, e o perigo, se é que assim posso dizer, é que o leitor, como foi o meu caso, se entusiasme e ache que esta vai ser a solução do problema. É o único defeito que eu vejo. De modo que a única forma de eu comentar o trabalho dêle é pô-lo em confronto com o meu. Se ontem eu alertei para êste perigo da reforma, alertei para o fato de que para nós melhorarmos a produtividade agrícola do Brasil nós temos êste problema, 50% da população rural. Não temos mercado consumidor para o aumento de produção que provenha dêste setor, as possibilidades para exportar são pequenas, conforme mostrei pelos números que eu trouxe, e sôbre a possibilidade de transferir o excedente da mão-de-obra para o setor industrial, mostrei as dificuldades, não disse que era impossível, apenas mostrei as dificuldades. Se nós estivéssemos num regime outro que o capitalista, poderíamos dizer: sua agricultura aumenta a produtividade, diminui o número de agricultores que produzem agricultura, mas vão êsses agricultores produzir outros produtos, bens ou serviços e vai haver troca, e com isto se promove o desenvolvimento. Eu digo: isso é um regime capitalista para que se promova, para que se processe êste desenvolvimento econômico que os economistas estudam com ardor, discutem, e para o qual não nos trazem uma forma aceitável, fácil de se pôr em processo. O problema do desenvolvimento, do ponto de vista econômico, continua ainda; as escolas e as autoridades continuam acentuando um ou outro elemento, de modo que o problema do desenvolvimento econômico não se trata de um mecanismo que a gente apertando um botão aqui e o outro ali êle se processa. O desenvolvimento econômico ainda é difícil, e voltando ao caso do Brasil, no trabalho de ontem, ao discutir o desenvolvimento da agricultura do Brasil e ligar êste desenvolvimento ao desenvolvimento econômico, eu não fiz referência praticamente à Reforma Agrária, a não ser em um ou dois parágrafos no final do trabalho, porque cheguei à conclusão de que ela, ainda que trouxesse aumento de produção, não resolveria os demais problemas que eu tinha equacionado, de modo que em fiquei num impasse. Enfim, eu estou trazendo êste assunto apenas para continuar o debate da Reforma Agrária, que é um assunto de maior interesse.

Constantino Carneiro Fraga

Eu apenas desejo abordar um aspecto da Reforma Agrária que me parece importante e que diz respeito à sua execução. A Reforma Agrária está sendo conduzida até agora por um único órgão, sem vinculação com outros órgãos relacionados com a política agrícola. Aliás, o Dr. Wandervilt afirmou aqui que Reforma Agrária não pode ser feita por um órgão só, e neste ponto eu estou de pleno acôrdo com êle. A coisa passa a ser da seguinte forma: Neste grande oceano de definições do que seja Reforma Agrária, parece que existe algumas linhas que não são aceitas pela totalidade, mas pela maioria. Uma delas é que qualquer Reforma Agrária tem que procurar reduzir os latifúndios e reduzir também os minifúndios. Ora, o IBRA de um lado luta por isto, do outro lado o Govêrno, através de uma política agrícola que desestimula certas atividades em benefício de outras de caráter extensivo e uma pecuária de carne, anula qualquer esforço da IBRA neste sentido. Eu não tenho dados evidentemente, mas para mim nada vale o esforço eficiente do IBRA, digamos durante cinco anos, se o Govêrno através de outras medidas estimular exageradamente a pecuária de carne, que é sabidamente uma atividade extensiva. Assim, constatamos no Estado de São Paulo que a grande quantidade de terras dedicadas ao algodão e ao amendoim deveria ser transferida para a pecuária de carne, seja por falta de estímulo a estas atividades, seja por outros conceitos sociais de apoio ao trabalhador e que não interessam no momento, e que o proprietário rural no instante não está capacitado para enfrentar. Esse é um problema grave e que está exigindo uma coordenação muito melhor do IBRA com os órgãos encarregados de traçar a política agrícola, ou pelo menos as suas linhas básicas para o País. Era isso o que eu queria acentuar.

* * *

Ramon Garcia

Eu não vim propriamente fazer um comentário, mas sim uma consulta ao Dr. José Gomes, que reputo um dos maiores entendidos em questões de reforma agrária. Ela se refere ao aspecto conceitual de reforma agrária em que pese qualquer legislação em vigor, e para isso eu me estribaria em Gimenes Landines, que estabelece duas coordenadas para

um programa de reforma agrária. A 1.^a é que uma reforma agrária deve ser uma oiva (um termo espanhol que significa em larga escala) e por isso êle entende não só o beneficiamento pelo maior número possível de pessoas, como também tôda uma mobilização de opinião pública, uma mobilização de pessoal, quase que uma ideologia de reforma agrária, quase uma sedução nacional em tôrno da idéia dereforma agrária. A 2.^a coordenada seria que uma reforma agrária tem que ser extensiva; isto quer dizer a utilização de uma maneira extensiva dos recursos em disponibilidade. Isto significa que reforma agrária não é um pequeno laboratório de experiências, não é modelo isolado em pequeno projeto, mas sim deve envolver larga escala, com maior número possível de áreas, pela utilização enfim de uma tecnologia menos avançada inclusive. Neste sentido, estabelecendo essa duas coordenadas básicas apoiando-me evidentemente em Landines, eu gostaria de formular a pergunta ao Dr. José Gomes.

* * *

Amílcar Baiardi

O documento do Dr. José Gomes, muito bom em linhas gerais, deixa entretanto margens para uma série de discussões, que a escassez de tempo não nos permitiria levantar aqui. Entretanto existe um aspecto que eu considero de máxima importância e que deva ser enfatizado. É com relação às cinco tarefas básicas que o Dr. Gomes considera, mediante as quais a agricultura poderia colaborar com o desenvolvimento econômico. Em realidade isto se ajusta exatamente a um esquema mental de alguns economistas clássicos, que fizeram estas cinco tarefas aplicadas a países desenvolvidos, ou seja, uma condição um pouco diferente da nossa, que é um País subdesenvolvido. Principalmente no que diz respeito à liberação de mão-de-obra de setores urbanos para a indústria, isto é, para o setor secundário e para o setor terciário também. Eu considero que é tarefa da agricultura uma liberação desta natureza, mas nunca de uma reforma agrária nas condições de País subdesenvolvido, onde a industrialização ainda que incipiente é bastante capitalizada, absorvendo um contingente de mão-de-obra não significativo em relação àquele que anualmente ingressa no mercado de trabalho. Isso pode ser comprovado se nós observarmos os

dados da PAEG no diagnóstico que fez no ano de 1964/65, também onde ele dizia que: “Um milhão e cem mil novos empregos precisariam ser criados no Brasil anualmente para absorver esta mão-de-obra, sem considerar o incremento anual dessa mesma mão-de-obra”. Então, já que nós reconhecemos na nossa condição de país subdesenvolvido que o setor secundário e terciário, não está capacitado a absorver, restaria ao primário essa absorção, ou pelo menos parte dela, o que traria uma conseqüente neutralização de intenções sociais. E assim uma reforma agrária jamais seria considerada como instrumento de liberação de mão-de-obra, e sim de absorção de mão-de-obra.

* * *

Dr. Ely Moraes Souza

Nós desejávamos registrar alguns pontos a título de colaboração evidentemente, como membros de uma equipe do Instituto de Pesquisas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que se dedica também a atividades, a pesquisas no setor das ciências sociais rurais do nosso Estado. E vou me reportar sobretudo baseando-me, ou pelo menos, tentando trazer algum esclarecimento ou alguma contribuição com referência a algumas informações do Dr. Duarte Barros, no que diz respeito ao nosso Estado. O Instituto vem trabalhando no meio rural em várias áreas desde 1961, tendo realizado já inúmeros trabalhos de pesquisas nas mais variadas regiões do nosso Estado. O que desejávamos registrar é o seguinte: Concordamos perfeitamente com a necessidade da realização de um cadastramento rural no nosso País. Concordamos com a realização de reforma agrária em nosso País também. Mas ficamos com aqueles que num dado momento tomados como que de pânico, levantam algumas premissas temendo pelo sucesso do próprio cadastro, sobretudo no nosso Estado, que é tido também como um dos Estados onde a aceitação, a resistência, são menores em relação a outros Estados da Federação, e nos colocamos junto daqueles sociólogos e economistas, sobretudo economistas rurais, que temiam pela situação, digamos assim, de pressa com que se pretendia realizar o cadastro rural no Brasil. E neste momento levantamos, a título de colaboração, e procuramos ouvir, as razões por que pretendia fazer o cadastro, do qual no nosso Estado recebemos as primeiras notícias no mês de

outubro, para realização na 1.^a quinzena de dezembro. E dizia o Dr. Duarte de Barros que muitos se levantaram contra a sua realização, infelizmente; que hoje é de pleno sucesso o resultado do cadastro. Uma das razões levantaram alguns técnicos, sobretudo temerosos porque, conhecedores de princípios comezinhos, metodologia de pesquisa, não podiam concordar com o que se estava pensando fazer naquele momento. Temiam que realmente se fôsse criar verdadeiras barreiras para qualquer órgão de pesquisa que quisesse posteriormente trabalhar nestas áreas atingidas. Por isso se ouviu várias vozes, não discordando de cadastro nem discordando de reforma agrária, mas da oportunidade de treinamento. Em função de pesquisa tivemos oportunidade de assistir inúmeras equipes de treinamento no interior do nosso Estado que foram verdadeiras calamidades públicas. Não fôra alguns prefeitos dedicados que transportavam inclusive em veículos próprios etc. material de instrução, e as próprias datas das instruções das equipes não teriam sido cumpridas. Estas eram as razões que temiam alguns técnicos, que realmente vieram a se positivar. Foi realizado o cadastro e como prova disto dois meses depois nós recebíamos a visita de um técnico de um Instituto gaúcho de reforma agrária que propunha ao Instituto de Pesquisas da Universidade que formulasse um plano de levantamento em 56 municípios de nosso Estado, porque segundo êle afirmava, em análise feita por um processo de amostragem, das declarações feitas possivelmente 80% dos dados contidos não teriam validade maior, por deficiência inclusive de entendimento, de preenchimento, de terminologia adotada no formulário etc. Surpreendo-me agora com a informação do Dr. Duarte Barros de que os resultados são satisfatórios. Por outro lado, e aqui as palavras do colega Coutinho me parecem que foram bem enfatizadas, computadorres não modificam maus dados em bons resultados. Outro fato que veio seforçar aquela idéia que tinham os técnicos, aquela preocupação de que a coisa não fôsse bem realizada, que não houvesse tempo suficiente de preparação, deu-se agora recentemente. Ao realizarmos nova pesquisa para o Instituto, quando da preparação de duas áreas no nosso Estado, recebíamos peremptórias negativas para qualquer colaboração. Inclusive eu, como representante da seção de Economia Rural, fui obrigado a assinar declarações a líderes religiosos, que se disseram iludidos na sua boa fé quando recebiam informações de pessoas vinculadas ao problema, de que tais dados (afirmações inclusive de

bispos) não se destinariam à tributação das propriedades rurais. Então nós tivemos verdadeira situação de limitação de possibilidade de trabalho, num órgão como o nosso, que se dedica à pesquisa.

* * *

Dr. José Gomes da Silva

Evidentemente, dado ao adiantado da hora, não será possível esclarecer ponto por ponto as importantíssimas questões levantadas. Vou tentar ser tão breve quanto objetivo. Em 1.º lugar as ponderações do Dr. Wandervilt de Barros. Aliás elas podem ser divididas em duas partes, a 1.ª relativa ao que está escrito aqui e uma 2.ª parte que me faz lembrar a estória de certas mocinhas, inclusive nossas filhas, que às vezes chegam tarde em casa e no dia seguinte querem dar uma explicação para o papai, e o papai é geralmente esta fera da peça teatral, mas o papai estava dormindo e não viu a mocinha chegar tarde, portanto não há nada que explicar. Em 2.º lugar há realmente coisas altamente procedentes, primeiro a afirmação de que o trabalho é uma hipótese. Eu quero lembrar que eu me ative a uma tentativa de elaborar um trabalho a respeito da Reforma Agrária Brasileira, que na minha opinião é também uma hipótese, de modo que eu acredito ter cumprido perfeitamente a encomenda da SÓBER. Uma consideração muito importante numa Assembléia de Economistas Rurais é a questão de pessoal técnico para realizar uma tarefa cíclica como a realização de uma reforma agrária. Existem aqui no plenário inclusive brilhantes especialistas em treinamento, capacitação e adestramento do pessoal, que sabem muito bem a maneira de se recrutar e preparar pessoal para uma tarefa deste tipo. Eu cito como apenas exemplo nacional o caso da SUDENE, que quando o Celso Furtado tomou sobre seus ombros a responsabilidade de desencadear o processo de desenvolvimento do Nordeste, a primeira coisa foi recrutar todo o pessoal que pudesse ser preparado dentro de uma doutrina desenvolvimentista em qualquer lugar do País. Ele conseguiu preparar 1.600 técnicos em pouco tempo, e indiscutivelmente o desenvolvimento do Nordeste é hoje uma realidade. Eu não sei como o IBRA não conseguiu este exemplo do Celso Furtado. E tem hoje no território Nacional apenas 12 técnicos em reforma agrária. Na questão da justiça rural, eu quero dizer que não

estou tentando me desculpar, inclusive da coragem juvenil que eu tive em propor ao Presidente Castelo Branco a desapropriação da Usina Caxangá. Eu tenho um filho chamado José Francisco que é o tipo do rapaz “bacana”, líder estudantil, diretor da JUS, quer ser economista rural, foi a Viçosa, vibrou como todos os nossos filhos, melhor garoto do mundo. Depois desta obra, a coisa mais importante do mundo foi ter participado da Elaboração do Estatuto da Terra e desapropriado a Usina Caxangá. Não me arrependo nem um minuto destas duas coisas. Eu apenas acreditava que a desapropriação da Usina Caxangá tivesse marcado uma decisão política do Governo. Não em desapropriar tôdas as Usinas Caxangás do Brasil, mas apenas em criar um instrumental que no momento histórico disse: Nós conseguimos sacar do Congresso Nacional a melhor lei de reforma agrária que é possível na conjuntura política que nós estávamos vivendo, e daí saiu a lei 4.504. Mas depois disso o Governo teve inclusive carta branca para legislar; nós estamos hoje lendo no “Diário Oficial” da União decretos leis depois de decretos leis. Eu não sei como o Governo Federal não teve a iniciativa de fazer um decreto-lei ou aproveitar a Constituição para reformar esta justiça que estava impedindo a implantação da reforma agrária no Brasil. Uma palavrinha apenas sobre o cadastro. Eu tive em Wisconsin um professor brilhante de estatística que me ensinou uma coisa importante que me faz lembrar a estória do cadastro. É aquela comparação a respeito da estatística como poste. Ele diz que a estatística representa mais ou menos aquilo que o poste representa para o bêbado — serve mais para suporte do que para iluminação. Eu apliquei esta imagem quando vi o cadastro do IBRA anunciado no lugar onde eu estava tomando chopp aqui no Rio de Janeiro, que era o Castelinho. Algumas considerações a respeito da palavra do Dr. Coutinho. Eu acredito que cometeu um engano, um lapso de memória, Dr. Coutinho talvez não me conheça; eu o conheço muito bem. Quando eu era Presidente da SUPRA tentei recrutar o Dr. Coutinho e êle teve uma audiência comigo, mas eu infelizmente não pude usar os seus serviços profissionais conforme pretendia. Nós tivemos uma longa conversa e êle me mostrou inclusive êste trabalho que infelizmente, ao que me parece, êle não conseguiu publicar. Quanto à questão de prioridades eu gostaria muito que êle me apontasse a página, porque eu creio que me trai, pois exatamente a questão de prioridade que eu estabeleci foi esta: primeiro aquê

homem que está sôbre a terra e que não tem terra suficiente. Eu gostaria de receber muito esta contribuição para corrigir o texto. Quanto aos comentários do Dr. Ruy Miller eu queria fazer uma evocação aqui ao meu Diretor Geral, que é o Dr. Rubens de Araújo Dias; que ao voltar para São Paulo eu acho que teria diárias em dôbro, porque tôda vez que eu venho tomar parte em um debate de reforma agrária eu geralmente estou preparado para discussões mais ou menos sérias e desta vez recebi um elogio que eu preciso contar para a minha patroa, e quero diárias em dôbro. Apenas uma evocação, desculpe, eu estou fazendo aqui alguns comentários não para tentar ser engraçado, mas apenas para mostrar, com relação à reforma agrária, certos aspectos da vida brasileira que me parece têm esta característica. E tanto não estou querendo ser engraçado, que agora a próxima estória é relativa ao nosso Ministro Roberto Campos. O Ministro Roberto Campos, numa das mais sérias discussões que nós tivemos em Brasília a respeito da tramitação do Estatuto da Terra, se defrontou com um grupo que apoiado por três Governadores hostilizava o projeto governamental, inclusive num debate muito interessante com o então Deputado Bilac Pinto, que se baseando em questões de desenvolvimento econômico tinha mostrado um impasse semelhante a êsse que o Dr. Ruy Miller hoje apontou. Como é possível deslocar massas da população rural para a cidade, se o processo de desenvolvimento não cria empregos correspondentes. Naquela época havia uma polêmica aqui no Rio de Janeiro a respeito dos mendigos, que tinham acusado então o Governador Carlos Lacerda de ter jogado mendigo no Guandu. O respeitável e inteligente Ministro Roberto Campos saiu com esta, dizendo que diante daquela informação talvez se tivesse de adotar no Brasil uma "solução Guandu", que era pegar o homem rural e afogar no Rio Guandu.

Uma palavra sôbre a intervenção do Dr. Constantino Fraga, a respeito de pecuária de corte. O Estatuto da Terra é bastante claro e êle se refere à possibilidade de desapropriação de áreas que não atinjam aquilo que a própria legislação cunha como destinação social da terra. Eu não tenho nenhuma restrição, nenhuma alergia, nada, não faço nenhuma limitação econômica, à grande propriedade, desde que ela esteja atendendo a êste chamado uso social da terra. Se a pecuária atende a isso, não vejo por que estabelecer através de política agrícola qualquer medida de contenção dêsse desenvolvimento, a não ser que êle afete outros pontos da

economia nacional, como a redução de empregos etc., etc... O simples fato do tamanho, desde que atenda a essa condição social do uso, não me parece criticável e nem que deva merecer sanções através de medidas de política agrícola. A minha memória me traiu na intervenção do Dr. Ramon. Eu francamente entendi a colocação mas não entendi a pergunta que resultou. Se o Presidente da Mesa me desse licença, eu gostaria que a repetisse. A minha opinião pessoal é que uma reforma deve se ajustar ao meio, não pode ser diferente, se nós não podemos pagar uma reforma agrária na base de 25 mil cruzeiros novos, que está custando a unidade de Brasília do projeto de Alexandre de Gusmão, nós teremos que fazer uma reforma agrária dentro das nossas possibilidades. Se houve previamente a opção política de desencadear um processo digno deste nome, e então vai ser uma reforma agrária de 2.500 contos a unidade, mas que haja uma mudança estrutural, se é que se admite doutrinariamente e por isso é que meu trabalho contém intróito doutrinário, se é que doutrinariamente já se tomou esta decisão, de acreditar que um dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento é exatamente a estrutura de posse e uso da terra. Eu queria voltar à intervenção muito interessante do Dr. Coutinho, quando êle fala sobre a questão de conceituação. A ênfase que eu dei à conceituação é exatamente pelo meu receio de que por uma série de motivos que não cabem ser trazidos aqui, se vá distanciando desta conceituação, mesmo quando ela está contida na lei. A conceituação que eu tentei dar, para fins meramente didáticos, não foge ao espírito e à lei do Estatuto da Terra. Apenas eu estou dando ênfase pelo temor, e para êste temor eu tenho inclusive alguns motivos, de que se distancie deste conceito e eu tenho aqui por ex.: algumas anotações em que a própria regulamentação do Estatuto da Terra está fugindo um pouco dessa conceituação básica que o espírito e a forma da lei contém. Infelizmente as citações podem ser demoradas e eu não quero me prolongar. No caso, última intervenção de nosso colega Baiardi relativa à questão de mão-de-obra, que eu acredito ter sido em parte respondida com os comentários a respeito da "solução Guandu" na expressão do Ministro Roberto Campos. Desejo apenas acrescentar que um processo de reforma agrária, como o Dr. Wanderbilt teve oportunidade de dizer, é um processo também de modernização da agricultura, e portanto se há modernização há uma intensificação de práticas que leva necessariamente à

liberação de contingente populacional engajado no setor primário. A questão de coordenação das duas tendências é um simples trabalho de projetamento. Para terminar, honestamente, eu quero aqui dizer uma vez mais que não tentei fazer humor com qualquer das intervenções, mas apenas quis dar alguns exemplos dentro do espírito brasileiro. A uma altura destas todos devem estar cansados, fazendo algumas ilustrações se cometi qualquer exagêro. Desde já me penitencio e peço desculpas.

A SUDENE E SUAS DIRETRIZES PARA A EXPANSÃO DA AGRICULTURA DO NORDESTE

DE OTAMAR DE CARVALHO
Engenheiro Agrônomo — TDE

O objetivo principal dêste trabalho visa a abordar a estratégia de ação adotada pela SUDENE, no tratamento dos problemas ligados ao desenvolvimento do Setor Agrícola da Região. Não esquecendo as vinculações históricas da SUDENE, face ao problema oportuno, tecer-se algumas considerações sobre suas origens e finalidades, antes da análise das diretrizes, para a agricultura, traçadas no III Plano Diretor.

No presente encontro da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, quando se trata de, objetivamente, eleger-se uma política capaz de dinamizar as atividades agropecuárias do País, esperamos, ao representar a SUDENE neste V encontro, contribuir através desta exposição com alguns subsídios para a solução dos estudos em questão.

I — O R I G E N S

Creemos ter predominado até o fim da primeira metade do século, a aceitação, em termos nacionais, de que as causas do “atraso” da região repousavam especialmente nas suas variações climatológicas.

A partir da elaboração das nossas primeiras contas nacionais, publicadas pela Revista Brasileira de Economia, em dezembro de 1952, abrangendo o quinquênio 1947/1951, tornou-se possível para a maioria dos estudiosos da economia brasileira, comprovar estatisticamente a existência de níveis de desenvolvimento diferentes para as diversas regiões do País. Desde então, a afirmativa de existência de crescentes disparidades entre o crescimento das Regiões Nordeste o Centro Sul não foi mais posta em dúvida. Com base nesses estudos foi possível demonstrar que “antes da

guerra, em 1959, a participação do Nordeste no produto bruto da economia brasileira era de 30%, sendo hoje em dia apenas de 11%”¹. Por outro lado, conforme registramos, a seca era a causa de todos os problemas e como fenômeno peculiar à região, não se viam meios capazes de erradicá-la. A única alternativa viável, para enfrentar o problema, apresentada durante muito tempo, se consubstanciava num combate ao “flagelo” à medida em que êle “surgesse”. A concentração de esforços, neste sentido, atingiu o clímax, quando em 1909 o Governo Federal criou a Inspeção Federal de Obras Contra as Sêcas (IFOCS), reestruturada em 1945, quando passou a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra às Sêcas (DNOCS).

Uma análise do período que vai da criação da IFOCS até a década dos 40, mostra não ter havido mudanças, de vulto, no tratamento do problema — a seca — sendo a tônica desse tratamento caracterizada por um grau de paternalismo, durante muito tempo, típico da administração pública no Brasil. Todavia, vale salientar que os trabalhos realizados pela IFOCS, em determinada fase, se desenvolveram com sentido bastante programático com obras de curto e longo prazos, em que não somente obras de engenharia, como de agronomia eram realizadas dentro de uma sistemática bem diferente dos moldes tradicionais. Os técnicos envolvidos nesse processo de compreensão da realidade nordestina, tinham como objetivo principal a adaptação do homem às condições ecológicas locais.

Muito embora não pretendamos analisar aqui, a gênese das sêcas do Nordeste, a abordagem do problema torna-se necessária à compreensão do assunto em exposição, face à “coincidência” — histórica, diríamos — da seca de 1958 com a fase inicial de estruturação da SUDENE. É fácil verificar que essa “coincidência” não ocorreu por mero acaso. Vários acontecimentos concorreram para isso. Alguns órgãos, estruturados no período de 1940 a 1958 que, dentro de suas atribuições e finalidades, tendiam a um tratamento novo do problema, em virtude mesmo das novas lutas que se tratavam em benefício da região, possibilitaram, no final

1) Furtado, Celso — A Operação Nordeste, Pág. 14. Textos Brasileiros da Economia — 5 — Rio — 1959. Não temos, no momento, dados que permitam uma verificação para mais ou para menos desta afirmativa. Sabemos apenas que a Renda Interna do Nordeste, dados de 1962, da FGV, citados pela SUDENE, corresponde a 18% da Renda Interna do País. Mesmo que os dados não estejam reduzidos a um mesmo denominador (renda ou produto), é possível sacar a conclusão de que as diferenças já sejam menores, no presente.

da década dos 50, a institucionalização de um órgão como a SUDENE. Foi a repercussão positiva de órgãos como a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (CHESF), Companhia Vale de São Francisco (SVSF) e Banco do Nordeste do Brasil que tornou possível a criação da SUDENE. É verdade que os dois primeiros órgãos não foram criados especificamente para um novo tratamento do problema, mas influenciaram decisivamente na sua mudança. Todavia, é o Banco do Nordeste que dando início às suas atividades em 1954, vem contribuir para uma mudança mais nítida na política governamental, em relação ao Nordeste, contribuição que começa a se delinear desde 1952, quando o Governo Central toma a decisão de “combater a seca pela fundação de uma instituição regional de crédito”². É certo que outros fatores, também tiveram papel predominante nesta luta.

Para melhor compreendermos a ação desses fatores que condicionaram a criação da SUDENE, seria interessante saber como a definiu o seu idealizador³: “A SUDENE pretende ser um órgão de natureza renovadora com o duplo objetivo de dar ao Governo um instrumento que o capacite a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e, ao mesmo tempo, o habilite a modificar a estrutura administrativa em função dos objetivos”.

Apresentava-se, deste modo, a SUDENE, como um órgão que pela própria natureza de suas atribuições — coordenar e reorientar atividades — teria que despertar em alguns organismos, diferenças quanto à abordagem dos problemas da região. Do CODENO, criado pelo Decreto n.º 45.445, de 20-2-59, com funções consultivas e de pesquisa, foi possível sacar elementos que serviram de suporte à implantação da SUDENE.

Como era de se esperar, uma corrente de opinião favorável à implantação da SUDENE começou a se concretizar, não só interna como externamente. No próprio Nordeste, recebia a equipe que conduzia o trabalho, apóio irrestrito da maior soma de poder político, até então reunida e constituída pelos nove governadores da região que, afóra o forte espírito público de que estavam imbuídos, tinham como que um compromisso para com o novo órgão, pois participando de seu Conselho Deliberativo, diretamente eram responsá-

2) Hirschman, Albert O. — O Problema do Nordeste no Brasil. Redação de um capítulo para um estudo sobre a América Latina, em preparo sob os auspícios do «Twentieth Century Fund». Ed. mimeografada. SUDENE, Distribuição limitada, 1961 — pág. 72.

3) Furtado, Celso — Opus cit. pág. 18.

veis pela política de desenvolvimento que viesse, daí em diante, a ser traçada para o Nordeste. Do exterior, vinha o apóio à causa da SUDENE, da própria Casa Branca, em Washington 4.

Vistas essas considerações gerais, aqui descritas de modo sucinto como as origens da SUDENE, passemos à análise de suas finalidades.

II — F I N A L I D A D E S

Pela Lei n.º 3.692, de 15 de dezembro de 1959, é criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Em 9 de março de 1960, pelo Decreto n.º 47.890, é aprovado o Regulamento da Lei anterior. A SUDENE tem como área de ação a região Nordeste abrangendo os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e a zona do Estado de Minas Gerais compreendida no Polígono das Sêcas 5.

De acôrdo com a Lei que a instituiu, a SUDENE tem por finalidades:

a) Estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;

b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento;

c) executar, diretamente ou mediante convênio, acôrdo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe foram atribuídos nos têrmos da legislação em vigor;

d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste.

Para o cumprimento destas finalidades, utiliza-se a SUDENE de certos meios — diretrizes de política econômica — através dos quais determinados objetivos, considerados necessários ao desenvolvimento da região, poderão ser alcançados. Isso é o que nós poderíamos chamar de compatibilização de metas e meios, no contexto de uma determinada realidade.

As diretrizes de política econômica, assim como os objetivos dos diversos setores da economia regional, são estabelecidos, p/lei, num Plano Diretor Plurienal. Os Planos Dire-

4) Hirschman, Albert O. — Opus cit. pág. 103.

5) SUDENE — Legislação Básica — Art. 1.º e 2.º — Recife — 1962.

tores da SUDENE, sempre trienais, compreendem, assim, a “política de investimentos do Governo Federal na região” e a “definição de objetivos pluriennais a alcançar nos setores básicos em que se concentrem os investimentos públicos” 6.

III — OS PLANOS DIRETORES E AS DIRETRIZES POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA

Compreendemos que o objetivo da presente palestra seja o de apresentar as diretrizes políticas da SUDENE, para a expansão da agricultura da região. Neste sentido, a simples exposição do III Plano Diretor, capítulo referente ao Setor Agrícola, seria o bastante para que déssemos por cumprida a nossa colaboração. Contudo, acreditamos que a comparação destas diretrizes, relativamente às estabelecidas nos dois primeiros planos diretores, permitiria uma maior compreensão do assunto.

A) *Primeiro e Segundo Planos*

As diretrizes políticas, para a agricultura, no Primeiro Plano Diretor, foram assim sintetizadas 7:

- I) “Reconhecimento da necessidade de se caminhar para uma reestruturação da economia rural, visando a um aproveitamento mais racional dos recursos de terra, na zona úmida, um aproveitamento profundo das possibilidades de irrigação e a criação na caatinga, de uma economia mais resistente à seca”;
- II) “Reconhecimento da necessidade de reorientar e intensificar, amplamente, a pesquisa agrônômica”;
- III) “Reconhecimento da necessidade de orientar os movimentos de população, colonizando ou povoando terras subutilizadas, na zona úmida, particularmente no Maranhão e sul da Bahia”;
- IV) “Reconhecimento da necessidade de assumir o Poder Público a direção de um conjunto de medidas para melhorar as condições de abastecimento, atalhar a tendência estrutural à elevação rela-

6) SUDENE — Legislação Básica. Regulamento da Lei n.º 3.692. Art. 18 — Recife.

7) SUDENE — I Plano Diretor de Desenvolvimento do NE — Re. 1960 — pág. 22.

tiva de preços dos alimentos na região, e criar uma reserva estratégica de alimentos para o caso da seca”.

Estas diretrizes, como vimos, abrangem não só o campo específico da agropecuária, como as relações que o Setor Primário mantém com o Terciário, no desempenho das funções de abastecimento e comercialização da produção. Além disso, ao ovisar a melhoria da produção do Setor em aprêço, no primeiro Plano Diretor foram determinadas as linhas de ação política que deveriam ser seguidas, no sentido de ampliar a oferta de terras, seja pelo aproveitamento racional das bacias de irrigação, seja pelo deslocamento da fronteira agrícola, colonizando ou povando terras subutilizadas na zona úmida, particularmente no Maranhão e sul da Bahia.

Por outro lado, a ordem de prioridades com que foram delineadas as diretrizes acima citadas, indicava paralelamente ao contrôle estabelecido na execução do primeiro plano e aos objetivos de longo prazo, implícitos no mesmo, uma necessária observação quanto à continuidade das mesmas. Assim, as diretrizes do Segundo Plano Diretor, para a agricultura, são um alongamento das constantes do Primeiro, apresentando todavia diferenciações quanto ao alcance, desde que os recursos alocados para sua implementação, foram mais substanciais — passando de 15 para 24% do total — permitindo dêste modo um maior esforço de inversões em atividades de pesquisa.⁸

B) *O III Plano Diretor*

O III Plano Diretor, “em sua essência, segue a linha geral dos dois Planos anteriores. Há, porém, variantes e ênfases, para adequá-lo mais à realidade da Região a que se dirige. O capítulo dedicado ao balanço da economia, sua estrutura atual e tendência, é uma de suas inovações. Outra, é o equilíbrio dos setores e dos programas no Conjunto do Plano ⁹.

Como vemos, êste III Plano Diretor foi elaborado dentro do mesmo contexto em que se situaram os dois primeiros, com algumas diferenciações, decorrentes necessariamente da

8) SUDENE — II Plano Diretor (Ante-Projeto) — Circulação Restrita — Re.
— Pe.
9) SUDENE — III Plano Diretor — Redação Preliminar — Apresentação — Recife.

seqüência de estudos realizados na vigência do I e II Planos. Esta afirmativa se baseia, fundamentalmente, na maior importância que deve ser dedicada, em termos de designação de recursos, “à agricultura, ao abastecimento, aos recursos humanos e ao desenvolvimento industrial, sem prejuízo”, contudo, “de prover financiamentos de infraestrutura no setor de transportes rodoviários, energia e saneamento básico” 10.

Se as diretrizes políticas dêste III Plano, assim como as do Segundo, são um prolongamento das traçadas no Primeiro, admitimos, ainda, como vlidas, as linhas gerais de ação em termos de política econômica, traçadas pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), pelo menos em seus aspectos qualitativos.

Numa análise do Setor Agrícola, para o período de 1952-62, verificou-se ter sido o crescimento da agricultura regional, “sobre tudo de caráter “extensivo”, tendo como móveis o incremento demográfico e a incorporação de novas áreas” de baixa produtividade naturalmente, não se constatando “aumentos significativos nos rendimentos físicos por hectare para o conjunto da região” 11.

Por outro lado, segundo a análise para êste período, o sistema de comercialização apresenta-se como um dos obstáculos ao desenvolvimento do setor, impedindo “que os estímulos partidos do mercado, sob a forma de maiores preços, alcancem plenamente os agricultores” ,o que dá margem a grandes diferenças de preços aos níveis do produtor e consumidor final.12. Além disso, a estrutura agrária nordestina caracteriza-se como um obstáculo, tão ou mais importante que o primeiro: ao desenvolvimento da agricultura da região, por ser incapaz de oferecer condições não só aos proprietários — menos capitalizados — como aos parceiros e/ou meeiros.

Com efeito, modelo de desenvolvimento, constante do III Plano Diretor, expressa a necessidade de serem aumentados os investimentos diretamente ligados à produção e ao abastecimento, em face de que a não regularização do mercado interno, em termos de uma maior oferta de alimentos, paralelamente a um maior suprimento de matérias-primas para a indústria regional, poderá a curto prazo desvirtuar

10) SUDENE — III Plano Diretor — Redação Preliminar — Recife.

11) Dantas Wellington — Economia do Nordeste: Análise do Setor Agrícola — SUDENE — DAA — Assessoria (p/uso interno da SUDENE) pág. 29 — Recife, 1965.

12) Dantas. Wellington — Opus cit. pág. 30.

os objetivos do processo de industrialização já em desenvolvimento.

Assim sendo, a programação para o Setor Agrícola, segundo o III Plano Diretor, prevê o estabelecimento dos seguintes objetivos, tendo em vista a sua importância estratégica:

- “a) Medidas com efeito a curto e médio prazos destinadas à regularização e ao aumento da oferta de alimentos nos grandes centros consumidores, e de matérias-primas para a indústria”;
- “b) Medidas de efeitos a longo prazo objetivando a elevação dos níveis de produtividade e a diversificação da produção agrícola regional, onde os critérios econômicos as determinarem” 13.

Estas medidas se justificam, em face da nítida compreensão que deve ter um órgão de desenvolvimento, como a SUDENE, no sentido de considerar o complexo de problemas da região, dentro de um enfoque desenvolvimentista.

As primeiras medidas visam a desenvolver programas que possam superar as deficiências apresentadas, sem a necessidade de mudanças de ordem institucional ou tecnológica, o que será permitido através de uma utilização mais adequada dos fatores produtivos.

Relativamente às segundas medidas, estão previstas pesquisas sobre o funcionamento e comportamento do Setor, ao lado de pesquisas de caráter agrônômico, capazes de possibilitar conhecimento sistemático dos recursos disponíveis e as melhores alternativas de uso desses recursos.

Vistos os objetivos, estabelecidos no III Plano Diretor, para o desenvolvimento da agropecuária regional, antes de entrarmos em detalhes nos programas traçados para o cumprimento destes objetivos, procuraremos agora, para uma melhor compreensão da ação da SUDENE, não só presenteemente, como no passado, tecer comentários sobre o esforço por ela empreendido no campo da descentralização executiva.

Foi visto que, de acordo com a lei que instituiu a SUDENE, era facultado ao órgão “executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste”. Com referência especial à agricultura, em face de obstáculos próprios a uma região

13) SUDENE — III Plano Diretor — pág. 163. Idem.

em que inexistia uma mentalidade desenvolvimentista, a par ainda da baixa eficácia dos órgãos que tinham como objetivo fomentar a agropecuária regional, contou a SUDENE na fase inicial de sua ação, com dificuldades que a impediam de dar cumprimento ao que fôra estabelecido por lei. Se não era possível coordenar as atividades agropecuárias do Nordeste e se a SUDENE tinha como uma de suas finalidades “estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento” da região, restavam-lhe apenas, neste sentido, optar por uma ação executiva, para que, globalmente, o desenvolvimento regional não viesse a ser frustrado por uma ausência de ação, até certo ponto justificada, no campo da atividade agropecuária.

Assim, mesmo prevendo dificuldades futuras, o I Plano Diretor, na parte agrícola, foi sendo executado, inicialmente, pela SUDENE. Atividades, mesmo de pesquisas e experimentação foram executadas por seu pessoal, sem falar nas de fomento. As dificuldades de entrosamento, em virtude daqueles fatores mencionados, perduraram por muito tempo. Todavia, à medida em que a SUDENE crescia orgânica e operacionalmente, a receptividade que encontrava por parte daqueles órgãos de desenvolvimento da região. Os reflexos dessa mudança se evidenciavam pela própria maneira de agir dessas entidades. Seus planos de trabalho, ligados ao desenvolvimento da agropecuária, já não se sintetizavam em meras discriminações de recursos. A SUDENE já era consultada sobre decisões a tomar. Aprovado o II Plano Diretor, com condições mais favoráveis ao desenvolvimento das atividades programadas, vários convênios foram assinados com entidades como o Ministério da Agricultura, Universidades, através das Escolas de Agronomia, e Secretarias de Agricultura.

Em fevereiro de 1964, promoveu a SUDENE uma reunião conjunta com tôdas as Secretarias de Agricultura do Nordeste, em que a par da exposição de seus objetivos programáticos, realizada, procurava uma fórmula que possibilitasse uma efetiva colaboração com aquelas Secretarias. Um dos instrumentos apresentados na reunião, como capaz de promover inicialmente um maior entrosamento entre os órgãos citados, era o treinamento do pessoal das diversas Secretarias em problemas de desenvolvimento agrícola, pela SUDENE. Neste sentido realizou-se o III Curso de Economia Agrícola, com técnicos não só das Secretarias, como da própria SUDENE.

Hoje, a descentralização executiva, por parte da SUDENE, com ênfase especial às atividades agropecuárias, encontra-se em plena evolução. Haja visto, o convênio assinado entre a SUDENE e a ABCAR, representada pela ANCAR e tôdas as filiadas da região. Aproveita assim a SUDENE tôda a experiência adquirida pelo sistema regional de Extensão Rural, na execução de programas de assistência técnica à família rural. Um outro convênio com a Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco, através do qual esta Secretaria executa um programa de aumento da oferta de alimentos para o rebanho bovino, atesta a receptividade que recebe a SUDENE quando dá continuidade à sua política de descentralização executiva, prevista neste III Plano como um dos grandes objetivos a ser alcançado.

Caracterizado o esforço empreendido pela SUDENE na busca de uma maior eficácia executiva para seus programas, analisaremos agora os programas traçados no III Plano Diretor e a serem desenvolvidos no próximo triênio.

1) *Análise da Estrutura Sócio-Econômica e Funcionamento do Setor Primário*

Esta análise que objetiva uma ampla investigação dos problemas de desenvolvimento econômico, procura, ao estudar economia agrícola da região, alcançar um perfeito entendimento das múltiplas interrelações dos distintos setores da atividade econômica.

As pesquisas, com êste caráter constante do III Plano Diretor, servirão de base à programação, possibilitando ainda informações atualizadas à administração da Superintendência das decisões que se processam diariamente, com vistas ao melhor contrôle do próprio Plano.

Em têrmos globais, pretendemos com esta análise da economia agrícola, construir um odêlo de ação para a política econômica, partindo-se de um diagnóstico do setor, necessariamente precedido de um modêlo de desenvolvimento dêste mesmo setor. A construção dêsse modêlo realizar-se-á segundo Projeto de Pesquisa, já estruturado, no qual constam tôdas as linhas traçadas no III Plano.

Como uma antecipação às pesquisas que seriam executadas durante o triênio de vigência do III Plano, capazes de fornecerem elementos de contrôle e de indicarem as linhas a serem observadas, quando da elaboração do Quarto Plano Diretor, é que êsse Projeto de Pesquisa foi estruturado. Nêle

já estão contempladas tôdas as fases da ação que se desenvolverá no campo da pesquisa econômica aplicada à agricultura, durante a execução do III Plano Diretor. Assim, com a execução dêsse Projeto, se propõe a SUDENE, dentro de uma metodologia rigorosa, a identificar os obstáculos ao desenvolvimento do Setor; as causas dêsses obstáculos em que contexto se situam o como atuar para superá-los. À primeira vista, pode parecer que se a SUDENE tem um plano, segundo o qual, procura orientar o desenvolvimento da região, no triênio 1966-1968, seriam, pelo menos nesse período, desnecessárias pesquisas que objetivassem o conhecimento de todos os problemas ligados à agropecuária regional. Não foi porém com dúvidas dessa ordem que a SUDENE elaborou o referido Projeto. Os seus objetivos, são, portanto, mais de alcance e método em que não somente o conhecimento como a compreensão dos problemas existentes — sedimentando-se a pesquisa na experiência adquirida — são procurados.

O projeto de pesquisa, em têrmos operacionais foi dividido em duas fases. Na primeira, procurava-se diagnosticar a situação da agropecuária regional, procedendo-se ao estudo com base na bibliografia e dados existentes. Na segunda fase, a pesquisa seria orientada de acôrdo com as sugestões dos resultados da primeira, além de calcar-se nas linhas básicas do projeto de pesquisa inicial.

Presentemente, a SUDENE, através do Grupo de Análise e Programa o Agrícola, está concluindo a 1.  fase da pesquisa. Os resultados a que está chegando indicam, possivelmente, a necessidade não de reformular aquelas diretrizes básicas anteriormente citadas, mas de dar uma nova destina o aos recursos, segundo outros critérios de prioridade.

Relativamente ao problema apresentado pela estrutura agrária ao desenvolvimento agrícola regional, no relatório que a SUDENE está ultimando através do GAPPA, as análises evidenciam estar ocorrendo uma pressão acentuada de um grande contingente populacional, principalmente sôbre os estabelecimentos familiares. Com efeito, entre os censos de 1950 e 1960, o aumento da popula o agrícola ativa foi mais intenso nos estabelecimentos de menos de 10 ha., chegando a atingir 100%, enquanto que nos estabelecimentos de 10 e mais ha. tal aumento alcançada apenas 30%. Paralelamente, constatou-se não estar havendo nenhuma expansão, digna de nota, das grandes propriedades. Isso se justi-

fica como sendo um sistema de estagnação das culturas de mercado externo, além da não cessão por parte dos seus proprietários do poder que têm sobre a mão-de-obra assalariada ou arrendatária. Naturalmente que assim só poderia verificar-se aquela pressão da mão-de-obra excedente sobre as pequenas propriedades, especialmente sobre as terras ociosas, em face da escassez crescente de novas áreas cultiváveis.

Os trabalhos que o GAPA está realizando são feitos não só com pessoal da SUDENE, mas através de convênios com outros órgãos de pesquisa, como o assinado com o Instituto de Ciências do Homem, da Universidade Federal de Pernambuco. Tal convênio, prevê uma pesquisa sobre aspectos sócio-econômicos da agropecuária regional, abrangendo 30 municípios selecionados, segundo as hipóteses de trabalho do projeto de pesquisa citado.

Para a execução deste Programa estão comprometidos recursos num total de cinco bilhões de cruzeiros (preços de 1966) e correspondendo a 5,2% do total, a ser dispendidos, pela SUDENE, no Setor.

2) *Pesquisa e Experimentação Agropecuária*

A importância estratégica que assume o setor agrícola para uma região que se encontra em processo de desenvolvimento é não só relativa, como absoluta, desde que o financiamento do próprio desenvolvimento é uma de suas funções básicas. Assim, o conhecimento de melhores técnicas de exploração do complexo solo-água-planta, em todas as suas implicações relativamente ao eficaz desempenho que deve ter o setor agrícola no processo de desenvolvimento econômico, apresenta-se como um objetivo de alta prioridade. A procura desses conhecimentos deve ser coerente com os objetivos, em si mesmos, e com a realidade, no sentido de que as pesquisas, a serem desenvolvidas, ofereçam em prazo não muito longo resultados práticos. O desenvolvimento de um amplo programa de pesquisas agrônômicas, ao lado das pesquisas que se efetuarão sobre a economia agrícola da região, servirá de base não só à própria SUDENE, como a todos os órgãos encarregados da promoção do desenvolvimento da agricultura, de agirem mais eficazmente.

O presente programa está estruturado de acordo com as seguintes linhas de ação:

— *Criação de uma infra-estrutura para a pesquisa e experimentação, através do reaparelhamento das estações expe-*

rimentais, campos e laboratórios de pesquisa. Este subprograma, será iniciado somente em 1967, dado que a rede de pesquisa e experimentação existente, pela relativa flexibilidade apresentada à execução de certos programas, poderá suportar o impacto inicial da ação que se encontra em desenvolvimento nesse campo.

— *Melhoramento genético de plantas* — Presentemente, os trabalhos desenvolvidos, neste sentido, prendem-se principalmente ao melhoramento genético do algodão. Pretende-se, todavia, alargar o campo de ação para outros produtos que pela sua importância contribuem eficientemente para o crescimento do produto regional.

— *Experimentação agrícola* — A linha a seguir é um prolongamento da que vem sendo adotada, desde o Segundo Plano Diretor, principalmente. Assim, a SUDENE desenvolverá atividades de experimentação sobre conservação do solo; com plantas forrageiras, culturas alimentares e aproveitamento dos tabuleiros.

Com rererência, ainda, à experimentação, pretende-se desenvolver um projeto segundo o qual serão feitos testes de digestibilidade decorrentes da utilização do melaço e da ponta da cana, na alimentação animal.

O custo total do presente programa foi orçado em Cr\$ 5,4 bilhões.

3) *Organização Agrária*

Evidenciou-se, pela análise do setor agrícola, ser a estrutura agrária um dos fatores que limitava o crescimento da produção agrícola, acarretando assim uma extrema rigidez no atendimento da demanda não só de produtos alimentares como de matéria-prima para a indústria. Dêste modo, a ação da SUDENE, neste sentido, teria que se desenvolver através de medidas que, indiretamente, apresentassem, no curto prazo, soluções para o problema.

Com efeito essas medidas estão delineadas de acôrdo com as seguintes linhas de ação:

— *Fortalecimento do sistema de cooperativas*, pela criação de uma infra-estrutura do cooperativismo regional mediante: a) reaparelhamento dos DACS estaduais; b) aperfeiçoamento e formação de pessoal dirigente das cooperativas; e, c) assistência técnica, financeira e material às cooperativas.

— *Execução de projetos-pilôto de organização agrária nas zonas da Mata, Agreste e Sertão* — Dadas as diferentes composições e potencialidades dos fatores produtivos, pró-

prios de cada uma dessas zonas, os estudos feitos apresentam, em conseqüência, resultados específicos a cada uma das zonas. A SUDENE, na execução desses projetos, atuará em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), estando previsto, para uma primeira fase o treinamento de pessoal em problemas de Reforma Agrária.

O Projeto-Tiriri continua em execução. Pretende-se, todavia, desenvolvê-lo nos aspectos agrícolas e industriais. Encontram-se, hoje, sob a orientação do Projeto cinco engenhos (Algadoais, Jasmim, Tiriri, Massangana e Serraria). Segundo o projeto em estudo, o número de engenhos passará a ser de aproximadamente 32. Afora a racionalização das atividades agrícolas, o esforço industrial será dirigido principalmente sobre a cana e seus subprodutos. A execução desse projeto contará com recursos do Art. 18 e próprios das outras entidades.

— *Administração de incentivos às diversas formas de organização da propriedade agropecuária* — A extensão de incentivos fiscais à agricultura não é uma inovação deste III Plano Diretor. A Lei n.º 4.219, de 27-6-63, que aprovou o II Plano Diretor, já facultava às empresas agrícolas da região, a aplicação de recursos oriundos deste programa de incentivos. Todavia, as normas para a administração e prioridades desses incentivos foram fixadas pela Resolução n.º 1.829 do Conselho Deliberativo da SUDENE, em reunião realizada em Salvador, no dia 1.º de setembro de 1965.

A aplicação desses recursos à agricultura apresentou-se como uma das formas de dar maior operosidade às empresas agrícolas permitindo assim maior expansão do setor.

A extensão dos incentivos de 34/18 à agricultura, no curto prazo de implantação desta diretriz, já possibilitou a aprovação, pela SUDENE, de 14 projetos agropecuários, representando um investimento da ordem de 19 bilhões de cruzeiros. Dêstes, 10 bilhões provêm de 34/19, sendo o restante do setor privado, em projetos caracterizados nas faixas A e B de prioridades: 75% e 50%, respectivamente. Em análise, encontram-se outros 12 projetos, com inversões que atingem a um montante de 26 bilhões de cruzeiros.

Espera-se, que os incentivos fiscais à agricultura, em um prazo relativamente curto, possam proporcionar uma maior criação de poupanças, no setor, que venham no futuro não somente dinamizar as suas atividades, como possibilitar uma maior expansão do setor secundário.

Custo do programa: 13,3 bilhões.

4) *Abastecimento e Financiamento da Produção*

Qualitativamente as principais linhas de ação que hoje ainda, norteiam a racionalização do abastecimento, se baseiam em estudos realizados no Nordeste, por uma missão técnica francesa. Dêsses estudos, foi concluído que a ação da SUDENE, neste terreno, deveria basear sua atuação nas seguintes linhas:

— *Infra-estrutura do Abastecimento* — A criação dessa infra-estrutura baseia-se, assim, na construção de armazéns e silos; mercados urbanos e rurais e centrais de abastecimento. A infra-estrutura do abastecimento deve ser compreendida sobre o duplo aspecto: a) construção de instalações, e b) comercialização da produção. As centrais de abastecimento funcionam como o elemento de ligação entre os centros produtor e consumidor. São instalados em centros consumidores que possuem mais de 500.000 habitantes, como Recife, Salvador e Fortaleza. As centrais, como elo de ligação entre as fontes de produção e consumo, realizam estudos de mercado, procurando saber como fluem os produtos do produtor ao consumidor. Funciona com uma espécie de bolsa de valores para os produtos agrícolas. No Nordeste é a CANESA (Centrais de Abastecimento do Nordeste S/A), a responsável, executivamente, pela regularização que se pretende fazer no abastecimento da produção agrícola regional. Por outro lado, nas praças consumidoras de demanda inferior à citada, atua a SUDENE, segundo linha de ação semelhante, em que a construção dos armazéns e silos far-se-á de acôrdo com a máxima utilização que se possa dar às instalações. Serão construídos silos com capacidade não superior a 2.000 toneladas, assim como em cidades do interior, através das cooperativas, serão revendidos ou alugados aos associados silos de uma a duas toneladas.

— *Conjuntura do Abastecimento* — Segundo este sub-programa serão realizados estudos sobre a formação de preços, mercado e previsão de safras. De posse dêsses dados, será possível a formação de estoques reguladores e de emergência; capazes os primeiros de impedir a especulação com certos produtos, em épocas de escassez e de abastecer, os segundos, o mercado de certas áreas durante calamidades públicas, provocadas por sêca ou por enchentes.

— *Financiamento da Produção* — Segundo o Art. 45 da Lei que aprovou o II Plano Diretor, caberia à SUDENE exercer em sua área de atuação tôdas as atribuições da Comis-

são de Financiamento da Produção (CFP). Essa atribuição foi delegada, sem que em contrapartida os recursos necessários ao cumprimento da obrigação fossem designados à SUDENE. Em face disto, estabeleceu-se convênio entre a SUDENE e a CFP, através do qual a primeira se encarregaria de realizar todos os estudos necessários ao estabelecimento da política de preços mínimos, para a região. A CFP, de posse dos dados, elaboraria a política e por delegação da SUDENE seria a responsável, na região, pela sua execução.

Custo do programa: 32,8 bilhões.

5) *Promoção Agropecuária*

Vimos anteriormente que os principais pontos de estrangulamento, responsáveis pelo crescimento insatisfatório da produção agrícola, a par do crescimento “extensivo” experimentado pelo setor, eram constituídos por deficiências no sistema de comercialização e na estrutura agrária vigente. Seria de prever, neste caso, que o maior esforço de inversão, dedicado segundo este III Plano Diretor, se encaminhasse para os programas que visavam a corrigir tais deficiências. Todavia, isso não ocorreu, estabelecendo o III Plano maior soma de recursos ao programa de promoção agropecuária. Esta definição foi tomada em face da necessidade, constatada, de dar prosseguimento às atividades promocionais já iniciadas como forma de evitar perdas nas inversões já realizadas. Era uma opção que precisava ser feita, levando-se em conta o efeito vegetativo que representaria para o programa a paralização dos trabalhos iniciados. Assim, dos noventa e seis bilhões de cruzeiros destinados à agricultura, 41,2% foram designados ao presente programa. O programa de promoção visa a dar maior eficiência aos serviços de fomento, “modernizando-se a técnica de ação e conferindo-lhe o sentido dinâmico de propiciar ao produtor rural, de modo oportuno e adequado, os insumos de que carece”. Por outro lado, dada a experiência dos serviços de extensão rural, reconhecidos como instrumentos que, pela própria filosofia de ação, apresentam-se como dos meios efetivos na transmissão de novas técnicas, grande ênfase foi dada, neste plano, à ação que deve ser desenvolvida por tais serviços.

Em suas linhas gerais, o programa tem como objetivos o aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas, procurando segundo estes objetivos adotar as seguintes medidas:

Em relação às atividades agrícolas:

- a) aumento da oferta de sementes selecionadas;
- b) promover uma maior utilização de adubos (aqui vale salientar o convênio mantido entre a SUDENE e a USAID de distribuição de adubos químicos, na região);
- c) melhoria das condições fitossanitárias;
- d) racionalização dos tratos culturais;
- e) utilização intensiva de máquinas e equipamentos adequados.

Em relação às atividades pecuárias:

- a) aumento da oferta de alimentos;
- b) aumento da oferta de água;
- c) melhoramento do estado sanitário dos rebanhos;
- d) introdução de reprodutores selecionados.

Com referência às primeiras atividades, a ação se desenvolverá partindo-se de uma ação conjugada entre todos os órgãos de fomento e extensão paralelamente ao esforço que poderá ser empreendido, na promoção de assistência, tomando como ponto de apoio o sistema cooperativista.

A ação, em torno da dinamização das atividades pastoris, receberá tratamento análogo, em termos da assistência técnica que deverá ser proporcionada ao produtor rural.

Considerando, agora, a existência de estudos na SUDENE sobre a viabilidade de vir a executar um programa de crédito orientado, cujos objetivos, em linhas gerais são análogos aos constantes do presente programa, relativamente às atividades pecuárias, e perfeitamente cabível, ao nosso ver, como uma complementação do programa de promoção agropecuária, sobre o mesmo teceremos algumas considerações, nesta oportunidade.

Inicialmente, pretende-se, segundo esse projeto, o aumento da oferta de alimentos a partir da introdução e/ou disseminação de práticas adequadas de armazenagem ou produção de alimentos, para os rebanhos, como sejam: a) capineiras; b) ensilagem; c) fenação.

O aumento da oferta de água seria levado a efeito, segundo a experiência já adquirida pela SUDENE, pela instalação de pequenas barragens e poços profundos nas áreas de maior concentração pecuária e, onde, conseqüentemente, haja escassez desse recurso.

Segundo, ainda, o espírito do programa, analisado anteriormente, procura-se pela introdução de reprodutores selecionados, obter um melhoramento genético dos rebanhos.

Os recursos para a execução do projeto são da ordem de quarenta e cinco milhões de cruzeiros, provenientes de fonte externa — BID. A utilização dos recursos será feita segundo as normas de crédito rural orientado e de acordo com um convênio que virá a ser estabelecido entre a SUDENE e o BNB. Necessariamente, a aplicação dos citados recursos, seguirá até certo ponto, peculiaridades específicas ao projeto com a rigidez característica dos empréstimos comuns. Ao BNB caberá a gerência dos recursos. À SUDENE caberá a seleção das áreas, onde deverá desenvolver-se a ação.

São essas as diretrizes traçadas pela SUDENE, no III Plano Diretor, através das quais o órgão coordenador do desenvolvimento regional pretende imprimir um ritmo mais acelerado de crescimento da economia agrícola do Nordeste. Todos os programas encontram-se em pleno desenvolvimento, e relativamente ao Setor Agropecuário procura-se com a pesquisa em andamento sobre a economia agrícola, anteriormente citada, traçar rumos mais consentâneos com a realidade sócio-econômica do meio rural.

Ministro João Gonçalves

Meus caros amigos e colegas: Eu desejo em primeiro lugar agradecer a vocês todos a oportunidade que me deram de participar, ainda que não seja a manhã tôda, dos trabalhos desta reunião. Eu estive fora quase 10 dias, cheguei ontem e ontem mesmo estive aí nesta zona flagelada do Estado do Rio, de maneira que ainda praticamente não voltei ao meu Ministério. Eu tenho uma agenda carregada de tal sorte que isso explica a razão pela qual não vou permanecer a manhã tôda aqui. Eu darei início aos trabalhos com vocês, se o rapaz da SUDENE não apareceu. Eu poderia fazer uma síntese, pois vivi o problema da SUDENE na minha carne durante 2 anos no Recife, sôbre o esquema de trabalhos dêsse órgão naquilo que interessa aos senhores aqui, e logo depois pedirei desculpas para sair, a fim de absorver compromissos que eu tenho lá no Ministério e um programa que tenho às 11 horas. De maneira que dito isso, eu desejava sem nenhum intuito de conferência e em tom bastante simples, conversar em tôrno de alguns pontos que representam a experiência que estamos vivendo hoje no Brasil, na América Latina e nos países de processo de desenvolvimento, em relação com atividades de agricultura no conjunto do programa de desenvolvimento no seu todo. Esta Conferência, segundo vejo pelo programa, focaliza um tema central "As Bases de Uma Política Agrícola Favorável ao Desenvolvimento Econômico do Brasil", e noto que dentro do tema geral desta Reunião da Sociedade de Economista Rurais, há certos aspectos de temas bastante fundamentais relacionados com o programa do desenvolvimento da agricultura. O dia de hoje está dedicado aos temas regionais e é uma pena que o rapaz da SUDENE não tenha chegado ainda. Eu desejava destacar a importância dêste tema, o que o Ruy já deve ter com tôda a inteligência e a cultura especializada dêle feito no primeiro dia dos nossos trabalhos. Não vou absolutamente comentar isto, apenas dizer que em todos êstes trabalhos de cunho regional, nacional ou internacional que se

faz hoje em dia nos países que lutam por desenvolver-se e promover a sua condição humana, o elemento agricultura é ao mesmo tempo básico e problema do desenvolvimento. É básico em primeiro lugar porque já está visto e os fatos estão mostrando que o próprio desenvolvimento dos outros setores da economia não se faz, não se realiza, se o setor agrícola não marcha no mesmo compasso. Nós estamos vendo no próprio Nordeste de hoje, já há grande preocupação pelo setor do desenvolvimento da agricultura, a fim de que êle também possa acompanhar o ritmo de desenvolvimento industrial da região, e isto que eu digo em relação ao Nordeste, extrapolamos para o mundo inteiro, para o mundo subdesenvolvido inteiro. Eu ainda ontem, dizia, chegava desta reunião de Buenos Aires, onde estava participando dos trabalhos de uma comissão que estava elaborando a agenda para a próxima reunião dos Presidentes do continente, reunião que se deverá realizar nos dias 12, 13 e 14 de abril em Punta del Este, no Uruguai, e um dos seis temas centrais que vão agremiar os Presidentes com o objetivo de ver se êles podem dar um passo à frente numa política agressiva de desenvolvimento dos nossos países, é exatamente o tema da modernização da vida rural; e dentro dêste tema geral, certos aspectos do desenvolvimento da agricultura propriamente dita, tendo em vista a alimentação e produção de gêneros alimentícios para uma população em crescimento. De maneira que a agricultura é básica para alimentar uma população que cresce em número e nos legítimos interesses de progredir, de consumir mais, porque é uma grande massa humana que está rente a zero, do ponto de vista dos padrões de vida; e esta população evidentemente tem aspirações para expandir-se, para crescer, de tal sorte que para suprir o setor industrial de elementos fundamentais, a agricultura é um fator essencial nos programas de desenvolvimento. Aqui entre nós, como em todos os países em luta pelo desenvolvimento, o projeto e o programa de agricultura têm sido sempre um pesadelo. Eu não sei se esta é a expressão adequada, mas geralmente os outros setores do desenvolvimento andam mais rapidamente, andam mais facilmente, são tratados com mais agilidade, com mais clareza do que o setor de agricultura. No próprio Nordeste, e me tocou aí viver a experiência mais difícil, mais fascinante da minha vida nos dois últimos anos, a despeito de muito vinculado aos problemas da agricultura e nêles interessado pessoalmente, êste foi o setor que nos deu maior dor de cabeça, e eu quero dizer

com bastante mágoa, nós saímos da SUDENE e temos a impressão de que não é um certo que tenha ficado com bastante clareza definido. Ele é complexo, ele é complicado, ele traz uma carga tremenda de rotina dentro d'ele. Nós, os economistas agrícolas, os engenheiros-agrônomos, os veterinários, os homens que lidam com estas questões da agricultura, tomamos os problemas por ângulos diferentes, ainda não tivemos entre todos nós uma apreciação realista objetiva de todo o problema da agricultura em seu conjunto, não apenas sobre os aspectos da agronomia, os aspectos de economia, os aspectos sociais da vida rural, mas tudo isso em conjunto, e esse conjunto do elemento rural no quadro geral do desenvolvimento da agricultura. Não sei por que faltou ou tem faltado esta definição básica; pela deficiência talvez também das nossas instituições técnicas, das nossas escolas profissionais. O certo é que nós vamos para o problema da agricultura com visões parciais, com idéias próprias, com ângulos limitados, e quando nos confrontamos com ele, a realidade ultrapassa a limitação dos ângulos em que nós nos colocamos. Isto não significa que o problema está acima de nós e que nós não teríamos no Brasil por exemplo a capacidade de comandá-lo, de uma forma orgânica como parte de um processo em desenvolvimento e dentro de um aspecto propriamente de agricultura, um projeto inteligente harmonioso e correto. Eu vou aproveitando a oportunidade para dar algumas linhas daquele esforço que foi feito no Nordeste em relação ao projeto da agricultura, para substituir o rapaz da SUDENE que não veio, e a fim de que vocês pelo menos tenham uma tintura do que ele foi e do que está sendo. Aí no nosso Ministério, no Ministério de Organismos Regionais, nós estamos desenvolvendo um trabalho que procura seguir duas linhas essenciais: Em primeiro lugar, nós estamos preocupados com a elaboração de planos regionais de desenvolvimento para todo o País. Quer dizer, que cada região tenha seu esquema próprio para promover o seu desenvolvimento econômico e a sua condição social. Este plano regional é baseado nas características e necessidades de cada região; não há portanto um modelo igual para todas as regiões, mas um modelo que se adapte a cada região refletindo-lhe as características econômicas, ecológicas, sociais e humanas; esse o 1.º dado. Em relação com este mesmo dado, há o grande esforço por somar na elaboração do plano regional todas as instituições e todos os recursos públicos e privados nacionais e internacionais que devam ser chamados por

uma ordem determinada de prioridade, para conduzir na prática a execução daquele plano regional. Em outras palavras, o grande exercício aqui é em 1.º lugar ter um plano, e nós não estamos acostumados no Brasil a trabalhar com plano. 2.º ter um plano compreensivo, um plano harmônico, em que o econômico, o social, o cultural, o técnico, o industrial, o agrícola, de saúde e recursos humanos sejam tomados na importância de cada um deles no conjunto. E ao mesmo tempo a tentativa de forçar, mediante a elaboração do plano e a sua realização, o compromisso das Instituições públicas e privadas que trabalham naquela região para acompanhar a sua execução. Num país individualista, onde as instituições funcionam separadas umas das outras, onde os Ministérios não se entendem e nem o Governo Federal com o Estadual e o Municipal, o setor público com o privado, e o nacional com o internacional, hão de ver a grande dificuldade para harmonizar todo este potencial de recursos num país pobre para realizar um plano harmonioso. Esta é a maior dificuldade em que se encontram os homens encarregados no projeto de desenvolvimento. É convencer na prática, pois na teoria é fácil, que dentro de um plano trienal de desenvolvimento para a Fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, todos os Ministérios têm uma função, que esta função deve ser definida, deve ser soletrada em termos de orçamento, programa e compromisso assumido na realização prática do plano de ação. Então esta é uma preocupação que nos orienta no Ministério da coordenação. O Plano da SUDENE demarrou e baseados num esquema vitorioso da SUDENE para o Nordeste, preparamos o da Amazônia, que tem características desde logo diferentes. Lá na Amazônia o problema fundamental de hoje é de povoamento, é de colonização interior, é de preocupação racional e recursos naturais; de toda maneira é um plano elaborado para a Amazônia, muito assemelhado ao da SUDENE, com as características da Amazônia. Estamos neste instante com o plano do Sul sendo terminado, talvez no fim deste mês este esquema esteja acabado. Revisamos todo o esquema do Vale do S. Francisco para adequá-lo à política do Desenvolvimento do Nordeste, quer dizer, um esquema de casamento com a SUDENE. E estamos neste instante trabalhando em todo o projeto do oPlano Central, ligando o esforço da antiga Fundação Brasil Central ao trabalho da nova Instituição da SUDAM, que será um órgão de desenvolvimento econômico e social. Pois esta é a nossa preocu-

pação, a preocupação de fazer desenvolvimento mesmo. No caso específico do Nordeste, aí se travou uma batalha; está-se desenvolvendo um trabalho bastante difícil e ao mesmo tempo bastante fascinante. Vocês que acompanharam o nascimento da SUDENE, sabem que ela, como de resto as instituições que foram nascendo nestes 10 anos depois da última Grande Guerra, estas instituições que foram criadas tendo em vista atingir os problemas econômico-sociais, tinham sempre esta tintura demasiado doutrinária (não quero nem chamar de ideológica), com a preocupação de enquadrar a vida naqueles esquemas muito rígidos das doutrinas dos moços que vinham imaturos das Universidades e das instituições técnicas. De maneira que a primeira fase da SUDENE foi a fase difícil de traduzir na prática o esquema teórico, em outras palavras, de aplicar concretamente ao desenvolvimento do Nordeste uma doutrina que estava concebida no 1.º plano-diretor da instituição. A SUDENE, como êstes órgãos regionais a que estou me referindo, vem procurando trabalhar mediante planos. Com isto se pretende racionalizar o trabalho, aplicar adequadamente dinheiros públicos, e tratar prioritariamente temas prioritários. A SUDENE foi criada tendo em vista 4 finalidades essenciais, segundo o documento do técnico da Sudene, pág. 5 Dr. Otamar de Carvalho: 1.º — estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste (e o que eu digo aqui para o Nordeste, extrapolo para outras regiões do País; 2.º — supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionam especificamente com o seu desenvolvimento; 3.º — executar, diretamente ou mediante convênio, acôrdo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste, que lhe foram atribuídos nos termos da legislação em vigor; 4.º — coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste.

O grande objetivo do trabalho da SUDENE é êste: procurar melhorar a renda *per capita* do homem do Nordeste, para através da melhoria da renda *per capita* se estabelecer um equilíbrio melhor entre o nível de vida da população da região e da população do Centro-Sul. Em outras palavras, as tendências que a história vem registrando é que o Sul vem se desenvolvendo num compasso bem superior ao compasso do desenvolvimento do Nordeste. E numa perspectiva de longo curso, esta tendência seria fatal para a unidade nacional, para a integração do País. De tal sorte que a grande

preocupação do plano da SUDENE é melhorar o padrão de vida do homem da região, levantar o nível *per capita* do nordestino, tendo em vista assegurar uma autêntica integração nacional. Este o grande e primeiro objetivo da instituição. Havia também e há por detrás de todos os planos da SUDENE, aquela preocupação de combater a seca ou os seus efeitos, mas fazê-lo não através dos efeitos da seca, como se vinha tentando fazer desde 1900, ao tempo da criação da SUDENE, mas combatê-los ou amenizá-los, mediante o ataque a causas profundas e ao desenvolvimento do Nordeste. Quer dizer, atacando o problema do desenvolvimento mesmo. Em outras palavras, o problema da seca do Nordeste, dentro da perspectiva de hoje, já não é um problema puramente de engenharia, de fazer açudes, de abrir rodovias, ainda que isto seja muito importante. Mas é fundamentalmente um problema de desenvolvimento, por dentro e em profundidade, e de desenvolvimento econômico e social, porque isto feito, o problema da seca e os seus efeitos serão amenizados. A 3.^a preocupação é somar recursos públicos na região, comandar a aplicação destes recursos dentro da prioridade estabelecida no plano-diretor. O outro objetivo também indicado na letra "d" é somar o apoio internacional em refôrço ao esforço nacional. O desenvolvimento, como nós entendemos, é uma responsabilidade brasileira; o desenvolvimento do nosso País e das suas regiões é um dever nacional intransferível. Mas aberto este esquema, a possibilidade de um apoio internacional suplementar, dirigido por nós, comandado por nós dentro das nossas prioridades, dentro das nossas preferências, esta é a doutrina que nós procuramos viver no Nordeste e estamos vivendo dentro das outras áreas do Brasil. No caso do Nordeste, em que consiste o nosso problema? Em 1.^o lugar, os jornais estão dizendo todos os dias, o Nordeste no ponto de vista do seu desenvolvimento industrial parece que demorou; nós vemos todos os meses os resultados positivos das reuniões mensais do Conselho aprovando projetos concretos de desenvolvimento industrial e agrícola, de recursos humanos, de saúde pública, de educação, quer dizer, dos aspectos envolvidos no próprio plano. Ainda na última reunião do Conselho, em Garanhuns, em Pernambuco, a que eu estive presente, a própria SUDENE aprovou naquele dia os trabalhos de um mês, projetos envolvendo 184 bilhões de cruzeiros antigos. 184 bilhões de cruzeiros, trabalho de um mês, que significa o que? Que significa 70 milhões de dólares, dinheiro

nacional, verde-amarelo. E é uma massa de dinheiro de compromisso de recursos, para um mês, para uma região como o Nordeste. Esse é o ritmo, mas este desenvolvimento industrial, que para as características do Nordeste é relativamente avantajado, estaria sendo acompanhado pelo setor da agricultura? Em que consistiria a política de agricultura no Nordeste? Como defini-la? A primeira preocupação da SUDENE foi fazer estudos próprios do problema, e o documento relata isso. Fazer um retrato da situação dos recursos naturais do Nordeste, porque os próprios nordestinos não sabiam aquilo que possuía a sua terra, os recursos com que ela contava, a qualidade de seu solo, o potencial dos seus recursos de água, os elementos, os ingredientes essenciais ao programa de agricultura. Havia muita improvisação e havia evidentemente estudos parciais bem feitos por técnicos do M.A., de Secretarias de Agricultura pela ANCAR da região. Mas um estudo global do potencial de recursos com vistas numa política de suprimento alimentar não existia, de modo que o primeiro dever era a tentativa de fazer o levantamento desses recursos. Acórdos têm sido celebrados e também a SUDENE não fazer nada diretamente, ainda que na fase inicial da instituição, talvez tenha sido esta a sua paixão, repetir os órgãos, fazer melhor aquilo que os órgãos normalmente existentes não estavam fazendo. Mas na administração atual a ênfase tem sido em descarregar recursos dentro da política traçada pelas mãos de instituições que estejam preparadas para realizar as missões no Nordeste por convênios. Pois bem, através destes convênios, inclusive com o M.A., está sendo feita uma grande parte de trabalhos de levantamentos de solos de algumas regiões do Nordeste. Também o levantamento dos recursos de água, água do subsolo por exemplo, e aqui há grandes novidades. Vocês tomem por exemplo o Estado do Piauí, um Estado pobre, o mais subdesenvolvido do Nordeste, o Estado enjeitado da Federação. Os estudos feitos pelos hidrogeólogos da SUDENE vieram mostrar a existência de um grande lençol de água no sul do Piauí, e somente aquele lençol de água tem uma capacidade 6 vezes superior à água da Baía de Guanabara. Ali se perfurou em Simplício Mendes um poço que está jorrando há dois anos, com 7 metros de altura, e água cristalina da melhor. De maneira que este recurso de água dentro do Nordeste, no subsolo do Nordeste, que existe em quantidade no Piauí, que existe no Rio Grande do Norte, que existe em outras áreas da região, é um patrimônio que era desconhe-

cido para nós. Todo êste levantamento científico e técnico do potencial de recursos está sendo feito pelos técnicos da SUDENE ou em convênio com entidades nacionais. Há projetos neste instante em curso para o estudo de 17 vales da região. Nós queremos saber o que é que nós temos, em que consiste o Vale do Jaguaribe, no Ceará, ou em que consiste o potencial real do Rio São Francisco. Êstes estudos estão sendo feitos por técnicos nacionais com assistência num caso ou noutro de técnicos estrangeiros. Então esta é a primeira preocupação nossa: saber com o que se conta, para na base disso projetar os programas e os planos. E aqui vem outro sonho inicial da SUDENE, talvez não bem conduzido na prática mas pelo menos uma tentativa; era a de ajudar a conduzir de uma maneira racional numa corrente migratória historicamente, que se dirigiria do Nordeste para a Amazônia. Um dos problemas da região é encontrar emprêgo para uma população em crescimento e para um excesso de população, ou um excesso de população desempregada, ou mal empregada, subempregada. Então havia da SUDENE a intenção, mas aí vem um pouco do sonho e a prática muito diferente do sonho, de levar esta corrente e fixá-la mediante uma espécie de barreira que se estabeleceria no Estado do Maranhão, para quase evitar a passagem da população para o Vale e tentar a fixação desta população num projeto grandioso no Maranhão. O esforço foi feito, mas logo, no início da SUDENE, com bastante improvisação e baseado também numas premissas, algumas delas meios artificiais, e o resultado não foi dos melhores, ainda que a SUDENE esteja dia a dia revisando êste projeto, melhorando a postura dêste projeto, e eu creio que o que se fêz até aí, bem ou mal, é uma experiência e há uma grande lição para todos nós, inclusive no que se refere à ocupação da Amazônia, que é um dos maiores problemas que o Brasil tem hoje. Então o projeto de colonização do Maranhão seria como um modelo de um trabalho assemelhado para áreas do Nordeste, ainda com possibilidades de potencial de terras, o Maranhão e o sul da Bahia por exemplo. Do ponto de vista da organização da agricultura, da organização agrária, a SUDENE se preocupou por duas ou três linhas de atividades, vamos dizer: Uma, estabelecer por exemplo uma política de preços mínimos para os produtos da região. Os órgãos de fixação de preços no sul não tinham funcionado para os produtos do Nordeste. Num ou noutro caso esporádico, sim, mas não havia uma política sistematizada de levar para o Nordeste a fixação de preços

mínimos para dar pelo menos uma certa garantia ao pequeno produtor. Houve um entendimento entre a SUDENE e a Comissão de Financiamento da Produção, e pela primeira vez se está fazendo isto — estudos tendentes à fixação de preços mínimos para os produtos principais da região. Este esforço está sendo feito graças ao trabalho conjugado da Comissão de Financiamento com a SUDENE. Depois a SUDENE se preocupou muito com a parte de cooperativas, acreditando que era fundamental, se a preocupação era ir ao agricultor, assistir e levantar o nível de vida, mobilizá-lo para o desenvolvimento de seu próprio meio, e os instrumentos úteis para isso são a organização de uma autêntica cooperativa. Mas a SUDENE partiu corretamente de uma análise do que havia no Nordeste em matéria de cooperativas, porque há cooperativas e há cooperativas, e a maioria das instituições que funcionavam no Nordeste com o nome de cooperativas, de cooperativas só tinham o nome, politizadas, politiqueiras, desorganizadas, irresponsáveis, de maneira que se desmoralizavam elas mesmas e ao sistema. Então a SUDENE fez um trabalho por dentro de levantamento dessas cooperativas, tendo em vista articular um programa de ação com as boas, e através delas, por uma espécie de osmose, exercer a influência sobre as outras. E esta seleção foi feita sobre 10% do total. Com essas cooperativas a SUDENE vem celebrando convênios para fornecimento de máquinas, implementos agrícolas, sementes selecionadas, instrumentos de assessoramento técnico, implementos agrícolas, sementes selecionadas, instrumentos de assessoramento técnico, compras de produtos agrícolas, e já agora com financiamento de caráter internacional do Banco Interamericano, para fornecer-lhes créditos, mas partindo dessas cooperativas previamente selecionadas. Há portanto uma preocupação bastante nítida dentro da SUDENE de que a cooperativa e o cooperativismo são importantes, são básicos num programa de desenvolvimento do nosso interior, porque a não ser assim nós teríamos que buscar outras fórmulas de organização da comunidade, para despertá-la e incorporá-la num processo de desenvolvimento. Uma vez que a idéia de hoje não é de entregar só ao Governo a responsabilidade de planejar, de executar, de resolver os problemas dos agricultores, pois essa é uma das concepções já ultrapassadas, então a cooperativa faz parte desse mecanismo, dessa concepção de trabalho, e a SUDENE tem procurado ajudar, incentivar a criação dessas cooperativas ou animar as cooperativas existentes.

Comentário: *Dr. Sylvio Wanick Ribeiro*

Li o trabalho do Dr. Otomar de Carvalho com redobrada atenção, pois desejava desempenhar com ênfase meu papel de crítico, acreditando, sobretudo, que seria proveitoso provocar polêmica sobre a SUDENE e despertar para o assunto a atenção de todos os presentes a esta V Reunião da SOBER.

A ausência do ilustre autor e as brilhantes intervenções que acabamos de ouvir, do Ministro João Gonçalves e do Dr. Eudes de Souza Leão Pinto, invalidam grande parte das indagações que teria a formular diante do trabalho.

Penso, entretanto, que ainda devo mencionar alguns pontos, para justificar minha presença aqui.

O Ministro João Gonçalves sintetizou os propósitos da SUDENE, dizendo da necessidade de elevar a renda *per capita* regional; de integrar nacionalmente o Nordeste, vencendo a descompasso no desenvolvimento; de combater os efeitos da seca, atacando suas causas e de somar os recursos públicos da Região, comandando êsses recursos. Depois, noticiou sobre a ação da SUDENE, em especial quanto ao Setor Agrícola. Citou estudos realizados e providências visando ao que chamou de organização da agricultura, destacando aí a política sistematizada de preços mínimos, cooperativas e certos projetos-pilotos.

Sua Excelência completou, até certo ponto, o que me pareceu faltar ao trabalho do Dr. Otomar de Carvalho, ou seja, a enumeração, até agora, das realizações práticas e efetivas da SUDENE. De qualquer modo, permanece ainda para mim a dúvida sobre se a SUDENE teria, realmente, justificado sua presença na área, se estaria alcançando seus objetivos, após quase 8 anos decorridos de sua instituição e quando procura implementar seu III Plano Diretor.

Em verdade, sublinhei no trabalho apresentado passagens que assinalam, em 1962, o pouco ou nenhum progresso

alcançado em um decênio do Setor Agrícola (ver página 8), sendo que o III Plano Diretor contempla com 41% de recursos financeiros atividades que, no entender do Autor, não corrigirão as deficiências constatadas (página 19). Assinalei, também, o constante e com toda certeza correto relacionamento que o autor faz de novos estudos, novos projetos e perspectivas de ações futuras mas que eu acreditava já superado. Na página 12, por exemplo, há menção a um projeto de pesquisa que ainda irá revelar, quando concluído, os obstáculos ao desenvolvimento do Setor Agrícola e suas causas, sendo que as primeiras conclusões da pesquisa revelam a necessidade de modificar os critérios de prioridade estabelecidos no atual Plano Diretor (página 13). Continuo duvidando e gostaria de ser esclarecido se a atuação da SUDENE revela saldo positivo e se sua rentabilidade é boa, já que vejo no trabalho em exame indícios de que essa atuação é, pelo menos, morosa, frente às necessidades regionais e nacionais. Previsão de pesquisa ao nível municipal, pesquisas que se efetuarão, atividades que se desenvolverão, estudos que ainda serão realizados, assistência que deverá ser proporcionada, estudos sobre a viabilidade de vir a executar, convênio que virá a ser estabelecido, ritmo que pretenda imprimir — eis como, creio que por prudência, o Autor precede algumas indicações que assinala.

Certo é que, em termos de Renda Interna, vem caíndo a participação do Nordeste, que nos anos de 1950 e 1960 andava em torno de 9%, tendo se elevado para 10% em 1962 e se reduzido para 8,9% e 8,8% nos anos de 1963 e 1964, respectivamente. O Nordeste a que me refiro engloba o Maranhão como um todo e os demais Estados, do Norte para o Sul até Bahia, inclusive, não sendo, exatamente, o Nordeste alcançado pela SUDENE.

Quando me recordo de alguns excelentes estudos sobre a Região, sendo que vários deles exaustivamente detalhados e de autoria de técnicos altamente capacitados ou de responsabilidade de organismos governamentais estaduais de planejamento ou federais, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, custa-me crer que ainda não possua a SUDENE, quase a completar seu primeiro decênio, um diagnóstico preciso sobre a área de sua jurisdição e, em consequência, que não esteja firmemente realizando os propósitos de sua criação e alcançando resultados que revelam o desenvolvimento econômico do Nordeste.

Para terminar, deixo registrada uma pergunta acêrca do cumprimento, pela SUDENE, do que consta do Programa de Ação Econômica do Govêrno (PAEG), onde está prevista a aplicação, entre julho de 1964 e 1966, de cêrca de 235 bilhões de cruzeiros da época e de cêrca de 27 milhões de dólares americanos, bem como indago sôbre qual a atuação que desenvolve ou pretende desenvolver a SUDENE nos campos da pesca, floretal e extrativo vegetal..

A AGRICULTURA NA AMAZÔNIA

JORGE NOVA DA COSTA (*)

As terras e seu cultivo: panorama geral

De um modo geral os solos da Amazônia situam-se em dois níveis relativamente à rede fluvial da Região: as “terras firmes” e as “várzeas”.

As primeira — as “terras firmes” — nunca ficam submersas pelas enchentes do Amazonas ou de seus tributários, enquanto que as segundas — as várzeas permanentes sob as águas por ocasião das cheias dos rios da Planície.

Esta distinção é deveras importante, porque o uso das terras, quer para a agricultura, quer para a pecuária, está intimamente subordinado àquela condição de terreno que as águas cobrem ou não cobrem; e até as épocas de cultivo, ou de apascentagem dos rebanhos, são bem diversas nos dois casos. Sômente a cultura da juta no Baixo e Médio Amazonas, e a cultura de arroz, na Região das Ilhas (foz do Amazonas) coincidem com os plantios de cereais, leguminosas e fibras na terra firme. Tôdas estas lavouras são precedidas simultâneamente na *quadra das chuvas*.

Já no *período de estiagem* as áreas de terra firme entram em descanso, e, as de várzeas, passam a ser ocupadas com o milho, o feijão, a melancia, o maxixe e etc., ou recebem o gado que deixa a terra firme para se *recuperar* ou engordar nos campos naturais existentes nos terrenos de níveis mais baixos das ditas várzeas.

De um modo geral o período das chuvas vai de dezembro a junho; de julho a novembro o da estiagem. As chuvas e a estiagem antecipam-se algo à proporção que sobem os rios.

(*) Diretor-Geral do Departamento de Promoção Agropecuária.

A fertilidade das terras

Este é um capítulo de suma importância. Se as terras de várzea — por se cobrirem anualmente, ou nas maiores enchentes — refertilizam-se de algum modo, graças aos sedimentos das águas, as terras firme, lixiviadas através de milênios sob a ação de chuvas abundantes, são pobres em sua quase totalidade.

A exceção das “terras roxas” existentes nos municípios de Alenquer e Altamira, as de origem calcária em Monte Alegre e as “prêtas de índio” disseminadas por todo o Baixo Amazonas, os latosolos — hoje oxisolos da Planície não oferecem riqueza potencial praticamente estimável.

As terras melhores, referidas antes, são pouco conhecidas e exploradas em pequena porção, ou por encontrarem-se em locais de povoamento ainda reduzido (Alenquer, Altamira e Monte Alegre), ou pelo esparso da sua distribuição (as “prêtas de índio” em Santarém e vizinhanças).

As “roxas” e as “calcárias” ocupam áreas contínuas e de extensão ponderável, resultantes que são de formações geológicas, enquanto que as “prêtas de índio” se constituem de manchas de poucos hectares, afastadas uma das outras por centenas de metros ou por quilômetros, dada a sua origem antropológica (plaggen epipedon).

As Lavouras e a Pecuária

Estendemo-nos um pouco a respeito das terras da Amazônia para tornar compreensível o modo de ser da sua agricultura e pecuária, e podermos assim apontar as reais possibilidades destas fontes de bens, do mesmo modo que os meios de aumentar-lhes a produtividade. Por outro lado, se faz fundamental que abandonemos em definitivo a velha idéia de que na Amazônia sobejam as terras férteis.

Enquanto nos basearmos em tal premissa estaremos obviamente julgando, concluindo e programando erradamente para a Região.

A rotação de terras e os cultivos consorciados

É sabido que na Amazônia as lavouras anuais de cereais, leguminosas e têxteis, processam-se, mudando cada ano de terreno, sistema conhecido como de “rotação de terras”, para distinguir de outro que no mesmo terreno “rota” culturas.

Além desta característica há uma segunda, que embora menos freqüente não deixa de ser comum. Trata-se de consorciação de lavouras, isto é, no mesmo terreno e na mesma ocasião vegetam duas e até três espécies de plantas.

Várias são as razões dêste modo de explorar os oxissolos (terras firmes) da Amazônia:

- 1.º) a sua baixa fertilidade;
- 2.º) a impossibilidade do uso de fertilizantes químicos;
- 3.º) racional conjugação de culturas que se complementam e suplementam.

A baixa fertilidade

Repetir a mesma cultura, ou fazer outra qualquer no mesmo terreno, um segundo ano, seria sujeitar-se a uma produção insuficiente. Que não haja dúvida neste sentido. É certo que em alguns casos (nas terras do terciário do Planalto de Santarém, por exemplo) de lavoura em terreno de mata ou de capoeira grossa, há possibilidade de repetir-se uma segunda plantação no ano seguinte, mas em geral êste cultivo não é realizado pelo temor justificado de um fracasso.

Até o presente — que sabemos — não se tem analisado ou pesquisado com precisão êste fenômeno, sendo de todo provável que se trate de uma lixiviação pronunciada das camadas mais superficiais do solo, camadas que tornam a ganhar certa fertilidade com o descanso maior ou menor que se concede ao terreno. A êste respeito uma observação empírica, mas com todo o vezo de verdadeira, é a da chamada “terra quente”, isto é, que o plantio do milho (ocereal que por vários motivos é o primeiro a ser plantado no ano), em terra de capoeira, deve ser feito logo às primeiras chuvas, isto é, enquanto o solo ainda está “supostamente” quente da queimada que consumiu o mato roçado ou derrubado. É de presumir-se que o que ocorre de fato com mais influência no caso — além de outras circunstâncias — é que as chuvas ainda não teriam sido suficientes para arrastar os nutrientes, sabido que as primeiras do ano apenas embebem delgada camada do solo.

Dentre as outras circunstâncias deve ser também ponderavelmente atuante a questão do “mato”, isto é, o alastramento das ervas daninhas que, de um ano para outro, multiplicam-se acentuadamente. Esta multiplicação deve-se sobretudo ao abandono do terreno durante os seis meses que

medeariam entre um plantio e o seguinte, permitindo o espaço de tempo, e a relativa umidade do solo, que o inço continue vegetando e sementando. Sem arado, sem grade e etc., é simples de compreender a progressiva dificuldade que o lavrador encontraria em dominar o “mato” numa segunda, terceira e etc. plantação, repetida no mesmo terreno.

A impossibilidade do uso de fertilizantes

Para o uso dos adubos químicos são indispensáveis três condições primárias. A primeira é a que requer o solo devidamente mobilizado, isto é, destocado e arado; a segunda seria o preço acessível do insumo, e a terceira o conhecimento da certeza dos seus efeitos benéficos e da técnica de aplicá-lo economicamente.

É simples entender que a primeira condição, na prática e no caso da Amazônia, só se justificará se as duas últimas estiverem asseguradas. Entretanto, à exceção da cultura da pimenta do reino, que se saiba, nenhuma outra suportará o preço corrente dos adubos importados do Sul do País ou do estrangeiro.

Ultimamente diz-se que também a lavoura do amendoim, na zona Bragantina (proximidade de Belém), vem se comportando em condições de pagar com sobra a adubação, e por isso mesmo a mecanização da cultura estaria ganhando terreno e adeptos.

A racional conjugação de cultivos (consorciamento)

Na verdade o consorciamento, tão comum e portanto característico da agricultura na Amazônia, apresenta vantagens, dentro do quadro técnico ali vigente.

Teremos de considerar o seguinte:

O milho é plantado em capoeira e as capoeiras requerem maior número de limpas (2 ou 3 pelo menos); a planta pode ser dobrada quando “madura” (ficando a espiga voltada para baixo) e assim aguardar a colheita que, além do mais, pode ser feita parceladamente até antes das primeiras chuvas.

O arroz é plantado em terreno de mata e também de capoeira. Naquele necessita apenas de uma “limpa a terçado (facão)”, e neste requer limpas à enxada (1 ou 2), mas por ser plantado em covas *muito unidas* abafa o mato com certa eficiência. A sua colheita, entretanto, é lenta (cacho por

cacho, à mão) e exige curto prazo e portanto necessita de mão-de-obra numerosa.

A “roça” de mandioca tem a mais larga faixa de época de plantio e também o mais extenso período para ser “desmanchada” (arrancamento dos pés para colheita dos tubérculos).

O feijão é o cultivo mais tardio e o de mais curto ciclo (feijão cow-pea), sobrevivendo tanto o plantio (que é ligeiro de fazer) e a colheita (que se processa em 2 ou 3 apanhas das vagens) em épocas de relativa folga do lavrador e sua família.

O algodão tem comportamento cultural um tanto semelhante ao do feijão, embora de plantio mais cedo.

Acreditamos que, com os elementos acima, um pouco de raciocínio será suficiente para quem quer que deseje verificar as vantagens de associar no mesmo terreno dois e até três (em casos muito especiais) dos cultivos mencionados.

Muitas combinações são possíveis, mas o essencial é considerar que a obrigação de fazer estas combinações é sobretudo consequência da necessidade do lavrador de conciliar uma contingência e um interesse. A contingência é a da área limitada que o agricultor pode preparar, cuidar e colhêr; e o interesse é de diversificar tanto quanto possível as culturas. Se êle cultiva *separadamente* as suas lavouras, é fatal que pelo menos uma capina a mais êle tenha de dar na área que fôr semeada mais tarde, e que por isso já encontrou “ematada” (espaço entre a queima do roçado e a sementeira). Uma exceção freqüente a esta regra é o caso do arroz em “terreno de mata”. É cultura inteiramente “solteira”, pois que tais terrenos *custam a “criar mato”*.

Penso que nos fizemos entender, e que muita razão nos assiste para dizer que o consorciamento das culturas na zona tropical apresenta certa identidade com a rotação das culturas dos países temperados: quando menos uma sorte de complementação e suplementação entre alguns cultivos, e a diversificação dos mesmos.

Distinguiríamos como exemplos flagrantes no sentido da suplementação e complementação o caso do milho com o feijão, e o do milho com a mandioca. Naquele, como neste, as duas plantas ajudam-se no sentido de ambas servirem aos lavradores no mesmo terreno, beneficiando-se do preparo dêste e dos tratos culturais e dando ao agricultor trabalho (semeadura e colheita) em épocas distintas. Aliás pode-se dizer que, para plantar o feijão ou a mandioca entre as car-

reiras de milho, o lavrador se vê como que obrigado a zelar melhor pelo cereal.

A opinião de Pierre Gourou

Vale a pena lembrar nesta altura, e a propósito do que vimos de expor a opinião autorizada de Pierre Gourou, o geógrafo especializado em geografia dos trópicos, e que aliás se refere à Amazônia com conhecimento da mesma "in situ".

Depois de enumerar o papel benéfico da "rotação de terras", diz: "A agricultura que se desloca sobre os trechos de mato queimado, não somente pode assegurar a subsistência de uma população de agricultores, mas também produzir excedentes que permitem manter uma população urbana e fazer frente às necessidades de uma sociedade diferenciada. Sem embargo, este tipo de agricultura chega a ser insuficiente se a população ultrapassa um certo nível de densidade. Assim, além de um valor de algumas dezenas de habitantes por quilômetro quadrado (digamos 50 habitantes) a agricultura que se desloca diminui os pousios e, por conseguinte, instala-se um processo de empobrecimento do solo. Por outra parte, esta agricultura não é criadora de progresso porque ela não incentiva o homem a preparar o espaço rural e a valorizar a terra por inversões sob a forma de fertilização, drenagem, irrigação, construção de estradas rurais, nivelamento de terraços".

A pecuária na Amazônia

Limitar-nos-emos aos fatos mais gerais.

Até o momento prevalece nas principais zonas de criação da Amazônia (Ilha de Marajó, Baixo e Médio Amazonas) o sistema de apascentar os rebanhos na terra firme de março, ou pouco antes, até julho ou agosto, e levá-los às várzeas a partir de agosto até fevereiro ou dias de março seguinte.

Este regime seria de todo vantajoso se as pastagens de terra firme oferecessem nutrição suficiente aos animais, entretanto isto não se dá. Primeiro porque de ordinário os "campos" de terra firme são campos naturais ("campos cobertos") muito pobres ou empobrecidos, onde os animais dos mais diversos donos pastam em comum, e cujo manejo consiste, quando muito, em mudar os animais de uma aguada para outra uma vez durante a temporada. Segundo porque as capineiras são raras, de área insuficiente e mal cuidadas.

Que a região se presta de maneira insofismável à criação dos gados bovinos e bubalino, o atestado mais eloqüente é a facilidade e presteza com que os animais se refazem nas várzeas da miséria física com que “baixam” para aquêles ricos pastos naturais de canarana, arroz bravo, primem-beca e etc...

Atente-se bem para o fato de que na Amazônia, pelo regime de pastoreio alternado em terra firme e várzea, o problema da falta de forragem motivado pela quadra sêca do ano não teria praticamente razão de ser, visto que o pasto de terra firme é usado exatamente quando as chuvas irrigam constantemente as terras, enquanto a várzea tem a sua fase de aproveitamento no período sêco, mantendo verdes as suas gramíneas por efeito da água que por capilaridade ascende do lençol freático ali bastante superficial.

As soluções que se impõem

Culturas florestais e exploração madeireira. Se considerarmos que a quase totalidade do território da Amazônia é coberta de matas, somos levados a concluir acertadamente que a sua vocação mais acentuada é a da cultura florestal e da exploração madeireira.

Relativamente à primeira, uma única cultura até o presente, além da do cacau, foi objeto de estudos, pesquisa e experimento na Região, tendo-o sido mesmo, com precedência, no estrangeiro: é a cultura da seringueira. Dela pode-se dizer que alcançou técnica suficiente à garantia de êxito econômico. É do conhecimento de todos que os trabalhos em Belterra oferecem algumas dezenas de clones produtivos e suficientemente resistentes ao fungo *Dothidella Ulei*. Eles são capazes de uma produção de 400 quilos de borracha sêca aos 7/8 anos, alcançando os 2.000 quilos e mais aos 12/13 anos, para oscilar em tórno dêste número nos 20 ou mais anos seguintes.

Uma cultura florestal que se impõe é a da Castanheira do Pará (árvore da carne vegetal de Botazzi), pelo seu fruto e pela sua madeira.

Infelizmente não se dispõe de conhecimento técnico de seu cultivo, como também de material que ofereça patrimônio genético garantido. Mesmo assim não nos arreceariamos de aconselhar a formação de castanhais, sobretudo porque conhecemos um plantio em Belterra, que, iniciado em

1948, apresenta hoje espécimes medindo 1 metro e mais de circunferência.

A exploração madeireira seria outra atividade inteiramente em consonância com os recursos florestais da Região, e de sua possibilidade econômica diz bem o relatório que Renè Gachet e outros (FAO) apresentaram, em princípios da década passada, após mais de ano de detidas investigações na Região.

Depois disto foram realizados inventários florestais na Região do Tapajós, entre este rio e o Xingú, entre este e o Tocantins, entre o Tocantins e o Guamá, na Região Belém-Brasília e Rio Caeté.

Tais trabalhos oferecem certeza de dados sobre o volume, tipo da madeira e sua aplicação.

Lamenta-se que ainda não disponhamos de evidências resultantes de observações e experimentos na Região a respeito da simultânea exploração das matas e seu enriquecimento pelo plantio.

A cultura da seringueira, se realizada após derruba da mata e efetuados desbastes periódicos, pode prescindir da adubação ou requerê-la com a certeza de resultados econômicos compensadores. Do mesmo modo a exploração e enriquecimento da mata que dispensa a fertilização.

Neste sentido, as duas atividades mencionadas seriam as que maiores garantias ofereceriam do ponto de vista econômico-ecológico, na Planície.

As culturas anuais

O problema das culturas anuais, no estágio atual da economia amazônica, só excepcionalmente poderá apresentar vantagens com a adoção de práticas mais intensivas, com a introdução do arado, da sementeira e da adubadeira ao menos.

Antes já nos referimos à lavoura do amendoim na zona Bragantina, constando que indústrias de óleos estejam interessadas no aproveitamento da leguminosa.

A densidade demográfica, a mais elevada da Planície (15 habitantes por quilômetro quadrado) na referida zona; a proximidade do seu maior mercado e do seu melhor porto (a cidade de Belém) e a existência de um sistema de boas rodovias, são todos fatores da mais elevada importância relativamente ao êxito do empreendimento, embora as terras sejam das mais pobres e empobrecidas do Vale.

Quanto às demais áreas, umas poucas mais, a da zona Guajarina, também próxima de Belém e a de maior concentração das culturas de pimenta do reino, e as das cercanias de Maráus e de Santarém — são as únicas que no presente oferecem possibilidades a uma tentativa de introdução das melhorias citadas.

Para as outras zonas, e com tanto mais razão quanto mais se adentrem elas pelo “interland” amazônico, a providência certa e segura para elevar a produtividade dos cultivos será provê-los de material de multiplicação melhorado (sementes e mudas).

A pecuária — A criação do gado na Amazônia é ocupada com muita possibilidade de melhoria, sem que deixe de constituir problema que muito tem a ver com os hábitos de rotina, os hábitos sociais, o sistema de ocupação do solo e a ignorância de técnicas mais avançadas.

Os hábitos sociais e o sistema de ocupação do solo são inconvenientes principalmente pelo absenteísmo dos maiores fazendeiros — por excelência citadinos e pelo costume dos “campos comuns”, na terra firme e até na várzea. Esta contingência terá de ser neutralizada a fim de que os hábitos de rotina e o desconhecimento de técnicas desenvolvidas encontrem receptividade e se tornem exequíveis.

A presente disposição dos criados, de associarem-se em cooperativas, facilita enormemente a remoção de todos hábitos citados.

Já a questão da fertilidade das terras que terá de ser posta sempre com a questão fundamental da agricultura da Amazônia — tem a ver muito menos com a criação do gado do que as lavouras em geral.

O pasto de gramíneas e de leguminosas plantadas (para estas últimas o problema ainda não resolvido satisfatoriamente nos trópicos) só por ser uma cultura que “fecha o terreno”, preserva a fertilidade deste incomparavelmente melhor do que os demais cultivos.

Ajunte-se a esta vantagem as que enumeramos a seguir e teremos as provas do que afirmamos antes a respeito da pecuária na Amazônia como a atividade com possibilidades seguras de melhoria:

- a) a pecuária requer mais terra e menos mão-de-obra (fatos na Amazônia);
- b) o criador — o grande e médio ao menos, desfruta na Região de relativa abundância;

c) o gado pode caminhar muito, se necessário, para atingir o lugar de embarque que o levará aos mercados de consumo ou de aproveitamento industrial.

Estas condições tôdas facultam a formação de pastagens em terra firme, a divisão das mesmas para um manejo adequado e sua conservação em bom estado.

Êstes problemas resolvidos decidem os destinos da pecuária do Vale, porque os demais relativos à defesa sanitária dos rebanhos e o seu melhoramento genético, não só podem contar com o auxílio do Govêrno, mas sobretudo se facilitarão graças à crescida rentabilidade da emprêsa.

C o n c l u s ã o

Do esbôço que apresentamos da Amazônia sob o aspecto do interêsse agrícola, inclusive florestal, ressaltam as conclusões que se seguem.

I — Exploração e Pesquisa Florestal: — O País e o mundo reclamam cada dia maior quantidade de madeira, e a Amazônia — que oferece a mais vasta área contínua de floresta pluvial tropical — já pela condição de seu solo, já pela navegabilidade dos seus rios, tem nesta fonte de bens naturais um meio imediato de ricas possibilidades econômicas. O referido relatório dos técnicos da FAO é, neste sentido, bastante positivo e entra em detalhes técnicos de exploração comercial.

O que urge, assim, é que os govêrnos da República e dos Estados e Territórios empenhem-se em tudo facilitar para a exploração racionalizada das matas da Planície, e que se dignem êles próprios criar uma escola de florestas eminentemente prática, de modo a no mais curto prazo poder oferecer os frutos dos seus estudos e trabalhos.

II — A Cultura da Seringueira. — Não se justifica que a Amazônia venha a perder para a Bahia a maior parcela da produção da borracha natural do País.

São muitas as áreas na Amazônia, próximas às sedes de cada município, onde a assistência de um serviço especializado é perfeitamente viável relativamente à formação de seringais de plantio. E diga-se em favor da verdade, contra a opinião desarrazoada de pessoas muito mal informadas, que alí sempre se plantou a seringueira, e que muita borracha de lá hoje provém de velhas plantações e de algumas mais novas. O que tem ocorrido é que o material das plantações (sementes) é "qualquer um", e elas são abandonadas

à própria sorte por falta de recursos, acabando por perderem-se completamente, ou restando delas um reduzido número de espécimes ao tempo de início da produção.

III. — A Pecuária. — Vimos na pecuária recurso de monta e de boas possibilidades imediatas para a Amazônia, e é grato para nós que possamos referir, na qualidade de Diretor do Departamento de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura, que as Agências do Departamento em todos os Estados e Territórios da Região, venham dando ênfase a esta atividade. E a prova melhor que podemos oferecer desta assertiva é o Plano em início de execução no Estado do Amazonas, que tenho o prazer de oferecer a esta Reunião, como subsídio ao tema com que fomos honrados pela sua Comissão Executiva.

IV. — Pesquisa sobre a Fertilização do Solo. — Em última análise é o fator “Fertilizantes” que terá de decidir sobre a produtividade e a prosperidade da agropecuária da “Planície, como de resto o País. E se para a sua Região Sul o problema ainda se ressentir de dificuldades, a começar pela insuficiência da produção nacional e o custo desta, para o Norte êle se agrava por motivo de transporte e outros.

Há, entretanto, algo que pode e deve desde logo constituir-se em preocupação constante e materializar-se incontinentemente em observações contínuas através de experimentos delineados segundo sistema objetivo. Tais experimentos teriam por fim, obviamente, medir os diversos níveis de “eficiência” e “capacidade” das terras amazônicas, nos locais onde se mostra mais provável e mais próxima a viabilidade do emprêgo da adubação, inclusive de micronutrientes.

Dêste modo — e só através dêle — contar-se-á breve com os elementos fundamentais para ajuizar, com a necessária segurança prática, da possibilidade da introdução do fertilizante, nível econômico de seu emprêgo, necessidade de recorrer a subsídios governamentais, redução de taxas e impostos, etc.

Êste trabalho terá de processar-se num acôrdo entre os Departamentos de Experimentação e Pesquisa e de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura, e inclusive com a participação dos governos estaduais e territoriais e entidades outras interessadas.

Ao Departamento de Experimentação e Pesquisa competiria a formulação do plano de modo a lhe dar caráter regional) e a análise dos resultados. Aos demais órgãos caberia a efetivação dos serviços, realizando-se em terrenos de

suas dependências (Postos e Fazendas) e sob a assistência dos seus técnicos.

Concluindo, a borracha primacialmente, as “drogas do sertão” em boa parte, e a criação do gado como aproveitamento único das áreas de cerrados (os “campos cobertos” da Região), inclusas na mata amazônica, espalharam gente por tôda parte da Planície. Se a terra fôsse rica a ponto de produzir muitas colheitas abundantes sôbre a mesma gleba; se a seringueira não se tivesse transferido para o Oriente e nós a tivéssemos cultivado ali mesmo onde ocorria espontaneamente, e fôssemos assim no mundo o único produtor da preciosíssima borracha; se do mesmo modo as drogas continuassem a ser procuradas e nós as tivéssemos “domesticado” devidamente, então a Amazônia seria o El Dorado das lendas, e cada um daqueles sítios isolados de outrora e de hoje ter-se-ia tornado centro de povoamento próspero.

A realidade foi bem outra, e por isso em nosso País passou-se a duvidar e até a desacreditar da Amazônia.

Entretanto, a cultura da pimenta do reino e, segundo observações recentes, a do amendoim, são a prova de que a conjugação de fatores (densidade demográfica, meios de transporte e mercado de consumo e escoamento), à proporção que se fôr fazendo presente na Amazônia dentro de certa medida, irá permitindo o uso intensivo do seu solo que, se é pobre por natureza, dispõe de propriedades físicas e conta com elementos climáticos que o tornam excelente meio para as culturas e sua produção.

Comentador: *Manoel José de Miranda*

Sr. Presidente,
Ilustres participantes desta Reunião,
Minhas senhoras, meus senhores,

De início, desejo lembrar três pontos para melhor caracterizarmos a Amazônia:

1. A planície amazônica é a maior e mais homogênea região natural da América Latina;
2. Flagrante é a desproporção entre a população rarefeita e a extensão da terra;
3. Para dominar a natureza, o homem precisa da ajuda do progresso tecnológico, ainda escasso na região.

Até agora, infelizmente, a economia regional repousa sobre uma coleta predatória de produtos silvestres, caça, pesca, uma agricultura rudimentar e uma pecuária extensiva ¹.

Em seguida, peço vênica para resumir a contribuição do Dr. Rubens Rodrigues Lima, engenheiro agrônomo do IPEAN e da SUDAM, sobre a natureza dos solos da Amazônia e possibilidades de seu aproveitamento para a produção agrícola. Diz êle, em resumo:

"1. Existem na Amazônia três tipos de solo de elevada fertilidade: o latosolo vermelho de origem diabásica, a terra prêta (do índio), e as várzeas formadas pelos rios de águas brancas.

2. A extensão do latosolo vermelho e da terra prêta é estimada em 1% da área total da Amazônia. As faixas inundáveis estão avaliadas em 5% daquela mesma área, dos quais 2,5% são representados por solos resultantes da colmatagem de sedimentos transportados pelos rios.

1) MIRANDA, Manoel José de — «Aspectos da Economia Marajoara» em AGRICULTURA RURAL. Rio de Janeiro. Departamento Econômico do Ministério da Agricultura. setembro, 1966.

3. Face à grandiosidade da região e à importância dos estudos pedológicos para o uso racional do solo, torna-se necessário acelerar e concentrar êsses estudos, de preferência, nas áreas prioritárias para os programas de desenvolvimento.

4. Os solos acima referidos, pelas evidências de produtividade e pelas análises químicas conhecidas, poderão ser utilizados, com vantagem, para a produção intensiva de alimentos.

5. Os terrenos arenosos, que poderão atingir até a 90% da área amazônica, identificados como latosolo amarelo, embora pobres, têm possibilidades de utilização econômica, desde que baseados na substituição da floresta heterogênea e de baixo rendimento, por culturas permanentes.

6. A topografia predominante plana da região amazônica constitui fator favorável ao seu desenvolvimento agropecuário.

7. O clima amazônico, embora quente e úmido, não exerce influência nociva sobre o homem e não constitui fator impeditivo ao progresso regional.

8. O controle das águas é o desafio lançado ao futuro da economia local” 2.

Alguns produtos alimentícios, como a cana de açúcar, a mandioca, o arroz, o milho, são cultivados por métodos bem primitivos. As matas são derrubadas e queimadas e as sementes lançadas em solo mal preparado, ainda coberto por galhos e gravetos meio carbonizados. Depois de cultivada durante dois ou três anos, a terra perde sua capacidade produtiva a não ser que seja convenientemente fertilizada e drenada, o que só ocorre em proporções insignificantes. A rápida decomposição da matéria orgânica devido ao clima, e o efeito da erosão pluvial, resultante da elevada precipitação de chuvas, impede a acumulação, no solo, de elementos indispensáveis à planta. Daí ser a agricultura extensiva e itinerante, ainda típica da Amazônia 1.

Ao compulsar o ótimo trabalho do Dr. Nova da Costa, que temos o prazer de tentar comentar agora, deparamos, a pág. 9, com algumas referências à pecuária amazônica. Ocorre-nos, no momento,, que, apesar de haver os ciclos sazonais seca-cheia, ela se desenvolve em Marajó mesmo sem o

2) LIMA, Rubens (e outros). *Contribuição ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Belém, S.P.V.E.A., 1966 (mimeografado).

apóio integral da técnica moderna e do Governo. Logo, parece razoável chamar a atenção para a provável boa rentabilidade de um investimento maciço neste setor, visando sobretudo ao efetivo contróle de águas.

Aproveitamos a ocasião para mencionar também as promissoras áreas do Sul do Pará, sobretudo o município de Paragominas, que está recebendo apoio do Governo Estadual a fim de incentivar sua pecuária.

Na pág. 10, o Dr. Nova da Costa faz referência ao interesse da implantação da cultura racional da castanheira visando a sua absorção pelo crescente mercado (interno e externo). Aguardamos os resultados da reunião de Belém que ora se realiza para, com dados e estudos mais atualizados, podermos emitir opinião mais fundamentada.

À pág. 11, há menção a inventários florestais procedidos pela F.A.O. Ao palestrarmos com um técnico dessa Organização, viemos a saber que, em certas áreas, há, em média, 100 espécies por hectare, na Amazônia, o que evidencia claramente a heterogeneidade da floresta e, portanto, seu baixo rendimento na exploração de espécies comercializáveis.

Deve-se mencionar ainda o equilíbrio biológico que há entre solo e floresta pela contínua reposição de materiais orgânicos desta naquêle, evidenciando o aparente paradoxo de haver uma floresta equatorial densa e rica em solo pobre, do ponto de vista agrícola.

Qualquer planejamento da produção amazônica deverá levar em conta o rápido crescimento do mercado na zona Bragantina do Estado do Pará, sobretudo a área industrial e agrícola circunvizinha a Belém, conforme bem acentua o Dr. Nova da Costa na pág. 12 do seu trabalho.

Voltando à pecuária (pág. 13) apenas queremos ressaltar que as maiores manadas de búfalos encontram-se em Marajó com mais de 80% do total de cabeças do Estado do Pará e 70% de todo o Brasil. Na criação de bubalinos, devidos à rusticidade e alta resistência, concentram-se as maiores esperanças das autoridades locais.

Quanto às conclusões do trabalho (pág. 14) queremos acrescentar as sementes oleaginosas (andiroba, ucuba, patauá e murumuru) cuja produção, em Marajó, representa 70% do total paraense.¹ Acreditamos que poderão vir a contribuir mais efetivamente para a economia regional, pois há mercado para esta produção.

Quanto à seringueira, lembramos que “a coleta do látex, na Amazônia, caracteriza-se pela baixa produtividade do

seringueiro devido à grande dispersão das árvores, dificuldade de acesso aos seringais e baixo nível de renda “per capita” da mão-de-obra empregada. A última condição é uma “causa-efeito” cujo círculo vicioso deve ser rompido talvez pela ocupação da força de trabalho em várias tarefas sazonais mutuamente compensadoras, destarte melhorando sua estabilidade financeira.

Ao se fazer um estudo econômico das possibilidades de soerguimento da região, com base na produção de borracha natural, deve-se atentar para três fatos:

1. O elevado custo da plantação racional de seringueiras devido às operações de desmatamento, exigindo tratores pesados e inúmeras precauções técnicas.
2. O tempo relativamente longo de crescimento da árvore, que encarece o empreendimento.
3. A concorrência, em qualidade, da borracha sintética, já produzida no Brasil. 1.

Durante a “I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia” da qual tivemos o prazer de participar, revelou-se a preocupação das entidades governamentais com o problema da rápida devastação de nossos recursos naturais, pois o desmatamento deverá ser feito com emprêgo de equipamento destinado à limpeza total de áreas extensas. Para que as emprêsas interessadas neste empreendimento tenham seus projetos aprovados terão de se comprometer a proceder ao reflorestamento sistemático da área utilizada. A idéia do beneficiamento de matéria prima, em sua primeira fase, na própria embarcação transportadora também esteve presente.

Além dos incentivos fiscais, agora regulamentados por nova legislação que também transforma a SPVEA em SUDAM, órgão de planejamento, e o BCA em BASA, Banco de Desenvolvimento, vários govêrnos estaduais se comprometeram a ceder terrenos gratuitamente em certas áreas para projetos considerados prioritários, visando, assim, a atrair para a região amazônica, capital indispensável ao seu desenvolvimento 3.

Nenhum plano de desenvolvimento poderá deixar de considerar os meios de:

1. Intensificar o levantamento pedológico da região.

3) AGRIRRURAL — Noticiário — «A Amazônia desperta interêsse do Sul», Rio de Janeiro, Departamento Econômico do Ministério da Agricultura, janeiro, 1967.

2. Ampliar a rede de estações meteorológicas.
3. Intensificar os estudos hidrológicos visando, através da drenagem e do represamento de cursos fluviais, a controlar o regime de águas a fim de evitar as grandes inundações e as grandes sêcas.
4. Estudar as possibilidades de incentivar as culturas e fornecedores de matérias primas, racionalizar os métodos de cultivo e colheita, e melhorar a comercialização dos produtos agropecuários.
5. Amparar e modernizar a pesca.
6. Melhorar a estrutura agrária.
7. Divulgar conhecimentos técnicos de modo intensivo.
8. Racionalizar os métodos pecuários.
9. Desenvolver os meios de transporte e de comunicações.
10. Desenvolver a comunidade através de programas de colonização comunitária, visando a dar auto-confiança ao homem rural. Poder-se-á conseguí-lo com a ajuda de:
 - a) assistência técnico-financeira;
 - b) saneamento;
 - c) cooperativismo;
 - d) educação;
 - e) abastecimento regular através de modernos métodos de comercialização;
 - f) formação de líderes de mentalidade nova no meio rural.

Consideramos esse último aspecto fundamental para uma mais rápida e efetiva elevação do nível de renda e bem estar da população agrícola.

Com referência especial à pecuária deve-se analisar as vantagens econômicas de:

1. Melhorar as pastagens pela introdução de forrageiras apropriadas à região.
2. Introduzir o método de rodízio na utilização dos pastos.
3. Selecionar os descendentes dos reprodutores importados.
4. Nunca descuidar do “raceamento”, do “arraçoamento”, da higiene, da profilaxia e do tratamento do gado.
5. Melhorar o transporte de gado vivo diminuindo o risco das perdas.

6. Introduzir barcos frigoríficos para exportação de carne e pescado diretamente da região das Ilhas.

7. Incentivar a criação do búfalo para reforçar a produção de carne, leite e laticínios em geral.

8. Formar cooperativas de produção entre fazendeiros visando a divulgar novas técnicas, conseguir maior entrosamento entre os proprietários e dêstes com a política econômica do governo, assim facilitando o auxílio técnico financeiro à pecuária local 1.

Era o que, no momento, podia oferecer a título de colaboração. Apenas lamento não ter tido o tempo necessário para um estudo mais aprofundado. Muito obrigado.

DEBATES —

Otto Vergara Filho

AMAZÔNIA

O trabalho do autor foi dos mais relevantes para esta Reunião, uma vez que o desenvolvimento da Amazônia constituiu um dos maiores desafios aos brasileiros de hoje.

Acredito também que o autor abordou os aspectos mais importantes do problema, e dificilmente poderia atingir a todos êles. Os comentários anteriores também se procederam de modo a preencher alguns pontos julgados merecedores de maior consideração.

Dentro desta concepção, gostaria de lembrar ao autor um dos problemas mais importantes da região amazônica, isto é, o do babaçu — primeiro pela riqueza que este côco representa para o país e cujo aproveitamento permanece primitivo, o que no entanto poderá mudar desde que devidamente explorado e, segundo, pelo estágio em que se encontra a população que vive em função desta riqueza, que apesar de considerável, vive em condições precaríssimas, apresentando um verdadeiro paradoxo: uma região com uma riqueza natural considerável, cujo povo vive de maneira mais primitiva possível.

Creio que o autor dêste trabalho, na qualidade de representante do Ministério da Agricultura, poderia desviar maior atenção a esta área do país, consideravelmente atrasada.

PROBLEMAS DA REGIÃO SUL: ARMAZENAGEM, COOPERATIVISMO E PREÇOS

GLAUCO OLINGER (*)

I — RAZÕES

Observa-se que um dos maiores entraves ao desenvolvimento da agricultura tem sido a falta de um processo de comercialização adequado da produção agropecuária.

As flutuações estacionais de preços para os produtos da agricultura são causa de desestímulo e de prejuízos para o homem do campo, principalmente o da pequena e média empresas rurais.

“Se antigamente a má colheita trazia fome, hoje a safra abundante traz a ruína ao produtor, em virtude de certos mecanismos econômicos desconhecidos do agricultor, falta de mercado e especulação dos intermediários”. Se a colheita é boa a oferta de preços é baixa. O agricultor tem o produto mas não tem preço. Se a safra é má, os preços sobem e o agricultor tem preço mas não tem o produto.

Sobre estes inconvenientes recai ainda a política de preços paços aos agricultores, fixada pelo poder público, invariavelmente desfavorável aos produtores rurais porque na fixação dos níveis de preços não são considerados os reais preços de custos da produção.

A classe dos pequenos e médios agricultores brasileiros ainda tem muito poucas possibilidades de se organizar, dada a falta de conhecimentos de seus componentes e de líderes autênticos que os represente.

Temos uma classe rural, no país, porém seu organismo representativo está muito longe de funcionar com a eficácia de uma associação comercial ou industrial.

(*) Engenheiro Agrônomo — Diretor da ACARESC.

Verifica-se, com freqüência, que os representantes da classe rural não são verdadeiramente agricultores e, por isso, não sentem seus reais problemas.

No âmbito do cooperativismo rural, é comum constatar-se que a organização é dominada completamente pelos seus dirigentes, os quais manobram a economia dos cooperados como bem entendem.

Os produtores, por sua vez, sentem que são explorados, porém, sabem que não são capazes de gerir uma cooperativa, seja por falta de tempo, seja por falta de conhecimentos. Nestas condições, permanecem à mercê da direção da cooperativa ou, o que é pior, dos intermediários.

O estudo da comercialização dos produtos agropecuários levou-nos à conclusão de que é possível oferecer ao produtor rural um sistema que lhe permita obter melhores resultados de suas atividades profissionais, baseado na execução de alguns dos vários serviços dos canais de comercialização, tais como: reunião, transporte, armazenagem, tratamento (secagem, classificação, expurgo, etc.) e venda do produto.

II — PRINCÍPIOS

Par cada tipo de produto a ser guardado, é necessário determinado tipo de armazenagem. Tratando-se de assunto altamente especializado, deveremos iniciar pela armazenagem de cereais que é a mais simples, a fim de ganharmos experiência no que tange aos aspectos administrativos, técnicos, econômicos e políticos.

Em primeiro lugar, é necessário aceitarmos os seguintes princípios:

II. — 1 *Os armazéns devem pertencer e ser geridos pelos produtores*

Por razões conhecidas, o Poder Público, em nosso país, tem se revelado mau empresário. A falta de entusiasmo, dedicação e capacidade e o excessivo número de servidores para determinadas funções, tem sido a causa da ineficácia das empresas oficiais. Ademais, a prática nos ensinou que a obra feita e entregue pelo governo, gratuitamente, ao produtor, não é por ele recebida com o devido apreço. Não há valor para o que é dado de graça e o paternalismo só tem concorrido para conservar a miséria e multiplicar a pobreza.

II — 2 *O Tamanho do armazém é calculado em função da produção da comunidade a qual êle deverá servir*

Estudo prévio deverá informar sôbre o volume total da produção local e a produção comercializável para fim de cálculo do tamanho do armazém. Recomendamos que a construção inicial seja estabelecida em função do número de produtores da comunidade, interessados em participar da iniciativa.

Em comunidades plantadoras de arroz, um bom número para começar seria entre 100 e 200 produtores. A capacidade de armazenagem inicial mínima de 300 toneladas. O armazém deverá ser provido de instalações básicas, constantes de secador, balança, classificador, sala para administração, sala para classificador, instalações sanitárias e outras, além de que deve haver energia disponível no local. À medida que a empresa fôsse produzindo bons resultados economicos, ficariam por conta dos produtores as providências para a ampliação do armazém, melhoria das instalações, laboratório e a introdução das máquinas de beneficiamento.

II — 3 *O armazém deve ser localizado de modo a permitir ao agricultor levar sua produção com seus próprios meios de transporte. Por isso, cada armazém deve atender a uma determinada comunidade.*

Não é, e não será por muito tempo, a exclusiva instalação de *grandes armazéns, silos e câmaras frigoríficas* nos portos marítimos, estações ferroviárias e grandes centros de consumo, que resolverá o problema do produtor.

O atual sistema brasileiro de armazenagem não beneficia o produtor. O grande volume da produção brasileira de gêneros alimentícios provém de empresas às quais se convencionou chamar de pequenas e médias propriedades rurais. Conhecemos os meios de transporte do pequeno e médio produtores. Raros são os que possuem veículos motorizados. O transporte, com raras exceções, é feito em estradas de má qualidade, em veículos de tração animal e, muitas vezes, é usado somente o cavalo, burro ou o próprio agricultor, para o transporte da carga.

Com êste recurso é impraticável ao produtor percorrer grandes distâncias para depositar sua produção no grande armazém. Por isso, êle a vende ao bodegueiro do distrito ou do primeiro comprador que lhe bate à porta, por razões que veremos adiante.

O grande sistema de armazenagem dos centros consumidores deve ser complementado por uma rede de pequenos armazéns e silos distritais ou *comunitários*, aos quais os pequenos e médios produtores tenham real e fácil acesso.

II — 4 *Os armazéns não devem ser construídos sob administração direta do Governo*

Ainda pelos motivos descritos, o Poder Público deve restringir-se ao oferecimento de assistência técnica e financiamento aos produtores interessados.

O agricultor brasileiro é um valioso capital humano diamizável. Ficarão surpresos todos aqueles que não acreditam na potencialidade dos produtores rurais, no que tange à sua capacidade de aprendizagem, nos vários campos da atividade humana.

II — 5 *Assistência técnica e financiamento*

Ressentem-se os agricultores de assistência técnica e financeira. Bem orientados e com a arma do crédito o agricultor poderá desenvolver a sua capacidade potencial. Cabe ao governo fornecer esses dois elementos aos produtores rurais.

Quanto aos armazéns, deve o governo providenciar os estudos e elaborar os projetos de construção. Daí para a frente é mais acertado deixar a construção propriamente dita por conta dos agricultores. Eles saberão contratar os serviços de engenharia e fiscalização as obras melhor do que qualquer agente oficial do governo.

O governo restringir-se-ia a orientar ou prestar informações sobre a compra de máquina e outros materiais, através de seus técnicos especializados e fornecer o financiamento adequado.

II — 6 *Para que os interessados recebam financiamento e assistência técnica, é necessário que se organizem em torno de uma cooperativa*

A experiência tem mostrado que os agricultores não se unem efetivamente em torno de uma cooperativa ou outro órgão asociação, se não houver uma *necessidade* muito sentida na comunidade.

Outro fato é que os agricultores, em geral, não são capazes, por si mesmos, sem ajuda, de organizarem uma cooperativa, principalmente, dada a inexistência de um gerente *competente e honesto* e que esteja disposto a se sacrificar pela comunidade, até que a cooperativa atinja um nível econômico suficiente para lhe oferecer um salário condigno.

Consideramos estes dois fatos os dois pontos capitais que tem limitado o desenvolvimento do cooperativismo entre os produtores rurais.

Quanto ao primeiro caso, não há necessidade mais sentida pelos agricultores, no campo da produção, do que o desejo de *melhores preços* para seus produtos. Esta afirmação é irrefutável para o caso catarinense porque temos pesquisas que a comprovam. O fato é válido para todo o país e ocorre, principalmente, porque os agricultores são obrigados a venderem seus produtos logo após a colheita, aos intermediários, pelas razões seguintes:

II — 6-1 — Precisam de dinheiro para saldar suas dívidas com Bancos, casas comerciais e outras fontes de financiamento ;

II — 6-2 — Não dispõem de armazenagem adequada, capaz de preservar a qualidade do produto guardado;

II — 6-3 — Não dispõem de financiamento da safra colhida, principalmente, por não satisfazerem as condições do item 2.

Aceita a questão dos preços como motivação capaz de unir os agricultores em torno de um interesse comum, podemos determinar as providências para a implantação de um sistema de armazenagem baseado numa organização cooperativista que receba assistência técnica e financeira adequada, do govêrno.

III — A AÇÃO

III — 1 A assistência técnica

III — 1-1 — Para que a assistência técnica funcione com eficiência é necessário que o agente orientador receba treinamento especializado antes de iniciar suas atividades.

O treinamento deve fornecer ao técnico os seguintes conhecimentos:

Comportamento diante dos produtores. O técnico não deve atuar, de forma alguma, como um dirigente, mas sim como educador.

Organização e desenvolvimento de comunidades com vistas à formação de cooperativas, tendo como tema central o armazém relacionado à questão de preços.

Coleta de informações para levantamento da safra e comercialização usual na área de trabalho.

Noções gerais sobre reunião da produção, meios de transporte, custos, embalagens, estocagem, classificação de produtos agrícolas e tratamentos de grãos armazenados.

Sistema de financiamento, warrantagem.

Cooperativismo, com ênfases às atribuições do gerente.

III — 1-2 — Após treinado, o técnico deverá realizar estudo de área para determinação da comunidade ou comunidades a serem trabalhadas.

III — 1-3 — Determinada a área de trabalho o técnico deverá transferir sua residência para a sede da comunidade ou para local não muito distante da mesma e identificar os líderes locais por meio de sociometria. Usa-se este processo quando não há suficiente conhecimento do povo da comunidade, condição que poderia levar à seleção de falsos líderes.

III — 1-4 — Identificados os líderes, o técnico passa a visitá-los, individualmente, procurando convencê-los a aderir ao movimento.

III — 1-5 — Tendo a confiança e o apoio dos líderes, o técnico convoca uma reunião da comunidade para o debate do problema. Os convites aos agricultores devem ser feitos pelos líderes.

III — 1-6 — Daí por diante são feitas tantas reuniões quantas forem necessárias para a organização da *cooperativa*, sempre com a presença do técnico que deve atuar como motivador e orientador e nunca como dirigente, sem ter liderança direta.

III — 1-7 — Simultaneamente aos trabalhos de organização da cooperativa, o técnico entrará em contato com agência de financiamento do Governo para que seja informada do andamento dos serviços e se apronte para propiciar o futuro financiamento. Ainda, ao mesmo tempo, o técnico providenciará junto aos órgãos especializados do Governo, o projeto completo sobre a construção do armazém e compra de equipamentos.

III — 1-8 — Organizada a cooperativa, sua diretoria encaminhará ao órgão de financiamento o pedido de emprés-

timo para a construção e instalação do armazém, atuando o técnico do Governo na qualidade de interveniente entre a cooperativa e a agência financiadora oficial.

III — 1-9 — Durante a fase de construção do armazém, a cooperativa deve escolher um elemento para o cargo de *gerente*, de preferência, saído do meio rural e com conhecimentos suficientes para receber treinamento intensivo sobre gerência de cooperativa. O principal requisito de um gerente é a integridade. Deve possuir entusiasmo pela causa cooperativista, coragem, inteligência, visão e iniciativa, qualidades que devem começar a ser desenvolvidas desde o treinamento. Um mau gerente é o caminho mais seguro para o fracasso de uma cooperativa, ao passo que um gerente capaz significa meio caminho andado para alcançar o sucesso. De início, o gerente deverá concordar em perceber um salário modesto, porém, ficarão claramente estabelecidos os prazos nos quais seu salário será aumentado, sempre em função de sua eficiência e do sistema de empresa.

III — 1-10 — O treinamento de gerente deve constar de duas partes:

- a. parte técnica a ser ministrada em um Centro de Treinamento, de preferência do Serviço de Extensão Rural;
- b. parte prática, constante de um estágio mínimo de 60 dias, em uma boa cooperativa, onde o candidato possa acompanhar o seu funcionamento.

III — 1-11 — Assumindo o cargo, o gerente passa a ser assessorado pelo técnico do Governo que, para tanto, firmará acôrdo com a cooperativa. O técnico pago pelo Governo permanecerá junto à cooperativa até que a mesma esteja em pleno funcionamento e dispense o concurso do assessor.

Observações:

- a. o técnico deve ser, de preferência, um engenheiro-agrônomo ou economista. Na falta destes, poderá ser um contador, agrotécnico ou técnico agrícola;
- b. vale lembrar que o cooperativismo é um meio eficiente para o agricultor encontrar melhor retribuição pelo seu trabalho, principalmente porque elimina certos intermediários e desobriga o produtor a vender a safra logo após a colheita, quando não há preços compensadores;

- c. por isso, o técnico que o Governô designa para organizar uma cooperativa está prestando inestimável serviço à coletividade, mesmo considerando a grande falta dêstes profissionais, no mercado de trabalho;
- d. cada cooperativa florescente é um agente impulsor de uma reação em cadeia, estimulando a formação de outras cooperativas;
- e. o técnico precisa compreender êste ângulo do trabalho e estar realmente convicto da extrema importância de sua atividade para que, erradamente, não se julgue solicitado a realização de tarefa aquêm de seu valor humano e profissional.

III — 1-12 — Cada Estado deve iniciar o trabalho modestamente e com cuidado, escolhendo em cada região uma comunidade para ser trabalhada, a fim de ganhar a experiência necessária ao sucesso. Nosso País é caracterizado pela grande diversificação do meio físico e do fator humano, condições que exigem ações diferentes para a solução de problemas comuns.

III — 2 — *Assistência Financeira*

III — 2-1 — O financiamento do Governô à cooperativa deve atender a duas fases, a saber:

- a. para construção e instalação em que o crédito deve ser fornecido paralelamente, à medida da evolução da obra, mediante solicitação da cooperativa, visado pelo técnico do Governô;
- b. para safra armazenada, em operação no sistema de warrantagem.

III — 2-2 — O prazo para a concessão do financiamento deve ser, no mínimo, de 5 anos, com amortizações a partir do segundo ano pelas seguintes razões:

- a. seis meses para a construção e instalação do armazém;
- b. seis meses para o recebimento correspondente às operações de comercialização da primeira safra armazenada.

III — 2-3 — Os juros deverão ser reduzidos aos custos de operação creditícia, constituindo-se o financiamento, desta forma, em verdadeiro estímulo à consecução dos objetivos desejados.

IV — INTEGRAÇÃO

Para que um projeto dêste tipo possa ser levado a bom termo, com a participação do poder público, é essencial a existência de uma perfeita integração entre os órgãos fornecedores de assistência técnica e os de crédito.

A CRISE MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO SUA NATUREZA E SIGNIFICADO PARA O BRASIL

LAWRENCE WITT (*)

É com grande prazer que retorno ao Brasil, trazendo para a SOBER as melhores saudações da Sociedade de Economia Rural dos Estados Unidos. Este prazer é renovado pela possibilidade de reunir-nos para examinar alguns problemas capitais de nossas atividades profissionais e de grande importância para ambos os povos.

Congratulo-me com o comitê organizador pelo tema escolhido. O papel da agricultura no Brasil, e a sua relação com o resto de sua economia são pontos de significativa importância. Grande parte do futuro aumento da produtividade agrícola resultará do maior uso dos insumos de material não agrícola, que não só provê um maior potencial para as terras já cultivadas, mas também torna possível o uso de outras terras ainda não cultivadas intensivamente.

Este processo requer uma inter-relação mais íntima entre a agricultura e a indústria,¹ aumenta a necessidade de análise dos aspectos econômicos da política agrícola e abre as portas para pesquisas cooperativas entre economistas e os outros especialistas na técnica agrícola.

O tema sobre o qual irei falar: — As implicações da crise mundial de alimentos no Brasil, tem muita relação com a contínua expansão da produção agrícola brasileira. A tendência estimada do crescimento da população mundial obriga que a produção alimentícia brasileira se expanda pelo menos tão rapidamente como cresce essa população. E também traz oportunidade para o aumento de exportação e desse modo contribui para maior taxa de desenvolvimento econômico do país. As mudanças que se fazem necessárias na política agrícola brasileira para atender a essa situação e apro-

(*) Professor de Economia Agrícola - M.S.U. — Presidente da Associação Americana de Economia Rural.

veitar-se dessa oportunidade, exigem os conhecimentos e as habilidades do economista. Essa situação que se apresenta ao Brasil toma perspectivas distintas, se analisarmos com mais profundidade em vez de encararmos somente através dos resultados superficiais e duvidosos das taxas de aumento de população, necessidades nutricionais, e taxas de aumento da produção de alimentos.

O problema de alimento no mundo é crítico. A população mundial ameaça dobrar nos próximos 35 anos. A ciência agrícola enfrenta desafios tremendos.² Pode-se discutir quanto à melhor estatística, mas tem-se que aceitar que a produção de alimentos tem acompanhado escassamente o aumento da população. Não há dúvida também que se evite para o futuro aumento rápido na produção de alimentos. Cabe à nossa profissão contribuir com trabalhos que permitam melhor avaliar a gravidade do problema e melhor escolher a linha política e os programas de ação dentro das possibilidades de cada país. Examinemos estes últimos aspectos do problema.

POPULAÇÃO

Em todos países os índices atuais da população são maiores que os de uma ou duas décadas atrás, em um ou mais por cento. A aplicação da ciência médica moderna nos serviços de Saúde Pública está salvando a vida de muitos que, nas mesmas condições e circunstâncias, teriam morrido no passado. A aplicação da ciência na agricultura é mais difícil, porque: a) as mesmas técnicas não se adotam indiscriminadamente em todos os países; b) a importância da agricultura tem sido negligenciada em muitas das nações em desenvolvimento; c) os tomadores de decisão são muitos na agricultura e todos eles têm que receber e aceitar as novas idéias. Assim, a ciência moderna quebrou a relação de equilíbrio entre população/suprimento de alimentos, favorecendo no rápido aumento de população.

O aumento da população não constituiu um fenômeno de curto prazo. A pirâmide populacional na maior parte dos países em desenvolvimento possui uma proporção maior de indivíduos abaixo de quinze anos de idade.³ Brevemente ocorrerá um rápido aumento de número de mulheres em idade de conceber. O controle de natalidade em alguns poucos países se apresenta como esforço modesto e insuficiente para compensar essa mudança na composição da população.

Assim, um rápido aumento no número de bocas se mostra inevitável para a próxima década e é possível que se repita daí por diante.

Poucos são os que discordam dessas conclusões.⁴ Não obstante, eu compartilho dessa discordância com bases nos dados mais recentes sobre o controle de natalidade. O argumento é este: o aumento do índice de crescimento da população nos últimos quinze anos se deve ao decréscimo no índice de mortalidade. Porém o controle fácil da mortalidade é cousa do passado. Decréscimo maior da mortalidade requererá muito tempo e dinheiro. Por esse motivo não se deve prognosticar um futuro aumento no índice de crescimento da população, exceto em algumas áreas, onde o índice de mortalidade ainda não diminuiu. Além disso, as recentes descobertas no controle de natalidade são espantosas. As técnicas agora ao nosso alcance são econômicas, de efeito seguro, e estão ao alcance do poder aquisitivo dos trabalhadores rurais e operários da Ásia e América Latina. Além do mais, as informações sobre essas técnicas têm se difundido rapidamente quer nas áreas rurais, quer nas urbanas. Na Coreia e em Formosa a participação em massa já se faz sentir. Os mesmos processos já se fazem evidentes na Índia, Paquistão, Colômbia e outros lugares.

Isto não quer dizer que a população mundial não está mais se expandindo. Essas informações indicam somente que um esforço contínuo e generalizado para o controle da população pode diminuir o índice de crescimento num futuro próximo, dando assim esperança de que o mundo não se torne superpovoado. Dêsse modo, haverá talvez cinco bilhões em vez de seis bilhões de pessoas no ano 2.000, comparado com os 3,2 bilhões atuais.

OFERTA E PROCURA DE ALIMENTOS

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos⁵ e a organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas⁶ estimam as necessidades nutricionais por pessoa. Estas estimativas são multiplicadas pela população atual e população futura estimada. As necessidades de alimento mundial assim calculadas são muito superiores aos suprimentos atuais de alimento.

Este cálculo confunde dois assuntos e nos leva a uma conclusão assustadora. O primeiro deles é se poderemos alimentar a crescente população tão bem (ou tão mal) como

a atual população. O outro é se poderemos alimentá-la melhor.

Uma população em crescimento com o mesmo rendimento "per capita" aumenta a procura mundial de alimento na mesma proporção em que a população aumenta, exceto pelos ajustamentos provenientes do fato dos países de pequena renda terem uma taxa de crescimento populacional maior do que a dos países de alta renda.

Na verdade, as rendas "per capita" se elevam vagarosamente em um grande número de países quer desenvolvidos, quer em desenvolvimento. Uma análise clássica da demanda pode ser usada para estimar o aumento da procura, associada com uma combinação de crescimento de população e de renda "per capita", uma vez que se disponham de certos dados básicos, tais como a elasticidade-renda da demanda dos alimentos. A demanda de alguns alimentos aumentará mais depressa que a de outros, à medida que aumenta a renda "per capita"⁷. Parte dos problemas atuais de alimento no Brasil relacionam-se a êsses aumentos de renda e mudanças das curvas de demanda dos alimentos.

É quase tolice calcular as necessidades de alimento. Fazem sentido somente se a nação está preparada para iniciar um programa vasto e dispendioso para fornecer alimento aos menos afortunados ou vender-lhes a preços muito mais baixos que aquêles cobrados ao resto da sociedade. Ademais, para se conseguir um melhoramento real na nutrição, um programa de distribuição de alimentos, deve-se associar a outros programas educacionais referentes a conceitos de nutrição, métodos de preparação de alimentos e necessidades especiais de alimentação dos recém-nascidos.

Tanto a análise das necessidades como a da procura, não são somente uma questão econômica. No entanto, para uma análise econômica, a procura mostra-se muito mais relevante.

FONTES DE SUPRIMENTO DOS ALIMENTOS

Muitas das nações em desenvolvimento estão expandindo rapidamente a produção de alimentos. Durante o período compreendido entre 1948 e 1963, a taxa de aumento da produção ultrapassou de 5% ao ano em sete países: Israel, Sudão, México, Costa Rica, Filipinas, Tanganica e Iugoslávia. Variou de 4 a 5% ao ano em outros cinco países: Formosa, Turquia, Venezuela, Tailândia e Brasil⁸. Esses são

índices notáveis de expansão que receberam menos atenção do que deveriam, porque foram ofuscados pelos altos índices de crescimento de população e de renda.

Nos anos próximos, passados e vindouros, a América do Norte teve e terá um fluxo de alimentos que excede as suas necessidades, e uma capacidade potencial para aumentar ainda mais esse fluxo. Através de programas especiais este excesso tem sido compartilhado com os países em desenvolvimento, incluindo o Brasil. Mas, ainda assim, fizemos somente uma contribuição parcial para alimentar a população mundial. Mesmo para a Índia, país que mais tem recebido, os Estados Unidos têm contribuído com menos de 5% de seu suprimento total de alimentos. Temos provido uma fração substancial do consumo brasileiro de trigo em grão e em farinha de trigo, mas apenas uma fração mínima de seu consumo total de alimentos. Nenhum economista poderá dizer que uma contribuição marginal não é importante em seu efeito sobre os preços, contribuindo assim para diminuir a inflação. No entanto essas quantidades disponíveis são ínfimas, se pensarmos numa expansão da população mundial estimada em 50 a 100% a mais do que a de hoje.

É fato que a maioria das nações deve produzir os alimentos necessários às suas próprias populações. Uma implicação decorrente desse fato é que num país que tenha um programa eficiente de planejamento de famílias, a pressão sobre a agricultura será menos severa. Se, ao mesmo tempo, a renda "per capita" puder ser aumentada, então apresentar-se-ão oportunidades para desenvolver um programa nutricional e para mudar pouco a pouco a agricultura, da produção de calorias para a produção de proteínas, frutas, vegetais e outros alimentos protetores do organismo. Nas nações em que não se dá atenção ao controle de natalidade, o apêlo à agricultura será maior. Eles estarão mais expostos a enfrentar uma crise de alimentação e terão uma oportunidade menor de melhorar a qualidade da ração alimentar.

IMPLICAÇÃO PARA O BRASIL

O alto nível de salário e o aumento de renda "per-capita" na Europa Ocidental e em outras partes do mundo provêm uma oportunidade especial no mercado de carne, frutas e vegetais. Devido a essa melhoria de rendimento de consumidores dessas nações, estão se voltando para esses produtos que, exigem mais dois recursos agrícolas que os cereais

com a conseqüente expansão dos mercados de frutas, carne e talvez milho para a melhoria de gado. Sabemos que a elasticidade da procura pela carne considerando renda e preços, é mais favorável que para a maior parte dos cereais. Assim, a economia nacional é mais estável se a exportação de carne fôr maior, em vez de estar baseada na exportação de cereais, algodão e café. A exportação de frutas, com a laranja, por exemplo, provávelmente se assemelha mais à da carne do que à do algodão.

Tentemos agora explicar essas idéias ao Brasil. Se vocês concordarem que os programas de planificação da família e o contrôle de nascimento estão se expandindo rapidamente, então o problema da alimentação mundial tornar-se-á menos severo depois de 1980. Daí em diante melhoramentos na qualidade nutricional da ração alimentar predominarão sôbre a necessidade de expandir os suprimentos de carboidratos. Quando isso ocorrer, a produção de alimentos contendo uma quantidade substancial de proteínas, especialmente os amineácidos de origem animal tenderão a se tornar relativamente mais aproveitáveis, com o mercado doméstico e de exportação assegurados. No próprio Brasil, e vocês podem julgar isso melhor do que eu, o contrôle de natalidade e o planejamento de família chegarão mais tarde que na Ásia. Se assim fôr, a população brasileira continuará a expandir-se rapidamente, mesmo depois de 1980. A conseqüência disto é um desafio e uma oportunidade ainda maior para a agricultura brasileira. A produção de alimento necessita aumentar também para atender o rápido aumento da população do Brasil, e deveria aumentar também em certos produtos em que o Brasil tenha uma vantagem comparável e possa explorar no aumento da demanda mundial por alimentos mais nutritivos.

Por essas razões, parece-me que o desenvolvimento agrícola do Brasil tem grande significado nas próximas décadas. A produção de alimento "per capita" por agricultor e provávelmente por alqueire de terra torna-se um objetivo nacionalmente primordial, e não sômente objetivo das Universidades Agrícolas, do Ministério e Secretarias da Agricultura.

DIFERENÇAS REGIONAIS

A discussão acima relaciona-se com a nação brasileira na situação alimentar mundial. As grandes diferenças do Brasil entre o Nordeste e o Sul, entre Amazonas e São Paulo,

representam, na verdade, uma miniatura da situação mundial. O padrão alimentar do Sul é melhor que o do Norte. O baixo poder aquisitivo do Nordeste torna difícil uma melhoria na sua alimentação e somente através de programas especiais para o seu bem estar, isto pode ser conseguido, enquanto nas partes central e sul do Brasil, a educação nutricional deve ser eficiente na melhoria de qualidade do padrão alimentar.

Resumos estatísticos indicam que o Brasil, em média, está próximo do suprimento adequado de calorias e proteínas. Nós sabemos que estas deficiências são comuns no Norte e Nordeste. Se o valor nutritivo da alimentação brasileira fôr seguido de uma adequada regulamentação social, de maneira que alguns dos alimentos agora consumidos nas regiões Sul e Sudeste possam ser estendidas às outras partes, ou a produção deveria ser aumentada ou programas especiais de desenvolvimento para possibilitar um melhoramento das regiões menos favorecidas. Eu aponto a existência de um problema — a sociedade brasileira tem que decidir se alguma coisa deve ser feita, e se assim fôr qual a combinação de programas econômicos e sociais a serem empregados.

R E S U M O

A crise mundial de alimentação é eminente. Existem oportunidades de torná-la menos grave. Essas oportunidades não só se realizarão por meio de uma combinação intensiva de esforços para reduzir o índice de natalidade e aumentar a produção de alimentos.

Eventualmente cada país terá que prover no mínimo 90% de alimentos para sua população adicional. O levantamento das rendas "per capita" darão oportunidade para uma maior produção e levará a uma mudança nos produtos mais dispendiosos e nutritivos, provendo oportunidades especiais para exportação.

O desafio para a agricultura brasileira e cientistas agrícolas é enorme. As oportunidades para uma contribuição efetiva para o desenvolvimento econômico brasileiro é ainda maior.

REFERÊNCIAS

1 — Veja o meu artigo, "Role of Agriculture in Economic Development — A Review", **Journal of Farm Economics**, Vol. 47, n.º 1, February, 1965, pp. 120-131.

2 — Mais detalhes podem ser encontrados no meu Presidential Address, "Food", **Journal of Farm Economics**, 48:1077 — 1090, December, 1966.

3 — Nações Unidas, **Demographic Yearbook, 1964**, Tópico Especial: Population Census Statistics III, 16 th issue, Statistical Office of the United Nations, Department of Economic and Social Affairs, New York, 1965.

4 — Donald Bogue, "The Prospects for World Population Control", Paper delivered in Ames, Iowa, Nov. 8, 1966, a ser publicado.

5 — Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, Serviço de Pesquisa Econômica, Divisão de Análise Regional Estrangeira, **The World Food Budget 1970**, For. Agr. Econ. Rep. N.º 19, 1964.

6 — Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, **Population and Food Supply**, Rome, 1962 (FAO:UN, Freedom From Hunger Campaign, Basic Study, N.º 7 and N.º 11, 1963).

Conferência sobre o progresso econômico de alimento em liberdade, 1001 Connecticut Avenue, N.W., Washington 6, D.C., October 1960.

7 — Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, **Agricultural Commodities Projections for 1970**, by L.M. Goreaux, Rome, 1962 (FAO:UN:FAO, Comodity Review, Special Supplements).

8 — Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, Serviços de Pesquisa Econômica, **Changes in Agriculture in 26 Developing Nations, 1948. to 1963**, For. Agr. Econ. Rep. N.º 27, November 1965.

O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA, A POLÍTICA E A BASE DE CONHECIMENTOS

D. WOODS THOMAS (*)

O tema da Quinta Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais indica claramente a preocupação da Sociedade com problemas brasileiros da maior significação e relêvo. O tema "Base de uma Política Agrícola Favorável ao Desenvolvimento Econômico do Brasil", reconhece implicitamente que:

- uma crescente taxa de desenvolvimento da economia brasileira como um todo, é um problema público relevante;
- o setor agrícola tem importantes contribuições a fazer para êstes objetivos globais da sociedade brasileira, e
- a política agrícola a ser seguida irá afetar as contribuições do setor rural para o desenvolvimento da economia, como um todo.

Êstes três pontos têm uma importância crítica. Êles não têm sido sempre reconhecidos claramente pelas nações que lutam para atingir taxas de desenvolvimento crescente. Ê motivo de grande satisfação ver tal reconhecimento por parte da SOBER e de seus membros.

Durante os três últimos dias, muitos trabalhos substanciais foram aqui apresentados. Travaram-se debates de profundidade. Um número de importantes aspectos da política agrícola foram explorados. Contribuições importantes foram feitas. Dado êste fato e o tema da reunião, eu irei restringir meu pronunciamento a três proposições. Elas são as seguintes:

(*) Professor de Economia Agrícola, Universidade de Purdue.

- uma política agrícola efetiva em nações em desenvolvimento precisa tratar de maneira inclusiva uma larga faixa de forças econômicas, tecnológicas e institucionais das quais o crescimento e desenvolvimento da agricultura são dependentes;
- o profissional de economia rural tem um papel específico a desempenhar no processo de desenvolver uma política agrícola nacional;
- os recursos profissionais disponíveis no Brasil para serem empregados na formação de um conjunto compreensivo de políticas, são limitados; existem recursos no exterior que podem ser utilizados para este fim; precisam ser encontradas formas de conseguir o uso mais eficiente de ambas as fontes de recursos profissionais.

Em anos recentes, duas mudanças de importância, têm ocorrido neste contexto. Uma delas tem sido o crescente reconhecimento pela autoridade pública e pelo profissional da economia, da importância da agricultura para a sustentação do crescimento e desenvolvimento da economia. Este não tem sido sempre o caso. Felizmente, as autoridades governamentais responsáveis em muitas nações em desenvolvimento reconhecem agora que: a) a agricultura é uma parte importante da economia global e b) a taxa de progresso em outros setores da economia não é independente da taxa de desenvolvimento da agricultura. As contribuições em potencial da agricultura para a obtenção de divisas, para a expansão da demanda por bens produzidos pelo setor industrial, para a oferta de capital de investimento e rendas públicas, para a redução secular relativa do orçamento nacional para alimentação, para a força de trabalho não-agrícola e para outros fins, tem recebido um reconhecimento apropriado.

Paralelamente com este reconhecimento e com a crescente ênfase nacional e internacional no desenvolvimento da agricultura, tem aparecido a segunda grande mudança. Esta é a consciência de que o desenvolvimento agrícola é um fenômeno altamente complexo. Ele requer uma participação ativa e integral por parte do setor privado. Ele requer uma política inteligente, inclusiva e positiva. É para esta última questão que eu, agora, irei dirigir minha atenção.

Parece existir no meio político e dentro da profissão de economista rural alguma tendência para definir política agrícola principalmente em termos de política de preços. Tem havido, por isso, uma tendência em confiar fortemente em programas relacionados a preços da produção e de fatores para alcançar objetivos de produção, renda e desenvolvimento agrícolas. Com respeito a isto, três coisas são claras. Primeiro, um conjunto de relações entre preços do produto e fator tal que provoca incentivos econômicos para investir em atividades eficientemente produtivas, existe de fato, e é uma condição necessária para o crescimento e desenvolvimento sustentados. Isto nós não podemos negar nem deixar de dar ênfase. Em segundo lugar, os produtores, industrializadores e distribuidores são os responsáveis por mudanças de preços na relação fator-produto e outras relações; portanto, os programas visando aos preços agrícolas que sejam criteriosamente concebidos e sãbiamente administrados constituem, de fato, um mecanismo efetivo para estimular mudanças no emprêgo e colocação de recursos de acôrdo com as metas e objetivos da sociedade. Em terceiro lugar, um conjunto de relações de preços economicamente favorável *não* é uma condição *suficiente* para o desenvolvimento da agricultura. Em essência, isto vem do fato de que existem muitas outras forças, geralmente exógenas às unidades individuais de decisão, que limitam suas possibilidades de escolha econômica e a viabilidade de linhas alternativas de ação. É este grupo de forças, não ligadas a preços, que faz com que uma política agrícola de preços seja, isoladamente, inadequada para fins de desenvolvimento da agricultura. Vamos tomar dois ou três exemplos para ilustrar este ponto.

Uma das mais severas restrições ao desenvolvimento do setor agrícola pode residir no baixo *nível de conhecimento técnico* com relação à produção, transformação e distribuição de alimentos, e fibras. As possibilidades de produção ao dispor do agricultor são limitadas pela função de produção determinada pelo nível de conhecimento técnico existente. Inversamente, significativas possibilidades de desenvolvimento podem repousar na remoção das barreiras técnicas que se opõem à crescente produtividade dos recursos.

Neste contexto, três pontos precisam ser reconhecidos. Primeiro, o único meio geralmente viável de melhorar o nível de conhecimentos técnicos na agricultura é através de um sistema nacional de investigação científica. Em segundo

lugar, a criação e manutenção de uma capacidade de pesquisa apropriada para uma agricultura de alta produtividade requer constantes investimentos em grande escala. Em terceiro lugar, dada a forma pela qual o setor agrícola está organizado, uma parte importante do investimento requerido para investigação científica precisa vir do setor público. Assim, as nações que desejam acelerar o seu desenvolvimento agrícola são confrontadas por uma questão de política pública de importante magnitude. Esta é a questão da evolução da política com relação ao investimento em pesquisa agrícola que irá fornecer a base científica para o desenvolvimento da agricultura e que lhe permitirá realizar uma contribuição essencial no progresso de toda a comunidade.

Outra variável que afeta o desenvolvimento da agricultura é a qualidade de seus recursos humanos. A taxa de desenvolvimento deste setor é, de certa forma, uma função dos conhecimentos possuídos pelos trabalhadores, supervisores e administradores de empresas agrícolas; da capacidade dos recursos humanos empregados na infra-estrutura agrícola; e da qualidade dos cientistas agrícolas da sociedade.

A este respeito, diversas coisas são claras. Primeiro, uma agricultura consistentemente mais produtiva e eficiente torna cada vez mais necessária a existência de recursos humanos de alta qualidade, em todos os níveis. Em segundo lugar, a capacidade produtiva dos recursos humanos da agricultura de uma nação pode ser melhorada através do tempo. Em terceiro lugar, tal melhoria requer investimento público de grande magnitude sob um sistema educacional. Uma nação determinada a melhorar o nível de bem-estar material de seu povo, através de um desenvolvimento agrícola apropriado, está diante de uma importante questão de política agrícola. Tal é a questão da taxa e forma mais apropriada de investimento em seus recursos humanos. Esta é uma questão econômica que precisa ser resolvida se se quer alcançar um crescimento constante da agricultura, e é uma faceta importante da política agrícola que visa a contribuir para o desenvolvimento da economia de uma nação.

Aos exemplos dados acima, podem ser adicionadas um número de outras áreas nas quais a formação e ação da política pública são cruciais para o desenvolvimento da agricultura. Entre elas poderiam ser incluídas questões relativas e estrutura institucional rural, utilização dos recursos

de terra, água e minerais, sistemas de tributação e posse da terra. Mas não é meu propósito apresentar uma lista exaustiva de questões de política pública relevantes ao desenvolvimento agrícola. Em vez disso, meu propósito é insistir em dois pontos. Primeiro, que uma política agrícola favorável ao desenvolvimento econômico de uma nação precisa ser concebida em termos amplos e capaz de tratar efetivamente de todo o conjunto de forças que, em grupo, determinam o futuro da agricultura e suas contribuições para o desenvolvimento total. O segundo ponto, é de que tôdas estas questões públicas são em parte, questões *econômicas*. Nossa profissão tem a capacidade de ser útil não somente na mera área tradicional da política agrícola, mas também nesta faixa mais extensa de problemas. A formação de uma política pública mais ampla para a agricultura irá depender, de forma importante, da maneira pela qual nossa profissão tratar esta faixa de problemas.

A segunda proposição dêste trabalho é a de que o profissional de economia rural tem um papel específico a desempenhar no processo de desenvolver uma política agrícola nacional adequada. Embora êste papel seja cheio de alternativas, existem duas importantes categorias de atividade para as quais a profissão tem a responsabilidade de contribuir. Uma é a responsabilidade de, sistematicamente, levar ao conhecimento das esferas políticas, a natureza do processo de desenvolvimento agrícola e as áreas nas quais a política pública em execução é inconsistente com uma crescente taxa de desenvolvimento. A outra grande área de responsabilidade é a de fornecer o meio político com análises empíricas objetivas sôbre as conseqüências econômicas de diferentes linhas de política pública e ação.

Deve se notar que a natureza do processo de desenvolvimento não é completamente entendida dentro da nossa profissão. É, ainda, menos bem entendida pelos organizadores de políticas. Na medida em que um conhecimento melhorado do processo de desenvolvimento puder ser fornecido a êstes, a política agrícola pode ser melhorada. São claramente, de interêsse público, a realização de crescentes esforços para entender o processo e divulgar informações empíricas sôbre o desenvolvimento da agricultura.

A maioria das decisões de política pública são tomadas sob condições de conhecimento menos que perfeito. É provável que poucas destas decisões políticas sejam feitas com

base exclusiva em critérios econômicos. Esta é a natureza do processo de decisões públicas em toda a sociedade. A despeito disso, quanto mais se aproximar da perfeição a informação econômica à disposição do político, melhores serão suas decisões políticas. Da mesma forma, análises empíricas reais sobre as conseqüências econômicas de linhas de ação alternativas, fornecerão tanto ao meio político como ao administrativo uma base informativa para decisões e ação. Um conjunto de medidas efetivas de política agrícola precisa repousar e numa base firme de conhecimento empírico verificado. É de responsabilidade da profissão fornecer esta base essencial de conhecimentos.

A terceira proposição dêste trabalho é de interesse imediato para a SOBER, para as instituições representadas pelos seus associados e para cada um de nós como economistas rurais interessados no desenvolvimento do Brasil. Esta proposição consiste de três partes relacionadas. *Primeiro*, a demanda por conhecimento de economia como base para uma política agrícola adequada, é grande. Em *segundo* lugar, o acervo de conhecimentos econômicos existentes, embora esteja crescendo, é ainda inadequado. Em *terceiro* lugar, a oferta de recursos humanos e outras em condições de produzir uma base apropriada de conhecimentos é bastante limitada. Disto se conclui que todo esforço precisa ser feito para a utilização eficiente dos recursos de trabalho existentes nesta área e para empregar os meios possíveis para expandir a oferta de tais recursos. Neste contexto, eu gostaria de sugerir três coisas.

Cada um de nós, individualmente, precisa rever continuamente sua atividade profissional, dada nossa vocação particular com o objetivo de realizar uma contribuição máxima de conhecimentos para a solução de questões políticas de importância.

Cada instituição na qual trabalhos em economia rural são conduzidos, precisa rever e examinar continuamente seu programa de trabalho com o propósito de avaliar a conveniência do emprêgo de seus recursos em atividades que envolvem problemas de formulação de políticas e em outras atividades importantes que precisam ser levadas a cabo.

A SOBER, como a sociedade profissional dos economistas rurais brasileiros, tem contribuições importantes a fazer objetivando o fornecimento de uma base adequada de conhecimentos para a formação de uma política agrícola efetiva. As principais possibilidades para isto, são:

- esforços contínuos e, talvez, crescentes para expandir a capacitação do profissional em economia rural no Brasil;
- a manutenção contínua de um forum de debates sobre questões de política agrícola, pelos membros da profissão e por homens de política;
- esforços visando a melhorar as comunicações e fornecer informações mais prontamente sobre questões de política agrícola;
- esforços para maximizar as contribuições de economistas rurais de outras nações, visando à expansão da base de conhecimentos para a política agrícola brasileira.

As atividades específicas que a SOBER poderia assumir no interesse de cumprir os primeiros três itens, acima, são razoavelmente claras; o mesmo pode não ser verdade para o quarto item. Procurarei, portanto, torná-lo mais claro.

Existe um crescente interesse entre nossos colegas, no exterior, pelos problemas econômicos do desenvolvimento agrícola brasileiro. Muitos estudiosos competentes em outros países têm desenvolvido um profundo interesse profissional nesta área. Outros seguirão este exemplo no futuro. Existe um crescente interesse por parte de instituições educacionais e de pesquisa estrangeira em colaborar com instituições brasileiras similares em programas de pesquisa sobre o desenvolvimento rural do Brasil. É provável que um maior interesse por parte de técnicos e instituições possa ser estimulado. Uma questão fundamental existe neste particular. Esta é a questão da relevância e utilidade de tais atividades para os problemas econômicos atuais do Brasil. O mecanismo institucional através do qual os técnicos e instituições estrangeiras poderiam desempenhar um papel importante nestes esforços é bastante imperfeito. Se se deseja que estes recursos se tornem mais úteis, algum mecanismo apropriado precisa ser criado. É possível que a SOBER seja um valioso instrumento não somente para estimular o interesse dos colegas estrangeiros pelos problemas brasileiros, mas também na coordenação do trabalho destes junto aos economistas rurais brasileiros. Através de contactos apropriados com cientistas sociais rurais, áreas de interesse e atividade mútuas poderiam ser estabelecidas. Da mesma forma, a SOBER poderia servir como um meio efetivo de comunicação entre as insti-

tuições de pesquisas brasileiras e estrangeiras para definir áreas de trabalho nas quais existe um interêsse mútuo. As relações da SOBER com a Associação Internacional de Economistas Agrícolas ,com a American Farm Economics Association e com sociedades profissionais similares em outros países, poderia ser utilizada efetivamente neste objetivo. É minha impressão, que atividades dêstê tipo poderiam contribuir substancialmente para uma evolução mais rápida da base de conhecimentos essencial a uma política agrícola brasileira cada vez mais efetiva.

ALGUNS ASPECTOS DO PROBLEMA DE RECURSOS HUMANOS NA AGRICULTURA BRASILEIRA (*)

G. EDWARD SCHUCH (**)

Os economistas rurais dos Estados Unidos têm sido criticados por devotar a maior parte de sua atenção à produção animal, culturas e terra, ao mesmo tempo que relegam a uma posição inferior os problemas da população rural. O resultado disto tem sido que a produtividade animal tem aumentado, assim como os rendimentos das culturas. Dessa forma, a agricultura tem contribuído para o crescimento da economia americana de uma forma bastante significativa. Além disso, os frutos deste desenvolvimento têm sido distribuídos de uma forma regressiva, com a população de baixas rendas recebendo uma proporção maior dos ganhos que a população de rendas altas.

Por outro lado, nosso esquecimento do povo rural e nossa falha em não estudar os seus problemas resultou em que a população deste setor não participa integralmente do desenvolvimento econômico geral. As rendas rurais têm permanecido abaixo daquelas dos setores não agrícolas. A qualidade do ensino nas áreas rurais tem sido inferior àquela do setor urbano. Os serviços de saúde tendem a ser muito mais reduzidos e de pior qualidade do que aqueles existentes nas áreas urbanas. E importantes leis sociais, tais como as de Previdência Social, auxílio para o desemprego, e salários mínimos têm sido aplicados ao setor agrícola somente 5 a 10 anos após terem sido introduzidos no setor urbano.

Uma das razões para isto, é de que os economistas rurais dos Estados Unidos não forneceram a análise necessária para identificar os problemas ou para desenvolver a política corretiva necessária. A pesquisa objetivando facilitar o processo migratório da agricultura para outros setores, tem sido limi-

(*) Journal Paper N.º 3047. Purdue Agricultural Experiment Extension. Apresentado na V Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais — Rio de Janeiro, 20-2-67. Foi beneficiado pelos comentários, sobre um rascunho desse trabalho, por Eliseu Alves e Alberto Veiga. Agradeço a Alberto Veiga pela tradução do original em inglês.

(**) Professor de Economia Agrícola, Universidade de Purdue.

tada. Os problemas econômicos da educação são ainda pouco compreendidos, e pouco tem sido feito para encontrar formas de estender as leis sociais à população rural.

É importante que os economistas rurais brasileiros não incorram no mesmo erro. O mais importante recurso do Brasil, ou de qualquer outro país, é o seu povo. O desenvolvimento da população rural é a chave do desenvolvimento do setor agrícola, que é tão importante para o desenvolvimento conjunto da economia. Os economistas rurais estão em uma posição-chave para realizar análises e desenvolver a política que assegure o desenvolvimento, a uma taxa ótima, dos recursos humanos do setor agrícola.

O presente trabalho está dividido em 4 partes. Em primeiro lugar, será brevemente comentada a natureza do problema dos recursos humanos. Esta parte será seguida por considerações sobre o papel da educação na obtenção de aumentos de produtividade. Serão, então, apresentados alguns aspectos da situação educacional na zona rural do Brasil. Finalmente, serão feitas algumas sugestões para pesquisas que podem ser realizadas por economistas rurais, neste campo.

Alguns Comentários sobre a Natureza do Problema de Recursos Humanos

A mão-de-obra, ou o agente humano, é um recurso produtivo, assim como o capital ou a terra. Embora tratar o ser humano como um recurso seja desagradável para muitos, esta é uma abordagem bastante útil na análise dos problemas associados com a produtividade, o bem-estar humano e a renda. E isto não implica necessariamente em uma filosofia materialista. O fato é que o homem é tanto o meio como o fim da atividade econômica. Na medida em que ele é o meio ele é um recurso econômico, e se ele é um recurso econômico, então a análise econômica pode fornecer uma visão de como utilizá-lo mais efetivamente, e indicar a maneira pela qual ele poderá compartilhar do produto total da economia.

No entanto, a mão-de-obra tem uma característica importante que a torna diferente. A pessoa que trabalha tem gostos e preferências quanto ao lugar onde ela gostaria de oferecer seus serviços e, dado o direito de exercer livremente esta escolha, ela pode preferir não vender os seus serviços naquele emprego no qual ela faria sua maior contribuição à produção. Esta é uma das razões pela qual, algumas vezes,

podemos ver pessoas aceitar empregos nos quais elas têm renda menor do que poderiam ter em outro. Esta é a razão, também, pela qual uma sociedade livre tem que pagar salários mais elevados por empregos desagradáveis tais como extração de carvão. O maior salário compensa pelas desvantagens do trabalho.

Em geral, entretanto, as preferências por emprêgo variam muito entre indivíduos e existem pessoas que têm por um dado emprêgo decidida preferência; outras, que têm decidida preferência contra êle, e muitas que são indiferentes. Como resultante do fato de que isto representa uma distribuição de gostos e preferências por emprêgo, os princípios econômicos podem ser usados como um guia geral para organizar e utilizar a mão-de-obra. E êstes princípios têm aplicabilidade geral.

O problema do recurso humano tem dois aspectos importantes: um dêles está relacionado à questão da utilização, ou do uso mais eficiente do recurso do ponto de vista da sociedade; o segundo está relacionado com a taxa de investimento no recurso humano *per se*. Embora eu tencione me concentrar no segundo dêles, vejamos o que está envolvido em cada caso.

O uso mais eficiente do recurso humano

Assim como qualquer outro recurso, o trabalho realizará sua maior contribuição ao desenvolvimento do país se êle fôr combinado em proporções corretas com outros recursos, e se êle fôr utilizado entre suas várias aplicações, de tal forma que nenhum remanejamento aumentaria a produção total. Em geral, esta última condição significa que não seria possível aumentar sua contribuição à produção, na margem, removendo-o de seu emprêgo presente e transferindo-o para outro.

Êstes são princípios gerais para o uso de qualquer recurso. A aplicação dêles é importante para obter a produção máxima de um dado conjunto de recursos. Além disso, êstes princípios são aplicáveis a todos os níveis de produção. Por exemplo:

1. O trabalho agrícola precisa ser usado eficientemente dentro da empresa.
2. Êle precisa ser distribuído numa maneira ótima entre as diferentes regiões geográficas.

3. Ele precisa ser empregado ao nível ótimo, também, entre usos alternativos em diferentes setores.

As oportunidades de pesquisas que facilitem a obtenção dêste ótimo emprêgo do trabalho são incontáveis. Mas, minha ênfase recaiu, hoje, sôbre um ponto diferente.

O investimento no recurso humano

Dois aspectos do investimento em pessoas são importantes. Sôbre um dêles vamos sômente falar ligeiramente, mas o outro será examinado em maior profundidade.

Aquêle a que eu desejo me referir brevemente é a saúde. Um fator importante que determina tanto a qualidade como a quantidade da mão-de-obra existente em uma economia, é o estado de saúde de sua população. Um povo saudável é mais produtivo, mais desejoso de trabalhar, mais perceptivo e inovador. Um povo sofrendo de subnutrição, de parasitas ou de doenças, ou não pode trabalhar, ou trabalha a baixos níveis de eficiência.

Portanto, investimentos para obter serviços médicos e realizar programas de saúde são investimentos no povo, que aumentam a sua produtividade. A produção total de um grupo humano será maior se êste possuir serviços médicos adequados, se fôr suficientemente alimentado, e se estiver livre de doenças parasitárias. Infelizmente, pouco se conhece sôbre a taxa social de retôrno a investimentos em tais atividades. Esta é uma área que tem sido quase completamente esquecida pelos economistas de tôdas as partes do mundo.

É sôbre a segunda forma de investimento que nosso conhecimento é um pouco maior. Aqui eu me refiro à educação. Embora certos aspectos da educação sejam bens de consumo, uma elevada fração dos gastos em educação são investimentos produtivos no agente humano, e devem ser comparados a investimentos alternativos que podem ser feitos em capital físico tal como maquinaria e equipamento, estradas, reprêsas e edifícios.

Nós estamos aprendendo muito sôbre os retornos a investimentos em educação, seja formal ou informal. E o que nós estamos aprendendo sugere que o retornos a tais investimentos são bastantes altos e, em geral, muito mais altos do que os retornos a investimentos em capital físico.¹

1) Ver T. W. Schultz, *The Economics of Education*, e Gary Becker, *Human Capital*, trabalhos básicos neste campo.

Dois exemplos serão o bastante para mostrar isto. Um estudo feito na Venezuela, mostrou que a taxa de retôrno para os primeiros seis anos de educação — o necessário para tornar uma pessoa funcionalmente alfabetizada — foi de 100% ². Esta é uma taxa de retôrno bastante alta — quando comparada à taxa de retôrno do capital em manufaturas, por exemplo — mesmo em países de baixa renda e capital escasso.

Nos Estados Unidos, a pesquisa mostra que a educação adicional da fôrça de trabalho explica cêrca de 20% do aumento da renda nacional real naquele país, entre 1929 e 1957 ³. Embora os modelos de crescimento empregados pelos economistas tenham sempre dado maior importância ao capital físico como uma fonte de crescimento, descobriu-se que a crescente renda “per capita” dos Estados Unidos não pode ser explicada desta forma. Pelo contrário, a quantidade de capital físico “per capita”, com freqüência permaneceu constante ou declinou durante o período em que a renda “per capita” cresceu. E as rendas crescentes podem ser atribuídas, principalmente à escolaridade e educação, e à produção de novos conhecimentos — o produto das atividades de pesquisa. Os pesquisadores descobriram que nas últimas três décadas, a escolaridade tem sido uma fonte de crescimento superior ao capital físico.

O Papel da Educação no Aumento da Produtividade

Já que muitos acham difícil aceitar a sugestão de que a educação em massa pode representar um papel relevante na aceleração do crescimento econômico, eu desejo tornar algum tempo para discutir o papel específico da educação. Embora Schultz, Becker e outros tenham só recentemente desviado a atenção dos economistas para os problemas da educação e do investimento em capital humano, a idéia de que a educação contribui para o crescimento econômico tem sido amplamente aceita, desde há muito tempo.

Por exemplo, nós sabemos que a educação fornece à fôrça de trabalho conhecimentos úteis que elevam o nível de seu desempenho econômico. Nós sabemos que ela melhora a capacidade administrativa. E nós sabemos que ela reduz o tradicionalismo e torna o povo mais receptivo a novas idéias que, por sua vez, facilitam a inovação.

²) Edward F. Dennison, *The Sources of Growth in the United States*.

³) Edward F. Dennison, *op. cit.*

Além disso, uma força de trabalho altamente educada tende a possuir maior mobilidade, tanto geograficamente como entre ocupações. E todos estes fatores contribuem para alcançar uma taxa mais veloz de crescimento ou desenvolvimento.

Mas nós podemos ser ainda mais específicos. Por duas razões é importante que seja dada educação à população das áreas rurais:

Em primeiro lugar, a educação aumenta a produtividade da força de trabalho agrícola, e isto é de grande importância no aumento da produtividade do setor agrícola. Muitos alegariam que não é necessário educação para ser agricultor. E este seria o caso se nós estivéssemos satisfeitos em permanecer nos métodos tradicionais. Mas a verdade é que nós não estamos satisfeitos em permanecer com uma agricultura tradicional. Nós queremos modernizar a nossa agricultura. Nós queremos realizar uma contribuição *positiva* ao crescimento da economia, e não pendurar uma pedra em seu pescoço, para afundá-la.

Uma educação que torne a força de trabalho rural, pelo menos alfabetizada, pode contribuir, de muitas formas, para torná-la mais produtiva. Antes de mais nada, ela abre novas portas ao povo, libertando-o de seu tradicionalismo de características atrasadas. Com esta base, o povo irá discutir os métodos antigos e desejará experimentar novas idéias e novas formas de realização. Neste sentido, um potencial de criatividade e inovação pode ser libertado, que por si mesmo pode elevar a produtividade total.

Em adição, a aquisição da capacidade de ler põe a força de trabalho rural em contato com os resultados das pesquisas realizadas por universidades ou por instituições de pesquisas. Embora não seja, presentemente, muito grande, a produção das instituições brasileiras de pesquisa tem possibilidade de aumentar em futuro próximo. Com uma força de trabalho alfabetizada, os resultados da pesquisa podem ser largamente distribuídos a baixos custos. É preciso somente ler algumas das excelentes revistas agrícolas atualmente existentes no Brasil, para reconhecer que potência elas poderiam ser na modernização da agricultura, se uma parcela maior da população rural pudesse ler.

Além disso, a mudança de mentalidade e o conhecimento por leitura que vem com a educação, aliviariam os encargos dos serviços de extensão e fariam as próprias despesas com extensão muito mais produtivas. Uma boa parte da ati-

vidade extensionista é, atualmente, dirigida meramente ao objetivo de tornar o povo rural receptivo a novas idéias. Se esta mudança de mentalidade tivesse lugar nas escolas, as atividades de extensão poderiam ser dirigidas a funções mais estreitamente relacionadas com o aumento da produtividade agrícola — o ensino de novas técnicas e o fornecimento de novas habilidades agrícolas.

Além disso, se a população rural pudesse ler e escrever, a necessidade do contato pessoal — uma atividade onerosa — seria grandemente reduzida. Grande parte das novas informações poderiam ser distribuídas na forma de impressos, e o lavrador poderia delas tomar conhecimento em suas horas livres. Isto aumentaria a produtividade dos limitados recursos financeiros disponíveis para atividades extensionistas.

Mas a contribuição da educação não irá redundar somente em benefício do setor rural. Se formos bem sucedidos em elevar o nível tecnológico do setor agrícola — e o Brasil está fazendo um grande empenho em consegui-lo — muita gente da zona rural irá deixá-lo por outras oportunidades. Com efeito, eles já o estão deixando, em números elevados.

Isto não deve ser deplorado, pois uma importante característica de economias altamente desenvolvidas é a de que elas têm somente uma pequena fração de sua força de trabalho produzindo alimentos, com uma proporção maior produzindo automóveis, televisores e outros bens e serviços associados com altos níveis de vida.

No entanto, para a força de trabalho realizar esta transferência e ajustamentos, ela necessita um nível de conhecimento relativamente alto. Ela precisa saber alguma coisa sobre os *mores* de viver em áreas urbanas. Ela precisa conhecimentos novos para vender a seus empregados. E ela precisa adquirir cultura social para se adaptar ao novo ambiente. Educação adicional fornecerá não somente alguns destes conhecimentos necessários, mas irá mudar a mentalidade da força de trabalho e a fornecerá com os meios de obter alguns destes conhecimentos por conta própria.

Outro benefício sobre a economia total, gerado pela educação massal, é a seleção de candidatos a treinamento mais adiantado. Nem todos têm capacidade para obter treinamento avançado. Fornecendo educação de nível básico, de forma extensiva, é possível encontrar um número maior de estudantes bem qualificados — estudantes que podem contribuir para a sociedade com sua inteligência e habili-

dade. Os benefícios disto refletem-se sôbre a sociedade como um todo.

Alguns Aspectos da Situação da Educação nas Áreas Rurais do Brasil

O Brasil tem feito progressos na elevação de suas realizações educacionais. No entanto, muito está por ser feito, especialmente nas áreas rurais. O Quadro 1 apresenta informações sôbre a porcentagem de crianças, nos grupos etários de 7 a 11 anos de idade e de 12 a 14 anos de idade, que freqüentaram escolas, em 1964. Nota-se que sômente dois têrços (2/3) das crianças dêstes grupos de idade estavam freqüentando escolas. Pode-se notar, também, que existe uma diferença significativa entre as populações urbana e rural, com a população rural possuindo uma taxa de escolaridade muito inferior à da população urbana. Se se tomasse em consideração a diferença de *qualidade* do ensino entre as áreas rural e urbana, esta discrepância seria muito maior.

QUADRO 1 — Porcentagem de Crianças, por Grupos Etários, Seleccionados, Matriculadas em Escolas,¹ por Região, 1964

Região	Total	Urbana ²	Rural ³
1. Grupos de 7-11 anos			
Brasil	66,2	81,3	51,5
Norte	69,7	87,6	54,1
Nordeste	52,6	78,5	37,3
Leste	65,6	79,5	48,1
Sul	73,8	83,4	64,6
Centro-Oeste	71,5	78,2	51,1
2. Grupos de 12-14 anos			
Brasil	66,5	81,0	51,4
Norte	74,1	90,6	58,4
Nordeste	57,7	81,7	42,3
Leste	67,8	80,6	50,8
Sul	69,3	79,9	58,1
Centro-Oeste	77,7	83,6	56,4

Fonte: Censo Escolar do Brasil, Resultados Preliminares, Vols. 1 e 2.

- 1) Define-se criança matriculada em escola como aquela que estuda em escola primária ou média ou freqüenta cursos públicos ou privados, ou que recebe, em casa, educação equivalente àquela dada nas escolas, ministradas, por pessoa capaz com continuidade e observância de horário pré-estabelecido.
- 2) Áreas urbanas são definidas como aquelas dentro dos limites legais das sedes de Municípios ou de outros Distritos.
- 3) Áreas rurais são aquelas fora dos limites urbanos.

O Quadro I também mostra uma variação bastante grande entre regiões, no que se refere à taxa de matrículas nas escolas. Esta variação regional tende a ser maior para a população rural, e se contássemos com tais dados, por Estado, poderíamos evidenciar uma diferença maior ainda. Assim, nós verificamos, primeiro, que a taxa de escolaridade para a população em idade escolar é bastante baixa e, segundo, que existem variações significativas entre Estados e regiões.

QUADRO 2 — Índice de Escolaridade no Ensino Médio, Brasil

	1950	1960
População em idade escolar (12-18 anos)	8.166.155	18.959.667
Matriculados em escolas	538.346	1.224.485
Índice de escolaridade	6,6%	11,2%

Fonte: SEEC

Eu não consegui encontrar dados assim detalhados para escolas de nível médio. No entanto, o Quadro 2 fornece estimativas do índice de escolaridade no nível do ensino médio para os anos de 1950 e 1960. Muito embora as matrículas em escolas de ensino médio tenham mais do que dobrado de 1950 a 1960, a elevação percentual de matrículas para o grupo de 12 a 18 anos, foi somente de 6,6% para 11,2%. E, embora eu não tenha dados para mostrar-lhes, é geralmente reconhecido que o grosso da freqüência em escolas de ensino médio é fornecido pelas áreas urbanas. A população rural ou não conta com escolas secundárias, ou precisa viajar para os centros urbanos para freqüentá-las.

QUADRO 3 — Índice de Escolaridade no Ensino Superior, Brasil

	1950	1960
População em idade escolar (19-25 anos)	7.069.782	8.667.792
Matriculados em escolas	44.097	96.732
Índice de escolaridade	0,52%	1,11%

Fonte: SEEC

O Quadro 3 mostra que o índice de escolaridade cai ainda mais ao nível do ensino superior. Em 1960, somente um pouco mais de 1% da população entre 19 e 25 anos de idade freqüentava a escola superior. Além disso, somente uma fração muito pequena destes, estava estudando agricultura e veterinária. (Veja Quadro 4). Isto acontece em uma economia na qual 50% da população ainda trabalha na agricultura, e na qual a agricultura é a principal componente do Produto Nacional Bruto. Embora as matrículas em escolas de agricultura tenham se elevado significativamente desde 1960, estamos ainda muito longe de suprir as necessidades de pessoal treinado para desenvolver uma agricultura moderna.

QUADRO 4 — Matrículas nas Instituições Brasileiras de Ensino Superior, por Especialidade, 1960

Especialidade	Matrículas	% do total
Agricultura e Veterinária	2.738	2,9
Artes	2.813	3,1
Economia e Administração	8.838	9,5
Engenharia, Arquitetura e afins	12.569	13,5
Direito	23.322	25,0
Medicina e afins	19.372	20,8
Filosofia, Ciência e Letras e Educação	21.533	23,1
Estatística, Biblioteconomia, Museus e Artes Domésticas	708	0,7
Total	93.182	100,0

Fonte: Benjamin, H. R. W., **Higher Education in the American Republics**, McGraw Hill, New York, 1965.

A taxa de gastos em educação é, igualmente, tão importante quanto o número de pessoas freqüentando escolas, pois ela indica a taxa de investimento do Brasil em seu povo. Embora dados recentes não fôssem disponíveis na preparação deste trabalho, o Quadro 5 fornece algumas informações sobre as despesas do Governo em educação, para o período 1959-1963. Seus dados foram corrigidos para mudanças no nível de preços e, portanto, mostram as despesas em termos reais. Talvez seu ponto mais marcante seja o grande crescimento dessas despesas em termos reais de 1959 a 1961 — 20% — e, então, o declínio que teve lugar até 1963. A despeito do fato de que as despesas, em termos correntes, tenham

aumentado rapidamente, a inflação era ainda mais rápida e, como resultado, a despesa, em termos reais, declinou.

QUADRO 5 — Gastos Nacionais em Educação Primária, Secundária e Superior, 1959-1963, em cruzeiros de 1960, de Acôrdo com o Nível de Educação

Ano	Prim.	Sec.	Sup.	Total	Prim.	Sec.	Sup.	Total
	Bilhões de cruzeiros				% do Total			
1959	20,01	17,63	10,89	48,53	41,2	36,4	22,4	100,0
1960	22,98	17,06	9,99	50,03	45,9	34,1	20,0	100,0
1961	30,83	16,06	11,36	58,25	52,9	27,6	19,5	100,0
1962	30,66	17,57	11,06	59,29	51,7	29,6	18,7	100,0
1963	26,23	16,56	11,86	54,65	48,0	30,3	21,7	100,0

Quando se constata que a população estava crescendo rapidamente durante este período, especialmente a população em idade escolar, torna-se claro que a despesa "per capita" em educação, durante este período, declinou significativamente. Isto, naturalmente, é um aspecto sério do problema.

Embora esta verificação, em números absolutos, seja interessante em si mesma, ela não fornece indicação sobre a dimensão relativa do esforço que está sendo feito. Isto pode talvez ser notado melhor pela relação entre despesas com educação e produto nacional interno. Estes dados são fornecidos no Quadro 6. Eles contam uma história semelhante àquela fornecida pelos dados absolutos do Quadro anterior. A despesa em educação, como porcentagem do produto nacional interno, aumentou entre 1959 e 1961. No entanto, de 1961 a 1963, esta porcentagem quase voltou ao seu nível prévio, a despeito do grande aumento nas despesas em educação, em valores correntes.

QUADRO 6 — Porcentagem dos Gastos Nacionais com Educação em Relação ao Produto Interno Nacional, 1959-63

Ano	Pro. Interno Nacional	Custo Nac. c/ Educação	%
	Bilhões de Cruzeiros		
1959	1.761,60	41,85	2,38
1960	2.363,60	63,90	2,70
1961	3.522,00	100,50	2,85
1962	5.586,80	147,90	2,83
1963	9.847,00	239,85	2,43

Esté nível de despesas relativamente baixo é causa para sérias preocupações. Vários peritos no assunto acham que os países latino-americanos, asiáticos e africanos devem se esforçar para aplicar recursos financeiros em educação, equivalentes a 4% do produto nacional. Como o Quadro 6 indica, o Brasil está longe de atingir este número.

Outros dados são apresentados no Quadro 7, que mostra o número de estudantes, por mil habitantes, em 1964, para países sul-americanos selecionados. Entre os indicados, o Brasil tem a menor taxa de escolaridade primária e superior, e é o penúltimo em escolaridade no nível médio.

QUADRO 7 — Estudantes, por Mil Habitantes, em Países Sul-Americanos Selecionados, 1964

País	Ensino Primário	Ensino Médio	Ensino Superior
Brasil	113	21	1,4
Venezuela	165	29	4,4
Argentina	137	30	9,0
Colômbia	132	21	2,1
Equador	142	19	2,4

Fonte: SEEC

Pode-se admitir que os dados que utilizamos estejam em erro. Mas mesmo que as despesas em educação tenham sido sub-estimadas em 20%, a percentagem do produto bruto seria somente de 2,90%, em 1963. Isto está, ainda, consideravelmente abaixo do nível recomendado.

A informação de que disponho, para 1965, sugere uma situação um tanto diferente. Pela primeira vez, o orçamento para a educação estava de acordo com as recomendações da Lei de Diretrizes e Bases, que especificou que 12% do imposto de renda federal deve ser dedicado à educação. Se isto fôsse conseguido, resultaria em uma considerável elevação nas despesas com educação, especialmente se os Estados pudessem também aumentar as suas. Atualmente, no entanto, eu não possuo dados dos dois últimos anos para verificar o que realmente aconteceu.

Embora eu não tenha conseguido quaisquer dados sobre despesas em educação para áreas rurais e urbanas, eu pude encontrar algumas estimativas da despesa "per capita", por Estado. Sendo alguns Estados mais agrícolas que outros, estes

dados podem fornecer uma visão das despesas relativas com as populações rural e urbana. Tais dados são apresentados no Quadro 8.

QUADRO 8 — Despesa “Per Capita” em Educação, por Estado, 1959/61

Estados	Despesa Federal	Despesa Estadual e Municipal	Despesa Total
	“Per Capita”	“Per Capita”	“Per Capita”
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Amazonas	101	442	543
Pará	382	350	732
Maranhão	43	71	114
Piauí	52	110	162
Ceará	280	236	516
Rio Grande do Norte	190	214	404
Paraíba	149	234	383
Pernambuco	380	124	504
Alagoas	156	242	398
Sergipe	104	208	312
Bahia	208	261	469
Minas Gerais	202	604	806
Espírito Santo	193	666	859
Rio de Janeiro	111	673	784
Guanabara	5.658	478	6.137
São Paulo	28	2.481	2.508
Paraná	246	740	986
Santa Catarina	98	652	740
Rio Grande do Sul	354	1.717	2.072
Mato Grosso	56	370	426
Goiás	112	427	538

FONTE: Associação Nacional de Programação Econômica e Social, ANES, Estudos ANPES n.º 1, 1965, Aspectos da Inflação Brasileira e suas Perspectivas para 1965.

Estes dados ilustram a enorme variação “per capita” das despesas com educação nos vários Estados. Nota-se, naturalmente, que os Estados altamente urbanizados da Guanabara e São Paulo, estão bem acima dos outros Estados, seguidos proxíimamente pelo Rio Grande do Sul, cuja urbanização é relativamente elevada. Os Estados agrícolas, de baixa renda, estão investindo muito pouco em seu povo. E eu imaginaria que, se as despesas com educação fôssem separadas para as populações urbana e rural, a discrepância seria ainda maior do que a sugerida pelos dados existentes.

Talvez a mais notável evidência das diferenças em realizações educacionais entre as áreas urbana e rural seja a estimativa realizada pela Organização dos Estados Americanos de que mais de dois terços (2/3) das pessoas alfabetizadas, no Brasil, vive em áreas urbanas. Dada a natural tendência dos alfabetizados para migrar para áreas urbanas em busca de melhores empregos, isto provavelmente superestima as oportunidades educacionais existentes. Mas a diferença é, assim mesmo, bastante sugestiva.

Outro aspecto da educação rural é, naturalmente, aquele das despesas em extensão através do sistema ABCAR. De muitas maneiras, a extensão é uma atividade educacional e os gastos em extensão podem ser tratados como um investimento na população rural. Isto assume especial importância no Brasil, onde a maioria da população mais velha não teve oportunidade de educação formal.

Para medir isto, eu tomei os gastos em extensão, do sistema ABCAR, e os dividi pela população rural. O resultado é uma estimativa "per capita" das despesas com extensão. Embora eu tenha estimativas das despesas para 1966, eu não consegui dados estimativos da população rural, por Estado, para este ano. Assim, os dados aqui apresentados referem-se a 1960 (Quadro 9). Eu duvido que, numa base "per capita", estas despesas tenham crescido substancialmente, em termos reais, até 1966.

QUADRO 9 — Gastos com Extensão por Habitante Rural e Número de Habitantes Rurais por Técnicos, por Estado, 1960

Estado	Despesa por Habitante Rural	Relação de Habitantes Rurais por Técnico
Minas Gerais	638	1: 29,290
Santa Catarina	946	1: 22,672
Espirito Santo	208	1: 18,386
Ceará	616	1: 67,061
Paraná	242	1:109,256
Rio Grande do Sul	572	1: 35,750
Pernambuco	564	1: 87,692
Bahia	132	1:195,350
Rio de Janeiro	572	1: 73,667
Goiás	564	1: 90,400
Rio Grande do Norte	968	1: 30,083
Paraíba	704	1: 48,518

Duas coisas devem ser notados nos dados. Primeiro, as despesas "per capita" são bastante baixas. Como um exemplo do que pode ser feito com relação a isto, o Estado de Indiana, meu Estado natal nos Estados Unidos, está investindo em sua população rural, uma base de Cr\$ 35.200 "per capita", para atividades extensionistas, somente. É claro que estes algarismos não são diretamente comparáveis, por muitas razões. Mas é, também, claro que o Brasil está investindo em seu povo rural a níveis muito baixos, a despeito do fato de ter serviços de extensão bem concebidos. Isto é ilustrado pela relação entre técnicos trabalhando no campo e população rural do Estado (Quadro 9). É claro que nenhum programa educacional significativo pode ser desenvolvido onde a relação entre professores e estudantes é tão baixa.

O segundo aspecto a se notar, neste Quadro, são, novamente, as grandes variações em despesas por Estado. Esta variação seria ainda maior se o Estado de São Paulo fôsse incluído, mas não me foi possível realizar esta estimativa, para São Paulo, em uma base comparável com outros Estados.

Sugestões para Pesquisas

A esta altura, vocês todos provavelmente estão imaginando o que isto significa para o economista rural. Afinal de contas, vocês dirão, nós todos sabemos o valor da educação, mas êste é um problema para educadores e não para economistas.

Isto não é verdade, porém. O economista e, particularmente, o economista agrícola pode desempenhar um papel importante para ajudar a obter uma taxa mais alta de investimento em educação e na obtenção de um uso mais racional de recursos educacionais.

As despesas com educação são realizadas, em grande parte, através do setor público. Portanto, o mercado não pode estabelecer os custos e retornos relevantes que seriam necessários à obtenção de uma taxa de retorno mais racional. O economista pode realizar uma importante contribuição se conseguir estimar estes custos e retornos e fornecer estas informações ao público e aos políticos.

Uma estimativa bem documentada dos retornos para vários tipos de educação pode indicar à sociedade os possíveis ganhos de investimentos em educação. Uma análise dos custos de formas alternativas de fornecer tal educação pode ajudar a distribuir esta educação de forma mais eficiente.

E o problema não é somente aquêles que estimar custos e retornos sociais. Os custos e retornos para os indivíduos são também importantes. Em muitas áreas do Brasil, as crianças não vão à escola, muito embora existam possibilidades para frequentá-las. Isto pode suceder porque seus pais não reconhecem os ganhos, em termos de maiores rendas, que seus filhos poderiam receber em troca de melhor educação. Mais provavelmente, no entanto, isto é um reflexo do fato de que ir a escola tem custos de oportunidade altos. A criança não vai à escola porque ela ou sua família estariam sacrificando uma renda necessária que poderia ser conseguida em outra alternativa.

Pesquisas que documentam estes custos podem ajudar a desenvolver programas e políticas de educação mais racionais. Talvez uma crescente parcela da educação precise ser oferecida à noite, em futuro próximo, a fim de que esta renda adicional não se perca. Talvez o Governo tenha que fornecer um suplemento à renda familiar para que as crianças em idade escolar possam estudar. Isto, naturalmente, dependerá da natureza dos resultados de pesquisas.

Estas são somente sugestões para pesquisas, e a lista está longe de ser completa. Eu espero, entretanto, que ela mostre que o setor educacional é um campo importante da pesquisa em economia agrícola. Eu também espero que, daqui a 20 anos, nós não tenhamos que olhar para trás e dizer que os economistas rurais brasileiros se preocupavam somente com gainhas e vacas — e esqueceram o povo rural.

Um Comentário Conclusivo

Muitos alegarão que o Brasil é um país pobre e, por isso, não pode se permitir gastar mais dinheiro em educação. Eu alegaria que o Brasil não pode se permitir não investir ainda mais em educação. Pesquisas anteriores mostram que o retorno de tais investimentos são bastante altos — em geral, mais altos do que aquêles obtidos com o investimento em capital físico. O Brasil está se desenvolvendo, com o desenvolvimento de um forte setor industrial. Este desenvolvimento será auto-suficiente somente se se fornecer à força de trabalho os conhecimentos necessários para realizar a obra de modernização da agricultura e da indústria.

Muitos dos problemas associados com uma estrutura agrária imprópria que, muitos alegam, podem ser corrigidos somente com uma reforma agrária, são realmente reflexos

do valor muito baixo que o Brasil atribui a seus recursos humanos. Investimentos em educação, que elevam o valor do agente humano, serão uma força poderosa na mudança da estrutura agrária. Não será somente o trabalhador rural que deixará de ser ignorante e deixará de ser explorado por aqueles que tem, sobre ele, a vantagem do poder econômico, mas, adquirindo conhecimentos adequados, ele terá alternativas de emprêgo e, assim, tornará o mercado de trabalho rural mais competitivo.

O PAPEL DO CAFÉ NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

J. G. ORSINI

Já foi amplamente demonstrada, por vários autores e sob diferentes prismas, a enorme contribuição dada pelo café para o crescimento e a diversificação da economia nacional. O que cabe indagar a esta altura é se essa atividade estará, em que grau e até que época, em condições de continuar a desempenhar o mesmo papel.

Nesse sentido, convém consignar, de início, a importância de que se reveste a cafeicultura no atual panorama da economia brasileira.

As interpretações mais freqüentemente veiculadas a esse respeito primam por conferir ênfase a dois aspectos da questão:

- A destacada participação das exportações de café no conjunto de nossa receita cambial (a qual se tem situado nestes últimos anos, em média, ligeiramente abaixo de 50% do total);
- A diminuição do realce relativo da atividade cafeeira na formação do Produto Nacional Bruto (em torno de 3% a 4% nestes últimos anos).

A concepção que comumente decorre dessas observações é a de que o café tem como sua principal função, no atual estágio da economia nacional, servir de sustentáculo à nossa receita cambial, proporcionando parcela ponderável das moedas estrangeiras indispensáveis para garantir as importações de matérias-primas, produtos intermediários, equipamentos e combustíveis requeridos pelo nosso parque industrial. E, na linha dessa maneira de encarar o problema, a orientação

que tem predominado na condução da política cafeeira nos últimos tempos tem sido caracteristicamente marcada por uma preocupação cambial.

Esse enfoque deixa implícita (quando não é acompanhado da respectiva explicitação) a crença de que, no curso de nosso processo de desenvolvimento, o café está fadado a ser mais um dos tantos “ciclos”, de cujo encerramento já nos estaríamos aproximando e ao qual sucederia, presumivelmente, a plena vivência da fase industrial. Por isso mesmo, as próprias preocupações cambiais em relação ao café se limitam via de regra ao desfrute de suas máximas possibilidades imediatas, como se os seus dias estivessem contados. E enquanto se realizam esforços consideráveis — em si mesmo louváveis e necessários — para transformar o Brasil em um exportador de manufaturados, não se evidencia nos mesmos círculos a menor preocupação em equacionar o problema de nossa sobrevivência como principal país exportador de café do mundo.

Dêsse modo, mais uma vez a intenção de “antecipar-se à História” funciona como elemento plasmador do futuro e a presunção da fatalidade do declínio do café resulta na adoção de políticas de cunho derrotista, que acabam por tornar inevitável o referido declínio.

Cumpre, porém, passar em revista essas concepções que hoje gozam de livre curso, inclusive em muitos meios técnicos.

Em primeiro lugar, a visualização do problema cafeeiro sob o prisma puramente cambial constitui uma traição à realidade e uma fonte de sérios desequilíbrios econômicos e sociais.

Basta considerar quatro aspectos capitais, a respeito dos quais se apresenta viável um esforço de quantificação, de resultados relativamente satisfatórios:

- o papel do café no mercado de trabalho;
- sua atuação como fator de aglutinação social;
- sua função de distribuição de renda;
- sua contribuição à diversificação da população rural.

No que respeita às oportunidades de trabalho propiciadas diretamente pela cafeicultura, pode-se formular a seguinte estimativa:

Admitindo-se que, com as erradicações promovidas pelo GERCA em sua primeira etapa de funcionamento e com as efetuadas mais recentemente sob os auspícios do IBC, bem como com as que se realizaram à revelia de qualquer plano

oficial, tenham sido arrancados desde o Censo de 1960 aproximadamente 2 bilhões de cafeeiros, o Brasil deve dispor atualmente de cerca de 2 bilhões e 300 milhões de pés de café.

A base de 1 pessoa adulta (uma “enxada”) para o trato de cada 3.000 pés (como é a norma predominante), teoricamente 760.000 pessoas, em números redondos, deveriam trabalhar atualmente nas lavouras cafeeiras. Computando-se, porém, o trabalho de um menor (“meia enxada”) para cada pessoa adulta, na verdade pode-se estabelecer a relação em termos de 1 adulto e 1 menor para cada 4.500 cafeeiros. Assim sendo, teríamos cerca de 1 milhão de pessoas trabalhando atualmente nos cafézais brasileiros. Presumindo-se que os serviços complementares da atividade cafeeira (administradores, fiscais, tratoristas, carroceiros, “terreiristas” etc.) absorvam, como sugerem as verificações empíricas, um contingente humano adicional de pelo menos 10% do pessoal ocupado no trato direto dos cafézais, teríamos ao todo perto de 1 milhão e 100 mil pessoas ocupadas na produção de café.

A extrapolação dos dados dos Censos permite avaliar em aproximadamente 30 milhões de pessoas a população ativa atual do Brasil, dos quais 17 milhões no meio rural. Assim sendo, o cafézal é responsável por perto de 4% da população ativa total do País e por cerca de 6,5% da população ativa rural.

Em relação à população total do País — e daí o papel de aglutinação social da atividade cafeeira — os dados se mostram ainda mais expressivos. Partindo-se do número total de trabalhadores de 1 milhão e 100 mil e adotando-se o coeficiente de conversão de 2 (um adulto e um menor), teríamos empenhadas nas lides cafeeiras aproximadamente 550 mil famílias. Como parece razoável admitir para o meio rural uma média de 6 pessoas por família, teríamos aproximadamente 3 milhões e 300 mil pessoas vivendo na dependência do cultivo do café.

Como a população total do Brasil deve ser atualmente de 86 milhões de pessoas, das quais pouco menos da metade radicada no meio rural, tem-se que o cafézal abriga cerca de 4% da população total do País e quase 8% da população rural.

No que concerne à distribuição da renda, o cômputo pode ser efetuado, de maneira simplificada, com base nos itens seguintes, apurados no ano passado:

- Cr\$ 150.000 por trato de cada mil pés, ou seja: total de Cr\$ 345 bilhões;
- Cr\$ 2.500 pela colheita de cada saca em côco (54 milhões de sacas em côco, ou cerca de 18 milhões de sacas beneficiadas, colhidas no ano passado), ou seja: Cr\$ 135 bilhões;
- Cr\$ 4.000 pagos por transporte interno, secagem, benefício etc. de cada saca beneficiada (18 milhões de sacas), ou seja: Cr\$ 72 bilhões.

Teríamos, assim, uma distribuição, no ano passado, de aproximadamente Cr\$ 550 bilhões em remuneração ao trabalho nas fazendas de café. Admitindo-se, com base em extrapolação de dados anteriores das “Contas Nacionais”, que em 1966 a renda disponível no setor privado tenha sido de Cr\$ 48 trilhões, dos quais Cr\$ 11 trilhões no setor agrícola, o café teria assegurado aos trabalhadores que dêle dependem uma participação de, respectivamente, 1,2% e 5%.

Sob os aspectos que se acabam de mencionar, torna-se significativo um cotejo entre a atividade cafeeira e a indústria automobilística nacional — já que esta acusa uma participação na formação do Produto Nacional Bruto praticamente equivalente à daquela. Com a particularidade de que, enquanto o cafézal é visto como símbolo de um passado que se pretende enterrar, o automóvel é freqüentemente encarado como um dos mais expressivos marcos da nova fase em que ingressa a economia nacional.

Temos assim:

	Indústria automobilística	Cafeicultura
Trabalhadores empregados	200.000	1.100.000
Dependentes diretos do setor	1.000.000	3.300.000
Remuneração da mão-de-obra	Cr\$ 450 bilhões	Cr\$ 550 bilhões

Como se verifica, o café desempenha um papel muito mais amplo em matéria de oferecimento de oportunidades de trabalho e de distribuição de renda do que setores de elite de nosso parque industrial.

Convém ainda ter presente a contribuição da atividade cafeeira para a diversificação da produção rural. Apesar de freqüentemente identificado à figura da “monocultura”, o cafézal na verdade está intimamente consorciado e serve

mesmo de sustentáculo à muitos outros ramos de exploração agropastoril. A grande pesquisa realizada em 1958 pela FAO, CEBAL e IBC a respeito de “A Indústria do Café em São Paulo” evidenciou que:

- apenas 15,9% da área total das propriedades cafeieiras eram de fato ocupadas pela rubiácea;
- do total da renda bruta das referidas propriedades, somente 51,6% eram propiciadas pelo café.

As chamadas “fazendas de café”, portanto, são sede de uma poliforme atividade produtiva, propiciada em grande parte pela disponibilidade de instalações básicas montadas com vistas à cafeicultura, bem como pela presença nas referidas propriedades de grandes contingentes humanos cuja força de trabalho só parcialmente é ocupada pelas lides cafeieiras nas entressafras. Daí poder-se creditar a tais empresas rurais parcela ponderável do suprimento de gêneros alimentícios e de matérias-primas ao mercado interno e à exportação.

Não são, pois, apenas as divisas proporcionadas pelo café que estão em jogo quando se executam políticas que, de uma forma ou de outra, resultam em colocar em xeque a persistência da cafeicultura no País.

Pode-se, porém, perguntar até que ponto essa persistência é viável.

O problema se prende a duas ordens de fatores nitidamente distintos. Um de natureza externa e outro de natureza interna.

Externamente, as possibilidades de sobrevivência da cafeicultura nacional são ameaçadas pelo vigoroso crescimento da produção em áreas concorrentes. A pressão desses produtores estrangeiros no sentido de assegurar escoamento para suas safras sempre crescentes tem resultado em contínua deterioração da participação relativa do café brasileiro no total do consumo mundial. Mesmo no decorrer destes últimos anos, com a vigência do Acórdo Internacional, restringimos conscientemente nossa pretensão de abastecimento dos mercados tradicionais, de 39,48% para 37,05%.

E para o futuro imediato as perspectivas não são nada risonhas. Segundo levantamento efetuado pela Organização Internacional do Café, o potencial cafeieiro já implantado no mundo deverá permitir que, no fim da presente década, a produção exportável a ser obtida fora do Brasil atinja 40 milhões de sacas. Como as estimativas mais otimistas da

demanda das áreas importadoras se cifram, para essa mesma época, em torno dos 52 milhões de sacas, verifica-se que, se não se criarem condições para que os demais países produtores participem substancialmente dos esforços de ajustamento da oferta à procura, de modo a subtrair o Brasil à conclusão de fornecedor "residual", veremos cair para cerca de apenas 12 milhões de sacas (ou seja: 23% do total) as nossas possibilidades de exportação.

No entanto, parece difícil que se criem as referidas condições enquanto os preços internacionais do café forem mantidos em faixas estimulantes de novos plantios no exterior.

E que os atuais preços internacionais são estimulantes é conclusão a que se pôde chegar — mesmo à falta de suficientes informações sobre os custos de produção nos vários países — por inferência da situação em que se encontram os produtores brasileiros. Para que estabelecessem níveis de desestímulo a estes, optou-se por um preço interno equivalente a um terço do preço externo (uma saca de café, ao preço médio de US\$ 50,00, corresponde a Cr\$ 135.000, mas apenas Cr\$ 47.000 são, em média, deferidos ao exportador). Se foi preciso ir tão longe para criar o desestímulo, que dizer de países em que o produtor é remunerado na paridade do preço-ouro integral e em que, segundo se presume, os custos da mão-de-obra são mais baixos?

No atual estado de coisas, tudo se passa como se insistíssemos em aumentar a pressão no interior da panela e procurássemos ao mesmo tempo impedir a explosão com uma tampa que não está perfeitamente ajustada. A tampa no caso é o Acôrdo Internacional e ela (ou "êle") só não voou ainda pelos ares porque a panela tem a sua válvula de escape, através da qual volta e meia se consegue aliviar a pressão interna. Mas essa válvula — que, no caso, são os "wavers" e autorizações especiais para exportações além das cotas regulares — tem capacidade limitada e, se a pressão continuar a ser intensificada no interior da panela, a explosão será inevitável.

Ao invés de estarmos cultivando um gigantesco Orés cafeeiro internacional, portanto, melhor seria, para que o Acôrdo encontrasse condições para seu mais adequado funcionamento, que conduzíssemos uma política de preços externos num sentido de menor ambição de receita cambial. No atual estágio de folga do balanço de pagamentos, tal diretriz seria perfeitamente viável e ela teria duas conseqüências fundamentais:

- atenuaria os estímulos ao crescimento da produção concorrente no exterior;
- melhoraria a posição competitiva do café brasileiro face aos produtos de qualidade inferior (notadamente Robustas), visto que, numa faixa de preços mais acessíveis, seria menor o interesse dos compradores por artigo mais barato, tornando necessário aos ofertantes desta mercadoria conceder descontos (deságios) de amplitude muito maior para se manterem no mercado.

Os dois efeitos, assim, se integrariam e é provável que nossos concorrentes da gama dos cafés inferiores viessem a sentir a baixa com um alcance ampliado, acentuando sobre eles o desestímulo a novas plantações e tornando-os mais propensos a uma cooperação sincera no âmbito do Acôrdo Internacional.

Paralelamente, o solúvel, com o poderoso trunfo representado pelo câmbio livre, poderia ir sendo utilizado como arma de retomada de mercados e de conquista de outros ainda não habituados a um elevado nível de consumo de café.

Caso se adotasse uma política desse gênero, talvez se conseguisse afastar a ameaça externa de gradativo estrangulamento da cafeicultura brasileira.

Mas há ainda a considerar a ameaça interna. Esta, paradoxalmente, é representada pelo progresso econômico e social do País. E é fácil compreender por que.

O café, pela impossibilidade de mecanização de suas principais operações e pelo elevado contingente de mão-de-obra que requer, tem sido considerado como planta tipicamente "colonial". Ele só teria condições de sobreviver em países de mão-de-obra abundante e barata, o que presume a existência de setores secundário e terciário altamente desenvolvidos — hipótese em que ocorreria a absorção por estes segmentos da economia de consideráveis parcelas da força de trabalho e a maior valorização desta.

E, realmente, a história do café brasileiro tem sido lastreada em ciclos bem definidos de utilização de contingentes humanos socialmente submissos: o escravo, o imigrante estrangeiro, o retirante nordestino.

No entanto, o fato de a economia cafeeira ter evoluído sobre tais bases não quer dizer que, inserida num contexto econômico, social e político diferente, não seja ela capaz de

amoldar-se a novas condições. A não ser que houvesse uma impossibilidade de natureza propriamente econômica, que impedisse a empresa cafeeira de concorrer no mercado de trabalho de uma sociedade industrializada.

Tal impossibilidade talvez se faça presente face às atuais características tecnológicas e econômico-financeiras da lavoura de café. No entanto, se se promover uma reestruturação em profundidade de nosso parque cafeeiro, não há porque excluir “a priori” a hipótese de que o café venha a florescer à sombra das chaminés. Pois o problema, como se disse acima, é essencialmente econômico e se traduz, em última análise, na capacidade ou não da empresa cafeeira de absorver custos bem mais elevados de mão-de-obra.

Para enfrentar esse desafio, porém, o café conta com extraordinárias potencialidades, a saber:

- O preço ora auferido pelo produtor corresponde a aproximadamente um terço do valor real do produto. Mesmo, portanto, que se enveredasse por uma política de preços-ouro mais prudentes (que não deveria, evidentemente, significar um aviltamento de cotações), haveria margem para a liberação, em favor do lavrador, de melhores níveis de remuneração;
- O estoque de tecnologia já disponível entre nós permitiria, com razoável esforço, duplicar ou mesmo triplicar a produtividade média das atuais lavouras de café, com resultados altamente benéficos sobre os custos unitários de produção.

Da conjugação desses dois trunfos poderia resultar uma cafeicultura devidamente equipada para recrutar e conservar a mão-de-obra indispensável às suas operações, em concorrência com as solicitações dos setores secundário e terciário da economia.

Para se chegar a esse resultado, porém, é indispensável que se ponha em prática uma política de feições mais corajosas no setor, de modo a excluir de forma racional e permanente o problema da superprodução (condição “sine qua non” para a extinção ou razoável atenuação do chamado “confisco cambial”), bem como criar condições de interesse empresarial e de possibilidades financeiras para a incorporação à lavoura cafeeira de uma mais moderna tecnologia (a qual pressupõe, encerrado o ciclo da “mineração do humus”, investimentos apreciáveis em instalações fixas e insumos).

A fórmula que poderia permitir o alcance simultâneo desses vários objetivos seria a implantação na cafeicultura do regime de cotas individuais de produção, à semelhança das existentes entre nós para a cana-de-açúcar e cujo relaxamento em anos recentes projetou êsse setor na grave crise em que até agora êle se debate.

Com uma produção contingenciada em caráter permanente, desapareceria o problema dos excedentes. O preço do café ao produtor poderia, assim, ser ajustado às conveniências de melhoria de sua remuneração, seja porque não haveria sobras a adquirir, seja porque não haveria o risco de a melhor remuneração desencadear mais um dos clássicos ciclos de plantios desordenados. Por outro lado, com a estabilidade econômico-financeira de que passaria a desfrutar e o nível razoável em que esta se estabeleceria, o empresário teria estímulo e recursos para investir na cafeicultura. Inclusive, porque, com o "teto" de produção física que o regime de cotas lhe deferiria, o único caminho para a maximização dos lucros consistiria na intensificação do cultivo do cafézal, contraindo cada vez mais a sua área, na proporção dos ganhos de produtividade, de modo a baixar os custos unitários de uma mesma quantidade global do produto.

A fórmula traz, assim, em seu bôjo os próprios germens da transformação da cafeicultura em uma atividade de moldes tipicamente industriais, como se faz mister para que ela sobreviva e prospere no Brasil de amanhã.

Comentador: *Dr. Ruy Miller Paiva*

Senhor Presidente,

Meus colegas

Não é fácil a gente executar esta função oficial de discutir o trabalho do Dr. Orsini, quando nós concordamos com a tese defendida por êle. Estamos em acôrdo integralmente, mas eu queria lembrar aos colegas que esta tese não tem sido em geral aceita no Brasil. De modo que o fato dêle a ter apresentado e eu estar de acôrdo não quer dizer que os Srs. não a devam ler com cuidado, e aliás ao ler êste trabalho, eu chamaria atenção principalmente para os técnicos que fazem trabalhos de cunho mais científico, que não se iludam pelo fato dêle não ter uma apresentação científica, não ter uma porção de citações precisas, não fazer referências à literatura existente, e não fazer comprovar tôdas as suas afirmativas. Êle não adotou êste tipo de apresentação. Mas, os srs. que trabalham, que fazem pesquisas científicas, não se iludam, porque a sequência lógica e a análise feitas por êle estão dentro de princípios econômicos válidos, e portanto têm êste caráter que deve ser considerado. A tese indaga no início como é que o café ainda pode contribuir para o desenvolvimento econômico do Brasil, e quais as mudanças na política que se fazem necessárias; e é justamente nestas mudanças na política atual que o trabalho se torna mais importante inclusive quando êle diz que o Brasil é um produtor marginal e que isto traz aos cafeicultores, aos upanistas, um verdadeiro grito de revolta. Não há que se iludir nós somos produtor marginal devido à política que nós adotamos em defesa de preços. Uma vez que se adote uma defesa de preços como no Brasil adotou, o País passa a ser um produtor marginal, não tem por onde fugir; pode-se mudar em nome, mas não a situação do Brasil como produtor marginal. De modo que êles dizem a coisa com o aumento da produção dos demais países e a produção do

Brasil vai diminuindo; é uma condição que teria que ocorrer, a não ser que o Brasil mudasse a política e fizesse um programa de fomento que venda no exterior e novos mercados. Então nós teríamos um aumento do consumo mundial do café, mas se nós considerarmos o crescimento normal do consumo do café e a proporção com que cada país contribui, se os outros países aumentam suas produções, o Brasil para manter o sistema de defesa tem que diminuir suas vendas para o exterior, enquanto o mercado internacional não se tornar efetivo na realidade, o que no momento, até hoje, ainda deixa muitas dúvidas. O ponto mais importante que o Dr. Orsini acentua é a meu ver o momento de se fazer uma mudança nesta política de café. Que nós estamos perdendo esta oportunidade, o momento é este, é agora, já foi desde o ano passado. Aí é um ponto discutível, que se pode defender, mas o fato é que no momento nós temos reservas cambiais. Este grande argumento, de que nós não podíamos modificar a nossa política face à necessidade de nós termos uma receita cambial sem a qual o Brasil não podia se desenvolver, agora, falta. Ele não apresenta a medida como um remédio de cura imediata ou de tal forma violenta que os outros países não terão alternativas; não é assim, é uma mudança de nossa política, que vai mudar mais elementos para fazer com que os outros países colaborem no acôrdo internacional. Nós ainda continuamos mantendo o mesmo preço em dólar; os preços estão rígidos no mercado internacional. Há uma tendência de baixa, mas eu lembro que a situação da baixa de preços no acôrdo internacional estabelece uma faixa de preços e quando estes caírem nós deveremos diminuir a quantidade exportada segundo os diferentes países; portanto esta política de cota ainda está em vigência. Se o Brasil adotar uma política contrária em deixar cair os preços (de acôrdo com a sugestão do Dr. Orsini), isto trará um problema para o País, em saber como é que nós vamos fazer isto e ao mesmo tempo manter o acôrdo internacional porque, teòricamente, se não me falha a memória, há três classes de café. Se cada um destes cafés cai, é obrigado a diminuir as cotas e exportar e aí então é preciso que o Brasil, problema este não abordado pelo Dr. Orsini, considere se ele vai resolver deixar cair o preço no mercado internacional a um nível mais baixo. Notem bem que não é uma guerra de preços; se o Brasil deixar cair o preço ao nível mais baixo, terá que considerar a sua posição no acôrdo internacional e terá que considerar o funciona-

mento dêsse acôrdo face a essas novas bases de preços, porque segundo o estabelecido, se o Brasil deixar cair o preço no mercado internacional de seu café, obrigatòriamente diminui a cota a que tem direito no montante das exportações no mercado mundial. Outro ponto para que o Dr. Orsini chama atenção é que além da oportunidade do momento, além da necessidade atual, há que fazer com que os outros países possam participar do acôrdo diminuindo as suas produções, o que até hoje é muito relativo, e que os outros países têm feito, como êle aliás afirma aqui, devido aos wavers, são os contrabandos de café de uma região para outra, a não ser a Colômbia, que mantém um estoque; mas a Colômbia sempre manteve um estoque de uns dois milhões de sacas para poder regular as margens de preços; e a África (antiga colônia francesa), que já teve durante alguns anos uns excedentes que manobravam e que dificultavam, uma vez que era difícil a exportação, mas de um modo geral os outros países, principalmente a América Central, até hoje não têm estoques invendáveis e não aceitam a fiscalização no país na entrega dêsses estoques não vendáveis; até hoje não aceitaram êste ponto, de modo que é uma dificuldade para se pôr em execução e se tornar efetivo o acôrdo internacional do café. No fundo ainda até hoje, a grosso modo, quem carrega e sustenta o acôrdo internacional é o Brasil. A seguir o Dr. Orsini lembra a condição "sine qua non" de um melhor contrôle de preços que nós fizemos até o presente, que é limitar as nossas produções. Até hoje o Brasil pensou que apenas o confisco cambial, quer dizer, dando um preço em cruzeiro equivalente a 1/3 do preço do mercado mundial, seria suficiente para que o Brasil se desinteressasse da produção; conforme o que constatamos, o aumento de produção do Brasil foi enorme devido às áreas novas. E êle então lembra que agora as possibilidades da evolução técnica do café no Brasil são enormes. Aliás num trabalho que eu apresentei aqui no primeiro dia com uma avaliação dos resultados dessa melhoria técnica e a sua influência no custo da produção, nós constatamos que o café era o produto que maior aumento proporcionava, segundo o levantamento que eu fiz dos trabalhos publicados na revista Agricultura em São Paulo. O caso que êle supõe admissível para o café é um aumento de 25 até 100 arrobas; são 4 vezes 400% de aumento, uma diminuição de custo de 36%, de modo que as possibilidades para se ter uma cultura intensiva de café são muito grandes e isto dificulta o problema da política

cafeeira no Brasil; dificulta porque se nós melhorarmos o preço em cruzeiro, há um incremento de produção e uma intensificação e um agravamento do problema dos excedentes do café. De modo que se faz imprescindível estabelecer as cotas de produção, e se puseram em dúvida a exequibilidade de com cota de produção, eu lembro aos srs. que isso não é inexecuível. Pode ser burocraticamente difícil, administrativamente difícil, mas não é inexecuível, porque hoje todo sacco de café produzido no Brasil encaminhado para os mercados já é registrado, existe um registro de embarque. O café tem que ser registrado no IBC, de forma que para nós estabelecermos que os produtores, de acôrdo com as produções dos últimos 2 anos, terão direito a uma cota de 200 ou 1000 sacos, conforme o critério que foi estabelecido, não me parece uma providência impossível de ser adotada e executada pelo Govêrno. Eu apenas lembro que uma vez adotada esta cota de produção para o café, e uma vez tornada efetiva, o problema vai se agravar para o setor agrícola, porque aí êste número todo de produtores de café que o Dr. Orsini nos mostra aqui, tem que arrumar outro produto, tem que arrumar outra atividade dentro da agricultura. E se nós formos procurar quais são estas atividades, nós entramos naquele mesmo problema que eu aliás debati no 1.º dia, que não é difícil de ser resolvido, uma vez que 51% da nossa população está no setor agrícola. Mas apesar dessa dificuldade, eu insisto que o estabelecimento de cotas e que a mudança no momento da política de café, diminuindo um pouco o preço no mercado, um pouco não, pode diminuir bastante o preço no mercado internacional, facilitaria a solução em caráter permanente do problema do café no Brasil.

Comentador: *Dr. José Carlos Farah*

Sr. Presidente,

Membros colegas de profissão,

É para nós uma grande satisfação aqui permanecer e podermos observar a tese apresentada pelo Dr. Orsini e comentada por uma autoridade como o Dr. Ruy Miller Paiva, que pudemos comprovar nesta viagem à Africa que acabamos de fazer e pelos países consumidores europeus. É um tanto quanto difícil assumir uma posição pela Confederação Nacional de Agricultura no momento, mas a Confederação irá agora no princípio na 1.^a quinzena de março dar o resultado do trabalho que está efetuando sobre o café e sobre o cacau. São dois problemas que vêm colocando a ciasse produtora agrícola um pouco preocupada quanto à validade a médio e a longo prazo no Brasil da participação do consumo internacional dos produtos. Eu queria primeiramente me fixar na tese defendida pelo Dr. Orsini e comentada pelo Ruy Miller Paiva. Na posição que o Brasil vem assumindo de erradicação de cafezais, a diversificação agrícola filosoficamente seria uma atuação que poderia trazer um resultado apenas teórico, mas pelo levantamento anteriormente comprovado por nós técnicos da Confederação Nacional da Agricultura, podemos adiantar aos srs. que o único subsetor agrícola que poderia permanecer no mesmo nível de renda é o do setor cafeeiro, mesmo assim com um certo decréscimo e que poderia trazer um conflito de ordem sociológica, tal a desocupação de mão-de-obra, pela utilização de mão-de-obra efetiva, na exploração desse setor agrícola, do sub-setor pecuário. Por nós foi constatado que havia um grande deslocamento e desocupação constante e fluxos migratórios de várias regiões produtoras brasileiras, mas eu não posso afiançar isso aos srs. estatisticamente; poderia afiançar em fatos o trabalho do Dr. Orsini, que faz uma apreciação quanto à sistemática e à metodologia usa-

da para mensurar a validade desta interpretação do deslocamento da mão-de-obra. Afianço que tivemos o início de nosso trabalho apresentação de uma tese levada pela Federação do Estado de S.P. em colaboração com a PROJETEC, que não deixa de ser de grande validade e que se dentro de uma programação global da economia Nacional, coisa que nós até hoje podemos notar seria este equilíbrio intersectorial entre a economia, sociologia, nós não poderíamos admitir qual seria o destino dado a esta mão-de-obra desocupada. Quanto à formação da renda nacional, quanto à renda admitida pelas exportações brasileiras, à configuração da falta de exportação brasileira, o café ainda se encontra como o setor que vem subsidiando a Economia Nacional como um todo e principalmente no meio agrícola, como já pudemos comprovar, subsidiando diversos setores agrícolas através da sua diversificação na distribuição de renda, fato este que coloca hoje o Brasil, ao menos nas regiões produtoras de café, nuuma posição bem interessante quanto à diversificação agrícola no aspecto de preços, que acredito seja politicamente dentro do contexto internacional. Bem interessante a posição fixada pelo Dr. Orsini e endosso aqui o comentário feito pelo Dr. Miller Paiva, porque o que podemos comprovar hoje na organização internacional do café que as três grandes classes de café cotadas nas bolsas internacionais, principalmente a de N. York, sofreram uma queda natural pelo desgaste que tem tido o café do grupo Arábica e do grupo Mans — Colombiano, em relação ao robusta. Isto porque o mercado internacional hoje vem se aproximando não pelo fator de qualidade, e sim pelo fator preço, dado à interferência maciça no consumo europeu, principalmente europeu, e também dos EE.UU., em grande escala do café solúvel, cujo preço apresenta alternativa bem mais estimulante. Em certos países como a França, que mantém o nível de renda populacional bem acentuado, no Norte da França, por exemplo tem aparecido grande incentivo ao café de qualidade. Mas desde que pudéssemos conjugar o fator qualidade e o fator preço, coisa que o Brasil pode fazer, fato este que o País pode levar como política no comércio internacional, dado à sua verdadeira posição de liderança e de sustentáculo, em abdicação dos demais produtores Latino-Americanos e Africanos principalmente, seria o moento de nós fazermos uma definição da verdadeira atuação do Brasil no comércio internacional. Não pelo dumping de preço, obviamente que não, porque outras relações tanto sociais como

políticas do País poderiam ficar abaladas, e sim pelo rebaixamento de preços, para haver uma compensação e um diferencial natural com o robusta, porque o que nós podemos observar é que está havendo um movimento constante neste último ano de queda das cotações do café Arábica e do café colocado pela Colômbia e por Quênia que são cafés de ótima qualidade. Tem havido assim uma constante baixa no comércio Internacional, aumento gradativo do café robusta. Esse robusta teve como ação psicológica inicial abrir novos mercados e acostumar novos consumidores ao seu paladar, e também grande participação na composição do café solúvel. Isso tem trazido repercussões de ordem bem negativas, e se nós a médio prazo tentarmos fixar aquilo que deverá ocasionar para o Brasil, poderemos concluir que se não for tomada agora uma medida que fuja um pouco a estas cotações naturais dos wavers ou então das autorizações especiais que são instrumentos reguladores de preço, nós talvez portanto abdicarmos certas políticas a serem levadas a efeito no comércio internacional, tenderíamos a perder um pouco a nossa posição também na cotação, cada vez mais drásticamente. Isto nós podemos comprovar. Quanto à medida um tanto complexa, nós estávamos aqui enumerando os fatores que deverão ser mencionados no nosso trabalho, mas nós nos comprometemos com o senhor através da Confederação Nacional da Agricultura a assumir aquela posição que achamos mais válida mas que não surgirá de maneira nenhuma a tese apresentada pelo Dr. Orsini, que é sem dúvida uma nova posição de política cafeeira que deveríamos tomar no Brasil. O interessante seria, eu queria perguntar à Mesa, relatar aos senhores rapidamente o que foi essa viagem, o que aconteceu nos países produtores africanos, nos países produtores latino-americanos, no mercado consumidor europeu. Aos senhores muito obrigado.

DEBATES

Rubens Dias

Vou usar da palavra para um comentário a respeito, e depois o Dr. Coutinho novamente. Eu teria, com referência ao trabalho do Dr. Orsini, que na sua 1.^a parte focaliza de uma maneira bem apropriada a situação por que passa o café, três dúvidas: A 1.^a dúvida é na questão do nível de preços em que se deveria parar; quer dizer, hoje nós estamos ofertando os nossos preços e no Brasil a política brasileira têm uma influência decisiva no nível a que está sendo ofertado o café brasileiro, e por consequência os demais cafés. Isto é, um rebaixamento de preços, uma acomodação, numa nova situação de mercado, levaria junto com a queda das cotações brasileiras todos os demais produtores. Então nós perguntariamos em que nível parar, e se nesse novo nível nós não teríamos exatamente uma repetição da situação existente apenas evidentemente como uma menor faixa de estímulo para os outros e nós que há tempos atrás estávamos com as cotações estabilizadas em 50 cents e hoje estamos na faixa de 35; se abaixasse para 20 ou para menos ainda, talvez a única decorrência seria a perda de cambiais e sem alterar fundamentalmente a posição geral com face aos demais competidores. Outra dúvida, outra questão, é com referência ao preço médio que efetivamente o café vem recebendo no interior para o lavrador, na citação da pag. 9, em que se admite que o cafeicultor receba um terço do total que se obtém nas cambiais. Eu acho que o Dr. Orsini não computou neste cálculo o preço que o IBC paga aos cafés que não entram no processo de exportação, mas que de qualquer jeito o lavrador recebe, vende este café e auferem uma renda correspondente. A 3.^a indagação que eu faço é referente à base da política interna principal sugerida, que é o contingenciamento da produção. É daí, embora não se deva reconhecer que a política certa numa situação com a que se enfrenta um produto qualquer seria limitar a oferta à possibilidade da demanda, com o café, que é uma cultura permanente, isso encara problemas sérios, quer dizer, o estabelecimen-

to de cotas numa situação atual, em que se produz normalmente mais daquilo que se pode colocar no mercado, nós iríamos exigir dos lavradores uma redução nas suas produções individuais. E estas produções individuais estão baseadas numa área específica de café; isso levaria imediatamente não a um corte de cafezal com conseqüente intensificação no plantio; seria um contra-senso para a maioria dos nossos cafeicultores. Eles apenas pensa e simplesmente relaxariam o trato, não adubariam de jeito nenhum, fariam menos carpas, e isso tudo no fundo significa prejuízo, porque nós vamos ter um abaixamento na produtividade, nos recursos que estão sendo empregados tanto de capital como de braço. Isso é um fato que precisa ser considerado, embora como eu disse anteriormente, eu concorde com a tese em si de controle da produção.

* * *

Dr. Coutinho

Sr. Presidente,

De u'a maneira geral eu concordo com o trabalho do Dr. Orsini e o achei magnífico e as restrições que ia fazer em parte eram pertinentes às que fez o Dr. Rubens. Mas, o que eu não concordo está na pagg. 5, quando êle diz "como se verifica, o café desempenha um papel muito mais amplo em matéria de trabalho e de distribuição de renda de que outros setores de elite de nosso parque industrial". Pelos dados que êle apresentou, a tese é válida apenas em relação à matéria de trabalho, mas quanto à distribuição de renda não é pelo seguinte: Eu estive fazendo aqui os cálculos pelo quadro que êle apresentou. A indústria automobilística contribuiria com 383 mil cruzeiros e a cafeicultura com 125 mil. Por trabalhador a indústria automobilística remunera dois milhões e trezentos por ano e o café 500 mil, de modo que é axiomático que o exemplo dêle não é válido em afirmativa. E com a circunstância de que a indústria automobilística propicia em maior percentagem talvez o emprêgo de trabalhadores especializados, concorrendo assim para melhorar o nível de vida do trabalhador brasileiro, enquanto que a baixa remuneração paga pela cafeicultura obriga as massas rurais a permanecer em um nível de padrão de vida sub-humano. De modo que a tese por êste motivo, baseado em seus próprios dados, não é válida.

Muito obrigado.

IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO MILHO

ANTÔNIO TEIXEIRA
Diretor do Instituto de Economia Rural
da Universidade Rural de Viçosa

A importância econômica do milho no Brasil pode ser evidenciada por uma série de modos.

Se examinarmos quanto ao aspecto de uso de recursos que são empregados na sua produção, vemos que quanto a área cultivada, por exemplo, o milho é o primeiro produto na lavoura nacional (Quadro 1).

ANOS	CULTURAS					
	Milho	Café	Algodão	Feijão	Arroz	Cana-de- Açúcar
1950	4.682	2.663	2.689	1.808	1.964	828
1951	4.750	2.738	2.487	1.787	1.967	874
1952	4.864	2.823	3.035	1.838	1.873	920
1953	5.120	2.919	2.587	1.495	2.072	991
1954	5.528	3.005	2.487	2.199	2.425	1.027
1955	5.613	3.266	2.617	2.229	2.512	1.073
1956	5.998	3.412	2.663	2.257	2.555	1.124
1957	6.051	6.661	2.405	2.335	2.471	1.142
1958	5.790	4.079	2.707	2.126	2.515	1.208
1959	6.081	4.144	2.580	2.299	2.897	1.249
1960	6.681	4.420	2.930	2.560	2.966	1.340
1961	6.886	4.384	3.234	2.581	2.174	1.367
1962	7.343	4.463	3.458	2.716	3.350	1.467
1963	7.958	1.286	3.554	2.982	3.722	1.509
1964	8.106	3.696	3.765	3.131	4.182	1.519
1965	8.771	3.673	4.004	3.273	4.619	1.705

Vê-se que o milho é seguido pelo café e que tem a sua área cultivada mais de 1,5 vezes a área deste.

Com relação aos outros dois produtos selecionados para discussão nesta conferência, o milho ocupa uma área 2 a 3 vezes maior do que a plantada com arroz e mais de 5 vezes maior do que a plantada com cana-de-açúcar.

O uso de mão-de-obra rural na cultura de milho embora não seja explícita nas estatísticas comuns para ser avaliado, considerando-se, em termos médios, que seja 814.285 homens/ano, o que chega a ser cêrca de 6% da população ativa de nossa agricultura em 1960.*

Este número pode não impressionar pelo seu valor absoluto, mas lembramos que o milho é apenas uma das inúmeras ocupações do nosso homem do campo.

Quanto à participação do milho no valor total da produção agrícola nacional, vemos que durante certo período o milho foi a segunda cultura perdendo apenas para o café. Mais tarde este fôra substituído pelo arroz, que passou a ter um valor da produção ligeiramente superior ao valor da produção de milho (Quadro 2).

**QUADRO 2 — Valor Total da Produção de Algumas Culturas.
Valor da Produção Cr\$ 1.000.000**

ANOS	CULTURAS					
	Milho	Café	Algodão	Feijão	Arroz	Cana-de-Açúcar
1950	5.581	15.885	6.925	2.249	5.399	3.253
1951	6.158	16.578	8.831	2.788	5.141	3.654
1952	8.639	19.021	10.243	3.508	6.533	4.392
1953	11.105	21.451	7.576	5.701	12.938	5.092
1954	12.453	29.797	9.933	4.896	15.397	6.347
1955	16.045	41.558	13.670	8.477	17.180	7.795
1956	20.244	30.528	14.408	12.274	19.933	11.746
1957	22.747	43.715	13.980	15.193	23.656	12.449
1958	23.809	48.566	17.015	11.765	29.498	16.691
1959	32.294	60.917	26.975	23.550	41.447	17.085
1960	49.075	77.462	42.775	39.948	51.966	29.584
1961	68.778	103.396	67.574	37.418	67.393	43.481
1962	141.345	158.203	106.305	94.171	164.327	73.713
1963	181.250	181.774	146.875	136.842	304.465	167.519
1964	377.146	294.550	296.958	180.488	487.738	346.342
1965	629.642	797.734	493.297	323.788	628.606	578.813

Muito bem, parece que estas três coordenadas nos oferecem certa possibilidade de situarmos a importância do nosso produto no contexto da agricultura nacional. Feitas estas considerações, podemos concluir que os organizadores desta reunião escolheram acertadamente ao eleger o milho entre

(*) Tomou-se como exigência média o valor de 38 homens/ha (2), considerando-se 1 homem/ano igual a 280 dias de trabalho. A estimativa da população agrícola ativa na agricultura em 1960 é dada por (7).

um dos produtos cujos problemas deveriam ser abordados aqui.

Fácil é concluir a esta altura, que o problema exige uma análise bem feita. Esta é a tarefa que a mim me tocou. Cumpre-me então penitenciar-me pela incapacidade de dar ao assunto o primoroso tratamento que o mesmo requer.

Vejamos contudo alguns pontos que possam interessar-nos com relação à cultura do milho, quando pensamos nas “Bases para uma Política Agrícola Favorável ao Desenvolvimento Econômico do Brasil”.

Características da Oferta de Milho

Encarando inicialmente o aspecto da produção, vemos que embora o milho ocupe os recursos que ocupa em sua produção, a produtividade média que exhibe por unidades destes recursos é baixa e não tem mostrado uma grande tendência a aumentar com o passar dos anos.

Os rendimentos médios por hectare de terra cultivada dão uma comprovação desta assertiva (Quadro 3).

**QUADRO 3 — Rendimentos Médios por Área Cultivada de Milho
— Brasil — 1950-64**

Ano	Rendimentos kg/ha
1950	1.287
1951	1.322
1952	1.214
1953	1.169
1954	1.228
1955	1.190
1956	1.167
1957	1.274
1958	1.273
1959	1.272
1960	1.298
1961	1.312
1962	1.305
1963	1.309
1964	1.161
Média	1.252

Fonte: Vários números do Anuário Estatístico do Brasil.

O baixo nível em que se apresentam os nossos rendimentos pode ser ainda mais evidenciado quando compararmos estes índices com as produções médias por hectare de outros países. Enquanto a média de produção por ha no Brasil atinge nos quinze anos acima enumerados um valor de ecêrca de 1.252 kg/ha, a produção nos Estados Unidos foi em 1960 de 3.800 kg/ha, na Itália 3.290 kg/ha, na Espanha 2.390 kg/ha, no Japão 2.700 kg/ha (5).

É verdade que se isolarmos certas regiões produtoras no país e observarmos estes índices, eles tomariam outros valores. O Triângulo Mineiro, certas áreas do Estado de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul por certo melhorariam nossa média.

Examinando a questão com relação aos custos de produção, pode-se ver que os processos usados na nossa produção de milho são também algo característico.

Por exemplo, Estudos de Susto de Produção de Milho realizados pelo Instituto de Economia Rural da ESA da UREMG têm mostrado que a componente "mão-de-obra" é responsável por mais de 75% dos custos variáveis envolvidos no processo (1) e (10). Quando lembramos os baixos salários que são pagos na nossa agricultura e os preços relativamente altos de itens como fertilizantes, inseticidas, combustíveis etc., vê-se que a substituição de trabalho por capital na cultura, o que naturalmente tende a aumentar a produtividade dos recursos nela envolvidos, ainda é mínima. Entre os itens de custos fixos, estimativas foram feitas segundo as quais o item terra atingia níveis superiores a 80% (10).

Na estimativa dos custos totais os dois itens terra e mão-de-obra atingiram, em média, níveis também superiores a 80%.

Assim estes são os dois itens que realmente determinam os custos de produção de milho.

Algumas estimativas têm sido feitas também das estruturas, ou dos mecanismos de respostas da oferta de milho aos diferentes estímulos. Aqui se tem destacado a atuação dos preços de milho no tempo.

Tallone Rosso (14) no Instituto de Economia Rural de Viçosa estimando uma equação de oferta de milho para Minas Gerais, usando o modelo dos retardamentos distribuídos (Dis-

tributed Lags) encontrou uma elasticidade-preço da oferta igual a 0,14.

Se lembrarmos que a série temporal usada, em seu trabalho, foi de 1944 a 62 e portanto cobria a década dos 50, vemos que este nível do índice encontrado foi relativamente baixo, principalmente quando lembramos os efeitos que poderiam ter sido causados pelo acréscimo na demanda do produto advindo de um aumento populacional da ordem de 3% ao ano naquela década.

Tal fato pode levar-nos ao pensamento de que aqueles agricultores estavam reagindo mal às variações de preço, seguindo aquela idéia de tradicionalismo, discutida por Schultz, segundo a qual na agricultura tradicional não se nota reação a agentes econômicos, tais como variações de preços.

Não nos prendamos a esta idéia aqui agora, mas não nos esqueçamos também de que a cultura de milho é, em certas áreas de nosso País, uma cultura tradicionalista e que é bem possível que o nosso agricultor a plante porque realmente desconhece outro emprêgo para seus recursos.

Vamos aceitar que tenha havido uma reação da oferta à variação de preços, ainda que pequena (*).

Indo adiante Tallone Rosso decompõe esta elasticidade em elasticidade área plantada e elasticidade rendimento, então encontrou que a elasticidade-preço de 0,14 se compunha de 0,03, elasticidade área e 0,11 elasticidade rendimento, o que mostra que os produtores reagem mais através do aumento de rendimento do que variando a área plantada.

Aqui podemos nos deter um pouco para explorar este fato. Se estes produtores se sensibilizam de tal modo a reagirem tendendo a aumentar o rendimento da cultura, podemos entender esta reação como uma aceitação da intensificação da mesma ao invés de um aumento extensivo da produção. Este fato pode ser importante num programa de assistência à lavoura de milho. Realmente o que se notou pelo Quadro 1 foi que a área cultivada com milho tende a crescer, o que pode representar a resposta da oferta pelo aumento da área. Considerando que este acréscimo de área, à margem, se constitui de terrenos de piores qualidades, o efeito na pro-

(*) Outros estudos realmente têm mostrado resultados mais elevados. Vide Brandt. S. A. Anais da IV Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais.

dução de um aumento de área se destrói pela menor produtividade desta.

Assim sendo, vemos que êsses poucos elementos nos indicam que, do lado da oferta de milho, evidências esparsas nos mostraram que:

1. Os rendimentos da cultura são baixos.
2. Que dos fatores usados na produção de milho, terra e mão-de-obra são os que contribuem com cerca de 80% dos custos totais do produto.
3. Que, embora a reação dos produtores a estímulos de preço seja baixa, esta tende a se expressar mais intensamente através da intensificação da cultura do que do seu aumento extensivo.

Características da Procura de Milho

Com relação às características da demanda, vê-se inicialmente que encontramos mais estudos do que no caso da oferta, o que parece ser ocorrência normal em diferentes economias.

Considerando em seu aspecto global, podemos dividir a procura total do milho no Brasil em duas partes, a originada pela exportação do produto no mercado internacional, e aquela que satisfaz ao consumo interno.

Quanto ao aspecto da exportação, vemos que o milho não se encontra entre os produtos que garantem grandes divisas para a nossa economia. Não é um produto que possui grande demanda no mercado externo.

Apenas em 1963 foi que se registrou um volume de exportação considerável, que contudo não atingiu mais do que 5% da produção total do país (*).

No mercado interno encontraremos o milho sendo consumido na alimentação humana e na animal.

Uma idéia conjunta de como a produção se divide para atender a êstes dois itens de consumo pode ser vista no quadro 4.

(*) Serviço de Estatística da Produção do M. A.

QUADRO 4 — Distribuição da Produção de Milho entre Consumo Animal e Humano

Ano	Produção	C. animal	%	C. humano	%
1953	5.984.284	3.889.785	65	1.748.047	29,2
1954	6.788.794	4.412.716	64,8	1.931.456	28,45
1955	6.689.930	4.324.455	65	1.830.073	27,35
1956	6.999.329	4.549.564	65	2.004.893	28,64
1957	7.763.439	5.046.235	65	2.222.837	28,63
1958	7.370.089	4.790.558	65	2.108.613	28,6
1959	7.786.739	5.061.380	65	2.201.587	28,27
1960	8.671.952	6.630.318	63,9	2.481.941	28,62
1961	9.036.273	5.873.577	65	2.571.793	28,46
1962	9.580.385	6.227.250	65	2.731.362	28,5
1963	10.127.618	6.133.735	60,5	2.642.224	26,1
Média	—	—	64,47	—	28,26

Fonte: Serviço de Estatística da Produção — M. A.

Vê-se pelo quadro acima que em média, no período de 1950 a 1963 a percentagem de milho empregada no consumo animal está em torno de 65%. A percentagem do mesmo usada no consumo humano atinge 28%.

Embora não seja o milho um alimento humano de alto poder nutritivo, a percentagem de sua produção que é usada em tal aplicação atinge um valor alto.

Segundo estimativas do FGV (*) durante o período 1957-59 o consumo "per capita" de milho por ano no Brasil foi de 33,1 kg. Tal cifra colocou o brasileiro entre os maiores consumidores de milho do mundo, perdendo apenas para o México, que possui o consumo "per capita" máximo deste cereal.

Estudos mais recentes mostram a importância do milho como alimento, pela determinação da elasticidade renda de sua procura. Por exemplo, o Instituto Brasileiro de Economia estimando a Demanda de produtos agrícolas no Brasil, determinou que na região Norte-Nordeste, onde a propensão média para consumir alimentos foi de 50,5 no setor urbano e 61,7 no setor rural, a elasticidade renda da procura de

(*) Projeções de Oferta e Demanda de Produtos Agrícolas para o Brasil — IBRE, F.G.V. Rio de Janeiro, Setembro de 1966. Vol. 1. pág. 66.

fubá foi de 0,66 (*). Por aqui pode-se aquilatar a importância do milho para certos grupos de nossa população.

Nas outras regiões a figura foi, de certo modo, diferente, pois foram encontrados valores mais baixos e até negativos para este coeficiente.

De qualquer maneira, conhecendo as qualidades alimentícias do milho que não são altas e a par do elevado consumo deste produto na alimentação de nossa população teríamos elementos suficientes para não pretendemos que o consumo de milho fôsse, em média, introduzido, quando definíssemos um programa de desenvolvimento. Naturalmente, a procura de milho poderia ser aumentada por um aumento de renda, todavia estimativa da elasticidade renda da sua procura obtida em 1960 (longo prazo) foi de — 0,28, o que indica que o efeito de aumento de renda seria negativo.

Se esta é a situação com a procura de milho para a alimentação humana, resta-nos observar o que acontece com a sua procura para uso na alimentação animal.

É com relação à procura do milho destinado à alimentação animal que gostaríamos de tecer alguns comentários.

Como tivemos oportunidade de examinar anteriormente, o consumo de milho na alimentação animal é responsável pelo uso de mais de 60% da produção total.

Pois bem, com quais rebanhos estamos usando todo esse quantum?

O Estado de Minas Gerais, segundo as estatísticas, retém os maiores rebanhos de bovinos e suínos da Federação e na produção avícola é superado apenas por São Paulo.

Este Estado que tem na bovinocultura a maior parte de sua renda da produção animal, possui sistemas de exploração distintos uns dos outros, nas suas diferentes regiões. Encontramos a criação na região do Jequitinhonha, as Invernadas de Montes Claros, os Zebus no Triângulo e vamos encontrar também gado europeu nas zonas da Mata e Sul.

O Instituto de Economia Rural de Viçosa, tem tido oportunidades de realizar alguns estudos nestas regiões (15), (11), (12), (9).

Se observarmos as descrições oferecidas por estes estudos quanto à alimentação do gado no Estado de Minas Gerais, vemos que a tônica comum é que o gado é alimentado por pastagens e que como suplemento recebe sal. Este resultado foi encontrado até mesmo na região de Leopoldina,

(*) Idem, pág. 79, 80, 81.

onde o gado é especializado em produção de leite, e onde não havia ração suplementar ou então se ministrava cana picada.

Aqui podemos encontrar uma possível forte razão para o baixo rendimento dos nossos rebanhos. Situação paralela possivelmente encontraremos com outras áreas do país. Não nos deteremos a examinar o problema com relação aos rebanhos suínos e aos outros. Aqui encontraremos o milho sendo usado na alimentação, mas, por certo, temos o problema técnico de como obter o melhor resultado da alimentação. Na melhoria da alimentação de nossos rebanhos, poderíamos usar um grande incremento da produção de milho: E aqui teríamos uma exploração com um grande multiplicador de renda. É bem possível tanto técnica como economicamente que o uso do milho seria incrementado na produção avícola e de suínos antes de ser usado na produção de bovinos, todavia dada a disponibilidade de dados, usamos êste último para ilustrar a existência desta potencial demanda.

Para que o milho fôsse usado na alimentação animal, surgiria então mais uma componente que teria que ser fornecida ao setor de produção. Esta seria o conjunto de facilidades para a transformação do milho em um produto ministrável ao gado na sua forma mais econômica e zootécnica.

A indústria de transformação seria então mais um fator que os produtores rurais estariam reclamando.

Façamos agora um apanhado dessas rápidas idéias que oferecemos sôbre a procura de milho:

1. o país não possui tradição de exportador de milho, embora seja o 3.º produtor mundial;

2. duas são as componentes básicas no mercado interno: o consumo humano e o animal;

3. o consumo humano é de grande importância, todavia considerando a baixa qualidade do milho como alimento e a elasticidade-renda de sua procura, não se esperaria um aumentada pelo aumento do consumo animal, o que talvez

4. há grandes possibilidades de a procura de milho ser aumentada pelo aumento do consumo animal o que talvez dependesse de fatores alheios ao setor produção própria-mente.

Implicações para "uma Política Favorável ao Desenvolvimento Econômico do Brasil"

E fácil, uma vez conhecidas as baixas condições técnicas em que se processa determinada cultura, indicar medidas que conduzem ao melhoramento. Uma série de mudanças

são de caráter geral e não são em nada complicadas por se tratar desta ou aquela cultura específica.

Um fator que pode complicar a situação existe quando o agregado de oferta ou procura se acha saturado.

Se a procura potencial é elevada mas os meios e as técnicas de produção já estão esgotados, a maneira de satisfazer a esta procura pode vir a exigir processos engenhosos. Este não é o nosso caso.

Por outro lado, se a oferta potencial é elevada mas as condições de procura não favorecem um balanceamento imediato, a situação pode complicar.

No nosso caso, preferimos, pelo menos inicialmente, não pensar que teremos que enfrentar estes tipos de problemas.

Por outro lado podemos pensar que não será difícil aumentar a produção quando recursos para tanto são disponíveis, às vezes, em grande escala, e também quando os rendimentos se encontram a um nível quase mínimo. O uso de um pouco mais de recursos ou a aplicação de um mínimo de tecnologia conduziria ao resultado almejado.

Do lado da procura, se se trata de um produto alimentar quando há carência de alimentos (humanos ou não) é fácil garantir o seu uso.

No entanto, as coisas não são tão simples assim. Temos que pensar que possivelmente se as soluções fossem tão fáceis, já haviam sido adotadas.

Partamos do problema em sua raiz. Por que será que os nossos agricultores continuam obtendo um rendimento médio tão baixo? O milho é um produto que se cultiva desde que o Brasil é Brasil. Já era tempo de nossos agricultores saberem como produzi-lo. Entretanto o que nós concluimos é que eles não o sabem. E por que será que isto acontece? Apenas uma coisa pode se afirmar a esta altura, se eles não o sabem, não são os responsáveis por isto. Num sistema em que o aprendizado se processa pela transmissão de conhecimento de pai para filho, há de chegar um momento em que os conhecimentos se tornam estanques. Não é possível progredir depois deste ponto. Atinge-se uma espécie de Estágio Estacionário de John Stuart Mill. Se alguma força externa não romper esta situação estática, ela assim permanecerá. Alguém teria que ir ao produtor e mostrar a ele que lhe é possível melhorar.

Eis aqui uma medida que não é nova, e que todos nós a conhecemos de muito. Há 19 anos temos podido contar com um sistema de Assistência Técnica à agricultura em um de

nossos estados. Seus resultados lá estão. As melhoras dos agricultores com quem têm trabalhado são absolutamente palpáveis. Várias têm sido as afirmações do seu sucesso; para não enumerá-las, lembraremos apenas que, à sua semelhança, temos hoje cerca de 20 filiadas em nosso sistema de Extensão. Todavia, os resultados dos serviços destas organizações não apareceram ainda afetando os rendimentos aqui discutidos. A razão disto é simples, os produtores por eles atendidos representam uma parcela íntima do total. Surge aqui uma idéia um pouco mais concreta agora “Precisa-se aumentar a atuação dos serviços de Assistência Técnica”. Não vamos discutir como se faria isso, apenas deixemos claro que isto é uma necessidade. Se as nossas organizações de Extensão estivessem atendendo a maior número de agricultores e se os rudimentos de técnica de caráter geral, como conservação de solos e outros tivessem os efeitos no aumento da produtividade agrícola, estes teriam sido mostrados nos dados de produção que hoje estamos a discutir.

Os nossos serviços de assistência técnica já preparavam o público com que trabalham; resta-lhes agora aumentar o seu alcance. As modificações trariam retornos sem grandes inversões iniciais para os produtores e esses se mostrariam receptivos a estas modificações, segundo as informações aqui oferecidas, quando de oferta de milho. Então começaríamos a tornar o problema mais complexo. Alguns dos cuidados extras que seriam necessários à melhoria da produção iniciariam a solicitar alguns excessos sobre os custos normais que se têm na exploração. Aqui a Assistência Técnica necessitaria do suporte natural, que é, um bem dosado sistema de crédito. Outra vez a idéia não contém novidades. A assistência técnica no Brasil tem sido desenvolvida com o apoio de um sistema creditício. Cumpre notar a esta altura, que no Brasil houve o feliz casamento; os dois esquemas são atendidos pelas mesmas organizações.

Surge então a pergunta “Como dar assistência técnica aos produtores, depois que eles adotarem as práticas básicas melhoradas? O que ensinar a eles? Depois de esgotadas aquelas mudanças apontadas pelo senso comum da técnica, quando cairmos nos problemas específicos, como resolvê-los? Que respostas dar às perguntas “Qual a melhor forma de adubação, que híbridos usar etc. ...?” Aqui, meus senhores, antes de levarmos as idéias aos agricultores, estas terão que ser produzidas. Surge então um possível estrangulamento.

Aqui é onde possivelmente o nosso esquema de Assistência Técnica está parado, ou tendo menor atuação, quando pensamos nos fazendeiros que estão atendendo. O número de correspondências solicitando os resultados de nossos trabalhos em Viçosa, é uma prova da ansiedade dos Técnicos que labutam, no campo, por resultados de novos estudos.

E aqui é onde possivelmente o estrangulamento perdurará. Perdurará porque nem sempre se encontram os resultados desejados nas pesquisas, e nossos administradores se parecem muito pouco sensíveis a essa necessidade, e não dão o apoio esperado às pesquisas agrícolas.

Parece estarrecedor que um país como o nosso, com agricultura de baixos rendimentos e dependendo dela, depois de ver os EE. UU. da América do Norte insistentemente investir durante mais de 40 anos em pesquisas no setor agrícola sem obter praticamente resultados, em seguida obter resultados da ordem de 1.300% (*) no mesmo setor, não se anime a investir na criação de conhecimentos que lhes são importantes.

Para se ter idéia desta aparente apatia basta lembrar que o CNPq, órgão nacional de coordenação de pesquisas mantém 6 instituições de investigação e que em nenhuma delas se fez em 1965 um estudo agrônômico sequer.

Por outro lado auxílio e bôlsas para Estudos Agrônômicos não perfizeram 10% dos recursos totais. (**) dirigidos a "Auxílios e Bôlsas".

O ponto parece claro, mas não tem sido notado, "Como poderemos ensinar, se não sabemos o que".

Quando pudermos dispensar recursos em pesquisas agrônômicas e se fizermos pesquisas importantes, elas poderão nos dar condições de serem capazes de mudar a estrutura dos custos da produção do milho e promover o aumento do rendimento de sua produção. Então teríamos o que ensinar aos agricultores e os extensionistas saberão o que transmitir a êles. Vale lembrar, a esta altura, que é necessário que o sistema de pesquisas seja bem arquitetado em si mesmo para que possa usar do efeito complementar que existe entre os diferentes ramos da ciência e para que haja um perfeito entrosamento da produção de conhecimentos com o sistema que o utiliza na formação do técnico e finalmente com

(*) Griliches.

(**) CNPq — Relatório 1965.

aquêle que o conduz ao beneficiário direto da nova técnica, o produtor.

Pois bem, estas seriam então as medidas a serem imediatamente atacadas ao lado da oferta. Teríamos então, a medida que os resultados fôsses aparecendo, um acréscimo do produto total da agricultura. Surgiria o problema de como criar condições para que o produto fôsse tornado disponível àqueles que o poderiam e precisariam usar.

O esquema geral de infraestruturas, condições de transportes, de armazenamento, de distribuição de um modo geral teria que atender a um mínimo de condições. Examinemos o que existe especificamente a ser feito.

Básicamente não se pensaria em aumentar o consumo per capita do cereal, embora às vêzes tivéssemos que pensar que o mesmo teria que ser levado em maiores quantidades a regiões onde o seu consumo é deficiente.

Então a grande modificação a ser introduzida se constituiria na criação de um esquema em que o produto pudesse ser economicamente utilizável na alimentação animal. Qual é o sistema adequado, como organizar a sua localização de tal modo que êle venha atender da melhor forma a ambos, produtores de milho e industrializadores do mesmo, êstes seriam outros problemas. Interessa-nos aqui o fato de que assim fazendo, teríamos a produção incrementada e seu incremento utilizado pelo mercado.

Tôdas estas medidas trariam o aumento da produtividade dos recursos envolvidos na produção de milho, aumentando assim o produto total da cultura; a garantia de sua distribuição evitaria a queda de seus preços e ao mesmo tempo colocaria à disposição de outros setores de produção os fatores produtivos de melhores qualidades, o que provocaria também o efeito multiplicativo noutros ramos de atividade agrícola, tendendo finalmente à promoção de outros componentes do setor.

BIBLIOGRAFIA

1. BEMELMANS, P. F. — **Custo de Produção de Milho no Município de Viçosa e suas Relações Econômicas, Ano Agrícola 1960-1961.** Tese apresentada à EPG da UREMG para obtenção do grau de M. S. Viçosa, Minas Gerais, 1964.
2. BRANDÃO, E. D. — **Princípios de Administração Rural que Interessam a um Programa de Crédito Supervisionado.** Tese para provimento da Cátedra de Administração Rural da ESA, UREMG, Viçosa, Minas Gerais, 1958.
3. CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS, **Relatório de 1965.**
4. CUNHA, H. — **Análise Multivariada dos Custos da Produção de Arroz Não Irrigado e de Milho.** Tese apresentada à EPG da UREMG para obtenção do grau de M. S., Viçosa, Minas Gerais, 1964.
5. FAO — **Production Yearbook 1962.**
6. IGBE — Conselho Nacional de Estatística — **Anuário Estatístico do Brasil — Vários números.**
7. IBRE — Fundação Getúlio Vargas — **Projeção de Oferta e Demanda de Produtos Agrícolas para o Brasil, 2 volumes, setembro de 1966.**
8. IBRE — **A Indústria de Alimentos no Brasil, 1966.**
9. MOURA, L. M. — **Impactos das Mudanças de Tecnologia, na Produção e nas Rendidas do Gado Bovino Leiteiro, em Viçosa, MG.** Tese apresentada à EPG da UREMG para obtenção do grau de M. S., Viçosa, Minas Gerais, 1963.
10. PEREIRA, G. — **Sistema de Exploração Agrícola, Custo e Relações de Custo de Produção de Milho no Município de Capinópolis, Minas Gerais.** Tese apresentada à EPG da UREMG para obtenção do grau de M. S., Viçosa, Minas Gerais, 1962.
11. SANTOS, F. A. — **Análise dos Efeitos da Adoção de Níveis Tecnológicos Mais Elevados da Produção de Bovinos de Corte, no Município de Pedra Azul, Minas Gerais, Ano Agrícola 1962/1963.** Tese apresentada à EPG da UREMG para obtenção do grau de M. S., Viçosa, Minas Gerais, 1964.
12. SILVA, J. L. — **Relações Econômicas do Custo de Produção de Leite em Três Municípios da Bacia de Belo Horizonte.** Tese apresentada à EPG da UREMG para obtenção do grau de M. S., Viçosa, Minas Gerais, 1963.
13. SOBER — **IV Reunião da Sociedade Brasileira dos Economistas Rurais, São Paulo, 196.**
14. TALLONE ROSSO, W. J. — **Estimativas Estruturais das Relações de Oferta de Milho no Estado de Minas Gerais, 1944/1962.** Tese apresentada à EPG da UREMG, para obtenção do grau de M. S., Viçosa, Minas Gerais, 1965.
15. TOLLINI, H. — **Produtividade Marginal e Uso dos Recursos: Análise da Função de Produção de Leite em Leopoldina, M.G., Ano Agrícola 1961/1962.** Tese apresentada à EPG da UREMG para obtenção do grau de M. S., Viçosa, Minas Gerais, 1964.

Comentador: *Dr. Everton Ramos de Lins*

Senhor Presidente, senhores participantes dêste encontro. Meu agradecimento à Direção da SOBER, pela oportunidade que me deu de comentar êsse trabalho, e ao seu autor, Professor Antônio Teixeira, os meus cumprimentos pela boa contribuição que trouxe a esta V Reunião.

O trabalho apresentado constou de 4 tópicos: Importância Econômica do Milho, Características da Oferta, Característica da Procura e Implicações para uma Política Favorável ao Desenvolvimento Econômico do Brasil, Não há tempo para focalizarmos todos os detalhes tratados em cada um deles, devendo meu comentário restringir-se aos principais pontos que me chamaram a atenção na sua leitura.

A título de complementação. O autor referiu-se à baixa elasticidade-preço da oferta de milho, 0,14% encontrada por Tallone Rosso em Minas Gerais, em 1965, usando modelo de retardamentos distribuídos em séries temporais de 1944 a 62. Penso que não haveria inconveniente se tivesse constatado também no trabalho que, naquele mesmo ano, usando sistema análogo ao usado por Rosso, foi calculada para São Paulo a elasticidade-preço da oferta do milho de 0,45. Este valor é maior que o encontrado para Minas, e sua inclusão poderia ter ampliado um pouco mais a visão do Brasil em geral, como área que o trabalho em conjunto parece propor-se abranger.

No quarto tópico do estudo, foram destacados como objetivos básicos para o milho tendo em vista um norteamento político favorável ao desenvolvimento econômico do Brasil, os seguintes: (1) aumento da produção, que deverá ser conseguido essencialmente através de (2) elevação da produtividade e (3) incremento do consumo interno, principalmente ampliando o emprêgo do produto na alimentação animal.

Para o aumento da produção, propôs-se sobretudo a intensificação de modernas práticas agrícolas nas áreas já agricultadas, alegando o autor, que a incorporação de novas zonas no processo produtivo é de pouca importância, por

serem as terras atualmente inaproveitadas de qualidade inferior. É provável que isso seja certo, em se tratando de uma área limitada como um Estado ou um Município, mas penso caberem dúvidas em se tratando do País como um todo.

Como o Professor, eu também teria dito que é preciso adotar-se a mecanização agrícola nas áreas já ocupadas, para fazer baixar o custo de produção que, conforme foi mencionado, em certas regiões, mais de 75% dos custos variáveis (C.V.) correspondem a “mão-de-obra” e fazer emprêgo de melhores sementes e mais adubo além de outras inovações tecnológicas, para elevar o rendimento médio por área do Brasil que é inferior a 1/3 dos países mais avançados. Mas, eu teria dito mais que existe necessidade de estudos econômicos, visando a situar a possibilidade de expansão da lavoura para novas áreas, lembrando a propósito, a citação do autor quando disse que em certas áreas de cultivo tradicional, a terra representa mais de 80% dos custos fixos (C.F.) da produção de milho.

Quando referiu-se às vantagens da melhoria das técnicas agrícolas como meio de elevar a produtividade, acredito que se o autor, além da evolução do rendimento de milho no Brasil que permaneceu praticamente estacionário, face inclusive à ainda baixa presença de serviços de assistência técnica, tivesse incluído também tabelas para Estados isolados nos quais a substituição das práticas rotineiras de cultivo têm se processado regularmente e com bons resultados, aquelas vantagens de intensificação de práticas então defendidas teriam ficado melhor evidenciadas.

Corroborando afirmativas que foram feitas no trabalho, eu também defendo que os serviços de extensão rural devem ser ampliados e as pesquisas agrônômicas dinamizadas, e que a produção comercial de sementes híbridas, e instalação de postos de mecanização agrícola e de agências pre acompanhar a expansão da rede técnico-assistencial, regionais de distribuição de fatores de produção, devem sempre, isoladamente, a assistência técnico-educacional poderá não apresentar retôrno algum. Vale aqui lembrar uma notícia textual do estudo em comentário, de que, muitos serviços de assistência técnica e extensão rural atualmente em funcionamento no País, por não contarem com a devida cobertura de outros serviços que lhes deveriam ser complementares, defrontam-se fazendo-se a si próprios a pergunta: “Como poderemos ensinar ao lavrador melhores técnicas, se não as temos à mão?”.

Voltando ainda à parte que a exposição referiu-se aos objetivos a serem buscados para a economia do milho numa política global de desenvolvimento econômico, ali o autor situa o aumento de produção e de produtividade-área, como as metas primordiais visadas.

De minha parte, eu diria que a meta principal a ser atingida é o *aumento do consumo* e que êste deve ser conseguido por diminuição dos custos, de produção e de comercialização, possibilitando a *baixa de preços de venda do produto*. Todavia, como pode-se notar, com isso não estou discordando do professor, porque o aumento de produtividade por êle propôsto também poderia levar a aumento do consumo por câminho semelhante, ou seja, também por abaxamento dos preços do milho.

Apenas eu preferí pensar primeiro no assunto de consumo, porque antes de se investirem novos recursos num sistema de produção, convém que se tenha, de ante-mão, um plano de aplicação para o produto marginal positivo que é esperado.

O certo é que, admitindo-se constante a relação de produção. Isso também, é bom citar, incentivará os procura, normalmente, só com diminuição de preços, pode-se esperar aumento da quantidade procurada, e portanto do consumo de determinado produto. Como a relação oferta, no caso presente, é bem mais flexível que a de procura, a solução mais viável para incrementar-se o consumo daquele cereal, é deslocar para a direita no eixo das coordenadas cartesianas, a curva da oferta, mediante redução dos custosdutores para aumentarem suas atividades, apesar dos preços mais baixos, o que aparentemente seria paradoxal, mas não é.

Isso, em parte, apenas visando a reforçar princípios do trabalho comentado.

Diga-se também, que a preços mais baixos, poder-se-á esperar maior emprêgo de milho na alimentação animal (quem sabe mesmo na engorda de bovinos de corte), na alimentação humana, na indústria e ainda o aumento da quantidade destinada ao exterior.

Em relação às exportações convém dizer que, apesar de representarem menos 5% da produção total do Brasil, nos últimos anos elas têm sido de capital importância na formação dos preços do milho nos Estados do Paraná e São Paulo, que figuram entre os maiores produtores da Federação. Nêsse setor lembra-se que não se pode contar com me-

lhora futura das cotações internacionais, considerando a tendência geral do declínio dos preços de exportação dos produtos primários, da qual não se pode dizer que o milho foge à regra. Isso, ao que parece reflete a concorrência dos países produtores, sempre buscando reduzir seus custos operacionais, pelo uso de técnicas de atividade cada vez mais modernas.

Por último devo expressar que estive muito bem o Professor Antônio Teixeira Filho quando situou o aumento de produtividade da cultura de milho como a necessidade básica para contribuição desse setor ao desenvolvimento nacional, porque na verdade aumento de produtividade, basicamente, define desenvolvimento econômico.

Muito obrigado. Tive muita satisfação em apresentar-me ante o grupo selecionado que constituem os presentes.

DEBATES

Dr. Júlio César Covello

Ouvi com muita atenção o trabalho exposto e os comentários feitos sobre a produção de milho no Brasil. Embora tenha concordado com os pontos principais do trabalho e comentários a ele feitos, não posso deixar de lembrar uma grande falha havida na apreciação do problema do milho no Brasil. E esta falha resulta da indefensabilidade do produtor, em função do comércio. Esta situação, nós que conhecemos como se processa, qual é o tipo da produção diária na sua pequenez, na sua distribuição por zonas longínquas, à procura de terras melhores do que aquelas já devastadas e já empobrecidas, o produtor nestas regiões na generalidade não é beneficiado por preços mínimos estabelecidos pela Comissão de Financiamento da Produção. A situação do produtor é aquela de 30 anos atrás, em que ele se empenhava com o comerciante da estrada ou da sua vila para custear parte dos dispêndios necessários à sua produção, pagando esse financiamento em mercadoria, geralmente com o produto colhido, independentemente de qualquer possibilidade de sua defesa pessoal em relação à oferta de preços por esse comprador eventual. Isto permanece hoje, principalmente no interior do Paraná, no interior de Minas ou no interior do Rio Grande do Sul. Esta situação teria que ser apreciada com muita atenção pelos economistas, a fim de que o nosso produtor de milho, que representa um potencial econômico tremendo para o País, pudesse se desenvolver, desde que a modificação deste estado de coisas se refletisse numa melhoria e num entusiasmo maior por parte do produtor, que não tem visto, que não tem sentido qualquer benefício decorrente das elevações de preços que nos últimos anos têm se verificado. O beneficiário tem sido exclusivamente o intermediário. Uma das essencialidades no aparelhamento da produção de milho ao pequeno produtor, no sentido de que ele possa auferir melhorias ou se

defender melhor do comprador, seria uma possibilidade de armazenamento pessoal de sua safra em condições de conservação, a fim de que ele pudesse resistir à oferta de preços baixos, preços êsses dos quais êle não pode se livrar, dado à impossibilidade da conservação de seu produto por tempo mais ou menos prolongado entre uma safra e outra. Nós já lutamos e já apresentamos aos órgãos capacitados de resolver o problema no Brasil, várias sugestões para que o pequeno produtor fôsse aparelhado principalmente com pequenos silos manuais em que êle pudesse trabalhar sem necessidade de fôrça elétrica, sem ser preciso qualquer aparelhagem fora da alçada dos seus conhecimentos e dos recursos materiais da zona em que age; para que êle pudesse pessoalmente conservar melhor o seu produto a fim de disputar, de discutir pelo menos, o preço das ofertas que lhe são feitas. E não se tem cogitado absolutamente nada de um assunto correspondente a esta situação. Êstes são os meus comentários e não seria inconveniente que eu também externasse o meu ponto de vista a respeito da exportação de milho. Nós deveríamos ser exportadores dos produtos conseguidos com a utilização da totalidade da safra do milho brasileiro. Haja visto os produtos suínos da indústria frigorífica, haja visto os produtos industrializados, de forma a que tivéssemos possibilidades ão se exportar matéria-prima desvalorizada de produção quase generalizada no mundo, mas que tivéssemos possibilidades de exportar produtos finos, produtos disputados, produtos de certa colocação no mercado mundial de consumo e de alimentação. Era o que tinha a acrescentar aos debates do milho.

* * *

Dr. Antônio Rafael Teixeira Filho

Eu devo inicialmente agradecer ao colega Everton Lins pela complementação que êle oferece ao nosso trabalho, que em hipótese alguma tinha a pretensão de ser completo. Em resposta a algumas de suas intervenções, nós gostaríamos de lembrar em 1.º lugar o fato dêle mencionar que foi encontrada em outros estudos, usando a mesa técnica uma elasticidade de preços um tanto mais alta, 0,45, embora não explicitamente, esta citação apareça aqui. Estou com um problema agora; se êle se referiu a um trabalho feito em 1965, se nós observarmos, na página 6, veremos que a certa

altura nós dizemos que ontros estudos têm realmente mostrado resultados mais elevados. (Vide Sérgio A. Brandt). Acho que é a êste trabalho que êle se refere. Nós tínhamos conhecimento dêsse outro trabalho oferecendo esta estimativa um pouco mais elevada. O que acontece é que por questão de representatividade, nós decidimos optar pela estimativa de Talone Rosso, porque se trata neste caso de um trabalho com o qual nós estávamos bastante familiarizados e tínhamos certeza dos cuidados que tomou na sua execução. Contudo, nós fizemos também menção a esta estimativa encontrado por Sérgio Brandt. Quanto à possibilidade de expansão de áreas, nós não fizemos uma afirmativa de que as áreas agregadas ao processo de produção eram piores, ou que trariam rendimentos decrescentes. Nós apenas aventamos esta possibilidade como uma possível explicação dêsse efeito não estar aparecendo, quando se trata da resposta da oferta a êsse incentivo econômico. Essa seria uma possibilidade que nós lançamos. Eu vejo também que mais adiante, no seu comentário, o Dr. Everton chega quase a concordar com a pouca exequibilidade de exploração destas áreas. Quanto ao fato mencionado de que se nós pudéssemos separar certas áreas, certos Estados, assim obteríamos valores mais altos para êsses índices de respostas, nós podemos dizer também que na pág. 4 mencionamos isto; e fomos mais explícitos, dissemos que se isolarmos certa regiões produtoras do País, êstes índices tomariam outros valores. O Triângulo Mineiro, certas áreas do Estado de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, por certo melhorariam nossa média. Quer dizer que nós também consideramos esta possibilidade, mas sempre que era viável, o que nós procuramos fazer foi referente a produção de milho no seu contexto nacional. As vêzes isto não era possível então éramos levados a lançar mãos dos elementos que tínhamos, e aí era o caso de por exemplo termo-nos baseado em muitos dos estudos que nós temos realizado no Instituto de Economia Rural de Viçosa. Com relação ao aumento da produtividade da área, o colega Everton pensa que a êste não é o elemento chave com que devêssemos atuar, e que nós devêssemos atuar no aumento do consumo. Eu não posso concordar que não se deva atuar no sentido de fazer com que a produtividade por área seja aumentada. Posso aceitar sim a possibilidade de que se venha a fazer com que haja um aumento do consumo. Nós traçamos um argumento aqui segundo o qual temos um consumo "per capita" de milho no País muito alto. Posso aceitar ainda que haja

possibilidade de aumentar este consumo se nos transportássemos para um outro ângulo do problema e fôssemos encontrar uma certa demanda insatisfeita de produtos alimentícios de um modo geral, em certas áreas de nosso País. Usando desse fato me seria fácil admitir o aumento de consumo. Mas eu imagino que seria apenas nisso. Apenas nisso porque alguns dados que nós lançamos aí, de certo modo nos deixam deslocados em aceitar uma possibilidade do aumento desse consumo. E um exemplo que nós demos foi de que nós estamos vendo que o milho é um tipo de mercadoria classificada pelos economistas como talvez uma mercadoria de dívida. Nós temos uma necessidade relativamente alta e negativa. Então, se nós aceitamos este aspecto, se nós aceitamos este argumento inicial de que possivelmente em certas áreas o milho pelo seu alto consumo tenda quase a se comportar como uma mercadoria de guifen, não podemos aceitar que o abaixamento do seu preço venha no total a aumentar o seu consumo. Contudo, deve ser uma posição um tanto quanto radical admitir a possibilidade de que o milho seja tão inferiorizado assim na dieta dessas populações. A essa altura poderíamos aceitar que até certo ponto o rebaixamento de preços poderia vir a facilitar um maior consumo. Acreditamos sim que esse efeito renda na procura do milho possa vir a fazer com o que nós preconizamos no fim do nosso trabalho, ou seja, a conversão ou o process de conversão do milho em outras formas de alimentos em que nós fomos explícitos aqui, levar milho das populações através de outros alimentos como carne, fôsse uma possibilidade. Por esse canal nós aceitaríamos plenamente o argumento do Dr. Everton. Nós estaríamos assim fazendo o que está dito no fim do trabalho. Nós ofereceríamos inputs a outras explorações a preços mais baixos, o que tenderia de certo modo a baixar os custos destas outras explorações. A essa altura o argumento dele é perfeitamente plausível, mas não vai de maneira nenhuma em contrário ao que nós havíamos dito inicialmente. Ele disse que este abaixamento de preços seria conseguido através de um aumento da oferta. Perfeito. Acho que é só isso que nós estamos querendo. Era um negócio parecido com isso que o trabalho no seu todo queria propor. Agora resta a seguinte pergunta: Acho que existe algum estrangulamento. E como vamos fazer isso? Nós estamos querendo pensar num possível esquema que ocasionaria uma coisa dessa natureza. Quanto à questão da exportação, nós simplesmente não a consideramos quando estávamos pensando no tópico desse

trabalho, porque considerando a potencial demanda a qual preconizamos aqui, e possivelmente esta potencial demanda seria dirigida para a criação ou para o aumento de produção em outros setores que teriam um poder de barganha no Mercado Internacional, se fôsse o caso, bem maior que o milho, foi que nós resolvemos relegar a um plano talvez não tão importante o aspecto da possibilidade de exportação do produto. Tenho a impressão de que êsses foram os principais pontos que consegui captar do comentário do Dr. Everton Lins. Quanto à observação do Dr. Júlio César Covello, argumentando em favor de que o produtor ainda é indefeso e que nós não abordamos o assunto, eu não posso aceitar de forma alguma que êste fato não tenha sido abordado. Acho que em todo êste esquema que nós tentamos desenvolver aqui, pelo qual nós faríamos com que a produção crescesse e tb. fôsse utilizada, quando nós estamos cuidando da utilização dêsse produto aumentado, estamos cuidando do aumento da defesa do produtor. A esta altura eu chego a dizer um pouco mais. Eu acredito que nas condições atuais, nas condições nossas, êsses produtores estejam fazendo o máximo. E o resultado de uma das últimas hipóteses do Professor Schultz, e nenhum de nós tendo os elementos de que êles dispõem consegue fazer mais do que êles estão fazendo. Mas eu não posso aceitar que êste aspecto da sua indefesa não tenha sido observado aqui no nosso trabalho. Todo êste sistema de melhor comercialização e a transformação dêsse produto em outro insumo constituiria isso a que o Dr. Júlio se refere como sendo um processo de aumento da defesa dêste pessoal. Quanto ao armazenamento pessoal eu não terei aqui agora evidência nenhuma, mas ainda assim eu vou arriscar dizer alguma coisa em resposta a êste argumento. Eu diria que não é falta de capacidade de armazenamento individual, que proíbe a êstes produtores manter com êles o produto de sua safra. Penso que não tenho elementos para apontar quais são estas causas que fazem com que os agricultores não possam manter o produto até um certo ponto em que os preços são mais convenientes. Talvez pudéssemos lançar alguns pensamentos, mas a esta altura vamos parar aqui. Quanto à questão de exportação parece que o argumento havia sido ventilado pelo Dr. Everton e a observação que nós temos é mais ou menos a mesma. Assim sendo, tenho a impressão de que isso é tudo que eu tenho em resposta aos comentários que ouvi. Muito obrigado.

CANA-DE-AÇUCAR

BENJAMIN CONSTANT DE BARROS
Assessor do Setor de Agricultura
do Ministério do Planejamento

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A agro-indústria da cana-de-açúcar é uma das mais importantes fontes de emprego produtivo na zona rural brasileira, ocupando diretamente de 1 a 1,5 milhões de pessoas na lavoura, transporte, indústria e administração, às quais é acrescido um contingente móvel de aproximadamente 800 mil trabalhadores, nos períodos de safra.

O setor econômico é revestido de condições peculiares, sendo a mais importante a do condicionamento do período de operação industrial ao ciclo de maturação da matéria-prima, cana-de-açúcar, razão pela qual as fábricas eficientes têm sua capacidade operacional limitada a uma faixa em torno de 180 dias.

É o único setor em que há perfeita integração das atividades agrícolas e industriais.

É uma economia voltada, predominantemente, para o mercado interno, o qual absorve mais de 90% da produção de açúcar e a quase totalidade da produção de álcool, utilizando do comércio internacional, como válvula de escape para manter o equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo.

O principal subproduto da cana-de-açúcar é o álcool, que é produzido em quantidade suficiente para abastecer o mercado interno e de eventual exportação para o mercado internacional.

O aproveitamento de outros resíduos ou derivados da cana-de-açúcar proporciona à economia do País volumes apreciáveis de celulose, papel, acetona, butanol, ácido cítrico, ácido láctico, fermentos, rações etc.

A agro-indústria açucareira do Brasil é responsável por uma produção na safra 66-67, estimada em 65 milhões de

sacos de açúcar e 550 milhões de litros de álcool, gerando o setor uma renda bruta em torno de Cr\$ 1 trilhão.

Intervenção Estatal

A preocupação pelo equilíbrio estatístico entre a oferta e a demanda, fez com que o Estado interviesse na economia açucareira nacional, pela primeira vez a 7 de dezembro de 1931 através da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar. Posteriormente em 1.º de junho de 1933 pelo Decreto n.º 22.789, foi criado o I.A.A., que além de manter as medidas estabelecidas anteriormente, completou-as. O objetivo principal era conseguir um justo preço que garantisse uma boa remuneração ao trabalho e ao capital. Nas duas intervenções a produção nacional e mundial excediam em muito às necessidades de consumo, levando os grandes países produtores a limitar, por acórdos internacionais, as respectivas produções.

O I.A.A., foi constituído sob a forma de autarquia, gozando de plena e total autonomia administrativa e econômica. Em 4 de dezembro de 1939, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 1.831, que dispõe sobre a defesa da produção do açúcar. Em 21 de novembro de 1941 foi promulgado o Decreto-Lei que estabelecia o Estatuto da Lavoura Canavieira. Esses dois atos com o Decreto n.º 22.789 constituem, a armadura jurídica do I.A.A.

Atualmente o I.A.A. é regido pela Lei n.º 4.870, que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do I.A.A. e sua aplicação e dá outras providências. Sua autonomia administrativa e econômica foi rompida com a criação do Ministério da Indústria e do Comércio, sendo jurisdicionado administrativamente a esse Ministério. Com a criação da SUNAB estabeleceu-se a jurisdição técnica em termos de preços ao nível do consumidor. Os problemas pertinentes à política de preços e financiamento que outrora eram resolvidos no I.A.A. passaram a ser objeto de decisão do CMN. Hoje o I.A.A. é uma autarquia, que controla a produção, arrecada as taxas e aplica a receita de acórdo com a Lei 4.870.

Mercado Interno

As regiões produtoras de açúcar, foram divididas em decorrência das estações nas seguintes regiões geo-econômicas:

Região Norte/Nordeste e parte da região Leste, inclusive o Estado da Bahia.

Região Centro/Sul — região econômica do Leste — Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e as regiões Sul e Centro-Oeste.

Por ocasião da intervenção do Estado na economia açucareira, a região Norte/Nordeste era a maior produtora e supria com seus excedentes maior parte da demanda do Centro/Sul. Era intenção do Estado consolidar a agro-indústria açucareira no Nordeste, mas a partir de 1942, em consequência da 2.^a Guerra Mundial e da participação do Brasil na mesma, o abastecimento do Nordeste à Região Sul tornou-se muito difícil. Data desta época a expansão da agro-indústria açucareira na região Centro-Sul, que em 1941-42 possuía apenas 38 fábricas.

A indústria açucareira na região Norte/Nordeste vem sofrendo uma descapitalização progressiva, fruto da impropriedade de localização, de métodos de administração e gerência deficientes, evidenciados pela concorrência crescente da região Centro-Sul.

Os fatos vistos acima, ocasionaram pleitos e reivindicações de reajustamento de preços que serviram para estimular ainda mais a crescente produção da Região Centro-Sul, sem contribuir para a modernização do parque industrial da região Norte-Nordeste. Como exceção, nesta região, temos o Estado de Alagoas em que sua produção tem aumentado continuamente. Este fato fez com que o Governo através da Lei 4.870 de 1.^o de dezembro de 1965, garantisse ao produtor nordestino, um mercado certo, pela proibição da entrada de açúcar de regiões com preços inferiores e de maior capacidade econômica. Esta medida legal e outras como a instituição do GERAM poderão dar à economia açucareira nordestina possibilidades de se manter.

Ao contrário da maioria dos países consumidores o consumo direto no Brasil representa cerca de 85% da produção, sendo o restante, absorvido pela indústria nacional.

As alterações constantes de preço, têm provocado retrações no mercado consumidor de modo geral, principalmente, na região Norte/Nordeste, que é caracterizada por baixa renda "per capita" e onde o consumo de açúcar não centrifugado é em torno de 8 kg "per capita".

Região Norte/Nordeste — Possui esta região uma cota de 23 milhões de sacos de açúcar para igual capacidade teórica. Deverá produzir na safra em curso em torno de 22 mi-

lhões de sacos. Os maiores produtores da região são os Estados de Pernambuco e Alagoas, que totalizam 17 milhões de sacos, que correspondem a 77% da produção da região.

Pelo quadro anexo notamos que o período examinado, é caracterizado por pequenas oscilações na produção, para mais e para menos. Entretanto, considerando-se as safras 56-57 e 65-66, verifica-se um aumento pouco significativo da ordem de 2,7 milhões de sacos. O aumento verificado a partir da safra 63-64 deve-se principalmente à entrada do Brasil no mercado preferencial americano, que pela Lei 4.870 é considerado de prioridade para a região.

O aumento verificado na produção deve-se ao prolongamento do período de moagem em virtude da insuficiência de meios de transportes, limitação dos meios de recepção e descarga dos veículos e por falta de logística para atender à capacidade de moagem diária.

O mercado natural da região Norte-Nordeste era o Sul do país. O quadro abaixo nos dá uma idéia da situação passada e mostra claramente o grande prejuízo causado ao Nordeste pela perda daquele mercado.

Ano	Quantidade de sacos exportados para a região Centro-Sul	Valor (Cr\$ milhões)	Valor em dólar
1950	5.825.183	1.038	127.274
1955	4.500.010	1.487	44.484
1965	—	—	—

Os outros Estados produtores da Região não apresentam perspectivas, a médio e longo prazo, de aumentarem suas produção de maneira significativa. Existe possibilidade da região Norte se tornar produtora e auto-suficiente em virtude das dificuldades de transporte, abastecimento e dos altos preços alcançados pelo açúcar nos mercados locais.

A estagnação da agro-indústria açucareira na região, deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- 1 — Perda do mercado da região Centro-Sul.
- 2 — Pequeno mercado regional, agravado pela diminuição da taxa demográfica e baixa renda "per capita".

3 — Baixa capacidade empresarial e mercado financeiro deficiente.

O consumo “per capita” da região é de 24 kg/ano, o que corresponde a um consumo total aproximado de 12 milhões de sacos, para uma população de cerca de 30 milhões de habitantes.

No Estado de Pernambuco está localizado o centro da crise açucareira de toda a região Norte/Nordeste devido à má localização das fábricas, topografia acidentada, o que dificulta a mecanização, as operações de cultivo, colheita e transporte de cana; processos agrícolas rudimentares com uso imoderado dos fatores terra e mão-de-obra; baixa produtividade expressa índices tais como: 40 toneladas de cana p/hectare e 3,6 homens-dias por tonelada da cana, em três folhas.

São Paulo

1,2 homens-dias tonelada: Cr\$ 3.353 p/tonelada.

Pernambuco

3,6 homens-dias tonelada: Cr\$ 7.794 p/tonelada.

— Cr\$ 4.441 p/tonelada.

O Estado de Alagoas se caracteriza por uma expansão progressiva. O Setor agrícola apresenta rendimentos que se situam em torno de 48 a 50 toneladas de cana por hectare em três folhas. Possui as melhores condições naturais da região, tais como: solo, topografia e regime de águas.

A grande revolução efetuada no Estado foi a transferência das culturas dos vales úmidos para os tabuleiros e a introdução de técnicas agronômicas mais avançadas.

O setor industrial de Alagoas não acompanhou o progresso do setor agrícola e sua re-estruturação vem se processando de forma lenta na medida dos recursos disponíveis da própria economia. Os problemas de infra-estrutura, tais como: vias de transportes, armazenagem, e principalmente o porto de Maceió têm obstacularizado o aumento rápido da produção. O porto de Maceió não permite que navios utilizados no comércio internacional, que são em média de 10.000 toneladas de capacidade sejam carregados completamente, pois este não permite mais de 7.000 toneladas. Isto agrava o custo, pois estes navios têm que completar a carga no porto de Recife. Os empresários alagoanos são progressistas e quase todos com formação universitária e cursos no exterior.

As variedades de cana cultivada na região são inadequadas ou pouco diversificadas. A preferência geral dos agricultores pela variedade 3-X, que é mais rústica, vem demonstrar a impropriedade do sistema de pagamento no qual os fatores de riqueza e pureza influem apenas subsidiariamente.

Antes, pela nobreza da variedade da cana, o setor industrial extraía 10,5% de açúcar do total da matéria-prima esmagada. Com a variedade 3-X passou-se a extrair 8,5%, perdendo-se portanto, conforme estimativas, 12 milhões de sacos, no período da queda de rendimento.

Com a perda do mercado do Sul e tendo à sua disposição apenas o mercado interno irrestrito ao Norte/Nordeste e produzindo a custos elevados devido a uma série de fatores, a agro-indústria açucareira nordestina não apresenta perspectivas muito promissoras, a não ser que o Governo adote medidas a curto e longo prazo para que a agro-indústria açucareira nordestina possa diminuir seus custos através do reaparelhamento do seu parque industrial e agrícola.

Região Centro-Sul

Esta região produziu na safra 66-67, 44,5 milhões de sacos de açúcar, possuindo uma capacidade teórica de 65 milhões de sacos. Os maiores produtores da região em estudo, são os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo São Paulo o maior produtor do Brasil com uma produção nesta safra de 30,6 milhões, o que corresponde a 45% do total produzido.

A capacidade teórica do parque industrial açucareiro de São Paulo é de 48,3 milhões de sacos, operando portanto, com uma capacidade ociosa em torno de 38% na safra 66-67.

A produção na região Centro-Sul, aumentou nas últimas 10 safras (1956-57 a 1965-66), conforme quadro anexo.

No período analisado notamos que a região Centro-Sul ampliou sua produção de 20,2 para 55,8 milhões de sacos, correspondendo o aumento global a 176%.

A predominância da região Centro-Sul tornou-se possível devido sobretudo, aos seguintes fatores.

1. Mercado regional em expansão, com elevada taxa demográfica e aumento progressivo da renda disponível, em consequência da crescente industrialização e urbanização da população.

2. Preço mínimo garantido, assistência financeira regular e sobre-preços resultantes dos rendimentos agrícolas,

crescentes face à política de preços médios que procurava atenuar a crise permanente na região Norte-Nordeste.

3. Melhores preços da cana-de-açúcar em relação aos outros produtos agrícolas, e um mercado certo para sua produção.

4. Melhores condições de solos, regularidade das estações, com melhor produtividade.

5. Maior capacidade empresarial aliada às facilidades do mercado de capitais.

A estes fatores acrescenta-se a influência da 2.^a Guerra Mundial, que tornou quase impossível o transporte marítimo da produção do Norte-Nordeste para o Centro-Sul.

O excesso de produção da safra 1965-66, trouxe grandes perturbações no mercado desta região. O Governo viu-se obrigado a recalcar a produção para a safra 1966-67, em virtude de existirem no Estado de São Paulo ao final da safra 65-66, um estoque de mais de 12 milhões de sacas. Programou ainda a exportação de 7 milhões de sacas para o mercado livre mundial do contingente de 30 milhões dados a São Paulo, conseguindo com isso manter o equilíbrio estatístico entre produção e consumo.

O consumo "per capita" na região Centro-Sul é de 50 Kg/ano, o que corresponde a um consumo total de 46 milhões de sacos de açúcar cristal para uma população de 55 milhões de habitantes.

De acordo com as projeções do SNR (Serviço Nacional de Recenseamento), a população da Região Centro-Sul em 1970 corresponderá, a 67,2% da população do País. Pelas projeções realizadas a população nacional deverá atingir a 95,3 milhões em 1970, sendo que 64 milhões localizados no Centro-Sul.

A participação desta região na formação da Renda-Interna foi de 76,4% em 1950. Em 1959 essa participação subiu para 82,4%.

Tomando-se por base um consumo "per capita" de 52 Kg/ano, a projeção de consumo interna para 1970, quando esta região deverá apresentar uma população em torno de 64 milhões de habitantes, será de aproximadamente 55,5 milhões de sacas. Atualmente o consumo "per capita" desta região é de 50 Kg/ano.

A capacidade industrial instalada é mais que suficiente para suportar a demanda interna projetada para 1970 na Região Centro-Sul.

MERCADO EXTERNO

Exportação

A exportação brasileira de açúcar é monopólio do I.A.A. e do Governo Federal. Os demais subprodutos da cana de açúcar foram recentemente liberados pelo CONCEX.

Não existe ainda entre os usineiros, fornecedores de cana e nas próprias autoridades governamentais uma consciência das possibilidades de se tornar o produto uma constante na pauta de exportação. Nossas exportações, através dos anos, têm sofrido flutuações constantes em tonelagem e não se tem procurado conquistar mercados permanentes, como demonstra o quadro anexo.

Temos exportado para os mais diversos países sem nenhuma continuidade.

Tendo em vista a auto-suficiência conquistada pela Região Centro-Sul, o excedente da Região Norte-Nordeste, antes destinado a abastecer aquela região, teve que se destinar à exportação. Os dois Estados brasileiros com prioridade de exportação de açúcar são os Estados de Pernambuco e Alagoas. Algumas vezes, entretanto, tem sido concedida autorização para exportação dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo pelos portos de Santos e Guanabara.

A influência do Brasil no mercado açucareiro mundial é quase nula e sua atuação como exportador é limitada, tendo em vista que o órgão vendedor é uma entidade governamental sem características comerciais. Este fato o impede de operar na bolsa com “futuros” como fator de compensação de suas vendas de “físicos”.

Tôdas as exportações são feitas através dos operadores do mercado com representações no Brasil.

O mercado mundial de açúcar caracteriza-se por fases cíclicas de superprodução que levam os países produtores a celebrarem acôrdos para restringirem a oferta. Todos os acôrdos, tais como o de Bruxelas em 1902, o Acôrdo Chadboverne em 1931 e o Acôrdo Internacional do Açúcar de 1937, nunca conseguiram resultados práticos.

O fracasso continuo de todos os acôrdos internacionais de açúcar têm uma razão simples de ser explicado. Por ocasião da celebração de tais acôrdos já existiam situações privilegiadas de determinados produtores, que tinham na ocasião mercados preferenciais para a colocação de sua produção.

Exemplo típico é o de que quando se celebrava o Acôrdo de Bruxelas; celebrou-se tamb;m o Tratado de Reciprocidade Comercial entre Cuba e os Estados Unidos da América que concedeu ao açúcar cubano uma margem preferencial de 20% em tarifas aduaneiras. O mercado internacional do açúcar pode ser clasificado em:

1. Mercado livre mundial
2. Mercado preferencial.

O mercado livre mundial é um mercado tipicamente residual, onde é oferecido o açúcar sem procura. Apenas 12% da produção mundial de açúcar é comercializado no denominado "mercado livre" mundial. O açúcar aí comercializado não exprime quase nunca o verdadeiro preço mundial nem reflete o verdadeiro valor do açúcar.

O consumo mundial de açúcar é cêrca de 64 milhões de toneladas. Dêsses 64 milhões de toneladas, 42 milhões de toneladas são consumidos nos próprios países produtores. Os resultantes 22 milhões de toneladas são consumidos fora dos países produtores. Desses 22 milhões de toneladas mais da metade é comercializada de acôrdo com dispositivos especiais tais como o da comunidade Britânica, países socialistas, pelos Estados Unidos da América do Norte, chamados Mercados Preferenciais.

O mercado livre mundial pelas razões apontadas acima é um mercado extremamente deprimido e volúvel, apresentando reações violentas às tensões internacionais e à alterações na oferta e na procura.

Até 1960 êsse era o único mercado possível para os excedentes de nossa produção. Tínhamos uma cota nesse mercado de 530.000 toneladas.

Em 1960 o Brasil conseguiu pela 1.^a vez exportar 100.000 toneladas para o mercado preferencial norte-americano, em caráter excepcional.

Em 13 de julho de 1962 conseguimos uma cota permanente no mercado norte-americano com a promulgação da nova Lei açucareira "Sugar-Act". Nossas exportações para o mercado preferencial norte-americano têm aumentado continuamente, tendo hoje o Brasil uma cota de 360.000 toneladas e uma exportação de aproximadamente 550.000 toneladas.

Mesmo os países fornecedores de mercado preferenciais participam com seus excessos disponíveis, nesse mercado livre.

QUADRO I
Produção

Anos	Centro/Sul	%	Brasil	Norte/Nordeste	%
1956-57	24.184.090	53,7	37.580.069	17.395.979	46,3
1957-58	27.287.140	61,5	44.377.638	17.090.498	38,5
1958-59	36.053.491	66,9	53.858.650	17.805.159	33,1
1959-60	30.731.247	60,4	50.864.051	20.132.804	39,6
1960-61	34.383.025	63,3	54.349.757	19.966.732	36,7
1961-62	34.942.574	62,0	56.364.951	21.422.377	38,0
1962-63	34.305.943	67,2	51.069.497	16.763.554	32,8
1963-64	32.575.678	63,1	51.645.200	19.069.522	36,9
1964-65	38.380.282	64,5	59.421.844	21.041.562	35,5
1965-66	55.858.928	73,5	75.982.117	20.123.189	26,5

QUADRO II
Produção Mundial de Açúcar

Ano	Beterraba	Cana	Total	% Beterraba	% Cana
1959	20.778.655	29.001.865	49.780.520	41,8	58,2
1960	22.840.451	29.461.426	52.301.977	43,7	56,3
1961	23.226.158	31.483.770	54.709.928	42,5	57,5
1962	21.551.453	29.927.149	51.478.602	41,9	58,1
1963	22.254.670	29.760.613	52.015.283	42,8	57,2
1964	27.119.389	32.608.000	59.727.389	45,4	54,6
1965	27.110.733	37.456.621	64.567.354	42,0	58,0

QUADRO III

Estimativa do Consumo de Açúcar no Mundo

A n o	Consumo global em t métricas	Consumo per-capita kg
1964	56.652.540	17,3
1965	59.080.160	17,7
1966	61.626.530	18,1
1967	63.894.410	18,4
1968	66.206.650	18,7
1969	68.602.650	18,9
1970	71.088.330	19,3

QUADRO IV

Exportação Mundial — Líquida de Açúcar

A n o s	Toneladas métricas	Importações
1956	14.442.163	
1957	15.280.404	
1958	15.252.693	
1959	16.678.132	16.475.114
1960	19.282.389	19.116.498
1961	22.327.953	21.984.209
1962	20.939.705	20.915.506
1963	19.382.293	19.026.616
1964	19.236.500	18.878.818
1965	21.179.597	20.835.667

QUADRO V

Exportação por Países de Destino
Toneladas Métricas

Países	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
Argentina	0	15.074	0	0	0	0	0
Bélgica	0	0	22.639	39.056	0	0	0
Bolívia	426	1.070	388	936	1.015	592	443
Canadá	0	0	0	0	0	11.265	0
Ceilão	12.340	74.864	118.079	81.947	10.058	0	20.877
Chile	20.225	55.648	13.063	82.685	22.292	0	8.449
China Continental	0	99.431	0	0	0	0	0
Egito	55.412	10.426	0	0	0	0	0
Finlândia	17.294	10.552	0	0	0	0	0
França	9.002	70.282	70.975	88.869	7.791	0	4.205
Islândia	2.045	0	0	0	0	0	0
Iraque	3.369	0	0	0	0	0	0
Irlanda	0	0	29.940	0	0	0	0
Israel	15.332	31.595	16.399	0	0	0	0
Itália	0	68.007	6.080	0	0	0	0
Japão	10.630	89.528	66.193	288.261	258.638	21.085	0
Jordânia	0	0	3.574	0	0	0	0
Coréia do Sul	0	0	0	10.287	14.843	20.015	0
Malásia	0	1.021	1.206	0	0	0	0
Marrocos	19.499	39.865	31.273	31.566	49.176	0	0
Países Baixos	12.763	35.895	8.598	2.149	0	0	0
Noruega	0	0	0	10.297	11.235	0	0
Paquistão	16.847	0	0	0	0	0	0
Paraguai	0	0	0	0	0	5.276	0
Polónia	0	0	0	10.262	0	0	0
Portugal	15.997	16.336	11.441	25.981	22.181	0	0
Espanha	27.837	10.210	6.239	0	0	0	8.947
Sudão	0	27.072	9.586	0	0	0	0
Suécia	0	8.577	0	0	0	0	0
Tunísia	0	0	17.449	0	0	0	0
Reino Unido	139.788	54.216	81.495	13.520	0	0	15.141
Uruguai	30.148	56.216	80.666	55.976	44.818	37.955	10.925
Estados Unidos	0	0	10.537	103.423	293.237	361.532	417.683
Vietname	0	0	0	9.500	9.580	20.866	0
Outros Países	0	0	61	60	0	0	0
TOTAL	408.954	775.809	605.881	854.775	774.864	478.586	486.670

Fontes: Instituto do Açúcar e do Alcool e Conselho Internacional do Açúcar.

Comentador: *Dr. Alcides Zagatto*

Inicialmente o meu agradecimento à direção da SOBER pela distinção que me conferiu, convidando-me para participar desta reunião na qualidade de comentador do trabalho do Dr. Benjamin Contant de Barros, Assessor da Agricultura do Ministério do Planejamento. E minhas primeiras palavras sejam de congratulação parabenizando o conferencista pela sua habilidade em sintetizar um assunto demasiadamente amplo para ser condensado em apenas 10 páginas. É um artigo de natureza essencialmente descritiva, fugindo àquela metodologia usual do sistema científico de apresentar as hipóteses de solução para o problema, a coleta de evidência dos dados para aceitar hipóteses ou rejeitá-las, as conclusões, os resumos, as citações bibliográficas, a importância do problema. Fica-se ao terminar a leitura do trabalho com o espírito algo insatisfeito, porque conhecemos por informações seguras a competência e o domínio do Dr. Benjamin Constant de Barros no assunto em pauta. Como algumas dúvidas me ocorreram, e suponho que os colegas também as tenham enfrentado, eu me permitiria perguntar ao Dr. Benjamin algumas questões, que possivelmente ele anotará e certamente lhes dará a devida acolhida. Por ex. na 1.^a pág., no 2.^o parágrafo, diz que: "Sòmente as fábricas eficientes têm sua capacidade operacional limitada a uma faixa em tórno de 180 dias". Eu não entendo que são fábricas eficientes e por que só elas que teriam essa capacidade de moagem de 180 dias. Aqui também volta à baila a locução do equilíbrio estatístico. Nada a comentar porque é uma locução já consagrada, se bem que para o economista não existe o equilíbrio estatístico, o que se quer aí é defender preços. Aqui também, há volumes apreciáveis de celulose de papel acetona. Eu acredito que seria melhor uma renda apreciável. Outra coisa que também é tema de discussão na pág. 2: "O objetivo é conseguir o justo preço e garantir uma boa remuneração ao trabalho e ao capital". Na pág. 3, o autor já acrescentou no parágrafo em que diz: "A região Centro-Sul

apenas possuía em 1941-42, 38 fábricas” e hoje acrescentou provavelmente ao redor de 130. No 2.º parágrafo também tenho alguma dúvida “A indústria açucareira na região Norte-Nordeste vem sofrendo uma descapitalização progressiva, fruto de dois fatores: impropriedade de localização e métodos de administração e gerência deficientes”. Eu perguntaria: Foram feitos estudos de natureza científica tentando correlacionar a descapitalização progressiva, assim dita, com determinados fatores? Parece que não há prova desta afirmação até onde eu enxergo. O 3.º parágrafo: “Os fatos vistos acima, ocasionaram pleitos e reivindicações de reajustamentos de preços”. Eu perguntaria: Esses pleitos foram só para reajustamentos de preços? Penso que o articulista poderia ter sido mais explícito. Neste mesmo parágrafo diz que: “Este fato fez com que o Governo, através da Lei 4.870, de 1.º de dezembro de 1965, garantisse ao produtor nordestino um mercado certo, pela proibição da entrada de açúcar de regiões com preços inferiores e com maior capacidade econômica”. Não seria melhor eficiência econômica? Pág. 4, 1.ª linha: “As alterações constantes de preços...” — presumo que são as altas de preços e não as alterações. Uma grande dúvida eu tenho agora no 2.º parágrafo: “Possui a região Norte-Nordeste uma cota de 23 milhões de sacas de açúcar para igual capacidade teórica”. Que quer dizer capacidade teórica? Seria capacidade plena sem subemprego de fatores? Esta dúvida depois se repete, porque eu vejo que no Nordeste não há subemprego das fábricas, ao passo que em S.P., segundo o articulista, há uns 38% de capacidade ociosa. Então eu perguntaria ao colega a acepção para “capacidade teórica”. Aqui no 4.º parágrafo vem a frase locução “falta de logística”. Quer o articulista dizer “falta de organização científica do trabalho para atender à capacidade de moagem diária”? A seguir, no último parágrafo da pág. 4: “Os outros Estados produtores da região não apresentam perspectivas, a médio e longo prazo, de aumentarem suas produções de maneira significativa”. Parece que é uma afirmativa sem prova, porque acredito que o conhecimento pessoal do autor seja suficiente e a vivência com o problema o autorize a fazer tal afirmação. Na pág. 5 esses dados referentes a homens-dias-toneladas para S.P. e Pernambuco, e o custo ao lado. A minha pergunta é sobre o custo. Este custo é só da mão-de-obra, ou envolve outros custos? Pág. 6, 2.º parágrafo: “As variedades de cana cultivadas na região são inadequadas ou pouco diversificadas”. Eu tenho notícia

de que a SUDENE promove experimentação de cana-de-açúcar no Nordeste. Poderia dar algum detalhe sobre a experimentação? É cientificamente conduzida no Nordeste por intermédio da SUDENE? O leitor também estranha que a situação do açúcar seja tão baixa, de 8,5%; e qual seria uma explicação para este fato: moagem deficiente, falta de tanques, imbebição? Último parágrafo: “A não ser que o Governo adote medidas a curto e longo prazo para que a agro-indústria açucareira nordestina possa diminuir seus custos através do reaparelhamento do seu parque industrial e agrícola...” O leitor como eu gostaria imensamente que fôsse muito explícito neste parágrafo. Que medidas são estas, baseadas em que estudos? Aqui na pág. 7, 4.º parágrafo: “Mercado regional em expansão, com elevada taxa demográfica”, eu acredito que seja “taxa de crescimento demográfico”, acredito que isso poderia ser registrado com dados comparativos. Item 3, quando argumenta sobre os fatores favorecendo o Sul, “melhores preços de cana-de-açúcar em relação aos outros produtos agrícolas”. Acredito que somente preços não definem a rentabilidade na cultura, e sim renda líquida por hectare ou renda líquida por homem equivalente. Pág. 8: “O Consumo de S.P. previsto estará em torno de 55 milhões de sacas para 1970”. Ora, na pág. 6, o articulista diz que “a capacidade teórica do parque industrial de S.P. é de 48,3, logo a conclusão acima de que esta capacidade é plenamente atingida, penso não ser válida, pois não há coerência de suas afirmações. Também quanto ao mercado externo, tenho algumas dúvidas, por ex.: sobre a exportação. Eu volto à pág. 4: Por curiosidade dividi o valor milhões de cruzeiros pelo valor em dólar, e o dólar daria uns oito mil cruzeiros para 1950. Para 1955 daria 30 mil cruzeiros o dólar. Eu penso que aqui esse 44.484 seja erro de datilografia. Outra dúvida que eu também tenho e certamente o articulista esclarecerá é o Quadro 4, exportação mundial líquida de açúcar, toneladas métricas; terminaria o quadro, contudo há uma outra coluna de importação que não checa com a primeira coluna. Eu gostaria de saber a razão da discrepância estatística ou fontes diferentes. Congratulo-me de novo com o articulista por um trabalho de condensação muito bom, e acredito que todos nós gostaríamos de ver os esclarecimentos e uma produção mais substanciosa, que o autor certamente faria se houvesse tempo e recurso para tal. Muito obrigado.

Comentador: *Dr. Mota Maia*

Sr. Presidente,

Meus Senhores.

O trabalho apresentado pelo ilustre economista rural Dr. Benjamin Constant de Barros, como acentuado pelo debatedor que me antecedeu, é um trabalho realmente despretencioso, porque o seu autor teve como preocupação evidente apenas uma exposição global panorâmica do complexo agro-industrial açucareiro, com suas implicações de ordem econômica, e eu compreendo bem por que êle assim tenha feito. Porque dado ao pequeno período de tempo destinado aos expositores e à própria natureza dessa reunião, que aborda precipuamente aspectos econômicos do aspecto de conjunto, não poderia realmente aprofundar-se em outros elementos de ordem técnica, pois cada um dêles constitui um mundo de indagações, de alternativas e de discordâncias, nesse complexo que é a economia açucareira. Aplaudindo no seu conjunto o trabalho do Dr. Benjamin de Barros e a título de colaboração, me permito fazer alguns breves comentários dentro do tempo escasso que me é dado. Inicialmente eu gostaria que o ilustre expositor esclarecesse por que indica na pág. 1 um consumo "per capita" de 50 quilos de açúcar para a região Centro-Sul. Ora, nós sabemos que o consumo geral do Brasil "per capita" não vai além de 37 kg. Os maiores países consumidores, ou melhor, os países de maior consumo registram realmente um consumo variando entre 35 e 65 kg "per capita". Êste é o caso por ex. de Cuba, segundo estatísticos internacionais — Cuba 65,8, EUA 56,3, Haváí 53,3, e para o Brasil dá-se aqui um "per capita" de 36,5, França 34,7, Suíça 48,2, Suécia 74, Dinamarca 56. Lembro-me de que em relação a Cuba, quando verifiquei êsse índice tão elevado de consumo "per capita", me pus a investigar e cheguei à conclusão de que êste consumo tão alto, superior ao

de muitos países de muito mais alto poder aquisitivo, resultava de um critério errôneo de se computar num consumo "per capita" também o consumo destinado à forragem, o que não dá realmente uma idéia perfeita de consumo "per capita" para os efeitos desejados pelos economistas. Em relação a êste consumo no Centro-Sul, eu não quero realmente contestar que êste seja o consumo registrado. Mas não exprime verdadeiramente o consumo do Centro-Sul, exprime o consumo também de outras regiões do País, porque neste índice de 50 kg "per capita" está incluído o consumo industrial se chocolates, compotas e vários produtos alimentícios do Rio Grande do Sul, SP, GB, que têm amplo consumo no resto do País. Mas êste é um simples reparo sem maiores conseqüências, porque a explicação está realmente neste simplismo com que muitas vêzes as estatísticas registram os fatos econômicos. O segundo ponto é no que diz respeito ao atraso de Pernambuco em relação às demais regiões produtoras do Brasil, mais precisamente em relação à SP, que é o grande padrão de desenvolvimento econômico do País. S. S.^a atribui êste subdesenvolvimento no setor açucareiro a vários fatores, entre os quais à deficiência empresarial, aos processos culturais rotineiros e à variedade 3x, que é realmente responsável pelos baixos rendimentos industriais de Pernambuco.

Quanto ao rendimento agrícola, também não é de estabelecer grandes contrastes, porque nós sabemos que os rendimentos médios agrícolas de SP não são lá muito mais elevados do que os de Pernambuco, e sobretudo de Alagoas. Os levantamentos feitos pela Fundação Getúlio Vargas recentemente, levantamentos que são suscetíveis de críticas ou de reparos, porque se trata de amostragem, registram em Alagoas um rendimento até bem superior ao de SP. Outro aspecto que eu gostaria de abordar com o Dr. Benjamin é o problema da exportação. S. S.^a afirma à folha 3 que o consumo direto do Brasil representa cêrca de 85% da produção, quer dizer, consumo direto, consumo humano direto, sendo o restante absorvido pela indústria nacional. Dentro desta afirmativa nós podíamos chegar à conclusão de que não há contingente disponível para a exportação, mas é S. S.^a mesmo que informa à pág. 10 que só o contingente do Brasil para o consumo preferencial norte-americano é da ordem de 360 mil toneladas. A verdade é que os contingentes de exportação do Brasil vão a cêrca de um milhão de toneladas,

ou seja, 16 milhões de sacas. De modo que nós podemos asseverar que da produção do Brasil cêrca de 12% é destinado aos mercados externos. Por fim desejo registrar que S. S.^a, talvez dado à natureza de seu trabalho, que é um trabalho de síntese é meramente expositivo, não deu maior destaque a um aspecto que me parece do ponto de vista econômico-social de maior relevância. É a característica que reveste o complexo agro-industrial canavieiro do Brasil. Há a tendência à separação cada vez maior entre a atividade agrícola e a industrial. Esta separação, que atendeu realmente a uma velha tendência desde os tempos coloniais na atividade agro-industrial canavieira do Brasil, tomou forma legal em 1936 com a Lei 178. Tivemos depois o estatuto da lavoura canavieira, que se pode considerar como um instrumento precursor da reforma agrária no Brasil, e por fim a Lei 4.170, que acentua ainda mais esta separação, admitindo que o contingente de lavradores de cana para as usinas possa ir até 90%. Esta circunstância às vêzes constitui para os economistas um argumento para justificarem as distorções que se registram na agro-indústria canavieira do Brasil, sobretudo no problema de preço, porque êste é o grave drama da produção canavieira do Brasil, a luta permanente dos produtores com o poder público para que êles assegurem melhores preços, e o grande argumento de que as obrigações legais decorrentes da separação agrícola industrial assegurando aos lavradores de cana uma participação nos rendimentos econômicos da indústria cada vez maior, estão tornando realmente insupportáveis certas condições de estabilidade da empresa agrícola. Entendo que êste problema estaria inteiramente resolvido, e é o que me faz lamentar não haver no trabalho do meu ilustre amigo Dr. Benjamin Constant de Barros uma conclusão ou uma proposição que poderia servir realmente de ponto de partida para uma tomada de posição em relação à economia açucareira. No meu modo de ver e sem prejuízo das opiniões de outros que possam pensar de forma diversa, para o grave, o grande, o crucial problema da indústria açucareira do Brasil, com as limitações impostas pelo poder público, que estabelece de um lado o monopólio ou as condições de sobrevivência do complexo agro-industrial, limitando a produção, mas por outro lado estabelece obrigações para os produtores em relação a preços e a separação agro-industrial, o grande objetivo, a grande meta que devia ser perseguida pelos produtores, pelo poder público, seria realmente

um grande movimento, uma grande campanha pelo aumento de produtividade. A êste respeito posso prestar um depoimento em que não vai nenhuma atitude de vaidade de minha parte como responsável pelo setor da Assistência de Produção do Instituto do Açúcar e do Alcool. No ano passado trouxemos ao Brasil o maior geneticista vivo de cana do mundo, o Dr. Albert Manguensol. Êste homem realizou no Brasil uma missão técnica em companhia de técnicos do Instituto, e de emprêsas privadas e de entidades públicas ligadas à cultura canavieira, e levou para o Havai uma impressão magnífica das possibilidades do Brasil como produtor de açúcar e de cana, mas levou também uma impressão pouco lisonjeira quanto ao nosso atraso, sobretudo na parte agrícola. Para que os senhores tenham uma idéia dessa situação, basta apontar o caso de Pernambuco, que é o grande cavalo de batalha da economia açucareira do Brasil. Os rendimentos agrícolas de Pernambuco são atualmente da ordem de 40 t por hectare, em Alagoas 45-6, em SP 50 t hectare. Pois bem, o Dr. Manguensol constatou que com processos agrícolas mais aperfeiçoados, com o uso da tecnologia agrícola canavieira, nós poderíamos facilmente alcançar no Brasil dentro de poucos anos um rendimento da ordem de 100 t em média por hectare. Isso vem provar mais uma vez que a grande tarefa a que se deve devotar o poder público e os produtores é realmente a grande meta da produtividade agrícola industrial. Terminando, desejo registrar a contribuição valiosa como conjunto de informações que nos dá o seu autor em alto grau, com seu conhecimento e com a experiência adquirida nas altas funções que desempenha no Ministério do Planejamento. Quero registrar por fim que êste debate marca a presença do setor canavieiro nesta reunião de elevado nível de economistas rurais, devotados à promoção do bem-estar do homem do campo.

* * *

Dr. Benjamin Constant de Barros

Eu no início da minha palestra acentuei que o meu trabalho não tinha pretensão de levantar uma nova tese, nem dar soluções aos problemas da economia da agro-indústria açucareira. Frisei até que seria um trabalho de cunho didático, para que os não habituados aos problemas agro-indus-

triários de açúcar pudessem em traços gerais ter uma noção global da economia de cana-de-açúcar. Eu estava convicto disto e sua observação não me escapou. Mas foram tantas as intervenções, que eu não sei se tomei nota de tôdas. É meio difícil recordar de tudo. O senhor falou da descapitalização do nosso Nordeste. Com a perda do mercado Centro-Sul ficou com uma capacidade ociosa bastante elevada; já tinha custos bastante elevados, e com isso foi se descapitalizando, e há falta de recursos, há falta de um sistema financeiro que pudesse apoiar a pouca compreensão do Governo para os problemas de infra-estrutura. Uma Usina no Nordeste é praticamente uma cidade. Então as atividades tôdas têm que se concentrar. Uma Usina que quebra uma moenda, há necessidade de ir a SP, há uma descapitalização pelos custos elevados. O pleito de reajustamento de preços é um fator importantíssimo para o crescimento da região Centro-Sul. Eu gostaria que o senhor fôsse falando, porque eu não me lembro bem de qual o aspecto. Agora eu não sei mais o que o senhor queria falar sôbre isso. Quanto ao problema da 3x, ela foi fator de sobrevivência para o Nordeste, mas foi também fator de abaixamento de produtividade, principalmente industrial, por falta de sacarose pela manutenção mais tardia. E como a 3x foi a cana que poderia servir o Nordeste, devido à rusticidade, ela abaixou o rendimento industrial. O grande problema da extração de açúcar no Nordeste foi causado pela 3x. Existe realmente no Nordeste estudos, e o principal dêles foi feito por um grupo ministerial para a cana-de-açúcar no Nordeste, que apontou todos os problemas, e as suas soluções. Eles quase todos são de medidas financeiras, e por isso eu disse que o Governo tinha conhecimento mas não tinha recursos para resolvê-los. A falta de capacidade empresarial é um fato, porque em Alagoas fica localizada a melhor Usina do Brasil, que é a Leão, e ela praticamente não tem 3x no seu campo, mas ali o que vale é o empresário. Os empresários de Alagoas, seguindo os passos de Utinga Leão, são realmente muito mais progressistas e estão querendo mudar principalmente o setor agrícola, porque o setor industrial necessita de maiores recursos, e não há possibilidade de obtê-los, não existe um mercado de capital no Nordeste. Eu garanto ao senhor que a cidade do Nordeste que tem duas, três usinas, não tem um Banco. A pesca tem que se deslocar a Maceió para conseguir dinheiro. Em SP o problema é completamente diferente. Há usinas em

SP que não warrantam açúcar do Banco do Brasil. Passaram a warrantar agora porque SP teve um crescimento enorme na sua capacidade de produção, talvez pelos próprios usineiros que pensando que outros não iriam produzir, aumentaram a sua capacidade e a reduziram, e o resultado é que hoje a situação financeira de SP é pior que a situação financeira do Nordeste. Hoje a situação financeira, não econômica, do mercado do Centro-Sul, com tôdas estas crises e principalmente de plantadores de cana e conseqüentemente de trabalhadores rurais que não recebem o seu salário, foi causada por SP, que com excesso de 12 milhões de sacas aviltou o preço do mercado na safra passada. Poucos usineiros conseguiram fazer o preço oficial do açúcar. Tôda esta crise não chegou ao Nordeste em virtude da distância, custo de frete e dificuldade de distribuição. Mas o Estado do Rio por ex. ainda está na maior crise dos últimos tempos. A crise financeira do Estado de São Paulo é tão grande que o Govêrno foi obrigado a dar 7 milhões de sacas de demerara a SP para o mercado livre mundial, e calculava-se naquela época que isso iria dar uma gravosidade ao Govêrno Brasileiro. Nós iríamos vender em tôrno de 50 dólares, mas com aquela venda precipitada de 530 mil toneladas pelo Brasil ao mercado mundial, os preços foram aos níveis mais baixos; chegou a ser cotado a um cent por libra-pêso e hoje o prejuízo do Govêrno com esta exportação é em tôrno de 65 bilhões de cruzeiros. Isto é uma ajuda a SP de ordem financeira. Houve um deslocamento de dinheiro para o setor agro-industrial de SP como nunca houve no Brasil em nenhuma outra época. O Govêrno Federal em agôsto do ano passado foi a SP e financiou 90 bilhões de cruzeiros. No esquema financeiro a ajuda global de financiamento para açúcar é de 76,5 bilhões de cruzeiros. Só SP levou 156 bilhões de cruzeiros. Porque se não, apesar da situação econômica estar sendo muito melhor no Nordeste, financeiramente êles iriam à falência. E levou a isso a Usina de Silos, porque pediu concordata. E como esta seria em cadeia com mais outras 10 ou 15 Usinas de SP que também iriam pedir concordata ou falir, o Govêrno Federal foi obrigado a ir em agôsto com 90 bilhões, e o teto de financiamento de injeção financeira a SP foi em tôrno de 156 bilhões. No Nordeste isso não houve. O problema do Nordeste é de reorganização do parque; o problema do Nordeste é de infra-estrutura, são as estradas vicinais. As Usinas têm que manter tratores,

equipamentos enormes; elas fazem as estradas, elas consertam as pontes. Nenhum Governo está preparado. O Dr. Mota Maia falou sobre os rendimentos industriais, que em Pernambuco alcançaram até 100,5% por tonelada, mas o problema não foi a substituição, foi a 3x. Está havendo por parte dos produtores do Nordeste um certo receio por esta mudança muito brusca, porque êles reconhecem os problemas agrícolas e somente a 3x conseguiu que a agricultura, que a cana-de-açúcar continuasse no Nordeste. O consumo de 50 k "per-capita, realmente quando eu indiquei, era o consumo humano e industrial. Não há problema aqui.

DOIS PROBLEMAS DO ARROZ DO BRASIL — PREÇOS MÍNIMOS E EXPORTAÇÃO

ARY HERZOG
Assessor Técnico do IRGA

I — HISTÓRICO

No comêço do século, o arroz figurava na pauta das importações brasileiras em volumes apreciáveis, uma vez que se tratava de um alimento tradicional da população brasileira, desfrutando de forte demanda interna. Atendendo-se à relativa pequenez da população, o sacrifício anual de cerca de 8 milhões de dólares com esta importação, evidenciava a necessidade da expansão da sua cultura.

A política alfandegária, então posta em prática, tendente a afastar da concorrência interna o arroz asiático, produzido nas colônias européias, em condições de salários muito baixos, determinou o rápido desenvolvimento de uma sólida economia arrozeira, que transformou o Brasil de país importador em exportador, contribuindo, em um dos anos da 1.^a Guerra Mundial com uma receita de mais de 4 milhões de dólares, para o orçamento nacional de câmbio.

Este resultado surpreendente de uma política acertada conduziu a um crescente desenvolvimento da orizicultura brasileira, registrando firme progresso a partir de 1920.

De alguns anos a esta parte a produção brasileira já atinge, praticamente, 5,6 milhões de toneladas (Quadro 1), situando-se em uma posição de destaque no conjunto do setor primário da economia nacional e justificando a atenção dos poderes públicos, no sentido de amparar êste acervo de riqueza, acumulado em mais de meio século de trabalho.

II — PRODUÇÃO

O crescimento extraordinário da produção arrozeira no Brasil, que, durante o período 1940/1965, subiu de 1,3 milhões para 5,6 milhões de toneladas do produto em casca,

distribui-se, pelas diferentes regiões produtoras, de maneira não uniforme.

O arroz é cultivado no Brasil em todos os Estados da Federação, como resultado das condições ecológicas favoráveis, em quase todo o território nacional. Entretanto, a expansão verificou-se principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, de Goiás e do Maranhão.

Para ter-se uma idéia do ritmo desuniforme neste desenvolvimento, convém comparar o crescimento relativo da produção, durante o período 1944/1965.

O crescimento da produção brasileira de arroz, que, no citado período, alcançou a alta proporção de 167%, foi devido, principalmente, à expansão nos Estados de Goiás e Maranhão e ao incentivo ocorrido nos Estados de menor produção. Todavia o volume de riqueza acumulada, excedendo às necessidades internas de consumo, precisa encontrar novos mercados no exterior, a fim de ser mantida e concorrer para a melhoria do poder aquisitivo no meio rural.

A exemplo do que ocorre na maioria dos países da Ásia, África, América Central e América do Sul, a população de nosso País tem no arroz a sua principal base de alimentação, requerendo cerca de 40 quilos “per capita”, anuais. Na Europa e América do Norte o consumo é de apenas 8 quilos, mas nos países asiáticos é superior a 100 quilos, também “per capita”.

III — CARACTERÍSTICAS

Na maioria das regiões produtoras de arroz, no Brasil, os cultivos não são irrigados, excetuando-se o Rio Grande do Sul e outras regiões, como o vale do Paraíba, em São Paulo, e outras no Estado de Santa Catarina.

A falta de irrigação, nas culturas denominadas “de sequeiro”, determina incerteza na colheita, ficando a produção na dependência da casualidade de verões chuvosos. Quando acontece escassearem as chuvas, durante o ciclo vegetativo, decresce drasticamente o volume da produção, recaindo o encargo do abastecimento nacional aos cultivos irrigados, que independem da citada casualidade.

Quanto a êste aspecto, o arroz riograndense constitui uma segurança evidente, já revelada em diversos anos de escassez, ocorrendo aos mercados internos de consumo e afastando a necessidade de importação. Em compensação,

seria de plena justiça, que, nos anos de abundância, lhe fossem concedidas facilidades — bonificações ou subsídios —, que lhe permitissem um escoamento rápido para o mercado internacional, evitando os prejuízos de paralização de grandes estoques, com os conseqüentes reflexos desastrosos sobre a velocidade regional de circulação.

Também concorre para o afastamento do arroz riograndense, do mercado interno de consumo, a sua posição geográfica no extremo Sul do País. Nos anos de grande oferta nacional, a sua distância dos grandes centros consumidores onera sobremaneira o seu custo, comunicando-lhe uma posição adversa na concorrência com as demais regiões produtoras. É certo, pois, que o arroz do Rio Grande do Sul, no quadro nacional, é o mais indicado para ser canalizado, através dos seus portos, para o mercado exterior, sempre que ocorrerem excedentes exportáveis.

IV — O ARROZ DO RIO GRANDE DO SUL

No conjunto do setor primário da economia riograndense, o arroz representa o subsetor de maior importância, tendo já suplantado, tanto em valor da produção, como na formação da renda territorial, a economia pecuária.

Este aspecto macro-econômico, não resulta apenas da expansão da área cultivada, mas do aprimoramento técnico de sua produção, que, no quadro brasileiro, se põe em evidência por seu adiantamento.

Sob o ponto de vista agrônômico, a orizicultura vem sendo eficientemente assistida pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz que, através de seu corpo de técnicos e da Estação Experimental do Arroz, dá-lhe orientação, quanto aos aspectos essenciais, como semente, solos e adubação, mecanização e irrigação. A esta assistência permanente ao setor primário da economia arrozeira deve-se o maior rendimento médio por unidade de área de todo o Brasil e classes e tipos de arroz, que mais satisfazem às exigências do comércio internacional.

A eventuais críticas sobre o demasiado alto custo de produção não resistem à realidade dos fatos. O real custo de produção é aferido anualmente no Rio Grande do Sul e suas elevações têm origem, inquestionavelmente, na alta dos preços dos bens de produção. Maquinaria, implementos, combustíveis e lubrificantes, fertilizantes, mão-de-obra etc., sofrem aumentos variáveis todos os anos. Estes aumentos vão refletir-se na elevação dos custos de produção do arroz.

As características da técnica do cultivo do arroz no Rio Grande do Sul diferem das demais em outros Estados da Federação, resultando, a grosso modo, um custo de produção 100% superior ao dos outros Estados. Todavia, considerando a produtividade média das lavouras por unidade de área, 100% melhor nas lavouras riograndenses, os custos finais equilibram-se.

Ainda com referência exclusiva ao setor agrícola da rizicultura, o capital invertido na lavoura, incluindo maquinaria, veículos, semaventos, obras de irrigação, terras etc., sobe à vultosa soma de Cr\$ 192 bilhões.

A esta considerável imobilização, convém acrescentar as inversões anuais de capital de giro, assegurando boas condições de emprêgo e de melhor distribuição da renda nos campos riograndenses.

Este alicerce agrícola alimenta o setor secundário da economia arrozeira estadual, com sua indústria de beneficiamento do arroz, apresentando uma rede de mais de 600 engenhos, disseminados por todo o território do Estado e pertencentes ao IRGA, às cooperativas e à iniciativa privada.

E, finalmente, no que concerne à economia terciária, existe uma rede apreciável de armazéns, de propriedade do Instituto Rio-Grandense do Arroz, das cooperativas, da Companhia Brasileira de Armazéns e da iniciativa privada, que comunicam a este setor da economia arrozeira uma grande capacidade de estocagem. Ao lado disto, verifica-se ampla rede rodoviária, ferroviária e fluvial, que asseguram à produção um escoamento rápido, não só para os centros internos de consumo, como para os seus portos de Rio Grande e Porto Alegre, através dos quais pode eficientemente ser canalizada para o comércio internacional.

Este resumo da situação econômica do arroz riograndense revela que sua organização dispõe de sólidas condições estruturais e infra-estruturais, que lhes atribuíram a posição destacada no conjunto da economia arrozeira nacional. E estas condições o indicam para ser o abastecedor da exportação brasileira de arroz (Quadros 4, 5, 6 e 7).

V — PREÇOS MÍNIMOS

O Governo Federal instituiu, desde 1950, uma política de preços mínimos de garantia ao produtor de arroz e outros. Ela é disciplinada pelos Decretos n.ºs. 28.098 e 80.814, de 10 de maio de 1950 e 20 de junho de 1961.

Pode-se destacar esta política em duas fases. A primeira, a mais longa, pois que durou até 1962, em que o órgão executor, a Comissão de Financiamento da Produção, fixava preços muito abaixo da realidade e sem critério, com evidentes prejuízos para o produtor. Eram preços “para não comprar”. A segunda fase, com o advento das Leis Delegadas e a reestruturação da CFP, verificou-se uma maior vitalidade na execução desta política. Talvez para outros produtos os preços então fixados tenham sido satisfatórios, mas não para o arroz, continuando o produtor deste cereal, na maioria dos anos, prejudicado. O que se nota é falta de critério definido.

É absolutamente imprescindível que os órgãos do Governo, responsáveis pela execução da política de preços mínimos, hoje chamados de suporte, complementem seus estudos e executem levantamentos dos custos de produção nas diversas regiões típicas de cultivo do arroz, atualizando-os periodicamente.

Vale lembrar, outra vez, o exemplo do Rio Grande do Sul. Ao Instituto Rio Grandense do Arroz cabia, nos termos de uma Lei específica, a partir de 1947, a fixação de preços mínimos para o arroz riograndense. Necessariamente tinha de conferir uma remuneração razoável ao produtor. Logo, tinha que partir de um criterioso levantamento do custo de produção, executado sob o mais rigoroso controle técnico, obtendo-se, para as diversificações existentes em determinados elementos incidentes, as médias ponderadas. Fixados os preços mínimos, êste eram pagos de acordo com a classificação do produto, satisfazendo produtores e indústria de beneficiamento. Porém, o sistema tradicional adotado começou a ser perturbado a partir de 1962, no momento em que os poderes de fixação de preços passaram a ser atribuição exclusiva da Comissão de Financiamento da Produção, através das Leis Delegadas, inclusive para o arroz do Rio Grande do Sul.

O Governo Federal insiste em considerar os índices de preços vigentes no mercado internacional, sem levar em conta os custos de produção. Pode-se afirmar que o sistema adotado é inadequado e prejudicial à lavoura arroseira de um modo geral é principalmente à do Rio Grande do Sul.

A idéia de que os níveis de preços mínimos devem ser ditados principalmente pelos preços do mercado internacional não pode ser aceita como norma geral. Sendo o arroz um produto de básica importância ao País, tanto sob o ponto

de vista social como econômico, como não ampará-lo convenientemente, sabendo-se que a omissão poderá acarretar prejuízos de difícil recuperação?

O conceito de que bons preços mínimos provocam excesso de produção não pode prevalecer. Um demasiado excesso de produção leva tempo para concretizar-se e, se assim fôr, não se deve olvidar o crescimento da população, que provoca, por vêzes, gravíssimos problemas de abastecimento.

“Para a Nação, a crise por abundância é quase sempre preferível à crise por carência”.

Outro conceito de que o preço mínimo deve ser sempre inferior ao preço do mercado, se aceito, fatalmente a garantia de preços perderá o sentido por inócua e até mesmo prejudicial.

Encampamos o conceito da Divisão de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura de São Paulo: “Entendemos que uma política acertada de preços mínimos deverá objetivar, principalmente:

a) Assegurar níveis de preços que permitam à orizicultura pelo menos manter seu atual estágio de desenvolvimento técnico e o melhor padrão de vida das pessoas engajadas em suas atividades;

b) possibilitar a obtenção de colheitas que firme os ganhos obtidos em relação ao abastecimento alimentar interno e proporcione no caso de excedentes exportáveis, volume suficiente para manter nossa posição nos mercados internacionais;

c) alentar a orizicultura no sentido de mantê-la em grau normal de atividades, evitando grandes reduções no plantio que, entre outras conseqüências, trariam o risco de desemprego.”

VI — PREÇOS INTERNACIONAIS

As condições de procura/oferta de arroz no mercado internacional vêm determinando níveis de preços relativamente baixos, se comparados com os custos de produção na maioria dos países exportadores. Esta situação obriga à concessão de bonificações ao arroz destinado ao comércio exterior, como condição para tornar possíveis tais operações. É o que se vem verificando há muito tempo nos Estados Unidos, Itália, Tailândia e outros, que são obrigados a indenizar os exportadores, da diferença entre os preços internos, sempre mais altos do que os vigentes no mercado internacional (Quadro 8).

A análise dos fatos está a demonstrar que os custos de produção em qualquer país de pequena ou grande produção tendem a elevar-se continuamente, principalmente onde a mecanização apresenta-se em elevada intensidade. Situação igual vamos encontrar nos preços internacionais (Quadro 9). Estes não podem sofrer aumentos demasiadamente altos. Aproximadamente 3/4 da população mundial tem no arroz o seu alimento principal. A grande maioria desta população tem poder aquisitivo baixo, não suportando, conseqüentemente, as possíveis elevações nos preços do arroz.

É natural, assim, que as diferenças entre o custo de produção e preços internacionais vão distanciando-se gradativamente. É óbvio, então, que os países exportadores terão de continuar subsidiando ou bonificando suas exportações de arroz.

Os Estados Unidos, o Japão, a Itália, a Tailândia, e tantos outros países, produzem arroz de custo acima das cotações do mercado internacional. Os que exportam, o fazem com prejuízo. Logo, se o Brasil — particularmente o Rio Grande do Sul — produz arroz em condições técnicas iguais aos países acima referidos e de custo acima dos preços normalmente vigorantes no mercado mundial, é lícito esperar que também nosso Governo altere o critério da política de preços mínimos, assim, como, se necessário, subsidie ou bonifique as exportações de arroz.

REFERÊNCIAS:

Instituto Rio Grandense do Arroz; Departamento Econômico do Ministério da Agricultura; Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura de São Paulo; Department of Agriculture, USA e Reuters, Inglaterra.

BRASIL — Produção e Destino do Arroz
Em Toneladas Métricas

Ano Agrícola: 1961/1962 a 1965/1966 (1)	1961/1962	1962/1963	1963/1964	1964/1965	1965/1966 (3)
ARROZ EM CASCA					
Produção	5.556.834	5.740.065	5.457.000	5.639.000	5.050.000
Reserva para semente	333.410	344.400	327.420	338.340	330.000
Saldo	5.223.424	5.395.665	5.129.580	5.300.660	4.720.000
Desperdício (3%)	156.702	161.869	153.887	159.019	142.410
Saldo para descasque	5.066.722	5.233.796	4.975.693	5.141.641	4.577.590
<hr/>					
Ano Comercial: 1962/1963 a 1966/1967 (2)	1962/1963	1963/1964	1964/1965	1965/1966	1966/1967 (3)
ARROZ BENEFICIADO					
Produção, resultado do "saldo para descasque", na base de 66% de rendimento	3.344.036	3.454.303	3.283.957	3.393.483	3.021.209
Remanescentes de anos anteriores (4)	49.251	56.483	93.736	230.860	384.804
Disponibilidade total	3.393.287	3.510.786	3.377.693	3.624.343	3.406.013
Exportação	26.696	—	42.354	(3) 194.005	240.000
Saldo	3.366.591	3.510.786	3.335.339	3.430.338	3.166.013
Remanescentes para o ano seguinte (4)	56.483	93.736	240.860	384.804	20.000
Consumo aparente (5)	3.310.108	3.417.050	3.104.479	3.045.534	3.146.013

FONTE: Ministério da Agricultura, Departamento Econômico (No que refere aos dados da produção).

(1) Ano Agrícola: Período compreendido entre 1.º de abril a 31 de março do ano seguinte.

(2) Ano Comercial: Período compreendido entre 1.º de abril a 31 de março do ano imediato ao ano agrícola

(3) Estimativas, sujeitas à alteração.

(4) Remanescentes conhecidos, no caso os do Rio Grande do Sul.

(5) Inclusive o aproveitamento para fins industriais.

RIO GRANDE DO SUL — Produção e Destino do Arroz
Em Toneladas Métricas

Ano Agrícola: 1959/60 a 1965/66 (1)	1959/60	1960/61	1961/62	1962/63	1963/64	1964/65	1965/66 (*)
ARROZ EM CASCA							
Produção	874.181	922.212	884.258	996.929	899.200	1.189.700	926.500
Reserva para semente	71.400	72.500	72.156	77.500	80.000	72.500	77.000
Saldo para descasque	802.781	849.712	812.102	819.429	819.200	1.117.200	849.500
<hr/>							
Ano Comercial: 1960/61 a 1966/67 (2)	1960/61	1961/62	1962/63	1963/64	1964/65	1965/66	1966/67 (*)
ARROZ BENEFICIADO							
Produção, resultado "saldo para descasque, na base do rendimento de 68%	545.891	577.800	552.229	625.212	557.056	759.697	577.660
Remanescente do ano anterior	15.192	89.783	49.251	56.483	93.736	230.860	384.804
Disponibilidade total	561.083	667.583	601.480	681.695	650.792	990.557	962.464
DESTINO:							
Consumo no Rio Grande do Sul	156.462	166.048	176.340	168.780	180.000	185.460	185.000
Exportação:							
Para mercados nacionais	313.277	305.491	341.961	419.179	197.578	226.287	490.000
Para mercados internacionais	1.561	146.793	26.696	—	42.354	* 194.005	* 240.000
Saldo remanescente	89.783	49.251	56.483	93.736	230.860	384.805	52.464
Total	561.083	667.583	601.480	681.695	650.792	990.557	962.464

FONTE: Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA).

(1) Ano Agrícola: Compreende o período de 1.º de abril a 31 de março do ano seguinte.

(2) Ano Comercial: Compreende o período de 1.º de abril a 31 de março do ano seguinte, posterior ao Ano Agrícola.

(*) Estimativas, sujeitas a alterações

RENDIMENTO INDUSTRIAL DO ARROZ

Em percentuais

Classificação	R. G. do Sul	São Paulo	Brasil
Grãos inteiros	50	45	40
Canjicão (1/2 a 3/4 de grãos inteiros)	11	14	16
Canjica (1/4 a 1/2 de grãos inteiros)	4	8	9
Quirera (até 1/4 de grãos inteiros)	3	3	5
Farelo	8	7	7
Casca	24	23	23
	100	100	100

FONTE: R. G. do Sul, Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA)

São Paulo, adaptação de dados extraídos de um trabalho do Eng.º Agr.º Everton Ramos de Lima, da Divisão de Economia Rural, Secretaria da Agricultura de São Paulo.

Brasil, adaptação de dados constantes dos Decretos Federais ns. 28.098, de 10-5-1950 e 50.814, de 20-6-1961.

EXPORTAÇÃO DE ARROZ BENEFICIADO DURANTE O ANO DE 1965
(através do IRGA)

DESTINO	NAVIO	QUALIDADE	SAFRA	TONELAGEM	PREÇO EM-US\$		DATA
					p/t	TOTAL POR DESTINO	
Costa do Marfim	Fidelity	Blue-Rose	1964	4.867.361	105.00		27.02.65
	Marcos G. F.	" "	"	1.100.000	105.00		08.02.65
	Americana	" "	"	5.500.000	105.00		19.03.65
	Helga Witt	" "	"	5.655.186	105.00		21.09.65
	Benny Skou	" "	"	6.258.074	112.00		18.09.65
	Achille	" "	1965	8.741.700	121.00	3,552,560.80	08.11.65
Peru	Romance	Blue-Rose	1964	9.408.325	105.00		3.03.65
	Theólogos	Agulha	"	8.837.460	112.00		12.04.65
	San Antonio	"	"	7.488.184	112.00		20.04.65
	San Antonio	"	"	2.500.000	105.00		20.04.65
	Romance	Blue-Rose	"	9.738.078	105.00		15.08.65
	Ponderosa	" "	"	9.889.200	105.00		16.09.65
	Geert Hewaldt	" "	"	9.059.900	105.00		04.09.65
	Rio Santa	" "	"	9.681.000	112.00		17.10.65
Polônia	Eloni V	Agulha	"	9.500.000	129.00	8,386,836.62	17.12.65
Libéria	Galczynsiri	Blue-Rose	1963	4.200.000	105.00	441,000.00	21.02.65
	Americana	Agulha	1964	1.081.406	105.00		08.03.65
Holanda	Americana	Brue-Rose	"	29.484	105.00	116,645.52	08.03.65
	Kennemerland	Agulha	1964	100.000	112.00		03.06.65
Egito	Graveland	Blue-Rose	"	262.500	105.00	38,762.50	02.08.65
Serra Leoa	Agios Nicolas	Japonês	1963	9.900.034	133.00	1,316,704.52	14.06.65
Guadelôupe	Marindi Jubami	Malequizado	1964	2.850.000	125.50	357,675.00	23.11.65
Tchecoslováquia	Lóide Bolívia	Agulha	1964	500.000	136.00	68,000.00	04.12.65
	Bovec	Japonês	1965	4.050.000	121.00		22.09.65
Portugal	Ljutomar	Blue-Rose	"	5.600.000	126.50	1,108,405.00	21.10.65
Hungria	Popi P. K.	" "	"	3.721.443	104.62	389,337.37	09.10.65
	Kvarner	Japonês	"	3.000.000	122.00		11.11.65
	Uyspianski	"	"	3.000.000	123.00	750,000.00	24.12.65
				146.519.335			16,615,972.34

EXPORTAÇÃO DE ARROZ BENEFICIADO DURANTE O ANO DE 1966

(através do IRGA)

DESTINO	NAVIO	QUALIDADE	SAFRA	TONELAGEM	PREÇO EM US\$		DATA
					p/t	TOTAL POR DESTINO	
Peru	Bap Callao	I Blue-Rose	1964	6.000.000	130.00		21.01.66
	Apurimac	I " "	1965	10.000.000	129.00		03.02.66
	Marañon	I " "	"	10.200.000	130.00		02.03.66
	Apurimac	II " "	"	3.800.000	130.00		22.04.66
	Apurimac	II " "	"	6.400.000	131.00		22.04.66
	Bap Callao	I Agulha	"	6.000.000	131.00		18.05.66
	Marañon	II Blue-Rose	"	10.200.000	131.00		12.06.66
	Bap Callao	III Agulha	1964	1.600.000	131.00		24.08.66
	Bap Callao	Blue-Rose	"	4.400.000	131.00	7,636.600.00	24.08.66
	Hungria	Staszic	Japonês	1965	3.000.000	128.00	
Czacki		"	"	3.500.000	126.00	825,000.00	12.04.66
Rússia	Paxoi	Blue-Rose	1964	9.590.000	121.00		26.04.66
	Ais Giannis	Japonês	"	9.630.000	121.00	2,322,620.00	07.05.66
Costa do Marfim	Ispahan	Blue-Rose	1965	9.450.000	130.00		18.06.66
	Sideria	Agulha	"	10.102.660	134.00	2,582,256.44	01.07.66
India	Taybank	"	1964	8.490.020	135.82		28.08.66
	Taybank	Blue-Rose	"	3.709.950	135.82		28.08.66
	Irisbank	Agulha	"	3.798.636	135.82		05.09.66
	Irisbank	Blue-Rose	"	3.010.053	135.82		05.09.66
	Irisbank	Japonês	"	5.907.282	135.82	3,374,477.20	05.09.66
				128.788.631		16,740,953.64	

EXPORTAÇÃO DE ARROZ BENEFICIADO FEITA POR CONTA E ORDEM DA C.F.P.
DURANTE O ANO DE 1966

DESTINO	NAVIO	QUALIDADE	SAFRA	TONELAGEM	PREÇO EM US\$		DATA
					p/t	TOTAL POR DESTINO	
Polônia	G. Martinolich	Japonês	1964	10.000.000	118.00		02.05.66
	Júpiter	Blue-Rose	"	10.000.000	118.00	2,360,000.00	08.07.66
Índia	Breacon Beacon	Japonês	1964	10.000.000	112.00		28.07.66
	Neptuno	Agulha	"	10.000.000	127.00	2,390,000.00	15.08.66
Bélgica	Bruges	Canjição	1965	750.000	80.00	60,000.00	31.08.66
Alemanha	Aludra	Canjição	1965	500.000	80.00		23.09.66
	Arabella	"	"	500.000	80.00		10.10.66
	Almar	"	"	150.000	30.00	92,000.00	29.10.66
Senegal	Niobe	Canjição	1965	9.914.000	110.00	1,090,540.00	29.11.66
				51.814.000	5,992,540.00		

EXPORTAÇÃO DE ARROZ BENEFICIADO DE PROPRIEDADE DO IRGA FEITA DURANTE O ANO DE 1966

DESTINO	NAVIO	QUALIDADE	SAFRA	TONELAGEM	PREÇO EM US\$		DATA
					p/	TOTAL POR DESTINO	
Portugal	Steven	Canjição	1965	1.800.000	70.00	131,400.00	07.03.66

**EXPORTAÇÃO DE ARROZ BENEFICIADO PARA OS MERCADOS DO
EXTERIOR ATRAVÉS DO IRGA**

R E S U M O

Exportação	Ano	Tonelagem	Total US\$
IRGA p/conta CACEX	1965	146.519.335	16,615,972,34
IRGA p/conta CACEX	1966	128.788.631	16,740,953,64
IRGA p/conta C.F.P.	1966	51.814.000	5,992,540,00
IRGA direto	1966	1.800.000	131,400,00
T o t a l		328.921.966	39,480,865,98

SUBSÍDIO GARANTIDO PELO GOVERNO NORTE-AMERICANO NA EXPORTAÇÃO DE ARROZ EM 1965 E 1966

ARROZ BENEFICIADO	1 9 6 5				1 9 6 6			
	JAN.	ABR.	JUL.	OUT.	JAN.	ABR.	JUL.	OUT.
Grãos Longos, inteiros								
US\$/45,36 kg (*)	3,32	3,36	3,36	2,46	2,46	2,37	1,78	1,60
US\$/tonelada	73.19	74,07	74,07	54,67	54.23	52.24	39,24	35,27
Cr\$/60 kg	9.661	9.777	9.777	7.201	7.158	6.895	5.179	4.655
Cr\$/tonelada	161.018	162.954	162.954	120.027	119.306	114.928	86.328	77.594
Grãos Médios, inteiros								
US\$/45,36 kg	2,26	2,31	2,35	1,40	1,38	1,27	0,70	0,69
US\$/tonelada	49,82	50,92	51,80	30,86	30,42	28,00	15,43	15,21
Cr\$/60 kg	6.576	6.721	6.837	4.073	4.015	3.696	2.036	2.007
Cr\$/tonelada	109.604	112.024	113.960	67.892	66.924	61.600	33.946	33.462
Grãos Curtos, inteiros								
US\$/45,36 kg	2,11	2,11	2,11	1,35	1,33	1,22	0,65	0,64
US\$/tonelada	46,51	46,51	46,51	29,76	29,32	26,89	14,32	14,10
Cr\$/60 kg	6.139	6.139	6.139	3.928	3.870	3.549	1.890	1.861
Cr\$/tonelada	120.322	102.322	102.322	65.472	64.504	59.158	31.504	31.020
Quebrados de Arroz								
US\$/45,36 kg	1,01	1,01	0,79	0,70	0,68	0,45	—	—
US\$/tonelada	22,26	22,26	17,41	15,43	14,99	9,92	—	—
Cr\$/60 kg	2.938	2.938	2.289	2.036	1.978	1.309	—	—
Cr\$/tonelada	48.972	48.972	38.302	33.946	32.978	21.824	—	—
Composição c/15% quebrados								
Grãos longos								
US\$/tonelada	65,54	66,28	65,56	48,77	48,33	45,88	33,35	29,97
Cr\$/60 kg	8.651	8.748	8.653	6.437	6.379	6.056	4.402	3.955
Cr\$/tonelada	144.188	145.816	144.232	107.294	106.326	100.936	73.370	65.930
Grãos Médios								
US\$/tonelada	45,67	46,61	46,64	28,54	28,09	25,28	13,11	12,92
Cr\$/60 kg	6.028	6.152	6.156	3.767	3.707	3.336	1.730	1.705
Cr\$/tonelada	100.474	102.542	102.608	62.788	61.798	55.616	28.842	28.424
Grãos Curtos								
US\$/tonelada	42,86	42,86	42,14	27,60	27,16	24,33	12,17	11,98
Cr\$/60 kg	5.657	5.657	5.562	3.643	3.585	3.211	1.606	1.581
Cr\$/tonelada	94.292	94.292	92.708	60.720	59.752	53.526	26.774	26.356

(*) 45,35 kg = 1 bushel

PREÇOS DE EXPORTAÇÃO

TAILÂNDIA

Arroz beneficiado,, grãos longos, c/ 15% de quebrados — FOB Bangkok

Anos	Meses	US\$ por t métrica	Cr\$ por t métrica	Cr\$/60 kg
1965	Janeiro	124,60	274.120	16.447
	Fevereiro	127,40	280.280	16.816
	Março	126,00	277.200	16.632
	Abril	124,60	274.120	16.447
	Maió	124,60	274.120	16.447
	Junho	124,60	274.120	16.447
	Julho	124,60	274.120	16.447
	Agosto	128,10	281.820	16.909
	Setembro	147,00	323.400	19.404
	Outubro	145,60	320.320	19.219
	Novembro	142,80	314.160	18.849
	Dezembro	144,20	317.240	19.034
1966	Janeiro	142,80	314.160	18.849
	Fevereiro	138,60	304.920	18.295
	Março	142,80	314.160	18.849
	Abril	156,80	344.960	20.697
	Maió	158,90	349.580	20.974
	Junho	161,70	355.740	21.344
	Julho	172,20	378.840	22.730
	Agosto	168,00	369.600	22.176
	Setembro	170,80	375.760	22.545
	Outubro	175,70	386.540	23.192
	Novembro (*)	—	—	—
	Dezembro (*)	—	—	—

(*) Exportação proibida.

FONTE: Reuters — Londres.

Comentador: *Paulo V. W. Figueiredo*

O autor do trabalho, demonstrando grandes conhecimentos do assunto, aborda, com muita propriedade, no nosso entender, os dois pontos críticos da produção brasileira de arroz.

Nossa afirmativa se fundamenta no fato de que se encontrar-nos solução adequada para os problemas de Preços Mínimos e Exportação, tôdos os demais que a cultura vem apresentando serão equacionados automaticamente.

PREÇOS MÍNIMOS

Quanto à política de preços mínimos, desenvolvida pela Comissão de Financiamento da Produção, conforme se refere o autor, vem tendo com o arroz, um tratamento que não atende às reais necessidades do produtor. A esta citação, podemos acrescentar que na safra 1964-65, também o consumidor não foi beneficiado. Isto porque a COBAL — agente vendedor da C.F.P. — lançou grande parte do produto no mercado atacadista, por preços abaixo do valor de aquisição. Assim, os reais beneficiados foram os grandes atacadistas que, detendo grandes estoques, abaixo do custo, ditavam os preços ao consumidor.

É, no entanto, de justiça que reconheçamos que a C.F.P. com a experiência adquirida, vem aprimorando seus estudos de preços mínimos, procurando tomar medidas que visam à oferecer maiores possibilidades ao produtor quanto à comercialização de seu produto.

Dentre estas medidas, reputamos como a de maior significação a concessão de financiamento ao produtor por 180 dias, posta em prática na última safra.

É, sem dúvida, árdua, trabalhosa e de grande responsabilidade a tarefa de C.F.P., pois em todos os seus estudos de preços mínimos tem que harmonizar três interesses de difícil sintonia, quais sejam, os

- do produtor;
- do consumidor;
- o da política econômico financeira do país.

É necessário, pois, que a C.F.P., encontre em todos os organismos especializados no assunto, como é o caso do Departamento Econômico do Ministério da Agricultura e do Instituto Rio Grandense do Arroz, a colaboração indispensável, com a finalidade de dar uma solução adequada para o difícil problema de comercialização do arroz.

Concordamos, ainda, inteiramente com o autor quando diz que os preços mínimos do arroz não devem estar, *unicamente*, condicionados às cotações do mercado internacional. Ao que sabemos, somente o Brasil adota este critério, pois os demais países produtores asseguram ao produtor um preço superior ao do mercado internacional, baseado em seu custo de produção, subsidiando o produto, quando destinado ao mercado exterior. Como prova, apresenta o autor o valor dos subsídios concedidos ao produtor, pelo governo norte-americano, nos anos de 1965 e 1966.

Mas também neste sentido a C.F.P. está atenta, tanto que por ocasião da fixação do preço mínimo para o arroz da Região Nordeste, levou em conta os custos de produção, desprezando os preços do mercado internacional.

Todos estes fatos nos levam a crer que a C.F.P. está sendo sensível aos anseios do produtor e está encaminhando sua política no sentido de dar solução definitiva a tão grave problema.

EXPORTAÇÃO

Concordamos com o autor quando apresenta como um dos entraves de nossa expansão no mercado internacional do arroz, o nosso alto custo de produção, como de resto é o grande problema dos demais países exportadores.

Nã devemos esquecer, no entanto, que o produto brasileiro conta com dois fatores que podem lhe oferecer grandes oportunidades no mercado externo. O primeiro deles é o que diz respeito à reputação que nosso arroz adquiriu no exterior, graças à sua qualidade e padronização.

O segundo, é também de grande importância, é a época de nossa colheita, o que permite lançarmos o produto no mercado internacional no período de melhores preços, que

vêm corresponder à entre-safra dos maiores exportadores mundiais.

A reputação de nosso arroz ficou evidenciada em termos reais, quando conquistamos a concorrência de 70 mil toneladas realizada no Peru em 1965 onde compareceram também países exportadores tradicionais e alguns deles, com preços inferiores aos nossos. Há de se acrescentar ainda que tal transação não foi gravosa ao Governo brasileiro.

Pelo estudo dos valiosos dados apresentados pelo autor em seu trabalho, no que se refere as exportações realizadas em 1965 e 1966, constata-se que colocamos nossos produtos por preços altamente satisfatórios, cujo fato mais evidente foi a venda de 10.000 toneladas de canjição para o Senegal por US\$ 110.00 a tonelada F.O.B.

Por estas razões permitimo-nos afirmar, e sabemos que conosco concorda o ilustre autor do trabalho, que o que está nos faltando, para a conquista definitiva do mercado internacional do arroz, é *continuidade* e *agressividade* em nossas ofertas. O que vem acontecendo até o momento é que somente comparecemos ao mercado internacional quando há abundância de safra nos Estados Centrais e os excedentes do Rio Grande do Sul são liberados para a exportação. Basta, no entanto, ocorrer qualquer frustração das safras dos Estados Centrais — o que não é raro, pois seu cultivo está na dependência das condições climáticas — para ser o arroz gaúcho chamado a abastecer o mercado interno e contingenciado por instruções governamentais, abandonar seus compradores externos. Ora, é sabido que o mercado internacional é exigente quanto à continuidade de seus fornecedores. A continuar, pois, o Brasil adotando a mesma política, não passaremos jamais de meros exportadores esporádicos e sem expressão no mercado externo.

É pois necessário, o que sabemos também ser o ponto de vista do autor, que nossas autoridades governamentais sejam sensibilizadas no sentido de fixarem uma cota mínima anual de exportação. Com esta providência poderemos partir para uma política agressiva de exportação, indo em busca de mercados, com a tranqüilidade e a certeza de podermos firmar contratos por anos seguidos e não ficarmos à espera de eventuais compradores, como vem ocorrendo atualmente.

Com a taxa atual do dólar e valendo-se do período entre-safra dos exportadores tradicionais, pode o Brasil firmar-se em definitivo no mercado internacional do arroz não necessitando, inclusive, subsídios governamentais.

Finalizando, concluímos que o técnico Ary Herzog abordou com propriedade os dois pontos críticos da orizicultura brasileira.

Queremos ainda apresentar nossos sinceros agradecimentos à Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, pela oportunidade que nos ofereceu e solicitamos, respeitosamente, que em posse do objetivo trabalho do autor e dêste modesto comentário, possa extrair subsídios a fim de que, valendo-se do prestígio que possui, possa influir junto às autoridades governamentais para a implantação de uma *política nacional de arroz*, com a finalidade de salvaguardar a orizicultura nacional e projetar o produto brasileiro no cenário internacional.

Muito obrigado.

DEBATES:

Dr. Alberto Veiga

Eu gostaria de provocar a reação do orador a dois pontos que em seu trabalho pareceram-me um tanto fora da realidade dos fatos. Um refere-se à política de subsídios na exportação de arroz e outro ao emprêgo de dados de custo de produção como base para a fixação de preços mínimos. Estes são, aliás, dois dos pontos fundamentais do trabalho apresentado.

Quanto ao subsídio para exportação, não acho suficiente afirmar que os Estados Unidos mantêm uma política dêste tipo, para que fique caracterizada nossa necessidade em adotá-la. As condições de financiamento e crédito possíveis naquele país estão bem acima das nossas tornando insubsistentes relações desta ordem. Gostaria que o autor citasse exemplos de países sub-desenvolvidos em que uma política dêste tipo é adotada com reflexos benéficos para o seu desenvolvimento.

O outro reparo é sôbre custos de produção e prende-se a dois aspectos de seu emprêgo para fins de fixação de preços. Primeiro, o custo de produção de arroz, no Rio Grande do Sul, não é um custo representativo para as condições brasileiras, dada a grande diferença tecnológica entre as culturas daquele Estado e os demais produtores. Que validade existe em basear preços mínimos em custos de produção para aquêle Estado?

Esta pergunta é aplicável, pela mesma razão, a outros Estados. Os custos de produção por unidade produzida, que são os relevantes para fins de preços mínimos, podem ser mais elevados em reigões que apresentam culturas de baixíssimos rendimentos, por empregarem técnicas rudimentares, do que os custos do Rio Grande do Sul com culturas de elevado nível técnico e alta produtividade.

O segundo aspecto, ainda sôbre custo de produção do arroz, visa a colocar êste problema: um custo médio, mesmo que representativo para um nível tecnológico generalizadamente empregado, pe.o simples fato de ser custo médio, marginaliza, automaticamente, cêrca de 50% dos produtores. Que vantagem haverá, então, em calcular preços mínimos com base em tais custos?

Eram estas as minhas questões.

MERCADO INTERNO, PRINCIPAL ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA BOVINA DE CORTE DO BRASIL

MÁRIO MAZZEI GUIMARAES

Do ponto de vista do desenvolvimento, não é possível ainda localizar um denominador comum da pecuária bovina de corte do Brasil. Há acentuadas diferenciações regionais, resultantes da estrutura dos mercados, de características ecológicas e de nível técnico pecuário e/ou industrial. Como mais ou menos definidas existem a pecuária do Brasil Central e a do Rio Grande do Sul, e ambas com deficiências graves, se cotejadas com outras de países mais desenvolvidos ou mesmo de nível de desenvolvimento igual ao brasileiro. As outras regiões, exceto manchas isoladas, apresentam um complexo de carne bovina ainda pouco ordenado, às vezes balbuciante.

Todavia, se nos abstrairmos dessas diferenciações, e admitirmos um conjunto pecuário nacional, verificaremos que, apesar de progressos regionais e globais assinalados, os índices de desenvolvimento, medidos pelo desfrute do rebanho e seu rendimento-carne, estão bastante aquém das pecuárias marcantes do mundo: as dos países de apreciável importação (EUA, GB, etc.) e as dos principais países de exportação (Argentina, Austrália, etc.).

O objetivo deste trabalho é o de tentar verificar que mercados poderiam contribuir para melhorar as condições de desenvolvimento da pecuária bovina de corte brasileira, e portanto melhor inserir esta num programa geral de desenvolvimento econômico. A *conclusão* do autor é a de que, no contexto tradicional e atual da produção e do consumo mundial de carnes bovinas, o *desenvolvimento da respectiva pecuária deste país depende sobretudo dos estímulos que receber dos mercados internos.*

Rebanho cresce pouco.

Partindo-se de dados censitários, verifica-se que entre 1940 e 1960 o rebanho bovino brasileiro aumentou de 34,5 milhões de cabeças para 55,7 milhões, ou 61%. No mesmo período, a população humana subiu de 41,2 milhões a 71 milhões de pessoas, ou 73%.

Há essa falha elementar, pois, em país ainda em fase de ocupação agropecuária de suas terras, de fraco e irregular índice exportador e de baixo consumo de carne bovina 'per capita': a população bovina vem crescendo menos que a humana.

Acontece ainda que a distribuição do gado não se processa com certa uniformidade. O Brasil Central, de estados pecuários afins (São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Guanabara e Distrito Federal) continha, em 1940, 17,1 milhões de cabeças, ou 50% do total; em 1960 possuía 31,3 milhões, ou 56% do total: o seu desenvolvimento esteve assim, acima da média brasileira. Cotejado com outra área de pecuária evoluida (a do Rio Grande do Sul), o Brasil Central demonstra superioridade de ritmo de aumento do rebanho, pois o Rio Grande do Sul em 1940 registrava 22% da população pecuária brasileira e em 1960 representava apenas 16%.

Desfrute sofrível

A tradução em carne desse rebanho, de desenvolvimento numérico insatisfatório, também não se mostra favorável. O desfrute do rebanho no país, medido pelas matanças de 1961 (divulgadas pelo Ministério da Agricultura) sobre as existências do final de 1960, acusou 12,7%, quando se registram índices de 34% (EUA), 30% (Argentina), 45% (França), 36% (Austrália, etc).

Se tamássemos como referência dados de rebanho estimados pelo MA, sempre superiores aos verificados pelo Censo, o índice de desfrute seria ainda menor.

Ainda aí, há diferenciações regionais: o BC consegue o desfrute de 13,7% e o RS de 11,5% (ambos em 1961). O resto do país também obteve em 1961 cêrca de 11,5%.

Admite-se que o pequeno índice de procriação e a excessiva mortalidade, devido a pragas, moléstias, carências

alimentares e rigores climáticos, sejam os fatores responsáveis pelo defrute sofrível. Nesse caso, o Brasil Central apresentaria condições mais favoráveis à pecuária bovina, a partir de seu clima mais regular, sem o frio excessivo do inverno (sul), ou as grandes sêcas estacionais ou cíclicas (quase todo o Nordeste).

Pouca carne em muito tempo

O peso médio do gado abatido no país também se acha abaixo do nível considerado satisfatório internacionalmente. O Brasil em 1965 alcançou por *boi abatido* (exclusive vacas e vitelos) a média de quase 210 quilos, nível inferior ao de 5 anos atrás (212 kg), mas acima de 10 anos antes, 200 kg). As médias norte-americanas acusam animais acima de 240 kg e as européias acima de 280 kg. Mas aqui há diferenças regionais, acentuadas: São Paulo, ainda em 1965, obteve 238 kg em média por boi abatido, enquanto RGS só alcançou 215 kg.

O problema mais grave, porém, não é o da média de peso-carne do novilho, nestes tempos de procura do "boi enxuto"; mas o da excessiva idade (4 anos acima) com que o bovino brasileiro de corte caminha para o matadouro. Tem havido progresso, e em São Paulo há muito abate de animal de 3 anos e pouco. Ainda se acha aparentemente longe o dia em que animais de 2 anos possam ir ao corte como regra, a exemplo do que acontece no seio das pecuárias mais avançadas do mundo.

Produção insatisfatória

Com rebanho desenvolvendo-se pouco, dando defrute sofrível, rendendo carne escassa e tardia, a pecuária bovina brasileira teria que apresentar insatisfatórios dados globais de produção.

No decênio 1940/49, abateram-se 4,9 milhões de bovinos, em média, no país. No decênio seguinte, de 1950-59, a média, subiu a 6,5 milhões, ou mais 33%. Nos primeiros 6 anos de 60, de que há dados definitivos e oficiais, a matança cresceu apenas até a 7,3 milhões de cabeças em média, ou mais 12% que no decênio anterior, perdendo assim o ritmo de avanço da década de 50. Além de não compensar o aumento das populações humanas e o crescimento dos mercados, nos últimos anos o abate tem dado sinais de estacionamento, mesmo

em números absolutos. Assim, enquanto entre 1957 a 1959 se abateram, em média, 7,6 milhões de cabeças por ano, entre 1960 e 1965, como se viu, a matança não passou de 7,3 milhões anuais. Em 1965, o abate chegou a 7,8 milhões, ou seja, o mesmo nível de 1959 e menos que o de 1958 (7,9 milhões). Acredita-se que em 1966 não tenha havido progresso. Pelo menos os 29 principais estabelecimentos paulistas reduziram o movimento em cerca de 14%.

Além disso, o desenvolvimento, do ponto de vista regional, não tem sido equilibrado. O Brasil Central aumentou os abates médios entre o decênio 50 e os primeiros 6 anos da década seguinte, de 3,8 a 4,3 milhões de cabeças (mais 13%); e o Rio Grande do Sul os reduziu de 1,1 a 1 milhão de cabeças.

Tais resultados refletiram-se proporcionalmente na produção de carnes do gado abatido.

Pecuária de mercado interno

A pecuária de corte do Brasil vive quase exclusivamente do mercado interno. Entre 1956 e 1965, do gado abatido, exportou apenas 4%. O ano de maior volume exportador, depois do período de guerra, foi o de 1959, e então só 7% do volume das carcaças obtidas se destinaram ao comércio exterior. Em 1965, ano de razoável movimento exportador, a cota desceu a 5% e em 1966 deve ter declinado ainda mais.

O Rio Grande do Sul é a principal e mais regular área exportadora. Entre 1956 e 1965 exportou a média anual de cerca de 15% da carne obtida do gado sacrificado. O Brasil Central, a outra principal região pastoril, não logrou mais que uma cota relativa de exportação de cerca de 2% anuais, durante o mesmo período.

Deve marcar-se que o BC, voltando sobretudo para o mercado interno, conseguiu maiores progressos em sua pecuária bovina de corte (volume, desfrute e pêso-carne do rebanho) do que o RGS, onde a exportação realmente conta.

Assinale-se aqui que o BC é o responsável pelo abastecimento dos maiores centros populacionais e industriais do país; o RGS limita-se ao abastecimento estadual, tendo começado a participar do mercado interestadual só mais recentemente, e em escala ainda irregular e reduzida (exceto, em termos, quanto a charque).

Consumo “per capita”: fraco e em declínio

Apesar da dominância absorvente do mercado interno, o consumo de carne bovina “per capita” no Brasil situa-se em níveis subdesenvolvidos. Os índices internacionais são expressivos:

LIBRAS-PÊSO “PER CAPITA”			
Países	1965/1960	1961/1965	1965
(média anual)			
Canadá	77	82	87
EUA	91	99	105
México	26	25	25
Argentina	188	177	25
Colômbia	51	53	53
Venezuela	34	45	46
Paraguai	127	108	110
Uruguai	164	165	181
França	65	71	71
Alemanha Ocidental	39	47	46
Itália	26	36	35
Áustria	40	43	41
Grécia	8	19	23
Espanha	12	16	17
Grã-Bretanha	60	57	51
Iugoslávia	14	14	13
Austrália	125	98	101
Nova Zelândia	107	104	109
Brasil	46	38	36

(Fonte: “World Agricultural Production and Trade” — USA Department of Agriculture — Foreign Agricultural Service).

O consumo brasileiro “per capita” está muito abaixo do nível dos países de índice satisfatório. O mais grave é que declinou nos anos de 60 em relação aos últimos da década de 50, tanto que, antes, superávamos o nível de 8 países em 19, e passamos a superar apenas o de 5. E enquanto a tendência geral é a de maior consumo individual de carne bovina, no Brasil ela é contrária.

Acontece ainda que as diferenças regionais são acentuadas. Sem alcançar nível satisfatório, o Brasil Central acusa média mais elevada que a do Sul e a do resto do Brasil. Assim, em 1961-65, enquanto o BC utilizou 22,5 kg de carcaça (carne limpa, sem elaboração posterior), por habitante, em

média, o sul (RGS, PR e SC), utilizou 19,3 kg e o resto do país apenas 9,9 kg. Tais números se obtêm abatendo a carne produzida da que se exportou (reduzidas sempre ao peso rognal da carcaça). Tem-se ainda medida das disparidades anotando-se que, na cidade de São Paulo, o consumo "per capita" deve ultrapassar 40 kg por habitantes.

Exportação não estimula

Voltada para o mercado interno, a pecuária brasileira, com um rebanho desenvolvendo-se insatisfatoriamente, não consegue melhorar o nível da dieta cárnea da população humana. Restaria indagar se, acaso ela fôsse dirigida no sentido de fornecer os mercados externos, na grande escala, poderia, superar o nível pouco desenvolvido em que ainda se encontra. Tal hipótese, embora discutível do ponto de vista social (implicaria em quebra dos já precários níveis internos de consumo, pelo menos imediatamente), não seria viável, porém. Os preços externos estimulam menos o pecuarista que os internos. Não seria mera coincidência o fato de o RGS, mais dedicado à exportação que o BC, apresentar índices de desenvolvimento pecuário menos satisfatórios.

A participação do Brasil no mercado mundial de carnes é pequena e irregular. Quando o frequentamos, o fazemos na condição de caudatários, cobrando os preços que os grandes exportadores nos permitem e que, por sua vez, lhes permitem os grandes mercados importadores.

Entre 1956 e 1960, exportamos menos de 3% do volume total das exportações mundiais. Entre 1961 e 1965, segundo dados preliminares (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), o Brasil participou apenas com 2% do mercado internacional de carnes bovinas. Dentro de nosso modesto plano perdemos posição relativa.

Salvo em ocasiões esporádicas (Primeira Guerra Mundial, Guerra da Abissínia, Segunda Guerra Mundial, etc.), os preços externos não exercem atração, dentro da chamada "paridade internacional". Possivelmente, na guerra de 14 e no conflito ítalo-africano, a abertura do comércio exterior, num país ainda de mercado local acanhado, tenha promovido o desrepreamento de gado envelhecendo no interior, e assim exerceu funções estimulantes. Com o surto da industrialização e a formação de grandes populações urbanas, fenômenos que se acentuaram após a segunda guerra mundial, a exportação perdeu características estimulantes.

Preço interno mais elevado

Entre 1958 e 1965, segundo dados da Associação dos Abatedores de Gado e Frigoríficos do Brasil Central e do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, o preço por atacado do boi casado, com osso, no mercado interno (Capital de São Paulo), assim evoluiu em confronto com o preço obtido na exportação de carne congelada, com e sem osso:

Anos	NCr\$ por kg	
	Mercado interno	Exportação
1958	0,03	0,03
1959	0,04	0,04
1960	0,07	0,10
1961	0,10	0,13
1962	0,15	0,13
1963	0,25	0,25
1964	0,52	0,73
1965	0,73	1,23
1966 (1.º semestre)	1,10	1,40

Nem sempre há ágio da carne exportada, com e sem osso, sobre a de mercado interno (SP), sempre com osso. E o excedente daquela nem sempre cobre a “charge” para se colocar o produto livre a bordo. Para se ter idéia de como os preços externos não são mais atraentes que os internos, registre-se que o exportador habitual de carne congelada é o RGS e que, para exportar, êle cota normalmente a sua carne em volta de 20% abaixo da do Brasil Central. Em 1966 (1.º semestre) para poder exportar a NCr\$ 1,40 por tonelada, o RGS (donde saiu tôda a carne congelada exportada pelo país) proporcionou aos seus pecuaristas, em Pôrto Alegre, a média de NCr\$ 0,45 por kg bruto de boi em pé, ou seja, NCr\$ 12,65 por arrôba de carne limpa (sistema do Brasil Central). No mesmo período, o BC registrou a cotação média de ccerca de NCr\$ 15,30 por arrôba, no interior, livre de frete e impôsto, o que tornou a sua carne gravosa. Boi a mais de quinze cruzeiros novos por arrôba líquidos para o pecuarista, coloca-se no mercado interno e reclama até intervenções drásticas no mercado, como no fim do primeiro e em todo o segundo semestre de 66 (preço CADEP, vendas pela SUNAB, etc.); mas para o mercado externo, foi preciso boi a menos de 13 cruzeiros novos, inclusive impôsto e frete.

Problema não é de custo

Poderá dizer-se que o problema é de custos internos elevados e que, mediante maior produtividade e outras medidas de racionalização, a pecuária brasileira poderia tornar-se competitiva. Mas os países de grandes mercados internos não são bons exportadores, e aqueles que são bons exportadores perdem posição externa à medida que se amplia e/ou intensifica o mercado interno.

Países de pecuária avançada, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Alemanha e outros, são grande importadores. E para manter o estímulo à própria pecuária de corte, possibilitam preços aos seus produtores muito acima da chamada “paridade internacional”.

Países de exportação tradicional, como a Argentina e o Uruguai, perdem posição no mercado mundial, à medida que se industrializam e precisam alimentar melhor as suas populações. A Argentina é um exemplo clássico: entre 1956 e 1960 participava com 36% das exportações mundiais, e entre 1961 e 1965 passou a contribuir com apenas 26% (números absolutos do Departamento de Agricultura dos EUA). Não é que a sua produção de carnes, medida pelo peso das carcaças do gado abatido tenha declinado; os dados da FAO permitem concluir que a produção argentina tenha atingido, nos últimos anos, a média de 2,5 milhões de toneladas, enquanto logo depois da guerra não chegava a 2 milhões. A pressão do mercado interno é a causa da perda de terreno do vizinho país no mercado internacional. Tanto que de tempos para cá, reserva-se compulsoriamente o boi de 410 a 480 kg brutos (o chamado “mediano” para exportação, o que significa um racionamento indireto, o qual se faz acompanhar, por vêzes, de racionamentos diretos. A excessiva dependência da Argentina do comércio exterior de carnes justifica essas medidas drásticas. Aliás, a citada reserva implica ainda num tabelamento indireto do boi de exportação, a partir do preço FOB, isto é, do que se convencionou chamar de “paridade internacional”.

Quem importa

Atualmente, (1965), os países importadores de carne assim podem classificar-se, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA:

Países	% s/total mundial
Estados Unidos	22
Grã-Bretanha	22
Itália	14
Alemanha Ocidental	9
Outros	3
TOTAL	100

Portanto, dois terços das importações concentram-se em apenas quatro países, que ditam o “mercado internacional” e situam-se todos na área dos “desenvolvidos”.

Continentalmente, a Europa Ocidental é a maior área importadora: 58% do total mundial, seguindo-se a América do Norte, com 23%. As áreas mais desenvolvidas do mundo capitalista absorvem assim 81% das exportações mundiais. Os Estados Unidos são ainda grandes exportadores de gado vivo do México e do Canadá: cerca de 2 milhões de bovinos em 1965.

Quem exporta

Os países exportadores, pela ordem, em 1965, são:

Países	% do total
Austrália	25
Argentina	21
Nova Zelândia	8
Uruguai	5
Outros	41
TOTAL	100

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Quase 60% das exportações surgem de quatro países, todos com metas de desenvolvimento geral ainda a atingir. E porque se desenvolvem, a sua contribuição global, no setor de carnes bovinas, tende a declinar. Assim, continentalmente, a América do Sul e a Oceania participavam do comércio internacional de carnes com 70% entre 1956 e 1960; entre 1961 e 1965, passaram a 62%.

Mercado mundial delina

O volume das importações mundiais subiu no quinquênio 1961/65 em confronto com o de 1956/60: mais 29%. Todavia, mostra sinais de declínio nos últimos anos: em 1965, com 1.908.000 toneladas, significou 9% menos do que em 1964, 8% menos do que em 1963 e 13% menos do que em 1962. Certos países agrícolas europeus têm procurado compensar o declínio do “Além-mar”, como é o caso da Iugoslávia, da Holanda, da Dinamarca, da Irlanda e da França; mas excetuando os dois primeiros, os demais mostram sinais de esmorecimento, particularmente a França, que está quase nivelando as importações com as exportações de carne bovina.

O desnível de preços dos países exportadores

O deságio entre o preço da carne no país habitualmente importador e no país exportador típico não se deve medir, por exemplo, entre o preço FOB Buenos Aires e o preço corrente em Smithfield, Londres. Tem-se melhor panorama da “diferença de nível”, sabendo-se que o preço se paga no país importador ao pecuarista local e que o preço se paga no exportador ao pecuarista nativo. Segundo dados da FAO, o preço entre 1959 e 1963 assim evoluiu nos países abaixo:

	Centavos de US\$ por kg de boi vivo pago ao produtor				
Países Exportadores	1959	1960	1961	1962	1963
Argentina	16,9	17,9	17,3	15,4	17,8
Uruguai	—	18,6	15,9	15,7	13,1
Países Importadores					
Estados Unidos	48,3	49,8	45,0	44,5	43,9
Grã-Bretanha	43,9	43,1	44,8	45,7	45,8
Alemanha	55,9	55,5	58,4	57,8	59,8
Itália	53,0	54,5	52,3	55,1	62,8

Esse subpreço crônico da pecuária dos países exportadores é que permite, por exemplo, que em 1965 a carne de exportação (boi morto) se cote em Brisbane, na Austrália, a 50 centavos de dólar por kg, e na Grã-Bretanha, em Smith-

field, a 79 ventavos; na Nova Zelândia, a 46, e em Chicago, a 94 e em Paris, a 1 dólar e 20 centavos.

E as perspectivas não são animadoras, no tocante à redução das diferenças: enquanto o MEC anuncia (Le Figaro Agricole, Agosto de 66), um “preço de orientação ao produtor” europeu se sua área, de US\$ 66,25 por 100 kg vivos para 1968, ou seja, cêrca de NCr\$ 1,79 por kg vivo de novilho, no Rio Grande do Sul, mesmo com a recente valorização do dólar, não se espera poder exportar folgadoamente em 1967 com um boi pago ao pecuarista a NCr\$ 0,55. Segundo recentes informações, o chilled argentino está obtendo apenas US\$ 0,40 por kg, FOB Buenos Aires, (30% abaixo do nível de 1965).

Naturalmente, os países importadores absorvem em tributos aduaneiros e internos a diferença entre o preço da carne CIF pôrto de destino e o preço FOB país exportador. Ainda há pouco, clamava-se na Argentina contra o fato de que um kg de carne de vitela, quarto traseiro, chegado a pôrto italiano por 950 libras, desde que viesse de fora da Comunidade Econômica Européia, pagava, até a chegada ao consumidor, a sobretaxa global de 800 libras. (Boletim da Associação dos Abatedores de Gado e Frigoríficos do Brasil Central, n.º 24, de 12/12/66).

Exportadores tendem a comer menos

Dado, porém, o alto poder aquisitivo interno dos países importadores, o seu consumo de carne bovina “per capita” está em regra em ascensão, enquanto declina o dos países exportadores, bem como dos países insuficientemente desenvolvidos em geral. O quadro que divulgamos acima sôbre o consumo em 19 países, entre êles o Brasil, é expressivo.

Continentalmente, a América do Norte, que, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA, consumia entre 1956 e 1960, a média per capita de 44,7 libras-pêso, passou em 1961/65 à média de 69, enquanto a América do Sul, onde há “grandes comedores” de carne bovina, como a Argentina e o Uruguai, declinou de quase 84 a 80 libras; o MEC, área importadora, ascendeu de 44 a 51, mas a Iugoslávia, país exportador e insuficientemente evoluído, acha-se estacionário, em tórno de 14 libras-pêso por habitante. Melhora na URSS, área que em regra mais importa do que exporta, de 26 a 30 libras, queda na Ásia, de 6 para 5, bem como queda na Oceania, de 116 para 100. O Paraguai, que passou a

intensificar as vendas externas (aumentou de cerca de 71% em 1965 sobre a média anual de 1956/60), fez uma dieta correspondente de 15%.

É natural que os países importadores, às voltas com populações cada vez mais exigentes de bem estar, procurem fazer uma política que estimule as produções locais e possibilite bons rendimentos fiscais sobre a carne importada, possivelmente visando a financiar as respectivas pecuárias nacionais. Mas os países exportadores terão que abrir os olhos a essa realidade, tomando consciência do quanto é artificial a “paridade internacional”, que os leva (caso sul-americano) a sucessivas desvalorizações externas da moeda nacional, a fim de compensarem a elevação dos custos internos e a compressão dos preços externos efetuada pelos importadores, quando não lançam mão do racionamento, como se fez na Argentina.

Idéia do desnível alimentar

Pondo de lado o caso de países exportadores habitados a uma dieta abundante de carne bovina (Argentina, Uruguai, Austrália, Nova Zelândia), pode-se tomar pé no desnível existente confrontando-se o consumo per capita de países que exportam (e não importam, ou importam pouco e irregularmente) e países que importam (e não exportam, ou exportam menos do que importam):

Países Exportadores	Consumo “per capita” (Libras-pêso — 1965)
Brasil	36
México	25
Holanda	41
Iugoslávia	13
Irlanda	32

Países Importadores	Consumo “per capita” (Libras-pêso — 1965)
Estados Unidos	105
Grã-Bretanha	51
Alemanha Ocidental	45
Finlândia	47

Certamente, há países exportadores que melhoram o consumo interno, como é o caso do Canadá, país rico, de população relativamente pequena. Mas, salvo alguns países exportadores, que já comem bastante carne e podem apertar o cinto para atender a outras imposições econômicas e sociais (caso típico da Argentina, que precisa exportar carne bovina, item fundamental de seu comércio exterior), não parece indicado o “elan exportador” a nações que comem pouca carne bovina e têm dificuldade de diversificar a dieta de base protéica animal (o que não acontece na maioria dos países importadores como os da Europa, que apresentam altos índices de consumo de leite, ovos e outras carnes). A exportação como força de estímulo não interessa nem a consumidores, porque já comem pouca carne bovina; nem a produtores, porque não conseguem, a não ser esporadicamente, um estímulo de preço como o que o mercado interno, na medida em que o país se industrializa, lhe possibilita.

O caso do Brasil

O Brasil está nêsse caso. Demonstrou-se neste trabalho que estamos entre os povos que menos consomem carne bovina, e é sabido, apesar disso, que ela é o “prato forte” em matéria de proteína animal em osso meio, dadas as dificuldades (maiores) das outras produções (pecuária leiteira, avicultura, suinocultura, etc.). Demonstrou-se ainda que o preço que a exportação reclama do pecuarista está muito abaixo daquele que vigora no país importador em benefício do produtor local.

Dessa forma, o que se pode fazer na pecuária de corte brasileira, para que ela se desenvolva e, por sua vez, influa no desenvolvimento geral, é criar condições favoráveis ao consumo interno, mediante estímulo à industrialização, à urbanização racional e à agricultura intensiva. A exportação tal como se acha estruturado o mercado internacional, não propicia preços regulares e estimulantes, como os mercados internos dos países desenvolvidos propiciam aos respectivos produtores nacionais.

O mercado interno é a meta a conquistar para o desenvolvimento da pecuária brasileira e para que esta se transforme em instrumento mais atuante do desenvolvimento global do país, obtendo mais ingressos de renda e portanto mais recursos para aplicações de melhoria e mais capacida-

de aquisitiva de produtos nacionais e importados. Naturalmente, não se deve desprezar totalmente a possibilidade de exportação, que se deve orientar, porém, para o setor manufatureiro, valorizando-se aqui, ao máximo, a matéria-prima excedente ao mercado nacional, quer na hipótese de sobra real (e não manipulada), quer na hipótese de “sobra de hábito”, isto é, de partes da carcassa sem possibilidade de consumo local, “in natura” ou mediante transformação: é o caso, por exemplo, do excedente de dianteiros e da ponta de agulha, que se pode transformar em matéria-prima de laticínios exportáveis. Ao invés de exportarmos o produto “in natura”, exportamos a sobra efetiva e industrializada.

Esse, a ver do autor, é o caminho, no setor de carnes bovinas, a favor do desenvolvimento econômico do Brasil.

Comentador: *Dr. Júlio César Covello*

Independendo da leitura do trabalho supra indicado, sabe-se que a pecuária nacional, quanto à sua perfeição zootécnica especializada e acentuado melhoramento genético está indiscutivelmente situada, ainda, sob prisma comparativo absoluto, em nível inferior a alguns dos países citados pelo autor — Grã Bretanha, Argentina e Uruguai, principalmente.

Este ponto de vista é válido para a pecuária do Brasil-Central e do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecida como denominador comum. As de outras regiões do Brasil só de alguns anos a esta parte é que vêm merecendo uma certa atenção, não podendo ser enquadradas no mesmo nível apreciativo, como muito bem acentua o autor.

Essa nossa inferioridade atual, cuja redução indiscutível vem se processando a passos largos, é resultado de fatores econômicos e ecológicos. Entre os primeiros pode ser assinalado como preponderante o desenvolvimento do ciclo cafeeiro nacional que, praticamente, absorveu tôdas as atenções, atividades e investimentos quase totais nos meios rurais do Brasil-Central durante várias décadas, relegando a pecuária ao esquecimento e que apenas, há cerca de cinquenta anos, passou a merecer atenções especiais em zonas da região onde o café não era cultivado. Só do esforço e da tenacidade do mineiro é que resultou as primeiras importações de zebu que viriam melhorar e substituir o nosso "pé-duro" e o "tucura" que constituem então o rebanho bovino nacional, esforço êsse combatido enérgica e violentamente, na época, por grandes nomes nacionais com o apoio de imprensa de grande projeção no país.

A partir da decadência cafeeira é que a nossa pecuária começou a merecer atenção, quando já, nas exposições de Palérmo, na Argentina, eram premiados grandes reprodutores oriundos de raça européia, principalmente da Gra-Bretanha, criados e melhorados nas espetaculares cabañas platinas.

As grandes extensões pastoris mato-grossenses e goianas eram ainda vastos sertões longínquos, quase desconhecidos, onde rebanhos, em processo de refinamento progressivo, vagueavam ao sabor da ignorância e, portanto, ao abandono dos mais comensais cuidados de sentido melhorador.

Essa situação transata é de conhecimento pleno do ilustrado autor do trabalho ora comentado. Entretanto, não poderíamos deixar de relembrá-la para melhor aquilatar e valorizar os ingentes sacrifícios e esforços melhoradores que os nossos pecuaristas se impuseram para facultarem ao país o rebanho que hoje aí está, no Brasil-Central e no Rio Grande do Sul, matriz melhoradora e exemplo de trabalho que estão elevando qualitativamente os vários criatórios bovinos, ainda, precários, de outras diversas regiões do país, embora de ambientes ecológicos diversos e alguns deles ingratos.

Como bem reconhece e acentua o autor do trabalho que comentamos, o país, no ponto de vista pastoril principalmente, dizemos nós, acha-se “ainda, em fase de ocupação agropecuária de suas terras”, ocupação essa que vem se acentuando notavelmente nesses últimos anos, principalmente no vasto território mato-grossense, onde criadores capacitados, de mentalidade evoluida, instalaram e instalam novas fazendas. Diante dessa expansão pecuarista que estamos assistindo não se poderia pretender que o desfrute nacional já acusasse percentagens iguais, ou aproximadas mesmo, aos dos grandes países criadores citados pelo autor, onde sobram condições favoráveis, e nem tão altos rendimentos de carne, por carcaça, comparáveis aos das raças finas ou cruzadas, originárias de velhas seleções do continente europeu. Todavia, nesses dois pontos básicos que caracterizam uma pecuária de corte, vamos conseguindo melhoras acentuadas, uma vez que já ficou num passado relativamente recente os desfrutes nacionais de 9 e 10% e os pesos médios de carcaça de 200 kg. É necessário acentuar, neste particular, que de 1963 a 1966 ocorreram vários contratempos sérios, prejudiciais ao normal preparo dos animais destinados ao abate — seca de 1963/64, atuação requisitória da SUNAB, de efeitos nefastos, frios extemporâneos e acentuação aflitiva da falta de numerário nas zonas invernístas, motivando mais baixa lotação das invernadas desde 1965 agravada este ano, e entrega de tropas ainda imaturas aos matadouros, forçada pela falta de numerário.

As reações da crise, determinada tanto pela deficiente disponibilidade de dinheiro como pelo baixo poder aquisitivo

do consumidor, atingiram frontalmente a pecuária de corte. No Estado da Guanabara calcula-se que a queda de consumo de carne bovina, desde 1964, atingiu a cêrca de 40%, percentagem negativa essa mais elevada desde que considerando o aumento da população verificado no período.

O autor do trabalho que temos a honra de comentar, tanto pela sua ilustração especializada, como pelo diuturno contato que mantém com os problemas vários da pecuária de corte ventilados pela imprensa de que faz parte e com os grupos interessados na atividade, conhece profundamente as determinantes dêstes nossos comentários.

Não nos furtaremos, entretanto, a mais algumas considerações:

1. Computadas nossas estatísticas verifica-se que o índice de bovinos por habitante evoluiu de 1,01 em 1940 a 1,08 em 1957, com regressão transitória para até 1,03 em 1963 e, finalmente, para 1,10 em 1965. Os índices mais baixos foram os de 1945 a 1947, quando, por fôrça das nossas exportações de guerra, sangraram em demasia o bloco criatório do Brasil-Central. Nessa ocasião aquêle índice envolveu entre 0,96 e 0,98;

Êsses índices, referentes a outros países produtores, foram os seguintes em 1962/63:

Argentina	1,84
Austrália	1,69
Canadá	0,59
Estados Unidos	0,54
México	0,78

Diante desses números verifica-se que a situação brasileira é perfeitamente satisfatória em face das condições atuais da sua pecuária.

2. Sôbre o crescimento da população bovina e havendo tomado como denominador comum básico a pecuária do Brasil-Central por sua repercussão econômica inegavelmente preponderante, verifica-se que o seu crescimento médio anual no quinquênio de 1960/1965 foi de cêrca de 13,2%. Tendo em vista a população atual do Brasil-Central que engloba os maiores centros populacionais do país, o índice de bovino por habitante é de 1,24;

3. Quanto ao Rio Grande do Sul, sofreu êle, de 15 anos a esta parte, na sua pecuária fundamentada nos moldes ra-

ciais platinos, um impacto causado pela penetração de agricultura evoluida nas zonas pastoris da fronteira, determinando isto uma queda passageira do seu potencial bovino que, entretanto, já vem se restabelecendo, pois, que, a recuperação do rebanho vem se processando aceleradamente, havendo passado de 10.300.000 de cabeças em 1963 para 11.100.000 em 1965. Essa recuperação efetua-se ao lado de maior capacitação técnica de seus pecuaristas. Dada a limitação da área pastoril do Rio Grande do Sul, jamais o seu rebanho bovino voltará a atingir os 22% da população bovina nacional, como ocorreu em 1940, mesmo que a sua criação atinja o mais alto grau de técnica e de intensividade. Em 1965 a percentagem do rebanho gaúcho sôbre o total nacional baixou para 13,5%, embora seu rebanho venha sendo recuperado.

Isto quer dizer que não está havendo declínio da pecuária bovina do Estado sulino, pois que o quantitativo bovino ali existente, hoje, é dos mais elevados que já possuiu. O que está ocorrendo na realidade é o rápido agigantamento pecuário de corte do Brasil-Central tanto por força do vasto trabalho criador que aí se executa, como dos grande territórios pastoris ecológicamente apropriados de que dispõe.

Da mesma forma os abates riograndenses não podem deixar de acompanhar, percentualmente, os efetivos do seu rebanho, algumas vêzes, entretanto, alteradas essas percentagens por matanças adicionais de gado importado, ou pela exportação de tropas crioulas em pé, tais sejam as flutuações dos preços do novilho fronteiriço.

Quanto a consumo de carne bovina, o riograndense do sul, na campanha e nos centros urbanos do interior principalmente, compensa o menor consumo de carne bovina por elevada quota de carne de ovelha. Quantitativamente, considerando as carnes em geral, o sulino, individualmente, consome mais que o homem do Brasil-Central.

Resta assinalar que os índices de produtividade no Brasil-Central vêm melhorando também apreciável e rapidamente, pois que, nas fazendas de criação extensiva na região, já se situam êles entre 50 e 60%.

Considerando o abate de animais "erados" (pouca carne em muito tempo, segundo expressão do autor) como procedimento dominante no Brasil-Central, resulta êle, principalmente, da falta de técnica alimentar necessária ao preparo de novilhos novos, de raças ainda pouco precoces como as

nossas, cuja dieta exige forte complementação especializada de sais minerais indispensáveis à consolidação estrutural do arcabouço dessas rêses ainda não adultas.

A ignorância desse procedimento leva os invernistas a preferirem ainda, como procedimento tradicional, os animais “erados” que dão pesos brutos mais elevados, embora em tempo dobrado que aquele exigido pelo novilho de dois anos e meio adequadamente mineralizado. No ponto de vista econômico é ainda menos conveniente o “erado” tanto por custar mais, como por exigir muito maior quantidade de forragens ou de pastagens e mais demorado desempate do capital.

Diante dessa situação, levemente esboçada pelos comentários ao brilhante trabalho que nos foi distribuído, leva-nos ela a uma apreciação geral otimista da nossa pecuária de corte e a esperanças de sua destacada situação entre grandes produtores mundiais num futuro bem próximo.

* * *

O objetivo fundamental do trabalho apresentado é, segundo seu autor, “o de tentar verificar que mercados poderiam contribuir para melhorar as condições de desenvolvimento da pecuária bovina de corte brasileira, e portanto melhor inserir esta num programa geral de desenvolvimento econômico”.

Em continuação diz ainda, “A conclusão do autor é a de que, no contexto tradicional e atual da produção e do consumo mundial de carnes bovinas, o *desenvolvimento da respectiva pecuária deste país depende, sobretudo dos estímulos que receber dos mercados internos*”.

Diante das nossas exportações totais, cujos quantitativos em ordem cronológica inserimos em seguida a estes comentários, não restam dúvidas de que a conclusão do autor é acertada. Haja visto que todo progresso conseguido até hoje na pecuária nacional é, basicamente, resultado dos estímulos do mercado interno, apesar de deficientemente organizado. Todavia, os grandes óbices que dificultaram e dificultam ainda as nossas exportações serão fatalmente afastados, tanto porque a fome mundial de proteínas animais permanece e aumenta, como porque o potencial brasileiro produtor de carnes, diante desses aspectos, não poderia estacionar com a satisfação exclusiva do mercado interno. Isto seria regredir pela estagnação.

A nosso ver o desenvolvimento mais rápido da nossa pecuária depende:

a) de liberdade ampla de comércio interno e de exportação. Nada de controles, nada de quotas, nada de tabelamentos, como medidas imediatas, efetivas, permanentes e inamovíveis;

b) melhoramento da infra estrutura nacional armazenadora frigorífica e distribuidora de carnes, estrategicamente instaladas suas unidades em função das populações e centros a serem abastecidos;

c) criação e manutenção de material de transporte frigorífico sobre água; e,

d) ampliação paulatina e melhoramento do material de transporte frigorífico e de gado em pé por vias terrestres.

Estes quatro itens, independentemente de ação direta do pecuarista produtor, entram todavia a ação melhoradora dos rebanhos e de sua ampliação. Os problemas técnicos, financeiros e de preços serão resolvidos, todos, nas ocasiões precisas, desde que aqueles quatro itens fundamentais venham a ser atendidos, o mesmo ocorrendo com os problemas referentes à exportação, quando definitivamente liberada.

O espantinho constituído pelos atuais níveis dos preços internacionais e pelas preferências externas será afastado também em decorrência de um mercado estrangeiro definitivamente aberto aos nossos produtores, pois que esses dois fatores evoluem em função das necessidades mundiais crescentes, do maior ou menor capacidade financeira aquisitiva dos consumidores externos e da nossa capacitação em função das exigências consumidoras. Evolução progressista nada mais é que a faculdade permanente de adaptação a fatores previstos ou não, bons ou maus.

Conclusivamente, portanto, do mercado interno, em desenvolvimento, dependerá o desfrute do externo em todas as suas possibilidades e no menor prazo possível e, conseqüentemente, o melhoramento constante e firme da nossa pecuária de corte.

O que se torna impositivamente necessário, de imediato, é a tranqüilidade de ação e conseqüente segurança de procedimento dos nossos pecuaristas mediante a adoção executória e observância dos quatro itens já citados.

EXPORTAÇÃO DE CARNE

Anos	Quantidade (t)	Anos	Quantidade (t)
1940	140.639	1953	2.398
1941	103.252	1954	— 75
1942	123.026	1955	4.458
1943	57.447	1956	11.081
1944	34.555	1957	29.291
1945	22.346	1958	43.349
1946	44.858	1959	58.413
1947	31.995	1960	14.092
1948	41.532	1961	28.611
1949	31.147	1962	23.654
1950	11.071	1963	18.857
1951	8.976	1964	26.626
1952	3.516	1965	53.368

A exportação de carne inclui: carne de vaca congelada, carne de vaca em salmora, carne seca ou charque, carne de vaca em conserva, carne de boi resfriada e congelada e carne de vitela congelada.

ENCERRAMENTO

A Comissão indicada pelo Plenário para examinar as contas do biênio 65/66 apresentou o seguinte parecer do balancete relativo das contas. A Comissão designada pela Assembléia para proceder ao exame das contas da Diretoria no biênio 65/66, após examinar o balancete e os comprovantes opinou pela sua aprovação. Rio, 24/2/67.

Ass.) Prof. Rômulo Cavina — Prof. Gilberto Mata
— Gilson Seabra Rocha.

Aprovação do Plenário por Aclamação

ELEIÇÃO: Proposta do Dr. Rômulo Cavina para reeleição da atual Diretoria.

Proposta em discussão.

Dr. Coutinho — Eu apelo para o Plenário que reeleja a Diretoria atual menos o meu nome e o faço pelo seguinte motivo:

Sou um funcionário aposentado do M.A., não represento instituição alguma, apenas a minha pessoa. Sou um cidadão velho, rarbugento, falo muito, amolo muito os srs., de modo que honesta e sinceramente sugiro que o meu nome seja substituído por outra pessoa jovem, que atue efetivamente em algum organismo público ou privado, para maior grandeza da nossa SOBER. A SOBER, seu êxito, o seu futuro, são muito mais importantes do que a homenagem a um velho como eu. Muito obrigado.

* * *

Erly Dias Brandão

Esta Presidência não tem outra alternativa. O apêlo de nosso amigo Coutinho não foi atendido. Ele vai fazer mais êste sacrificio de continuar como membro da Diretoria e

estou sabendo, o que julgo bastante salutar, que é propósito da Diretoria que veio até agora e de agora para frente, realmente entrar num esquema em que os dois grupos possam trabalhar com êste sentido de um dinamismo compatível às necessidades cada vez maiores da imposição da nossa sociedade, da criação de uma consciência maior do nosso papel no desenvolvimento do País. De maneira que está muito bem que continue com esta Diretoria e eu felicito o plenário por esta indicação honrosa, justa, e faço votos realmente que daqui para a frente possa haver um entrosamento perfeitíssimo entre os dois grupos de SP. e do Rio, com êste sentido agressivo de tornar esta sociedade realmente dinâmica e atendendo às grandes necessidades do País, quanto ao papel da Economia Rural no seu desenvolvimento agrícola.

* * *

Rubens de Araújo Dias

Prezados associados da SOBER,

É com júbilo que nós chegamos ao término dessa nossa 5.^a Reunião, em que conseguimos contar com a participação que podemos considerar como record das reuniões anteriormente verificadas, com um total de 145 participantes, enquanto que em SP. nós tínhamos contado com um n.º de cerca de 130. E êstes 145 participantes, seja dito, seja ressaltado o fato de que também foram determinadas circunstâncias que impediram uma participação mais efetiva, principalmente dos lugares mais afastados do Rio. A situação difícil por que passava a cidade nestes dias que antecederam o Congresso, inclusive com dificuldades mesmo fortes de aqui chegar por qualquer meio de transporte, evidentemente reduziu êste comparecimento de associados ou interessados de outras regiões. Do outro lado, a situação financeira da SOBER, não permitindo a ajuda a participantes de outras regiões, a não ser em casos especialíssimos, praticamente impediu que determinado n.º de pessoas desvinculadas de instituições ou cujas instituições não possibilitavam no momento sua vinda, também comparecessem. De modo que estas duas circunstâncias por si só são suficientes para mostrar como esta Reunião foi positiva no ponto de vista de comparecimento, e igualmente importante o foi no ponto de vista de discussão dos trabalhos aqui apresentados. Quer dizer, nós conseguimos uma reunião dentro de um tema

geral e os trabalhos se enquadrando dentro de uma disposição abrangendo tôda uma gama de problemas direta ou indiretamente ligados por um processo do desenvolvimento econômico da agricultura. Estas circunstâncias tôdas fazem com que a SOBER possa hoje ser de fato uma associação cada vez mais saindo daquela 1.^a fase embrionária, que tanto dependeu de esforços grandes de um núcleo inicialmente pequeno, dedicado e trabalhador, que contribuiu para que nós pudéssemos decisivamente alcançar o estágio que hoje alcançamos, e forçosamente teremos que aumentar ainda mais esta ressonância dos nossos trabalhos. E em face dessa reeleição da nossa Diretoria, pela qual nós agradecemos imensamente a bondade, antes de mais nada, de todos os participantes, nos declaramos firmemente decididos a dar o máximo de nossos esforços no sentido de conseguirmos implantar cada vez mais a nossa Associação, como uma representante dos economistas Rurais do País, uma classe que muito tem que dar para o progresso e para a evolução do setor agrícola. . Eu destaco dois pontos básicos e por intermédio dos quais nós procuraremos uma intensificação dêste esforço coletivo nosso. O 1.^o dêles seria a criação de um órgão de divulgação. Isso aliás já constituiu uma recomendação trazida na última reunião pelo Presidente de então, Professor Erly Brandão, que não foi concretizada ainda por uma série de dificuldades, mas que no momento nós já estamos, acredito eu, em condições de poder sobrepujar. De modo que uma proposição que eu pretendo fazer ao Plenário é no sentido de autorizar a Diretoria atual a indicar dentro de uma escolha criteriosa e judiciosa um editor e um conselho consultivo, que ficariam encarregados de dar um impulso decisivo a esta publicação; uma publicação talvez modesta no início, talvez publicada duas vêzes ao ano. Isso dependerá evidentemente de todos êstes estudos que deverão ser procedidos por êste núcleo que nós estamos propondo, e que lançaria as bases de uma Revista de Economia Rural que teria o objetivo principal de divulgar trabalhos, teses, pesquisas de trabalhos científicos no campo de Economia Rural aos seus Associados, às Instituições Estrangeiras congêneres, aos Centros de Pesquisas daqui e de fora, alargando portanto o alcance da atual e contribuindo para que uma instituição brasileira de um Estado possa efetivamente tomar conhecimento do que vem ocorrendo de uma maneira mais rápida nos outros centros de pesquisas do País. Com êste objetivo nós então estamos propondo à Assembléia que poste-

riormente aprove esta indicação ou julgue esta indicação, dando pódêres portanto à Diretoria para esta constituição de uma comissão consultiva e de um editor. Outra proposta, mais ou menos na tese apontada pelo representante da Secretaria de Agricultura de Minas e pelo Dr. Ramon, diz do Congresso atual nós sentimos uma grande dificuldade respeito às representações estaduais ou regionais. No preparo de comunicação, não só pelos serviços postais e de comunicação em geral, como pela própria natureza intrínseca dos brasileiros, de difícil correspondência e atendimento a nossas cartas e telegramas. O fato é que havia uma dificuldade grande de nós nos comunicarmos com todos os associados ou com os associados mais diretamente interessados no temário estabelecido e programado. De modo que um meio de se procurar dar um impulso a esta congregação, seria o estabelecido então de representantes regionais que poderiam pertencer à Diretoria. E para que isso fôsse feito de uma maneira mais objetiva e funcional teria que se fazer realidade um estudo. Por isso é que estou achando precipitada uma ação de um sistema ou de outro. Nós teríamos que proceder a um estudo para ver como esta representação seria feita e qual o meio de se preencher estas posições. Pediríamos então uma autorização do Plenário, é a segunda proposição portanto que eu faço, para que à Diretoria também fôsse dado êsse direito de estruturar essa representação estadual e de escolher os nomes dos representantes. Êsses nomes inclusive, conforme esta decisão, poderiam ser escolhidos pelas próprias zonas eleitorais dos componentes; isto é uma questão de se estudar o melhor jeito; e esta decisão seria ratificada pela Assembléia da próxima Reunião, e até lá funcionará em caráter experimental, para se ver inclusive como funciona, e dêste modo nós agiríamos de uma maneira mais segura, sem precipitações, tendo mais certeza de acertar. Talvez nós pudéssemos escolher um representante para a zona Norte do País incluindo Norte/Nordeste de Minas Gerais, que constitui hoje um núcleo muito grande em relação ao total, e SP, que é outro grupo grande. A Diretoria aliás, sendo de SP. Presidência e Vice-Presidência de SP. e Rio, praticamente evita a necessidade de um representante entre SP. e Rio. Então nós teríamos um representante das zonas não contempladas na Diretoria, e vamos dizer, em princípio, eu tenho a impressão de que uma distribuição seria Zona Sul, incluindo talvez Paraná para baixo ou deixando Paraná perto de SP., isto é uma questão de es-

tudar, como eu disse; o outro é MG., incluindo os Estados circunvizinhos, Goiás e talvez adjacências; do Nordeste para cima talvez inicialmente seria um meio, vamos assim dizer, isso tudo o que estou dizendo e o que estou propondo é que nós estejamos autorizados a proceder êste estudo e de fato daí tomarmos as providências necessárias para que estas posições sejam preenchidas. Antes de finalizar e passar a palavra aos demais membros, eu gostaria também de fazer uma outra proposta, no sentido de nós termos possibilidade de nos congregarmos mais vêzes e termos então o nosso trabalho frutificado de uma maneira mais plena. E um jeito disto é simplesmente fazer as nossas reuniões com mais assiduidade e talvez mais concentradas. Esta é uma experiência que decorreu talvez dessa maratona em que nós todos nos vimos envolvidos nesta semana, praticamente tirando todos nós do nosso trabalho num período de tempo bastante longo, e assoberbando demais a unidade em que praticamente se baseia a realização do Congresso, no caso aqui específico do Departamento Econômico, do Dr. Pellegrini e de seus auxiliares, que contribuíram decisivamente para o sucesso desta Reunião. e modo que a impressão que eu tenho é que nós poderíamos então realizar reuniões anuais talvez concentradas em dois ou 3 dias, com um temário mais reduzido, não muito intenso como foi o nosso, não dando às vêzes nem tempo suficiente para um descanso na hora do almoço. São êstes os 3 pontos decisivos, por meio dos quais creio que nós efetivamente poderemos intensificar de uma maneira bastante grande as atividades da SOBER. Eu pediria posteriormente a palavra dos demais membros e a manifestação do Plenário com referência àquelas duas primeiras proposições. Segundo lembrança do Dr. Coutinho, nos solicitamos a quem se manifestar que se identifique, para que o nome conste da Ata respectiva. Outro esclarecimento que nós temos é que a lista de presença da atual sessão se compõe de 63 sócios da SOBER.

* * *

Victor José Pellegrini

Eu vou ser bastante breve. Não sòmente queria pedir excusas ao Plenário pelas falhas que ocorreram com certeza. Aqueles que tiveram que comentar traabihos, os quais foram entregues na última hora, alguns casos no mesmo dia, a culpa caiba a quem couber, eu peço desculpas por tôdas as

vêzes que isso ocorreu. Peço desculpas também pelas falhas de organização, a nossa tarimba de preparação de seminários, congressos (essa não foi a primeira vez evidentemente) não é suficiente para levar de maneira ideal êstes acontecimentos. Mas eu queria dizer que o que houve de bom nesta preparação, nesta organização, foi devido exclusivamente àquele espírito voluntarioso da equipe do Departamento Econômico, a quem eu rendo tôdas as homenagens; à minha equipe de secretárias, de Assessôres, que tudo fizeram, não mediram horas, almoço, jantar ou o que fôsse, para bem servir ao Departamento Econômico e à Sociedade Brasileira de Economistas Rurais. Eu peço uma salva de palmas muito calorosa a essa minha equipe, que êles bem merecem. Muito obrigado.

* * *

Pérsio Junqueira

Eu, como primeiro secretário, tive o prazer de convidar nestes dias do Congresso com esta equipe do Dr. Victor Pellegrini. Então eu faço questão de trazer aqui o meu agradecimento pessoal como Diretor da Sociedade e como Secretário, agradecendo a magnífica colaboração recebida de D.^a Marília, da Vera Lúcia, da moça que ficou lá em baixo tomando as inscrições, do pessoal do café, do mate, enfim, que deu o máximo esforço para abrilhantar esta Reunião. E agradecendo a minha indicação, eu quero apenas dizer aqui algumas palavras de ânimo e de estímulo aos jovens, também à ala môça, como diz o Dr. Ruy, para que participem mais e apresentem trabalhos, publicações, e vamos nos congregar, e vamos partir para a frente, porque eu tenho a impressão de que o desenvolvimento do País depende muito do estímulo que nós jovens podemos produzir no futuro. Obrigado.

* * *

Antônio Coutinho

Meus amigos:

Evidentemente eu agradeço a reeleição, mas lamento o Plenário não ter ouvido minhas palavras, que seria melhor substituído por um dêses elementos jovens de grande valor, trabalhando efetivamente no serviço, com maior autoridade. Estendo e acompanho os demais membros da Mesa ou nos elogios prestados à equipe do Departamento Econômico e

peço ao Plenário que aprove a sugestão da SOBER em fiar à equipe como um todo e a D.^a Marília, à Verinha e êstes que tiveram aqui todos os dias um ofício pessoal, para que conste nos seus assentamentos do M.A. constatando a sua magnífica atuação, seu desprendimento, para que esta reunião fôsse realmente um êxito. De reuniões como essa, das quais eu sou aliás um veterano, o proveito principal que se tira são as relações de amizade que se fazem, são os contatos pessoais. Isso fica. Porque das nossas resoluções, dos nossos debates, infelizmente a administração pública, permitam-me a giria, “não dá a menor pelota”. Mas o que fica é êste espírito, esta fraternidade, esta compreensão, êste clima de que ao menos num determinado instante de um ano tivemos oportunidade de falar em ambiente em que se entende aquilo que a gente deseja, isto é, um Brasil melhor, feliz, tranquilo, próspero, no qual todos tenham um lugar ao sol, lugar digno, decente e que haja realmente uma paz, um progresso, e um elevamento sócio-econômico de tôda a população. E mais uma vez obrigado pela reeleição e pêsames pela manutenção do meu nome.

* * *

Prof. Eryl Brandão

Não sei se competiria a mim realmente transformar em proposta o trabalho do plenário, a idéia de delegar, porque sou da atual Diretoria, sôbre esta questão de indicar, encontrar solução para o caso de representantes regionais. Mas, quero deixar patente isto, com a preferência do passado, creio que êste será o melhor caminho e esta Diretoria que está aí é que deveria arcar com esta responsabilidade. Se eu tenho o direito de transformar isto em proposta por parte do plenário, fica feito. Se não, fica a idéia para que alguém o faça.

* * *

Votação para delegação de 2 proposições feitas pelo Dr. Rubens.

Aprovadas por aclamação.

Rubens de Araújo Dias

Antes de encerrar, como palavra final, pela atual Diretoria nós dirigimos um agradecimento à USAID pelo uso de suas instalações aqui neste prédio, 16.^o andar, que contri-

buiram decisivamente para que a nossa Reunião fôsse sucesso, embora sempre com um pouco de calor demais.

O Dr. Coutinho está levantando uma indagação a respeito do Temário da próxima Reunião. Eu esclareço que os questionários já estão de posse da secretária, e já foram inclusive sumarizados. De uma maneira preliminar as indicações se dividem mais ou menos em temas parecidos com o da atual reunião, um levantamento da renda "per capita" das populações rurais no desenvolvimento econômico, de um lado, e na apreciação mais ou menos de acôrdo com a proposta do nosso colega Constantino Fraga, no sentido de se fazer uma avaliação das ajudas da assistência técnica externa. De modo que isso será devidamente considerado e quanto à época, de um modo geral, trabalham os meses de fevereiro e julho estiveram praticamente empatados na sua preferência. O local preferido pela soma dos recebidos, talvez pela votação maciça da delegação Mineira, foi Belo Horizonte, e em segundo lugar, se não me engano, foi Fortaleza, Salvador e Pôrto Alegre, e num plano menos destacado São Paulo e Rio de Janeiro, talvez por ser sede da última Reunião. Em face dêstes últimos esclarecimentos, em vista do coquetel que já nos espera à uma hora, nós então declaramos encerrados os nossos trabalhos.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMISTAS RURAIS

**REVISTA
DE
ECONOMIA RURAL**

ANAIS DA V REUNIÃO DA SOBER

RIO DE JANEIRO

— 21/24 DE FEVEREIRO DE 1967

VOL. I — N.º 1

JUNHO, 1968